



Senado
Federal

Inclusão da Metade Sul e Previdência para os pobres



Senador Pedro Simon
(2003 – Ano da Guerra do Iraque)

Inclusão da Metade Sul e Previdência para os pobres

(2003 – Ano da Guerra do Iraque)



SENADO FEDERAL

Senador PEDRO SIMON

Inclusão da Metade Sul e Previdência para os pobres

(2003 – Ano da Guerra do Iraque)

BRASÍLIA – 2004

Ilustração da Capa: Detalhe de “O Triunfo da Morte”, de Pieter Brueghel, museu do Prado – Madri.

Simon, Pedro.

Inclusão da Metade Sul e Previdência para os pobres:
2003 – Ano da Guerra do Iraque / Pedro Simon. – Brasília:
Senado Federal, 2004.

635 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar.
3. Simon, Pedro, atuação parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
Primeira Parte – PRONUNCIAMENTOS	19
Guerra do Iraque	21
Manifestações pacifistas	30
Meditação no carnaval	40
Juros da dívida	48
A frase infeliz de Graziano	58
Estados Unidos contra ONU	69
Lei do Registro Único	78
A ferro e fogo	85
Defesa do consumidor	88
Aniversário da CNBB	95
Dom Vicente Scherer	99
Candidatura de Scliar	102
Violência urbana	105
Reformas no Congresso	108
Em defesa da Varig	122
Política municipalista	130
Dia do meio ambiente	138
Indicação de Cláudio Fonteles	150
Rede Sarah no Rio Grande	155
Queda da taxa de juros	165
Homenagem a Aureliano Chaves	175
O Brasil e a Alca	179
Posse de Fonteles	189
Serviço civil	193
Contas CC-5	195
Taxação do vinho	204
Produção de leite	206
Inauguração da TV Unisinos	209
Taxação do vinho (II)	212

Escolas abertas no fim de semana	216
Sérgio Vieira de Mello	221
Jornada Literária de Passo Fundo	229
Metade sul do Rio Grande	232
Transposição do rio São Francisco	241
Guerra do Iraque (II)	244
Homenagem a Salvador Allende	251
Reunião da OMC	255
Homenagem a Risoleta Neves	263
Previdência para os pobres	273
Criação da Petrobras	281
Fórum Internacional das Águas	285
Nota de Buenos Aires	289
Funcionamento do Senado	294
Decisão do STF sobre juros	304
Funcionamento do Senado (II)	315
Forças Armadas Latino-Americanas	319
Violência na Colômbia e no Brasil	323
BNDES e Vale do Rio Doce	331
Imigração libanesa	335
Investimentos brasileiros no Líbano	339
Proposta de emenda paralela	346
Morte de João Goulart	356
Taxa de juros	368
Morte de José Richa	373
Apolônio Carvalho	378
Segunda Parte – EMENDAS	381
Emenda nº 78 – Plen (à PEC nº 67, de 2003)	383
Emenda nº – CCJ (à PEC nº 74, de 2003)	385
Emenda de Texto ao Projeto de Lei Orçamentária nº 31, de 2003-CN.....	386
Emenda nº – Plen (à PEC nº 74, de 2003)	388
Emenda nº – Plen (à PEC nº 74, de 2003)	391
Terceira Parte – PROJETOS.....	395
INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS	
Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2003.....	397
ANO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	
Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003.....	399
MANUTENÇÃO DE PESSOA DEFICIENTE	
Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003.....	401
SERVIÇO VOLUNTÁRIO	
Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2003.....	403
METADE SUL DO RIO GRANDE	

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar	405
COMERCIALIZAÇÃO DE VINHO	
Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2003.....	409
INQUÉRITO POLICIAL	
Projeto de Lei do Senado nº , de 2003.....	413
ASSISTÊNCIA AOS MICROEMPREENDEDORES	
Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003 – Complementar	420
Quarta Parte – REQUERIMENTOS	423
FGTS em compra de lote urbano.....	425
Indicação de Teori Zavascki	426
Convite a Paulo Ziulkoski	427
Letras financeiras do RS	429
Pastoral da Criança	430
Ameaça à Amazônia	432
Morte de Raymundo Faoro	434
Convocação de secretário de Justiça	436
Rede Sarah Kubitschek	437
Comissão de Agricultura	439
Procedimento criminal.....	441
Golpe Militar em São Tomé e Príncipe	442
Convocação de Procurador da República	443
Roberto Marinho.....	444
Transporte internacional de valores.....	446
Fundos de pensão	447
Sérgio Vieira de Mello	449
Prêmio Nobel para Celso Furtado	451
Prêmio Nobel para Vieira de Mello	454
Plataformas de petróleo	457
Sessão solene para Vieira de Mello	459
Convocação de procuradores do Trabalho	460
Federação dos Auditores Fiscais	461
Orçamento da Seguridade Social	462
Reforma da Previdência	464
Homenagem a Ulysses Guimarães	465
Santa Casa de Misericórdia	467
Convocação de servidor	470
Reforma tributária	471
Voto de louvor aos radioamadores	472
Falecimento de Niomar Muniz Sodré	474
Comissão de Agricultura	476
Gastos em cartão da Presidência da República	478
Reforma da Previdência (II)	480

Falecimento de Jaime Zucchetti	482
Falecimento de José Richa	483
Quinta Parte – PARECERES	485
Indicação de Teori Zavascki ao TRF.....	487
Assistência jurídica	491
Agravante de crime	493
Sentença estrangeira	495
Recursos de loterias	497
Polícia judiciária.....	502
Indicação de Itamar Franco	505
Despesas com educação	509
Substituição de senador	514
Mediação de conflitos	520
Refeições para pessoas carentes.....	528
Pena privativa de liberdade.....	532
Hipoteca em condomínio	535
Ponte sobre o rio Jaguarão	540
Imposto sobre aeronaves	544
Abandono de incapaz.....	550
Aeroporto de Rio Branco	552
Ações trabalhistas de doentes.....	555
Agente penitenciário federal.....	558
Seguro educacional.....	560
Assistência judiciária aos necessitados.....	563
Exame de acordo com o FMI	565
Escrituração cartorária.....	579
Ação civil pública	581
Indicação de Cláudio Fonteles.....	584
Violência no Brasil	598
Guarda Municipal nas maiores cidades.....	600
Intimação de representantes judiciais de estados	603
Assinaturas de apoio.....	610
Abrigo para veículos em condomínios.....	612
Negociações comerciais multilaterais.....	616
Crime de lavagem de dinheiro.....	620
Indicação de embaixador	625
Equalização de tarifas de concessionárias.....	628

Apresentação

O ano de 2003 – primeiro da quinquagésima segunda legislatura – foi particularmente movimentado em virtude da chegada à Casa de um grande número de novos senadores, já que na eleição do ano anterior haviam sido disputados dois terços das vagas do Senado Federal.

Primeiro ano do Governo Lula, 2003 teve algumas peculiaridades. No plano interno, havia uma grande expectativa em relação ao desempenho do governante que chegava ao Palácio do Planalto conduzido por milhões de votos. No plano externo, o ano foi marcado pelo ataque desfechado pelos Estados Unidos, secundado por tropas inglesas, contra o Iraque.

Esses dois temas foram longamente examinados em diversos pronunciamentos feitos pelo Senador Pedro Simon na Tribuna do Senado Federal no decorrer de 2003. Com relação ao Governo Lula, o parlamentar gaúcho pediu, em diversas ocasiões, uma espécie de moratória para que a nova administração pudesse realizar o que havia prometido em sua campanha eleitoral.

Segundo Pedro Simon, era inconcebível que a oposição – formada basicamente por PSDB e PFL – cobrasse de Lula uma solução imediata de problemas sociais que vêm se arrastando há séculos.

Duas iniciativas legislativas de grande importância do Senador tiveram andamento ao longo de 2003. Pedro Simon conseguiu incluir – durante a tramitação da chamada reforma tributária – a metade sul do Rio Grande do Sul e o noroeste do estado entre as regiões brasileiras de economia deprimida que vão receber recursos dos Fundos Constitucionais.

Já no que se refere à reforma previdenciária, o Senador conseguiu a inclusão na chamada PEC paralela – da qual ele foi um dos mentores – de um dispositivo que beneficiará os cerca de 40 milhões de brasileiros hoje marginalizados, dando a eles acesso ao sistema de Previdência Social. O Senador lamentou, em vários dos seus pronunciamentos, que apenas os brasileiros de setores organizados estivessem sendo contemplados na reforma.

GUERRA DO IRAQUE

A guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, sob a alegação – que logo se provou ser falsa – de que aquele país possuía armas de destruição massiva, foi duramente criticada pelo Senador Pedro Simon em diversas oportunidades.

Num primeiro momento, o parlamentar gaúcho defendeu a obediência, pelos Estados Unidos, às resoluções da Organização das Nações Unidas, que se mostrava contrária à invasão do Iraque e a favor do aprofundamento das investigações em busca de armas de destruição massiva.

Já no seu primeiro pronunciamento do ano, realizado no dia 28 de fevereiro, o Senador indagava: “Que guerra mais estúpida pode haver do que essa de que estamos tomando conhecimento?” E ele mesmo respondia: “É claro que o Presidente do Iraque é um tirano, um ditador, um homem de péssimos antecedentes, que tem todas as razões para ser submetido a um tribunal e que deveria ser afastado. Mas quem somos nós para sermos o tribunal do mundo? Se querem fazer algo nesse sentido, que o denunciem ao Tribunal de Haia, que é uma Corte internacional em que se julgam esses casos”.

Para Pedro Simon, seria “difícil imaginar” que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, tivesse outra intenção que não fosse “aética” para deflagrar a guerra, como, por exemplo, a busca de fontes de petróleo. O Senador mencionou ainda as gigantescas manifestações em todo o mundo pela paz como prova do erro dos Estados Unidos. É citou o caso de uma pesquisa, feita em Nova Iorque, em que 75% dos norte-americanos só aceitariam a guerra contra o Iraque com autorização da Organização das Nações Unidas.

Desencadeada a guerra contra o Iraque, o tema foi motivo de um outro pronunciamento importante, no dia 22 de agosto, quando Simon foi à Tribuna para defender o projeto em que pedia que o Senado Federal aprovasse uma moção – endereçada aos organizadores do Prêmio Nobel – indicando o brasileiro Sérgio Vieira de Mello como candidato ao Prêmio Nobel da Paz.

Representante da ONU no Iraque, Sérgio Vieira de Mello havia morrido pouco antes, quando o escritório da Organização das Nações Unidas em Bagdá foi destruído por um atentado a bomba.

“Parece-me que dificilmente se encontrará alguém que reúna melhores condições para ocupar a posição de Prêmio Nobel da Paz, neste ano, do que o ilustre cidadão do mundo Sérgio Vieira de Mello”, disse Pedro Simon. O Senador lembrou que Sérgio Vieira de Mello era filho de um diplomata brasileiro que o preparou para a diplomacia, mas que Sérgio – como era chama pelos colegas da ONU – não ingressou no Itamaraty porque o Brasil estava sob o regime militar. “Olhando a sua biografia, ficamos impressionados com a maneira como ele coordenava os casos mais variados, dramáticos e difíceis, e ficamos a estranhar o êxito com que ele desenvolvia todas essas missões”.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O assunto nacional que mais despertou interesse no Parlamento brasileiro no ano de 2003 foi, sem dúvida, o das reformas – previdenciária e tributária – pretendidas pelo governo Lula. No caso da reforma da Previdência apresentada pelo governo do PT – muito semelhante à reforma defendida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e contra a qual o PT lutou encarniçadamente – o Senador se manifestou em discurso do dia trinta de abril.

Inicialmente, Pedro Simon elogiou o trabalho do Presidente Lula que conseguiu unir governadores de todos os partidos em torno da necessidade de reforma da Constituição.

Lembrou que o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, havia presidido uma comissão para discutir a reforma tributária e que, concluído o trabalho, o Executivo não deixou que ela fosse à votação.

“A tese do Governo federal era a de que não seria necessária a reforma tributária, porque nunca na história o Brasil havia arrecadado tanto como nos oito anos de mandato do Sr. Fernando Henrique Cardoso – a arrecadação foi fantástica”, disse Simon.

Para o Senador, não poderia ser feita uma reforma tributária séria se não houvesse, paralelamente, uma reforma administrativa. As duas, segundo ele, deveriam caminhar juntas. “No Brasil há o escândalo de órgãos se sobrepondo para fazer as mesmas coisas”, comentou.

Nesse aspecto, Simon lamentou que o primeiro equívoco do presidente Lula fosse ter colocado no governo “dezesseis candidatos derrotados a governador”. E indagou: “Como o PT não percebeu que não era hora de fazer uma coisa dessas?”. Mais adiante disse que “O PT e Lula não tinham o direito de fazer isso. Não podiam fazer isso. A escolha dos ministros deveria ter sido feita na base da qualidade e da credibilidade”.

Num outro discurso de grande repercussão, em primeiro de setembro, o senador Pedro Simon defendeu a necessidade de ser criado um fundo de desenvolvimento para resgatar a metade sul do Estado do Rio Grande que sofreu ao longo do tempo com inúmeras leis que restringiram a industrialização naquela região.

O Senador mostrou – com dados estatísticos – que a região do pampa, que os brasileiros de outros Estados se acostumaram a considerar uma área rica, está hoje com sua economia estagnada.

Na ocasião, o Senador anunciou a apresentação de uma emenda prevendo a inclusão da Metade Sul entre as regiões beneficiadas com recursos de fundos constitucionais.

Mais tarde, Pedro Simon reformulou esta PEC, acrescentando também o Noroeste do Estado, região prejudicada pela monocultura da soja nas últimas décadas. Na tramitação da chamada reforma tributária, essa duas áreas do Rio Grande do Sul foram incluídas entre as zonas brasileiras de economia deprimida que receberão recursos dos Fundos Constitucionais.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No dia vinte e nove de setembro, o Senador voltou à Tribuna para tratar da Reforma da Previdência, mas sob um ângulo que não havia sido abordado anteriormente por outro parlamentar.

O debate absolutamente prioritário na sociedade brasileira – advertiu Simon – deve ser em torno de uma fórmula para incluir, nos benefícios da Previdência, os 40 milhões de brasileiros de baixa renda que estão de fora do sistema.

“Militares, magistrados, procuradores, funcionários da Receita Federal, funcionários públicos graduados e funcionários da Casa pressionaram e, com sucesso, se não garantiram a manutenção de todos os seus privilégios, pelo menos estão todos serenos e tranqüilos”, disse Simon. E perguntou a seguir: ‘Mas os que não têm voz? E os que não têm sindicato?’

A seguir, o Senador afirmou que, no Brasil, quem está fora da sociedade organizada está fora das preocupações parlamentares. E isso, segundo ele “é um erro, um crime que se pratica contra a cidadania. É uma injustiça que praticamos contra os que mais necessitam”.

A reforma previdenciária – afirmou Pedro Simon – é uma boa oportunidade para integrar à sociedade e à civilização não apenas numa corporação, mas dezenas de milhões de brasileiros.

O Senador disse que é inconcebível que os milhões de brasileiros que hoje não contribuem para a Previdência – porque não têm recursos – sejam alijados do sistema. “Para promover essa inclusão, apresentei uma emenda singela, apenas para garantir a inclusão na Constituição do direito desses brasileiros aos benefícios da Previdência Social”.

Esse projeto do Senador, mais tarde, foi anexado à chamada PEC paralela, da qual o Senador foi um dos principais defensores, que trata de vários assuntos pendentes da reforma previdenciária.

JUROS

Uma outra questão muito importante, analisada com profundidade pelo Senador, foi a dos juros pagos pelo Brasil em função de sua dívida e a necessidade inadiável de o país buscar formas de reduzir essa despesa.

No dia sete de março, o Senador usou reportagem do jornal *Correio Braziliense* para denunciar que o Brasil estava gastando meio bilhão de reais de juros por dia. “Cá entre nós, não sei como o Presidente Lula consegue dormir”, disse Simon.

Em janeiro de 2003, os gastos do Brasil com juros totalizaram R\$17,632 bilhões, praticamente o mesmo valor do rombo registrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social durante o ano de 2002, acrescentou o Senador.

Pedro Simon alertou que as verbas destinadas ao extermínio da fome no Brasil não se equivalem a meia dúzia de dias do pagamento da dívida externa. O Senador pediu aos seus pares que refletissem sobre essa situação. “Temos que encontrar uma fórmula de sair desse drama, de encontrar uma solução. Acho que algo deve ser feito, e, para isso, é fundamental que o Congresso tenha capacidade de dar uma resposta”.

No dia 16 de junho, o Senador voltou a tratar do assunto, cobrando do governo a decisão de baixar a taxa de juros. “A meu ver, com toda a sinceridade, está na hora de baixar a taxa de juros”, disse. Segundo ele, não se tem uma boa análise técnica da questão, mas só um julgamento político da situação. “O que há é a palavra do Presidente do Banco Central, que, cá para nós, não é uma palavra, com todo o respeito, muito bem recebida por nós, e a palavra do Ministro da Fazenda, que é um homem respeitável”, comentou.

VINHO

Na área da economia, o senador fez dois pronunciamentos em defesa do vinho nacional, como forma de aumentar a competitividade da produção brasileira diante da invasão do nosso mercado por produtos subsidiados em outros países.

No dia vinte e dois de julho, Pedro Simon atacou decisão da Secretaria da Receita Federal no sentido de taxar em até 700 por cento o vinho nacional. A iniciativa do governo, segundo o Senador, provocaria “uma queda sensível no consumo do produto brasileiro e, com isso, se transformará em ameaça aos empregos da região”. A nova taxa, disse Simon, representaria aumento médio de 10 por cento no preço do vinho brasileiro. E acrescentou: “Ora, isso é intolerável porque diminui ainda mais a capacidade de a indústria nacional enfrentar a produção estrangeira. Como se sabe, pagamos no Brasil juros infinitamente maiores dos que os praticados lá fora”.

Lamentou ainda que o produto nacional – que vem conquistando mercados e ganhando prêmios no exterior pela excelência de sua

qualidade – fosse atingido de forma tão brutal pela Receita Federal. “Essa atitude é um absurdo, um verdadeiro abuso”, denunciou.

No dia primeiro de agosto, o Senador explicou porque o vinho brasileiro sofre com a concorrência dos vinhos importados. “Se aprofundarmos a análise, veremos que existe uma simples e boa razão para o grau superior de competitividade do produto europeu ou ainda do vinho chileno. Ocorre que, tanto no âmbito da União Européia como no Chile, para fins de tributação o vinho não é considerado produto industrializado, dadas as suas características alimentícias e benefícios à saúde. Assim, o produto é extremamente beneficiado num mercado mundial altamente competitivo. Já no Brasil, a carga tributária sobre o vinho chega a inacreditáveis quarenta e dois por cento. Em outros países que operam no mercado internacional, chega no máximo a doze por cento. A diferença é brutal, mesmo sem levar em conta a totalidade dos tributos que penalizam quem produz no país”.

O Rio Grande do Sul, na condição de principal Estado brasileiro produtor, sofre o maior impacto com essa concorrência desleal – explicou Simon – porque é responsável por noventa por cento do vinho nacional, com vinte e nove mil hectares de vinhedos que produzem trezentos e oitenta e um milhões de quilos de uvas. “A vinicultura, no meu Estado, está concentrada na pequena propriedade rural, onde cerca de 15 mil famílias vivem da produção de uva. Podemos, então, avaliar a dimensão social dessa atividade econômica”, acrescentou.

Pedro Simon concluiu dizendo que “está mais do que na hora de adotarmos medidas mais arrojadas em política econômica. Isentando o vinho do IPI estaremos liberando a produção, garantindo competitividade internacional e protegendo o mercado nacional”.

DIA DO MEIO AMBIENTE

Na sessão comemorativa pelo transcurso da passagem do dia mundial do meio ambiente, o senador Pedro Simon fez um importante discurso – marcado por um grande número de apartes elogiosos – em que analisa a questão ambientalista no Brasil e prega a necessidade de a Nação melhorar suas políticas de proteção da fauna e da flora.

Inicialmente, Simon fez uma análise do surgimento das preocupações com o meio ambiente. Segundo ele, só muito recentemente

a humanidade despertou para os problemas relativos à ecologia. A população – disse ele – não tinha consciência do abismo que estava se abrindo à nossa frente.

“Então, de uma hora para outra, o problema explodiu dramaticamente nas manchetes dos jornais. O mundo todo passa a comentar as terríveis ameaças ao meio ambiente. O Brasil, é claro, ganha destaque internacional, porque detém uma das mais ricas biodiversidades do mundo. Ganha destaque negativo, é bom registrar, porque o Brasil se transforma – em boa parte da mídia internacional – no maior vilão do meio ambiente”, comentou.

Segundo o Senador, por trás dessas críticas ao Brasil, havia interesses escusos de parte de países que destruíram suas florestas, que mudaram os cursos de seus rios e que poluem de maneira aterradora o ambiente. Essa campanha insidiosa surtiu efeito, é bem verdade, porque, de um modo mais amplo, os brasileiros e o Estado nacional só muito recentemente despertaram para a grande riqueza do nosso meio ambiente e para a necessidade de defendê-lo.

O Senador reconheceu que no Brasil – especialmente durante o regime militar – foram cometidas muitas agressões contra a natureza, como ocupação acelerada dos cerrados e da Amazônia. “É bem verdade – acrescentou – que o Brasil não desenvolveu um sistema eficiente para o controle da extração de suas madeiras, mesmo diante da multiplicação das madeireiras ligadas a grupos internacionais. O Brasil não soube, da mesma forma, colocar um freio no contrabando de animais silvestres. O Brasil não conseguiu acabar com o antigo hábito de fazer queimadas para a preparação da terra para os novos plantios”.

AMPLITUDE DE TEMAS

Nos seus pronunciamentos, nos seus pareceres, nos projetos e emendas que apresentou e nos requerimentos que apresentou ao longo de 2003, o Senador Pedro Simon tratou de uma grande variedade de temas, como prova este livro.

No que se refere aos pronunciamentos, além dos assuntos listados acima, podemos ainda destacar: apoio à Varig, elogio à Rede Sarah, aniversário da CNBB, criação da TV Unisinos, contas CC-5,

violência urbana, registro único, produção de leite, jornada literária de Passo Fundo, abertura de escolas nos finais de semana, criação da Petrobrás, defesa do municipalismo, registro único, imigração libanesa, defesa do consumidor, saudação a Dom Vicente Scherer e apoio a Moacyr Scliar.

No que se refere aos projetos e emendas, os temas abordados pelo Senador foram: defesa da Amazônia, Institutos Históricos e Geográficos, serviço voluntário, apoio a deficientes físicos, metade sul, taxaço do vinho, inquérito policial, Pastoral da Criança e procedimento criminal. Dentre os pareceres lavrados pelo Senador Pedro Simon destacou-se aquele em que ele defende a indicação do ex-presidente Itamar Franco para a Embaixada do Brasil na Itália.

LOURENÇO CAZARRÉ
Organizador

Primeira Parte



Pronunciamentos

Guerra do Iraque

(Pronunciamento em 28 de fevereiro de 2003.)

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, este início de Sessão tem sido muito emocionante porque o Senado renovou-se em dois terços. Temos uma Casa que melhorou imensamente em capacidade e em qualidade. Tenho me deleitado assistindo aos pronunciamentos dos nobres companheiros que estão iniciando. Alguns já vêm como veteranos, como o nosso amigo Paulo Paim que era campeão lá na Câmara. V. Ex^a, Senhora Presidente, parece que vem de uma vida constante dedicada ao Parlamento; e a nossa querida Senadora Iris de Araújo tem uma biografia imensa prestada a Goiás e ao nosso País.

Apesar de não estar inscrito para falar, tenho a obrigação de dizer algumas palavras.

Neste terceiro milênio, vivemos dois fatos históricos importantes. Um deles dramático, cruel, é a questão do Sr. Bush. O mundo inteiro se admira dos Estados Unidos. Que nação fantástica! Que capacidade de avançar, de crescer, de desenvolver! Sou cristão, mas não nego que, às vezes, tenho um quê de inveja em ver como as coisas lá deram certo, como a democracia progride, como as pessoas vivem bem, como a tecnologia avança... É qualquer coisa fora do comum! Porém, não há dúvida de que os Estados Unidos vivem, talvez, um de seus piores momentos, com a perspectiva de uma guerra por iniciativa do Presidente Bush. Que guerra mais estúpida pode haver do que essa de que estamos tomando conhecimento? É claro que o Presidente do Iraque é um tirano, um ditador, um homem de péssimos anteceden-

tes, que tem todas as razões para ser submetido a um tribunal e que deveria ser afastado. Mas quem somos nós para sermos o tribunal do mundo? Se querem fazer algo nesse sentido, que o denunciem ao Tribunal de Haia, há uma Corte internacional em que se julgam esses casos. Então, que o denunciem, que se faça uma ação nesse sentido. Mas é difícil imaginar que o Sr. George W. Bush tenha outro conteúdo para o que está fazendo que não seja um conteúdo aéctico, que vai desde as argumentações de que está buscando as fontes de petróleo – para ele, seria impressionante ter em mãos o Iraque – e como ele coloca as tropas, ali, no Oriente Médio, e determina como aquela região deve se estabelecer.

O impressionante é que o mundo inteiro se rebela. Vejo como um fato cruel iniciarmos o milênio com uma pessoa como o Sr. George W. Bush.

Ontem, a imprensa publicou o projeto vencedor de um arquiteto alemão do que será construído no lugar das torres destruídas em Nova Iorque. É belíssimo! Ficaré um lugar muitíssimo mais agradável e mais bonito do que aquela monstruosidade que estava ali, e lembrará realmente o momento em que o mundo inteiro chorou, porque a solidariedade ao povo americano foi total e absoluta. A revolta àquele atentado, pela forma brutal como ocorreu, foi praticamente de toda a humanidade, mas imaginávamos que aquele acontecimento serviria de ampla campanha para combater o terrorismo. Temos a obrigação de dar combate ao terrorismo, porque ele está em todos os lugares, inclusive no Brasil, mesmo que seja sob um outro título. Vemos os acontecimentos no Rio de Janeiro, que estão num crescendo, fazendo com que já tenhamos no Brasil áreas praticamente sob o comando de gente fora-da-lei. Mas, se todo mundo ficou do lado dos Estados Unidos, o Sr. Bush aproveitou isso para iniciar uma guerra contra o Iraque.

Esse é mais um fato triste de um milênio, que iniciamos da pior maneira possível. Não vimos nenhum ato positivo da humanidade, nenhuma grande descoberta, nenhum gesto generoso das grandes nações, como o perdão da dívida dos países subdesenvolvidos. O que está marcando o mundo é a expectativa do que fará o Sr. Bush.

Um fato positivo muito importante, para o Brasil e para o mundo, foi a vitória do Lula como Presidente da República. Estou assistindo

aos debates no plenário, e considero-os realmente interessantes e significativos. Às vezes, fico rindo por dentro, porque vejo que alguns companheiros nossos não se adaptaram ainda; estão tentando preparar a sua nova forma de atividade. O PFL, por exemplo, foi governo a vida inteira. Seus integrantes vieram da antiga UDN, lá de trás; foram governo com Fernando Henrique, com Sarney; foram governo durante todo o regime militar; divergiram, foram da tal banda de música, foram da bossa-nova; foram governo com Juscelino. Sempre foram governo e agora estão numa nova posição: são oposição, e, de certa forma, não há perspectiva de que possam participar do Governo Lula. Estão se adaptando, o que é positivo.

É muito bom que o PFL esteja na Oposição, é altamente positivo. Para o Partido vai ser altamente entusiasmante a possibilidade de renovação e de verem o que acontece do outro lado. Mas, de certa forma, estão indo ligeiro demais. Quando ouvi o pronunciamento do meu querido amigo, o Presidente do PFL, Senador Bornhausen, nesta tribuna, atacando o Governo Lula fiquei impressionado. Acho que aquele pronunciamento deveria ser feito só depois de oito anos, quando Lula estiver deixando o governo.

Não gostei da escolha do Senhor Henrique Meirelles para Presidente do Banco Central. Se dependesse de mim, não seria ele. E não estou entendendo muito bem as ações do Ministro da Fazenda. Mas, daí a querer tisonar o Governo Lula, ainda é muito cedo. É muito cedo para elogiar Lula, como também para atirar pedra. Isso se aplica, principalmente, para aqueles que eram governo até anteontem. A acusação é interessante. Dizem que Lula estaria fazendo aquilo que Fernando Henrique fez. Mas o que Fernando Henrique fez, na época, foi aplaudido pelo PFL. Também me refiro ao PSDB, cujos Líderes vêm a esta tribuna e falam como se o Governo Fernando Henrique tivesse sido fantástico e suas realizações, monumentais. Parece que o Presidente Fernando Henrique deixou um governo montado, tranqüilo, sereno, praticamente sem dívida, inflação sob controle absoluto, a miséria desaparecendo, os níveis sociais melhorando e que o Lula, em 10 dias, muda isso. O discurso do PSDB dá a entender isso, mostra praticamente isso. De certa forma, estão sendo competentes, e os nossos amigos do PT não estão se dando conta. Para quatro ou cinco discursos de oposição ao Governo de Lula, aparece um de defesa do

Lula, o que também não é novidade. Na época anterior, para cada dez deputados e senadores que falavam contra o Governo Fernando Henrique, apenas um o defendia. Isto o PT está aprendendo: é muito mais fácil ser estilingue do que vidraça; é muito mais fácil fazer discurso de oposição, ver as coisas erradas e dizer que devem ser mudadas, do que defender posições, principalmente no início, quando não se sabe direito para onde se está caminhando.

Não quero criticar os Líderes do PSDB e do PFL, por pegarem discursos do PT feitos há dois anos e usá-los hoje; acho que estão certos. Eles cobram, por exemplo, que Lula disse uma coisa e está fazendo outra, mas não lembram que Fernando Henrique, logo que assumiu, disse: “Esqueçam tudo que escrevi”. Não vi, ainda, o Lula dizer “esqueçam tudo que falei”; se disse, não sei. É realidade que o PT, para chegar ao Governo, tinha um tipo de discurso, rígido, que era o de Oposição. Diziam: “Vamos chegar lá, equacionar a inflação, baixar os juros, que são cruéis, aumentar a produção, equacionar o problema da fome, dialogar com os credores internacionais, resolver o problema da corrupção, da violência. Aliás, diga-se de passagem, Fernando Henrique, há pouco mais de oito anos, durante a campanha, dizia que os seus problemas estavam nos cinco dedos da mão. Nesse ponto, Lula perde, porque só tem quatro. Emprego, alimentação, educação, saúde e segurança eram os problemas fundamentais. Não resolveu nenhum. A educação pode ter melhorado um pouco, assim como a saúde, mas ficou muito longe a prática do discurso, não há dúvida.

Os Líderes do PSDB, principalmente, e os do PFL estão fazendo a parte deles, mas estão sendo injustos ao não darem uma chance para o Governo se preparar.

Creio que o pessoal do PT está tendo alguns problemas internos. Quando me perguntaram o que achava do Ministério do Lula, fiz uma piada. Eu disse que, quando designou o Ministério, Lula começou levando a sério uma das principais bandeiras de seu Governo, que era resolver o problema do desemprego. No seu Ministério, resolveu o problema de uns quinze desempregados, que foram candidatos a governador e a senador, não se elegeram e já estão empregados. E concluí: ele começou pelo lado certo, equacionando um problema grave.

O Governo do PT está vivendo uma hora complexa, porque nunca foi Governo. Fernando Henrique, antes de ser Presidente da República, foi Ministro da Fazenda, e Pedro Malan tinha sido Presidente do Banco Central. Fernando Henrique pegou uma equipe que vinha do Governo Itamar e até de outros governos, como o de Collor. Lula está iniciando um Governo.

Mas, o que considero muito importante falar – ainda não ouvi esse discurso da tribuna, nem por parte do PT, nem por parte de seus adversários – é sobre o significado da vitória de Lula. O mundo reconhece esse fato, e temos a obrigação de mencionar isso.

Lula é um retirante. Na cidade e na época em que nasceu, o índice de mortalidade infantil em crianças com menos de um ano era de 42%, e ele escapou da morte. Seu pai separou-se de sua mãe, que foi com os filhos para São Paulo, onde viveram a miséria em meio aos milhares que vieram do Nordeste. Ali ele conseguiu seu primeiro diploma no Senai e trabalhou como metalúrgico – algo importante, pois na classe dos trabalhadores, os metalúrgicos de São Paulo eram os mais privilegiados. Ali, presidindo um sindicato dos metalúrgicos e em meio a uma ditadura articulou uma greve que teve destaque nacional.

Naquele momento, Lula ganhou uma personalidade muito forte e significativa. Lembro-me da série de greves que resultaram em sua prisão e de quando a praça de Santo André estava tomada pelo povo e cercada pelas tropas do Exército, que dera o prazo de duas horas para que todos se retirassem dali. Ali aconteceria uma carnificina. Eu estava com Teotônio Vilela quando ele foi ao coronel e lhe disse que aquele povo estava ali em solidariedade a Lula, que estava preso, e que ambos tinham de encontrar uma solução porque, do contrário, pessoas morreriam ali. O coronel insistiu dizendo que as pessoas deveriam sair em duas horas, ao que Teotônio retrucou dizendo que aquilo não aconteceria, questionando o que pretendia fazer. Sei que Teotônio conseguiu fazer que o coronel aceitasse sua proposta. Em duas horas, as tropas foram embora, e a praça ficou vazia.

Lembro-me de Lula sendo processado no Superior Tribunal Militar por crime contra a segurança. Um líder sindical estava sendo julgado, e todos estávamos lá prestando solidariedade a ele no seu julgamento. Esse homem cresceu, avançou, criou seu partido político,

o Partido dos Trabalhadores. A verdade é que chegou à Presidência da República e, hoje, é o único caso conhecido de um partido de trabalhadores com um líder que veio do ostracismo, que passou pelos bancos das fábricas, e que chegou à Presidência da República. Esse é o fato.

Presidente José Sarney, para mim, este milênio começa com dois fatos que chamam a atenção: um cruel, que é o presidente americano fazendo o mundo assustar-se com a ameaça dessa guerra; o outro, respeitável, que é a vitória do Lula. Como V. Ex^a tem dito, houve uma transformação social, uma revolução social sem luta. Houve uma das maiores modificações já ocorridas na história de um país, dentro da democracia e do respeito aos trâmites legais.

E esse homem chega a Presidente da República com uma proposta cuja intenção merece o maior respeito. Penso, então, que não devemos ficar entre os que gostam e os que não gostam do Governo do PT. O próprio PT deveria entender isto: que o Lula deveria governar além do PT, olhando o Brasil no seu contexto.

Todas as pessoas que querem, nesta hora, colaborar para que o Brasil saia das condições de atraso em que se encontra devem ser bem-vindas.

No Evangelho, Marcos conta que os discípulos chegaram dizendo que encontraram pessoas fazendo milagre em nome de Jesus, mas que as haviam proibido, porque não eram gente deles. E que Cristo respondeu: “Vocês erraram, pois se há gente fazendo milagre em meu nome, ele será nosso, porque quem faz o milagre, quem está conosco, está porque confia nas nossas palavras. Ou estão comigo ou estão contra mim. Se estão comigo, vamos recebê-los”.

Entendo que o Governo Lula deveria ter esse sentimento: é Governo do PT? É. Ele é PT? É. Governa com o PT? Governa. Mas deveria fazer o chamamento a todos aqueles que desejam colaborar, estejam onde estiverem.

Neste Congresso, eu entendo a Oposição, que está cobrando e debatendo. Nos últimos oito anos, o PT foi duro; atirou pedra para todos os lados. Muitos têm mágoas e ressentimentos, porque, ao lado das justiças que fez, o PT cometeu muitas injustiças. Creio que não é hora de cobrar, pois o momento, agora, é o de nos unirmos em torno de um projeto que se chama Brasil. Podemos discutir, divergir e apresentar propostas diferentes.

Mas o que está acontecendo é também, em parte, problema do próprio PT. Há uma ala do PT – e eu a respeito – que entende que o caminho a ser seguido não deveria ser este. Isso é positivo, mas não tenho dúvida de que a harmonia é muito importante para o Brasil no momento em que estamos vivendo.

Tenho dito, Presidente José Sarney: tristes daqueles que torcem pelo fracasso do Lula. Se o Governo Lula fracassar, se der errado, se mostrar que é incompetente, incapaz, se a equipe for um fiasco, quem vai sucedê-lo? Será que vai ser o PSDB? Ou o PMDB?

Todas as esperanças se acumulam ao exagero, pois a confiança no Lula é maior do que aquilo que ele pode fazer para corresponder a essa confiança; humanamente, ele não tem condições de responder aos sonhos que se formaram em torno do que ele poderia fazer. Se essa gente, que espera quase um milagre, não tiver uma resposta de um governo sério, respeitável, que faça o necessário – que não resolva o problema da fome, mas que milhões deixem de passar fome – será que o povo vai achar que o PMDB vai fazer isso? O PT não fez; o PMDB vai fazer? O PT não fez. O PSDB, que não fez nos oito anos em que foi governo, vai fazer agora? Tenho medo.

Que tipo de vozes, que tipo de aventureirismo pode suceder um fracasso do Governo Lula?

Agora, se o Governo Lula for positivo e concreto, por melhor que seja, vai haver campo para a Oposição falar. Se o programa da fome der certo e resolver o problema de dez milhões de brasileiros que estão passando fome, o PSDB e o PFL podem dizer: “Há mais quinze milhões passando fome, por quem ele não fez nada e que continuam passando fome”. Se o programa de combate ao desemprego der trabalho a cinco milhões de brasileiros, a Oposição poderá dizer: “Há quinze milhões de desempregados cujo problema ele não resolveu e que não viram o programa dele”.

O Lula não vai poder fazer milagre. O seu governo, por melhor que seja, milagre não fará. E sobrará um amplo debate no campo democrático quando chegar o momento apropriado: as eleições. No entanto, ao invés de se apoiar o Governo Lula, tentar-se desacreditá-lo, desmontá-lo, desmoralizá-lo e humilhá-lo e, por esse caminho, levá-lo à radicalização, e se isso der errado, todos nós estaremos na mesma canoa, e acho impossível que, pela via democrática,

algum dos críticos do lado de cá terá condições e autoridade para sucedê-lo.

Imaginava eu que o início do Governo Lula – até confesso ser um certo exagero meu – seria uma espécie de lua-de-mel: Governo e Oposição, tranqüilos, dando-se um crédito de confiança. Isso, aliás, era de se esperar. O próprio Fernando Henrique disse que, no primeiro ano, não queria analisar o Governo Lula; disse que poderia falar, aconselhar, mas que queria dar a Lula o tempo de que ele precisasse.

Aqui vale o mesmo. Esse primeiro ano deveria ser um ano de espera e não de silêncio, porque silenciar não é um bom caminho. Muitas vezes, pode-se ajudar fazendo-se críticas, e, se não se critica, não se pode mudar. Se o Governo errar, os próprios companheiros de Partido devem ter o direito de fazer a crítica, porque a crítica é a melhor forma de ajudar o Governo quando este está equivocado. Há que se observar, no entanto, a maneira de se criticar. Pode-se fazer a crítica com o objetivo de promover a mudança, para melhorar, e pode-se fazer a crítica destrutiva, sem objetivar a melhora. Penso que não é o momento de se optar pelo segundo caminho.

A expectativa do povo é grande demais, Sr. Presidente, e isso me preocupa. V. Ex^a, Senador José Sarney, sabe que, depois do Plano Cruzado, nunca um Presidente havia alcançado a credibilidade popular que teve V. Ex^a. Eu era Ministro de V. Ex^a e me lembro que, quando assumiu o novo governo, quando assumiu a nova equipe de V. Ex^a e foi lançado o Plano Cruzado, a expectativa era muito grande.

O Plano Cruzado foi um dos momentos mais emocionantes da vida brasileira. O cidadão dormiu com uma inflação muito alta e, quando acordou, todos os preços estavam congelados e o seu salário tinha aumentado 20%. Foi uma grande euforia. Nunca havia se visto algo parecido no Brasil: todos os preços congelados e o trabalhador com 20% a mais no seu salário. V. Ex^a viveu esse momento, a expectativa popular foi total e absoluta. Entre a expectativa e a realidade, porém, há uma diferença muito grande. Penso que ali, nós, da classe política, cometemos um grave equívoco, Sr. Presidente, pois não fizemos, como V. Ex^a queria, os arranjos no plano para que ele continuasse. Acredito que estejamos agora diante da necessidade de promover arranjos na política econômica vigente. Parece-me que o Plano Real, nos moldes em que vem sendo desenvolvido, está se

esgotando. Não sei se o trabalho da atual equipe econômica deve ser o de tapar buracos, aumentar os juros e tentar seguir fazendo o que vinha sendo feito. Talvez seja o momento de dar uma remexida e estabelecer, a exemplo da URV, uma nova moeda de referência, para tentar controlar os aumentos e criar uma nova expectativa que não seja essa de apenas salvar, a qualquer preço, o Plano Real, mesmo não sabendo se teremos condições de preservá-lo.

Ocupo esta tribuna para dizer que sou daqueles que acham que temos que torcer para que o Governo Lula dê certo. O Presidente Lula deve reunir a sua equipe para analisar os fatos. Imaginávamos que, nos cem primeiros dias de seu Governo, muito poderia acontecer, mas esse prazo está se esgotando, e até agora não aconteceu muita coisa. Creio e confio, porém, que esta Casa não faltará ao Governo para que ele faça a sua parte. Confio que as boas intenções do Governo Lula serão levadas adiante. Espero que o Presidente Lula harmonize a sua gente, consiga fazer com que a sua gente fale a linguagem dele e entenda que esta época áurea de salvador não durará muito tempo, pois viverá a época dura e difícil do presidente que não faz aquilo que o povo espera que ele faça.

Era isso, Sr. Presidente, o que tinha a dizer.

Manifestações Pacifistas

(Pronunciamento em 5 de março de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, por um apelo do Papa, em todo o mundo realiza-se hoje, uma Quarta-Feira de Cinzas, um culto pela paz. Interessante esse Papa, que vai ter o seu nome na História por ter sido o primeiro pontífice não italiano, que saiu dos territórios da Itália para percorrer o mundo – de uma maneira quase, eu diria, exagerada, pelo número de países atingidos – e que sofreu um atentado, após o qual nunca mais voltou a ser o mesmo, já que era atlético e de físico em condições avantajadas. Alquebrado pela doença, muitos têm defendido a tese de que Sua Santidade deveria renunciar pela debilidade de sua saúde. Não só o Sumo Pontífice não fez uma opção pela renúncia, como se mantém numa posição de respeito por toda a Humanidade.

É claro que o Presidente americano não deve estar dando muita importância ao fato, mas um enviado do Papa irá lhe entregar, hoje, uma carta especial de S. S., apelando-lhe, em prol da Humanidade, pela paz no mundo.

Sua Santidade já enviou, anteriormente, um emissário ao Iraque, apelando ao Presidente daquele país para que se esforçasse em atender as solicitações da ONU, dando uma demonstração de que deseja a paz.

Independentemente do apelo papal, há muito não se via, no mundo, quantidade tão grande de gente nas ruas, em manifestações impressionantemente extensas pela paz, a começar nos Estados Unidos. Apesar de a imprensa americana, como grande parte da imprensa

mundial, de certa forma estar apoiando as iniciativas pró-guerra, multidões de norte-americanos estão percorrendo as ruas das mais variadas cidades, como Nova Iorque e Washington, num apelo pela paz. As maiores manifestações da história de Londres – maiores, inclusive, do que aquelas ocorridas após a vitória dos aliados na grande guerra – estão sendo feitas hoje, pela paz, contra a presença de tropas inglesas nessa guerra que se antecipa e que espero não aconteça.

O que falar da França, cujo governo, desde o início, lidera uma movimentação contra a guerra? Numa atitude corajosa, a França, a Rússia e a China – três países com direito a veto no Conselho de Segurança – estão manifestando abertamente a sua perspectiva de vetar a iniciativa da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Espanha. Assim, praticamente o mundo inteiro está na mesma movimentação pela paz.

A queima de alguns mísseis iraquianos que os emissários da ONU consideraram de alcance exagerado – se não me engano, mais de 150km – demonstra que aquele governo quer cumprir as decisões da ONU.

Amanhã e sexta-feira, o Conselho de Segurança irá se reunir e apresentará o parecer dos técnicos da ONU, opinando sobre se o Iraque está ou não cumprindo as determinações que lhes foram feitas – e as informações da imprensa são de que os técnicos dirão que sim, que o Iraque está cumprindo as determinações.

É impressionante que todos esses fatos estejam ocorrendo.

A humanidade, os países, o Secretário-Geral da ONU, em várias manifestações e em diversos lugares do mundo, estão dizendo que a ONU espera que não haja guerra, pois o Iraque está cumprindo as determinações, mas o presidente americano e os seus auxiliares, de uma maneira fria, sem nenhuma preocupação de conquistar a simpatia mundial, continuam a remeter tropas – já são mais de 300 mil americanos e uma pitada de ingleses que se encontram ao redor do Iraque – e a fazer chantagens dolorosas de se assistirem, como as feitas à Turquia, um país limítrofe com o Iraque, que vive uma grande crise de fome, de miséria e de divergências étnicas, inclusive no seu território. Sabendo disso, os americanos ofereceram-lhe, a fundo perdido, um empréstimo de US\$30 bilhões para que permita que tropas americanas passem pelo seu território para invadir o Iraque.

Na semana passada, num gesto importante e impressionante, o Parlamento turco, apesar das pressões totais pelo dinheiro, muito importante para a recuperação do país, surpreendendo a tudo e a todos, não aprovou a moção que permitia às tropas americanas saírem da Turquia para bombardear o Iraque.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Pedro Simon, nos últimos dias, realmente, temos estado com essa preocupação muito grande. Naquela discussão com o nosso “Embaixador”, o Ministro Celso Amorim, a sua participação foi vibrante. Além disso, em outros momentos, já ouvi V. Ex^a falar contra a guerra. Senador Pedro Simon, acredito que os povos, nas ruas, e os parlamentares, nas tribunas, inviabilizarão essa guerra. Tenho a mesma fé que V. Ex^a e tantos outros senadores têm, porque já ouvi, desta e de outras tantas tribunas brasileiras posicionamentos contra ela. Acreditamos, sim, que essa conflito não acontecerá. Dizia V. Ex^a outra dia que alguma coisa lhe dizia que a guerra não aconteceria. Eu também digo, intuitivamente, a mesma coisa: ela não pode acontecer! Acredito que se todos os parlamentos se posicionassem com a mesma postura do Parlamento turco, se os povos, em todo o planeta, forem para as ruas – isso tem de ser uma movimentação mundial, já que não atingirá apenas o Iraque e os Estados Unidos, mas sim o mundo inteiro – com certeza, de uma forma ou de outra a guerra estaria inviabilizada, sim! Penso sempre, Senador Pedro Simon, que aquele fatídico 11 de setembro, que ninguém queria e tampouco aceitou, que todos nós repudiamos, em que o mundo inteiro lamentou e chorou tantas vidas perdidas – e não vamos aqui fazer relatos de quantas vidas os Estados Unidos já exterminaram pelo mundo com suas políticas, não vamos nos contrapor a isso – infelizmente, não serviu de exemplo para o Sr. Bush. O 11 de setembro, sob o meu ponto de vista, teria que ter servido de alerta para a política maior americana, ou seja, de que não adianta se posicionar como tendo a força do maior poderio bélico, econômico e político. De que adiantou? O Pentágono foi intempestivamente torpedeado. O World Trade Center foi colocado no chão em poucos segundos. Ou

seja, está passando da hora de o Sr. Bush tomar consciência de que não adianta se posicionar como o imperialista que pode tudo, porque seu povo também paga caro por isso, como pagaram com a perda de mais de seis mil vidas com a derrubada do World Trade Center. Senador Pedro Simon, eu diria que se ocupássemos esta tribuna – dirijo-me a V. Ex^a, tendo em vista a assiduidade com que V. Ex^a tem buscado esta tribuna – a exemplo de outros Parlamentos do mundo, seguindo os seus exemplos, posicionando-nos no sentido de incentivar, de alguma forma, como Parlamento brasileiro, outros e outros Parlamentos do mundo, o planeta Terra, como um todo, inviabilizaria essa guerra, sim, Senador Pedro Simon! E, a partir daí, acredito que muita coisa terá de mudar! Temos de estimular outros valores. Não podemos continuar estimulando os valores da competição, da disputa, às vezes, as mais infames disputas, aquelas que não se preocupam com a morte de crianças; que, na África, a população esteja sendo exterminada pela doença, pela fome, pela miséria; que, em tantos outros países do mundo, a droga esteja tomando conta, além de inúmeras doenças e tudo o mais. Portanto, precisamos começar a tratar a educação com muita seriedade no sentido de mudança de valores. Chega de competição! Chega de busca desenfreada de conquistar poder político, econômico, bélico! Vamos buscar a solidariedade e a fraternidade. Isso tem de ser buscado com educação – e educação de muita qualidade – para transformar realmente as mentalidades pela construção de um mundo melhor para todos nós. Obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não somente agradeço a honra do aparte como o incorporo ao meu pronunciamento, porque me identifico com o que disse V. Ex^a, e faço questão de, se fosse o caso, repetir palavra por palavra do que disse V. Ex^a, porque V. Ex^a está absolutamente correta, além de ter sido muito feliz em seu aparte.

Fez bem V. Ex^a em recordar a queda das torres. Aquele foi o momento em que, talvez, mais tenha o povo americano recebido a solidariedade mundial. Não há país, não há canto da humanidade que não tenha se solidarizado com a nação americana, que não tenha pensado no episódio como uma barbárie, um absurdo, algo que tenha ido além do imaginável: fazer com que milhares de pessoas morressem no seu local de trabalho. Uma petulância, um exagero, um absurdo! Também uma organização, mas, na verdade, em termos

de atentado, foi o maior que se viu; e foi o que teve maior repulsa da humanidade. Ali, fora outro presidente, fora o antecessor do Sr. Bush, tenho a certeza de que ele teria aproveitado aquele fato para criar um movimento antiterror, para criar uma mobilização contra a violência, com a qual se identificariam os países do mundo inteiro. E, hoje, o americano estaria vivendo um momento de grande solidariedade mundial. Deus, me perdoe! Deus me perdoe, não devemos julgar para não sermos julgados, mas, a impressão que se tem é que aquele brutal atentado serviu para que o Sr. Bush externasse o que ele já pretendia fazer, e que não sabia como iniciar, e aquele atentado lhe deu a chance de começar. Em cima do atentado, ele começou o movimento mais violento, inclusive contra os direitos humanos do povo americano, criando um órgão de defesa interna que tem o direito de penetrar nos lares, na vida íntima de todos os americanos; fazendo com que, para entrar nos Estados Unidos, embaixadores e ministros de outros países tenham de passar por uma ampla revista, tirar aos sapatos e tudo o mais. Foi a partir dali que o Sr. Bush iniciou essa caminhada.

Em primeiro lugar, coitado do Afeganistão, um país que vive de guerra em guerra. Foi bombardeio que não terminava mais! Não sei se queriam pegar o cidadão Bin Laden, mas, na verdade, não quiseram, não o pegaram.

E agora, o homem que está lá, o senhor ditador do Iraque: um homem cruel, um homem brutal, um homem violento, um homem que merecia estar na cadeia, um homem que não devia estar presidindo um país, um homem que tem a repulsa da humanidade! Mas é só ele. Via ontem, numa televisão americana, um comentarista americano perguntando quem mais poderia atingir os Estados Unidos: o Iraque ou a Coréia do Norte. Estamos correndo atrás para ver se o Iraque tem arma. No entanto, a Coréia diz ter arma – e o mundo todo sabe que ela tem. O Presidente da Coréia diz ter armas e que pode atingir os Estados Unidos. E, o presidente americano se refere com a maior elegância à Coréia: “Vamos discutir diplomaticamente. Esta é uma luta diplomática que, quando chegar a hora, vamos conversar com a Coréia”.

No Iraque, está se reunindo, amanhã, a Corte de Segurança, e o Sr. Bush está mandando mais 60 mil homens; e o Secretário de Estado

americano está declarando, com todas as letras, “que vai pensar”. Se existir hipótese de a moção americana, britânica e espanhola não ser aprovada ou ser vetada, eles vão retirar a moção. E, aí, alegarão que a moção anterior já serve para o ataque. Se a moção anterior já serve para o ataque, para que apresentar a segunda moção? Debocham da humanidade, debocham do conjunto da sociedade ao fazer a afirmativa de que vão invadir o Iraque independentemente de moção, com moção ou sem ela. É claro que eles estão fazendo o máximo imaginável para que a moção seja aprovada.

Homens e mulheres, nus, protestaram no Chile, país que faz parte do Conselho de Segurança. Não sei o que eles estão conversando com o Chile, com o México e com outros países para que votem a favor deles no Conselho de Segurança.

Eles tentaram desmoralizar o embaixador Bustani porque ele era presidente do órgão da ONU especializado em investigar e combater armas atômicas e estava fazendo um trabalho excepcional. Tanto que havia sido reeleito por quatro anos, por unanimidade. Ele estava travando um diálogo com o Iraque para que aquele país permitisse que os interventores fossem lá investigar as armas. E os americanos derrubaram esse brasileiro. O Presidente Lula PT fez muito bem em indicá-lo para embaixador em Londres. Agora sabemos que o embaixador Bustani estava, com a sua ação, perturbando a caminhada que os americanos faziam rumo à guerra.

Felicito o Presidente Lula, Sr. Presidente, pela coragem com que ele se tem manifestado. Acho importante a sua atuação. Sabemos que os americanos estão ofendendo o Presidente francês. Manchetes dos jornais italianos perguntam à França se ela não se lembra que os americanos é que a salvaram na guerra. Como se a França, para agradecer o trabalho que os americanos fizeram – digno de admiração no mundo inteiro – na Segunda Grande Guerra, tivesse que dar apoio, agora, para a violência que eles querem praticar. Se os Estados Unidos agem assim com as grandes nações, merece respeito o Governo brasileiro quando, com serenidade, mas com firmeza, manifesta sua disposição contrária à guerra.

Um senador, desta tribuna, disse que tinha uma preocupação muito grande e a manifestou ao Chanceler brasileiro quando S. Ex^a esteve aqui: o Brasil precisa muito dos Estados Unidos, do Fundo

Monetário e do Banco Mundial, órgãos nos quais os americanos têm grande força. E como é que o Brasil, que precisa muito dos Estados Unidos, da Alca e dos órgãos mundiais vai, de um lado, combater a invasão e, de outro lado, dialogar com os Estados Unidos? A preocupação dele era com o cuidado que o Brasil deveria ter para que seus interesses não saíssem prejudicados. Respeito esse senador, mas fico com a posição do Governo brasileiro. O Governo brasileiro, antes mesmo de o Presidente Lula assumir, já manifestava o seu interesse em dialogar com o Governo americano. Todos nós sabemos da força e do poderio da economia americana. Todos nós sabemos que para importar e exportar, é muito importante a ação do Governo americano. Contudo, nem por isso o Brasil poderia abdicar de seus valores, de sua responsabilidade, da determinação de dizer que o Governo brasileiro, que os políticos brasileiros, que o povo brasileiro, que a sociedade brasileira, em uma unanimidade nem sempre conseguida como a de agora, estão contra a guerra e a favor da paz.

O que não quer dizer que não queiramos dialogar com os americanos mais adiante sobre questões importantes para a nossa economia e para a deles também. Mas isso deve ser feito com uma posição altiva de um povo e de um governo que coloca o bem da humanidade acima de qualquer coisa.

Analistas mundiais têm dito algo que me parece realmente importante. Olhando para o mundo e vendo a prepotência com que os americanos se conduzem, reconhecemos que hoje há uma nação que domina a humanidade. Chegamos a sentir saudade dos tempos da Guerra Fria, quando havia dois blocos: a Rússia de um lado e os Estados Unidos de outro. Então, os americanos não falavam dessa forma e com essa petulância e grosseria com que falam agora. Havia discussão, mas havia também uma tentativa de entendimento entre Rússia e Estados Unidos. Agora, a Rússia está humilhada, numa posição subalterna. A França e a Alemanha, por sua vez, fazem algumas manifestações. Mas, na verdade, temos uma superpotência, maior – repito o que já disse desta tribuna – muito maior do que o Império Romano.

Na época do Império Romano não havia televisão, não havia rádio, não existia o domínio sobre todas as formas da cultura – música,

cinema, língua – como o exercem hoje os americanos. Os comentaristas europeus dizem que hoje há duas forças no mundo: os americanos e a opinião pública mundial, que é a força que se contrapõe a eles. Bandeiras as mais variadas, ideologias as mais variadas, raças as mais variadas, religiões as mais variadas e regimes políticos os mais variados estão agora unidos num objetivo, que é a paz no mundo.

A força da posição popular, a vontade popular, a manifestação da humanidade inteira é a única força que existe, que tem valor e que tem peso para se contrapor à dos americanos.

Continuo, minha querida Senadora, com a minha convicção. Vou, daqui a pouco, à Catedral, rezar, como o mundo inteiro, pela paz no mundo e para que Deus olhe um pouco para o Presidente Bush, que está determinado – se reeleger – a fazer a guerra no Iraque. Está se perpetuando no mundo essa filosofia de que a guerra é inevitável para a vitória eleitoral do Presidente Bush.

Triste realidade essa em que o Presidente de uma nação tão rica, tão potente, com tantas obras, com tanta capacidade de crescer, de progredir, de se desenvolver, imagina que precisa, para se reeleger, destruir uma nação. Essa é a grande causa mobilizadora do Sr. Bush, homem de fisionomia estranha. Olho S. Ex^a na televisão, observo seu olhar, sua frieza, inclusive quando cumprimenta autoridades estrangeiras ou quando fala, como, por exemplo, agora, ao lançar o Conselho de Defesa Interna, um órgão de não sei quantos bilhões de dólares. Seu olhar é frio, sua maneira de ser é de uma pessoa predeterminada a certos fatos, o que me assusta muito, Sr. Presidente, pois me parece ser daquelas pessoas compenetradas de que estão certas, de que estão no caminho certo. E quem está no seu caminho, querendo atrapalhar, deve ser colocado de lado, porque são pessoas inimigas.

Que Deus ilumine o Sr. Bush! Que bom seria se ele deixasse o Conselho de Segurança da ONU votar em liberdade, sem coação, sem pressão!

Estamos discutindo, agora, Presidente José Sarney, a escuta telefônica na Bahia, problema que V. Ex^a tem sob sua responsabilidade, e o Brasil a publica em manchetes, quer cobrança sobre quem a fez, deseja saber como foi realizada. E isso ocorre num momento em que a imprensa mundial está noticiando a escuta telefônica na ONU, nas embaixadas dos países-membros do Conselho de Segurança. Está-se

afirmando que isso ocorre por determinação dos órgãos de segurança americanos. Fala-se que teria havido escuta, fiscalização e espionagem, junto às embaixadas e aos embaixadores representantes dos países participantes do Conselho de Segurança. Meu Deus do céu!

Quando lecionava na universidade, sempre defendi que teria sido um equívoco do mundo construir a sede da ONU nos Estados Unidos. Eu sempre disse que o ideal seria construí-la em um país como a Suíça. Ela não deveria estar sediada em um grande país, para ter a serenidade necessária para as suas decisões. No entanto, naquela altura, o mundo inteiro aplaudia os americanos como o herói da Segunda Grande Guerra, como salvador da democracia. Até a própria Rússia concordou que a ONU deveria estar sediada nos Estados Unidos. Mas, agora, estamos vendo que é difícil atuar nos Estados Unidos, mesmo na ONU, contrariando interesses que podem ser do Presidente Bush e até do Governo americano, mas que não são da humanidade. Não sei o resultado dessa caminhada.

Quando vemos, como ontem, na televisão, o envio de mais de 60 mil homens e aviões de bombardeio; quando vemos aviões de bombardeio americanos em Londres, de onde devem sair, como fizeram há dez anos, na guerra contra o Iraque; quando vemos as operações que estão sendo feitas, perguntamos, em primeiro lugar, se a França, a Alemanha, a China, a Rússia, nossos irmãos do Chile e do México e os demais membros do Conselho de Segurança terão condições, coragem e possibilidade de manterem o seu “não”. Em segundo lugar, perguntamos se o Sr. Bush recuará ou investirá contra a humanidade, contra a ONU e contra todos, indo até o fim. Deus permita que isso não aconteça, Sr. Presidente, porque não me lembro de uma guerra mais estúpida, que contasse com a maior antipatia da humanidade, do que essa que está na iminência de acontecer.

Hitler invadiu a Europa, adonando-se, de uma hora para outra, de vários países. Naquele momento, não havia opinião pública mundial. Hitler era um ditador louco, assumindo, pelo bem e pelo mal, o que queria. Agora não! Essa é uma guerra de conquista. O que move essa guerra? Será o petróleo? Penso que sim. Será a importância de se colocar um pé maior no Oriente Médio? Parece que sim. Será o temor relativo de que a França se aproveite disso para entrar um pouco mais? Parece que sim.

No entanto, espero que, no duelo Estados Unidos e população mundial, pensamento do mundo e vontade global, os Estados Unidos recuem. É claro que a vitória será fácil. É claro que bombardear, destruir o Iraque e derrubar seu governo não é nada difícil, mas o que virá depois serão meses muito amargos. Não sei se não se enfrentará uma guerra santa por parte dessa gente já tão complicada, desse islamismo que tem dado margem a posições tão radicais e difíceis, que muito têm prejudicado a humanidade.

Meus Deus, não sei e não saberei responder em que pé estaremos daqui a seis meses, se a guerra tiver acontecido. É claro que alguns estarão bem. É interessante como as figuras do Presidente e do Vice-Presidente americanos estiveram, praticamente, sempre ligadas às indústrias do petróleo e do armamento, as duas diretamente ligadas ao que está acontecendo. Nunca estiveram tão felizes as indústrias armamentistas do mundo; elas, que choraram o fim da Guerra Fria, que lamentaram, profundamente, aquilo que parecia o início da paz permanente, estão vivendo seu momento mais glorioso, desde que terminou a Segunda Guerra.

Creio nas forças positivas da humanidade. Creio na força do mundo inteiro pensando, refletindo, rezando e se convencendo de que o bem deve ganhar, no momento em que, talvez, como nunca na história da humanidade, muitas forças estão volvidas no mesmo sentido, católicos, cristãos, maometanos, judeus, pessoas de diferentes raças, de diversas religiões, ateus, seja quem for, seja qual força lhes orienta os passos. Acredito que essa fantástica força telúrica que está mobilizando a humanidade inteira vença. E, confiando que ela vença, fico aqui, na humildade do meu grão de areia, fazendo minha parte para que consigamos a paz para a humanidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza de V. Ex^ã, e ao nosso Senado, que, na hora oportuna, tomou sua posição. Por unanimidade, esta Casa manifestou-se em solidariedade à paz na humanidade.

Muito obrigado.

Meditação no Carnaval

(Pronunciamento em 6 de março de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, parece só hoje está começando o ano no Brasil. Para uns começa alegre, para outros começa triste. O pessoal da Escola de Samba Mangueira achando que houve garfada, o pessoal da Beija-Flor achando que o resultado foi justo. Gostei de ver a Beija-Flor ganhar com um roteiro que mostrava o problema da fome, da miséria no Brasil, inclusive com a figura do Lula num dos carros, o que não deixa de ser uma atitude simpática para com o Presidente.

Falo sobre isso aqui porque nesse carnaval as pessoas se dividiram em várias atividades. O carnaval de Brasília parece que foi um fracasso, à exceção do célebre bloco Pacotão, com suas famosas críticas de sempre. Lembro-me de que, na época em que eu passava o carnaval aqui durante a ditadura, as críticas eram sensacionais.

Eu, como muitos, aproveitei o carnaval para fazer uma meditação. Fui a um retiro no Ginásio de Esportes promovido por um grupo carismático, em que um padre jovem, há quatro anos apenas saído do seminário, fez a sua pregação. Chamou-me a atenção, em primeiro lugar, que nos quatro dias de carnaval milhares de jovens estivessem ali, das 7h às 19h; e também o debate, a discussão e a participação desses jovens, buscando conhecimento. Informavam-me que, em Brasília, nesse carnaval, em todas as religiões, foi incontável o número de jovens e de pessoas de mais idade que se reuniram para meditar, debater, raciocinar e buscar aprofundar-se em torno do caminho que devem seguir neste ano.

Não nego que me emocionei muito.

Passamos o ano inteiro lendo manchetes sobre a mocidade brasileira, envolvendo droga, álcool, violência, assalto. No entanto, acompanhei o noticiário desse carnaval e não vi nenhuma notícia sobre essas reuniões realizadas em Brasília, apenas notícias que se repetem permanentemente: o jovem que morreu, o jovem que matou, o jovem que estava drogado, o jovem que não sei mais o quê. É importante que, nesta análise, entendamos que nossa mocidade está enfrentando o desafio dos dias modernos. E, na minha opinião, o primeiro desafio é enfrentar a televisão, que é a maior escola de orientação para a violência, para o crime, para a irresponsabilidade. As novelas são uma escola de irresponsabilidade. Esses jovens não têm, praticamente em nenhum lugar, uma palavra de estímulo, de orientação, um debate aprofundado em torno do que é e do que deve ser. Fiquei ali boquiaberto ao ver 25 mil jovens, das 7h às 19h, domingo, segunda-feira e terça-feira, com a ansiedade e a preocupação de conhecer, de olhos arregalados, assistindo e querendo aprofundar seus conhecimentos.

Tenho dito e insistido de temos de nos preocupar com a gente brasileira e temos a obrigação de nos preocupar com as formas pelas quais conseguimos traçar os caminhos da mocidade brasileira. Se conseguíssemos, efetivamente, abrir as portas para que a mocidade tivesse onde encontrar a orientação permanente, constante e necessária para sua formação, onde ela tivesse condições de conhecer, ver e escolher, não tenho dúvida de que essa mocidade teria grandes oportunidades de preencher sua missão. Mas o que enxergamos aqui em Brasília? Se eu não tivesse me informado de que estaria havendo aquele rebanhão e não tivesse ficado, como fiquei, em Brasília, não teria nem tido conhecimento desse encontro. Pergunto-me: O que podemos fazer com a nossa mocidade?

Nosso querido e um dos melhores e mais respeitáveis Senadores da história desta Casa, Senador Jefferson Péres, outro dia apresentava para debate a proposta de que devemos regulamentar o uso da droga. Argumenta S. Ex^a que a droga é praticamente incontrolável e que sua proibição está determinando o surgimento das quadrilhas de venda de drogas, que se formam exatamente por ser crime essa prática. O combate ao uso da droga determina o aparecimento das quadrilhas

que vendem a droga, que pegam as crianças para entregá-la e que levam a corrupção à Polícia, ao Poder Judiciário e à vida pública brasileira. Segundo S. Ex^a, deveríamos nos fazer a seguinte pergunta: Regulamentar o uso da droga pode trazer como consequência o aumento do seu uso? Mas a liberação do uso da droga não diminuiria enormemente a corrupção? Essas quadrilhas desapareceriam, porque, não sendo proibida a droga, elas não terão como usar dinheiro para comprar e para facilitar o tráfico.

Em casa, quando assisti pela televisão o pronunciamento do Senador Jefferson Péres, admirei-me da sua coragem e gelei por dentro, porque a minha primeira impressão foi de angústia: será que, no Brasil, chegamos ao limite em que não temos mais como controlar a droga, tendo de partir para a sua liberação? E pergunto: Será que o Brasil esgotou realmente, meu querido Senador Jefferson Péres, as fórmulas pelas quais ele pode orientar a nossa mocidade para que saia das drogas? Será que os métodos que empregamos são ineficazes? Será que as fórmulas com que lidamos com a mocidade diminuem a capacidade, a perspectiva, a inteligência do jovem? Não lhe oferecemos a chance de um debate mais profundo, sério e responsável. Quais as oportunidades que o jovem tem de se preparar, a fim de exercer sua cidadania?

Nós sabemos que há muito tempo as escolas do Brasil são grandes instituições que ensinam o á-bê-cê, o Português, a Matemática, enfim, que preparam para o vestibular. Atualmente escola que faz isso já é uma grande escola. Em se tratando de educar, posso dizer que há muito tempo, como regra geral, a escola não tem essa preocupação. Há muito não existe aquilo que era do meu tempo de mocidade: a professora que dava orientação. Naquela época se conhecia o jovem pela escola a que ele pertencia. Eu sou de um tempo, no Rio Grande do Sul, em que, ao olharmos para um jovem, sabíamos em que colégio ele estudava. Se fosse todo certinho, cabelinho cortado, todo direitinho, estudava no colégio jesuíta, o Anchieta; se fosse mais simples, normal, tranqüilo, estudava no Rosário – colégio marista; se àquela altura, há mais de cinqüenta anos, ele usasse cores berrantes, o que era incompreensível, estudava no colégio americano, que era IPA; se, em uma reunião ou em qualquer lugar que estivesse, batesse na mesa ou dissesse: “porque os nossos direitos...”, estudava no Colégio Estadual

Júlio de Castilho. Era tal a formação, era tal a maneira de educar as crianças e os jovens que eles se compenetravam daquilo.

Hoje, quem pode dizer que há um colégio que ofereça formação? Não estou desmerecendo as escolas. Meu filho estuda no Mackenzie, que proporciona aos alunos boa formação. Acho que ele tem condições de buscar a verdade, mas o colégio está muito longe daquilo que deve ser, infinitamente longe daquilo que poderia ser.

Fiquei emocionado quando vi, naquele ginásio de esportes superlotado, aqueles jovens de classe média baixa, pessoas simples – não eram fanatizados ou apaixonados, o que também não é muito bom – buscando a verdade e a salvação em Deus ou coisa que o valha. Eram pessoas que debatiam com racionalidade. Apresentavam argumentos lógicos, racionais, para mostrar como deve ser, como é e como poderia ser. Naquela ocasião, aprendi muito como pai. Ali aprendi muito como cidadão. Ali aprendi muito como político e me perguntei: Por que três dias para aqueles jovens refletirem? Por que não temos formação nesse sentido, por que não debatemos essas matérias?

Nota dez para o Dr. Cristovam Buarque, Ministro da Educação, que pode debater essa questão com a profundidade que ela merece! Está aí um grande debate que podemos fazer com a nossa gente, com a nossa mocidade. Já contei uma vez – e repito – que, lá em Porto Alegre, eu tinha um grande amigo que era diretor de redação de um jornal. Certa vez, ao visitá-lo, lamentei porque as manchetes do jornal dele eram sempre negativas: morreu, matou... Perguntei-lhe: Por que você não coloca manchete positiva, mostrando as coisas boas que acontecem? Ele respondeu: “É da natureza humana. As manchetes que dizem as coisas erradas são as que chamam a atenção, porque a manchete positiva é natural. Eu não vou dizer: o fulano está trabalhando direito, o fulano está fazendo direito. Isso é o natural”. Ele me disse ainda: “Por exemplo, você vem aqui, fala comigo e vai embora. Não tem manchete nenhuma, não tem notícia nenhuma. Você quer ser capa do meu jornal? Quando sair daqui, vá à rua e morda um cachorro. Eu vou colocar na capa do meu jornal que você mordeu um cachorro. Se o contrário acontecer, se um cachorro te morder, eu não vou colocar em lugar nenhum porque não acontece nada”. Diante desse contexto, que é uma verdade, que não se coloca na imprensa, não debatemos, não discutimos os fatos positivos e reais,

não encaminhamos a perspectiva que uma sociedade pode ter no sentido de buscar o seu horizonte. Acho que valeria muito a pena que a Comissão de Educação desta Casa, que o Ministério de Educação e outros órgãos se ocupassem dessa matéria.

Durante dois anos eu presidi uma subcomissão que tratou da televisão. Foi um longo debate. Trouxemos aqui as pessoas mais ilustres e mais importantes da televisão brasileira. Houve um boicote total, nenhuma televisão, nenhum jornal, ninguém publicou nada sobre aquela comissão. Foi como se ela nunca tivesse existido. Apenas apareceu o documento final que nós publicamos.

Lá nós perguntávamos muitas coisas. Uma das poucas consequências positivas da nossa Comissão foi o fato de a TV Globo voltar a apresentar o programa Sítio do Pica-Pau Amarelo. Indagávamos por que ele tinha desaparecido, e o responsável respondeu que a concorrente, no mesmo horário do Sítio do Pica-Pau Amarelo, exibia uma série de desenhos animados apresentados por uma loira bonita com as pernas de fora e que a audiência quase chegou a zero, enquanto a do concorrente subira. Além disso, um programa como o Sítio do Pica-Pau Amarelo é praticamente mais caro que um capítulo de novela, mas colocaram o programa no ar novamente.

Tenho um projeto de lei que propõe o seguinte: cada estação de televisão deve, no horário nobre, uma vez por semana, apresentar um programa de uma hora que proporcione formação à nossa sociedade, à nossa mocidade. A emissora pode escolher o programa que quiser; não há imposição. O horário desse programa de formação seria entre 19 horas e 23 horas e deveria ter a qualificação necessária para que a nossa gente, a nossa família, tivesse algo com que aprender. O projeto está aí. Com a antipatia geral da televisão, acredito que dificilmente será aprovado.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Excelência.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Esta é uma Casa que muitas vezes se entrega a grandes debates nacionais, ora de natureza política, ora de natureza econômica, às vezes de natureza social. Sempre que isso acontece, Senador Pedro Simon, eu me viro para trás para ver se vejo V. Ex^a. Nos dias atuais, eu não entenderia o Senado sem a presença de

V. Ex^a, Senador pelo Rio Grande do Sul, figura que todos admiramos, prezamos, gostamos. Estamos saindo do período de carnaval, e V. Ex^a nos dá notícia de que durante esse mesmo período esteve recolhido num retiro. Que coisa admirável! Durante toda a história da humanidade foi o Império Romano o mais poderoso, mas ele começou a ruir quando a corrupção, a traição, a desordem, a devassidão, o descaso à religião surgiram de maneira destemperada. Parece, Senador Pedro Simon, que estamos vivendo momentos semelhantes, não apenas no Brasil, mas no mundo. As drogas são hoje a máquina propulsora desses desvios. E vai V. Ex^a para um retiro para meditar junto com outras pessoas. Vejo o esforço gigantesco do aparelho policial em todos os Estados brasileiros tentando conter a desordem e as drogas, mas não consegue. Eu cheguei à conclusão, creio que tanto quanto V. Ex^a, que só há um caminho, o caminho da fé. V. Ex^a é franciscano, eu sei, eu sou cristão, mas estou absolutamente persuadido disto: ou se dá alguma atenção aos ensinamentos da Igreja, seja ela qual for, ao Evangelho de Cristo, ou estamos definitivamente perdidos. Não há aparelho policial que consiga conter esses descabros que avassalam o mundo hoje. A palavra que V. Ex^a nos traz depois desse retiro é quase uma palavra de conforto, mas é, sobretudo, uma luz, um caminho que poderíamos trilhar. Se pudéssemos meditar em tudo o quanto V. Ex^a meditou nesse retiro durante dias, quem sabe encontraríamos essa vereda. Prossiga, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço emocionado as palavras de V. Ex^a, apenas lembrando que todas as vezes que nos reunimos para esse debate são reuniões com pouca gente, e V. Ex^a é sempre um dos que está presente e um dos que está debatendo, ocupando a tribuna como agora, para expor brilhantemente o seu pensamento.

Mas V. Ex^a levantou um assunto que me obriga a mudar um pouco a análise que eu vinha fazendo, para confirmar o seu pensamento. Estive numa reunião de psiquiatras especializados em orientar jovens que combatem a droga. E eles me falaram: “Nós, no mundo, hoje, reconhecemos que fracassamos. Estamos fracassando no combate às drogas. Um jovem viciado em droga, podemos recolhê-lo num instituto, num hospital especializado, para ele ficar lá um mês ou dois, melhorar e depois voltar. Não encontramos ainda a fórmula”.

Parece mentira, mas os únicos jovens que conhecemos que vencem a droga são os que procuram a religião. Essas instituições aqui em Brasília têm retiros onde eles ficam até nove meses num regime impressionantemente positivo – um regime de caserna: levantam de manhã cedo, arrumam a cama, ajudam a fazer sua comida, meditam, debatem, estudam e rezam. Desses jovens, cerca de 30%, 40% abandonam a droga. É verdade que as drogas químicas, os medicamentos estão realmente tendo um espaço positivo no caso de jovens que são levados à droga por problemas de ordem psíquica, porque têm uma depressão. Hoje existem substâncias, medicamentos especiais que estão realmente fazendo uma revolução. Mas até nesse sentido seria bom o nosso querido e distinto Senador Jefferson Péres analisar esse ângulo para verificar que não dá para dizer que a droga é incontrolável. Não estou dizendo que não se oficialize. Talvez até oficializando – sob um ângulo S. Ex^a tem razão – desapareça um lado enorme do crime, desapareça o lado de usarem crianças de dez, quinze anos para fazerem a entrega, desapareça o tráfico da droga, da corrupção, do armamento e tantos outros crimes.

Digo com profunda convicção que, se cada um de nós pegássemos um exemplo e verificássemos as entidades que estão preocupadas em encontrar um caminho para os jovens, e se esses jovens tivessem uma chance de ter uma continuidade, se, no colégio, ao lado da aula, fora do horário regular, houvesse um horário em que os pais e alunos debatessem, discutissem e se aprofundassem sobre essa matéria, se tivéssemos a chance de as emissoras de rádio e televisão brasileiras terem a responsabilidade com essa questão, meu querido Senador Edison Lobão, estaríamos no caminho certo. Tenho dito o seguinte: não vejo chance alguma de o Brasil atravessar a crise moral e ética, a crise de formação, a crise de combate à corrupção, a crise da sociedade brasileira; não vejo chance alguma, se o Governo não conseguir trazer ao debate as estações de rádio e televisão. Não por meio do programa A Voz do Brasil, que é obrigatório, mas de programas em que as pessoas estejam convencidas de que podem participar dessa questão. Como vamos ter a chance de orientar uma formação, lá no interior da Amazônia, onde, para se chegar, são dois dias por terra mais dois dias de barco? Lá chega a televisão. Lá se pode orientar e determinar por meio da televisão, nunca apenas por meio da sala de aula.

Sr. Presidente, se houvesse uma determinação e se pudéssemos buscar na televisão brasileira esse tipo de formação e de participação em programas criativos em que todas as estações de televisão fossem obrigadas, não só algumas, e fazer a seleção de qual seria o melhor, estaríamos numa grande caminhada! Vejo isso com muita emoção e muita alegria! Se este Congresso que se está iniciando com um grupo de parlamentares jovens, mulheres e homens brilhantes que chegaram aqui, com uma convicção e vontade de acertar e de buscar caminhos, se esse grupo das dez mulheres que formam o lado mais superior e nobre deste Senado, ao lado de debater os problemas femininos, que são importantes, debatesses os problemas da mocidade e de sua formação, seguissem essa linha de pensamento, penso que estaríamos no caminho certo. Era isso, Sr. Presidente! Era isso que tinha a obrigação de dizer, porque sei que no Brasil inteiro milhares de reuniões iguais a essa foram feitas, das religiões as mais diferentes, dos grupos os mais variados. Milhões de jovens estiveram fora da droga, fora do arbítrio, fora da violência, fora dos caminhos onde os carros matam, e estiveram no caminho da paz e do bem. E eu me sinto feliz em externar que foram dias onde muitos jovens encontraram o caminho da verdade.

Muito obrigado.

Juros da Dívida

(Pronunciamento em 7 de março de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, há, agora, um Parlamento novo, um Senado excepcional, com dois terços de jovens brilhantes, que aqui chegaram dispostos a lutar pelo que consideram ser o melhor para o Brasil. Nunca houve, na história do nosso País, uma transformação tão intensa: a saída de um governo neoliberal e a entrada de um governo de esquerda, o Governo de Lula.

Diga-se, de passagem, que é difícil a situação de Lula, porque, por mais que os santos o ajudem, por mais que faça o melhor em seu Governo, não conseguirá chegar perto daquilo que o povo acha que ele pode fazer. Ele conseguiu criar um mito, uma expectativa, um ânimo novo na sociedade brasileira. Agora, todos ficam na expectativa de que o Lula vai resolver tudo. Acho que o Lula tem condições imensas de resolver as dificuldades do País, não de definitivamente absorvê-las, mas encaminhar, colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Como disse o nosso querido Presidente, alguns Líderes da Oposição estão tomando discursos antigos de Líderes do PT e repetindo agora. Isso não está errado porque, na verdade, eles disseram aquilo. O PT, nos longos anos de Oposição, foi duro, foi radical e não contou com a possibilidade de um dia chegar ao Governo. Há, então, na verdade, afirmativas duras, irrespondíveis por parte do PT. Fazer isso uma vez, fazer isso duas vezes, tudo bem. O Fernando Henrique também fez isso. Quando cobraram do ex-Presidente o fato de ter sido um homem de esquerda, com livros, obras publicadas,

respeitado no mundo inteiro, e de repente ter dado uma guinada para centro-direita, ele disse: esqueçam o que eu escrevi, esqueçam o que eu escrevi! Os jornalistas diziam: olha esse seu discurso, esse seu livro, essa sua afirmativa, essa sua conferência, e ele respondia: eu era um intelectual, eu escrevia, e hoje sou Presidente da República. Esqueçam o que eu escrevi, porque estou interpretando a realidade do País que estou presidindo. O Presidente Lula não chegou a dizer “esqueçam o que eu disse”, nem acho que deva fazê-lo. O que quero afirmar – e aí felicito V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo discurso – é que temos que entender que a situação que vivemos não é serena, tranqüila, pacífica, uma situação de normalidade, onde as coisas estão indo muito bem, obrigado, onde o Tesouro vai bem, a economia vai bem, o desemprego está sob controle, a inflação também. Não. Estamos vivendo uma situação em que a Oposição tem de bater duro, uma situação dramática.

O *Correio Braziliense* de hoje traz esta “O Brasil gasta meio bilhão de reais de juros por dia”. Meio bilhão de reais de juros por dia paga o Brasil. Cá entre nós, quinhentos milhões por dia! Não sei como o Presidente Lula consegue dormir.

Vejam o que diz a notícia do *Correio Braziliense*:

Apenas em janeiro, os gastos com juros totalizaram R\$17,632 bilhões, praticamente o mesmo valor do rombo registrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no ano passado.

No mês de janeiro, o pagamento, o rombo da dívida externa foi o total do rombo do INSS do ano passado. Por dia, no mês de janeiro, incluindo sábados e domingos, o Governo pagou R\$568 milhões. Para entendermos o caminho que estamos percorrendo e o que temos que fazer para sair dele, ouçam a notícia seguinte:

Em janeiro de 2002, último ano da administração Fernando Henrique Cardoso, as despesas com a dívida pública chegaram a R\$8,045 bilhões. Um ano depois, em janeiro deste ano, foram R\$17 bilhões. Quer dizer, o que o Governo pagou de dívida pública em janeiro deste ano é o dobro do que pagou em janeiro do ano passado. No ano passado, o último ano da administração Fernando Henrique, a dívida pública aumentou R\$220,247 bilhões. Essa é a situação.

Estamos falando em resolver o problema da fome. As verbas destinadas ao extermínio da fome não se equivalem às verbas de

meia dúzia de dias do pagamento da dívida externa. Verificamos que a dívida externa dobrou de janeiro do ano passado para janeiro deste ano.

É sobre esta situação, meu querido Presidente, que temos de refletir. Temos de analisar. Lembro que o Fernando Henrique, numa viagem à ONU, chamou a atenção para o fato de que deveríamos discutir os juros da dívida. Ele considerava um absurdo, achava que se tratava de uma imposição. Dizia que o mundo hoje é dominado pelo capital, que impõe, e que os juros que nos são impostos devem ser pagos. Pagamos 25% de juros, os Estados Unidos pagam 0,5%, o Japão paga 1% de juros, mas a organização internacional acha que é isso, e é isso.

Temos de ter competência para encontrar uma fórmula de sair desse drama, de encontrar uma solução. Acho que o querido Ministro da Fazenda está correto. Todos acham que se deve ter cuidado porque, se sacudir demais, a economia pode ir para situações imprevisíveis. O mérito do Ministro é dizer que as coisas estão indo, estão caminhando. Mas que alguma coisa deve ser feita. Não sei se há um plano B, não participo dos debates dos homens do Governo, mas, claro, algo deve ser feito, e, para isso, é fundamental que o Congresso tenha capacidade.

Estão falando em tantas comissões, Sr. Presidente! Falam de uma comissão da reforma tributária, comissão previdenciária, comissão da reforma política na Câmara dos Deputados. Acho que podemos estudar a perspectiva de que as lideranças da Câmara e do Senado se constituam numa comissão para, junto ao Presidente, junto à sociedade brasileira, encontrar fórmulas reais e concretas para respondermos a esse desafio, não para os jornais, na tribuna, não no bate-boca, não no acusar, mas em ações concretas. Pouco adianta o PT reclamar de ter recebido o País na situação em que está e culpar o Sr. Fernando Henrique por ter deixado assim; pouco adianta também o PSDB e o PFL dizerem que o PT sabia qual era a situação e mesmo assim a aceitou; pouco adianta perguntarem o que o PT está fazendo ou o que vai fazer para mudar, alegando que não sabem a que veio o PT, que ainda não se pronunciou a esse respeito. Não é por aí. Devemos nos sentar, botar os pratos na mesa e buscar uma fórmula, um entendimento. Acho isso absolutamente necessário.

Acho que o PT tem a obrigação de buscar o apoio, o incentivo e a colaboração de todos. A vitória não foi do PT; a vitória foi do Lula. Eu diria que a vitória foi do Lula pelo que ele representa. O Lula encarnou para o brasileiro o seu sonho, a sua idéia, a expectativa de um Brasil de paz e de amor, onde os mais humildes tenham vez e tenham voz. Colocaram na Presidência da República um homem que não tem título, que não tem universidade, um líder sindical – mas que tem biografia. Com isso, o povo brasileiro quis demonstrar: chega das velhas oligarquias, chega das velhas fórmulas e dos velhos preconceitos. Vamos buscar o objetivo concreto e real de dar prioridade ao que é prioritário – comida para quem tem fome, colégio para quem não o tem. Vamos dar educação e saúde. Vamos cuidar das questões básicas e essenciais do nosso povo e da nossa gente. Foi nisso que o povo votou! Terminar com a corrupção, com a imoralidade e com o escândalo da impunidade, em que a corrupção se repete e se multiplica, e não acontece absolutamente nada com ninguém que tenha dinheiro, poder e condições de contratar um bom advogado.

Mas, se foi essa a escolha do povo, não é fácil transformá-la em realidade.

Quando vemos os graus da corrupção no Brasil quase atingirem o infinito e as tentativas de mudança, sinceramente eu me angustio, porque eu mesmo não teria condições de dizer: “Este é o caminho”. No entanto, alguma coisa tem de ser feita. E isso deverá ser feito com a Oposição sentando-se à mesa com o Governo para encontrar as fórmulas.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar, porque daqui a pouco o Conselho de Segurança da ONU estará reunido. Hoje, sexta-feira, o mundo inteiro se volta às Nações Unidas, em Nova Iorque, porque logo à tarde o Conselho de Segurança se reúne para ouvir o relatório do Chefe dos Inspetores da ONU, que, pelo que se sabe, vai dizer que o Iraque e o seu governo contribuíram para pacificar, destruindo os mísseis de mais de 150 quilômetros de alcance, conforme solicitação da ONU, e que, na verdade, entendem que não há razão para o ataque.

Por outro lado, nações como França, Alemanha, principalmente França, Rússia e China, que têm direito a veto, já se manifestaram contrárias ao ataque, afirmando que, se for o caso, vetarão a matéria.

É doloroso ver a resposta do Presidente Bush à pergunta sobre a possibilidade de o Conselho de Segurança vetar a ofensiva: “Não estou preocupado. Quando nossa segurança está em jogo, não precisamos da permissão de ninguém, se for preciso atacar” – disse ele, acrescentando que a questão deverá ser resolvida nos próximos dias.

Diz o Sr. Bush que não precisa da concordância de ninguém, que não tem nenhuma preocupação com a decisão da ONU. Se ele achar que os interesses dos Estados Unidos estão em jogo, ele vai para o ataque, independente do resultado.

Isso é o fim da ONU. Isso é o fim da paz mundial. Isso é a oficialização do poder da força. Isso é o início do término da Liga das Nações.

Eu não sei se o Sr. Bush vai até onde disse que vai. A verdade é que 320 mil soldados estão ali no Golfo, o maior poderio já preparado desde a Guerra Fria até hoje. Eu nunca tinha visto um massacre anunciado. Serão não sei quantas mil bombas nas primeiras 48 horas, para fazer o efeito de derrota imediata.

Milhões poderão morrer. Milhões poderão ficar desabrigados. Milhões poderão ficar sem absolutamente nenhuma chance de sobreviver.

E o Sr. Bush está criando nos Estados Unidos um ambiente há muito tempo não existente. Artistas e intelectuais estão dizendo que está nascendo nos Estados Unidos hoje um novo macartismo, movimento que, na época, combatendo o comunismo, acusava intelectuais, artistas e homens de letras de serem comunistas e inimigos. Essas pessoas eram atacadas e presas, e algumas delas tiveram de fugir dos Estados Unidos, largando a sua profissão, liquidando suas vidas. Recentemente, um artista que desempenha o papel do presidente americano num seriado já foi advertido pela estação de televisão de que talvez tenha de largar seu trabalho porque está combatendo muito a guerra.

Há muito tempo não se via um ambiente de terror e de medo interno nos Estados Unidos com relação à sua própria gente.

Hoje, começa a decisão da ONU. É doloroso ver o papel vexatório dos Estados Unidos, querendo comprar o voto e a consciência das nações que ainda não se decidiram. Apareceu na televisão o Presidente mexicano com todas as letras afirmando que, apesar de os

Estados Unidos serem o seu maior aliado comercial – praticamente o que eles produzem eles vendem para os Estados Unidos – era contra a guerra. Agora, alguns emissários foram lá, e ele já está falando com uma voz mais macia.

O Presidente do Chile, que faz parte também do Conselho de Segurança, já se manifestou abertamente contra a guerra, mas o Chile está recebendo promessas, vantagens, favores e não se sabe como será o seu voto.

Tivemos conhecimento de que o serviço de inteligência espionou as casas e os embaixadores dos países do Conselho de Segurança, e o serviço de inteligência americano reconhece que fez isso exatamente para conhecer o pensamento e poder influenciar na mudança de posição desses países.

Olha, Sr. Presidente, não me lembro de ter visto uma situação como esta. O americano não tem um passado de muito amor à democracia, embora tenham uma grande democracia interna. O Brasil do regime militar sabe o que os americanos fazem; o Chile, na hora em que derrubaram e mataram o Allende, também sabe o que os americanos fazem, assim como a Argentina, Uruguai, o Canal do Panamá; o mundo inteiro conhece a forma arbitrária e violenta de agir dos americanos, mas nunca como hoje. Eles nunca levaram tanto no deboche e na ironia a opinião pública mundial e tanto na convicção de que devem ir à guerra.

Pode-se dizer que o senhor ditador do Iraque é um homem que tem a repulsa da humanidade, mas dizer que o Iraque coloca em risco os Estados Unidos é algo que ninguém leva a sério, é algo ridículo. Sobre a Coreia do Norte, que tem a bomba atômica e diz que, se for o caso, pode dirigi-la aos Estados Unidos, o americano não quer nem conversa. Quanto ao Iraque, que tem petróleo, dizem que vão derrubar Saddam Hussein e substituí-lo por um general americano. E dizem mais: dizem que aqueles que concordarem com a posição americana e ajudarem a derrubar o Presidente do Iraque vão ter vantagens, vão ser contemplados na hora da distribuição das vantagens decorrentes do poderio fantástico representado pelo petróleo – petróleo que pretendem fazer passar às mãos americanas. Dizer isso com todas as letras – “quem nos ajuda agora terá compensação depois” – como disse o secretário de Estado americano, é demais.

O nosso Papa pede jejum mundial. As lideranças do mundo inteiro têm uma só posição. Mesmo nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Espanha, cujos governos apóiam a guerra, é impressionante o movimento popular contrário a um confronto bélico. Fazia muito tempo que a humanidade não se manifestava, de forma tão veemente e unânime, como está acontecendo agora.

O Conselho vai se reunir daqui a algumas horas, Sr. Presidente. Todos nós estaremos com o nosso sentimento voltado para a ONU. Queira Deus que o bem prevaleça. Queira Deus que as tradições de honra, de luta e de glória do povo americano, com tantas páginas extraordinárias na história da humanidade, façam com que eles recuem na última hora ou, se não recuarem, que respeitem a decisão que será tomada e que aceitem a paz que o mundo deseja.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a, mais uma vez, assume a tribuna para abordar um tema de extrema importância não apenas para o Brasil mas para o mundo, para a humanidade. Uma guerra, com certeza absoluta, deixará atrás de si um rastro de destruição, uma pena que toda a humanidade vai pagar um pouco. Como disse V. Ex^a, não há racionalidade que justifique a guerra. Uma comissão de inspeção da ONU leva a cabo a verificação quanto a existência ou não de armas de destruição em massa no Iraque. Essa comissão trabalha em nome de todos nós, seres vivos, porque quer preservar a vida. O Presidente Bush, porém, ainda não entendeu que a sobrevivência da espécie humana deve ocorrer como um todo, sob pena de desaparecermos da face da Terra quando os botões das bombas atômicas forem acionados – temos um potencial de destruir centenas de vezes a Terra. Dizem que essa guerra é pontual, é específica, é milimétrica, mas sabemos que tudo isso é propaganda de guerra. Dizem que ela é eficiente, no sentido de que atingirá apenas os objetivos previamente escolhidos, mas isso não é verdade. Também sabemos que uma guerra tem dia para começar, mas não tem dia para acabar e pode envolver mais de uma nação. Enfim, a hecatombe atômica é uma ameaça perene. Se o homem hoje existe não é apenas porque nasceu, é porque ele decidiu subsistir. Estamos

diante de uma situação concreta: o poderio de uma potência como a norte-americana ameaça o mundo. Na verdade, não são as armas de destruição em massa que estão em jogo: o que está em jogo é o petróleo. Esse objetivo já foi desmascarado e os titulares da tragédia já vieram à tona para dizer com todas as letras: “Vamos dividir a exploração do petróleo, vamos explorar seis milhões de barris por dia”. Ora, aonde chegamos! Onde está o princípio da autodeterminação? Onde está o princípio de respeito à soberania dos povos? Tudo isso foi por água abaixo. E V. Ex^a destacou um ponto importantíssimo: a democracia ocidental que era referência para todos os povos, hoje, está estraçalhada, pratica a tortura deslavada, descarada e brutal que nos faz lembrar quadros da Idade Média. Quem leu um pouco sobre a tortura daquele tempo poderá ficar horrorizado com o que se praticava: não deixavam as pessoas dormirem, à beira do sono eram acordadas para confessar alguma coisa, confessar o que não sabiam, confessar o que não praticaram.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Talvez seja bom esclarecer para as pessoas que estão assistindo a que V. Ex^a está se referindo. Um representante da ONU, um brasileiro, foi ao Presidente Bush mostrar-lhe as denúncias que lhe chegaram: depois da decisão americana de criar um órgão de defesa interna, foram presas cerca de 800 pessoas sob o pretexto de serem elas inimigas dos americanos e essas pessoas passam dia e noite sem dormir, são torturadas sem nenhum direito a defesa nem a coisa nenhuma. É algo inédito. Isso está acontecendo lá nos Estados Unidos.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – É exatamente isso, nobre Senador. V. Ex^a denuncia esse fato. Sei que é uma denúncia solitária feita dessa tribuna, mas hoje – não há dúvida – a comunicação em tempo real torna o mundo inteiro solidário. Mais uma vez se manifesta a solidariedade da espécie humana, nós todos estamos preocupados com o destino da humanidade. Será que esse guerreiro inveterado e irascível deve conduzir o destino da humanidade, de todos nós, colocando em risco a vida sobre a terra? É essa a pergunta que tem de ser feita. Temos de chamar os filósofos para dar à humanidade um novo caminho – o caminho da paz, da felicidade e da justiça social, algo que as encíclicas papais destacaram com muita sabedoria e

profundidade. Será que temos de retomar esses temas essenciais do respeito ao próximo? É evidente que, se Saddam Hussein representasse um perigo iminente à sobrevivência da Terra, deveríamos ter uma preocupação real. Essa preocupação tomou corpo e se manifesta sob a forma de uma comissão que investiga todo o arsenal de guerra do Iraque. Ora, eu me solidarizo e faço coro com as palavras de V. Ex^a. Por certo a sua voz, hoje solitária na tribuna, não representa apenas o pensamento de V. Ex^a, mas a voz da humanidade, angustiada com algo que coloca em risco a nossa sobrevivência, o nosso destino, enfim, o caminho em busca da realização da paz, da concórdia, da justiça social e da sobrevivência como um todo, porque não podemos pensar que existem ilhas de prosperidade em meio a um mar de misérias: ou sobreviveremos todos, como espécie, ou sucumbiremos. O apelo de V. Ex^a encontra, mais uma vez, eco em todos nós – as multidões que vêm às ruas, às praças públicas e manifestam um repúdio eloquente contra essa insídia guerreira da potência americana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço profundamente e encerro o meu pronunciamento com o aparte de V. Ex^a, que foi oportuno, feliz, concreto e real. V. Ex^a tem toda razão: é a humanidade que está em jogo.

Aliás, eu dizia outro dia, hoje a preponderância americana é muito grande, o poderio é total. A Rússia não tem nenhum significado; a China, tampouco; a Alemanha... Do ponto de vista da potência, da violência e da força armamentista, o mundo só tem os Estados Unidos. E contra os Estados Unidos, hoje, só há a opinião pública mundial. E a opinião pública, que não tem arma, não tem poder, não tem bomba e não tem capacidade de agressão alguma, é a força que se contrapõe aos americanos. São milhões de brasileiros, alemães, italianos, católicos e cristãos, brancos e negros, homens, mulheres e crianças, enfim, são milhões no mundo inteiro pedindo paz, reclamando o direito de viver em liberdade e pedindo a chance de sobreviver. De outro lado – não digo a nação americana – há a figura do Sr. George W. Bush, estranha e impressionante.

Ontem, quando falou à nação americana, com a frieza de sempre, disse a frase que repeti aqui: “Se acharmos que ferem os nossos interesses, não precisamos do apoio e da licença de ninguém”. É esse o homem que quer iniciar uma guerra.

Deus queira, Sr. Presidente, que prevaleça a paz. Deus queira que o pedido do Papa para jejuarmos e rezarmos, cada um no seu espírito, na sua idéia, no seu pensamento, na sua fé, na sua forma de ser, mas com todos os pensamentos voltados para a paz, consiga gerar um imenso manancial de sentimento positivo e o Presidente George W. Bush recolha-se ao seu lugar, e a paz prevaleça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Frase Infeliz de Graziano

(Pronunciamento em 14 de março de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, fiz minha inscrição para falar do terrorismo e dos meus projetos de lei sobre essa matéria e a escuta telefônica, e haveria tempo para isso, mas o nobre e querido Senador que me antecedeu abordou um tema que me provoca vontade de analisar – as polêmicas declarações do Ministro José Graziano sobre a violência em São Paulo.

Será que alguém imagina que o Ministro Graziano, ao fazer aquela declaração, teve a intenção de atingir os nordestinos, de criar um racha entre o Nordeste e São Paulo? Qual foi a verdadeira intenção dele ao dizer que aqueles que possuem carros blindados devem defender-se dos nordestinos?

Que a frase foi infeliz não há como deixar de reconhecer. Quem de nós não proferiu, uma infinidade de vezes, frases infelizes? Quem de nós – parlamentar, político, governador, presidente – já não proferiu frases das quais se arrependeu mil vezes? Mas querer insistir nessa idéia ou, como faz um jornal de São Paulo, analisar os Ministros do Presidente Lula, destacando aqueles que são muito ruins e os que são bons – e, casualmente, os que não são bons são os sindicalistas, e os ótimos são o Ministro da Agricultura, o Presidente do Banco Central e o maior exportador do Brasil, que está no Ministério – é algo que não me parece correto. Esse jornal não pode fazer esse tipo de discriminação. Que tenha um pensamento que se alinhe ao do atual Ministro da Agricultura, tudo bem. Que tenha um pensamento que não se alinhe ao do Ministério da Reforma Agrária, tudo bem.

Que tenha um pensamento que se alinhe ao do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tudo bem. Que tenha um pensamento que não se alinhe com o do Ministério das Cidades, tudo bem. Mas fazer essa diferenciação de que os homens que Lula foi buscar na área conservadora, industrial ou produtiva são ótimos e aqueles que foi buscar na área social, dos trabalhadores, entre os que representam sua vida inteira de luta, não são bons, não me parece correto, sinceramente.

A imprensa publicou que o Sr. Graziano já caiu e que seu sucessor certo é o Presidente do Grupo Pão de Açúcar; não sei se essa idéia passou pelo Palácio do Planalto. Não há dúvida de que o Grupo Pão de Açúcar é da mais alta competência. Aliás, ninguém sabe melhor distribuir do que os supermercados, desde que se vá lá e se pague.

O Sr. Diniz, aliás, tem uma história dolorosa, sofreu muito. Tenho muita amizade e respeito por ele. Foi o seu seqüestro um dos fatores que influenciaram a surpreendente derrota de Lula para Collor, no segundo turno. Nas vésperas do pleito, apareceram os que o haviam seqüestrado. Um deles, usando uma camiseta do PT, foi filmado pelo delegado, que quis estabelecer uma ligação entre os dois fatos. Não acredito nisso.

Quanto ao problema da fome, não há dúvida de que o projeto do Presidente Lula é um grande projeto. Não há dúvida de que, se sentássemos para debater, para analisar qual é o maior problema que o Brasil tem hoje, veríamos que é a fome. Mas também não há dúvida alguma de que é um problema de uma complexidade fantástica.

Talvez o equívoco do Presidente Lula e do seu Governo tenha sido dar à opinião pública a demonstração de que o projeto era muito fácil; que seria lançado hoje, amanhã seria posto em execução e, depois de amanhã, terminaria a fome. Pelo menos muitas pessoas pensaram isso e muitas pessoas, por má-fé, começaram a espalhar isso. Já aqui, neste Senado, os Senadores do PSDB e do PFL cobram a solução do problema da fome.

Ainda há pouco, o querido amigo Romero Jucá veio a esta tribuna dizer que espera que o Governo acabe com o fogo na floresta do seu Estado, mas que não demore o que está demorando para matar a fome do povo, que seja mais rápido.

Não creio.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Pedro Simon, parabenezo-o pela defesa que faz do Governo Lula. Sei da participação de V. Ex^a na eleição de Lula, V. Ex^a sempre o defendeu, mesmo não sendo do Partido de Sua Excelência. Mas conheço também...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não está me colocando no pelourinho por isso.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Não, estou reconhecendo as posições que V. Ex^a sempre assumiu. V. Ex^a sempre foi defensor da imprensa livre. Acompanhei a trajetória de V. Ex^a e sempre o admirei, como Deputado, de longe. Sonhava até com a oportunidade de poder estar frente a frente com V. Ex^a. Devo dizer que a imprensa faz a análise – e não é só um jornal, são todos eles – se V. Ex^a tiver o cuidado de averiguar, verá que a imprensa, hoje, critica a situação do Programa Fome Zero. Estamos torcendo todos, principalmente nós, nordestinos, por esse programa, que esperávamos fosse implementado com a geração de emprego, e não com uma ajuda miserável, para viciar cada vez mais o cidadão, para humilhá-lo. Não me refiro ao cidadão pobre do Nordeste apenas, mas ao de todo o País. Se o Governo Lula, que prometeu dez milhões de empregos, começasse por aí, teria o apoio de todo este País. E não levando R\$50 reais a uma família que está morando num casebre, cuja casa não será feita, que não terá energia elétrica, água, assistência médica. E V. Ex^a sabe, um cidadão pobre do Nordeste, que tem 6, 8, 10 filhos, com R\$50 reais, o que fará? Estamos aqui querendo exatamente dizer que o Governo erra, que, ao começar, o Governo tem o direito de errar. Está nos jornais: “Apenas mais uma reunião. O Fome Zero vai reunir toda a área social do Governo neste fim de semana”. As críticas vão a ponto de afirmar que as pesquisas dizem que a lua-de-mel do Governo chegou ao fim. E a mesma pesquisa diz que Lula é melhor do que o Governo. Então, é preciso que sejam feitos alguns acertos. Quanto às críticas, eminente Senador, que foram feitas ao Ministro José Graziano, pense V. Ex^a: existiam mil outras frases para o Ministro

usar, mas S. Ex^a não teve coragem de enfrentar o narcotráfico, por exemplo. S. Ex^a não teve coragem de dizer que os responsáveis por isso não são os nordestinos, pois eles são os menores, são os mais pobres? Seria esse o caminho? Então, V. Ex^a há de entender que nós, nordestinos, não estamos satisfeitos com a postura do Ministro. Repito que o Lula cometeu um erro: deveria ter demitido o Ministro, porque, como nordestino, ele também deveria ter sentido a dor que nós sentimos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja como V. Ex^a é cruel: diz que o Ministro não teve coragem de se referir ao narcotráfico. Eu diria o seguinte: ele não teve a inteligência e a capacidade de se referir ao narcotráfico. Poderia ter dito realmente isso, poderia ter-se referido ao narcotráfico. Declaração infeliz? Declaração infeliz. Agora, demitir o cidadão por causa de uma declaração infeliz, eu, sinceramente, não concordo com isso. Se fosse Ministro meu, eu não demitiria. Declaração infeliz? Infeliz. Ele está pagando por sua declaração. O problema é cobrar trabalho dele. O problema é cobrar serviço. E digo mais: o Governo Lula criou tantos órgãos – são vinte e nove! – que, de certa forma, fazê-los funcionar não é fácil. O problema da fome é do Graziano; os problemas sociais são da Ministra Benedita da Silva. Mas a fome é um problema social! Os problemas da cidade são do Ministro Olívio Dutra! A fome está nas cidades! Então, criou-se um enredo em que não se sabe onde termina a responsabilidade de um e onde começa a de outro e realmente está difícil.

Se o Lula está reunindo seus Ministros da área social de novo, faz muito bem! E que fique reunido com eles por dez dias e lhes ensine a fazer. Acho que está correto! Agora, cobrar do Ministro e do Governo e dizer que o Programa Fome Zero fracassou nesta altura!? Perdoem-me, mas não estou defendendo o Governo do Lula, não estou preocupado com o Governo do Lula. Estou preocupado com o meu País. Passei oito anos criticando, cobrando e elogiando o Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Nas horas boas, eu vinha para esta tribuna e elogiava; nas horas ruins, eu vinha e criticava. Com o Lula vai ser a mesma coisa.

Mas não concordo que não se dê a um Presidente que assumiu o País nas condições em que ele assumiu a chance de se colocar. O

Governo do Lula foi uma revolução social pacífica que se fez neste País – e o mundo reconhece isso. Contudo, adaptar isso aos cânones do Governo e caminhar adiante é o que ele está tentando fazer.

Não acho que o PFL, o PSDB nem o PMDB, que participaram do Governo anterior, têm autoridade para vir aqui e abrir as baterias da crítica. Vejo o Líder do PSDB falando e parece que o Governo Lula está no seu último dia. Ele faz cobranças como se o Lula estivesse no fim do seu Governo, e como se ele tivesse sido o Líder de um Governo que tivesse tido uma atuação espetacularmente excepcional.

Se disserem que o PT exagerou na propaganda, que o Duda Mendonça foi além do que devia, que semeou uma esperança que não dá para concretizar em curto prazo, eu concordo. Agora, o PSDB e o PFL cobrarem porque as coisas estão mal!? Estão mal porque foram deixadas mal. Estão mal porque a dívida do Brasil, só no ano passado, duplicou. De janeiro do ano passado a janeiro deste ano, passou a ser o dobro! Essa é a realidade que estamos vivendo. E vivemos numa época de um mundo em crise. Pode ser que amanhã acordemos em guerra. E há interrogações por todos os cantos.

Tínhamos a obrigação de nos sentar à mesa – o Presidente Lula devia ter a humildade de chamar todos os componentes de todos os Partidos – para debater. Está certo que o Ministro Tarso Genro fez bem em reunir uma equipe, mas ele não foi feliz, pois a sua foi uma escolha feita de cima para baixo. Ele poderia ter pedido que a Fiesp indicasse os nomes, que a CUT indicasse os nomes, que os partidos indicassem os nomes, que fosse algo que tivesse a representatividade de quem estivesse sentado ali, e não um convite do Governo. Mas, mesmo assim, estão se reunindo, debatendo e analisando.

Penso que este Congresso tem a obrigação de ajudar. Temos a obrigação de torcer para que dê certo. Não pense, querido amigo, e não pensarei eu que se o Presidente Lula for mal nós é que vamos voltar para o Governo. Se o Presidente Lula fracassar, se houver caos, se for uma desmoralização o Governo que aí está, enganam-se o PMDB, o PSDB e o PFL em pensar que ele sai e nós entramos. Ele sai e não sei o que acontece. Honestamente, não tenho a mínima condição de imaginar o que vai ocorrer se esse povo que sonhou, que confiou, que lutou, que votou, que esperou e que confia que algo irá acontecer for frustrado. O povo votou num político não-convencional, votou num

homem que não tinha carreira política, que não era dos nossos, alguém do povo, alguém que tinha cheiro de povo, representava o povo. Se esse homem fracassar, em quem essa gente vai confiar? Quem vai substituí-lo? Fernando Henrique vai voltar candidato? O PSDB vai indicar candidato? O PMDB ou o PFL vai indicar candidato? Não sei, mas acho que a situação seria catastrófica.

Defendo a tese – repito e insisto – de que os partidos políticos no Congresso Nacional devem fazer um esforço no sentido de debater e analisar as questões que surgirem e ajudar para que as coisas dêem certo, e o nosso amigo Lula deve ter a humildade de buscar, também além do seu círculo de assessores, orientação, conhecimento, sugestões. O debate deve apontar caminhos. Isso é importante.

Também é importante entendermos que há momento para tudo. Esta não é a hora de quebrar lanças, esta não é a hora de fazer os discursos mais eloqüentes, esta não é a hora de tentar desmoralizar o Governo, esta não é a hora de espalhar para a opinião pública que não há esperança, que não há chances, que essa gente não resolve nada. Não vejo patriotismo nisso. Criticar, sim! Cobrar, sim! Mostrar o que está errado, sim! Essa é uma obrigação até dos homens do PT.

Aliás, repito aqui: a situação não está boa. O Governo não conseguiu caminhar, não conseguiu andar. Lula fala, mas não vemos ecoarem as suas palavras, não há a correspondência entre discurso e ação. Não me refiro à ausência de planos – o Fome Zero é uma iniciativa importante – não é essa a questão. O que não se vê é o encaminhamento desses planos. Ainda estamos angustiados diante da necessidade que teve o Governo de aumentar os juros de 25% para 26% e de 26% para 26,5%, mas nos preocupa mais o futuro. O que vai acontecer? São esclarecimentos nessa direção que estamos esperando, é essa a expectativa com relação ao Governo do PT.

O Presidente José Sarney, que foi eleito unanimemente pela Casa – e digo aqui mais do que na Câmara, porque o Senado é mais apropriado – poderia reunir os líderes de todos os partidos com o Líder do Governo e tentar buscar o diálogo: o que podemos fazer, no que podemos ajudar, como podemos colaborar para evitar frustrações?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É com alegria que recebo

o aparte do grande Senador do Rio Grande do Sul e do Brasil, nosso querido companheiro Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, que muito orgulha o nosso Estado, o Rio Grande do Sul, ex-Governador e, mais uma vez, Senador, quero cumprimentá-lo pela coerência do seu discurso. A exemplo do Senador Efraim Morais – éramos Deputados, agora somos Senadores – sempre tive em V. Ex^a uma referência e, por isso, acompanhei o seu mandato nesses oito anos do Governo anterior. V. Ex^a está tendo na tribuna a mesma firmeza e a mesma clareza. Seu discurso é reflexo dessa postura: críticas e elogios. Eu me lembro de um discurso de V. Ex^a, feito há quinze dias, em que dizia: não queiram que o Governo Lula faça, em dois ou três meses, o que não foi feito em oito anos. V. Ex^a, neste momento, aponta na mesma linha. Há problemas? É claro que há, pois pegamos o País em condições muito difíceis. Gostaria de fazer referência à política de combate à fome. O Senador Efraim Morais lembrou que os nordestinos, o País, enfim, não espera somente, como auxílio na sua luta contra a fome, uma marmita ou R\$50,00. Temos também de nos lembrar – defendi isso no passado – do tíquete-leite, da bolsa-escola, do vale-transporte, do vale-alimentação e até da distribuição de cestas básicas para o Nordeste na época da seca. Perguntaram-me se eu não entendia que essas medidas eram casuísticas e paternalistas. Respondi que, para muitos, poderia parecer que sim, mas, para aquele que está com fome, para aquele que está no chão da fábrica, no fim da linha, é importante receber até a cesta de alimentos. Combater e erradicar a fome no País é uma tarefa gigantesca. Sou do PT, mas não sou daqueles que dizem que o Governo Lula está acertando em 100% de suas ações. Também estou aguardando, esperando. Estou ainda no campo da esperança, do otimismo, da expectativa de que o Governo Lula faça mudanças, acerte e corresponda, principalmente quanto a investimentos e ao aumento da produção. Sem sombra de dúvida, também concordo: o ideal seria gerar mais empregos. No momento, porém, enquanto a economia e as conjunturas nacional e internacional não permitem que isso aconteça, é preciso haver políticas imediatas de combate à fome. Espero que essa expectativa gerada se concretize o mais rápido possível. Fiz o aparte mais para cumprimentar V. Ex^a pela postura que vem adotando, mas quero também cumprimentá-lo, Senador Pedro Simon, pelo seu

posicionamento relativamente ao Ministro José Graziano. Concordo que S. Ex^a foi infeliz, mas V. Ex^a teve a grandeza de, em sua defesa, perdoá-lo. Ao usar da tribuna, fiz questão de dizer às duas autoras que me procuraram e à editora, que reconheceram o erro e pediram desculpas, que, de minha parte, o importante era que o livro fosse apreendido – como foi – e que dessem nova redação ao livro e a submetessem a um conselho de alto nível, para que fosse adequado aos moldes dos livros didáticos deste País. V. Ex^a teve a grandeza de perdoá-lo. Sei que o Senador que o antecedeu também a terá. Foi um equívoco. Foi um erro. Entretanto, não devemos fazer do erro um cavalo de batalha. Pelo contrário: esse erro deve servir de exemplo para que outros erros não aconteçam e para que possamos contribuir para o avanço deste País. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – De coração, muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Como há outros oradores inscritos, peço a V. Ex^a a compreensão para que, dentro do prazo mínimo necessário, conclua o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou eu quem fala demais, ou é o relógio que corre muito rapidamente? Nem entrei no tema, Sr. Presidente! Estava apenas no intróito.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço apenas a V. Ex^a que me permita ouvir os apartes.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Pois não.

O Sr. Efraim Morais (PLF – PB) – Nobre Senador, agradeço-lhe por me conceder mais este aparte. Quero dizer que não há nenhum ódio nas minhas palavras; inclusive, registrei isso no meu pronunciamento. Mas haverá sempre – coloco-me ao lado do nosso Senador Paulo Paim – a reação do Nordeste a frases dessa natureza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que é absolutamente correto.

O Sr. Efraim Morais (PFL-PB) – Lembro-me, quando vejo na tribuna um representante do Rio Grande do Sul ser aparteado por outro representante do Rio Grande do Sul e, aqui, um paraibano, da Revolução de 30, quando o Rio Grande do Sul e a Paraíba deram-se as mãos. Espero que possamos estar unidos em defesa do Fome Zero. No entanto, nós, do PFL, do PSDB, do PMDB, do PT, qualquer que seja o partido, vamos ter de ser vigilantes. Se algo vai mal no Governo Lula – e sentimos isso na sociedade, pois somos nós que a ouvimos mais – temos a obrigação de vir aqui até para ajudar Lula, porque todos queremos que Lula acerte. Não vamos fazer oposição ao País, vamos fazer oposição ao Governo. Na hora em que o Governo errar, a nossa obrigação será vir aqui reclamar para que o próprio Governo corrija o seu rumo. Essa é a intenção. Penso ser intenção desta Casa estarmos unidos, nós brasileiros, em defesa do nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, com todo respeito e com toda consideração que tenho por V. Ex^a, quero lhe dizer que fico satisfeito por V. Ex^a ter vindo à tribuna, nesta manhã, defender o Ministro José Graziano. Primeiro porque ele merece, tem um histórico de defesa de todos os projetos sociais que o Presidente Lula tem concebido, assim como também daqueles que já estão em fase de execução. Inclusive, nós, membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reunidos esta semana, discutimos a possibilidade de S. Ex^a vir ao Senado e aqui apresentar as suas desculpas ao Senado Federal, ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro. Digo isso porque V. Ex^a sempre assume a tribuna para trazer importantes assuntos, e era praxe, no Governo Fernando Henrique, V. Ex^a vir aqui pedir a cabeça de Ministro. Houve Ministro que caiu porque V. Ex^a, com a sua capacidade, o seu conhecimento e o seu discernimento, na hora H, na hora certa, no momento de maior dificuldade de determinado Ministro, veio à tribuna e pediu a sua saída. Hoje, inicialmente, pensei: se o Senador Pedro Simon for à

tribuna e pedir a cabeça do Ministro José Graziano, realmente ele vai cair. Fiquei, portanto, satisfeito quando vi que V. Ex^a veio defendê-lo. Espero que o Ministro permaneça e continue contando com o reconhecimento do Senado e do Congresso Nacional, o que com certeza vai acontecer e será demonstrado quando do seu comparecimento aqui na próxima semana. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, cumprindo a determinação da Presidência, encerro, dizendo apenas o seguinte: acredito que todos temos as nossas idéias, os nossos partidos, os nossos objetivos. Quem está na vida pública sabe que é assim. O PMDB, como Partido, foi derrotado, perdeu a eleição para a Presidência da República, assim como o PSDB e o PFL. O PT ganhou. Que se esteja preparando o caminho para o que faremos daqui a quatro anos é absolutamente correto. Que se costurem os caminhos que vamos trilhar para a próxima eleição é absolutamente correto. Estar na expectativa do que vai acontecer é absolutamente correto. O que quero dizer é que não me parece correto que, neste início de um Governo que foi uma revolução na sociedade brasileira, estejamos torcendo para que ele vá mal. Considero isso pecado. Creio que temos de criticar, debater, protestar, mostrar, mas, quando vejo que já se está torcendo para que a coisa vá mal, considero, sinceramente, que não é correto.

Talvez eu tenha de voltar a esta tribuna e pedir a cabeça de Ministro. Se tiver que fazê-lo, farei com a maior tranqüilidade. Provavelmente virei a esta tribuna criticar, dura e asperamente, as coisas que acontecerem no Governo do PT. Farei isso com a maior tranqüilidade. No entanto, neste início, sinto-me completamente desconfortável em ver cobranças a um governo que está começando. Não bem, reconheço; não era aquilo com que se sonhava. Pensávamos que seria uma maravilha, com projeto 1, projeto 2, projeto 3. Imaginávamos que os cem dias do novo Governo seriam marcantes. Não serão. Reconheço que não teremos isso, o que é uma pena. Não estou gostando do Governo, mas também não estou torcendo para que os próximos cem dias sejam piores. Espero que ele se recupere. E, no que depender de mim – era o que tinha a falar agora – farei tudo o que puder para ajudar. Inclusive, tive um encontro com o Ministro da Justiça para apresentar

propostas e idéias sobre a questão da segurança, sem imprensa e sem ninguém, pois a nossa obrigação, hoje, é colaborar.

Repito: o Eclesiastes é sábio quando diz que há momento para tudo na vida. Há momento para atirar pedra, para colher, para rezar, para chorar, para dormir e para trabalhar. Parece-me, portanto, que esta não é a hora da cobrança, mas a hora de unirmos os nossos esforços no sentido de torcer para que dê certo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Estados Unidos contra ONU

(Pronunciamento em 17 de março de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estamos aqui em uma sessão tranqüila, serena, cobrando a posição do PT, e o PT tentando se justificar, não com muita felicidade. Estamos discutindo os nossos problemas, que são realmente muito sérios, como o problema da violência – e abordou aqui o Senador Arthur Virgílio, com muita seriedade, que o assunto deve ser encarado por nós. Mas, na verdade, na verdade, talvez estejamos a 24 horas de uma nova guerra no mundo.

O Conselho de Segurança, convocado a se reunir extraordinariamente, primeiro, às 15 horas, depois, antecipado para as 12 horas, em Nova Iorque, a rigor não se reuniu, porque americanos e ingleses retiraram o pedido de autorização para intervir no Iraque. Como consequência, não houve reunião. Está anunciado que, hoje, às 8 horas da noite em Washington, 10 horas no Brasil, o Presidente norte-americano falará, comunicando à nação e ao mundo o início da guerra.

Retiram-se do Iraque todos os embaixadores dos países conhecidos. Os homens que lá estavam em nome da ONU, fiscalizando, também estão em retirada. O mundo se prepara para o início de uma nova guerra.

É interessante, mas eu não me lembro, na minha vida, olhando para trás, uma guerra que se inicia como esta: com o mundo inteiro contra. Hoje, saiu uma pesquisa em Nova Iorque, em que é dito que 75% do povo norte-americano somente aceita a guerra com a autorização da Organização das Nações Unidas.

A Organização das Nações Unidas aprovou uma moção determinando a ida dos seus agentes ao Iraque para fazer a fiscalização, determinando normas a serem cumpridas e dizendo que, se não fossem cumpridas, a ONU poderia tomar decisões gravíssimas!

Os relatores dessa representação, os cientistas e os técnicos que foram fazer as investigações afirmaram que as coisas estavam se encaminhando, que agora o Governo do Iraque estava ajudando, que queimaram ogivas, que estavam proibidas, com alcance de mais de 150 quilômetros e as coisas estavam em andamento. Mas o Presidente Bush não aceitou, marcou e cobrou uma nova reunião da ONU e apresentou uma moção.

Nessa segunda moção, dizia que as explicações, as atitudes do Governo do Iraque não eram satisfatórias e, conseqüentemente, americanos, ingleses e espanhóis iniciariam o ataque, estavam autorizados a iniciar o ataque.

A ONU não votou essa moção. A ONU não votou a moção, e a França, a Rússia e a China, países com direito a veto, disseram que vetariam. São cinco os países com representação na ONU com direito a veto: Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China.

Engraçado, sempre debati esse direito absurdo chamado direito a veto das nações superpotentes. Mas hoje verifico que até tem um significado. Então, dos cinco países com direito a veto, três não aceitavam a guerra: França, China e Rússia; dois queriam: Estados Unidos e Inglaterra. Quanto aos outros países, são países menores e estão no Conselho de Segurança temporariamente. São quinze os países, os cinco já mencionados e mais dez. E o Governo americano fez o máximo do imaginável para levá-los a votar a favor da moção americana. Levaram o tempo todo num esforço dramático para que esses países dessem seu voto favorável no Conselho de Segurança. Mas o Secretário de Estado Americano disse, hoje pela manhã, que não conseguiu, que os países que ainda não estavam decididos, entre os quais o Chile, o México e o Paquistão, não aceitavam a guerra e estavam propensos a dar mais prazo para continuar, pacificamente, a busca do entendimento.

Então, o Presidente americano e o Primeiro-Ministro inglês, vendo que não passaria na ONU a moção favorável à guerra, que ela seria derrotada, porque o Governo americano aceitaria o veto francês,

mas duvidava que a França vetasse... Ontem estudávamos, na História do Brasil, a Ilha dos Açores, que nunca esteve em tanta evidência. Mas ontem, os Governos de Portugal, da Espanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos resolveram fazer ali a reunião. Por que em Açores? Por que não em Londres? Por que não em Washington ou em qualquer outro país? A explicação foi que a Ilha dos Açores é tão pequena, tão insignificante, que eles poderiam fazer sem nenhum protesto, sem nenhuma marcha contra. Mesmo assim saiu uma marcha de 350 pessoas.

Fizeram a reunião e decidiram. Sabendo que não conseguiriam os votos dos países que não são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, o Presidente Bush ainda cometeu um ato deselegante para com a França. A França já mostrou sua carta, que é o veto. A guerra sairá, e quero ver quais serão os próximos lances da França. Os analistas disseram que ele comparou isso a um jogo de pôquer, em que o Presidente francês teria mostrado a primeira carta – o veto – mas que o Presidente americano iria para a guerra porque queria ver todas as cartas que a França teria para mostrar.

O Governo americano, sabendo que não teria o número de votos necessários para aprovar a moção proposta e que, se a mesma fosse aprovada, a França usaria seu direito de veto, reuniu-se ontem com representantes de outros países, nos Açores, e deu o prazo, num domingo, de 24 horas, para a ONU decidir sobre a questão porque, depois desse prazo, tomariam as decisões. Isso é fantástico! Num domingo, dar prazo a um órgão como a ONU, que tinha reunião marcada para a próxima quarta-feira. Não. A reunião deveria acontecer hoje. O que ocorreu? Não houve a reunião porque foi retirada a moção. E a argumentação do Sr. Bush e do Sr. Tony Blair é de que não mais necessitam da segunda moção, uma vez que a primeira já é uma garantia. Se a primeira moção já lhes garantia, por que eles queriam a segunda? Se a primeira dava o direito de o americano iniciar a guerra, para que ele fez toda essa luta para conseguir a segunda?

É claro que a primeira não garante e que diz que se vai dar um prazo, os homens da ONU vão lá, vão intervir, vão tentar encontrar soluções. E se o Governo do Iraque não permitir, não ajudar, poderemos ser levados a soluções drásticas ou coisa parecida. Mas poderemos ser levados “quem”, a ONU?

A ONU está dizendo em seu documento que espera que se chegue à conclusão. Se o Iraque não concluir, ela chegará a conclusões drásticas. Isso significa que se os membros, os técnicos da ONU dissessem que o Iraque não está colaborando, a ONU decidiria intervir. Mas, nessa moção, não há nenhum lugar que dê a entender que se não colaborar o americano pode decidir.

Os americanos, em uma atitude estrategicamente inteligente, diria diabolicamente inteligente, estão chegando a uma conclusão: é melhor vender essa tese de que a primeira moção já aprovada nos permite, é melhor vender a tese de que estamos entrando no Iraque, bombardeando o Iraque e que não houve moção nenhuma do que o Conselho de Segurança da ONU votar contra e o americano for contra. Isso seria uma revolta geral no mundo.

Se o Conselho de Segurança se reunir na quarta-feira, votar e dizer não, e o americano violentar essa decisão e ir lá, a reação seria tremendamente mais grave e mais séria do que essa, que é ele ir lá. Seria palavra contra palavra porque a primeira moção já lhe permitia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com maior prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a com a acuidade e com enorme senso de oportunidade histórica faz um discurso que fica nos Anais em momento de extrema gravidade para o mundo, quando sentimos aqui uma certa sensação de impotência. Não temos muito o que fazer a não ser o gesto. Acredito que o gesto é algo que jamais deve deixar de ser esboçado por homens que têm essa consciência e esse compromisso com o escrever a parte mais justa da história deste País. Veja V. Ex^a como é de fato delicada a posição adotada pelo Presidente George W. Bush na ONU. O Conselho de Segurança tem quinze membros. Supomos que oito significariam maioria, se não houvesse veto, para aprovar a resolução. Sabiamente a ONU estipula que não bastam oito e são necessários nove e estipula que os cinco membros permanentes teriam direito, cada um, a vetar, e os Estados Unidos vetaram mais de cem vezes tentativas de...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a lembra com muita inteligência que o americano usou mais de cem vezes o direito de veto. Queria desmoralizar a França porque ia usar uma vez. É a rotina do americano vetar.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Veja só, Senador Pedro Simon, o grave está em que, tomada a decisão emperdenida e a meu ver justa de Rússia e França vetarem a resolução proposta que legitimaria o ataque ao Iraque, o governo norte-americano passou a fazer outra coisa: passou a buscar nove votos quaisquer, sondou nove votos quaisquer. Ou seja, neste momento, setorialmente, desmoralizaria o instituto do veto. O Conselho de Segurança ficaria capenga. Quando percebeu que não conseguiria os nove votos e que havia, ainda, o veto de dois países dos cinco que podiam vetar, retirou a resolução, e partiu para uma legalidade completamente duvidosa e que joga por terra todos os instrumentos de política internacional, de legalidade internacional de que pudéssemos dispor, numa ONU capenga, numa ONU que necessita de reformas, num Conselho de Segurança defasado. Mas, francamente, melhor isso do que nada. E estamos observando agora o que aconteceu antes com a Liga das Nações, que teve um enterro de quinta classe em 1946. Mas foi desmoralizada antes. Foi desmoralizada um pouco porque os Estados Unidos nela não entraram, e sobretudo porque algumas resoluções foram desrespeitadas por países-membros, que não se curvaram ao apelo de paz que a direção da então Liga das Nações formulava. Estamos, portanto, neste momento – digo isto não sem um certo arrepio – nós, senadores, brasileiros, parlamentares, não-parlamentares, presenciando o enterro da legalidade internacional. Daqui para frente, ou teremos a capacidade de construir com rapidez algo que substitua a ONU e que nos devolva a esperança de não ficarmos à mercê da barbárie, ou poderemos estar também presenciando, até sem o sentirmos objetivamente – subjetivamente sim, talvez objetivamente não – uma fase muito obscura de um mundo que, em nosso coração, sempre foi acalentado como tendo direito a um destino brilhante de liberdade, de justiça, de respeito à multilateralidade. Em outras palavras, comungo com a preocupação de V. Ex^a. Fico extremamente preocupado com o que estou vendo. E digo, Senador Pedro Simon, que este momento histórico é daqueles que preferiria não estar vendo os meus filhos viverem, porque, a partir

dele, fica cedida à insanidade de um Bin Laden toda a mão-de-obra generosa, valente e brava de jovens que entenderão que é por ali o caminho de expressão da sua revolta. Fica delicada a situação dos ícones norte-americanos e ingleses. O terrorismo poderá ter um grande *essor*, um grande crescimento, numa hora em que supúnhamos o entendimento das nações. O Presidente Clinton chegou a colocar nos jardins da Casa Branca, para uma coletiva, Arafat e o Primeiro-Ministro israelense da época. De lá para cá, o mundo entrou numa fase de efetivo obscurantismo. Eu me preocupo muito com isso e vejo com tristeza, mas, ainda assim, esperançoso com o fato de que, na hora em que falece a alguns o bom senso para fugir do risco brutal que acomete alguns estadistas, que é o risco da insensatez, alguns estão sabendo ser os baluartes da sensatez, a começar pelo Presidente Chirac, que tem sido admirável na sua forma de procurar prevenir o futuro das próximas gerações. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso brilhante. É tautologia dizer que V. Ex^a faz um discurso brilhante, porque já se subentende que seus discursos são brilhantes. Parabéns, portanto, por esse seu discurso, e mais ainda, pela voz muito respeitada neste País, que nos lembra a todos de que cada beija-flor tem de apagar a sua parte do incêndio, e a nossa é falar em paz, em paz, em paz, em nome das futuras gerações. Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Arthur Virgílio, fico muito feliz com o seu aparte. V. Ex^a tem conhecimento de causa, passou pelo Itamaraty, conhece profundamente essa matéria e imagino que esteja tendo uma tremenda sensação de angústia maior do que a nossa até esse momento. Confesso não sei descrever o que sinto. É uma sensação de mágoa, de tristeza, de fracasso, de irresponsabilidade, de impotência, vendo as coisas aí, e a gente a olhar. Confesso que passei o sábado e o domingo em casa assistindo televisão. Deus me perdoe, mas senti na GloboNews, nos comentaristas e nos professores das universidades, nos técnicos de política internacional que eles levaram, um sentimento que não me agradou. Primeiro, tentaram desmoralizar o Presidente da França, tentando ridicularizá-lo, dizendo que ele era um homem de direita e que agora queria aparecer, que em âmbito interno não significava nada, que o problema dele era o petróleo, sei lá o quê. Segundo, levar uma posição natural a isso que está acontecendo: “É isso mesmo, é o americano; também o Presidente

do Iraque é um monstro”, é não sei o quê. Mas quem assistiu, sábado e domingo, à GloboNews deve ter ficado com uma sensação de que a guerra é isso mesmo. Estranho muito! Juro que estranho muito essa posição e não consigo entender. O Brasil inteiro é contrário! Aqui nesta Casa é unanimidade! Se há algo que une a classe política, se há algo que une nosso Itamaraty, se há algo que une o Poder Executivo, se há algo que une a sociedade brasileira, é um clamor no sentido de que essa guerra não deveria se concretizar.

Mas o que me angustia nisso – e ontem a GloboNews mostrou, e confesso ter me chamado a atenção o discurso que o Presidente Sarney fez daqui da tribuna – é ver que o Presidente americano, eu não tinha me dado conta, agora se apresenta permanentemente à sociedade americana como um místico. Eu o ouvi dizer ontem e fiquei boquiaberto: “Eu era dado à bebida, deixei, me converti”. E agora ele fala em nome de Deus. Dizem que quando reúne o seu ministério, primeiro ele faz uma oração para depois iniciar o trabalho. Quando acorda, a primeira coisa a fazer é a leitura diária da sua Bíblia. Fico a me perguntar: de sentimento é esse de uma pessoa que busca a verdade em um país em que as idéias da liberdade e da justiça se propagam e se desenvolvem? Que situação é essa que está vivendo um homem desses que se considera o paladino do bem e que vai derrotar o mal? Temos o bem, representado pelo Presidente Bush; temos o mal, Chirac. Para o Presidente americano, Chirac é o mal. Menos até do que os norte-coreanos.

Deus me perdoe, mas passei essa noite a meditar e a ler muito. Caiu nas minhas mãos um livro de análise do final do Dr. Getúlio Vargas e, sinceramente, passei a imaginar o que teria ocorrido no cérebro do Dr. Getúlio naquela hora em que ele tinha duas decisões: a guerra civil ou a morte dele. Ninguém imaginava, não é da História do Brasil, não é da nossa biografia, ninguém supunha que aquilo pudesse acontecer. Mas a morte do Dr. Getúlio evitou a guerra civil em 1954.

O que pode acontecer entre hoje e amanhã? O Presidente iraquiano aceitará o ultimato americano e se retirará? E qual a garantia que teriam os iraquianos de que a guerra não continuaria, mesmo desaparecendo o Presidente iraquiano? São 300 mil pessoas todos os dias, exatamente, e a guerra tem de sair agora porque elas estão no espaço total. É agora. Elas foram se preparando, se armando, se colocando, fizeram um oleoduto para levar combustível, à medida que as tropas

forem entrando em direção ao centro do Iraque para que não haja o perigo da falta do combustível. Amanhã é o dia D. A partir de amanhã, começam a contar o tempo porque já estariam perdendo tempo.

Não sei, serão três dias de bombas – não sei quantas mil bombas já estão preparando. Após esses três dias de bombas, serão milhares de desertores que, eles têm certeza, surgirão. Querem fazer uma guerra relâmpago. O general que comanda a operação será o mesmo que comandará o Iraque. Por quanto tempo ninguém sabe. Os americanos estão no Iraque já orientando que a Arábia Saudita deve ter democracia, naquele sentido feudal daqueles reis que eram ótimos o tempo todo, ao longo de todo esse tempo em que eram os amigos número 1 dos americanos. Mas agora não têm a menor confiança.

O que ocorrerá no nosso mundo com essa superpotência, dona absoluta, com o desaparecimento da ONU, com a destituição do Conselho da ONU, com as vozes que se levantarem caindo no ridículo, com a televisão – e esse é outro aspecto fantástico que já ocorreu na primeira guerra do Iraque – só mostrando aquilo que eles querem que apareça? Os donos da televisão já fizeram uma autocensura, aceitando que seja feito de uma forma que os americanos fiquem bem. Na última guerra já foi assim: não apareceu sangue; não apareceram as mortes; não apareceram os resultados das bombas na televisão. Pelo que está sendo feito vai ser igual. Nós vamos ver o que é mesmo uma guerra pelas fitas de cinegrafistas anônimos, independentes. O resto parecerá muito bonitinho na televisão!

Diz a imprensa que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agora, está falando com o Secretário-Geral da ONU. Creio que Sua Excelência faz bem. É como disse o nobre Líder do PMDB: “Uma tentativa”. Sua Excelência faz bem ao dizer uma palavra ao Secretário-Geral da ONU, ainda que o peso do Brasil seja muito pequeno.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, diante do seu pronunciamento e das informações que todos estamos recebendo, infelizmente só um milagre evitaria essa guerra, e esse mi-

lagre dificilmente vai acontecer, porque, como V. Ex^a disse, muito bem, essa guera vem sendo preparada; o Presidente americano está querendo torná-la um fato consumado, isso já há algum tempo, sem levar em conta o que a ONU poderia ou não fazer. Infelizmente ele não está fazendo isso sozinho, ele encontrou aliados, de um lado está Tony Blair e do outro lado Aznar, da Espanha. Então, em que podemos acreditar numa hora dessas? Qual o milagre que podemos esperar? Realmente, assim como V. Ex^a, estou angustiado, porque não vislumbro, não consigo imaginar como isso poderia acontecer e deploro e comungo das preocupações do Senador Arthur Virgílio, porque depois dessa guerra não virá a paz. O Presidente americano diz que depois dessa guerra virá a paz, virá a democracia no Iraque. Depois dessa guerra, desmoralizada a ONU, o que vai acontecer? Só Deus sabe.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Garibaldi Alves Filho.

Os Estados Unidos tiveram um Presidente, o Sr. Bill Clinton, que, como muito bem disse o Senador, reuniu nos jardins da Casa Branca o Presidente Arafat e o Primeiro-Ministro de Israel e conseguiu que os dois ganhassem o Prêmio Nobel da Paz, porque o entendimento estava próximo. Aliás, diga-se de passagem, o entendimento praticamente estava acertado. A paz no Oriente Médio esteve por um fio. Se o Presidente Clinton ficasse na presidência mais dois anos ou se um democrata tivesse sido eleito, a história do mundo seria diferente.

O Sr. Bush colocou tudo a perder, virou a mesa, disse que não reconhecia o significado daquele acordo. De lá para cá, todos sabem o que está acontecendo. Encerro meu pronunciamento, lamentando que o Sr. Bush esteja fazendo tudo isso em nome de Deus, lendo a Bíblia todos os dias. Antes de reunir o seu Ministério para trabalhar ele faz uma oração. Talvez aí esteja, meu querido Senador, a chance de alguém abrir os olhos dele. Acredito, com todo o respeito, que o Presidente americano não passaria em um psicotécnico. Por isso tenho as minhas desconfianças sobre o que ele vai fazer.

Muito obrigado.

Lei do Registro Único

(Pronunciamento em 18 de março de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, talvez o assunto que mais esteja preocupando a Nação brasileira seja a segurança. É claro que esse problema sempre esteve à frente na questão nacional, mas há o reconhecimento, hoje, de que ele tem crescido muito e se tornou tão importante a ponto de merecer a nossa prioridade. Todos os Parlamentares, políticos e homens do Governo colocam em primeiro lugar, nas suas discussões, o que fazer para equacionar a questão da segurança.

Não há dúvida nenhuma de que o problema se aprofundou imensamente e a matéria não se restringe mais a pequenos ladrões e furtos. Hoje, temos verdadeiras gangues organizadas e a gravidade do problema da segurança no Brasil se identifica com a de países como a Itália, onde os bandidos se organizaram de tal forma, fizeram quadrilhas de tal maneira qualificadas, que se pode dizer que avançaram e cresceram imensamente em relação ao que faz o Poder Público para defender o cidadão.

Baseado nessa questão, em 1992 apresentei ao Congresso Nacional um projeto de lei que instituía o número único no registro dos brasileiros. Ele foi debatido e analisado nesta Casa até o ano de 1997, quando foi transformado em lei, que passou a vigorar a partir de 7 de abril daquele mesmo ano.

O que é o número único, qual foi a proposta que o Congresso aprovou, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou e hoje é lei?

Hoje, cada cidadão tem uma infinidade de números com os quais tem que lidar e que, na sua identidade com a sociedade, o qualificam. Desde o número do seu registro civil, quando nasce, até o número de seu atestado de óbito, quando morre, há uma infinidade de números: o número da certidão de casamento, do certificado militar, da conta bancária, do título eleitoral, da carteira de habilitação. São cerca de 23 números de títulos que tira e com os quais convive durante toda sua vida na sociedade.

Ao invés de mais de 20 números – que eu desafio um brasileiro a, deles todos, lembrar-se de cinco – o cidadão passará a ter um número que o acompanhará por toda a sua vida. Quando nascer, ganhará um número que será o mesmo da carteira de motorista, da matrícula escolar, da conta bancária e de todos os títulos que tiver obrigação de tirar.

Durante cinco anos, os números antigos serão mudados: ao tirar uma nova carteira de habilitação, ela terá de ser adaptada ao novo número; ao revisar o título eleitoral ou obter um certificado bancário, a mesma coisa, de tal maneira que, no prazo estipulado, cada cidadão terá o seu número.

Como será feito esse número? Quando eu fiz a pergunta, alguém me disse: “Mas são 170 milhões de brasileiros. Quer dizer que vão ser 170 milhões de números?” Claro que não.

O cidadão terá o número de acordo com o seu local de nascimento. Eu, por exemplo, Pedro Simon, sou do Rio Grande do Sul – RS; sou de Caxias do Sul – CS; depois, virá o meu número, que me identificará. O companheiro é do Piauí – PI; é de Teresina – TR; depois, virá o seu número.

Qual é o significado disso? Além da normalização da vida, ao invés de haver milhões de números numa carteira de registro bancário e tudo o mais, cada cidadão se identificará com o seu número. E por que relaciono esse assunto à segurança? Porque esse título, essa decisão, esse número único facilitará enormemente a identificação do cidadão.

Quando fizemos a CPI do Sistema Financeiro, encontramos uma imensidão de contas fantasmas, porque PC Farias movimentava toda a sua orla de corrupção por via de contas bancárias que criava. Quando encontramos uma quadrilha, há uma imensidão de carteiras

de identidade, de carteiras de motorista, de certificados de automóveis e caminhões, e de títulos falsos de determinado cidadão, com várias personalidades que o identificam. É uma coisa fantástica.

Com um número único, cada cidadão tem o seu número.

Quando o assassino de Chico Mendes fugiu da cadeia, ficou cerca de seis anos no interior do Paraná, onde comprou uma fazenda, tinha uma identidade falsa, negociava com o Banco do Brasil, trabalhava, fazia absolutamente tudo que bem entendia e nada lhe acontecia.

Um cidadão pode sair do Rio Grande do Sul, deixar sua família, sua mulher, suas dívidas e tudo o mais, ir para o Nordeste, pegar um título novo, uma carteira de identidade, um nome e uma certidão falsa, criando uma nova vida, constituindo família e fazendo toda a sua atividade como se fora uma outra pessoa.

O título único determina que haja, com o tempo, o registro. Com a modernidade, em qualquer posto de polícia, como em Foz do Iguaçu, o cidadão que passar por ali e entregar o seu título, a sua carteira de identidade, a sua carteira de motorista, seja qual for o documento, o computador mostra quem é aquele cidadão. Se ele não existir, o computador vai dizer que aquele número não existe, que aquela pessoa não existe. Caso contrário, ali vai estar o seu prontuário, que dirá quem ele é, o que ele é. É fácil imaginar os enormes benefícios que isso pode oferecer para a organização da nossa sociedade.

A Sra Serys Shessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte, Senadora.

Sr. Presidente, no debate que se travou no Senado e, depois, na Câmara, a primeira discussão foi sobre a garantia do cidadão. E se, de repente, o meu nome está lá e não posso ficar no anonimato? As autoridades policiais e entidades saberão da minha vida? A resposta é muito simples – e o argumento da resposta convenceu, e o Senado e a Câmara aprovaram a matéria, por unanimidade –: isso só pode não interessar a quem está querendo burlar a sociedade. Quem quer ter uma conta-fantasma, quem quer ter um nome falso, quem quer fazer um falso casamento estará proibido pela lei. Mas quem quer ser uma pessoa normal, a lei facilita que saiba com quem está lidando.

Portanto, o projeto – que agora é lei; é claro que houve longo debate e emendas que aperfeiçoaram o projeto – o projeto sancionado pelo Presidente da República se aperfeiçoou e se transformou numa lei de grande significado e importância.

Pois não, Senadora.

A *Sra Serys Shessarenko* (Bloco/PT – MT) – Senador Pedro Simon, já havíamos pedido o aparte há algum tempo – estou justificando para ele não ficar descontextualizado. Mas a segurança passa, com certeza, Senador Pedro Simon, por essas questões que V. Ex^a está colocando. Gostaria apenas de fazer algumas considerações sobre o crime organizado, que falsifica, que mata, enfim, que causa todos os males a que estamos submetidos na sociedade. E quero dizer também que estamos travando uma luta muito grande e que o Estado de Direito não pode perder e não vai perder para o crime organizado! Em Mato Grosso, vivíamos – e não podemos dizer que estamos totalmente libertos, porque ainda vivemos – sob um estado de alerta quase que permanente por causa das ações do crime organizado. A Assembléia Legislativa de Mato Grosso fez a CPI do Combate ao Narcotráfico, presidida por nós e encerrada há três anos. Foi uma situação bravíssima e ainda hoje há pessoas em situação de muita dificuldade, devido ao programa de proteção à testemunha, que é um outro problema sério. Se realmente queremos combater o crime organizado e conquistar segurança para valer, o programa de proteção à testemunha tem de ser algo efetivo neste País. Inclusive, dos inúmeros depoentes que foram à CPI do Narcotráfico, três já estão mortos. Felizmente, há uns quatro meses tivemos apoio da força-tarefa nacional ao Estado de Mato Grosso – todos os que assistem à grande imprensa têm conhecimento – à operação Arca de Noé, que atua no combate ao crime organizado e ao narcotráfico. Houve atuação decisiva e determinante de algumas forças da sociedade, de forma organizada, porque são essas forças que têm de ser organizadas – as organizações e as instituições de direito da sociedade. Só assim o crime organizado não vai se organizar. Nós temos de reverter essa situação. Não é o crime que tem de ser organizado, mas a sociedade. O Estado de Direito têm que estar firme e determinado para que o crime organizado seja desestabilizado completamente neste País. E no nosso Estado a força-tarefa está conseguindo ter sucesso. Infelizmente muita gente morreu; em menos

de um ano, oito pessoas foram atingidas, se não estou equivocada, de forma acintosa, pelo crime organizado. Fora as situações que não ficaram muito evidentes. O último a morrer – antes de a força-tarefa atuar lá – foi o jornalista Sávio Brandão, dono de um dos maiores jornais do Estado, uma pessoa comprometida. O seu jornal diariamente atuava contra o crime organizado. Ele, um rapaz de 39 anos, foi assassinado, foi metralhado barbaramente, às 2 horas da tarde, ao sair de sua empresa. Saúdo, hoje, a atuação determinada do Ministério Público Federal, da Justiça Federal, do Procurador Pedro Taques e do Juiz Julier, para citar alguns exemplos, oportunidade em que saúdo outros tantos, da maior postura, na área do Judiciário e na área do Ministério Público no Estado de Mato Grosso. O Dr. Ussiel Tavares, Presidente da OAB em Mato Grosso, também está ameaçado, em uma lista de muitos. Felizmente, a partir do momento em que a força-tarefa nacional atuou lá, a Justiça teve espaço para se movimentar, porque sequer havia esse espaço. Não vou explicar agora, mas não se tratava apenas de ameaça! Lá, ninguém tem medo de ameaça!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Realmente merece um grande expediente o pronunciamento de V. Ex^a, pela importância e significado. Gostaríamos de saber qual foi o contexto geral desse trabalho que V. Ex^a está nos expondo, realizado pela CPI em Mato Grosso.

A Sr^a Serys Shlessarenko (Bloco/PT – MT) – Vou finalizar, nobre Senador Pedro Simon. Peço-lhe mais um minuto. Hoje, o Conselho da Mulher Cidadã, composto por quatro Senadores e cinco Senadoras – aqui está a Senadora Iris de Araújo, uma das componentes – definiu os nomes de cinco mulheres que serão homenageadas, no Brasil, no dia 27. E foi decisão do nosso Conselho também que será convidada a vir a este plenário a Sr^a Cristina Escher, esposa do juiz assassinado em São Paulo, no final de semana passado. O Senado a convidará a vir a este plenário, para reforçar a sua postura, ontem declarada em todos os jornais escritos, falados e televisionados do nosso País. Ela disse que está derrotada pela perda do seu companheiro, mas que a luta continua e que ela está na batalha para valer, porque não podemos perder para a banditagem! O Estado de direito tem de sair vencedor! Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a inscrição da nobre Senadora Serys Slhessarenko, porque S. Ex^a abordou um assunto que é de tanta importância e significado que gostaríamos de ver completa exposição do brilhante trabalho que a CPI fez no Estado de S. Ex^a.

Sr. Presidente, retornando ao meu pronunciamento, pergunto: O que aconteceu com esse número único? Lei aprovada dava seis meses ao Presidente da República para regulamentar. O Ministro da Justiça me convidou; estive com S. Ex^a, em 1997. S. Ex^a designou a Comissão, que fez a regulamentação. O Ministro me chamou novamente. Li a regulamentação. Uma equipe se reuniu e achou que havia um furo nela. Ela havia sido feita de tal maneira que as carteirinhas de identidade, que deveriam ser uniformes, só poderiam ser feitas por uma empresa multinacional alemã. Descoberto esse fato, o Ministro não a promulgou. E lá se vão cinco anos e a lei não foi regulamentada. A implementação do cadastro único não pôde ser feita, porque a lei, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, até hoje não foi regulamentada.

Procurei o Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, levei-lhe toda a trajetória de tramitação da lei no Congresso Nacional, fiz uma longa análise com S. Ex^a, que disse que o Governo tem interesse na matéria e pensa em colocá-la em dia.

Sr. Presidente, isso seria da maior importância. A essa altura, o novo Governo talvez queira fazer alguma alteração na lei que, embora em vigor, não está sendo cumprida. De qualquer maneira, quando se fala em medidas necessárias para o combate à violência, a história tem-nos mostrado que uma delas é da maior importância, ou seja, para o Governo ter o controle do contexto da sociedade, deve saber que haverá 170 milhões de números, um para cada cidadão, e que não existirá uma pessoa com dez contas bancárias, três carteiras de identidade, dois ou cinco passaportes para o exterior, burlando e desmoralizando a lei.

Faço este pronunciamento exatamente quando estamos preparando-nos para uma grande caminhada e um debate sobre a segurança, porque considero esse projeto indispensável.

Na Legislatura passada, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tive a oportunidade de constituir um grupo de trabalho,

que trouxe ao Brasil juízes e promotores que trabalharam na Operação Mãos Limpas, na Itália. Esses juízes e procuradores fizeram um trabalho espetacular, promovendo uma revolução no sentido do combate ao crime; investigaram as máfias daquele país, o que resultou em uma luta violenta, em que muitos deles morreram. Mas, na verdade, conseguiram desmontar o crime organizado na Itália e dar nova feitura ao seu combate. Membros dessa operação estiveram no Senado brasileiro, debateram, discutiram, analisaram o assunto e apresentaram várias propostas.

Talvez seja a hora de se consentir novo debate sobre essa matéria. Nesse sentido, defendemos que a lei que trata do cadastro único – que o Ministro da Justiça diz ser do interesse do Governo – seja regulamentada. Regulamentando-a, poderemos elaborar, efetivamente, um projeto específico para o combate ao crime organizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Ferro e Fogo

(Pronunciamento em 21 de março 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no sábado, dia 22 de março, estréia uma nova série televisiva produzida pela Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS TV, grupo sediado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A série intitulada “A Ferro e Fogo”, vai mostrar grandes eventos históricos que marcaram a vida dos gaúchos. Mesmo sendo de âmbito regional, alguns desses episódios tiveram grande impacto em momentos decisivos da História do Brasil.

É o caso da nova série que vai tratar especificamente do período da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, um dos mais importantes de nossa História e que marcou fundo a consciência coletiva do nosso Estado.

Serão veiculados, agora, treze episódios que dão continuidade a um projeto de resgate histórico bem mais amplo que vem sendo executado, há algum tempo, pela RBS TV.

Essa emissora rio-grandense vem desenvolvendo, desde 1999, uma série de programas que mostram a história e a identidade do Rio Grande do Sul. No âmbito dos documentários, foi realizada uma série de programas intitulada “Histórias Extraordinárias”, que tratou de mitos e lendas da nossa terra. No campo da teledramaturgia, foram produzidas as séries “Contos de Inverno!”, “Histórias Curtas” e “Curtas Gaúchos”.

Na série que começa agora, o roteiro e a direção são de João Guilherme Reis. As gravações da série iniciaram-se em dezembro do

ano passado e foram realizadas nos Municípios de São José do Norte, Bagé, Uruguaiana, Viamão, Santa Maria, Rio Grande e Passo Fundo, e também no Uruguai, Argentina e Paraguai. Os episódios envolveram o trabalho de aproximadamente 450 pessoas.

O ator Werner Schunemann – que se tornou nacionalmente conhecido a partir da série “A Casa das Sete Mulheres” – faz a abertura da série homenageando o escritor Josué Guimarães.

O título dessa nova série é o mesmo da trilogia inacabada desse grande escritor brasileiro que publicou, entre 1972 e 1975, *Tempo de Solidão* e *Tempo de Guerra*, os dois primeiros volumes da obra pretendida. O talento e a expressão de Josué merecem uma homenagem especial.

Nascido em 7 de janeiro de 1921, em São Jerônimo, Josué Guimarães iniciou sua carreira de jornalista no Rio de Janeiro, em 1939, onde trabalhou nas revistas *O Malho* e *Vida Ilustrada*. A partir de 1948, torna-se repórter exclusivo e correspondente da revista *O Cruzeiro* no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Em 1951, elegeu-se vereador em Porto Alegre, pelo PTB, ocupando, na oportunidade, a vice-presidência da Câmara. Como vereador, batiza o largo próximo à praça da Alfândega de Largo dos Medeiros, em homenagem aos irmãos proprietários do Café e Confeitaria Central. Em 1961, passou a ocupar a direção-geral da Agência Nacional, hoje Empresa Brasileira de Notícias. Deposto o Presidente João Goulart, em 1964, Josué refugiou-se em Santos, São Paulo, onde passou a viver na clandestinidade sob o nome de Samuel Ortiz.

Josué Guimarães iniciou sua carreira literária, em 1970, quando publicou *Os ladrões*, coletânea de contos, pela Fórum Editora do Rio de Janeiro. Seu primeiro livro, *Os ladrões*, já apresentava a constatação de que o homem moderno vai-se tornando cada vez mais fragilizado diante de um mundo que o oprime, e a noção de que as artes, em específico a literatura, têm o dever de ir à frente de sua época, transformá-la, e construir novos valores.

Sua produção literária será composta de 24 obras, entre romances, novelas, coletânea de artigos e de contos, literatura infantil, além da participação em várias antologias. Seu primeiro romance – *A Ferro e Fogo* – *Tempo de Solidão* – foi editado pela Sabiá, do Rio de Janeiro,

em 1972. A obra trata da colonização alemã no Rio Grande do Sul e é a primeira da trilogia.

O segundo volume foi lançado três anos depois – *A Ferro e Fogo – Tempo de Guerra*. Em 1977, seu romance *Tambores Silenciosos* é agraciado com o 1º Prêmio Erico Veríssimo da Editora Globo que, posteriormente, publica a obra. Em 1986, no dia 23 de março, morre em Porto Alegre o escritor Josué Guimarães.

Para Josué Guimarães, escrever era comunicar-se, entendendo que a tarefa de comunicar-se implicava a necessidade de seguir em frente, encontrando sempre novo caminho na experiência adquirida por meio de sua vivência e na tarefa de descobrimento, ato de libertação de estruturas sociopolítico-econômico petrificadas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Rio Grande do Sul tem um meio cultural peculiar. A produção local é consumida lá mesmo por um grande público, ávido por iniciativas no âmbito da cultura. Assim é louvável essa iniciativa que visa resgatar uma obra literária importante, que mostra a complexidade e riqueza da história rio-grandense e brasileira.

Muito obrigado.

Defesa do Consumidor

(Pronunciamento em 7 de abril de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, fui surpreendido, no dia 18 do corrente, com a divulgação de uma nota subscrita pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), que tece críticas ao Projeto de Lei do Senado nº 520/99 (que assumiu o nº 6.954/02, na Câmara dos Deputados), de minha autoria.

Alegava a nota que o referido projeto altera a lei dos Juizados Especiais Cíveis “na medida em que retira, da competência desse juízo, as causas afetas às relações de consumo, e, assim, nega acesso, aos consumidores, à Justiça especializada e gratuita”.

A nota é equivocada. Como pode ser lido na justificativa do meu Projeto de Lei, o objetivo básico era delimitar com clareza as esferas de atuação da Justiça Especial Cível em contraposição às atribuições da Justiça Comum, de modo a garantir, ao cidadão, celeridade e objetividade em sua persecução judicial, eliminando dubiedades e relativizações.

O mencionado projeto tramitou pelo Senado, desde 1999, e, em momento algum, foi contestado pelos organismos de defesa do consumidor. Foi aprovado, aqui no Senado, por unanimidade. Seguiu, então, para a Câmara dos Deputados, onde foi amplamente discutido e recebeu um substitutivo de autoria do Deputado Renato Vianna.

Portanto, o que vai ser votado, agora, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados é o substitutivo do Deputado Renato Vianna e não o meu Projeto.

É importante ressaltar que, para chegar ao seu parecer, o Deputado Renato Vianna reuniu onze projetos que tratavam do mesmo assunto. Por isso, eu não consegui entender por que a nota errônea cita apenas o meu nome. Ou seja, cita um projeto que não existe mais.

No seu terceiro parágrafo, exige a equivocada nota uma urgente discussão do Projeto de Lei com a sociedade, “inclusive com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, sob pena de comprometimento da legalidade do projeto”. Parece, pela redação sinuosa, que sou contrário à discussão do assunto no âmbito da referida Comissão. Não é verdade. Mas, para que minha posição fique ainda mais clara, sugeri, em carta, ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor que avocasse o Projeto para ser debatido naquela Comissão.

Pois bem, em face dessa nota, encaminhei, no dia 21 do corrente, ao Ex^{mo}. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, ofício relatando todo o incidente e pedindo a S. Ex^a que verificasse de onde havia partido o erro no âmbito do seu ministério.

Então, no dia 24, recebi o Memorando nº 1.376/2003/SDE/GS, do Sr. Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, no qual ele lamenta o ocorrido e me pede desculpas pela emissão de juízo equivocado da Nota.

Eis o que diz a carta:

“Senhor Senador,

Em atenção a sua missiva datada de 20 de março último, encaminhada ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, gostaria de pedir vênua para me dirigir a Vossa Excelência, na qualidade de responsável direto pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), para expor e esclarecer o quanto segue:

Lamento e escuso-me pela Nota subscrita pelos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), reunidos no último dia 19, no DPDC, por ocasião do “10º Fórum Nacional dos PROCON e Promotorias do Consumidor”, cuja infeliz redação acabou dando azo a mal-entendidos.

Jamais foi intenção envolver negativamente o nome de Vossa Excelência, cujos quarenta anos de vida pública foram reconhecidamente voltados à defesa

da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e, em especial, dos direitos dos consumidores, mormente porque, como cediço, Vossa Excelência foi e é o principal articulador da aprovação da emenda substitutiva do Deputado Renato Vianna, que retifica eventual imprecisão do PLS nº 520/99, no que tange ao direito dos consumidores.

Aproveito o ensejo para solicitar uma audiência em data e horário de sua conveniência, para que possamos discutir agenda em comum das matérias atinentes à defesa do consumidor e da concorrência.

Respeitosamente, *Daniel Krepel Goldberg.*”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no dia 25 de março, encaminhei correspondência aos presidentes das Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados pedindo ao primeiro que avocasse o meu Projeto – ou melhor, o Substitutivo que o englobou – e sugerindo “que todas as entidades de defesa do consumidor do País sejam convidadas a participar de audiências públicas sobre o assunto. Aliás, idêntica iniciativa adotarei quando o projeto voltar ao Senado, pois certamente será modificado na Câmara. Aqui, exigirei que sejam convocadas todas as grandes entidades nacionais de defesa do consumidor”.

Eis aqui a íntegra da carta que enviei, em 25 de março do corrente, ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor:

“Ex^{mo}. Sr. Presidente
Da Comissão de Defesa do Consumidor
Deputado Givaldo Carimbão
Câmara dos Deputados.
Nesta

Senhor Deputado,
Recebi, no dia de hoje, Memorando número 1.376/2003, do Senhor Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, no qual ele lamenta e me pede escusas pela emissão de uma nota subscrita pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor(SNDC) que

dava margem a mal-entendido sobre minha posição a respeito de lei – tratando do direito dos consumidores – que está sendo examinada Câmara dos Deputados.

No seu terceiro parágrafo, “recomenda” a nota equivocada do SNDC “uma urgente discussão com a sociedade, inclusive com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor, sob pena de comprometimento da legalidade do projeto, em face da matéria consumerista nele tratada”.

Pode parecer, pela redação enviesada, que sou contrário à discussão do assunto. Assim, o objetivo central desta carta que remeto, hoje, a Vossa Excelência, é justamente sugerir que todas as entidades de defesa do consumidor do País sejam convidadas a participar de audiências públicas sobre o assunto. Aliás, idêntica iniciativa adotarei quando o projeto voltar ao Senado, pois certamente será modificado na Câmara.

Certo de que Vossa Excelência dará a mais ampla divulgação aos debates que venham a ser realizados nessa Comissão, quando aí for discutido o substitutivo do Deputado Renato Vianna, coloco-me à sua disposição para comparecer a qualquer debate ou audiência pública.

Cordialmente, *Pedro Simon.*”

Transcrevo, a seguir, a carta que, no dia 25 de março do corrente, enviei ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados:

“Ex^{mo} Sr. Presidente
da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh
Câmara dos Deputados.
Nesta

Senhor Deputado,
Recebi, no dia de hoje, Memorando número 1.376/2003, do Senhor Daniel Krepel Goldberg, Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça,

no qual ele lamenta e me pede escusas à emissão de uma nota subscrita pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor(SNDC), que dava margem a mal-entendido sobre minha posição a respeito de lei – tratando do direito dos consumidores – que está sendo examinada Câmara dos Deputados.

No seu terceiro parágrafo, “recomenda” a nota equivocada do SNDC “uma urgente discussão com a sociedade, inclusive com a participação da Comissão de Defesa do Consumidor, sob pena de comprometimento da legalidade do projeto, em face da matéria consumerista nele tratada”.

Pode parecer, pela redação enviesada, que sou contrário à discussão do assunto. Assim, o objetivo central desta carta que remeto, hoje, a Vossa Excelência, é justamente sugerir que todas as entidades de defesa do consumidor do País sejam convidadas a participar de audiências públicas sobre o assunto. Aliás, idêntica iniciativa adotarei quando o projeto voltar ao Senado, pois certamente será modificado na Câmara.

Certo de que Vossa Excelência dará a mais ampla divulgação aos debates que venham a ser realizados nessa Comissão, quando aí for discutido o substitutivo do Deputado Renato Vianna, coloco-me à sua disposição para comparecer a qualquer debate ou audiência pública.

Cordialmente, *Pedro Simon.*”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no dia 1º de abril, recebi mais uma correspondência – Ofício. 1.536/2003, da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, em que me era enviada a cópia de uma Ata de uma reunião da Diretoria da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), realizada no dia 28 de abril do corrente, durante o III Encontro Nacional da entidade, em Santa Catarina. Nessa Ata fica, mais uma vez, esclarecido o equívoco em torno do meu Projeto.

Diz a carta da SDE que foi devido à atuação do Sr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direito Econômico, que o MPCON preparou a Ata em que fica bem claro que aquela entidade nada tem contra o meu Projeto.

Eis a íntegra da Ata da Reunião da Diretoria da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor:

“Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e três, na sala Santa Maria, do Hotel Costão do Santinho, na Cidade de Florianópolis – SC, reuniu-se a diretoria da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON, presentes os diretores Fábio de Souza Trajano, Murilo de Moraes e Miranda, Márcia Regina Buso Rodrigues, Delfino Costa Neto, Alcino Oliveira de Moraes, Sólon Ivo da Silva Filho, Amaury Artimos da Mata e Ciro Expedito Cheraiber, presidida pelo Dr. Aurisvaldo Melo Sampaio, Presidente, e convocada extraordinariamente a pedido do Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Aberta a reunião, passou, o Sr. Presidente a palavra ao Dr. Ricardo, que esclareceu o equívoco envolvendo a iniciativa do Projeto de Lei nº 520/99, de autoria do Senador Pedro Simon, que em nenhum momento pretendeu a revogação da competência dos juizados especiais para apreciar ações do consumidor; que neste sentido se colocou inteiramente a favor do consumidor e à disposição desta Associação para evitar com que o projeto, na sua redação original, seja aprovado. Em seguida, foi colocada em discussão a questão, sendo, finalmente, à unanimidade, deliberada a suspensão da moção aprovada na reunião realizada ontem, decidindo mais a Diretoria que deverá ser agendada reunião com o Parlamentar a fim de colher pessoalmente a sua posição acerca da questão apreciada nesta oportunidade, bem como levar-lhe sugestões da MPCON a respeito do PL nº 520/99. Nada mais a se apreciar, determinou, o Sr. Presidente, o encerramento

desta ata, que foi lavrada por mim, Murilo de Moraes e Miranda, Segundo Secretário da MPCON, que assino em conjunto com o Presidente.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em face desse equívoco e da sua posterior retificação, eu me senti obrigado a afirmar, de público, que nada tenho contra os consumidores brasileiros, com os quais, aliás, tenho um passado de lutas conjuntas para tentar diminuir a injustiças que sofrem.

Digo mais ainda: nada tenho contra o amplo debate de qualquer assunto no Parlamento. Ao longo de toda a minha atividade parlamentar, sempre foi favorável aos mais largos debates porque só com eles é que conseguimos chegar às melhores leis para a nossa sociedade.

Por isso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, vim a esta tribuna, hoje.

Aniversário da CNBB

(Pronunciamento em 7 de abril de 2003.)

Senhor Presidente, senhores representantes da CNBB, Senhoras e Senhores Senadores, hoje é uma data importante para o Senado Federal. Todos somos admiradores da CNBB, independentemente de sermos católicos ou não. Essa entidade tem uma atuação tão positiva, tão concreta, com tantos serviços inestimáveis prestados à História deste País, que não há como analisar a História brasileira sem identificá-la com os trabalhos da CNBB. Tem sido uma luta bonita, magnífica e, às vezes, difícil, incompreensível, com os próprios católicos divergindo, perguntando-se onde está a verdade e se é esse verdadeiramente o caminho.

Na época em que eu era criança, em Caxias do Sul, é verdade que não havia pobreza, miséria, fome, mas o nosso padre, o nosso vigário, o nosso Bispo, Dom José Barea, eram identificados com o contexto da sociedade. As pessoas pobres, humildes não tinham uma identificação com a Igreja. O País cresceu, a miséria veio e, de repente, a Igreja tomou uma posição corajosa de buscar a identificação também com os humildes, abrindo as portas para uma imensidão de pessoas que viviam à margem da sociedade. E fez isso arrostando grandes perigos, pois foi à época do regime militar.

Cito sempre dois nomes que em mim provocam profunda emoção: Dom Hélder Câmara, pelo trabalho que fez, a vida que realizou numa hora tão dura para ele; e a figura de Dom Evaristo Arns, criando as comunidades de base. Tivemos no Rio Grande do Sul a figura de Dom Ivo Lorscheiter e de Dom Aloísio Lorscheider.

A CNBB tem uma história profundamente identificada com o social do nosso País. E a Campanha da Fraternidade tem a grandeza de nos alertar, a cada ano, para um tema da maior importância, do maior significado. A Quaresma é isto: um período de 40 dias durante os quais somos chamados a meditar. Alguns jejuam, outros cortam algumas coisas supérfluas, mas a Igreja tem nos levado a meditar nesses 40 dias, a meditar sobre temas os mais variados, os mais importantes e os mais significativos, como a questão do índio, do preso, do menor, do velho. E cobra de cada um de nós o que fazemos, nossa atuação, nossa colaboração, nossa presença diante de cada um desses temas.

Hoje a Igreja se dirigiu a nós, Presidente José Sarney, a V. Ex^a, a mim, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, a nós, os velhos, que temos mais de setenta anos.

O Líder Arthur Virgílio saiu daqui debochando da gente, dizendo que ele, um jovem de 48 anos, um menino, já se perguntava como se sentia um velho de 48 anos. E alguns de nós já passamos dos 70 anos. Temos aqui o Presidente José Sarney, firme, tranqüilo, que, se deixarmos, volta à Presidência, com a mesma disposição e garra. Está aqui o nosso Cardeal, com a sua firmeza, que, se não houvesse essa obrigação de sair aos 75 anos, ficaria até os 90 anos, brilhando na nossa Igreja. Mas essa campanha de valorização do idoso tem um sentido mais profundo do que podemos imaginar.

Nunca me esqueço de quando estive na China. Eu era jovem e como me chocou ao ver a veneração que os chineses têm pelos mais velhos. Na China, ser velho é quase ser sábio. Pode ser alguém importante, pode ser nas grandes corporações, onde quer que seja todos se referem aos velhos com reverência.

No Brasil, ainda bem que a sociedade se preocupa com o jovem, com a criança, porque, infelizmente, o velho é carta fora do baralho.

Não há dúvida de que essa campanha a favor dos idosos, que divulga o respeito e a compreensão que merecem, tem um significado profundo.

Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, verifiquei que, nos asilos do Estado, havia inúmeros idosos abandonados pela família. Embora tivesse bens e até condições de viver com o que ganhava,

algum familiar conseguia uma procuração do idoso, colocava-o no asilo e nunca mais o procurava, nem tomava conhecimento de sua existência.

Estamos vendo o Papa, esse idoso jovem que, na minha opinião, é a figura deste século, que está dando uma demonstração fantástica de grandeza, de pureza, um exemplo. Alguns cardeais, a exemplo do que disse meu amigo Arthur Virgílio, devem estar discutindo se já não é hora de Sua Santidade descansar, de afastar-se e gozar de uma justa aposentadoria. No entanto, o Papa está dando um exemplo da maior grandeza e beleza no momento presente.

Conta-se que, no meio da Segunda Guerra, quando Stalin, Churchill e Truman iriam se reunir em Alta, sugeriram convidar o Papa a participar da reunião, o Stalin perguntou quantas divisões tinha o Papa.

Na verdade, força não tem nenhuma. Contudo, hoje, no momento mais dramático por que já passou a ONU, a exemplo do que houve com a Liga das Nações, com a insegurança sobre a continuidade ou não da sua existência, nesta hora em que já se debate sobre os despojos, em que o americano, como senhor absoluto, diz que haverá os vice-reis do sul, do norte e do centro, o Papa, com sua voz – e nunca o vi tão candente, está mais forte e firme, com as mãos menos trêmulas; parece que melhorou – tem sido a consciência da humanidade, pregando e cobrando daqueles que não têm a coragem de fazer aquilo que poderiam e deveriam. O Papa está rezando pelas vítimas da guerra, defendendo o respeito às garantias internacionais e pregando o respeito que devemos a toda criatura humana.

Essa Campanha da Fraternidade coincide com a Quaresma e termina logo ali, no Domingo de Páscoa, quando voltaremos ao nosso dia-a-dia, tendo que conviver com o mundo do pós-guerra, que, cá entre nós, é ridículo ser chamada de guerra. Dizer que houve uma guerra entre os Estados Unidos e o Iraque é uma piada. Houve um massacre, onde uma nação que detinha tudo usou e abusou de outra. Claro que ninguém defende Saddam Hussein, que é um sanguinário. Mas não era essa a fórmula!

Falo isso porque faço referência à CNBB e ao Papa. Falo isso porque falo naquilo que é por que a humanidade toda está a chorar no dia de hoje. Mas falo isso para dizer, meus prezados amigos, di-

rigentes da CNBB, que temos muito orgulho dessa entidade. Temos muito orgulho da CNBB. Temos muito orgulho das campanhas da fraternidade. É algo que veio e veio para ficar. As campanhas da fraternidade tocam na nossa sensibilidade e fazem com que paremos, reflitamos e analisemos. O problema existe? Existe. O que fiz até agora para ajudar a resolver? Qual é a minha cota-parte? Qual é a minha participação? O que fiz para esse problema diminuir?

Trago um abraço muito carinhoso. Em primeiro lugar, agradeço à CNBB, em nome dos velhos que representamos; em segundo lugar, agradeço ao Senado por esta importante reunião, singela, simples, numa segunda-feira, mas que, na profundidade do seu sentimento, faz com que o Brasil se sinta aqui representado pela força daqueles que, de uma maneira ou de outra, conseguiram chegar a essa idade, com cada um contribuindo com a sua parte.

Muito obrigado, Sr. Presidente!.

Dom Vicente Scherer

(Pronunciamento em 8 de abril de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, recentemente, uma importante rede de comunicação social do Rio Grande do Sul estimulou os gaúchos a escolherem, em uma eleição, os mais destacados vultos da História do nosso Estado. Foram espalhadas 360 urnas pelo Estado e mais de um milhão e 700 mil pessoas participaram da promoção.

Entre os vinte mais destacados cidadãos do Rio Grande do Sul, encontravam-se dois religiosos: o cardeal Dom Vicente Scherer, que esteve por 34 anos à frente da Arquidiocese de Porto Alegre, e o padre Roberto Landell de Moura.

O Padre Landell de Moura foi votado principalmente em função do trabalho científico que desenvolveu ao longo de sua vida nas áreas de telegrafia e telefonia.

Já o cardeal Dom Vicente Scherer foi votado principalmente pelo seu fantástico trabalho evangélico, cuja importância – seis anos depois de sua morte – ainda não pode ser totalmente avaliada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui, hoje, para falar justamente de Dom Vicente Scherer, o mais destacado líder religioso do nosso Rio Grande do Sul, cujo centenário de nascimento transcorreu no último dia 5 de fevereiro.

Ao longo de seus 93 anos de vida, Dom Vicente ordenou 491 sacerdotes, criou 105 paróquias e transformou a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – que estava em situação pré-falimentar – num dos mais modernos e eficientes hospitais brasileiros.

Segundo o jornal *Zero Hora*, quando o testamento de Dom Vicente Scherer foi aberto, em 1996, os gaúchos descobriram que o cardeal “não deixara mais bens materiais do que alguns livros, uma velha máquina de escrever portátil e meia dúzia de móveis”.

Se não deixou bens, Dom Vicente construiu – ao longo de seu episcopado – muitas casas para famílias carentes de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que levava conforto espiritual a um número incalculável de fiéis.

Vicente Scherer, o único cardeal que o Rio Grande do Sul já teve, foi o mais novo de doze irmãos de uma família de agricultores, de origem alemã, do Município de Bom Princípio. Segundo antigos moradores daquela região, a família Scherer, aos domingos, tinha de acordar às 5 horas para percorrer oito quilômetros até o templo, onde eram os primeiros a chegar e os últimos a sair da missa.

O menino Alfredo Vicente Scherer ingressou no seminário aos 11 anos. Ordenou-se em abril de 1926. Depois de formado, em Roma, retornou ao Estado. Em junho de 1946, foi escolhido secretário do então arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker. Seis meses depois, em dezembro daquele mesmo ano, foi indicado arcebispo da capital gaúcha. Em 28 de abril de 1969, tornou-se cardeal. Aposentou-se em 1981, aos 78 anos.

Em 1982, assumiu a provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que estava em situação caótica, ameaçada de falência. Mesmo achando que seria muito difícil reverter aquela situação, Dom Vicente empenhou-se em salvar aquele hospital. Conseguiu apoio do governo do Estado para levar adiante uma profunda reforma administrativa. Hoje, graças em grande parte à gestão de Dom Vicente, a Santa Casa de Misericórdia é um hospital modelar. Há cerca de um ano inaugurou o primeiro centro especializado em transplantes da América Latina.

Em novembro do ano passado, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – um complexo formado por sete hospitais, que tem 70 por cento de seus trabalhos voltados para o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) – foi o primeiro hospital a receber o Prêmio Nacional de Qualidade de 2002.

Homem sereno, mas de posições firmes na defesa da fé católica, que atuou durante anos de intensa efervescência política, Dom

Vicente era um intelectual reconhecido. Falava fluentemente alemão, francês, italiano e latim.

Dom Vicente foi sempre alinhado entre os integrantes da chamada ala conservadora do clero. Via com desconfiança a participação de sacerdotes em atividades políticas e manifestava-se contra as inclinações marxistas das comunidades eclesiais de base.

Em reportagem que dedicou a Dom Vicente, no dia 5 de fevereiro, pelo transcurso do seu centenário de nascimento, o jornal *Zero Hora* diz que o cardeal gaúcho conquistou a admiração dos papas:

Pio XII qualificou-o de “sábio e douto”. Paulo VI dirigiu-se a ele como “venerável irmão”. O bispo Dom Antônio Cheuiche conta que, ao visitar o Vaticano depois da morte de Scherer, lamentou a perda diante de João Paulo II. “Todos os dias eu rezo ao cardeal Scherer”, respondeu-lhe o Papa.

Já em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 22 de março de 2003, intitulado “Dom Scherer, um ponto de referência”, diz o cardeal Dom Eugênio Salles: “Mais do que nunca, quando a sociedade é atingida pela decomposição moral, violências, crime organizado, corrupção administrativa e insegurança, faz-se mister recordar figuras que viveram com honradez, na fidelidade a Deus e à pátria. Enquanto, por todos os meios, provoca-se a exaltação do mal, uma reação se impõe: chamar a atenção do público para o fato de nem tudo ser negativo. Refiro-me à abertura, em Porto Alegre, do Ano Centenário do Nascimento do Cardeal Vicente Scherer, por muitos anos arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre e falecido em 8 de março de 1996”.

Mais adiante, diz, ainda, o cardeal Eugênio Salles: “Toda a vida do cardeal arcebispo de Porto Alegre foi um exemplo admirável. Nem sempre compreendido em suas posições relativas ao regime militar, agiu sempre com coerência, deixando em segundo plano o juízo que dele poderiam fazer. No cristão fiel há uma profunda harmonia entre corpo e alma, comportamento social e responsabilidade no mundo. Ela está expressa em São Paulo: ‘Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso espírito, para que possais discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, o que lhe agrada, o que é perfeito’. Dom Scherer seguiu fielmente essas diretrizes do apóstolo”.

Obrigado.

Candidatura de Scliar

(Pronunciamento em 9 de abril de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na semana passada, por unanimidade, os representantes gaúchos no Congresso Nacional – os três senadores e os 31 deputados federais – assinaram uma moção de apoio à candidatura do escritor gaúcho Moacyr Scliar à Academia Brasileira de Letras.

Moacyr Scliar está sendo indicado para concorrer à cadeira que vagou por ocasião da morte do romancista mineiro Geraldo França de Lima. Pelas informações de que dispomos, o nome de Scliar é o mais cotado entre os acadêmicos, especialmente pelo fato de ser um grande romancista, como o dono anterior da cadeira a ser disputada.

Diz a moção:

“A região Sul, mais uma vez, tem a possibilidade de oferecer um nome representativo de sua cultura para integrar a centenária Academia Brasileira de Letras, instituição fundada em 1897 – pelo maior escritor brasileiro, Machado de Assis – para reunir os expoentes da literatura nacional.

Gaúcho, nascido em 1937 em Porto Alegre, o escritor Moacyr Scliar, um dos grandes nomes da literatura nacional, está sendo considerado para ocupar a vaga do escritor mineiro Geraldo França de Lima. Outro nome mencionado, Luis Fernando Verissimo, que igualmente orgulha a cultura rio-grandense e nacional, decidiu não concorrer agora e manifestou apoio a Scliar.

Conhecido no Brasil e no exterior, Moacyr Scliar tem mais de 50 livros publicados. Conquistou diversos prêmios nacionais e internacionais e teve seus textos adaptados para o cinema, televisão, teatro e rádio, além de exercer intensa atividade como colunista de jornais.

Conforme registro da Biblioteca Nacional, Scliar é um mestre do conto contemporâneo e um profissional da palavra elegante. Escritor que apalpa a vida com as palavras para que elas possam sondar a própria realidade em sua crueza. Mas a realidade, como se sabe, é movediça e não se deixa agarrar tão facilmente. Por isso, o humor, o paradoxo, a concisão e o absurdo marcam a obra de Scliar e nos arrebatam.

São esses os elementos que, entrecruzados, dão unidade à vasta obra de Moacyr Scliar, escritor que não pára de criar excelentes parábolas do mundo contemporâneo. Os temas dominantes de sua obra são a realidade social da classe média urbana no Brasil e o judaísmo. As descrições da classe média feitas por Scliar são, freqüentemente, inventadas a partir de um ângulo supra-real.

Alguns de seus livros foram traduzidos e publicados em muitos países, como Estados Unidos, França, Alemanha, Israel, Espanha e Holanda. Sua obra obteve prêmios importantes, como o Prêmio Academia Brasileira de Letras, 1968; Prêmio Erico Verissimo de romance, 1976; Prêmio Guimarães Rosa, 1977; Prêmio Associação Paulista de Críticos de Arte, 1980; Prêmio Jabuti, 1988 e 1993; Prêmio Casa de las Américas, 1989; Prêmio Pen Club do Brasil, 1990 e Prêmio Açorianos, de Porto Alegre, em 1996.

Suas principais obras são: *Carnaval dos Animais* (1968); *O Exército de um Homem Só* (1973); *Os Deuses de Raquel* (1975); *Os Mistérios de Porto Alegre* (1976); *A Balada do Falso Messias* (1976); *O Centauro no Jardim* (1980); *A Estranha Nação de Rafael Mendes* (1983);

Cenas da Vida Minúscula (1991); *Histórias Fantásticas* (1996); *O Amante da Madona & Outras Histórias* (1997); *Os Leopardos de Kafka* (2000); *A Mulher que Escreveu a Bíblia* (2000) e *Ataque do Comando P. Q.* (2001).

Moacyr Scliar desfruta de reconhecimento popular, o que pode ser aferido pela aceitação universal de sua obra. Nada mais justo que, agora, passe a integrar o panteão dos grandes imortais da cultura nacional, com a indicação de seu nome para a Academia Brasileira de Letras.

É o que manifesta a bancada federal do Rio Grande do Sul, representada no Congresso Nacional.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de acrescentar umas poucas palavras a essa moção da bancada gaúcha no Congresso Nacional.

Moacyr Scliar é autor de 62 livros em vários gêneros: ficção, ensaio, crônica, literatura juvenil. Foi professor visitante na Brown University (Department of Portuguese and Brazilian Studies), e na Universidade do Texas (Austin) nos Estados Unidos. Frequentemente é convidado para conferências e encontros de literatura no País e no exterior.

É colunista dos jornais *Zero Hora* (Porto Alegre) e *Folha de S. Paulo*; colabora com vários órgãos da imprensa no País e no exterior. Tem textos adaptados para o cinema, teatro, tevê e rádio, inclusive no exterior. É médico, especialista em Saúde Pública e Doutor em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública.

Duas influências são importantes na obra de Scliar. Uma é a sua condição de filho de imigrantes, que aparece em obras como *A Guerra no Bom Fim*, *O Exército de um Homem Só*, *O Centauro no Jardim* e *A Estranha Nação de Rafael Mendes*.

A outra influência é a sua formação de médico de saúde pública, que lhe proporcionou uma vivência com a doença, o sofrimento e a morte, bem como um conhecimento da realidade brasileira, o que é perceptível em obras ficcionais, como *A Majestade do Xingu* e não-ficcionais, como *A Paixão Transformada: História da Medicina na Literatura*.

Era isso, Sr. Presidente.

Violência Urbana

*(Pronunciamento em 24 de abril de 2003,
durante audiência com o Ministro da
Justiça Márcio Thomaz Bastos.)*

Senhor Ministro, em primeiro lugar, minhas felicitações a V. Ex^a. Creio que, no Governo Lula, V. Ex^a é uma das poucas, senão a única unanimidade que existe, com apoio total e absoluto, por seu esforço, dedicação, história e biografia e pelo desafio que tem.

Nosso amigo, Senador Arthur Virgílio, brilhante, um Líder de Oposição extraordinário – S. Ex^a foi um bom Líder do Governo, mas está sendo muito melhor Líder de Oposição, o que é mais fácil, não é, Senador? – foi um pouco injusto com V. Ex^a. Ainda é cedo para fazer as cobranças que S. Ex^a fez. V. Ex^a está debaixo de chuvas e trovoadas de todo lado e ainda não se deu conta nem das chances, do que deve ser feito.

Estou sendo comandado pelo Senador Tasso Jereissati em uma Comissão que está tentando fazer algo. O que vejo – e não sei se o Governo está incluído – é que estamos tentando fazer duas coisas ao mesmo tempo. A primeira – que está absolutamente correta – é cuidar do crime no Brasil. Falo dos problemas das penitenciárias, da Polícia, das penas, dos delitos. São milhões de coisas. No entanto, creio que há outra questão: a violência no Estado. É o que estamos vivendo. É preciso tomar medidas emergenciais para coisas determinadas. Creio que deveria haver uma prioridade. Sinto – e digo-lhe com toda a sinceridade – vendo o Rio de Janeiro e a Colômbia, que já existem territórios neutros. Atualmente, a favela é um território neutro onde

a Justiça e a Polícia não entram. Ninguém entra, a não ser o crime organizado. Uma comissão do Senado foi fazer uma vistoria no Rio e, na hora de visitar a favela, não pôde entrar; a vistoria foi suspensa. As autoridades do Rio de Janeiro resolveram, então, usar um barco, do qual era possível ver algo. Quando o barco chegou perto, veio bala do lado de lá. O barco teve de fugir, porque não o deixaram aproximar-se. Temos, nesta hora, que dar prioridade absoluta àquilo que é fundamental: a violência e a radicalização dos acontecimentos atuais.

Por outro lado, V. Ex^a citou que foi aprovado, por unanimidade, no Senado e na Câmara dos Deputados, o projeto que institui o chamado número único. É um projeto de uma singeleza total. O cidadão brasileiro, ao morrer, tem 27 números que o acompanham. São 27 oportunidades de falsificação.

O que se pretende, com o número único, é que o cidadão, ao nascer, receba um número, que o acompanhará pelo resto da vida. Cito, como exemplo, o caso do Pedro Simon, que nasceu em Caxias: RS, de Rio Grande do Sul, CS, de Caxias do Sul, e um número será colocado na sua certidão de nascimento, de batizado, de alistamento militar, no título de eleitor, na conta bancária, ou seja, esse será o seu número.

Dar-se-á o prazo de cinco anos para que seja feita essa adaptação a todos os cidadãos. Dessa forma, na hora em que estiver em vigor essa lei, em qualquer lugar do Brasil, com a modernidade dos meios de comunicação, poder-se-á verificar se um documento de identificação apresentado é falso. Por exemplo, um caminhão roubado que está sendo levado do Rio Grande do Sul para o Paraguai, ao atravessar a ponte, será parado, e quem estiver encarregado de verificar os documentos do motorista e do veículo poderá confirmar se são falsos, apertando apenas um botão. “Essa certidão que o senhor está-me dando não existe, tampouco o número da sua carteira de motorista e a placa do caminhão. Logo, o senhor está roubando.” Quer dizer, as contas-fantasma, os diferentes nomes adotados pelo ladrão, que tem cerca de três ou quatro carteiras de identidade, 10 ou 20 documentos especiais, tudo isso desapareceria.

O interessante é que o projeto foi aprovado por unanimidade. O Governo quis regulamentar, e o prazo é de seis meses. Quando ele ia assinar – e sou um pouco culpado por isso, porque ajudei na elaboração

da regulamentação – recebi a denúncia de que uma empresa alemã estava sendo facilitada no edital e seria a única que ganharia. Seriam milhões e milhões de carteiras, e ela seria altamente beneficiada. Levei-a ao Ministro, e hoje me arrependo, porque tudo teria sido feito. Suspenderam, e até hoje a lei não recebeu regulamentação.

Já conversei com V. Ex^a, mas uma das questões fundamentais, hoje, é exatamente essa que determina a cara do criminoso. Quer dizer, ele tem uma cara, uma marca, um nome, uma biografia.

Penso que, com as interrogações que fez, o brilhante Líder Arthur Virgílio acena no sentido de colaborar; S. Ex^a quer saber para ajudar mais. E estamos todos na mesma canoa. V. Ex^a pode contar conosco. E o Governo está dando prioridade, mas deve dar muito mais prioridade, porque, com toda sinceridade, não vejo nada tão dramático no Brasil – afora a fome – do que essa transformação que estamos verificando, que não sei como terminará.

Felicito V. Ex^a pelo trabalho e pela coragem de tê-lo aceitado. E olhe que a situação de V. Ex^a é diferente do caso do ilustre Presidente do Banco Central. S. Ex^a ganhava, mas ganhava de um banco internacional. V. Ex^a ganhava na sua banca. Dia após dia, luta após luta, teve a banca mais bem remunerada do Brasil e agora está aí, ganhando um salário pior do que o meu.

Meus cumprimentos e minha solidariedade total, Sr. Ministro.

Reformas no Congresso

(Pronunciamento em 30 de abril de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, hoje, às 16 horas, chega ao Congresso Nacional o Presidente da República, acompanhado, segundo informações, de todos os governadores, de todos os partidos. Sua Excelência trará as duas primeiras reformas, a da Previdência e a tributária.

Justiça seja feita, foi um importante trabalho do Presidente conseguir que todos os governadores, de todos os Partidos, assinassem o mesmo texto de reforma da Constituição. A vida tem essas surpresas: os governadores do PSDB assinaram; os governadores do PMDB assinaram; os governadores do PFL assinaram. Não conseguiram a assinatura de muitos do PT. Conseguir a assinatura de deputados e senadores do PT já foi mais difícil. Nos partidos chamados de Oposição conseguiu-se um texto que me parece importante.

É mérito do Presidente da República trazer essas reformas ao Congresso. Esse foi o grande erro histórico do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ninguém, na história deste País, chegou à Presidência da República com tanta chance quanto o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Ele chegou lá no auge do Plano Real: inflação sob controle, economia em desenvolvimento, credibilidade total. No Congresso, ele tinha quatro quintos, para aprovar o que bem entendesse. O País nunca teve tanta chance de caminhar e de progredir como no Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Não sei o que ocorreu com o Presidente. Ele fez alianças com vários partidos, entrou no caminho das privatizações – e o País ainda vai analisar essas priva-

tizações, ainda que o PT diga que não vai fazer isso. Para mim, foi um crime a privatização da Vale do Rio Doce, pois deram de graça o patrimônio espetacular de uma das maiores empresas do mundo. E a única reforma que o Sr. Fernando Henrique fez foi a eleitoral, a da reeleição. Comprometeu todo o cabedal de prestígio que tinha para votar a reeleição.

É verdade que se pediu uma CPI – que não foi instaurada – para investigar as dezenas de concessões de rádios feitas e até a notícia de que pessoas haviam ganhado dinheiro vivo, real, dólar, para votar a reeleição.

Todo o cabedal político que ele tinha foi usado na reeleição!

O Governador do meu Estado, o Governador Rigotto, tendo como Vice-Presidente o atual Ministro da Fazenda, esteve à frente de uma comissão para discutir a reforma tributária. Percorreram o Brasil inteiro e discutiram o tema com governadores, ministros, secretários e prefeitos e conseguiram elaborar um texto – milagre! – aceito por todos. Os governadores de São Paulo e do Nordeste o aceitaram. Os prefeitos o aceitaram. O texto foi encaminhado para a Ordem do Dia para ser votado, mas o Presidente mandou retirá-lo, porque se opunha a ele.

A tese do Governo federal era a de que não seria necessária a reforma tributária, porque nunca na história o Brasil havia arrecadado tanto como nos oito anos de mandato do Sr. Fernando Henrique Cardoso – a arrecadação foi fantástica.

E há outro aspecto: o Governo Federal nunca quis a reforma tributária porque manter as coisas como estavam era o meio de fazer com que governadores e prefeitos continuassem a beijar a mão do Presidente da República e dos ministros – eles vêm aqui de pires na mão pedir, como se fosse esmola, aquilo a que têm direito. Prefeito para ser prefeito, para realizar algo, dos quatro anos de seu mandato, passa um ano vindo a Brasília. E o mesmo acontece com os Governadores.

Não vemos isso nos Estados Unidos, nunca se ouviu falar de marcha de governador a Washington para pedir crédito especial. Lá, como em todos os países modernos, o dinheiro que é do município é do município, o que é do estado é do estado, o que é da Federação é da Federação. Aqui a União fica com o dinheiro para depois realizar

nos estados obras que deveriam ser realizadas pela prefeitura ou pelo Governo Estadual. O Governo Federal não quer abrir mão da prerrogativa política de decidir, de fazer com que governadores venham lhe beijar a mão, de fazer com que prefeitos realizem marchas e mais marchas a Brasília, não levando nada.

Temos hoje uma oportunidade, vem aí uma proposta. Não a conheço em detalhes, não me aprofundei em sua leitura. Acredito, porém, que não pode haver reforma tributária séria se não houver, paralelamente, uma reforma administrativa. Para mim, as duas devem caminhar juntas. Se quisermos fazer, com seriedade, uma reforma tributária, temos de fazer também uma reforma administrativa.

No Brasil há o escândalo de órgãos se sobrepondo para fazer as mesmas coisas. Quando fui Ministro da Agricultura, constatei que havia mais de trinta órgãos para discutir a questão da água em vários ministérios, ou seja, havia mais de trinta órgãos para fazer a mesma coisa.

Vejo, portanto, a necessidade de se organizar uma reforma administrativa, fazer um quadro enorme e colocá-lo na parede explicando as coisas: o menor órgão, por exemplo, vai ficar na prefeitura; as estradas federais serão tratadas por determinado órgão; a água destinada à irrigação será analisada por outro órgão. Tudo deve ser indicado. Com isso, poderão ser extintos dois terços dos órgãos, tornando-os enxutos e com a responsabilidade de executar o que lhes couber. A questão da criança é incumbência dos municípios, e, portanto, dinheiro para programas referentes à criança vai para o município. Hoje, no Brasil, não podemos cobrar de ninguém a responsabilidade pela criança, pela escola, pelo ensino primário, pelo ensino secundário, pelo hospital, pela saúde, pela segurança ou seja por que for, pois ninguém é responsável. O dinheiro se espalha por todos os cantos, e absolutamente ninguém o tem.

Seria bom se, durante a tramitação do projeto da reforma tributária, o Presidente da República enviasse uma reforma administrativa, para que esta fosse votada o mais rapidamente possível. De qualquer maneira, o projeto está aí.

Não tenho gostado do clima da Câmara e do Senado.

A vitória de Lula foi um acontecimento novo neste milênio. Aliás, o mundo inteiro analisou o fato: um líder trabalhador, um

retirante, um sobrevivente que, vindo do Nordeste para morrer em São Paulo, consegue virar Presidente da República. É uma história emocionante. É um homem de uma dignidade, de uma linha e de uma correção invejáveis. Para sobreviver, para chegar aonde chegou, para ser eleito Presidente da República, em nenhum momento, teve de fazer concessões quanto à sua dignidade, ao seu caráter, à sua firmeza, à sua posição ideológica, à sua posição moral ou à sua posição ética. Esse é um homem que merece respeito. Quanto a isso, não tenho dúvida alguma.

Tivemos uma chance com Fernando Henrique, o intelectual, o homem que tem trezentos e oitenta títulos acadêmicos de universidades do mundo inteiro. Ele é recordista mundial. Aliás, metade do seu tempo na Presidência da República foi empregado para andar pelo mundo a receber títulos acadêmicos que podia ter deixado para receber depois de sair do cargo, para, assim, ter o que fazer agora. A chance não foi usada, mas agora está na Presidência um homem de origem humilde que pode tentar fazer algo.

O mundo inteiro olhava, boquiaberto, o Brasil e as chances do Brasil. O mundo inteiro olhava o Brasil como uma nova expectativa, um novo sol, uma nova realidade. Essa mudança tão grande ocorreu sem guerra civil, sem luta, sem sangue, sem miséria, sem golpe, sem nada. Debaixo para cima, o povo construiu a sua fórmula e chegou ao poder.

Eu imaginava duas coisas. A primeira dizia respeito à Oposição aqui – PMDB, PSDB, PFL. Temos a obrigação e a chance de oferecer uma oportunidade para que dê certo. A segunda coisa era relativa ao próprio PT. Perdoem-me, mas está exageradamente confuso o nosso PT, um Partido que falava tanto, conversava tanto, debatia tanto. O Lula, nos programas de televisão, mostrava seus dossiês – lembro-me de um desses programas – e afirmava que ninguém conhecia mais os problemas do Brasil que ele, porque há seis anos ele debatia as questões. Quando lhe perguntavam sobre o problema da energia, citava quinze técnicos do Brasil e do mundo, os que mais entendiam do assunto, e apresentava soluções. Com relação ao problema da fome, citava quinze técnicos do Brasil e do mundo que mais conheciam o tema e apresentava soluções. Os projetos, aparentemente, estavam prontos. Portanto, imaginávamos que, no momento oportuno, viria

um intelectual da Universidade de Campinas, viria um líder sindical – forjado como liderança sindical – um Olívio Dutra, por exemplo, viria um líder camponês, como o Ministro da Reforma Agrária, um homem forjado nas lutas pela terra, e tudo se organizaria.

A Sr^a Serys Shlessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Logo a seguir, Senadora Serys Shlessarenko, concederei o aparte a V. Ex^a.

Imaginávamos que se organizaria um governo com um embasamento de tirar o chapéu. Mas não é isso que está ocorrendo. O primeiro equívoco – perdoem-me – foi colocar no Governo dezesseis candidatos derrotados a Governador. Como o PT não percebeu que não era hora de fazer uma coisa dessas? Pelo amor de Deus, vamos prestigiar os governadores colocando-os em cargos intermediários. Não se pode nomear ministro um candidato derrotado nas eleições para governador, vice-governador ou senador. Foi nomeado Ministro da Pesca um cidadão que perdeu a eleição para governador em Santa Catarina, um cidadão que está acostumado a pescar em açude em Chapecó. Isso num País que tem oito mil quilômetros de área marítima. Em Santa Catarina há um projeto muito importante de aproveitamento de detritos de suínos e criação de peixes em recinto fechado. Mas esse é o projeto de pescaria para um País que tem a nossa área?

São coisas que a gente não entende. O PT e o Lula não tinham o direito de fazer isso. Não podiam fazer isso. A escolha dos ministros deveria ter sido feita na base da qualidade e da credibilidade.

O Senador Aloizio Mercadante, que está magoado, pois gostaria de ser Ministro da Fazenda ou do Planejamento, é um homem que deveria estar no Ministério, pois tem técnica e preparação. No entanto, de repente, não mais do que de repente, um homem, porque perde o governo da Bahia – não sei quem é, parece que é uma bela pessoa – torna-se Ministro, e outro, porque perde o governo de Pernambuco – não sei quem é, parece ser uma bela pessoa – também é nomeado ministro. O primeiro foi um equívoco; o segundo, foi um exagero.

Ora, vamos reconhecer, se há algo de bom que o Sr. Fernando Collor fez como Presidente – e eu admirei – foi imitar o exemplo da Argentina no que se refere ao Executivo: não mais do que oito

ministros. Quando o Sr. Carlos Menem era Presidente, estive com Sua. Excelência em uma ocasião em que me disse: “Aqui na Argentina, a tradição é termos sete ministérios e, em cada um, quatro a seis diretores nacionais. O Presidente da República e seus ministros tomam o café da manhã juntos todos os dias. Às oito e meia, cada ministro e seu secretário nacional estão em seu ministério. Às nove horas, a determinação do Presidente da República já chegou a todos os setores do Governo”. O Sr. Fernando Collor fez isto – não sei se V. Ex^{as} se lembram. Ele fundiu os ministérios das Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações em um único ministério. Ele criou meia dúzia de super ministérios e em cada um colocou três ou quatro áreas.

No Governo Lula, há trinta ministros. Bateu o recorde! E, agora, há mais um. É um exagero. Esse não é o caminho.

Com toda a sinceridade, acho que o Presidente da República tem que se reunir com a sua equipe, fazer um estudo da situação, elaborar um documento e apresentar uma proposta concreta.

Cá entre nós, estou sofrendo hoje, pois imaginei que, amanhã, o Lula iria imitar o velho Getúlio e lotaria o Maracanã para falar sobre o 1º de Maio. E Sua Excelência não vai falar em lugar algum – nem no Maracanã, nem em São Paulo! Não se criaram condições para que o Presidente falasse no dia 1º de maio à Nação. Vejam bem: trata-se de um Presidente do PT, eleito pelo PT, numa vitória espetacular. E S. Ex^a não está sendo cobrado por ninguém, até porque seria um absurdo cobrar de alguém que recentemente chegou ao poder. Não entendo o fato de o Presidente Lula não ter preparado um discurso sobre o significado do dia 1º de Maio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Darei o aparte a V. Ex^a logo, logo. Há uma outra coisa que não dá para entender e, com todo o respeito, faz-me lembrar do tempo da ditadura, época em que, apavorados, esperávamos o anúncio das cassações pela A Voz do Brasil. Às 19 horas, o Brasil inteiro parava para ouvir quem havia sido cassado. Se não houvesse anúncio em um dia, podia-se esperar pelo dia seguinte. O meu amigo José Genoíno, quem diria, está virando um Golbery. Ele

anuncia: “Agora é a Heloisa; agora é o Fulano” ou “daremos mais dez dias de prazo”. Não é esse o caminho. O PT não pode estar dizendo por aí que é um partido onde ou se cumpre o que é estabelecido ou se deve procurar outro partido, sob pena de ser expulso. O PT chegou ao Governo trazendo as implicações que conhecemos. Esse partido tem mil qualidades, mas tem uma heterogeneidade que o fez chegar ao poder e com a qual tem de conviver.

Concordo em que o partido tenha de cobrar, tenha de ter uma linha, uma diretriz a ser seguida, mas não se pode ficar sempre ameaçando, cobrando, exigindo: vai ser cassado, vai ser expulso do Partido. Essa situação está assustando, porque não é esse o estilo.

Ontem, o Presidente Lula discursou na Embrapa, e fui às lágrimas com suas palavras. Aliás, o Lula está falando muito bem – pena que o Governo não o acompanhe. O discurso do Lula é nota dez; a orientação do Lula é nota dez, mas, ora, alguém tem de segui-lo!

Neste ponto, acho que podemos fazer a nossa parte. Falta tanto tempo para a próxima eleição presidencial! Os Líderes do PSDB, do PMDB e do PFL estão tentando ajudar propondo apenas a apreciação dos projetos das reformas que se fazem necessárias. Temos de fazer um esforço dramático para votá-las o mais rapidamente possível. Esse é um grande desafio, e teremos de ter grandeza nesse processo. Não se trata apenas de assumir a posição partidária porque, afinal, há uma grande confusão nesse sentido. Há o PT, o PMDB, e cada um avalia a situação de uma maneira distinta, o que significa que as posições são as mais heterogêneas possíveis. Entretanto, poderemos chegar a um consenso.

Há coisas sobre as quais não tenho mais dúvidas. Por exemplo, filhas solteiras de militares, de servidores do Congresso Nacional e do Poder Judiciário não têm de receber pensão vitalícia. Se elas chegaram à maioria, não têm que continuar recebendo pensão. Em função das pensões vitalícias, essas pessoas não se casam mais. Estão até mudando o estatuto social da realidade, porque a sociedade aceita o fato de essas mulheres não terem certidão de casamento porque recebem pensões. Na minha avaliação, isso tem de terminar.

Também avalio que não deve ser contado o tempo da escola de formação de militares para a aposentadoria. Se um tenente estudou cinco anos aqui e quatro anos lá, contam-se nove anos para sua

aposentadoria. É um absurdo! É como se eu contasse o tempo em que estive na faculdade de Direito para a minha aposentadoria. Não tem nada a ver. Essas coisas têm de terminar imediatamente. Outras são mais complexas, mas de temos de chegar a um denominador. Ontem, no jornal, apareceu o Dr. Brizola mostrando a assinatura do Lula, dizendo que, naquela época, ele era contra taxar os inativos. Hoje, o jornal *O Globo* afirmou que, nos oito anos em que Brizola foi governador, ele taxou os inativos. Então, alguma coisa tem que ser feita com um pouco de grandeza geral.

Por isso, gostaria de dizer que estarei aqui votando as reformas. O que puder votar a favor, votarei. Que temos que mexer nos direitos, é verdade. Aliás, sou mais radical. Tenho um projeto de lei no sentido de que o maior salário, no Brasil, não seja maior do que vinte vezes o menor salário. Na Alemanha, o maior salário público ou privado não pode ser maior do que sete vezes o menor salário. O Presidente da Volkswagen não recebe mais do que sete vezes o salário do lavador de banheiros da Volkswagen. São fatos reais. Temos de ter a coragem de mexer aqui. E penso que esse é o desafio que temos pela frente. Não é o Lula, somos nós. É uma oportunidade.

O Brasil perdeu a Revolução de 30, que era para ser uma maravilha espetacular. Os homens do Rio Grande vieram, gostaram, fizeram uma ditadura e as propostas da revolução foram para o bebeléu. Vieram os militares – e hoje faço a *mea culpa* das críticas que fiz ao Castelo, que foi um grande homem, um patriota – quiseram fazer mudanças espetaculares, mas igualmente foi para o bebeléu e nada aconteceu. E veio o Sr. Jânio Quadros e foi aquela coisa fantástica durante sete meses. Veio o Sr. Collor, aquela coisa espetacular, um ano. Veio o Sr. Fernando Henrique, o mais bem preparado, o mais intelectual, com mais capacidade, que recebeu o Brasil em melhores condições que se pode imaginar, mas deu no que deu. Foram tantas as chances que perdemos que não temos o direito de perder esta novamente, de jogar fora, no lixo, uma oportunidade como esta quando o mundo inteiro está a nos olhar.

O problema não é do Lula. O Lula é um condutor. O problema é de toda a sociedade brasileira. Senadora Serys.

A Sr^a Serys Shhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Pedro Simon, como sempre, nosso brilhante tribuno, vou ser bastante sintética.

Gostaria de poder me estender mais, infelizmente, não há espaço. Eu diria que o seu pronunciamento é extremamente oportuno, como sempre sói acontecer. Hoje, dia 30 de abril é um dia histórico para o Brasil e para o Congresso Nacional, uma vez que, daqui a poucas horas, estaremos recebendo o nosso Presidente da República, juntamente com os Srs. Governadores, trazendo as primeiras reformas. Esse é um fato histórico, um momento da maior relevância para o nosso País. Não vou falar da necessidade das reformas – até porque o tempo urge e V. Ex^a está discorrendo muito bem sobre o assunto – mas sim que nós fomos eleitos para tal, Sr^{as} e Srs. Senadores, e como tal temos que proceder. Eu acredito que o seu apelo aqui foi bastante veemente. Nós precisamos discutir profundamente essas reformas, porque talvez não tenhamos outro momento como este por muitos, talvez até, por séculos. As duas Casas deverão discutir profundamente esse tema. Deveremos ouvir as organizações da sociedade, dos trabalhadores sindicais, tanto da parte dos trabalhadores quanto da parte patronal dos produtores deste País, os servidores públicos, enfim, todos deverão participar dessa ampla discussão por meio de audiências públicas ou seja lá quais forem as formas. Mas o certo é que nós precisamos garantir essas reformas rumo a uma sociedade brasileira de inclusão. Chega de exclusão e de picuinhas, como muito bem disse V. Ex^a. Vamos partir para o debate sério, consistente e determinado, a fim de que essas reformas realmente venham a contemplar a cidadania de todos. É com essa esperança que o nosso Presidente Lula e os governadores estão vindo ao Congresso hoje. E nós estaremos aqui para recebê-los para que, com a mesma esperança, façamos a coisa acontecer para valer, na linha do seu discurso e, muito mais ainda, ao usarmos a criatividade e a capacidade que temos para levar a reforma avante. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, de coração, Senadora. Meu amigo Suplicy, eu cheguei a esta Casa primeiro que V. Ex^a. Quando V. Ex^a chegou, era um homem solitário, sentado aí onde está hoje; era o único do PT. Mas – uma coisa interessante! – V. Ex^a valia por dez. Eu nunca vi coisa igual. No PMDB, éramos mais de trinta ou quarenta, e V. Ex^a era apenas um.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Senador Pedro Simon, lamento, mas o seu tempo já está se esgotando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro. Senador Suplicy, V. Ex^a era apenas um, mas não havia canto deste Brasil onde V. Ex^a não estivesse, lutando com garra, com denodo, com bravura as teses que achava corretas. Falo com muita sinceridade: gostaria de vê-lo mais vezes citado e ouvido pelo Lula. Seus projetos estão sendo aplaudidos no mundo inteiro e, não sei o que houve, parece que V. Ex^a não tem o lugar que merece no Governo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, cada vez que V. Ex^a vem à tribuna é para trazer uma reflexão, primeiro, totalmente independente. V. Ex^a é um homem livre, é um homem do PMDB, mas tem tido uma posição independente desde que nos conhecemos, portanto, desde o tempo do Presidente Fernando Collor, vindo depois o Presidente Itamar Franco, o Presidente Fernando Henrique e agora o Presidente Lula. Portanto, em toda a nossa convivência aqui, desde 1991, V. Ex^a traz pensamentos de uma pessoa que quer o bem público, o interesse público. Até quando era o Líder do Presidente Itamar Franco, por vezes, V. Ex^a expressava o seu pensamento, que nem sempre coincidia com o do Presidente, e apresentava as suas sugestões. E hoje, que V. Ex^a fala com toda simpatia e apoio ao Presidente Lula, também coloca as suas observações e recomendações de modo muito construtivo. V. Ex^a observou que, quem sabe, o Presidente Lula poderia ser muito mais eficiente se tivesse um menor número de ministros – hoje há um número recorde, acima de 30. Também estranhei um pouco isso, mas há de se ressaltar que o Presidente Lula, apesar de ter um número tão significativo de ministros, talvez um número até difícil para conseguir dialogar, em verdade ele está conseguindo fazê-lo. Nesses quatro meses, reuniu todos os seus ministros muito mais vezes do que o Presidente Fernando Henrique em um ano.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E nunca tantos ministros quebraram pernas, canela, braço etc. em toda a história do Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É verdade, mas acidentes estão ocorrendo até com senadores da Oposição ao Presidente Lula. Esse negócio de machucar o pé, ou a perna, está pegando. Mas, Senador Pedro Simon, V. Ex^a fez algumas observações relativas às propostas que o Presidente hoje traz para o Congresso Nacional. Entendo que temos de saudar o feito extraordinário porque, em apenas quatro meses, ter

conseguido o Presidente Lula reunir os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, inclusive com a coordenação extraordinária do seu conterrâneo, o Ministro Tarso Genro, que de fato perdeu as eleições...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Modéstia à parte, é uma das áreas que vêm funcionando melhor, a do Ministro Tarso Genro. É o setor do qual menos se esperava, mas é o que mais está apresentando resultados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, o fato de S. Ex^a ter conseguido fazer, pelos depoimentos que ouvi, com que empresários e trabalhadores acordassem sobre os princípios que hoje chegam aqui, sobre as diretrizes que estão contidas nas propostas de reforma tributária e previdenciária, e reunir também os 27 governadores, isso é um tento fantástico. É como se fosse um dos maiores gols de bicicleta de Leônidas da Silva ou um dos gols espetaculares de Pelé ou Ronaldinho o que o Presidente consegue hoje. Agora, vem a nossa responsabilidade, dos 81 senadores e 513 deputados, de aperfeiçoar, ponderar e melhorar as proposições.

Finalmente, Sr^a Presidente Iris de Araújo, farei apenas mais uma observação ao Senador Pedro Simon, em função de um encontro que S. Ex^a me disse que terá, mas que será de importância para todo o Senado Federal. Darei divulgação hoje a uma carta – que já mostrei ontem ao Senador Pedro Simon – que dirigi ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o ex-Presidente Itamar Franco, que foi indicado e aprovado aqui como Embaixador do Brasil na Itália. Quero tornar público o conteúdo dessa carta e passá-la às mãos do Senador Pedro Simon, já que S. Ex^a tem uma amizade tão próxima com o ex-Presidente. Na carta, faço uma recomendação ao Presidente Lula que transmita ao ex-Presidente Itamar Franco um incentivo para que vá cumprir a sua missão na Itália como nosso Embaixador. O episódio aqui havido não obscurece, de maneira alguma, os aplausos de todos os brasileiros pela seriedade com que o ex-Presidente Itamar Franco sempre se conduziu, como Senador, Governador, Vice-Presidente e Presidente da República. Portanto, cumprimento o Senador Pedro Simon, na ocasião em que encaminho às suas mãos cópia da carta cujo conteúdo S. Ex^a já conhece.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Penso que merecem respeito e felicitações o Presidente Lula e o Chanceler Celso Amorim por terem, em meio a esses acontecimentos, mantido a indicação do Itamar para a Embaixada em Roma, e ainda por terem recebido a carta-desabafo que ele mandou como uma carta-desabafo. Demonstrou grandeza o Governo em entender isso e demonstrou grandeza o Itamar em entender que foi aprovado pela Casa e, se isso aconteceu, ele tem a grande missão de nos representar na Itália. E tenho certeza de que fará uma grande representação.

Já concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Tião Viana, com a permissão da nossa Presidente. Mas, antes, faço questão de comunicar aos brasileiros, da tribuna do Senado, que o preço da gasolina baixou. Isso é algo inédito na História do Brasil. Nunca se teve conhecimento de que o preço da gasolina poderia baixar. Pois baixou. É verdade que os fuxicos do Governo não deram chance de que essa matéria fosse capa de jornal, como tinha direito. Mas a grande verdade é que baixou o preço da gasolina. E cumprimento V. Ex^a, prezado Líder, por este Governo ter conseguido isso.

Concedo o aparte ao Senador Tião Viana, com o maior prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caríssimo Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz sempre muita alegria e muito aprendizado para nós quando sobe à tribuna do Senado Federal. Em razão da sua biografia, do seu conteúdo e da sua experiência, V. Ex^a sempre engrandece muito o debate político dentro desta Casa. Na primeira parte do seu pronunciamento, V. Ex^a faz claras e objetivas críticas ao Governo anterior, que teve a grande oportunidade de ajudar na transformação social, econômica e política do Brasil, mas não conseguiu fazer isso por razões diversas, que V. Ex^a apresentou muito bem. Uma delas reflete-se na crise herdada pelo Governo do Presidente Lula, o nosso Governo. Refiro-me ao desemprego de um milhão de brasileiros em cada um dos oito anos do Governo anterior. Isso se constitui uma tragédia social. Ao mesmo tempo, V. Ex^a faz críticas que entendo construtivas e que devem ser levadas à reflexão do novo Governo, em relação à nossa participação como gestores da sociedade. Quanto à situação do Senador Aloizio Mercadante, eu gostaria de deixar claro que S. Ex^a não é e não foi Ministro da Fazenda porque não aceitou o convite do Presidente Lula. S. Ex^a foi convidado, mas entendeu que contribuiria

muito bem com o Governo do Presidente Lula aqui mesmo no Senado Federal. E está contribuindo muito bem, Senador Pedro Simon. O Senador Aloizio Mercadante é um Líder extraordinário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas parece que S. Ex^a está aqui com uma saúde de lá!

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Mas V. Ex^a há de concordar que o Ministro Palocci está indo muito bem. O dólar está em queda, o risco Brasil está caindo, estamos abrindo créditos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Talvez até por isso. O Senador Aloizio Mercadante não imaginou que um outro se saísse tão bem, achou que seria diferente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a lembrou que o preço dos derivados do petróleo está caindo, assim como o preço das passagens aéreas, e, seguramente, isso se dará também com as passagens rodoviárias. Então, estamos vivendo um momento de otimismo. Só gostaria de deixar claro que a vinda do Presidente Lula, hoje, é um marco na História política do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou inteiramente de acordo.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Ou o Brasil entra no século XXI com as reformas do Estado, com a reforma da Previdência, com a reforma tributária – enquanto que a nós, do Parlamento, caberá fazer as reformas do Judiciário, trabalhista e política, da qual V. Ex^a é um dos principais autores —, ou nós não estaremos à altura dos desafios de sermos representantes da sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Senador, o tempo do orador está esgotado.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Só mais trinta segundos, Sr^a Presidente. Então, gostaria que V. Ex^a pudesse considerar o momento histórico que estamos vivendo e pudesse emprestar a sua autoridade política, a sua credibilidade, como um voto de otimismo ao Presidente Lula, que vai se afirmar como o maior Presidente da República da História da América Latina. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nada melhor do que encerrar o meu pronunciamento com a palavra otimista do Líder do Partido do Governo. Sou solidário, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

Em Defesa da Varig

(Pronunciamento em 19 de maio de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na semana passada foi enviado o seguinte ofício ao Presidente da República brasileira:

“Carta do Conselho de Ex-Governadores ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Considerando que o Brasil não pode abrir mão de uma empresa com a história da Varig, que conquistou credibilidade no competitivo setor aéreo nacional e internacional ao longo dos seus 75 anos de inestimáveis serviços prestados à Nação;

Considerando que a Varig é uma empresa operacionalmente viável e a crise por que passa atinge a toda a aviação comercial mundial;

Considerando que a manutenção da empresa Varig é uma questão de soberania nacional, e que apoiá-la para que recupere o seu equilíbrio econômico e financeiro é medida de interesse público que se impõe, evitando a perda de milhares de empregos;

O povo gaúcho, seu governador e os ex-governadores que integram o Conselho de Ex-Governadores do Rio Grande do Sul conclamam as autoridades federais a empreenderem ações urgentes e necessárias que

viabilizem não só a preservação, mas o fortalecimento da Varig.

Na expectativa de sua acolhida e de tomada de providências, subscrevemo-nos.

Germano Rigotto, Governador de Estado; Leonel Brizola; Amaral de Souza; Jair Soares; Pedro Simon e Alceu Collares. Solidarizam-se Olívio Dutra e o ex-Governador Antônio Brito, que, por razões de força maior, não puderam estar presentes.”

Essa foi uma reunião histórica. É a primeira vez que se tem notícia, na história do Rio Grande do Sul, de uma reunião de todos os ex-governadores em torno da figura do Governador Germano Rigotto para atender a uma questão que consideramos de interesse fundamental, que é a defesa da Varig.

A Varig é uma empresa que nasceu no Rio Grande do Sul e que, ao longo do tempo, se transformou na grande empresa nacional. Durante dezenas e dezenas de anos, a Varig foi aquela empresa que representou o Brasil nacional e internacionalmente no transporte aéreo. A Varig chegou a se transformar em uma das grandes empresas internacionais cujos vôos eram considerados entre os melhores do mundo.

Entretanto, surgiu uma série de percalços que nós, com toda a sinceridade, consideramos importante salientar. A Varig tem a sua sobrevivência hoje ameaçada por uma crise sem precedentes, tanto que os ex-governadores se reuniram para discutir o assunto. Nunca antes na história se fez uma reunião igual a essa na qual resultou em apelo ao Presidente da República. Sabemos que a Transbrasil já faliu, a Vasp pede socorro, a TAM e a Varig buscam um entendimento de união para se salvarem.

Na verdade, a crise atinge a aviação no mundo inteiro. Esse é o quadro em que se insere a Varig – empresa fundada há 75 anos no Rio Grande do Sul e considerada a embaixadora itinerante do Brasil em todo o mundo. Os escritórios da Varig no mundo têm essa característica. Para eles, quando se trata de assuntos comerciais, há um interesse maior por parte das empresa e de seus funcionários. A Varig possui cerca de 15 mil empregados, 110 aviões, operações em 110 cidades do Brasil, mais 27 no exterior, e agora chegou ao auge de uma crise sem precedentes.

Muitas medidas vêm sendo tomadas para enfrentar essa crise, tanto que de 1993 até hoje o quadro de funcionários da Varig ficou reduzido a 12 mil trabalhadores.

Dadas as suas proporções, esse é um problema que já não está restrito ao mundo dos negócios pura e simplesmente.

Exige-se intermediação política. O Congresso Nacional interferiu por meio, principalmente, do Senado Federal. Esta Casa já realizou audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos, de 19 a 26 de fevereiro, para debater a situação da Varig.

Representantes da empresa, funcionários e credores estiveram com os senadores e analisaram a crise tendo em vista seu entendimento. Importantes depoimentos foram tomados.

Consideramos, no entanto, que é preciso pensar a questão da companhia aérea em termos mais amplos.

Os problemas do transporte aéreo nacional não se restringem às dificuldades eventuais da Varig e de outras companhias. É necessário repensar, em termos estratégicos, uma política definida para esse setor, baseada no fortalecimento das empresas distantes da concorrência internacional, preservando emprego e aumentando a competitividade.

Nesse aspecto, destaco a tributação. Enquanto na Europa, o setor da aviação paga cerca de 16% de tributos e nos Estados Unidos apenas 7%, no Brasil a tributação chega a 36%. Problemas dessa natureza afetam também a aviação agrícola, o táxi aéreo e o transporte executivo.

É preciso encontrar soluções que contemplem o setor de forma abrangente.

O Senado, reconheço, está fazendo a sua parte. Identificamos nos segmentos envolvidos a disposição de celebrar um acordo favorável a todos. Devemos saudar esse esforço e fazer o possível para encaminhar a rearticulação de todo o setor de transporte aéreo no País.

Sr. Presidente, posso lembrar o início de toda essa crise. A Varig foi uma empresa que cresceu e se transformou num padrão de qualidade internacional. Todos que viajavam na Varig pelo mundo diziam: “Não há primeira classe melhor que a da Varig, não há melhor tratamento que o da Varig, não há melhor comida do que a da Varig, não há melhor serviço, educação dos funcionários, atendimento do que o da Varig”.

A Varig era a única empresa brasileira...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Nobre Senador, posso acrescentar um aparte o mais curto possível?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT) – Não há, no mundo inteiro, manutenção e cuidado das aeronaves melhores do que na Varig.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A Varig estava nesta situação: respeito mundial. Aí vem o Sr. Collor. Não sei por que cargas d'água, o Sr. Collor na Presidência da República – não sei, dizem que era uma questão, não tenho a mínima idéia – resolveu abrir o comércio internacional. Em primeiro lugar, permitiu que a Vasp e as outras empresas brasileiras tivessem vôos para o exterior. Abriu linhas. Por exemplo, a grande linha da Varig era São Paulo–Nova York. A Transbrasil passou a ter a linha São Paulo–Brasília–Washington–Nova York pela metade do preço. E aí surgiu o problema.

O interessante é que, a rigor, os países importantes têm uma empresa internacional. A Inglaterra tem uma, a França tem uma, a Itália tem uma, a Alemanha tem uma. O Brasil tinha uma, que era a Varig. Abriu-se a concorrência. E não só se abriu o mercado no sentido de as nacionais Transbrasil e Vasp poderem agir lá fora, como, a cada vôo internacional que se abria para uma nova empresa brasileira, era permitido que uma estrangeira entrasse aqui. Então, foram duas causas: a concorrência nacional e a internacional. A partir daí começou a crise, que vem aumentando a cada dia.

Pois não, Excelência?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a toca no ponto fundamental. Só quero dizer isso. Não quero perturbar o seu pronunciamento, que está excelente, mas V. Ex^a colocou o dedo na ferida. Aí se originou toda a crise que atingiu a Varig lamentavelmente e temos obrigação de nos esforçar para que seja superada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A Varig, cujo padrão era a qualidade, teve de fazer concessões, teve de abrir sua cozinha a terceiros, porque já não tinha condições de manter aquele padrão. Teve de baixar a qualidade para manter um preço compatível com o

das concorrentes. Então houve o problema da Vasp. Foi uma questão interessante que eu nunca tinha visto. Não conheço no mundo uma empresa de ônibus que tenha comprado uma empresa de aviação. Já vi empresa de aviação comprar empresa de ônibus, mas não o contrário. Esse foi o caso da Vasp. É claro que com concessões. Por exemplo, não sei a que preço a Petrobras fornecia o óleo, não sei quanto tempo a Vasp ficava sem pagar o óleo, foram concedidas mil vantagens, feitos mil favores, para que a crise na Vasp fosse adiada.

Em relação à Varig, sinto um pouco de má vontade.

A Varig era uma empresa que empolgava o Brasil. Era inédita, não tinha dono, não era estatal – o Governo do Rio Grande do Sul tinha apenas 3% das ações da empresa – e não era também privada. A Varig tinha a Fundação Varig, da qual participavam todos os funcionários e cada um deles tinha direito a voto, desde o Presidente Ruben Berta até o mecânico mais humilde. Essa fundação tinha o controle e o comando da Varig.

Discutiu-se muito esse modelo no Brasil e no mundo, como sendo um novo estilo na economia. Poderia ser empregado em empresas, indústrias e fábricas, que teriam um serviço diferente de forma econômica. Não seria o capitalismo em si e nem o capitalismo de estado ou o privado, mas uma sociedade organizada, na qual as pessoas trabalhariam pelo desenvolvimento.

E foram excepcionalmente bem a Varig e a Fundação Varig. Tornaram-se exemplo em livros, debates, discussões e propostas. Era um exemplo a ser seguido não apenas por empresas de aviação, mas por associações comerciais ou industriais. Os trabalhadores se reuniram e participariam do capital.

Lembro-me que se discutiu este assunto quando foi vendida a Vale do Rio Doce. Perguntaram por que entregar de graça a Vale do Rio Doce com o dinheiro do BNDES.

Se o Governo não quer ficar com uma das maiores empresas de aviação do mundo, que vai muito bem, não tem nenhum tipo de problema e possui as melhores reservas do mundo, por que não cria uma grande empresa nacional da qual todos os seus trabalhadores façam parte? Basta lembrar o exemplo da Varig.

Evidentemente, quando a empresa começou a desmoronar, a própria Fundação passou a ter os seus problemas internos. Morreu

o Sr. Ruben Berta e foi extinta a Fundação dos líderes que, com ele, comandaram a empresa. Hoje, há uma situação bem diferente daquela inicial.

Sr. Presidente, o nosso amigo Presidente Lula da Silva e o ilustre Presidente do BNDES – um homem extraordinário e de grande competência e capacidade – precisam estudar uma maneira de resolver essa questão. Não sei se deve haver a integração da Varig com a outra empresa, mas algo deve ser feito. Não podemos aceitar que, daqui a três meses, se publique no jornal a notícia de que a Varig parou e entregou seus aviões, deixando milhares de pessoas desempregadas e que o Governo pensa em criar empresas de terceiro quilate para suprir a sua falta.

Por essa razão, governadores, inclusive divergentes, de pensamentos variados, de partidos diferentes, se reuniram num mesmo pensamento. Estava lá o Dr. Brizola, que participou da fundação, do desenvolvimento da Varig, colaborando muito com as linhas internacionais da Varig, e prestou um testemunho histórico emocionante do que viu, de como se formou a Varig. Lá estavam os Governadores Alceu Collares, Amaral de Sousa, Jair Soares, Germano Rigotto. Eu estava lá. E havia a solidariedade do Governador Antônio Britto e do Governador Olívio Dutra que, lamentavelmente, por uma reunião governamental com o Presidente, não pôde estar presente.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, quero juntar a minha voz à de V. Ex^a, que tem outra dimensão, outra densidade, na medida em que foi governador desse estado e participou de reunião tão importante e significativa. Enfim, ao empenho de V. Ex^a, que se manifesta da tribuna, quero associar o meu. É preciso salvar a Varig, evidentemente, impondo certas condições para que não se repita nenhum desfazimento da solução que for aventada, mas que a Varig sobreviva com o seu prestígio, o seu nome, as suas equipes tão competentes, a sua manutenção, que é exemplar, e todas as características que essa empresa tem e pelas quais mereceu o respeito que todos nós a ela devotamos. De forma que quero cumprimentar V. Ex^a uma vez mais pelo pronunciamento e juntar minha voz a sua voz densa e sábia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço com muito carinho a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, do Rio de Janeiro, onde a

Varig tem um dos seus esteios, pelas campanhas que fez pelo mundo em divulgar o Brasil. Por muito e muito tempo, foram exatamente as belezas do Rio que mais divulgou pelo mundo inteiro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, ex-Governador do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, quero somar-me a seu discurso, que vai na linha de defesa da Varig, que é um patrimônio não do Rio Grande, mas sim deste País e com a devida repercussão internacional, como V. Ex^a aborda muito bem. V. Ex^a, em seu pronunciamento, além da preocupação com a qualidade, com o patrimônio e com tudo o que a Varig representa, cita – recebi um documento nesse sentido – a preocupação dos funcionários da Varig e dos próprios aposentados da Fundação. Pelo documento que recebi, e V. Ex^a é feliz na hora em que enfatiza também esse lado, infelizmente a impressão que me passa é a de que os trabalhadores da Varig foram os últimos a ser consultados – muitos deles fazem parte da associação que mantém essa empresa – e que a grande beneficiada, da forma como se está encaminhando a fusão, é a TAM, com um certo prejuízo para a empresa que seria a matriz e que tem até um patrimônio, perto da outra companhia, muito maior. A preocupação – e aí me baseio em seu pronunciamento – é de que não venham, amanhã ou depois, uma vez que quem tem o patrimônio maior ficará na verdade como acionista minoritário nesse processo e, assim, venha a demissão em massa, além de um prejuízo enorme para a companhia aérea e para aqueles que usam efetivamente o avião e para os funcionários. Por isso, somo-me a seu pronunciamento em uma linha de também querer contribuir em um momento tão importante quanto este, para que haja a sensibilidade do nosso Governo a fim de colaborar para um grande entendimento. Sempre digo, em minha vida particular – e tomo a liberdade pois sou amigo pessoal de V. Ex^a – que um negócio é bom quando é bom para as duas partes e não quando uma das partes diz que se saiu melhor que a outra. Nesse sentido, endosso o seu pronunciamento. Tenho certeza de que o nosso Governo vai

colaborar para o bom negócio, para o bom entendimento e quem vai ganhar com isso é o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito feliz e muito oportuno o aparte de V. Ex^a, Senador Paulo Paim. É interessante esclarecer que, durante dezenas de anos, os funcionários da Varig não eram funcionários e, sim, os filhos da Varig. Ali havia um sentimento de paz, de amor, de carinho, de afeto e de paixão e era difícil encontrar algo semelhante. E foi assim que eles avançaram, que desenvolveram. Por outro lado, nego-me a acreditar nas notícias de jornais de que a outra empresa terminará majoritária – parece até uma piada. Eu não acredito. Acredito que o Presidente Lula e o BNDES terão capacidade suficiente de entender o que está em jogo e a maneira como deve isso ser respondido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Política Municipalista

(Pronunciamento em 23 de maio de 2003.)

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que bom poder subir à tribuna para tratar de assunto tão tranqüilo, que me traz alegria e felicidade muito grandes! Eu gostaria de registrar um acontecimento da maior importância que está ocorrendo, hoje, em Porto Alegre. O meu querido amigo Paulo Ziulkoski assume, por mais um mandato, em ato solene na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Presidência da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), reeleito que foi, por aclamação, por três mil prefeitos reunidos, recentemente, em Brasília.

Nesse evento de grande significado para a vida de todos os municípios brasileiros, estarão reunidos ministros, prefeitos e altas autoridades de várias regiões do País. Juntamente com Ziulkoski, estarão sendo empossados os membros da nova diretoria da Confederação Nacional dos Municípios.

Inicialmente, gostaria de tecer alguns comentários sobre essa figura ímpar que é Paulo Ziulkoski. Muito moço, assumiu a Presidência da Juventude do MDB e comandou o setor por uma dezena de anos, justamente os mais duros do regime militar.

Era um tempo muito difícil, época de cassação de mandatos e de arbitrariedades policiais. Era tempo de medo, mas também de resistência. Ziulkoski tomou nos ombros a tarefa de mobilizar os jovens para a política, em meio a um panorama inóspito. Aos poucos, foi formando núcleos na capital e no interior do Estado. Esse Movimento Jovem, do qual foi o inspirador, acabou sendo

determinante na luta dos jovens de todo o Brasil pela reconquista da democracia.

Seguindo adiante em sua vida pública, Paulo Ziulkoski foi eleito Prefeito da cidade de Mariana Pimentel, pequeno Município do meu Estado. Aqui, cabe um comentário importante: Paulo Ziulkoski vem desenvolvendo uma administração baseada em moldes modernos, revolucionários, uma gestão que pode bem servir de exemplo para o nosso País. Com um número enxuto de funcionários e meia dúzia de secretários atuando como verdadeiros gerentes executivos de suas áreas, Mariana Pimentel é um modelo. Suas contas estão em dia, os pagamentos de seus funcionários estão em dia, há um bom superávit para aplicar nas obras da cidade. E Ziulkoski foi escolhido pelo voto popular para mais um mandato.

Líder do movimento municipalista brasileiro, Ziulkoski coordena, anualmente, as marchas de prefeitos a Brasília. No passado, chegou a enfrentar cães e tropas que impediam o acesso ao Palácio do Planalto. Eram outros tempos aqueles.

Essa luta, é claro, rendeu frutos. Quando nos empenhamos por uma causa justa e enfrentamos com coragem os desafios, acabamos por vencer os obstáculos.

Na mais recente marcha à Capital Federal, em março do corrente ano, a recepção foi completamente diferente: o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi ao encontro dos prefeitos, acompanhado de nada menos que dezesseis ministros, que ali fizeram palestras.

Naquela ocasião, houve a promessa de liberação de recursos, principalmente para saneamento e habitação popular, que são, realmente, as grandes carências dos municípios brasileiros.

Devo, no entanto, ressaltar que a luta de Ziulkoski e dos prefeitos brasileiros não é apenas pelo atendimento dessas reivindicações, por mais dramáticas e imediatas que possam ser. A idéia de Ziulkoski, a sua filosofia de trabalho, a luta de sua vida é pelo fortalecimento dos municípios, células principais de uma nação.

Muitas têm sido as vitórias recentes do municipalismo. Podemos destacar algumas dessas conquistas:

1 – a reabertura de prazo para renegociação das dívidas com o INSS e a troca da Selic pela TJLP na correção dos débitos parcelados, por um prazo de até 240 meses;

2 – a eliminação da perda de receita imposta aos municípios pelo Fundo de Estabilidade Fiscal;

3 – o abrandamento das exigências contidas inicialmente na Lei nº 9.717/98 e Portaria nº 4.992/99, sobre os regimes próprios de previdência municipal;

4 – a aprovação da contribuição da iluminação pública;

5 – o ressarcimento extra de R\$257 milhões da Lei Kandir em julho de 1999.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, sou um antigo militante do municipalismo. Em inúmeros pronunciamentos, aqui mesmo no Senado Federal, destaquei a importância de reordenar o pacto federativo, assegurando ao município maior autonomia.

Julgo que o cidadão é o melhor fiscal de um governo. No município ele está muito mais próximo da ação pública. Ele pode cobrar providências e pode fiscalizar os governantes. E para que isso se efetive, o município precisa de recursos que devem acompanhar encargos e responsabilidades.

Quero também ressaltar aqui um outro municipalista fervoroso: o saudoso Ulysses Guimarães – que foi nosso grande líder durante a luta pela reconquista da democracia. Quando ele queria destacar a importância do municipalismo, costumava dizer que “ninguém vive na União; as pessoas nascem, vivem, se casam, têm filhos e morrem nos municípios, nas suas cidades”.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, antes de liderar a CNM, Paulo Ziulkoski presidiu a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, a FAMURS, onde teve várias gestões das mais exitosas.

É importante registrar que a essa entidade o País deve, hoje, a inclusão dos municípios como entes federativos – eu repito porque é importante registrar que a FAMURS, Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, é uma entidade à qual o País deve, hoje, a inclusão dos municípios como entes federativos, na Constituição, como consta do atual art. 23, que estabelece as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ora, esse fato, por si só, já bastaria para coroar de êxito a luta de qualquer político ou entidade.

Mas, esse foi apenas o primeiro passo.

Até hoje os municípios brasileiros são considerados os primos pobres da Federação. Ainda hoje os prefeitos consomem grande parte do seu tempo e de seu mandato percorrendo os gabinetes e corredores do Congresso e dos ministérios mendigando recursos aos quais têm direito.

Conquistado o reconhecimento constitucional, ainda há um caminho a percorrer: o da regulamentação do art. 23, definindo competências e estabelecendo um elevado grau de autonomia aos municípios. O Brasil precisa de um novo pacto federativo, baseado na solidariedade e na cooperação.

Para isso, vamos trabalhar na aprovação de uma reforma tributária que inclua também uma reforma fiscal. Não aceitaremos uma reforma que, mais uma vez, simplesmente aumente a receita da União, desequilibrando orçamentos e sem definir responsabilidades e recursos especiais. Como costuma dizer Paulo Ziulkoski, “antes de definir o *quantum* do bolo tributário, que cabe a cada ente federado, deve-se definir o que fazer, como fazer e quem vai fazer.”

Ninguém aqui neste Senado desconhece o aperto fiscal em que vivem todos municípios brasileiros. A carga tributária no nosso País – como é dito e repetido o tempo todo – é excessivamente elevada. Há quem diga que nós pagamos impostos em escala européia e recebemos, em troca, serviços em níveis das nações mais pobres do mundo.

De outra parte, o cidadão brasileiro é penalizado em duas oportunidades: individualmente ele sofre como contribuinte, porque sofre com uma enorme carga de impostos diretos e indiretos; coletivamente, como munícipe, com habitante de um município, ele é penalizado com uma distribuição extremamente desigual de recursos entre a União, os Estados e os Municípios.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme dados da Confederação Nacional dos Municípios, em 10 anos, no período de 1991 a 2001, a carga tributária cresceu de 24,61% para 34,46% do PIB. Ou seja, em 10 anos, a carga cresceu quase 50%!

Ao mesmo tempo, a divisão dos recursos arrecadados veio favorecendo a União em prejuízo de estados e municípios. Ao longo desses 10 anos, a participação da União nesse montante subiu de 55,36% para 59,30%; enquanto que a dos estados reduziu-se de 28,23% para 26,50%; e a participação dos municípios caiu de 16,41% para 14,20%.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Pedro Simon, solicitei o aparte a V. Ex^a para cumprimentá-lo. É extremamente necessário para a democracia brasileira que tenhamos prefeitos e governadores e não pedintes. É fundamental para a democracia a autonomia municipal. Uma das questões públicas mais apoiadas no Congresso Nacional é a municipalização dos serviços da saúde. Todos apoiamos o SUS. No início foi difícil. No entanto, hoje, há um convencimento nacional da extraordinária utilidade do SUS. Diria que, como os fatos acontecem nos municípios, o estado e a União são figuras abstratas, temos que dar mais poderes aos municípios e lutar pela municipalização dos serviços públicos. Por isso, adianto que, nesta reforma tributária, encaminhada pelo Governo à Câmara dos Deputados, é fundamental que se estabeleça a participação dos municípios nesses impostos criados pelo Governo Federal, no sentido de que possamos ter devolvida essa sonhada autonomia municipal. Fui Constituinte. Ajudei a escrever a Constituição, e fizemos o melhor até 1988. De 1988 para cá houve uma reconcentração de recursos no Governo Federal sempre com o objetivo de que o fundamental é aumentar o superávit primário e encaminhar os recursos conforme determina o Consenso de Washington. Há muito tempo o Congresso brasileiro precisa lutar para quebrar esse Consenso. Cumprimento V. Ex^a pelo brilhantismo do pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, e, se me permite, apenas terminarei mais uma lauda e responderei com a maior satisfação.

Digo que essa diminuição das verbas aos municípios não pode continuar. Temos de rever imediatamente essa divisão da receita tributária! Por fim, quero lembrar que as prefeituras brasileiras contam, desde a semana passada, com um valoroso instrumento de apoio no Congresso: a Frente Parlamentar Municipalista, que reúne integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Essa Frente, antiga reivindicação da Confederação Nacional de Municípios, surge num

momento fundamental quando começa o debate, no Congresso Nacional, das reformas tributária e previdenciária. Quero, desde já, me integrar ao trabalho desse grupo em defesa do municipalismo e de um novo e justo pacto federativo.

Tem razão o nobre Senador de Mato Grosso ao analisar a dura realidade dos municípios brasileiros. Tem razão o nobre Senador quando diz que a Constituinte foi, talvez, nos últimos tempos, o único momento em que os municípios, inclusive as capitais, foram lembrados. É interessante salientar que ninguém conseguia entender por que os prefeitos das capitais e das grandes cidades que assumiram os mandatos logo após a promulgação da Constituinte tiveram um bom mandato, fizeram boas realizações, uma série de obras. Verificou-se que a Constituinte aumentou a cota-parte dos municípios. Passaram-se alguns anos, começaram a analisar por que, de repente, a prefeitura já não tem as mesmas verbas que tinha há 12 anos, por que os prefeitos já não conseguem realizar aquilo que conseguiam realizar há algum tempo. Aos poucos, diz bem o Senador Antero, foram cortando, foram diminuindo, diminuindo e, hoje, achataram novamente a situação das prefeituras.

Não tenho nenhuma dúvida, isso independe de partido político. Há o interesse do Governo Federal de que os prefeitos venham anualmente a Brasília, de chapéu na mão, mendigar, e não que os prefeitos tenham a autonomia para realizarem as suas obras e, com independência, terem um tratamento de igual para igual com o Governo Federal.

Qual é o prefeito que hoje tem coragem de chegar aí e pedir algo ao Ministro dos Transportes? Qual é o prefeito que chega aí e pode ter coragem de cobrar asperamente de um Ministro da Saúde? Ele depende deles. Ele está à mercê deles e não tem nada que lhe dê garantia, a não ser uma emenda de um deputado ou de um senador, que também, depois, terá que lutar tremendamente para que a verba seja liberada.

A reforma tributária não saiu. Inclusive, o Deputado Germano Rigotto, que era Presidente da Comissão de Reforma Tributária na Câmara, e o atual Ministro da Fazenda, que era Vice-Presidente daquela Comissão, percorreram todo o Brasil, visitando todas as prefeituras importantes, falaram com todos os governadores, reuniram todos os

secretários de Fazenda e os homens do Governo Federal, chegaram a um projeto pronto e acabado e o entregaram à Mesa da Câmara dos Deputados. O Governo Federal, pela sua Liderança, mandou boicotar.

Enquanto o Governo dizia ao público: “Este Congresso não anda, não funciona, não faz a reforma tributária”, dizia para a Mesa da Câmara: “Pára, não toca”. E, na minha opinião, o motivo de todos os governos é um: o Governo está contente. Nunca, na história do Brasil, os cofres do Governo estiveram tão cheios. Nunca arrecadaram tanto. Nunca a arrecadação foi tão concreta. E isso eles não querem diminuir. Isso eles não querem dividir.

Volto a dizer o que defendo sempre: reforma tributária tem de ser acompanhada de reforma fiscal, e tem que de acompanhada de reforma administrativa. Tem de haver uma distribuição real, concreta, evidente, definindo-se o dinheiro que é da União, o que é do Estado e o que é do município.

O dinheiro que o Brasil gastará com o menor abandonado é da prefeitura. A prefeitura vai cuidar do menor; então esse é o dinheiro que vai para o prefeito. Não tem governo, não tem Presidência da República, não tem nada. Menor é com a prefeitura; o dinheiro é da prefeitura. Saúde pública, como diz V. Ex^a, é da prefeitura; o dinheiro também é da prefeitura. Universidade é do Governo Federal; o dinheiro vai para o Governo Federal. O ensino médio é do Governo do estado; o dinheiro vai para o Governo do estado. As grandes estradas federais são do Governo Federal; o dinheiro vai para o Governo Federal. As estradas interestaduais são do Governo Estadual; o dinheiro vai para o Governo Estadual.

Não pode haver, como existe hoje, dez órgãos para fazer a mesma coisa. Quando fui Ministro da Agricultura – nunca vou me esquecer – resolvemos reunir os órgãos que tratavam da água. Oito ministérios, e havia dezoito órgãos para tratar da água. Por isso, ninguém faz nada. Por isso, ninguém faz absolutamente nada! Ninguém tem condições de realizar absolutamente nada. Comportava até, talvez, um ministério especial. Comportava até, talvez, uma entidade especial. Mas, para cada órgão, para cada entidade, deve haver uma decisão.

Por isso, felicito o meu amigo Paulo Ziulkoski e a sua entidade, porque, nessa reforma tributária, sinto que estão atuando. Mas vão

atuar muito mais, principalmente agora, quando, na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal, estaremos debatendo permanentemente essa questão, que é muito importante, para que os prefeitos estejam aqui para nos dizer o que está certo e o que está errado.

Mas encerro, Sr. Presidente, exatamente ao final do meu tempo, enviando o meu abraço muito carinhoso a Paulo Ziulkoski, pela vida, pelo trabalho, pelo êxito, pela dedicação com que se expôs quando jovem, na mocidade, em defesa da democracia. Agora, como um prefeito extraordinário e uma liderança fora de série no municipalismo brasileiro, assumindo uma posição que considero das mais importantes, no momento em que o Brasil está com novas regras, com novo Presidente, com uma nova realidade.

Não há dúvida de que Paulo tem autoridade por ser vertical, por não se dobrar. Pela personalidade e pela firmeza de suas convicções, tem condições de dialogar com o Governo Federal, com o Congresso Nacional e buscar as reformas de que necessitamos.

Meus cumprimentos ao Paulo Ziulkoski e ao municipalismo brasileiro.

Muito obrigado, Senhora Presidente.

Dia do Meio Ambiente

(Pronunciamento em 4 de junho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, aqui estamos reunidos para comemorar uma data da maior importância para o mundo inteiro: o Dia Mundial do Meio Ambiente.

A verdade é que, só muito recentemente – há duas ou três décadas – a humanidade despertou para os problemas relativos ao meio ambiente. Antes, havia muitos estudos nas universidades e centros de pesquisa alertando para o processo de destruição dos recursos do Planeta, mas eles não circulavam fora dos muros da academia. A população, de um modo geral, não tinha consciência do abismo que estava se abrindo à nossa frente. Por décadas, o mundo esteve envolvido numa áspera disputa ideológica, capitalismo *versus* comunismo, que deixou, em plano secundário, a questão da ecologia.

Já antes da derrocada do comunismo, falava-se sobre ecologia, mas o assunto só ganhou mesmo as páginas dos jornais, os noticiários de rádio e tevê e a consciência dos cidadãos de todo o mundo com o fim da Guerra Fria, no final dos anos 80.

Então, de uma hora para outra, o problema explodiu dramaticamente nas manchetes dos jornais. O mundo todo passa a comentar as terríveis ameaças ao meio ambiente. O Brasil, é claro, ganha destaque internacional, porque detém uma das mais ricas biodiversidades do mundo. Ganha destaque negativo, é bom registrar, porque o Brasil se transforma – em boa parte da mídia internacional – no maior vilão do meio ambiente.

Nesse momento, meios de comunicação de todo o Planeta passam a alardear que as florestas brasileiras estão sendo devastadas por incêndios terríveis; que os nossos animais raros estão sendo contrabandeados; que o uso indiscriminado de poderosos inseticidas na nossa agricultura está poluindo terras e rios; que as nossas indústrias estão poluindo os rios, o solo e os ares; que a nossa agricultura, por ser predatória, faz surgir o fenômeno da desertificação.

É claro que, por trás dessas informações, há interesses escusos. Países que destruíram quase que totalmente suas florestas, que mudaram os cursos de seus rios e que poluem de maneira aterradora passaram a criticar o Brasil. Empresas multinacionais interessadas em explorar recursos da nossa flora botam lenha na fogueira, escondidas sob as siglas de organizações não-governamentais. Fala-se até mesmo em transformar a Amazônia numa área de proteção internacional, alegando a omissão do Estado brasileiro em combater a biopirataria, a devastação e a agricultura predatória.

Essa campanha insidiosa surtiu efeito, é bem verdade, porque, de um modo mais amplo, os brasileiros e o Estado nacional só muito recentemente despertaram para a grande riqueza do nosso meio ambiente e para a necessidade de defendê-la.

No Brasil – especialmente durante o regime militar – foram cometidas muitas agressões contra a natureza. Nos anos 60 e 70, ocorreu, por exemplo, a ocupação acelerada dos cerrados sem uma preocupação com o impacto sobre a fauna e a flora de um ecossistema que se julgava pobre, mas que é riquíssimo. Era o tempo da abertura, sem critérios, a toque de caixa, de novas fronteiras agrícolas no Nordeste e no Oeste.

É bem verdade também que o Brasil não desenvolveu um sistema eficiente para o controle da extração de suas madeiras, mesmo diante da multiplicação das madeireiras ligadas a grupos internacionais.

O Brasil não soube, da mesma forma, colocar um freio no contrabando de animais silvestres. O Brasil não conseguiu acabar com o antigo hábito de fazer queimadas para a preparação da terra para os novos plantios.

O certo é que o bombardeio a que fomos submetidos pela mídia internacional surtiu efeito. Já na Constituinte e depois, nas leis complementares, o Brasil começou a construir um sistema de leis

que é considerado hoje – sem favor – o melhor do mundo. O nosso País tem, sob todos os aspectos, uma admirável legislação sobre o meio ambiente.

A partir dessa legislação, o Brasil começou a atuar mais na defesa do meio ambiente e logo obteve bons resultados. A situação melhorou sensivelmente em muitos aspectos. Em resumo, percorremos uma boa parte do caminho, mas ainda estamos muito longe do ideal.

Creio que, agora, com a gestão competente e corajosa da Ministra e Senadora Marina Silva, pela qual tenho o maior carinho e o maior respeito, vamos avançar ainda mais rapidamente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, gostaria de ressaltar que uma de minhas maiores preocupações é com a defesa do nosso meio ambiente. Ainda há poucos dias, apresentei ao Senado da República projeto de lei instituindo o ano de 2004 como o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”. Peço, no meu projeto, que o Poder Executivo seja autorizado a emitir selo comemorativo sobre o assunto, sendo que a estampa do selo será escolhida dentre modelos elaborados por estudantes do ensino fundamental de todo o País, em concurso de divulgação em âmbito nacional.

Por que tomei essa iniciativa?

Porque a sempre muito cobijada Amazônia brasileira é vista, hoje, como reserva mundial de água doce. Uma reserva importantíssima que os brasileiros, como dizem certos governantes destacados, não sabem conservar direito.

A Amazônia brasileira já foi considerada, por muitos chefes de Estado, como “patrimônio da humanidade”, território sobre a qual deveria ser permitida ao Brasil apenas uma “soberania restrita”. Entre essas personalidades, eu apontaria Al Gore, dos Estados Unidos; John Major e Margareth Thatcher, da Inglaterra; Gorbachev, da Rússia; além de Mitterrand e Chirac, da França. Muitos deles consideram a região uma área que deveria ser deixada sob administração da ONU.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, sempre fiz questão de me incluir entre os seus admiradores, sentimento que

herdei de meu pai. Mas aqui tenho encontrado, em meio a algumas discrepâncias ideológicas – que são naturais, elas nos aproximam ao invés de nos separarem – uma afinidade com V. Ex^a enorme: a sua singular sensibilidade para com a região amazônica. Singular porque uma das lutas que entendo mais justas de serem travadas pelos amazônidas é justamente a luta pelo convencimento dos demais brasileiros da importância – planetariamente reconhecida – de um tema que muitas vezes foi tratado aqui no Congresso mesmo como se fora paroquial. V. Ex^a tem batido tanto nessa tecla que dá para considerá-lo um quarto senador do meu estado, ou um senador a mais – e especial como V. Ex^a é – da minha região. V. Ex^a fala de um jeito que, não fosse pelo brilho e pela forma do seu pronunciamento, eu poderia me atrever a dizer que subscreveria o seu discurso inteiramente. É discurso de alguém que não é amazônida, mas que, por ser brasileiro, compreende, com muito sentimento de amazônida, essa região tão fundamental para o País. Este País não tem futuro brilhante se a Amazônia não tiver, ela própria, futuro brilhante. Este País não terá desenvolvimento pleno se a Amazônia não tiver a mais adequada forma de se desenvolver sustentavelmente. Parabéns a V. Ex^a! Eu já sabia que V. Ex^a ia tocar nesse assunto em sendo o Dia Mundial do Meio Ambiente o que estamos aqui a comemorar. Saiba que, para nós, é um grande orgulho podermos contar com uma voz tão potente, tão acreditada no País, em defesa de uma tese que interessa, sem dúvida, a nós da região, mas também ao Brasil. E V. Ex^a desperta o resto do Brasil para a idéia de que esta é a tese correta: o Brasil inteiro se sensibilizando pela Amazônia em nome do Brasil e não necessariamente em nome da Amazônia. Muito obrigado a V. Ex^a pela honra de me ter concedido o aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza de suas palavras, nobre Líder. Seu pai, de quem fui companheiro e admirador, foi um dos que compreenderam a luta, a batalha e a caminhada dos pioneiros. Seu pai pertenceu a um grupo de pioneiros deste País que fizeram a sua parte. Isso sempre me angustia, meu caro Senador. Ele, seu pai, assim como o Dr. Ulysses e Teotônio, fizeram a parte deles; nós temos obrigação de fazer a nossa. E digo a V. Ex^a, do fundo do meu coração, que, se me perguntarem qual é a maior angústia que tenho como brasileiro, se eu pudesse chegar a Deus hoje

e pedir alguma coisa, a primeira coisa que eu pediria era que Deus deixasse o Brasil do tamanho que ele é. O resto, discutiremos depois. Se o Programa Fome Zero está bem ou está mal, podemos discutir depois. Agora, tirar de nós metade do País é uma bofetada, é uma demonstração da nossa incompetência, da nossa incapacidade, da nossa irresponsabilidade.

Ora, nenhum brasileiro pode concordar com a tese desses ilustres chefes de Estado que consideram o Brasil patrimônio da humanidade. Em respeito aos nossos antepassados, não podemos deixar para os nossos filhos um território menor do que aquele que recebemos de nossos pais. É possível, sim, equilibrar a exploração econômica com o respeito ao meio ambiente, e é essa linha que o Brasil está adotando e deve adotar cada vez mais.

Sem xenofobia retrógrada, defendemos uma Amazônia com o *status* de patrimônio brasileiro, sempre, embora ela represente uma imensa riqueza em biodiversidade, cujos benefícios podem e devem ser usufruídos por toda a humanidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria aproveitar esta oportunidade para tecer comentários sobre alguns dos temas ambientais que mais vêm me preocupando nos últimos anos.

Acima de tudo está a questão da água. A necessidade de cuidados especiais com os recursos hídricos vem assumindo uma importância crescente no panorama internacional. Mas eu destacaria ainda as questões que dizem respeito também à ameaça concreta da extinção de muitos dos nossos animais e muitas das nossas plantas; os problemas decorrentes da produção crescente de lixo industrial e urbano; e a necessidade de conservação de nossos ecossistemas e, nesse caso, eu ressaltaria a Mata Atlântica.

Começemos pela água. Os estudiosos do assunto dizem que, dentro de poucas décadas, a água vai se transformar num dos bens mais raros e, portanto, dos mais caros da humanidade.

Cito alguns números sobre essa questão:

Apenas 3% dos recursos hídricos do nosso Planeta são de água doce. Dessa água utilizável, dispomos apenas de um terço, porque a maior parte das reservas está inacessível, em geleiras ou em reservas profundas. A agricultura consome 70% dessa água. Oitenta países, que têm 40 da população mundial, sofrem com a falta de água.

O Brasil está em boa situação porque possui 15% das reservas mundiais. Mas as nossas reservas estão na Amazônia e distantes das grandes capitais, onde o abastecimento está-se tornando realmente crítico.

Como em tudo que ocorre no mundo, o consumo de água é desigual. Nos Estados Unidos, um cidadão pode utilizar até 600 litros de água por dia, enquanto que em países pobres da África esse consumo não passa de 10 litros. Um cidadão israelense consome quatro vezes mais água do que um cidadão palestino.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 3,5 milhões de pessoas – na maioria, crianças – morrem anualmente por problemas decorrentes de fatores hídricos.

Mais um dado preocupante. No século XX, a população foi multiplicada por três; a superfície das áreas irrigadas aumentou seis vezes, e a demanda por água cresceu sete vezes. No ano 2020, 2,7 bilhões de pessoas não terão água para suas necessidades básicas.

Aqui mesmo, na Capital da República, o *Correio Braziliense*, do dia 4 de abril, anunciou que – se nada for feito urgentemente – dentro de dez anos, o abastecimento de água de Brasília estará comprometido.

Quero, por fim, lembrar aqui que, em outubro do corrente ano, será realizado, em Porto Alegre, por iniciativa da Associação Rio-Grandense de Imprensa e do Governo de Estado do Rio Grande do Sul, o “Fórum Internacional das Águas – A Vida em Debate”. Trata-se do único evento reconhecido, até agora, pela ONU como oficial e integrante da programação do Ano Mundial da Água Potável. Estaremos lá presentes, convidados que fomos, e teremos a honra de ali debater. Penso, inclusive, que seria excelente se o Congresso Nacional e o Senado Federal, de modo especial, se fizessem representar – creio, indiscutivelmente, que isso vai acontecer.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não quero prolongar demais este meu pronunciamento, mas eu não poderia calar sobre um outro problema.

Preocupo-me muito com a questão do lixo industrial ou doméstico. No nosso País, ainda não estamos separando o lixo nas residências, de modo que a reciclagem possa ser mais eficiente. Creio que precisamos de uma grande campanha nacional para conscientizar

as pessoas da necessidade de se separar o lixo caseiro. De parte do Poder Público, é preciso criar leis que torne efetiva a coleta desse lixo já separado. De nada adianta os cidadãos separarem o lixo nas residências se o Estado não o recolhe de forma adequada. Precisamos ainda investir em reciclagem, porque ela gera muitos empregos enquanto contribui enormemente para a limpeza do meio ambiente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, eu também me havia inscrito, mas, como a Mesa avalia que regimentalmente serão três os oradores a se manifestar, permita-me fazer um aparte a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se eu soubesse, eu não teria assomado à tribuna e daria o lugar a V. Ex^a. A Mesa não me avisou. Peço desculpas à Casa e a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Permitam-me dizer que o número de inscrições é 14, mas não daria tempo para todos falarem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é nenhuma crítica à Mesa. Creio que é correta a decisão. Só digo que, no caso, eu cederia o meu lugar ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Absolutamente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ninguém aceitaria isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu me sentirei honrado se puder mandar uma breve mensagem desta tribuna como aparte ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a. Inclusive, aproveito a oportunidade para informar que estão aqui, representando a tão querida Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o Sr. Bazileu Alves Margarido Neto, seu Chefe de Gabinete; o Sr. Rômulo Mello, Diretor

de Fauna e Recursos Pesqueiros do Ibama, e a Sr^a Mary Helena Allegretti, Secretária de Coordenação da Amazônia. Senador Pedro Simon, V. Ex^a está assinalando alguns congressos importantes que haverá, inclusive no que diz respeito à proteção da água da Amazônia, mas quero ressaltar que um dos propósitos mais significativos da Ministra Marina Silva está sendo o de organizar a realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, assim como a da Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, que se realizarão em 28, 29 e 30 de novembro, aqui em Brasília. É muito interessante que a nossa querida Senadora e Ministra Marina Silva, ao pensar em um encontro nacional direcionado para adultos, esteja tendo o propósito de, concomitantemente, estimular todas as crianças e jovens a também participarem e, assim, conscientizarem-se dos problemas do meio ambiente. Hoje, já existe um convite a todas as escolas brasileiras para enviarem os seus representantes a essa Conferência Nacional, o que considero um passo muito positivo. Eu gostaria de salientar, Senador Pedro Simon, que a Ministra Marina Silva vem salientando quatro diretrizes de grande significado no seu mandato, que serão os eixos desta Conferência: a orientação para o desenvolvimento sustentável, que compreende mais o que se pode fazer, em lugar do que não pode; a transversalidade da política ambiental em toda a esfera do Governo, ou seja, a Ministra está atenta para que todo e qualquer ministro ou ministra de Estado, na sua área, se preocupe com a questão do meio ambiente. Todo e qualquer projeto desperta a preocupação da ministra. Ao se construir uma estrada, ao se realizar um projeto ou ao se desenvolver alguma obra, o meio ambiente precisa ser considerado, inclusive em médio e longo prazo. A terceira diretriz é o fortalecimento do sistema nacional do meio ambiente; e a quarta, muito importante, é a participação do controle social e dos valores culturais. A Ministra Marina Silva nos deu aqui muitas lições de como combinar os ensinamentos da Bíblia Sagrada com o seu conhecimento das coisas da floresta, da água, dos animais e de tudo o que precisa ser preservado. S. Ex^a segue, inclusive, os ensinamentos que recebeu de Chico Mendes e de seu pai. Essa preocupação maior é que tem dado ao seu ministério, juntamente com o Presidente Lula, reconhecimento no Brasil e no exterior. Meus cumprimentos a V. Ex^a e obrigado pela oportunidade.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já concederei um aparte a V. Ex^a, Senador. Em primeiro lugar, minha saudação aos nobres representantes da ministra. Se me permitem, faço questão de repetir o que disse no início do meu pronunciamento. Creio que, agora, com a gestão competente e corajosa da Ministra Marina Silva, pela qual tenho o maior carinho, o maior respeito e maior admiração, vamos avançar muito mais do que avançamos até agora. Eu apenas acrescentaria ao meu amigo Eduardo Suplicy que gostaria que a Senadora, agora Ministra, Emilia Fernandes, aceitasse o convite que ela também recebeu para, em outubro do corrente ano, comparecer, em Porto Alegre, ao “Fórum Internacional das Águas: a Vida em Debate”, que será realizado por iniciativa da Associação Rio-Grandense de Imprensa e do Governo de Estado do Rio Grande do Sul, oficialmente patrocinado pela Organização das Nações Unidas. Ela já recebeu um convite para, como convidada especial, fazer a conferência de abertura. Pois não, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, serei muito breve, até porque V. Ex^a não faz um pronunciamento, mas uma análise profunda da realidade amazônica, dos desafios da Amazônia, da inserção da Amazônia no Terceiro Milênio e dos desafios da humanidade. Eu gostaria também, como o Senador Eduardo Suplicy, apenas de dar o meu testemunho da autoridade que tem hoje o Ministério do Meio Ambiente, que vem sendo construído há algum tempo, em se afirmar como um portal legítimo da Amazônia brasileira e em fazer com que o Brasil olhe com outros olhos para a Amazônia. Mas falar na Amazônia, falar no desenvolvimento sustentável, na identidade dos povos tradicionais da Amazônia, daqueles que migraram para lá e que portanto são também da região, não pode ocorrer sem falarmos da responsabilidade de governos com o desenvolvimento regional. Bilhões foram desviados da Sudam quando deveriam ter sido investidos no desenvolvimento humano, socioeconômico e sustentável da Amazônia. A recém-criada Agência de Desenvolvimento da Amazônia tem uma expectativa de investimento de 445 milhões; o Basa, de 1,032 bilhão; e a Suframa, de mais de 200 milhões. Mas muitos desses recursos ficam retidos para superávit primário. Então, ou olhamos

para a Amazônia com a responsabilidade da gestão partilhada e do investimento efetivo, ou teremos essa permanente fragilidade da região no que diz respeito à sua integridade e a uma visão de desenvolvimento correto. A Costa Rica, que possui um terço do território do Acre, tem US\$8 bilhões de receita por ano. Lá, onde prevalece a economia familiar, os gringos gastam dólares para olhar borboletas. O Uruguai recebe dois milhões de turistas e o Brasil, cinco milhões, mas a Amazônia não recebe um milhão de turistas por ano. Fica então o desafio de olharmos o assunto com inteligência, mas sobretudo com a responsabilidade partilhada entre o Governo e a sociedade que vive na Amazônia. Não precisamos de uma fórmula inovadora, mas apenas assegurar o desenvolvimento sustentável como o grande desafio do século XXI, porque a Amazônia pode ser, sem dúvida alguma – e será – o corredor para levar o Brasil ao terceiro milênio no cenário internacional. Muito obrigado e parabéns.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu querido Líder, foi por isso que se votou no Lula.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Que já assumiu os compromissos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Lula foi eleito exatamente por causa dessas coisas que estão acontecendo. Se a Amazônia fosse uma maravilha, se as coisas fossem diferentes, continuaríamos com o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

A nossa confiança é de que os desvios que aconteceram não vão se repetir; a nossa confiança é de que vão olhar para a Amazônia com profundidade. Se o Lula escolheu uma ministra como a Marina, com a sua personalidade, história, biografia e origem, é porque quer mudar as coisas.

Olho o meu amigo Lula com o maior carinho. Pela primeira vez, desde que assumiu, ele praticou um desvio fora do Brasil – sofreu a primeira queda – pois o Itamaraty não precisava ter sugerido um percentual da venda de armas para combater a fome. Esse foi um lapso que é melhor esquecer. Muito melhor foi a afirmativa que fez em janeiro, na outra vez em que estive nos países ricos, de que queria, para combater a fome e os desníveis, um percentual da dívida dos países e dos juros dos países ricos. Uma parte dos escandalosos

juros que o Brasil tem de pagar e uma parte da diminuição da dívida dos países miseráveis ou em desenvolvimento resolvem o problema da fome. Mas vender armas!... No entanto, isso acontece com os melhores países. Até acho que foi melhor um pequeno resvalo agora do que coisa mais séria adiante.

Ainda com relação ao lixo, eu gostaria de registrar que apresentei, em 1999, o Projeto de Lei do Senado nº 247/99, que dispõe sobre a necessidade da advertência, do recolhimento e da reciclagem, ou o devido processamento por parte dos fabricantes, das pilhas e baterias eletroquímicas – de carro ou de celular. O projeto foi aprovado aqui em outubro daquele mesmo ano, por unanimidade, e remetido à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, ele foi anexado a muitos outros e lá está não sei em qual gaveta. Lá se vão quatro anos e destino nenhum foi dado nem ao meu projeto, nem à matéria, porque é quase impossível a Câmara aprovar um projeto do Senado. O máximo que faz é clonar um projeto desta Casa, copiá-lo e mandá-lo para cá, mas, pelo menos, que faça isso. No entanto, nem isso a Câmara fez.

Também com relação ao tratamento de rejeitos sólidos, tenho visto com muita preocupação a retomada da permissão para a importação de pneus velhos. O Governo de Lula, por meio do Decreto nº 4.592/2003 – que estranhamente não conta com a assinatura da Ministra Marina Silva – ao isentar de multa ambiental a importação de pneus remodelados, na realidade, autoriza a importação de pneus usados de países do Mercosul. Ora, esse decreto já foi assunto de intenso debate no Congresso, sendo sempre veementemente rechaçada a importação desse que é considerado como um dos mais tóxicos dejetos. Tenho certeza de que haverá ponderação ecológica sobre a questão.

Com relação à nossa fauna, recentemente os jornais anunciaram que as espécies animais em risco de extinção do Brasil são hoje cerca de quatrocentas, quase o dobro do número apontado em 1989. Isso é verdadeiramente preocupante. Creio que isso se deve, em boa parte, ao tráfico de nossos animais silvestres, que movimenta cifras milionárias e leva à morte milhares de exemplares raros.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero encerrar este pronunciamento fazendo um apelo. Acho que já está na hora de o Estado brasileiro mostrar seu pulso forte no meio ambiente.

É preciso fazer cumprir a legislação existente. Para isso, claro, precisamos de uma fiscalização mais rigorosa. Se o Ibama, organismo que tem esse encargo, não possui fiscais em número suficiente, é preciso contratá-los. Mas não basta só contratar novos funcionários. É preciso dar a eles a infra-estrutura necessária para o bom andamento do seu trabalho. Também os governos estaduais têm dificuldades para manter operantes seus organismos de controle do meio ambiente: faltam funcionários e meios adequados.

O Estado tem de combater e acabar com o tráfico de animais e de madeiras raras. O Estado tem de coibir as queimadas. O Estado não pode se omitir nessa questão, sob pena de vermos se agigantarem os nossos inimigos, os que ambicionam nos tomar a Amazônia. O Poder Público, nas cidades, tem de combater a poluição e regradar a coleta seletiva de lixo.

Era o que tinha a dizer, com a tranqüilidade de que, com o Presidente Lula e a Ministra Marina, teremos dias de mais otimismo e de mais esperança para a Amazônia e para o meio ambiente do Brasil.

Muito obrigado.

Indicação de Cláudio Fonteles

(Pronunciamento em 6 de junho de 2003.)

Senhor Presidente, mais uma vez, estamos aqui, numa sexta-feira, sem nenhum companheiro do PT. Fico a me lembrar, dando mérito ao nobre Senador Eduardo Suplicy, de quando S. Ex^a era o único Senador do PT e não havia canto a que nós fossemos que S. Ex^a não estivesse lá. Parece mentira, mas S. Ex^a fazia mais do que toda a bancada hoje. Depois do nosso nobre Líder do PSDB, que está se transformando em um dos maiores Líderes da Oposição, que aqui se encontra, peço licença a S. Ex^a para, aqui, fazer um profundo voto de louvor ao Presidente Lula. Ontem, o Lula praticou, talvez, um dos atos mais importantes e mais significativos do seu Governo. Havia muita polêmica com relação a quem seria o futuro Procurador-Geral da República. Havia pessoas que até achavam que o atual Procurador continuaria. O atual Procurador, diga-se de passagem, é um homem de bem, por quem tenho o maior respeito, mas que passou oito anos engavetando e que agora, no final, resolveu ser herói. Denunciou até o Sr. Antonio Carlos Magalhães! Ele, que nunca denunciou ninguém.

Havia muitos candidatos. Mas não há dúvida nenhuma que Fonteles é uma das pessoas mais dignas, mais corretas, mais justas, mais puras que se conhece ao longo da História. É difícil encontrar predicados para analisar a figura de Fonteles. A escolha foi, talvez, um momento de lucidez, em que Cristo olhou para a cabeça de Lula e disse: “Vai por aqui”. A Procuradoria-Geral da República estará entregue nas mãos de um homem da maior dignidade, da maior correção, da maior coragem e da maior pureza!

Tenho a honra de conhecer o Fonteles. Tenho a honra de participar de várias reuniões com o Fonteles. Ele é homem de uma integridade total. Ele é um homem de uma linha de conduta total. Ele é um homem que, quando tem de denunciar, denuncia, como denunciou a Ministra Zélia, do Governo Collor. É um homem que, quando tem de dizer, diz. Não é um homem de bravata, mas é um homem de ação. É um homem que foi contra a Lei da Mordaça, porque defende a tese de que cabe à Procuradoria a investigação. A Procuradoria é o representante da sociedade. Ninguém mais nos representa na fiscalização dos atos que vão contra a sociedade do que a Procuradoria. Ele desempenha esse papel – e quer esse papel. Ele é um homem que dá parte do que ganha à gente mais simples. Ele é um franciscano, e, nessa qualidade, visita permanentemente as zonas dos mais humildes, dos mais necessitados, das crianças drogadas, das crianças necessitadas. É um homem que dedica parte de sua vida a ajudar, a melhorar essas questões.

Eram muitos os candidatos. Diga-se de passagem, um melhor do que o outro. Mas há uma unanimidade de que a escolha de Fonteles foi a mais feliz, a mais oportuna, a mais justa que poderia ter sido feita.

Ontem, foi um grande dia! Lula teve a felicidade de fazer essa escolha – e o aconselhamento que lhe fizeram foi o melhor possível. E o Presidente, que conhece pessoalmente o Fonteles, disse-lhe: “Você tem de fazer campanha, porque as pessoas estão aí, normalmente, fazendo campanha”; mas ele se recusava a fazer campanha. “O Presidente me conhece. As pessoas que estão ao redor do Presidente me conhecem. Se acharem que deva ser eu, serei eu.” Não procurou um senador, não procurou um ministro, não procurou um colega dele; ficou na sua, esperando que as coisas acontecessem. E as coisas aconteceram.

Ele, há algum tempo, passou por uma tragédia familiar da qual se saiu com bravura, ao dar um grande exemplo, que nunca vi na vida: alguém ser atingido pela tragédia dentro de casa e ter a grandeza de receber, com compreensão, o fato de que essas coisas acontecem e de que temos que a elas nos sobrepor; que, se a netinha não está mais aqui, está ao lado de Deus, e devemos saber continuar. A Igreja, lotada de gente chorando, via o Fonteles falar. E ele dando a nós, ao invés de

nós darmos a ele, o afeto e o carinho de que precisava. Foi uma lição de amor e de compreensão de que esta vida é uma passagem e que devemos fazer a nossa parte, Deus se ocupa do resto.

Sr. Presidente, foi uma decisão importante em uma hora como esta, em que estamos vendo muitas dúvidas e muitas interrogações com relação ao caminho do Governo. Ainda agora, deixa a tribuna o nobre companheiro Antero Paes de Barros levantando algumas preocupações. Primeiro, foi aqui, agora lá na Câmara, que também não se permite a criação de uma Comissão de Inquérito, coisa que nos deixa surpresos, porque essa era a grande tradição do PT. O PT poderia até reunir as Lideranças, conversar conosco, numa boa, reunir a sociedade, mas dar uma explicação macro e não uma explicação micro. As coisas estão mudando. A manchete de hoje é que o PT não deixa criar a Comissão na Câmara dos Deputados. Há uma outra manchete em que o Antonio Carlos Magalhães foi o grande herói, porque deixou passar, com tranqüilidade, a emenda constitucional dos inativos. Foi o grande herói, porque, num jogo de cintura, representantes do PFL – pessoalmente, parece-me ser o seu neto, pois todas notícias são de um jovem brilhante e competente – encontraram uma lacuna para que a votação da emenda que tratava dos inativos não fosse nominal. O PFL e o PSDB estavam de olhos arregalados para que fosse uma votação nominal para, em sendo uma votação nominal, colocar nos cartazes pelo Brasil afora o nome dos que votaram, para dar o troco ao PT pelo que fizeram nas últimas eleições. Mas, como a votação foi em bloco, eles não puderam fazer isso. E, hoje, há uma manchete no *Correio Braziliense* dizendo que se o Sr. Antonio Carlos devia algo ao Governo já começou a pagar, porque foi uma obra sua a decisão que se tomou ali. Então, quando essas coisas todas estão acontecendo, quando o Presidente do Supremo Tribunal Federal – e quero levar o meu abraço muito carinhoso ao nosso ex-colega desta Casa Maurício Corrêa, colega no Governo Itamar, que hoje assume, com muita dignidade, a Presidência do Supremo Tribunal Federal, ao lado de Jobim, este, um estadista fantástico e competente que haverá de ser o futuro presidente, no qual deposito uma imensa expectativa pela revolução que lá será feita – Ministro Maurício Corrêa faz um discurso muito duro, diria até muito áspero, tendo em vista a presença do Presidente da República, quase que dizendo que haverá

um confronto entre as decisões e a ação do Presidente da República e o Supremo Tribunal. Já de saída, ele convoca, para os próximos dias, uma reunião de todos os presidentes de todos os tribunais do País para tomarem uma ação conjunta com relação exatamente a essa lei que estamos discutindo.

Em meio a isso tudo, é muito boa a escolha do Fonteles. Sei que ele será um agente de coordenação, auxílio, bom-senso e de equilíbrio naquilo que será tão necessário para o nosso Governo. Governo este que, até aqui, tem preferido as ações de força, mostrando a capacidade de movimentação.

Na verdade, há oito anos exatamente, eu estava nesta posição dizendo o que estou dizendo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, homem que eu tinha ajudado a eleger, de quem tinha sido fã – eu, na condição de Líder do Governo Itamar, e ele, na de ministro, coordenávamos sua campanha. Fui escolhido para ser o seu líder e estava em condições de aceitar, mas, de repente, pelos métodos usados, senti que estavam saindo por um caminho que não era o meu.

E começou, meu caro nobre Líder do PSDB, exatamente quando o governo mandou retirar as assinaturas da minha CPI – e o PSDB e PFL o fizeram – dos corruptores e das empreiteiras, porque não lhe interessava a instalação. Ao Governo do Sr. Fernando Henrique não interessava agitar. Isso seria resolvido tranqüilamente pelo Governo. A Polícia Federal resolveria essa questão. Não haveria necessidade de mais nada. Exatamente a mesma linguagem, o mesmo figurino está acontecendo agora, oito anos depois.

No contexto em que essas coisas estão acontecendo, trago o meu abraço ao nosso Presidente Lula da Silva pela escolha de Fonteles, um homem – eu diria com a maior tranqüilidade – cujo nome, dentre todos os escolhidos pelo Presidente da República, eu escolheria, como padrão para ser imitado, respeitado e capaz de determinar orientações.

Chega aqui neste momento o meu amigo Senador Paulo Paim. Quero dizer-lhe que exatamente ontem, quando V. Ex^a não estava, da tribuna prestei-lhe minha solidariedade, o meu abraço muito fraterno. Cá entre nós, não sei qual é o termo a ser usado: nem vou usar um adjetivo pesado, como burrice, e nem outro tão leve, como ingenuidade, para qualificar o absurdo que aconteceu com relação a V. Ex^a. Tenho

certeza de que V. Ex^a é um dos que está vibrando hoje com a escolha do Fonteles. Na hora em que quiseram fazer passar nesta Casa a lei para calar, para silenciar os procuradores, ele foi a voz mais firme e mais digna. Estou muito, muito feliz. Alegra-me ver sua indicação, porque aquele é um ponto chave e muito importante, ali começa ou termina, ali o procurador, analisando com a imparcialidade que deve ter, designa um subprocurador certo para o lugar certo.

Até essa altura, meu bravo Senador Antero Paes de Barros, digolhe o seguinte: quando diz o Governo que vai agir, que vai fazer algo, contamos com a presença do Fonteles hoje. Esse vai fazer. Estamos em véspera de vencer, por decurso de prazo, ação referente ao Banestado e a esses 30 bilhões de dólares. Trinta bilhões de dólares é dinheiro em qualquer lugar do mundo: no Japão ou nos Estados Unidos. Um conselho que eu daria ao amigo: marque uma visita ao Fonteles, leve essas denúncias a ele. Garanto que, pelo menos na Procuradoria, será feito o que deve ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Rede Sarah no Rio Grande

(Pronunciamento em 10 de junho de 2003.)

Senhor Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, um grande sonho dos rio-grandenses e demais brasileiros dos Estados do Sul do Brasil está para ser concretizado. Amanhã, em Porto Alegre, será assinado um documento da mais alta importância, o qual representará um verdadeiro marco na história da saúde pública no Estado do Rio Grande do Sul.

Na quarta-feira, dia 11 de junho, às 11 horas, o Governador Germano Rigotto e o Secretário Estadual da Saúde, Osmar Terra, assinarão no Palácio Piratini um convênio de cooperação técnica e treinamento com a Rede Sarah Kubitschek de Hospitais do Aparelho Locomotor. Na solenidade, a instituição será representada pelo seu Presidente, Dr. Aloysio Campos da Paz e pela Diretora Executiva, a médica gaúcha Dr^a Lúcia Willadino Braga, presenças que muito nos honram.

É preciso destacar, por justiça, que essa parceria não seria possível sem o apoio efetivo e completo do Ministério da Saúde. Apesar das contingências orçamentárias, o Governo Federal tem mantido o fluxo vital de recursos para a Rede Sarah, propiciando à população atendimento gratuito de alto nível, amenizando ou mesmo eliminando o sofrimento de milhares de pessoas.

De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse convênio representa um primeiro e significativo passo para a instalação, no Rio Grande do Sul, de um hospital completo dessa espetacular casa de saúde, referência

mundial na sua área: reabilitação e tratamento de traumas, doenças e deformidades do aparelho locomotor.

Um hospital que vai além do atendimento médico e também se dedica à pesquisa científica, aliando prestação de serviço ao desenvolvimento tecnológico de alto nível. Tanto é assim que a excelência de sua técnica e a qualidade de seus profissionais, aliadas à administração competente e criativa, são capazes de impressionar os países mais desenvolvidos da Europa.

Observem, senhoras e senhores, que, graças ao Sarah, o Brasil está exportando conhecimento e tecnologia na área da saúde. A convite do Governo da Dinamarca, profissionais brasileiros trabalham no projeto de implantação de um Hospital Sarah em Copenhague, um complexo que adotará até a arquitetura do nosso Sarah, considerada pelos europeus um modelo para casas de saúde.

Nesse cenário, aproveito a ocasião para sugerir ao Senado que aprove um voto de louvor à Rede Sarah Kubitschek, merecido por elevar o nome do Brasil numa área em que a competitividade e o progresso tecnológico contam com recursos humanos e materiais tão significativos que tornariam impensável até hoje a participação nacional em posição de destaque.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como brasileiros, devemos sentir-nos orgulhosos pela contínua expansão e qualificação da Rede Sarah, especialmente, os brasileiros do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, além de nossos irmãos dos países vizinhos do Mercosul. Seremos todos igualmente beneficiados hoje e no futuro. Por isso, esta quarta-feira será um dia que ficará para sempre marcado na história.

De acordo com o convênio, a partir do mês de agosto, dez profissionais da área médica do Rio Grande do Sul serão treinados na sede da Rede Sarah, em Brasília. São fisioterapeutas, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, fisiatras, pediatras, fonoaudiólogos e neurologistas, que aqui permanecerão por um período de seis meses, aprendendo e se aperfeiçoando. Essa primeira turma, verdadeiros pioneiros do Hospital Sarah de Porto Alegre, constituirá o núcleo central do futuro corpo técnico do hospital, cuja construção começa em 2004.

Desde agora, entretanto, os benefícios poderão ser sentidos. Inicialmente, pacientes vítimas de lesão medular, lesão cerebral e paralisia cerebral poderão ser tratados em Porto Alegre, com supervisão técnica da nova equipe treinada em Brasília.

O mais fantástico é que todo o tratamento oferecido pelo Sarah é absolutamente gratuito para os cidadãos, inclusive para os estrangeiros. Por aí, podemos observar o alcance social dessa verdadeira conquista, que merece ser festejada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, destaco alguns dados sobre o sistema de administração e custeio dessa maravilha, que é a Rede Sarah, cujos recursos financeiros vêm, exclusivamente, do Orçamento da União. A Rede recebe R\$210 milhões por ano do Orçamento do Ministério da Saúde. Esses recursos são geridos pela Associação das Pioneiras Sociais, instituição filantrópica que opera a Rede por meio de um contrato de gestão firmado com o Governo Federal. O controle é feito pelo Tribunal de Contas da União.

Atualmente, a Rede Sarah mantém seis unidades funcionando nas cidades de Brasília, Salvador, Belo Horizonte, São Luís, Fortaleza e Rio de Janeiro. Agora, o Sul do País também terá a sua unidade.

Em 2002, os seis hospitais da Rede realizaram a média diária de cinco mil atendimentos, totalizando cerca de 15 milhões de pessoas atendidas durante o ano. É bom ressaltar que, apesar dos números que impressionam, nesse caso, a quantidade é acompanhada pela alta qualidade da prestação do serviço.

Em pesquisa realizada no segundo semestre do ano passado, a Rede Sarah recebeu, quanto ao atendimento, a classificação de bom e ótimo. O índice de aprovação registrado foi fantástico, chegando a 97%, o que valeu ao Sarah o “Prêmio Destaque da Qualidade Hospitalar”, em âmbito nacional, conferido pelo Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoalmente, sinto uma alegria especial hoje. Há cinco anos, em junho de 1998, ocupei esta tribuna para tratar desse mesmo assunto. Relatei aqui as medidas que havia tomado no sentido de buscar a implantação de um hospital da Rede Sarah, no Rio Grande do Sul. Naquela ocasião, dirigi-me ao Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Ministro da Saúde, José Serra, ao então Governador do meu Estado, Antônio Britto e à direção da Rede Sarah de Hospitais.

Conheci, então, o professor Aloysio Campos da Paz Júnior, Presidente do Sarah, quando votamos, aqui no Senado Federal a constituição de uma fundação especial para a manutenção da Rede. Fiquei impressionado com a dedicação, o amor ao trabalho e a destacada capacidade administrativa comprovada diariamente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me muito feliz em poder vir hoje a esta tribuna saudar a chegada da Rede Sarah ao Rio Grande do Sul. Merecem cumprimentos por essa maravilhosa conquista o Governador Germano Rigotto, o extraordinário Secretário Estadual da Saúde, Osmar Terra e o Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa. E, mais do que todos, está de parabéns o Sul do Brasil, notadamente o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a e, em seu nome, o ilustre Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, assim como o povo daquele Estado, pela conquista desse extraordinário hospital, que V. Ex^a descreve de forma tão precisa. A Rede Sarah é um exemplo da qualificação profissional no Brasil e de tudo aquilo que o Poder Público pode realizar. É um exemplo do trabalho e da dedicação, mas, sobretudo, do profissionalismo da classe médica, dos enfermeiros, dos laboratoristas e de todos aqueles que trabalham na área de saúde. Tive a oportunidade, meu caro Senador Pedro Simon, de visitar inúmeros hospitais, os mais famosos no mundo inteiro, na Europa e principalmente nos Estados Unidos, digo que talvez o hospital da Rede Sarah seja o único – é um hospital público por excelência – que pode ser comparado aos melhores hospitais em qualquer parte do mundo, notadamente onde a Medicina, no caso específico da recuperação das lesões neurológicas, é mais avançada. Parabéns a V. Ex^a pela sua dedicação e pelo seu trabalho e, neste momento, ao povo do Rio Grande do Sul por receber esse extraordinário hospital, que atenderá a tantos que precisam de tratamento e não podem pagá-lo. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Hélio Costa, agradeço a V. Ex^a a gentileza do aparte.

Reconheço o mérito do Dr. Osmar Terra, do Governador Germano Rigotto, e principalmente da Rede Sarah e de seu extraordinário Presidente, homem fantástico e de dedicação impressionante. O Governo Federal também tem o seu mérito, pois entendeu com grandeza a situação, apesar de se tratar de um Estado cujo Governador é seu adversário.

Antes de conceder o aparte a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, devo dizer que reconheço que, há cinco anos, procurei o Hospital Sarah Kubitschek por orientação sua, que me deu as referências e me enviou ao Diretor do hospital. Estavam terminando uma unidade do Hospital Sarah em Salvador, Bahia, e V. Ex^a, como membro do Conselho, deu voto favorável para que outra unidade fosse construída no Rio Grande do Sul. Faço questão de agradecer-lhe. Aquilo que V. Ex^a disse que haveríamos de conseguir, estamos conseguindo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a praticamente completou o meu aparte. Não é apenas por gentileza que vou apartear-lo, mas porque V. Ex^a realmente faz justiça à Rede Sarah. V. Ex^a tem a gratidão do povo do seu Estado por ter trabalhado muito para que um hospital da Rede Sarah fosse instalado no Rio Grande do Sul. O Estado que o possui cresce de significado em todo o mundo, em virtude da qualidade de tratamento ali oferecido. O Senador Hélio Costa falou muito bem sobre o problema. É justo que se faça um elogio a Campos da Paz pelo trabalho que realiza com sua equipe – cada um de nós tem um temperamento, mas o dele demonstra sua vontade de sempre realizar. O povo do seu Estado ficará imensamente grato ao Governador, ao Secretário e a V. Ex^a por terem contribuído decisivamente para que o Sarah fosse para o Rio Grande do Sul. Parabéns a V. Ex^a e ao povo do seu Estado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais uma vez obrigado, e obrigado também pelo apoio dado há cinco anos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, primeiro quero agradecer a oportunidade de participar de seu pronunciamento, que se refere justamente a uma das casas de saúde mais bem preparadas e mais bem equipadas do mundo, podemos dizê-lo, até porque a própria imprensa nacional e a mundial assim estão reconhecendo. Não pedi este aparte apenas para mencionar que lá estive acamado e que fui muito bem atendido pelos funcionários durante 30 dias, mas para ressaltar uma preocupação. Ouvi aqui, nesta Casa, que o Ministro Humberto Costa, competente Ministro, estaria reavaliando os recursos destinados à Rede Sarah e que estava sendo estudada a hipótese de diminuí-los, pois considerava que estavam sendo excessivos. Isso me trouxe uma preocupação que me fez chamar minha assessoria e a assessoria técnica do Senado Federal, para que fizessem uma pesquisa referente ao trabalho que a Rede Sarah presta ao Brasil e ao mundo. Nós não vimos ali apenas um hospital preparado em equipamentos. Os seus funcionários, o Diretor, Aloysio Campos da Paz, a forma carinhosa com que todas as pessoas hospitalizadas são tratadas, o carinho dispensado a todos, a tecnologia, o treinamento, tudo isso tem feito da Rede Sarah motivo de orgulho para o nosso Brasil. A minha preocupação é que, de repente, o Governo corte recursos que mantêm essa casa que é um exemplo para o mundo. Talvez, agora, tendo a imprensa nacional noticiado que pessoas de outros países estão vindo buscar treinamentos para praticarem em seus países – até o modelo do prédio querem levar – algo mude. Fico preocupado se o corte de verba ocorrer. Cumprimento V. Ex^ª, Senador Pedro Simon, por seu pronunciamento, acima de tudo pela sua preocupação, que certamente é a de todos nós. Requeremos ao Governador Luiz Henrique da Silveira, seu amigo, um estudo a fim de encontrar um local adequado e ajudar na construção de um prédio da Rede Sarah para que seja instalado em Santa Catarina. Já recebemos o “sim” do Diretor, Aloysio Campos da Paz, mas falta a atenção do Governo do Estado de Santa Catarina e do Governo Federal. Talvez Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul sejam beneficiados. Meus cumprimentos a toda a equipe da Rede Sarah e a V. Ex^ª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Leonel Pavan, o sentido é este: os hospitais da Rede Sarah são feitos com o objetivo de atender às regiões. O de Belo Horizonte, para atender exatamente

aquela região; o de Salvador, para atender o Nordeste; o do Rio de Janeiro, para atender o centro, e agora, o do Rio Grande do Sul, para atender Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a por este discurso. Era um grande sonho do Rio Grande do Sul que a Rede Sarah fosse para a nossa região, e, com todo o respeito ao Senador Leonel Pavan, torcíamos para que fosse para o Rio Grande do Sul. V. Ex^a, neste momento, informa ao Brasil e à Casa que o Ministro da Saúde, Humberto Costa, está dando inteiro apoio para que, efetivamente, a Rede Sarah vá para o nosso Estado. Cumprimento V. Ex^a e o Governo do Rio Grande do Sul. Sabemos do movimento que fez o Governador e toda a sua equipe, articulando com V. Ex^a, principalmente, e com toda a nossa bancada aqui no Congresso, para que, efetivamente, a Rede Sarah fosse uma realidade no nosso Estado. Quem ganha é toda a região Sul, o Governo Federal, o Governo do Estado e a bancada federal de deputados e senadores. Estive internado na Rede Sarah, como V. Ex^a, por uma semana, e tive um tratamento excelente. Lembro-me de que, quando voltava de lá, fiz um pronunciamento, e antes de subir à tribuna, conversei com V. Ex^a sobre o tratamento igualitário. Independentemente da camada social, todos na Rede Sarah têm o mesmo atendimento. Isso é muito bom para o povo brasileiro, mas, neste momento, sem sombra de dúvida, muito bom para a região Sul. Fiz questão de fazer este aparte, porque acompanhei toda a batalha que V. Ex^a travou para que esse sonho se tornasse realidade. Fiquei muito alegre de ser parceiro de V. Ex^a nessa caminhada. Sem dúvida alguma, todos ganhamos. Viva a Rede Sarah! Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a, que lembra muito bem o trabalho de toda a bancada gaúcha, dos três senadores e de todos os deputados federais, unificados. Aliás, isso é algo que o Rio Grande do Sul tem. Não sei se as bancadas dos outros

Estados são assim, mas a gaúcha, quando se trata de uma questão importante, reúne-se e decide coletivamente, de acordo com o que é bom para o Rio Grande do Sul.

Realmente, a bancada gaúcha merece respeito e o agradecimento de todos nós. Mas, de modo especial, não posso deixar de citar o Governador Germano Rigotto e nosso amigo Osmar Terra, que já estava aqui em Brasília, fazia parte da estrutura do Ministério da Saúde, e teve a oportunidade de conhecer, de se integrar. E, dentro dessa integração, teve a oportunidade de preparar o caminho para o que aconteceu agora.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Pedro Simon, eu gostaria de cumprimentá-lo por mais esta conquista. A Rede Sarah no Rio Grande do Sul será, sem dúvida, um grande lance. Trata-se de um hospital com uma gestão moderna e eficiente que ensinou ao País que um hospital precisa atender de forma igual o rico e o pobre. Estou certa de que a implantação do Hospital Sarah no Rio Grande do Sul se deve à sensibilidade e à determinação de V. Ex^a, assim como à do Governador Germano Rigotto, que conhecemos nesta Casa, e que, sem dúvida, exerce uma gestão magnífica naquele Estado. Desejo, finalmente, parabenizar V. Ex^a, o Governador e toda a bancada do Rio Grande do Sul, e dizer que Goiás se mostra solidário com a conquista que, tenho certeza, é fruto da persistência de V. Ex^a. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado pela gentileza e pela grande eloquência do aparte de V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Senador Pedro Simon, desejo me associar àqueles que hoje comemoram, V. Ex^a à frente, a expansão da Rede Sarah. Conhecemos de perto, principalmente seus

colegas parlamentares, o inestimável trabalho, a elevada competência, o senso de profissionalismo que norteia a ação de Campos da Paz e de todos os técnicos que fazem a Rede Sarah um dos principais centros de atendimento de recuperação do aparelho locomotor. Comemoro com V. Ex^a a unidade da Rede Sarah que chega ao Rio Grande do Sul, porque, mais do que a bancada do Rio Grande do Sul, mais do que o Governo do Rio Grande do Sul, ganha o povo do seu Estado, o povo daquela região, que vai ter essa unidade de excelência, referência em recuperação do aparelho locomotor, atendendo o Rio Grande do Sul e as regiões adjacentes. Mas, ganha também, Senador Pedro Simon, o Tocantins, o Norte, as demais regiões que ainda não têm o privilégio de ter uma unidade do Sarah para o atendimento mais próximo de suas demandas. Porque, à medida que se instala mais uma unidade da rede, as unidades em funcionamento têm um pouco reduzida a sua demanda, já que o Sarah, principalmente aqui de Brasília, tem determinado tipo de atendimento. Mesmo assim, o paciente ainda leva 30, 60, 90 dias numa fila de espera, para ser atendido. Eu compreendo a alegria de V. Ex^a ao comemorar a instalação de mais uma unidade da Rede Sarah no Estado do Rio Grande do Sul. É muito bom para o País. E espero que, com a nossa contribuição, possamos insistir para que a Rede Sarah continue expandindo essa qualidade de atendimento para outras regiões do Brasil e, assim, um dia, possamos dizer: está universalizada a capacidade de atendimento do trabalho de excelência que a Rede Sarah presta a todos aqueles que precisam do seu serviço. Lutamos sempre na Comissão de Assuntos Sociais para aportar mais recursos para que a Rede Sarah tenha a condição de oferecer esse serviço de qualidade, de oferecer o atendimento a uma demanda ainda reprimida nessa área de atuação da Medicina. Parabéns ao Senador Pedro Simon e à bancada do Rio Grande do Sul, que já leva para seu território a expansão desse atendimento qualificado da Rede Sarah.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e aos demais Senadores pelos apartes. Não respondi a todos, como deveria, por medo, medo da nobre e querida Senadora Ideli Salvatti, porque prometi a S. Ex^a que falaria por cinco minutos, o que, na verdade, foi cumprido, porém os apartes vieram, e não imaginei que seriam tantos. Por isso peço desculpas à nossa querida Senadora de Santa

Catarina e lhe garanto um lugar especial, de primeiro atendimento, se for necessário – espero que nunca – na Rede Sarah do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

Queda da Taxa de Juros

(Pronunciamento em 16 de junho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, primeiramente, destaco a presença do Senador Mão Santa na Presidência dos trabalhos. Na verdade, o Piauí, há muito tempo, precisava de alguém que representasse o Estado com garra, luta e denodo, como faz V. Ex^a. Com seu tom e sua forma de falar, V. Ex^a está dando a importância e o respeito que o Piauí merece.

Muitos companheiros do Rio Grande do Sul, assistindo aos discursos de V. Ex^a pela televisão, perguntam: “O homem é bom mesmo?” Respondo: “É um grande Parlamentar”. Questionam por que o chamam de Mão Santa, e eu explico que V. Ex^a era um médico extraordinário, salvador de vidas, que, eleito Governador e agora Senador, honra e dignifica o Congresso Nacional.

É uma honra tê-lo na Presidência, Senador Mão Santa. V. Ex^a merece.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Pedro Simon, não é permitido à Presidência fazer apartes, mas a bondade de V. Ex^a me permitirá fazê-lo. Farei minhas as palavras que V. Ex^a lançou no livro sobre Alberto Pasqualini. Isso dá um sentido atual às palavras de Santo Agostinho, que diz que possuímos os bens dos outros quando possuímos o supérfluo; que o supérfluo dos ricos é o necessário dos pobres. Santo Agostinho, com essas palavras, com seu poder de santo e profeta, estava descrevendo Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que bom seria se o Presidente Lula estivesse ouvindo V. Ex^a, Senador Mão Santa. Seria tão bom se o Presidente Lula, que foi eleito com base nesse princípio, estivesse ouvindo o que V. Ex^a está dizendo exatamente neste momento.

Não devemos insistir muito na reunião do COPOM (Comitê de Política Monetária) porque um Presidente que se preze, um Governo que se preze não deve dizer que não ouve a Oposição, que não liga para a Oposição, que faz o que quer, que o noticiário de jornal não influi na decisão governamental. É uma grosseria e uma inverdade.

Também se todo mundo disser que vai abaixar o juro, muito breve o Presidente do Banco Central resolve “bancar o bacana” e dizer que não vai abaixar agora, que vai deixar para outra vez.

Por isso, eu nem ia falar sobre esse assunto. Acho que vai abaixar e que a hora é exatamente essa. Independentemente de todas as análises que se fizer e de qualquer outro sentido que se possa dar não há mais argumento que possa ser usado no sentido de não se abaixar o juro. Todavia, no momento em que se diz que se vai diminuir ou não o juro e sempre que se tem notícias de que o Conselho Monetário Nacional vai se reunir, o Brasil inteiro fica atento porque o Conselho vai se reunir.

Vai se reunir o Copom para dizer se vai abaixar o juro. Quem é o Copom? O Copom é composto por diretores do Banco Central. No Brasil, lamentavelmente, o Fernando Henrique esvaziou esses órgãos. Está na hora de o Presidente Lula entender que eles não podem continuar esvaziados. Quem vai decidir a taxa de juros não pode ser os membros da diretoria do Banco Central; eles podem fazer parte, mas tem de ter mais gente.

Fui membro do Conselho Monetário Nacional como Ministro da Agricultura. O Conselho tinha gente até demais, principalmente do setor privado: o Presidente da Fiesp, o Presidente da Associação dos Bancos, empresários e uma infinidade de pessoas, uma reunião com quarenta a sessenta pessoas. Agora, sabem quem é do Conselho Monetário? O Ministro da Fazenda, o do Planejamento e o do Banco Central. Se considerarmos que o Presidente do Banco Central, em tese, é um funcionário, um assessor do Ministro da Fazenda, é o Ministro da Fazenda o Conselho Monetário.

Acho que o Presidente Lula tem obrigação de mudar esses órgãos, de analisar, de contar com sua assessoria para tais assuntos. Está certo que o Ministro da Fazenda goste que continue assim, afinal o cidadão está ali, pegou e não foi ele que fez, só ele que manda, só ele que decide e quer que continue assim. Mas não é bom para ele ou para o País que o Conselho Monetário seja o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o seu assessor o Presidente do Banco Central e que o Copom seja composto por diretores do Banco Central.

Penso que o Presidente Lula tomará a grande decisão de abaixar os juros. Acho que a hora é agora. O Senador Roberto Saturnino diz muito bem que pode ser um referencial, um aviso, uma orientação, pode ser uma determinação.

Assim como, na verdade, quando o Governo assumiu e aumentou a taxa de juros de 25% para 26% e, depois, para 26,5%. Na verdade, na verdade, não havia muitos motivos para aumentar. Parece que aumentou para dar um aviso, para não se assustarem, porque o Lula não baixaria a taxa de juros, não comeria gente. Creio que foi para que ficassem tranqüilos, pois as coisas continuariam da mesma forma. Esse foi o sinal. Ou seja, o sinal foi dado. E a economia desenvolveu, as coisas estão andando.

Mas que estamos vivendo um período de recessão, estamos. Que o perigo é de recessão, é. Isso fez com que a Fiesp lançasse uma nota, até provocativa em seu exagero, já querendo fazer uma proposta, cortando uma infinidade de direitos tradicionais dos trabalhadores em troca de equacionar o problema que estamos vivendo.

A meu ver, com toda a sinceridade, está na hora de baixar a taxa de juros. Está. Lamentavelmente, não dá para dizer aqui: “Copom, baixe a taxa de juros!”, porque o Copom é o Presidente do Banco Central, e o Presidente do Banco Central é o Lula. Não dá para dizer: “Conselho Monetário, baixe a taxa de juros!”, porque o Conselho Monetário é o Ministro da Fazenda, e o Ministro da Fazenda é o Lula. Se houvesse um órgão técnico composto por pessoas que debatessem, analisassem, falassem aqui, falassem lá, que falasse o senhor da fundação tal, se houvesse um debate e, do resultado desse debate, uma solução, tudo bem. Mas não há. O que há é a palavra do Presidente do Banco Central, que, cá para nós, não é uma palavra, com todo o respeito,

muito bem recebida por nós, e a palavra do Ministro da Fazenda, que é um homem respeitável.

Creio que vão baixar a taxa de juros. Não falo mais porque acho que falar demais termina atrapalhando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço com prazer V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, estou de acordo com V. Ex^a de que é chegado o momento de uma redução moderada e responsável da taxa de juros. V. Ex^a assinalou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez algumas alterações, primeiro, no Conselho Monetário Nacional, diminuindo-o para apenas três membros: hoje, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Em 20 de junho de 1996, foi instituído o Comitê de Política Monetária, com o objetivo de estabelecer as diretrizes de política monetária e definir a taxa de juros. Se me permitem V. Ex^{as}, até em cooperação, porque se fala muito em Copom e creio que seria didático para os que estão nos ouvindo que recordemos o que seja o Copom. Ele é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, com direito a voto, sendo presidido pelo Presidente do Banco Central, que tem o voto de qualidade. Também integram o Copom os chefes do Departamento Econômico, do Departamento de Operações das Reservas Internacionais, do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos, do Departamento de Operações do Mercado Aberto e do Departamento de Estudos e Pesquisas. Esses Chefes de Departamentos do Banco Central, ou seus eventuais substitutos, participam apenas do primeiro dia de reuniões – que será amanhã – sem direito a voto. Integram ainda a primeira sessão de trabalhos dois Consultores e o Secretário Executivo da Diretoria, o Coordenador do Grupo de Comunicação Institucional, o Assessor de Imprensa e, sempre que necessário, outros Chefes de Departamento, todos do Banco Central. Ora, é no segundo dia que eles decidem a respeito. Há algo interessante, prezado Senador Pedro Simon: oito dias após cada reunião do Copom, é divulgado o documento “Notas da Reu-

ção do Copom”, uma ata, na página do Banco Central na internet e aos jornalistas por meio da Assessoria de Imprensa, para justamente se dar transparência àquilo que foi discutido. Ora, o que avalio que poderíamos ter como maior progresso no sentido da transparência sobre o que vai ocorrer, prezado Senador Pedro Simon? V. Ex^a e quase todos os oradores do dia têm, hoje e nas últimas semanas, opinado sobre isso. Todos querem saber quais são os fatores, os elementos, os raciocínios considerados pelos diretores do Banco Central para a tomada dessa decisão tão importante. A sugestão que tenho formulado, Senador Pedro Simon, é que se possa – a TV Senado, ou a Radiobrás, ou a NBR – gravar essa reunião para que, senão ao vivo, no dia seguinte ou 48 horas depois – o que o Ministro da Fazenda considerar adequado – a reflexão, o raciocínio dos diretores do Banco Central se torne transparente, porque, afinal de contas, as decisões tomadas afetarão a vida de 175 milhões de brasileiros. Era isso que gostaria de transmitir como uma sugestão que possa até ser objeto de projeto de lei; mas poderia ser uma decisão administrativa do Ministro da Fazenda e da Direção do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digo, com toda a sinceridade, Senador Eduardo Suplicy, que um Governo democrático como o do Presidente Lula não pode aceitar uma decisão absurda tomada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que transformou o Conselho Monetário Nacional – em que havia gente demais: todos os ministros praticamente faziam parte; cerca de 40 representantes, até a CUT e a CGT faziam parte – em três pessoas, que, na verdade, são duas: o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, pois o Presidente do Banco Central é subalterno a um dos dois; numa hora está com a Fazenda, na outra, com o Planejamento. O Copom, como foi dito, é formado pelos membros diretores do Banco. Creio que isso deve mudar.

Outro assunto que me traz à tribuna é a ida do Presidente Lula aos Estados Unidos e ao Paraguai. Dá-se muita importância à ida do Presidente Lula ao Paraguai porque foi muito bonita a participação do Brasil, com grandeza e espírito público, na eleição da Argentina. Não houve intromissão. Na verdade, o Presidente Kirchner veio ao Brasil na véspera da eleição e fez questão de mostrar que a sua eleição significaria a continuação do Mercosul. Sua eleição seria o término

da relação carnal dos Estados Unidos com a Argentina. Foi um trecho pesado, duro, mas ousado.

O ex-Presidente Carlos Menem foi muito injusto com o Brasil, muito injusto com o Mercosul e muito serviçal com os americanos. Ganhou, como resposta, o estrago que fez na economia argentina e a repulsa que teve de seu País. Temos a obrigação de dar força ao Presidente Kirchner e de aproveitar este momento importante da economia que estamos vivendo, com os dois novos Presidentes – acho que é a primeira reunião do Mercosul com o Presidente Lula e o Presidente Kirchner, mais Uruguai e Paraguai – para estabelecermos normas mais concretas, objetivas e positivas com relação ao Mercosul. Sou daqueles apaixonados pelo Mercosul e acho que hoje mais do que ontem ele é importante.

O Presidente Lula está indo aos Estados Unidos falar com o Presidente Bush. Fui um dos primeiros que disseram, e repito, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Presidência da República, era um encantador de serpentes porque não vi ninguém que fosse falar com Sua Exelência, no Palácio do Planalto, e não saísse apaixonado. Depois perguntávamos: como foi? E as pessoas sempre diziam: “Gostei”. Mesmo o Presidente não tendo dito nada daquilo que elas esperavam ouvir. Mas sempre gostavam e diziam que o Presidente tinha falado muito bem, uma barbaridade. O Presidente Bush não é um encantador de serpentes, mas tem argumentos de força, pressão e coação de tal ordem que, na verdade, quem chega ali é levado pelo temor e medo. Não me lembro, na história, de um instante como este que estamos vivendo, em que dois líderes mundiais – o Presidente americano e o Primeiro-Ministro da Inglaterra – estivessem tão humilhados por mentirem, como mentiram, descaradamente, ao Congresso dos Estados Unidos, ao da Inglaterra e ao mundo todo. A imprensa americana e a inglesa estão cobrando isso. O Congresso americano está organizando comissões internas, cobrando do Presidente Bush explicação das mentiras usadas. O mesmo está ocorrendo na Inglaterra. O representante americano, o Subsecretário de Estado, lá no Oriente Médio, declarou com todas as letras que, na verdade, não tinham prova nenhuma da existência de armas de destruição em massa no Iraque, mas esse era o argumento que convencia o mundo e, como queriam entrar, usaram esse argumento. Ninguém aceitaria o argumento de que queriam o petróleo.

O que está acontecendo no Iraque é muito sério. Não entendo por que o Conselho da ONU não se reúne mais. Os Estados Unidos erraram e não cumpriram as determinações do Conselho. Se ainda existe, o Conselho da ONU deve reunir-se e dizer aos americanos e aos ingleses que eles ganharam, mas podem sair e a ONU mandará uma tropa composta por tantos americanos, tantos ingleses, tantos franceses, tantos espanhóis, tantos alemães, para que a ocupação seja feita pela ONU. Não há motivo para os americanos estarem lá dentro. Se fosse uma guerra, como a da Alemanha e da Itália – nas guerras de ocupações morreram milhões – tudo bem; mas foi feito um massacre. Seria normal que a ONU estivesse lá, coordenando as ações.

Vencido o Iraque, Bush olha para a Alca e chama o Presidente Lula para conversar. Lula tem sido alvo de elogios, os quais considero exagerados, do Conselho Monetário, do Presidente do Banco Mundial e de representantes do Governo americano, que de dizem surpresos e impressionados porque aqui está tudo muito bom, que o Brasil está vencendo as dificuldades. Tudo bem, mas que o Presidente Lula meça as palavras que dirá ao Sr. Bush com relação à Alca. Repito que ele meça as palavras e, na dúvida, não fale. Se tiver de falar, diga que antes consultará sua gente. Assumir compromisso com relação à Alca – Deus me livre! – é a pior coisa que Lula pode fazer.

Uma líder intelectual americana fez uma análise interessante do americano com relação à Alca, para nos mostrar que o nosso caminho se chama consolidação do Mercosul. Temos de consolidar o Mercosul – está claro que o americano não quer supremacia, quer diálogo e entendimento – tendo a grandeza de trazer para o Mercosul os demais países da América, principalmente os da América do Sul. O Mercosul tem praticamente tudo de que precisa: petróleo, gás, alimento, água. Tem tudo que é necessário para viver, não precisa importar nada, mas não tem liderança política no sentido de se impor. O que não existe é liderança política no sentido de se impor, fazer exigências, afastar o colonialismo. Parece que estamos fadados a sair de um colonialismo para o outro. Saímos do colonialismo português e do espanhol para o colonialismo britânico e o americano. Estamos em situação subalterna, com medo de impor as nossas idéias, de falar de igual para igual.

A Europa fez isso. O grande milagre do final do século passado foi o ressurgimento da Europa, arrasada por duas guerras mundiais, dividida e esfacelada. Quando se imaginava que ela estava desaparecendo, quando só se falava em Estados Unidos, Rússia, China e Japão, de repente, apareceram os “Estados Unidos da Europa”, unidos, unificados, fortes como uma grande nação. Esqueceram as guerras, as raivas, as mortes, esqueceram tudo o que sofreram para se unirem em um só Parlamento e ter uma moeda só. Hoje a Europa é um grande exemplo para nós.

Por que a América Latina não pode chegar lá? Não temos guerra, ódio ou conquista e também não temos rancores. Somos pobres, mas temos honra. Temos o necessário para viver, comer, trabalhar, desenvolver e progredir.

Vamos fazer do Mercosul um grande mercado e com ele vamos dialogar com a Alca, com o Mercado Comum Europeu, com a China – nosso grande mercado hoje – e com o Japão.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, o discurso de V. Ex^a está carregado de razão, como, aliás, os pronunciamentos de V. Ex^a costumam ser. Todavia é importante dizer à opinião pública, ao Brasil, que o Presidente Lula não poderá aceitar ou assumir nenhum compromisso em relação à Alca sem consultar não somente o povo brasileiro, mas também os sócios do Brasil no Mercosul. O Presidente Lula – tenho absoluta certeza – não descumprirá os compromissos que assumiu com o Presidente Néstor Kirchner, da Argentina, com o Presidente do Uruguai e o do Paraguai; não descumprirá os compromissos que assumiu com a América do Sul, de modo geral, porque já declarou seu propósito de não somente consolidar, mas também ampliar o Mercosul. E o Mercosul terá de dialogar com os demais países e as potências mundiais. V. Ex^a tem toda razão. Eu não acredito que o Presidente Lula possa assumir compromissos com a Alca; não o fará, não é do seu caráter o descumprimento de compromisso. Sabemos que pressões existem, são muito fortes, mas

o Brasil tem dimensão e o nosso Líder tem caráter para resistir. Cumprimento V. Ex^a pelo oportuníssimo pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço-lhe o aparte, Senador Roberto Saturnino.

Vou encerrar para cumprir o tempo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Senador Pedro Simon, eu sei que o tempo está findando, mas permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Pedro Simon, estamos esquecendo o tempo. O País todo está a escutá-lo. O pronunciamento de V. Ex^a nos enriquece. Aprendemos muito. Esse é o PMDB que não pode ser simplesmente a base do Governo, precisa ser a luz, aquilo que V. Ex^a aprendeu com Cristo “sou a luz, o caminho e a verdade”. V. Ex^a simboliza isso no PMDB. A verdade é que existe um Regimento, e nós não podemos esquecer o nosso companheiro Garibaldi Alves, inscrito, que como eu, sou seu liderado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Sr. Presidente, até para colaborar com a Mesa, eu serei mais breve do que pretendia. Entretanto, ao ouvir as ponderações candentes, oportunas e apropriadas do eminente Senador Pedro Simon a respeito da importância do fortalecimento do Mercosul, não poderia deixar de dizer que concordo com S. Ex^a. É importante, realmente, nós consolidarmos definitivamente o Mercosul e, como S. Ex^a disse, convidar os demais países da América Latina a integrar esse que deve ser, efetivamente, o nosso mercado, que tem objetivos comuns e razões de sobra para se transformar em um mercado muito importante. Aí, sim, proceder, de forma articulada, às negociações que essa região rica e importante que integramos pode fazer com as demais regiões do mundo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Encerro, Sr. Presidente, apenas dizendo: que bom se o Lula, de repente, em um acesso de grandeza e de humildade, dissesse: “Presidente Bush, eu me atrevo a falar em nome da América Latina. Essa América sofrida, injustiçada, amargurada, mas composta de americanos como V. Ex^a. Vamos dar uma olhada para ela, Presidente”. O Brasil está disposto a estabelecer uma fórmula. Já disseram: “A América para os americanos”; políticas para o progresso, do Presidente Kennedy.

Quantas políticas foram estabelecidas para o Brasil e para a América Latina, e nenhuma foi aplicada! Quando o americano quis, fez.

O Plano Marshall foi fantástico para salvar a Alemanha. Façamos um plano para a América Latina, Presidente.

Presidente Bush, olhemos para a América Latina, dando uma chance para essa gente, que não precisa de esmola; precisa de uma oportunidade para ser gente. Eu acredito que é o grande momento de o Presidente brasileiro se impor ao respeito do Brasil e ao aplauso de toda a América.

Obrigado pelo carinho de V. Ex^ã, Sr. Presidente.

Homenagem a Aureliano Chaves

(Pronunciamento em 17 de junho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores: aqui estamos reunidos para saudar a memória de um brasileiro ilustre. O mineiro Aureliano Chaves foi um líder político que teve papel preponderante na transição democrática. Homem ligado ao Regime desde o seu início, Aureliano Chaves teve a coragem de mudar no momento em que a sociedade brasileira exigia a volta à normalidade.

Tenho dito e repetido que as nossas referências políticas, pouco a pouco, vão se reduzindo. Ainda há alguns anos, tínhamos Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e, Teotônio Vilela e Mário Covas. Mais recentemente contávamos com Josaphat Marinho, Raymundo Faoro, Evandro Lins e Silva e Aureliano Chaves. Eram homens que nos apontavam a direção correta nos momentos tormentosos da Nação. Mas eles se foram e o Brasil continua diante dos seus inúmeros desafios.

Aureliano Chaves era um homem de posições firmes. Não tergiversava. Expunha suas idéias com clareza e decisão. Foi dos que apoiaram a Revolução Militar de 1964 porque julgou que aquele movimento viria para pôr um pouco de ordem ao conturbado cenário político da época. Aos poucos, desiludiu-se. Creio que sua desilusão foi mais forte quando chegou ao poder, quando assumiu a Vice-Presidência da República.

Quando começamos a articular a Aliança Democrática, que levaria Tancredo Neves a vencer a eleição para a Presidência da República, Aureliano Chaves teve um papel importante no nosso movimento.

Na época já Vice-Presidente da República, ele abria o palácio do Jaburu – sua residência oficial – para as reuniões dos articuladores da Aliança Democrática. Dava-nos um respaldo político muito importante. Pelo PMDB, participavam dessas reuniões o nosso Presidente Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e eu. Pelo partido então no governo, participavam Aureliano Chaves e os Senadores José Sarney e Marco Maciel. Foi nessa ocasião que conheci a fundo Aureliano Chaves, pessoa que já admirava por suas posições firmes que, freqüentemente, se chocavam com as determinações do Regime.

O certo é que a Aliança Democrática, que possibilitou a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, foi o movimento que determinou o reencontro do Brasil com o Estado de Direito.

Se tivesse que alinhar aqui algumas qualidades deste grande político mineiro, eu destacaria a coerência e a honestidade. Coerência com a sua consciência democrática. Quando o Regime que ele apoiou deixou de ser uma real alternativa para o Brasil, Aureliano Chaves teve a coragem de alterar sua posição. Aqueles eram anos duros, de forte debate ideológico. Por isso mesmo, sua mudança tem mais valor.

Aureliano Chaves era visto, por alguns, como um homem um tanto casmurro, genioso, ranzinza. Mas a verdade é que ele não se calava, nem por temor nem por comodismo. Expunha suas idéias com muita coragem, numa época em que muita gente tentava esconder o que realmente pensava.

Aureliano Chaves foi um homem coerente. Na política, como se sabe, a coerência pode significar constrangimentos, dissabores, problemas. Mas Aureliano Chaves não se intimidou, foi coerente ao longo de toda a sua atividade pública.

É importante saber que, embora sendo um udenista ligado ao Governador mineiro Magalhães Pinto – que foi um dos principais líderes civis do Golpe Militar de 1964 – Aureliano Chaves teve seu nome colocado nas muitas listas de “cassáveis” que corriam pelo País.

A extrema franqueza sempre foi a marca de Aureliano Chaves. No exercício de seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, em 1968, ele não obedeceu ao Governo Militar, que apoiava, no episódio que acabou levando a cassação do Deputado Márcio Moreira Alves, acusado de desrespeitar as Forças Armadas. Mas naquele episódio, que acabaria na edição do AI-5, Aureliano foi além.

Não só votou contra a licença para processar o colega, como foi o orador na homenagem a Djalma Marinho, desligado da Comissão de Constituição e Justiça porque se negou a apoiar a punição de Márcio Moreira Alves.

Lembro de um outro episódio significativo. Mesmo já estando eleito Vice-Presidente do General João Baptista Figueiredo, Aureliano Chaves foi o único líder governista a reconhecer publicamente que, na eleição de 1978, a Arena havia sido derrotada pelo PMDB. Naquele ano o nosso partido fez 20 milhões de votos contra 12 milhões da agremiação política oficial.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores: Aureliano Chaves começou sua atividade política, nos anos 50, no movimento estudantil da cidade de Itajubá, onde se graduaria em engenharia elétrica. Era filiado à União Democrática Nacional, que contava com líderes como Milton Campos, Pedro Aleixo e Afonso Arinos.

Em 1958, disputou uma vaga na Assembléia Legislativa de Minas, ficando na suplência. Mesmo assim, assumiu o mandato algumas vezes, elegendo-se deputado estadual quatro anos depois. Em 1964, ocupava a secretaria de Educação do Governador Magalhães Pinto quando eclodiu o Golpe Militar de 1964.

Chegou ao cenário nacional em 1966, quando elegeu-se deputado federal pela Arena. Sua atuação nas comissões técnicas do Congresso foi destacada. Em 1974, foi indicado Governador de Minas. Governou aquele estado de 1975 a 1978, quando assumiu a Vice-Presidência da República. Sua relação com o Presidente João Baptista Figueiredo foi muito tumultuada. Sempre que Aureliano assumia interinamente o Governo havia crises entre eles.

Quero lembrar aqui que, em 1984, como Presidente Interino, Aureliano Chaves recebeu no Palácio do Planalto dois dos maiores líderes da Oposição – o Doutor Ulysses Guimarães e o então Governador paulista Franco Montoro – que vinham se recusando a negociar com o General Figueiredo, que conduzia o processo de abertura política. Com Ulysses e Montoro, Aureliano Chaves articulou a proposta de uma emenda constitucional prevendo a realização de eleições diretas para presidente em 1988. Aureliano Chaves pretendia ser candidato à Presidência, mas não conseguiu unir o PDS em torno do seu nome. Como foi derrotado por Paulo Maluf, ele reuniu-se a um grupo dissi-

dente do Governo, comandado por José Sarney e Marco Maciel, para formar a Frente Liberal.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Eu costumo dizer que é muito difícil destacar-se na vida política. São poucos os homens que reúnem aquele elenco de qualidades que fazem de um cidadão um líder político importante. Mas eu sempre também digo que é extremamente difícil destacar-se como político em Minas Gerais porque, sem dúvida, aquele estado sempre foi, desde os primórdios da Nação, um celeiro de íntegros e habilidosos homens públicos.

No dia seguinte à morte de Aureliano Chaves li nos jornais muitos depoimentos de homens de diferentes posições políticas que fizeram o elogio unânime do ex-Vice-Presidente da República. Todos eles deram uma boa idéia do que ele representou para o nosso País nos anos em que atuou politicamente. Com este breve pronunciamento, uno-me a eles. É importante homenagearmos um homem da grandeza e da integridade de Aureliano Chaves num momento como esse, em que a vida pública brasileira vive uma etapa difícil, com a eclosão freqüente de denúncias, de escândalos, todos envolvendo o mau uso de verbas públicas.

Era o que tinha a dizer.

O Brasil e a ALCA

(Pronunciamento em 27 de junho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, quero chamar a atenção da Casa, como fiz com a Comissão do Mercosul, para o pronunciamento que o Presidente Lula fez na reunião que teve com o Presidente Bush.

A imprensa noticiou que ele deu como certo que o Brasil endossará o acordo com a Alca em 2005. Estranhei muito, porque toda a imprensa noticiou que a reunião do Presidente Lula com o Sr. Bush teria uma agenda positiva e que deixariam de lado os problemas da agricultura, do Iraque, da Alca, porque era importante que fosse uma agenda diferente, com aspecto positivo. Das conclusões, não vi nada a não ser: “Vamos pensar”.

Aprendi muito com o Dr. Tancredo, que dizia: “Quando você tem um assunto que não quer resolver, cria uma comissão”. Então, criaram comissões exatamente para não se fazer nada. Mas o Presidente Lula declarou que nós estaremos na Alca em 2005. Hoje, não voto a favor da Alca, e não há nenhuma hipótese de que o Brasil nela ingresse sem a aprovação do Congresso Nacional.

O Sr. Bush está tão descaracterizado, é uma figura vista com tantas restrições no mundo – hoje todos os jornais estão mostrando as mentiras usadas na guerra do Iraque, pois não encontraram coisa nenhuma, nem fábrica de armamento, nem nada – é tão sem credibilidade popular, que o Lula achou que poderia largar aquilo para ele: “Digo que vai e não vai”. Vamos dizer assim: “Para quem mente como

ele, eu posso mentir também.” Na verdade, como o Lula vai chegar numa reunião dessas e dizer que em 2005 estaremos na Alca? Lula tinha participado de uma reunião no Paraguai, no dia anterior, com os países-membros do Mercosul, com os quais negociou o grande aprofundamento do Mercosul.

Volto a repetir que temos que dar força total ao Mercosul, porque o que há de magnífico e importante neste início de milênio é o fortalecimento total de um novo Estados Unidos e de uma nova Europa, onde nações que se odiavam e se repudiavam, como França e Inglaterra, que passaram por uma guerra de cem anos, hoje estão integradas numa confederação. Essa foi a fórmula que encontraram para se defenderem dos Estados Unidos, de um lado, e para se manterem. Em vez de se engolirem e se digladiarem, se juntam, se unem e prosperam.

Podem dizer que lá as nações são mais ou menos ricas e aqui, muito pobres. Muito pobres, mas muito ricas na natureza, no território, na agricultura, no minério, no petróleo, no potencial, nas terras e nas qualidades das pessoas, que não tiveram condições de crescer e chances de progredir. Quando o Presidente Lula fala que o Brasil vai coordenar, quer dizer que o País pode exercer esse grande papel de, além de levar as nossas populações miseráveis a terem vida e a serem gente, fazer com que o mesmo estímulo acompanhe a América Latina.

Senhor Presidente, o novo Presidente da CNBB, Dom Geraldo Majella, de certa forma liberou o Presidente Lula quando disse que Lula não usou o nome de Deus em vão ao citá-Lo em seu discurso. Todos lhe cobravam isso, mas Dom Geraldo Majella, em nome da CNBB, liberou Lula, mas cobrou-lhe a importância das ações sociais. Para Dom Geraldo, o Presidente fala como alguém que tem planos de melhorar a vida dos outros. Concordo com isso, e, em seus pronunciamentos, Lula mostra a angústia que tem em melhorar a vida dos outros.

O Ministro Palocci anunciou que a economia saiu da UTI, o que é uma notícia importante, mas o desemprego e o salário não saíram. A taxa de desemprego chegou a 12,8% em maio, e a renda real do trabalhador caiu 14,7%.

Aguardamos, nesse contexto, o espetáculo do crescimento prometido pelo Governo para julho, uma vez que o Brasil recuperou

a estabilidade econômica e a confiança externa. Mas sabemos, pela dramática experiência própria dos últimos oito anos do Governo de Fernando Henrique, que a estabilidade da moeda e confiança dos investidores externos e do FMI não foram suficientes para que o Brasil crescesse, nem para que diminuísse o desemprego. Ao contrário, foi quase uma década perdida. Privatizamos o patrimônio público, demos de graça aquilo que era nosso. A inflação caiu, a dívida aumentou brutalmente, mas o crescimento não veio.

Hoje retornamos à esperança, mas já é hora de promover medidas concretas também no campo social. Em boa hora, vem o alerta da CNBB, simbolizando a preocupação da sociedade brasileira, que enfrenta no dia-a-dia o drama do desemprego e da violência.

Eu poderia fazer um apelo, como amigo das horas difíceis. Sua Excelência agora é Presidente, e eu estou aqui. Nas horas difíceis, de luta, nas horas em que o PT almejava chegar lá, conversávamos sempre – achavam que eu era meio simpatizante, e pensei até que o fosse – mas, depois, vi que, no Governo, tudo muda. Já é hora de medidas concretas, repito. Meu apelo ao Presidente Lula é o de que, ao lado do esforço para fazer a economia crescer, não seja esquecida a questão social. Há projetos como o Fome Zero, que ainda não saiu do papel. São ações emergenciais que não podem esperar e não podem ficar submetidas à tesoura do ministério.

Havia uma expectativa imensa em torno da posse do novo Governo. Não me lembro de antes ter visto um início de governo em que o mundo inteiro olhasse com admiração a figura de um homem. Lula conseguiu o respeito, que tem até hoje, da humanidade. No Brasil, há até um exagero. Sua Excelência alimentou a ânsia e os sonhos de muita gente, e hoje as pessoas esperam o que vai acontecer, o que é natural.

O Presidente Lula nasceu no Nordeste, em Pernambuco, numa cidade onde, na época em que ele nasceu, 40% das crianças morriam antes de completar um ano de idade. Seu pai largou a esposa com oito filhos. Lula veio para São Paulo e enfrentou o desafio da grande capital. Chegou ali, e, como disse Sua Excelência, a grande vitória de sua vida foi a de concluir um curso especializado de técnica industrial. Conseguiu um emprego, perdeu o dedo da mão em um acidente de trabalho, mas conseguiu resistir. Venceu a grande cidade e entrou

no sindicato. E há em torno de quinze milhões de pessoas filiadas ao sindicato. Um nordestino, sem nenhuma cultura, sem absolutamente nada, de repente, transforma-se num grande líder sindical.

Lembro-me de quando começou a caminhada no ABC. Lá estive, com Teotônio Vilela, naquela luta. Prenderam Lula, e, juntos, estávamos presentes quando da soltura dele. Naquela praça lotada, metade era de mulheres e filhos de trabalhadores, e metade, de militares. Deram o prazo de uma hora para o povo se retirar da praça: ou o povo saía de lá, ou os militares iriam metralhar. Teotônio disse ao General que aquilo seria uma loucura porque morreriam milhares de pessoas. Ele conseguiu convencer o militar a retirar as tropas, os tanques e os soldados da praça. E garantiu que, meia hora depois, os trabalhadores sairiam, o que aconteceu, e não houve nenhum incidente.

Aquele Lula, que todo mundo queria levar para o seu partido – nós, do PMDB; outros, do PDT – teve a visão de criar um partido que ninguém levou a sério: o Partido dos Trabalhadores. A primeira argumentação era: como pode haver um partido composto só de trabalhadores? Empregado não pode ser filiado, funcionário, também não. Sua Excelência criou o partido, que nasceu do zero, e reuniu intelectuais e gente importante. Mesmo assim, no meio de tanto doutor, de tanto professor, de tanto intelectual, Lula assumiu o comando. Era um comando impressionante. Vários líderes de outros partidos, como Miguel Arraes, Leonel Brizola, Dr. Ulysses Guimarães, ficaram por um tempo enorme nos partidos, mas não conseguiram o comando, o respeito, a credibilidade, a vitória, o avanço.

Lula veio do zero. Quem imaginaria que, do zero, um partido composto de trabalhadores chegasse à Presidência da República, pelo voto, sem violência, sem luta armada? E Lula chegou à Presidência, na última eleição, pela sua pregação, pela sua voz, pelo seu sentimento. Lula fala com a alma nos comícios, nos debates, nas discussões. E assumiu o Governo. Hoje, existe uma expectativa enorme em relação a Sua Excelência.

Não sei o que ocorreu. Houve esse inchaço nos ministérios – esses dezoito derrotados nas eleições majoritárias viraram ministros. E, agora, Sua Excelência levou o PMDB para o lado dele; garantiu a eleição do Sarney, intervindo no PMDB. Essa é uma forma de criar maioria, e não foi diferente na época em que José Sarney, como Presidente da

República, liberou concessões de rádios e televisões para deputados e senadores, para ganhar os cinco anos de mandato. E também não é muito diferente da forma como agiu Fernando Henrique, que conseguiu a maioria. Às vésperas da eleição, deputados e senadores conseguiam vantagens aqui e acolá, para conseguir a maioria.

Não sei se é por aí. O PT tem que zelar por seu patrimônio, sua biografia, sua história. O PT não tem o direito de expulsar os chamados radicais que afirmam, por exemplo, que não votarão a favor da cobrança do INSS para os aposentados. O PT passou a vida inteira dizendo isso. Lula passou a vida inteira dizendo isso. Nos congressos do PT, os membros do Partido passaram a vida inteira dizendo isso. Até entendo essa atitude e acredito que seja normal, pois o Partido chegou ao Governo e viu que lá as coisas são diferentes. Entre o falar, ser Oposição, e fazer parte da situação, há uma distância. É aquela história da diferença entre ser estilingue e ser vitrine. Pegar uma pedra, atirá-la e quebrar todas as vidraças da rua é muito fácil, mas reconstruir e recolocar as vidraças é muito difícil.

Cheguei a essa conclusão, porque, na época da Ditadura, os líderes do Governo defendiam que era difícil a missão de ser Governo e que fácil era ser Oposição, porque a Oposição podia bater e dizer o que quisesse. Eu ficava bravo e perguntava: “Por que vocês não deixam o Governo? Por que cassam e prendem a nossa gente? Por que continuam no Governo? Se acreditam que é tão difícil ser governo, porque não o deixam para nós?”.

Mas, agora, com o PT, com o Lula, estou vendo que realmente é difícil ser governo. Ter uma fórmula, uma maneira pela qual se vai chegar lá, não é fácil. Lula vendeu uma imagem muito importante quando foi candidato. Lembro-me de uma reunião transmitida pela televisão, em que Lula apresentou vários volumes de livros, muito bem feitos. Dizia que se tratava de um estudo de dois anos da Comissão de Minas e Energia e citava o nome das pessoas que fizeram parte do estudo durante aquele período. Eram os técnicos mais importantes do Brasil e do exterior que tinham chegado àquelas conclusões. Mencionava nomes e mostrava o trabalho. Cheguei à conclusão de que Lula tomaria posse e que, no dia seguinte, tudo começaria a ser feito.

Sentimos que o partido fez o trabalho, as comissões fizeram o trabalho, os projetos estão prontos, existem e são reais, mas o PT não

se deu conta de que entre um partido de Oposição fazer um projeto de governo e esse mesmo partido ser governo e executar, há uma diferença muito grande. Naqueles meses entre a vitória e a posse, eles já deviam saber o que iriam fazer no primeiro dia, no segundo dia, no terceiro dia. Há projetos importantes, que sabemos que existem, mas até agora eles discutem como executá-los. Aí é que o PT está tendo problemas, dificuldades. Por exemplo, se havia um projeto de reforma tributária com modificações violentas como essas, em relação ao que eles pregavam antes, tinham que ter um projeto de como iriam executar isso: vamos debater, vamos chamar a nossa gente, vamos analisar, vamos fazer um congresso interno, vamos dar uma explicação, vamos pedir um voto de confiança! Mas, até agora, o PT só diz que tem que mudar porque tem que mudar; inativo tem que pagar porque tem que pagar. E ainda bate boca com o Presidente do Supremo Tribunal Federal! Aliás, em muitas das coisas, acho que o PT inclusive está certo, mas a maneira de fazer, a forma de fazer, não me parece correta.

Então, aparece o Presidente do PT, um herói da resistência, o Deputado Genoíno, e fala agora com uma palavra amarga, fala em expulsar, em demitir. É certo que agora estão no Governo, e, como estão no Governo, abrem a porta e vem correndo o PMDB – que foi correndo para o Fernando Henrique, foi correndo para o Sarney e agora vai correndo para o Lula, enquanto for Governo; abrem outra porta e já vem correndo o pessoal do PSDB; abrem outra porta e vem o pessoal do PFL.

Mas não é por aí. Parece-me que as pessoas sinceras são aquelas do PT que lutaram e se esforçaram para construir o partido. Então, acho que está faltando um diálogo mais sério e mais profundo.

Foi feita a reunião dos governadores, uma das coisas importantes que o Presidente Lula fez. Reuniu todos os governadores e todos assinaram a emenda da reforma da Constituição no que tange à reforma da Previdência e à reforma tributária. Foi um ato político da maior importância. Veio o Presidente com todos os governadores, atravessaram a praça, foram a uma sessão solene na Câmara dos Deputados e entregaram os projetos. Foi um ato positivo! Mas, ao lado disso, deveria haver o diálogo. Por exemplo, o Presidente falou com os governadores, mas nem todo governador ou quase nenhum

governador manda na sua bancada. Tem o respeito dos deputados e dos senadores – principalmente os Deputados respeitam – tem credibilidade. Mas não pensem que vem agora o Governador de São Paulo pegar setenta e tantos deputados de vários partidos e dizer: “Olhem, eu assinei e vocês agora têm que votar!” Não vão! É preciso dialogar com a bancada. Claro que o governador, sendo favorável, ajuda, facilita esse trabalho.

Outra coisa que me parece correta, nós reconhecemos, é que a reforma tributária e a reforma da Previdência que vão sair daqui não serão jamais as reformas que vieram. As emendas serão apresentadas, modificações e mudanças deverão ser feitas e o Governo terá que aceitá-las.

Agora, por outro lado – e aí dou razão ao Governo – lamentavelmente, as corporações estão se manifestando de uma maneira que eu não imaginava. Com todo o respeito, o que está acontecendo no Brasil é que quem está ganhando mais é que está lutando para manter aquilo que está ganhando. Lamentavelmente, estamos vivendo uma época em que queremos fazer uma reforma, mas os que ganham mais não querem abrir mão. Então, vamos querer mexer em quê? No salário dos que ganham meia dúzia?

Creio que o Governo tem razão no sentido de querer fazer uma reforma em um país que tem as maiores injustiças sociais do mundo. A distribuição de renda mais injusta do mundo ocorre no Brasil. Tenho dito e repito: na Alemanha, o Presidente da Mercedes-Benz ganha sete vezes mais que o lavador de banheiros da empresa. No entanto, o salário do lavador de banheiros da Mercedes-Benz permite que ele viva com dignidade. Ele tem casa, tem carro, tem condições de viver. E o presidente vive sete vezes melhor.

Está em tramitação um projeto de minha autoria segundo o qual, no Brasil, o maior salário não deve ser maior do que vinte vezes o valor do menor salário. Mesmo assim, atiraram-me pedras: “Mas como um senador vai viver com R\$3.000,00?” É verdade. E respondi: “Mas como um operário vai viver com R\$240,00?”

Então, a fórmula que sugerimos – e até penso que seria uma maneira que o Governo deveria considerar – é um congelamento. Durante alguns anos, seriam congelados os salários que estivessem

lá em cima, e tentaríamos levantar os salários que estivessem lá embaixo, para diminuir essa diferença.

Por isso, Senadora Iris de Araújo, eu me emocionei ao ver V. Ex^a emocionada nesta tribuna. Na verdade, fala-se, discute-se, mas vemos os Ministros do Supremo Tribunal Federal defendendo um salário de R\$17.000,00, de R\$25.000,00. Os procuradores defendem o salário deles lá em cima e não querem que se mude absolutamente nada. Não existe ninguém neste Brasil que esteja disposto a baixar R\$5,00 que seja do seu salário para fazer uma justiça social maior. Aí é impossível.

E quem chegou nos nossos gabinetes? Chegaram os juízes, os militares, os procuradores, os promotores, os homens das estatais. Agora, o povão não tem condições de chegar aos nossos gabinetes. Nem deixam entrar aqui o cara de chinelo, rasgado. Então, não tem ninguém que defenda essa gente nas reformas, nem na tributária, nem na previdenciária.

A reforma tributária é que é importante, porque na verdade o operário que ganha salário mínimo é o que mais paga imposto, porque do seu salário, quando ele vai comprar os gêneros, ele paga 30% de imposto.

Essas coisas é que esperávamos do Governo Lula, essa criatividade, essas coisas novas.

Vejo o Senador Mercadante, um homem brilhante, diga-se de passagem, de grande profundidade, mas parece a defesa do Governo Fernando Henrique. Aliás, contam uma piada de que o Fernando Henrique pediu ao pessoal do PSDB parar de criticar o PT, porque, na verdade, é uma continuação do governo dele. Eu não digo isso, não concordo com isso, mas há muita coisa que foi levada nesse sentido. O argumento usado, que até tem lógica, é de que o PT não poderia chegar ao Governo, sentar e aumentar o salário para R\$500,00, baixar o dólar para R\$2,00, porque isso provocaria uma explosão na economia brasileira. É verdade, a economia é globalizada. Hoje, vivemos numa sociedade em que quem manda no mundo é o capital. O capital especulativo tanto manda que criou uma crise na Rússia, criou uma crise na Espanha, está criando uma crise na Argentina. É uma luta dramática essa. É verdade! Não se poderia esperar uma radicalização. Aí, dá-se um jeitinho para que aconteça o contrário do que diziam:

que, o Lula ganhando, o risco-país Brasil iria subir, baixou; que o dólar subiria, baixou. Agora, está na hora de começar a fazer as coisas.

Estou achando que estamos recebendo elogios demais do Fundo Monetário Internacional. Quando o FMI diz que o Brasil está uma maravilha, que o Brasil é um exemplo ao mundo inteiro, já não me agrada muito. Está certo que ter diálogo, compreensão, é bom, mas elogios exagerados não fazem parte.

Por isso, acho que hoje, terminada a lua-de-mel do Presidente Lula, a euforia dos aplausos – S. Ex^a vai parar, meditar e analisar – chegou a hora de fazermos a nossa parte.

Tenho dito, aqui no Congresso Nacional, que acho lamentável a posição das bancadas do PSDB e do PFL. O PMDB já se acomodou: era Fernando Henrique, e o defendia; hoje, é Lula, defende o Lula. O PSDB e o PFL podem e devem criticar, mas a crítica deve ser feita no sentido de permitir que o Governo avance: reconhecer as dificuldades do Governo, que são imensas, e os seus erros, que são grandes, mas fazendo um esforço cruel para ajudar o Governo a dar certo.

Eu dizia isso quando o Sr. Itamar Franco assumiu. Quando cassamos o mandato do Sr. Fernando Collor de Mello, e o Sr. Itamar Franco assumiu, eu, como Líder do Governo, vim a esta tribuna dizer que o Congresso seria responsável, porque o Sr. Itamar Franco não tinha mandato popular – não tinha credibilidade popular. Collor foi eleito, e nós o tiramos; se tiramos o Collor e colocamos Itamar Franco, tínhamos a obrigação de fazer força para que o novo Governo desse certo. E justiça seja feita: naqueles dois anos e meio, o Governo teve apoio total do Congresso Nacional. Todos no Congresso estavam na mesma canoa, a de que o Governo desse certo, e o Plano Real foi algo espetacular. Foi votado aqui, com 85 emendas do Parlamento, todas querendo ajudar, querendo melhorar, querendo colaborar.

A situação é um pouco diferente agora, pois Itamar Franco não tinha voto popular. O Congresso votava a seu favor, mas o Presidente não era adversário de ninguém, pois não tinha nem partido. Agora, não. A eleição de Lula foi uma luta, uma guerra política. Sua Excelência ganhou e quer se manter.

O PSDB já tem candidato e já está com campanha na rua. Mesmo assim, para qualquer um de nós é muito importante – não digo que o Governo do Presidente Lula seja gênio, ou espetacular,

mas é muito importante que seja um governo tranqüilo e que faça boa parte daquilo que prometeu. Se o Presidente criar 10 milhões de empregos, o PSDB e o PFL podem gritar que ainda faltam 10 milhões; se conseguir 5 milhões de casas, vão dizer que faltam tantas outras; vai sobrar muito campo para a Oposição, meu Deus do céu!

Se o Governo do Lula fracassar, se for realmente um caos, a sociedade vai levar uma paulada. Vai ser um desânimo que, sinceramente, não sei o que aconteceria.

Por isso, ao lado das críticas, que são corretas, o Congresso deveria reunir-se e buscar encontrar a fórmula para ajudar o PT, que, decididamente, não tem experiência em governar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Posse de Fonteles

(Pronunciamento em 30 de junho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, honra é ver este Senado chegar ao final da primeira parte de seus trabalhos com V. Ex^a presidindo a Casa. Acho que ninguém seria melhor do que V. Ex^a, que vem tendo uma atuação que emociona pela pureza, pelo sentimento d'alma. Quando V. Ex^a falou, ainda hoje, comentando a visita que fez ao Hospital Getúlio Vargas, na sua terra, parecia estar fechando os olhos e vendo os fatos lhe vinham à mente. O povo que assiste à nossa *TV Senado* entende isso.

Sou um dos admiradores de V. Ex^a, Senador Mão Santa, exatamente pela pureza, pela seriedade, pela importância da sua atuação. E sinto-me feliz que nós dois – V. Ex^a na Presidência e eu na tribuna – estejamos a encerrar os trabalhos do primeiro semestre que, para nós, foram bons. Tivemos revelações excepcionais de valores, principalmente aqui no Senado, onde houve uma renovação impressionante. Nunca, na história do Senado, houve uma renovação tão intensa quanto a que aconteceu desta vez.

A respeito dos primeiros seis meses do Governo Lula, não podemos fazer um relato completo. No entanto, podemos fazer um voto de profunda meditação e até de profundo desejo de que dê certo.

A primeira razão que me trouxe à tribuna, hoje, é exatamente esta: exatamente neste momento, está tomando posse, como Procurador-Geral da República, na Presidência da República, o Sr. Cláudio Lemos Fontelles. Não fui porque entendi que alguém deveria ocupar a tribuna para falar a respeito.

Cláudio Lemos Fonteles, aprovado por esta Casa, será o novo Procurador-Geral da República. S. Ex^a substituirá uma pessoa sobre quem há muitas interrogações, embora seja um homem de bem, um homem sério, mas todos nós esperamos um comportamento diferente para Cláudio Fonteles.

Cláudio Fonteles é um franciscano, é um professo franciscano estudando teologia, apaixonado pelo Direito, pelo Direito Criminal, um homem de uma integridade, de uma dignidade, de uma pureza, de uma seriedade, de um conhecimento jurídico total e absoluto. Reparem que hoje está assumindo a Procuradoria-Geral da República Cláudio Fonteles.

Amanhã, iniciam os trabalhos, nesta Casa, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai tratar do caso do Banco do Paraná, aquelas contas CC-5, sobre as quais a *IstoÉ Dinheiro* faz uma publicação tremenda, em dez páginas, na edição da última quinta-feira.

Viveremos uma nova experiência, porque a Procuradoria-Geral da República é quem pode designar, acompanhar, fiscalizar, e teremos uma experiência nova, porque as conclusões dessa CPI, tenho certeza, poderão ser arquivadas pelo procurador, poderão ser denunciadas pelo procurador-geral, mas não ficarão em sua gaveta, que era o destino de, praticamente, todas as conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional: Câmara, Senado ou Comissões Mistas.

Olhem o que aconteceu com essa comissão. Ela fez o Senado pagar vexame. A senadora de Santa Catarina colheu as assinaturas, e seu partido não a deixou apresentá-las. S. Ex^a teve que recolhê-las. O senador do PSDB colheu-as novamente. Também lhe pediram para não apresentar. E o que acontece? A Câmara dos Deputados cria a comissão. Enquanto isso, o Senado, os líderes e o Presidente haviam reunido a Mesa e decidido retirar as assinaturas dos senadores e arquivar a CPI, confiando no que faria o Governo Federal, a polícia e a Procuradoria. Eis que nos dá uma lição o Presidente da Câmara dos Deputados, que, surpreendendo a todos, recebe as assinaturas e instala a comissão. Instalada a comissão, os líderes tiveram a grandeza – e quero cumprimentar os líderes dos partidos e o Presidente do Senado Federal – de entender que não poderia o Senado arquivar e a Câmara fazer, e estamos hoje com a Comissão Mista, que começa

os trabalhos amanhã, no dia seguinte ao que o Dr. Cláudio Fonteles assume a Procuradoria-Geral da República. Importante essa coincidência e importantes os trabalhos dessa comissão.

Sr. Presidente, eu estava numa comissão – lá se vão alguns anos – quando um procurador de Foz do Iguaçu me mandou um dossiê com as contas, com os números do que estava acontecendo e dizendo que ele estava sendo ameaçado de morte, que tinha levado um tiro e que tinha medo que lhe roubassem aqueles documentos. E, confiando em mim, mandava alguém, diretamente, vir ao meu gabinete entregá-los a mim. Recebi-os e, diante das câmeras de televisão do Senado, depois de muito meditar sobre o que fazer, tentei criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para já, naquela época, tratar especificamente daquela matéria. Não conseguindo, entreguei o dossiê nas mãos do presidente da comissão, que o passou ao procurador-geral. E, até hoje, Sr. Presidente, lá se vão não sei quantos anos, essa matéria está andando, pulando de galho em galho, sem nunca ninguém ter tomado conhecimento dela. Agora, tenho a convicção de que ela sairá. Será muito importante e até interessante que, enquanto a Câmara estará na luta pelas duas reformas tributária e previdenciária, nós estaremos nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Pedro Simon, eu interromperia para encerrar, de acordo com o Regimento, mas prorrogarei por mais cinco minutos, na certeza de que V. Ex^a tem uma inteligência igual a de Cristo, que fez o Pai Nosso em menos de um minuto, igual a de Abraham Lincoln, que fez um discurso em menos de três minutos e igual a de Winston Churchill, que disse, no seu mais célebre discurso, que durou dois minutos, aos estudantes: “Não desanimem, não desanimem, não desanimem nunca mesmo”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço emocionado a gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente, mas eu apenas queria dizer que repito o discurso que o Senador Paulo Paim fez desta tribuna; S. Ex^a falou também em meu nome. É claro que temos uma admiração especial por toda a aviação brasileira e queremos salvá-la, mas a Varig sofreu muitas injustiças desde Collor de Mello. A Inglaterra só tem uma empresa de aviação internacional; a França só tem uma empresa de aviação internacional; e a Alemanha só têm uma empresa de aviação

internacional. Cada empresa aérea dos grandes centros do mundo só tem uma empresa que faz o serviço internacional. O Brasil tinha a Varig. O Sr. Collor de Mello abriu o mercado aéreo para que todas as empresas estrangeiras entrassem aqui. A partir daí começou o trabalho dramático da Varig: perseguições, injustiças e erros.

Eu não considero justo fazer um acordo em que a Varig entre com 5% de uma nova empresa, Sr. Presidente. Dizem que o Governo tem muita simpatia pela outra empresa, porque ela era ligada ao PT – o que é normal. Mas não é motivo suficiente para não dar à Varig o tratamento que ela merece em um momento como esse.

Ademais, despeço-me, Sr. Presidente, junto com V. Ex^a, dos nossos telespectadores e dos nossos bravos senadores. Até amanhã, porque amanhã reabrem-se os trabalhos e estaremos nós aqui na sessão extraordinária. E que Deus seja pródigo conosco, distribuindo-nos favores para que tenhamos competência para desempenhar o nosso papel!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Serviço Civil

(Pronunciamento em 10 de julho de 2003.)

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, diante do quadro de violência e insegurança pública que vive o Brasil hoje, trago aqui uma idéia nova posta em prática no Rio Grande do Sul. Apesar de singela, a iniciativa pode representar uma importante contribuição no esforço de toda a sociedade para enfrentar esse grave problema social que aflige a população brasileira.

Refiro-me ao aproveitamento de recrutas dispensados das Forças Armadas no combate ao crime, formando equipes de policiais militares provisórios que atuarão em cidades gaúchas com mais de 200 mil habitantes.

Uma ação inovadora do Governo do estado do Rio Grande do Sul que poderá ser aproveitada em todo o País.

De acordo com o programa piloto, os recrutas dispensados receberão treinamento específico e passarão por cursos de qualificação profissional.

Uma vez habilitados à função, os novos soldados, com idade máxima de 23 anos, farão também serviços internos e de apoio nas unidades da PM, bem como atividades de segurança em eventos com baixo potencial de risco (*shows*, partidas esportivas, entre outros). Eles não serão autorizados a portar ou usar arma em período de folga ou em trânsito. Os contratos de trabalho são temporários, pelo período de um ano, sendo possível a renovação. Inicialmente, serão aproveitados 1.500 recrutas dispensados do Exército.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muitas vezes, a solução para grandes problemas encontra-se em idéias simples e audaciosas. Parece ser esse o caso. Liberados de atividades menos ofensivas no que se refere à ameaça à sociedade, que passará a ser exercida pelos provisórios, os policiais efetivos poderão atuar totalmente no combate direto ao crime.

Destaco que essa iniciativa, pela sua profundidade, tem um alcance social maior do que o simples aproveitamento direto dos recrutas nas atividades de segurança pública.

Constantemente vemos na imprensa notícias que nos espantam, informando sobre a dispensa de milhares de recrutas e até de militares profissionais altamente treinados, como os pára-quedistas. O motivo é a falta de recursos das Forças Armadas para mantê-los mobilizados. Mas se, por um lado, o Estado economiza em gastos, também assume o risco de ver essa mão-de-obra ser utilizada pelo crime organizado e se voltar contra a sociedade.

Consciente desse quadro, apresentei no Senado projeto de lei instituindo o Serviço Civil Alternativo, que pretende substituir o Serviço Militar Obrigatório. Minha intenção era absorver, em benefício da sociedade, aqueles que por motivos diversos se abstêm de exercer atividades típicas militares.

A proposta, que está em análise na Câmara dos Deputados, também prevê a possibilidade de os dispensados prestarem serviços remunerados à comunidade.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, são sugestões que apresentamos no sentido de contribuir na luta contra o crime e em benefício da paz.

Obrigado.

Contas CC-5

(Pronunciamento em 17 de julho de 2003.)

Senhor Presidente Luiz Otávio, Senhoras e Senhores Senadores, tenho vindo pouco à tribuna neste primeiro semestre.

Estamos em um novo Governo, e sou daqueles que reza para que o Governo dê certo. Creio que seria uma tragédia para o Brasil se o Governo Lula não desse certo. Ele pode não ser um grande Governo, mas se fosse um fracasso, depois das esperanças que o Lula semeou, depois de o povo olhar para esse homem, com essa biografia, vindo de onde veio e tendo chegado onde chegou, se desse errado, em quem o povo confiaria? Viveríamos horas muito tristes.

Então, estou na expectativa de olhar as coisas passadas. Elogiar, com toda a sinceridade, não há muito motivo para isso. Mas criticar, como fazem os meus amigos da Oposição, principalmente aqueles que estavam no Governo até ontem, eu considero uma temeridade, pois acredito que seja cedo.

Penso que fazer comparações entre os oito anos que foram e os seis meses que estão aí não seja a maneira de ser. Por isso, estou me reservando. Quando começar a falar, falarei e, como sempre fiz ao longo da minha vida pública, o que estiver bom, eu direi que é bom, e o que considerar errado, eu direi que está errado.

Venho a esta tribuna, neste momento, para falar sobre uma questão que todos imaginavam seria a manchete do Congresso Nacional e que tinham muito medo que prejudicasse as reformas. Por isso, tentou-se evitar: a CPI do Banestado.

A ilustre senadora de Santa Catarina e o ilustre senador de Mato Grosso apresentaram duas propostas. A Mesa e as lideranças tentaram apaziguar transformando-as num voto de confiança de que as autoridades policiais resolveriam a questão. A Câmara se rebelou e criou sua comissão. A Câmara criando sua comissão deixou o Senado em posição difícil, e o Senado teve que compor a sua comissão. E aí está a comissão mista funcionando.

Presidência competente, relator competente, trabalho bom, membros trabalhando... Mas chamo a atenção para um fato: é verdade que a direção da comissão escolheu por bem fazer um trabalho que, no início, parecia até uma espécie de curso de preparação, pois ensinava os membros da comissão como funciona a Polícia Federal, como funciona a Procuradoria, como funciona o Banco Central e como funciona a Receita Federal, para depois irmos adiante.

Logo de saída me chamou a atenção – eu que me lembro que naquele Conselho de Ética que apurava o mandato de um companheiro nosso senador, os líderes não saíam da comissão um minuto; eram líderes de todos os partidos, a Mesa e todos estavam ali presentes acompanhando o desenrolar da reunião – mas me chamou a atenção que na nossa CPI, até agora, nós não tivemos a honra de receber nenhum líder de partido. Nenhum líder de partido teve a gentileza de sentar um minutinho conosco na comissão, para dar uma olhadinha, para ver como é que está e como é que não está; ninguém apareceu. Ninguém apareceu – repito. Uma coisa realmente interessante e eu, que venho de longe e participo de uma infinidade de comissões, chamou-me atenção esse detalhe. Ao lado disso, também me chama a atenção o fato de que grandes empresas de comunicação, televisão, não dêem uma linha para esta CPI, como se ela não existisse. Se os senhores acompanharem algumas das televisões mais conhecidas do Brasil e observarem um noticiário nacional parece que não está havendo CPI.

Acho isso estranho, porque, o que se imaginava colocaria em risco o andamento das reformas constitucionais, de repente, não tem condições de aparecer no noticiário.

Aí eu fico a pensar: esta CPI deveria ter sido criada há oito anos. Quando criamos a CPI do sistema financeiro, a dos precatórios e a CPI do sistema judicial, essa matéria já tinha aparecido. Ela apareceu

várias vezes, apareceu tanto que, no final, recebi de um procurador do Paraná, que mandou me entregar secretamente, cercado de aparato, um dossiê enorme de todas as referências às contas CC-5 apuradas em Foz do Iguaçu, em Cascavel. E, tendo levado um tiro e sido ameaçado de morte, dizia-me que ia sair fugido com a família e que não sabia a quem entregar aquela matéria.

Ele a entregou a mim, porque me acompanhava pela televisão e tinha confiança em mim. Eu a recebi. Também não nego que fiquei com medo: “Recebo essa documentação, e o que vai acontecer? O que faço?”. Tentei criar uma CPI, já naquela oportunidade. Não foi possível.

Então, no final daquela CPI, entreguei o dossiê ao Senador Bernardo Cabral, Presidente daquela CPI, dizendo: “Recebi esse dossiê do procurador, que diz que aqui estão todas as contas referentes ao escândalo dessa matéria. Penso que V. Ex^a deve pedir a instalação de uma CPI”. Não deu.

O senador entregou o dossiê ao procurador – não a este procurador, porque, se o tivesse entregado a este, as coisas tinham andado, mas entregou ao outro procurador, que fez aquilo que era a sua especialidade: arquivou.

Agora, tantos anos depois, estamos debatendo a matéria. Quem vê o assunto fica boquiaberto. Se trouxermos parlamentares dos Estados Unidos, da Alemanha, da Itália, da França, da Argentina e do Uruguai para acompanharem as análises da nossa CPI, ninguém vai acreditar. Ninguém vai acreditar que US\$25 bilhões ou US\$30 bilhões ou US\$80 bilhões desapareceram. E ouvir o primeiro delegado de polícia dizer: “Fui o primeiro. Fiquei tanto tempo, mas não podia ficar mais”. Daí a dois meses: “Eu fui o segundo”, e depois: “Eu fui o terceiro”. Na nossa análise, nessa missão especial já devem ter passado 200 policiais em missão de apurar... A impressão que tive dos senhores policiais foi boa, mas, na verdade, o comando não teve interesse em tomar providências.

Verificamos os procuradores: procurador um, procurador dois, procurador três, procurador quatro, procurador cinco. Até agora, nada.

O Banco Central, cujo Sr. Gustavo Franco foi condenado pelo Tribunal de Contas da União à unanimidade; está recorrendo admi-

nistrativamente e, sobre o recurso administrativo, a Procuradoria do Tribunal de Contas já proferiu parecer negando o recurso, dizendo que ele deve ser condenado! Condenado a pagar não sei quantos mil, a dívida mais alta que há, porque condenar para colocar na cadeia, só procurador. E o procurador não fez...

O Banco Central, que editou a célebre medida permitindo que os quatro bancos atuassem à vontade com a CC-5 em Foz de Iguaçu... Até agora o nosso amigo Lula não mexeu no Banco Central. Os que vieram depor eram os mesmos do Governo passado. Um deles foi condenado juntamente com Gustavo Franco, no Tribunal de Contas, na ação impetrada naquele órgão e que continua lá. E veio à CPI representando o Banco Central do Governo Lula.

Nós do Senado tínhamos uma simpatia muito grande pela Receita Federal, que também sempre olhou esta Casa com a maior simpatia. O Sr. Everardo Maciel dizia que vibrava quando uma CPI era instalada, porque, assim, eram abertas as contas, e o Banco Central parava de boicotar a Receita. As portas estavam fechadas, e a Receita Federal não conseguia agir nem se posicionar.

Criou-se o imposto sobre cheque, e o Sr. Everardo Maciel queria receber a síntese das contas, para saber quanto determinadas empresas pagaram desse imposto – que não poderia ser sonegado – a fim de compará-lo com o Imposto de Renda, mas o Banco Central não fornecia as informações.

O Sr. Everardo Maciel sempre esteve presente em todas as nossas CPI. Agora, o Banco Central mandou esse cidadão – o amigo do condenado, sendo ele também um condenado – que veio e não disse nada. O Banco Central veio e não disse nada. A Receita Federal veio e também não disse nada...

Hoje houve uma sessão realmente impressionante. O delegado falou com muita competência, fez uma análise perfeita do quadro. E eu disse a ele: “Sr. Delegado, quando o senhor parou para respirar, pensei: parou para respirar e agora citará o nome das pessoas. São esses aqui”. Nome nenhum foi citado.

Durante oito anos, carros-fortes cheios de dinheiro rodaram para lá e para cá sem a polícia fiscalizar, sem a Receita fiscalizar, sem ninguém fiscalizar. Os primeiros responsáveis, as primeiras pessoas condenadas foram as que fazem o troca-troca na fronteira. Mas a grande verdade é que até agora nada ocorreu.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ontem o Presidente da Comissão se reuniu com o Ministro da Justiça e fez uma proposta: que se unam o Ministro da Justiça, o Procurador-Geral da República e representantes do Banco Central, da Receita Federal e da Polícia Federal a fim de estabelecer um comando para coordenar essa investigação. Cada um age por conta própria.

O delegado dizia o seguinte: “Pois é, mas, para quebrar o sigilo, para abrir as contas, eu tinha de pedir ao promotor, o promotor tinha de pedir ao juiz, o juiz tinha de concordar e devolver para o promotor, o promotor devolver para mim. Isso levava um mês”.

Em qualquer lugar do mundo – o nobre Senador de Mato Grosso terminou de falar aqui sobre quadrilha e sobre crime organizado – há uma organização relativa a isso. Há o crime comum, há o que mata, o que rouba, o que assalta, há as tristezas, as mágoas da vida, que acontecem permanentemente, e há o crime organizado, que está crescendo assustadoramente no Brasil, quase como na Colômbia, e se transformando num estado dentro do estado. Nas favelas do Rio de Janeiro é isso que está acontecendo. Em alguns lugares de São Paulo é isso que está acontecendo. E nós?

Ainda não se reuniram o Ministro da Justiça, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Banco Central, o chefe da Receita Federal e o chefe da Polícia Federal, para se constituírem numa força tarefa, reunindo-se diariamente para decidirem o que fazer.

Quanto ao Governo do Presidente Lula, gostaria de dizer que sinto simpatia pelo Ministro da Justiça, homem de bem, por quem tenho o maior respeito; para Procurador-Geral da República foi escolhida uma das pessoas mais extraordinárias, dignas e corretas que conheço. Penso que o Presidente Lula e o Chefe da Casa Civil deveriam reunir esse pessoal e dizer: passaram-se oito anos desde o desvio de 25, 30, 40, 50 bilhões de dólares e não temos um nome? Não encontramos o dinheiro e não encontramos uma luz? Vamos organizar as tarefas. Vamos determinar algo que possa e deva ser feito. É verdade – o próprio delegado disse isso hoje – que muita gente importante, pessoas de todos os setores da sociedade estariam envolvidas. Será que isso nos impedirá de apurar? Será que isso

impedirá um Governo popular, respeitado, com autoridade e com credibilidade, de apurar?

Respeito o medo que o Governo tinha – não aceito, mas respeito – de que a CPI fosse bombástica, de que o Congresso Nacional tremesse e não se falasse mais em reforma tributária, nem em reforma previdenciária, que só se falasse na CPI. Esse medo desapareceu. As manchetes falam, primeiro, da reforma da Previdência e, em segundo lugar, da reforma tributária. A coitada da CPI está em um canto da página. Não está atrapalhando a vida do Senado nem a vida do Congresso. Por isso, entendo que, à margem do trabalho da CPI, o Governo pode e deve coordenar o esforço no sentido de tomar as providências necessárias e dizer: é a CPI lá, mas sou eu aqui. É o Governo que tem isso como uma questão de honra e busca agir.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Pedro Simon, gostaria de esclarecer algumas coisas a respeito da CPI do Banestado. A primeira é que tenho insistido muito numa questão que, até agora, ninguém conseguiu explicar. Já havia indício de crime em 1996 quando as autoridades constituídas perceberam que havia problema e montaram sistemas de acompanhamento e procederam as denúncias. O Banco Central e a Receita Federal fizeram isso por causa do transporte do dinheiro em carros-fortes. Tudo isso foi oficializado mediante uma denúncia ao Ministério Público Federal, que obviamente requisitou a Polícia Federal. O problema começou em 1996. Naquele mesmo ano, as autoridades constituídas do Brasil – Banco Central, Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público Federal – sabiam que ali havia um grave problema, um grave crime. Entretanto, mesmo sabendo – havia grandes chances de por ali estar passando um volume imenso de evasão de divisas do Brasil – elas deixaram que o crime continuasse acontecendo. E até 1999 continuou aquela flexibilidade, a permissão de remeter valores sem identificar quem fazia o depósito e sem explicar nem a origem do dinheiro nem a finalidade, nem para quem iria, isto é, o beneficiário. Portanto, chamou-me a atenção o fato de as instituições que compareceram à CPI, até agora, não terem conseguido explicar como é que se vê, que se percebe, que se desconfia de que há crime e não se preocupa em estancá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a me desculpe, desconfiando que há um crime não; sabendo que há um crime, e não desconfiando.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sabendo, Senador. O documento do Banco Central ao Ministério Público Federal é explícito. Portanto, é algo inexplicável. O fato teve início em 1996. Nesse mesmo ano, as autoridades constituídas perceberam e deixaram que continuasse em 1996, 1997, 1998, 1999... E o dinheiro indo embora. Outra questão, Senador, é que há muito debate, muita polêmica a respeito da autonomia do Banco Central. Dizem que o Banco Central brasileiro não possui autonomia. Ao contrário, ele possui autonomia, independência e soberania, e faz o que bem entende. Nesse ponto, penso que o art. 192, que deverá ser regulamentado, deve estabelecer regras muito claras em relação ao que o Banco Central pode ou não fazer e como deverá ser acompanhado. A flexibilização que permitiu a imensa evasão foi decisão de uma única pessoa, a qual autorizou os bancos a agirem daquela maneira, sem que a diretoria do Banco Central tomasse conhecimento disso. Como uma instituição pode deter poderes de tal magnitude sem que ninguém a fiscalize? O Banco Central é o responsável por fiscalizar a área financeira no Brasil. Mas quem fiscaliza o Banco Central? Quem o controla? Quem dá o comando? As duas questões que a CPI levanta, Senador Pedro Simon, são muito claras: como podemos estancar o crime financeiro e como podemos controlar o Banco Central?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo com V. Ex^a e considero muito oportuno o aparte, Senadora Ideli Salvatti. Quero apenas dizer a V. Ex^a que faltou um terceiro item, que me parece importante: como vamos buscar o dinheiro de volta e colocar as pessoas na cadeia. Isso ninguém quer, nem V. Ex^a falou sobre esse ponto. E é o mais importante. É o óbvio.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas, Senador Pedro Simon, estamos insistindo nessa questão há muito tempo!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, e essa questão é a mais importante. Temos de saber exatamente isto: como se estanca o roubo e como essas pessoas vão para a cadeia. Isso me parece muito

sério. Não foi feito no Governo Lula, e ele não tem nada a ver com esse crime. Mas, cá entre nós, já se passaram seis meses e o Governo Lula não fez nada no Banco Central, que continua igual. A meu ver, não fez nada na Receita Federal, que continua igual. Mudou o procurador porque tinha que mudar, e mudou mil por cento para melhor. Mas como isso vai terminar, Sr. Presidente?

Repito: o silêncio e o vazio da imprensa, o noticiário da comissão com apenas algumas notícias aqui e acolá, sem nenhum significado, a indiferença dos líderes em não irem lá fazer uma gentileza para saber do andamento da comissão. Tudo me leva a crer que levarão até o fim essa tentativa e concluirão, como disse a nossa senadora: é preciso fazer mudanças e fazer muitas outras coisas no Banco Central. Agora, quem enviou o dinheiro e onde ele está, parece-me que não há muito interesse em resolver isso. Enfim, estamos fazendo a nossa parte.

Felicito o presidente, o relator e o vice-presidente e os membros da comissão, como também o Ministro da Justiça, que prometeu, quando falamos com S. Ex^a, que começará a agir. Felicito o Procurador-Geral da República porque acredito que ele também agirá.

Está em jogo o Congresso Nacional, caso esse assunto, que há oito anos ocupa as manchetes dos jornais, se essa roubalheira, que é a maior da História do Brasil – acho que no mundo afora é difícil encontrar uma tão grande – passar sem ser devidamente analisada. Primeiramente, seria a omissão do Congresso, que não queria CPI, não queria nada. Infelizmente, a maioria se rebelou e nós estamos analisando a questão, mas se não chegarmos à conclusão alguma, ficará mal para nós. O Governo Lula não se sairá bem se não sentir que o Governo realmente mudou.

O Banco Central recebeu informações diferentes, agora não tem essa história não. Quem veio depor hoje foi o policial atual encarregado das investigações. De trinta em trinta dias, não sei em quanto tempo, muda-se o policial encarregado das investigações. O atual encarregado do inquérito policial, que estava lá em Curitiba, só veio depor hoje porque, na última hora, o Presidente do Senado conseguiu resolver problemas de passagem e hospedagem, pois ele não tinha conseguido diária. Não tinham dado a ele qualquer satisfação. Se dependesse dos assessores, dos seus chefes, ele não teria vindo. Essa é uma questão importante, de peso, de significado, o homem da Polícia

Federal vir depor e ter que se sentar à mesa com seus colegas para ver o que era, e não ter nem passagem e nem dinheiro para a diária! Sacou seu dinheiro do cheque ouro do Banco do Brasil, pagando mais de mil reais de juros. Vejam com que descaso o acompanhamento desse inquérito policial vem sendo tratado.

Por isso, Sr. Presidente, achei importante vir a esta tribuna. Pensamos que o trabalho da CPI tem que ser tratado na CPI e não o debate ser feito no plenário. O meu objetivo não foi fazer um debate no plenário, mas acho que é da minha obrigação dar conhecimento ao Plenário de assunto tão sério e tão grave.

Muito obrigado.

Taxação do Vinho

(Pronunciamento em 22 de julho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na sexta-feira passada, dia 18, fiz um protesto público contra a decisão da Secretaria da Receita Federal de aumentar, em até 700 por cento a taxaçoão sobre o vinho nacional.

Naquela ocasião, falando à imprensa do Rio Grande do Sul, eu disse que a decisão do governo vai provocar uma queda sensível no consumo do produto brasileiro e, com isso, se transformar em ameaça aos empregos da região.

Segundo documentos que recebi do Instituto Brasileiro do Vinho, a determinação da Receita Federal vai representar um aumento médio de 10 por cento no vinho brasileiro. Ora, isso é intolerável porque diminui ainda mais a capacidade de a indústria nacional enfrentar a produção estrangeira. Como se sabe, pagamos no Brasil juros infinitamente maiores dos que os praticados lá fora.

O produto nacional vem conquistando mercados e ganhando prêmios no exterior pela excelência na qualidade, tanto que, de 1998 até hoje, foram 400 prêmios internacionais conferidos ao vinho brasileiro.

Eu lamento que um ramo da nossa atividade econômica que está florescendo tanto seja atingido de forma tão brutal pela Receita Federal. Essa atitude é um absurdo, um verdadeiro abuso.

Creio, pessoalmente, que os altos escalões do governo não foram informados dessa decisão equivocada. Só posso atribuí-la a funcionários que não conhecem a produção vinícola do País.

Acho incompreensível que o governo não tenha debatido a alteração na tributação com o setor produtivo. Essa falta de diálogo fez com que produtos similares fossem enquadrados em alíquotas diferentes, o que é inexplicável.

Penso que o Brasil necessita, isso sim, de uma classificação rigorosa do vinho estrangeiro que entra no Brasil com o preço subfaturado na origem e pagando tarifa menor no porto, concorrendo de forma desleal com o produto nacional.

Repito: esse aumento brutal no IPI e os erros na classificação parecem coisa de quem não conhece nada a respeito do vinho brasileiro.

Pelo que fui informado pelo Instituto Brasileiro do Vinho, sangrias, coquetéis e outros subprodutos do vinho deveriam ser enquadrados com imposto maior, mas, no entanto, foram enquadrados em alíquotas menores, em detrimento do vinho, que é um produto natural, sem mistura e saudável.

Outro erro: produtos de semelhante faixa de preço foram, enquadrados de maneira diversa, o que é extremamente injusto para alguns produtores.

Pelo que se sabe, o reenquadramento foi feito com base na marca comercial, que não é um parâmetro tecnicamente aceito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este protesto porque o Rio Grande do Sul é o principal estado produtor, sendo responsável por cerca de 90% do vinho nacional. Temos uma área de produção da ordem de 29 mil hectares de vinhedos que produziram, em 2003, 381 milhões de quilos de uvas. A vinicultura, no meu estado, está concentrada na pequena propriedade rural. Temos cerca de 15 mil famílias vivendo da produção de uva.

Temos de incentivar a produção nacional porque o consumo de vinhos finos importados vem crescendo muito, tendo passado de 6 milhões para 30 milhões de litros.

Temos de rever a taxaço do vinho brasileiro. Nossos produtos pagam cerca de 42 por cento de tributos sobre o preço final enquanto na Argentina e no Chile a taxaço é de 20%.

Encerro, Sr. Presidente, certo de que o Presidente Lula vai mandar rever esta decisáo arbitrária, equivocada e absurda.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Produção de Leite

(Pronunciamento em 31 de julho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero tratar, primeiramente, de um produto nobre e vital que exige uma abordagem específica. Refiro-me ao leite, alimento básico e indispensável para pessoas de todas as idades. Tanto que merece posição estratégica em qualquer política nacional de segurança alimentar e saúde pública.

Todos conhecemos a carência nutricional que aflige grande parte da nossa população, bem como as graves conseqüências especialmente para as crianças, mas atingindo também adultos e idosos. Cerca de apenas 37% das nossas crianças bebem leite mais de uma vez por dia. Fundamental para a infância, reúne as proteínas, sais minerais e vitaminas necessárias para um desenvolvimento adequado, o leite também influencia a taxa de longevidade.

No Brasil, hoje, 180 mil crianças morrem antes de um ano de vida e 57 mil não completam uma semana de vida. Com leite se combate, portanto, a mortalidade infantil.

Em conseqüência da carência alimentar, um em cada três brasileiros pode ser considerado desnutrido, de acordo com indicadores sociais da Organização das Nações Unidas. O nosso consumo *per capita* de leite é de 130 litros por ano, em média, sendo que em algumas regiões está bem abaixo disso. Representa um quarto do consumo verificado na maioria dos países de semelhante condição econômica à nossa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um país que descuida de suas crianças, das novas gerações, está colocando em risco o seu próprio futuro.

O Brasil tem condições de atender à demanda interna do leite e seus derivados e, inclusive, de eliminar a necessidade de importação do produto, um dos mais protegidos do mundo. Para cada dólar pago ao produtor na Europa, no Japão, no Canadá, praticamente a metade é subsídio governamental. Uma prova da importância com que esse setor é encarado nos países ricos é o subsídio total de US\$40 bilhões anuais que o leite recebe.

Aqui, em nosso País, um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, a produção leiteira quase dobrou em 20 anos, passando de 11 bilhões e 100 milhões de litros em 1980 para cerca de 20 bilhões de litros no ano passado. Nesse quadro, o complexo formado pelas cooperativas do leite contribui com cerca de 5 bilhões de litros.

Devo destacar que essa expansão se deve, em grande parte, ao trabalho de pesquisa da Embrapa no sentido de elevar o padrão genético e melhorar o desenvolvimento das nossas forrageiras.

Temos o segundo maior rebanho mundial, com cerca de 20 milhões de vacas ordenhadas, e um total de 1,8 milhão de estabelecimentos produtores de leite, que empregam aproximadamente 5 milhões de pessoas. Somos o quinto maior produtor mundial de leite. Além disso, produzimos o leite mais barato do mundo! E o meu estado, o Rio Grande do Sul, é responsável por 11% da produção nacional, segundo dados conferidos pela Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios.

Senhoras e Senhores Senadores, a questão do mercado do leite exige mais atenção e melhor tratamento, em benefício dos produtores, dos consumidores e do País. Nos últimos meses, foram realizadas comissões parlamentares de inquérito do leite em seis assembleias legislativas. Suas conclusões e reivindicações foram reunidas num extraordinário relatório da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, um trabalho elaborado pelo Deputado Moacir Micheletto, do Paraná, Líder da Frente Parlamentar de Defesa do Cooperativismo.

O quadro revela a distorção na cadeia produtiva em prejuízo dos produtores e consumidores e oferece sugestões de políticas de incentivo.

Em linhas gerais, podemos destacar: a grande concentração industrial e abuso do poder econômico; necessidade de reorganização e fortalecimento de cooperativas com atualização da legislação; exigência de linhas de crédito para a retenção de matrizes; garantia de assistência técnica especializada; promoção da exportação do produto; criação de fundo de promoção do consumo; maior presença do leite em programas sociais, o que já está sendo conseguido junto ao Programa Fome Zero, conforme anunciou hoje o Ministro José Graziano da Silva, participante do Seminário das Cooperativas, do qual tive a honra de participar também; fim da bitributação dos atos cooperativos, pois, se o tirador de leite já paga imposto como pessoa física, como pagar também a sua cooperativa? E eu acrescentaria, ainda, a isenção tributária para o leite. Esse item deve ser objeto da reforma tributária em andamento na Câmara dos Deputados. Caso não seja incluída no projeto, podemos apresentar emenda nesse sentido no Senado Federal.

Senhoras e Senhores Senadores, já é tempo de o Brasil dispensar ao setor leiteiro o grau de prioridade que ele merece, criando e instalando imediatamente a Câmara Setorial do Leite, em que todas essas questões poderão ser debatidas e analisadas por todos os setores da cadeia produtiva, com a participação do Governo Federal.

O setor e o País só têm a ganhar.

Leite é saúde, é garantia de renda, é emprego.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que uma outra análise que se deve fazer é quanto à proteção ao cooperativismo e à preocupação com as grandes multinacionais de produção de leite, que praticamente buscam a dominação do mercado e que, de certa forma, impõem preço e esmagam as cooperativas. Se não for feita uma fórmula de proteção às cooperativas, aos poucos, elas desaparecerão, restando apenas as pequenas, sem condições de impor preço ou coisa que o valha, porque as restantes fazem parte da totalidade das grandes empresas produtoras de leite, multinacionais aqui no Brasil.

Era o que tinha que falar a respeito da situação da produção de leite.

Inauguração da TV Unisinos

(Pronunciamento em 31 de julho de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores: venho a esta tribuna também para tratar da inauguração, hoje, em canal aberto, da *TV Unisinos*, Canal 30 UHF. Esse evento da maior importância para a comunicação social do nosso estado marca a passagem dos 34 anos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mais conhecida como Unisinos, que está localizada em São Leopoldo, a 30km de Porto Alegre.

Criada no dia 17 de maio de 1969, a Unisinos é hoje uma das maiores universidades católicas do País, com mais de 30 mil alunos, 45 cursos de graduação e 13 programas de pós-graduação. A Universidade é mantida pela Sociedade Antônio Vieira, integrante da Companhia de Jesus. O aniversário da Unisinos é celebrado hoje, dia de Santo Inácio de Loyola, Fundador da Ordem Jesuíta.

Para maior brilhantismo da comemoração da data, está entrando hoje no ar a TV Unisinos, cuja programação pode ser vista no Canal 30 em UHF, cobrindo 16 municípios da região do Vale dos Sinos. Também disponível no sistema de TV a cabo, a emissora vai beneficiar mais de 1,5 milhão de pessoas. A abertura de uma emissora de televisão em canal aberto pela Unisinos também integra um movimento denominado “Unicidade”, que vem impulsionando o crescimento de cidades gaúchas em um raio de 100km a partir do *campus* de São Leopoldo.

As instalações da TV Unisinos estão distribuídas em 742,5m², no Centro de Ciências da Comunicação, incluindo administração, redação própria e estúdios com equipamentos de ponta. A equipe da

TV é formada por cerca de 30 profissionais, entre técnicos, professores e jornalistas. A estrutura é completa pela Produtora e Serviço de Audiovisual e pelo atendimento às aulas de graduação e pós-graduação do Centro 3.

Estou absolutamente certo de que a TV Unisinos vai prestar os mais relevantes serviços à população da extensa área que abrange. Com isso, vai repetir, na verdade, os serviços que vêm sendo prestados por aquela destacada universidade, que é hoje um dos principais pólos de referência em qualidade no sistema universitário brasileiro.

Senhores Parlamentares, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos é dirigida pelos jesuítas que atuam no ensino de São Leopoldo há mais de 150 anos. Padres espanhóis da Companhia de Jesus chegaram àquela cidade em 1844, cerca de 20 anos após a instalação dos primeiros imigrantes alemães às margens do Rio dos Sinos. Começaram a atuar na área de ensino em julho de 1869, quando foi fundado o Colégio Nossa Senhora da Conceição, que formava sacerdotes e professores paroquiais.

Em 1958, com a oficialização da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Cristo Rei, a instituição abriu as portas para os alunos leigos. Em 1964, mudou sua denominação para Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo. Com o passar dos anos, novos cursos foram sendo implementados. A Unisinos foi criada em 17 de maio de 1969, sendo que no dia 31 de julho daquele mesmo ano o Decreto-Lei nº 722 autorizou seu funcionamento acadêmico-administrativo.

Em 1974, devido ao crescimento constante do número de cursos e de alunos, tornou-se imperiosa a necessidade da construção de um novo *campus*, distante 5km do centro da cidade. Em julho de 1981, um trágico incêndio destruiu 5.500m² de área construída do antigo prédio, motivando a transferência dos cursos para o *campus*. Assim, a partir de 1982, todos os cursos passaram a funcionar nas novas instalações.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, gostaria de destacar aqui o notável trabalho de ação comunitária que é desenvolvido pela Unisinos, especialmente porque ele é realizado junto a comunidades carentes, escolas da região do Vale dos Sinos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e Governos municipal, estadual e federal.

Essas propostas de atuação resultam em um rico aprendizado por meio do diálogo e de problematizações levantadas, e demonstram a preocupação e o compromisso social assumido pela instituição para com a sua comunidade. É importante destacar que esses serviços comunitários são oferecidos na forma de projetos permanentes. Desse modo, os alunos exercitam a convivência solidária e atuam como agentes do processo de desenvolvimento social por meio dos estágios, orientados por professores.

De outra parte, a interação da Unisinos com a comunidade empresarial é feita por meio de programas permanentes. Nesses programas, a universidade procura preparar os estudantes para o mercado global. Os conhecimentos gerados na universidade são disponibilizados à comunidade por meio do seu Escritório de Gestão e Tecnologia (EGT). Já o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Indústria (NAI) dá apoio tecnológico ao meio empresarial e o Núcleo de Excelência em Psicologia do Trabalho (NEPT) trabalha para que sejam estabelecidas relações de trabalho mais saudáveis e produtivas nas organizações.

O Núcleo de Computação Gráfica (NCG) desenvolve estudos, projetos e pesquisas da área de informática aplicados à arquitetura e à engenharia. Por sua vez, a Unicon – empresa júnior – fornece orientação técnica às pequenas e microempresas da indústria, do comércio e de prestação de serviços.

Por fim, por intermédio da Unidade de Desenvolvimento Tecnológico (UNITEC), a Unisinos proporciona infra-estrutura às empresas em formação na incubadora ou em fase de desenvolvimento no condomínio do Pólo de Informática em São Leopoldo.

Encerro este Pronunciamento, augurando meus mais sinceros votos de sucesso à *TV Unisinos* bem como àquela querida Universidade, que representa o que há de melhor no Estado do Rio Grande do Sul.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Taxação do Vinho (II)

(Pronunciamento em 1º de agosto de 2003.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o vinho nacional é um dos melhores do mundo. Já recebeu cerca de 400 prêmios internacionais de qualidade em países como França e Itália, onde existe uma tradição de consumo, ao lado de um alto nível de exigência.

Contudo, apesar dessa vantagem, o Brasil é um país importador de vinhos finos, destacando-se na exportação apenas de uvas de mesa e suco de uva. Na realidade, os vinhos importados representam cerca de cinquenta por cento do total consumido no País, em relação aos vinhos de viníferas nacionais. O consumo de vinhos finos importados vem crescendo muito, aumentou nos últimos anos de seis milhões para trinta milhões de litros.

Essa é uma situação que precisaria ser revista, mas que já o foi, para pior. Segundo dados da Embrapa, “o déficit do balanço comercial de uvas, vinhos e derivados em 2000 somou cerca de setenta milhões de dólares, reduzindo para trinta milhões de dólares em 2002”.

O Rio Grande do Sul, na condição de principal estado produtor, sofre maior impacto pois é responsável por cerca de noventa por cento do vinho nacional. Temos uma área de plantio da ordem de vinte e nove mil hectares de vinhedos que produzem trezentos e oitenta e um milhões de quilos de uvas. A viticultura, no meu estado, está concentrada na pequena propriedade rural, onde cerca de 15 mil famílias vivem da produção de uva. Podemos, então, avaliar a dimensão social dessa atividade econômica.

Esse é o quadro geral. Mas, se aprofundarmos a análise, veremos que existe uma simples e boa razão para o grau superior de competitividade do produto europeu, por exemplo, ou ainda do vinho chileno, um dos mais tradicionais da América Latina.

Ocorre que, tanto no âmbito da União Européia como no Chile, para fins de tributação o vinho não considerado produto industrializado, dadas as suas características alimentícias e benefícios à saúde. Assim, o produto é extremamente beneficiado num mercado mundial altamente competitivo. Já no Brasil, a carga tributária sobre o vinho chega a inacreditáveis quarenta e dois por cento. Em outros países que operam no mercado internacional, chega no máximo a doze por cento. A diferença é brutal, mesmo sem levar em conta a totalidade dos tributos que penalizam quem produz no País.

Enquanto a produção nacional enfrenta obstáculos desse tipo, no ano passado a França, um dos principais produtores da União Européia subsidiou sua agricultura em cinquenta bilhões de dólares. Um incentivo desse porte resulta em superprodução de alimentos, rebaixando preços internacionais e tirando a maioria dos países em desenvolvimento do mercado internacional. Essa política fez com que a União Européia ampliasse tremendamente sua produção de vinhos, inundando e desequilibrando o mercado mundial.

Senhoras e Senhores Senadores, chegou a hora do Brasil também adotar esse moderno conceito conferido ao vinho para fins tributários, praticado tão intensa e alegremente pelos nossos competidores internacionais.

Vamos também isentar o vinho nacional do Imposto Sobre Produto Industrializado, o famigerado IPI que há poucos dias experimentou uma alta fantástica de até setecentos por cento em algumas categorias da bebida.

Os benefícios dessa isenção para a produção nacional e na sua relação com o produto estrangeiro são evidentes. A pequena queda na arrecadação que provocará, pesadelo de qualquer administração, será largamente compensada pelo impacto favorável na balança de pagamentos. Além disso, o revigoramento do setor trará benefícios econômicos e sociais localizados, altamente compensadores em termos de geração de renda e emprego.

O vinho é um produto nobre. Desde a Antigüidade o homem conhece seus benefícios para a saúde. A ponto de a vinha ter precedido o próprio homem no planeta, e o vinho, seu produto, constar do universo mítico e cultural da humanidade desde os primórdios da civilização.

Hipócrates, primeira e maior inspiração da medicina até os dias de hoje, utilizava o vinho em suas formulações. O produto era usado também pelas legiões romanas nos curativos dos ferimentos de batalhas. E, no século passado, desde os anos 20 a literatura médica constata os benefícios e as características saudáveis do vinho.

A Organização Mundial da Saúde possui estudos científicos que atestam essa natureza do produto, considerada benéfica, inclusive, no aspecto preventivo da medicina.

As propriedades do vinho, de acordo com a Organização, são inúmeras. Ele combate as enfermidades cardiovasculares. Determinadas substâncias naturais da polpa da uva, e que permanecem no vinho, aumentam a resistência das fibras colágenas, exercendo um efeito protetor sobre as paredes dos vasos sanguíneos. Outras substâncias dissipam as plaquetas que provocam coágulos e entopem as artérias. O vinho também estimula a atividade antioxidante, inibe a formação de radicais livres e diminui possibilidade da arteriosclerose. Além de atuar sobre o metabolismo aumentando o HDL ou “bom colesterol”, o álcool em doses moderadas possui um efeito vaso dilatador desobstruindo os vasos sanguíneos. Possui ação bactericida e provável antiviral. Os taninos, provenientes da casca da uva, preservam o sistema imunológico. Além disso, o vinho retarda o envelhecimento celular e orgânico. Os radicais livres do vinho contêm substâncias que retardam o envelhecimento celular e orgânico. O vinho ainda favorece as funções digestivas, aumentando o apetite.

Como podemos observar, não é mais possível ignorar essa dimensão histórica, científica, cultural, econômica e social do vinho. Bebida que desfruta ao longo da história de justificado prestígio, tanto pelo benefício para a saúde humana como por suas características alimentícias.

No Brasil, se consome atualmente menos de dois litros/pessoa/ano; enquanto que na Europa e em outros países da América Latina o consumo fica entre quarenta e sessenta litros.

Está mais do que na hora de adotarmos medidas mais arrojadas em política econômica. Isentando o vinho do IPI estaremos liberando a produção, garantindo competitividade internacional e protegendo o mercado nacional. Como já referi, esse benefício se traduzirá em mais renda, mais empregos e maior tranquilidade no campo.

Obrigado.

Escolas abertas no fim de semana

(Pronunciamento em 11 de agosto de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, registro uma medida que considero da maior importância e que penso ser das que devem ser repetidas pelo Brasil. Trata-se de uma decisão singela, mas muito profunda: 51 escolas, no Rio Grande do Sul, estarão permanentemente abertas aos finais de semana, e a meta é chegar a 600.

Uma escola tem tudo o que é necessário para dar aula, para ensinar, mantém a cozinha para fazer a merenda escolar, mantém a cancha de esportes para os esportes. As escolas mais bem aparelhadas têm um pátio coberto para o lazer. Isso tudo fica fechado às sextas-feiras à noite, aos sábados e aos domingos. Normalmente, roubos e assaltos são feitos nessas escolas. As pessoas que não têm o que fazer, numa personalidade doentia, quebram, derrubam muro e fazem o que tem de pior.

O ilustre Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, um jovem de grande visão e de grande competência, tomou uma decisão singela: reuniu a comunidade escolar, basicamente os alunos e os pais, e estabeleceu uma programação para cada fim de semana a ser definida pela vila.

Havia as mais variadas atividades: ginástica, música, dança, esporte, lazer. Na realidade, a escola transformou-se num clube, e dos melhores, para toda a família. A escola passou a ser o centro comunitário, o centro de discussão, de análise e de conhecimento de toda a família e, principalmente, um grande fator para evitar a violência e a radicalização nas vilas e nas favelas.

Quando o bravo Secretário José Fortunatti – que tive a alegria de visitar – mostrou-me o projeto, confesso que fiquei emocionado, mas pensei que levaria algum tempo até se adquirir esse espírito, até se formar essa convicção, até se criar esse hábito de as pessoas, em vez de se reunirem no botequim, no bar, no baile da favela, seja onde for, reunirem-se num ambiente aberto, cheio de luzes e de famílias – de crianças, pais e mães – que é a escola.

Fui informado de que essas pessoas receberam a notícia com emoção. As professoras não serão obrigadas a estar ali e fazer hora extra. Ali está o círculo de pais e mestres, a associação dos amigos do bairro, os moradores; mas muitas professoras compareceram espontaneamente para orientar, para coordenar, porque sentiram a importância, o peso e a seriedade do projeto.

Fico a pensar: em um País como o Brasil, onde há tantas coisas por fazer, uma atitude singela, simples, em que não se gasta um centavo, não se altera absolutamente nada, é capaz de transformar cinco mil elefantes brancos – que são as escolas nos sábados e domingos – que não serviam para absolutamente nada em cinco mil clubes de vizinhança, onde há alegria e lazer, onde serão formados clubes de teatro, de dança e música, terá coral e clube de futebol.

O secretário me disse: “A recepção foi impressionante, também a gama de idéias e a vontade dessa gente de fazer”. No final de semana de uma favela, o rapazinho que estuda de noite ou de dia não tem o que fazer em sua casa, nem na sua rua. Que chance têm essas crianças de ter um novo horizonte, uma perspectiva a mais?

Com esse projeto, essa perspectiva muda completamente. De repente, o jovem terá chance. Agora, coincidentemente, acontecem os Jogos Pan-Americanos em Santo Domingo. Eles assistem ao evento e conhecem o caso de gente simples que veio do zero e se transformou em homem de medalha de ouro; eles vêem quantas e quantas chances podem aparecer. Assim aprenderão a ter educação, a ter respeito, a ter um ambiente sadio, a ter perspectiva de vida onde haja um lar, onde haja amizade, onde haja respeito, onde haja afeto, onde haja compreensão.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

Também aqui surgirá, tenho certeza, uma quantidade enorme de projetos que já existem em Porto Alegre. Lá, foi criado um clube de voluntários, um serviço de voluntários gratuito. Em Porto Alegre, foi criado o Grupo Parceiros Voluntários. Iniciado pelo Dr. Jorge Gerdau Johannpeter, hoje é presidido por sua esposa, o projeto é espetacular, mas singelo. De um lado, estão as creches, as ruas, os bairros cujas comunidades passam necessidades; do outro lado, pessoas que têm tempo e que querem trabalhar, ajudar. Por exemplo, o contador que tenha quatro horas disponíveis por semana e possa ajudar informa sua disposição. Também aqui surgirá uma infinidade de voluntários, para colaborar, para dirigir, professores de canto, de dança, de música e professoras de esporte oferecerão sua ajuda.

Essa medida, meu bravo Secretário José Fortunatti, é espetacular. Felicito o Governo Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul, que com uma medida dessa natureza tem um novo alvo, faz algo realmente novo. Parece mentira, faz algo que, parece mentira, estava na nossa frente. Fui governador do estado e nunca apareceu diante de mim uma proposta maravilhosa como essa.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Pedro Simon, tive a oportunidade de conhecer o Secretário José Fortunatti que, se não me engano, foi deputado federal e, depois, vice-prefeito da capital. Quero parabenizar essa atitude brilhante do secretário de educação do Rio Grande do Sul, um primeiro caminho que deve ser copiado por todos os estados brasileiros. V. Ex^a disse bem: os voluntários surgirão, e tenho a certeza de que, além deles – esse apelo deveremos fazer – os empresários também poderão participar dessa grande idéia. Esse programa deve ser copiado não só pelos governadores, mas pelos prefeitos. São muitas as escolas brasileiras que podem funcionar aos sábados e domingos, em cada bairro, em cada rua, cidade ou recanto deste enorme País, servindo até como unidade da família, como forma de uni-la. De segunda a sexta-feira, está-se aprendendo, estudando. Por que não transformar a escola, nos sábados e domingos, em meio de valorização da família, patrocinar a união da família, de jovens que, muitas vezes, convivem durante quatro, cinco anos, e não conhecem nem os pais uns dos outros?

Leve o meu abraço ao Secretário José Fortunatti, pois sua idéia é simplesmente brilhante. Haveremos de copiá-la; pelo menos é isso que irei sugerir ao meu estado, a Paraíba. Parabéns a V. Ex^a por trazer ao nosso conhecimento a idéia brilhante do secretário, digna de ser seguida por todo o Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço demais o aparte de V. Ex^a.

Quero dizer uma coisa muito importante: conversando com o secretário e com o Governador Germano Rigotto, soube que tudo começou com as pesquisas que eles receberam. Quando há mais violência, inclusive com morte, tiros, brigas, lutas? No fim de semana, principalmente nas sextas-feiras e nos sábados à noite. Por que acontece isso? Porque essa mocidade não tem aonde ir, a não ser os caminhos que a levam ao bar, às danças diferentes, às drogas, aos caminhos que a levam por aí.

Foi baseado nisso que eles chegaram à conclusão de que não adiantava apenas a luta e o esforço para orientar os jovens se não lhes oferecessem algo de positivo, de concreto, alguma ocupação.

Esse clube, essa escola poderia reunir toda a família, estabelecer uma convivência, todos juntos estudando, tendo atividades; o jovem veria a mãe torcer pelo filho que está jogando, a emoção do pai ao ver a filha dançando música clássica, ver que aquela senhora que se imaginava não ter nada possuir uma voz e entrar para o coral. De repente, podem surgir valores, amizade e profundidade no entendimento.

Temos no Brasil uma grande televisão nacional, que unifica o Brasil inteiro, isso é bom, mas, ao mesmo tempo, esquece porque não tem como olhar para os bairros, para a cidade, para o interior do nosso Brasil. Se pretenderem e conseguirem junto a essas escolas rádios comunitárias, que possam defender, debater, analisar ter programação dessa gente, veremos surgir muitos talentos diferentes, muitas pessoas que estavam talhadas por nada encontrar um caminho.

Há uma jovem gaúcha, Marlova Noletto, representante da Unesco no Rio Grande do Sul, que é extraordinária, uma das mais competentes e mais capazes nessa área. Ela acompanhou e orientou o projeto que tem o apoio e o estímulo da Unesco. A Professora Marlova Noletto, é quem mais entende sobre essa matéria, no Brasil.

Por isso, meu amigo Governador Germano Rigotto, e meu bravo Secretário José Fortunatti, vejo aqui uma daquelas decisões espetaculares, na qual vale a imaginação, a criação, a vontade de buscar algo que é necessário. E fico a pensar: meu Deus, meu Deus, nesse Brasil, quanto tempo, quantas coisas podemos fazer praticamente com pouco. Quantas coisas podemos fazer, sem banco multinacional, sem fundo internacional, sem dólar, sem grandes empreendimentos, sem empreiteira; quantas coisas nosso povo é capaz de criar. E um Governo como o do PT, um Governo popular, acho que o Governo pode ver iniciativas desse tipo e outras tantas que são feitas, em muitos lugares do Brasil, para entender que os programas sociais do Governo são imensos e não dependem apenas de governo, apenas de dinheiro.

Muito obrigado.

Sérgio Vieira de Mello

(Pronunciamento em 22 de agosto de 2003.)

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, volto a esta tribuna para defender o projeto que apresentei para que o Senado Federal aprove uma moção endereçada aos organizadores do Prêmio Nobel, indicando Sérgio Vieira de Mello como candidato ao Prêmio Nobel da Paz deste ano.

Alguém havia nos informado que o Prêmio Nobel não era concedido *post mortem*, e, por conseguinte, não seria possível. Fui verificar e soube que existem antecedentes. Um presidente da ONU, no exercício do cargo de presidente da ONU, morreu num desastre de aviação e recebeu o Prêmio Nobel da Paz *post mortem*.

Nessas condições, parece-me que dificilmente se encontrará alguém que reúna melhores condições para ocupar a posição de Prêmio Nobel da Paz, neste ano, do que o ilustre cidadão do mundo Sérgio Vieira de Mello.

É interessante como a vida mexe com as pessoas e com os destinos, e como nem sempre aquilo que imaginamos é o que termina acontecendo.

Sérgio Vieira de Mello era filho de um embaixador brasileiro que, a rigor, preparou-o para também ser embaixador. Andou com o pai por vários países do mundo e seria natural o concurso para o Itamaraty. É verdade que seu pai foi cassado pela revolução e ele não seguiu os caminhos do Itamaraty. Vejam V. Ex^{as}, ingressou na diplomacia por via indireta. Ele não foi um representante diplomata brasileiro, mas,

desde muito tempo, trabalhou na ONU, serviu e se dedicou àquilo que o transformou num cidadão do mundo.

Olhando a sua biografia, ficamos impressionados com a maneira como ele coordenava os casos mais variados, dramáticos e difíceis, e ficamos a estranhar o êxito com que ele desenvolvia todas essas missões.

Ele foi escolhido pelo Secretário-Geral da Organização, Kofi Annan, em maio deste ano, para representante especial para o Iraque por um período que, inicialmente, seria de quatro meses, mas que logo seria prorrogado.

É interessante a frase que disse: “Não vi sentido algum em seguir a carreira no Itamaraty, naquele momento.”

Foi nomeado Chefe do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, seu último posto, no dia 12 de setembro de 2002, quando a Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou a indicação do Secretário-Geral Kofi Annan. Como funcionário, permaneceu no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados de 1969 a 1996. Sua extensa experiência em operações humanitárias e de manutenção da paz, seja no escritório em Genebra ou atuando em trabalho de campo – que o fascinava – fez com que se destacasse internacionalmente.

Desenvolveu missões difíceis em Bangladesh, Sudão, Chipre, Moçambique e Peru. Esteve no Líbano entre 1981 e 1983, durante a invasão israelense, como assessor das Forças de Paz da ONU. Foi nomeado também Enviado Especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no Camboja, e Diretor de Repatriação da Autoridade Provisória das Nações Unidas. Ocupou, em seguida, diversos postos de direção, em Genebra, antes de ser nomeado, em 1994, Diretor da Força de Proteção a Civis na ex-Iugoslávia, em plena guerra civil.

Em 1996, atuou como Coordenador Regional de Assuntos Humanitários das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos, na África, após o genocídio de Ruanda. Desenvolveu, nesse período, uma grande atração pelo continente africano, simpatia que se estendeu à Ásia quando passou dois meses de férias no Vietnã.

O êxito obtido em missões complexas e de natureza sensível fez com que Viera de Mello fosse indicado, em outubro de 1999, para o

cargo que o tornou um nome de grande prestígio popular em todo o mundo: administrador da transição de Timor Leste, ex-colônia de Portugal anexada pela Indonésia, para a independência e a democracia. Ficou amigo de Xanana Gusmão, o carismático líder daquele país, que teve, em sua fundação, a presença decisiva do brasileiro.

Sérgio Vieira de Mello, 55 anos, nasceu no Rio de Janeiro em 15 de março de 1948, onde ainda moram sua mãe, dona Gilda, de 83 anos, e a única irmã, Sônia. Estudou na França, onde recebeu o título de doutor em Filosofia e Ciências Humanas pela Universidade de Sorbone, Paris. Foi casado com uma francesa e era pai de dois filhos, Laurent e Adrian, que moram em Genebra.

Sérgio Vieira de Mello, no auge de sua carreira, morreu como um herói da paz, em plena atividade, em seu posto de trabalho.

A imprensa se manifestou, em manchetes, ao redor do mundo, como essas: “Mundo presta homenagem a Sérgio Vieira de Mello”; “Papa pede o fim da violência após o atentado de terça-feira”; “Vieira de Mello era um especialista em direitos humanos” (*Le Monde*); “Vieira de Mello era um homem habituado aos conflitos” (*El País*); “Vieira de Mello era um exemplo raro de embaixador” (*New York Times*); “Vieira de Mello foi um dos mais talentosos embaixadores da ONU” (*Financial Times*); “Indonésia lamenta morte de Vieira de Mello”; “Vieira de Mello falou pelo celular com assessor e pediu água”.

Os jornais brasileiros deram destaque ao atentado com as seguintes manchetes: “Atentado mata no Iraque o herói brasileiro da paz” (*Jornal do Brasil*); “Ataque com bomba em Bagdá mata brasileiro chefe da ONU” (*Folha de S.Paulo*); “A morte do brasileiro da paz” (*Zero Hora*); “Terror mata diplomata brasileiro, humilha a ONU e afronta os EUA” (*Correio Braziliense*); “Guerra à paz” (*O Globo*).

Por sua dedicação às causas humanitárias e à democracia, por seu amor aos povos oprimidos pela guerra, nos mais diferentes e distantes pontos do planeta, Sérgio Vieira de Mello se transformou, com seu sacrifício, em Mártir da Paz e Mártir da Justiça, por isso defendemos o seu nome para o Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Sr. Presidente, acho emocionante a vida desse cidadão. Volto a repetir que o destino reserva às pessoas algo a que, talvez, elas não imaginem chegar.

Esse homem se transformou num profissional da paz. As atuações burocráticas na embaixada e nos negócios comerciais não eram a sua especialidade. A sua especialidade era ir aos lados mais conflitantes, como em Kosovo, na hora mais difícil e dramática, para buscar o entendimento. E o encontrava, bem como a paz. E fazia o entendimento.

Esse homem morreu e isso é algo que tem que ser analisado com a profundidade que merece. Esse homem não morreu a serviço do Brasil, ele não estava servindo o seu País. A rigor, ele não morreu a serviço da ONU, não morreu num serviço pessoal, mas numa causa dedicada à paz da humanidade. Morreu em defesa de uma causa que, desgraçadamente, neste terceiro milênio que começamos tão tristemente, estamos longe de alcançar. Esse homem era um amante da paz.

É interessante que ele foi sempre contra a intervenção dos Estados Unidos no Iraque. É interessante que ele defendia, em uma última entrevista antes de morrer, que as tropas americanas deviam se retirar o mais breve possível do Iraque, e que forças de paz deveriam estar ali. Dizia ele: “Como é que eu me sentiria sabendo que tropas e tanques invasores estavam na praia de Copacabana? É assim que se sentem os iraquianos”. Ele defendia essa tese e se esforçava nesse sentido.

Apesar de lá estarem os americanos, ele estava lá em nome da ONU, com a equipe da ONU, tentando fazer a transição, preparando o caminho para o afastamento das tropas americanas do Iraque e a entrada das forças internacionais de paz. Esse era o seu trabalho. Esse era o seu esforço.

O impressionante é que ele sai como herói de todos os lugares por onde passa. Na independência da antiga colônia portuguesa, quando, depois de uma luta interminável, Portugal conseguiu dar a independência, foi ele quem fez todo o diálogo, todo o entendimento para que isso fosse feito de forma pacífica. O mesmo não aconteceu em outras colônias que se tornaram independentes. Ali, não, pois ele conseguiu, com paz, com alegria, com tranqüilidade, com respeito, ser o herói da independência, da transformação e da eleição do novo presidente.

É por isso, Sr. Presidente, que, neste mundo, onde temos tão

poucas pessoas com o pensamento voltado para o mundo – vejo tão poucas – tenho respeito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Vi nele um esforço enorme no sentido de que a ONU fosse a responsável pelos acontecimentos no Iraque, para que não ocorresse isso que foi, não uma guerra, mas um massacre estúpido e desnecessário. Ele lutou no Conselho da ONU e teve a competência de conseguir que até aliados que os americanos tinham como certo, como o Chile, por exemplo, como o México e o Canadá, seus vizinhos, na hora de votarem no Conselho das Nações Unidas, votassem contra a intervenção dos americanos no Iraque. Por isso os americanos largaram a intervenção e partiram diretamente, sem ouvirem o pensamento da ONU.

Nesse contexto todo, Sérgio Vieira de Mello era a pessoa do bom senso, era a pessoa do equilíbrio, era a pessoa do diálogo.

Por isso, Sr. Presidente, este ano começou tão mal, este milênio começou, tristemente, com tantas dificuldades! E nós, que imaginávamos que, com a Queda do Muro de Berlim, com o término do comunismo, com o término da Guerra Fria, com o desaparecimento do Leste Europeu, praticamente teríamos um mundo em paz, sem conflitos maiores, que achávamos que o caminho estava encontrado, verificamos que, na verdade, durante 50 anos, metade da humanidade fez o papel de bobo. Porque todos os conflitos – o Muro de Berlim, a luta contra o comunismo – tudo aquilo fazia parte de um contexto em que, de certa forma, às vezes, União Soviética e Estados Unidos buscavam os mesmos interesses, buscavam aquele estilo de guerra de conquista, em guerras como a da Coreia e a do Vietnã e nas lutas que travaram, que serviram para aumentar tremendamente os armamentos americanos, modernizar fantasticamente a indústria bélica do mundo e fazer com que, hoje, praticamente, como nunca na História do mundo – nem na época do Império Romano – o mundo esteja tão monoliticamente ligado a uma nação: a americana.

Em meio a esse contexto, estava o Presidente da ONU, defendendo uma tese. O americano foi lá, e errou, não deveria ter ido. Estão publicados dados, na Inglaterra, de que o Primeiro-Ministro da Inglaterra mentiu, assim como o secretário americano também mentiu ao dar números e idéias falsas para fazerem o conflito.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concederei, em breve, o aparte a V. Ex^a.

Diz-se que terminou a guerra. Mas, se terminou, se eles já ganharam, não provaram. Não encontraram armas, não encontram absolutamente nada. Ficou provado que foi uma estupidez, e que o que a ONU queria fazer – enviar mais pessoas para fiscalizar – teria resolvido pacificamente o problema. A essa altura, o que o nosso Sérgio Vieira de Mello defendia era a retirada das tropas americanas e a entrada das tropas da ONU.

Reparem como, desde a primeira hora até agora, Sérgio Vieira de Mello estava com a grande causa. Era uma pessoa simples, não era vaidoso, nunca veio para o Brasil para receber títulos, para fazer favores. Nós, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o convidamos para vir prestar depoimento e ele disse que, se possível, viria, só que não poderia vir antes de ocupar a sua posição no Iraque e ver o que aconteceria lá. Esse homem, com essa singeleza, esse homem simples, esse cidadão do mundo, morreu. Emocionante a frieza e a firmeza até na hora da morte. A bomba explodiu ali onde ele estava, e ele ficou debaixo dos destroços. As vigas quebraram-lhe as pernas e o impediram de caminhar, de se arrastar. Ele conseguiu pegar o telefone celular e se comunicar: “Eu estou aqui. Não consigo me arrastar porque as pernas estão presas”. E até água ele recebeu. Durante duas horas ele esteve ali. Que pensamento, meu Deus, pode passar no cérebro de uma pessoa numa hora como essa! Ali, aos poucos, o telefone parando, a água não vindo mais, as pessoas tentando chegar lá, e, quando chegaram, já era tarde.

Não tenho nenhuma dúvida de que esse homem morreu em paz. Eu não tenho dúvida até pela maneira como ele falou, as palavras que ele falou, os pedidos que fez às pessoas com quem falou. Não eram palavras de ódio nem de revolta, era apenas um apelo no sentido de que, se possível, ele fosse auxiliado, porque ele queria sobreviver.

Pois não, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, não tenho o hábito de apartear-lo com freqüência. Tenho o hábito de ouvi-lo. Aparteando-o, creio que empalideço o discurso de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não apoiado, Senador, de forma alguma!

O Sr. *Edison Lobão* (PFL – MA) – Ouvindo-o, aprendo. O que V. Ex^a hoje propõe é uma medida de extrema justiça no meu entendimento. O Embaixador Vieira de Mello, em verdade, jamais se interessou por aquilo que, no Itamaraty, se chama, jocosamente, de “Circuito Elizabeth Arden”, ou seja, as Embaixadas de Roma, Paris e Londres. Realmente, ele esteve todo tempo a serviço de causas desconfortáveis, sim, mas grandiosas na sua destinação. Vieira de Mello foi, por assim dizer, já pelo relato que faz V. Ex^a, um peregrino da paz. Ele esteve com o seu diploma de “embaixador itinerante” sempre à disposição das grandes causas da humanidade. O título, portanto, que V. Ex^a propõe a ele, que teve sua vida imolada em benefício da humanidade, é de extrema justiça. Que ele seja, portanto, considerado merecedor do Prêmio Nobel da Paz. Cumprimentos a V. Ex^a pela iniciativa. Oxalá ela possa frutificar!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a pela gentileza do aparte.

O Secretário-Geral da ONU, ao empossar o brasileiro no cargo de encarregado dos negócios da ONU junto ao Iraque, disse:

Ninguém possui mais experiência neste domínio. Para que possamos nos organizar, ficar operacionais e sermos eficazes imediatamente precisávamos de alguém que fosse capaz de meter mãos à obra e de lançar a operação, na sua fase inicial. Espero que Sérgio tenha o apoio de todos os Estados-Membros, e estou certo de que o seu trabalho, com a autoridade da coligação em Bagdá e com todos os outros grupos no Iraque, será frutuoso.

Ao agradecer a indicação, Vieira de Mello responde:

Como todos tão bem sabemos, o povo iraquiano sofreu muito, sofreu demasiado. Chegou a hora de todos nós – os iraquianos, em primeiro lugar, a Autoridade da coligação das Nações Unidas – nos juntarmos para pôr termo ao seu sofrimento e permitir que, como pede a Resolução do Conselho de Segurança, o povo iraquiano tome o seu destino nas suas próprias mãos, o mais rapidamente possível. Não devemos falhar. O respeito pelos direitos humanos constitui o único alicerce sólido da paz e do desenvolvimento sustentáveis.

Não sei, Sr. Presidente, mas, olhando para trás, vemos que pessoas extraordinárias, fantásticas, em momentos importantes e significativos, receberam o Prêmio Nobel da Paz. Mas vejam a coincidência

dos fatos: um milênio que imaginávamos ser o da reconstrução iniciou com guerra, com ódio, com violência. Uma pessoa que não está a serviço da pátria ou de seu trabalho, mas do mundo, um cidadão do mundo, sofre um atentado. Na verdade, Sérgio Vieira de Mello era um apóstolo andando pelo mundo onde era chamado, onde a liberdade estava em dúvida, onde os problemas sociais eram questionados, onde era necessária a presença do equilíbrio e do bom-senso.

Sérgio Vieira de Mello, em nome da ONU, era um apelo à paz. E o interessante é que a ONU, dividida entre americanos e ingleses, de um lado, e franceses e alemães, de outro, se uniu em torno de Sérgio Vieira de Mello. Todos foram unânimes em dizer que a escolha dele foi a mais feliz possível. E coisa estranha, Sérgio Vieira de Mello era a esperança do Iraque para que as tropas americanas se retirassem, para que se revivesse o clima de paz, e foi morto exatamente ele, talvez a pessoa que o povo iraquiano e árabe, na minha opinião, menos desejasse que sofresse o atentado.

Não tenho dúvida de que o exemplo dele servirá muito para todos nós. Por isso, Sr. Presidente, não é com a vaidade de ser brasileiro – seria até ridículo da minha parte – não é em nome do povo brasileiro, porque acho que o cidadão é da Humanidade, é que estamos indicando para Prêmio Nobel da Paz um cidadão do mundo, um cidadão que caiu, que tombou, lutando pela paz, mas não ocasionalmente. Foi um homem que lutou pela paz permanentemente. Foram 40 anos de vida. Onde havia problema, drama, dificuldade, necessidade, lá estava ele. Por isso, penso que justiça farão os responsáveis pela indicação do Prêmio. E, em meio à tristeza, as festas pela indicação e pela recepção do Prêmio pelos filhos serão, talvez, o momento de reconstrução. E, talvez, neste milênio, que ainda não teve um instante de paz e de reconstrução, seja a primeira semente lançada para o milênio que desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Jornada Literária de Passo Fundo

(Pronunciamento em 28 de agosto de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, teve início no dia 26 de agosto, na cidade gaúcha de Passo Fundo, a Décima Jornada Nacional de Literatura. Trata-se de um dos maiores acontecimentos literários do Brasil e da América Latina. Não é um evento comercial, como as grandes feiras de livros e bienais que ocorrem em todo o mundo. Em Passo Fundo, reúnem-se milhares de pessoas para cultivar o livro. Centenas de escritores, críticos e jornalistas falam – em seminários e palestras – para milhares de pessoas reunidas nos muitos palcos da jornada. Mas nem só os adultos têm vez. Também são convidados autores de livros para jovens e crianças. Antecipadamente, os jovens e crianças da cidade e da região lêem os livros dos autores que serão convidados para a jornada. Assim, cria-se uma grande expectativa para a chegada dos autores e, depois, uma participação maciça dos jovens nos seminários.

Falando na sessão de abertura, a criadora e coordenadora das Jornadas Literárias, a professora Tânia Rösing, agradeceu aos profissionais que, mesmo não estando presentes no momento, ajudaram na construção do grande complexo que é o Circo da Cultura. “Eles não estão aqui, mas merecem ser lembrados”, afirmou a professora.

O *show* de abertura coube à Companhia de Espetáculos da Universidade de Passo Fundo (UPF), que utilizou figuras clássicas do circo e bonecos gigantes representando os cinco continentes, transmitindo a idéia da união de culturas. A cada ano é maior o número de escritores estrangeiros convidados e, assim, cresce a fama interna-

cional de Passo Fundo como cidade sede de um evento cultural sem paralelo, seja na grandeza dos números, seja na sua peculiaridade de acontecimento não-comercial.

O Ministro da Educação, Cristovam Buarque, presente à abertura, considerou quase um milagre o fato de a jornada reunir tantas pessoas para falar de literatura. “Sonho com o dia em que o Brasil será um imenso Passo Fundo, onde todos farão o que está sendo feito aqui”, declarou Cristovam Buarque.

Também o nosso Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, esteve por lá e lembrou que é preciso criar hábitos de leitura para enraizar na população o amor pelos livros. Disse Germano Rigotto: “Fico orgulhoso em saber que uma jornada com essa importância é realizada em nosso Estado, por iniciativa da nossa gente”. Pois bem, aqui em Brasília, da tribuna do Senado, digo o mesmo: orgulho-me de que as jornadas de Passo Fundo sejam uma realização do povo gaúcho, uma demonstração do apreço que nós temos pela literatura, pela cultura, pela arte.

A jornada deste ano se estenderá de 26 a 29 de agosto. Durante esses quatro dias, milhares de pessoas vão prestigiar mais de uma centena de autores nacionais e estrangeiros que estarão falando, em dezenas de palestras, sempre para públicos inimagináveis em atos literários. Os grandes jornais e emissoras do País finalmente reconhecem a grandeza das jornadas e vêm dedicando seus noticiários para divulgar o acontecimento gaúcho. Quero destacar também a excelente cobertura que a TV Senado dá àquela jornada.

Para participar das jornadas, as pessoas precisam fazer suas inscrições com grande antecedência. Já nos primeiros dias se esgotam as vagas. Os hotéis de Passo Fundo ficam lotados. Milhares de inscrições de professores de vários pontos do País são recusadas porque não há mais hospedagem nem vagas nos auditórios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Jornada Literária Nacional de Passo Fundo nasceu em 1981, numa conversa entre a professora Tânia Rosing e o nosso grande escritor Josué Guimarães. Segundo a professora Tânia, tudo começou quando ela se lamentou – para Josué Guimarães – da mesmice das aulas e disse que gostaria de fazer um evento literário em Passo Fundo, mas não acreditava que escritores de Porto Alegre fossem se locomover até lá. Josué Guimarães em-

polgou-se com a idéia e convenceu vários autores a participarem do primeiro encontro, que reuniu cerca de 750 pessoas. No ano seguinte, o número de participantes cresceu para 1.300 pessoas, aí já com a presença de escritores nacionais. Nunca mais, o evento deixou de crescer explosivamente.

Entre os acontecimentos da Jornada Literária Nacional, destaca-se a concessão do prêmio Passo Fundo *Zaffari & Bourbon* de Literatura, a maior premiação do gênero no Brasil, que dá cem mil reais ao autor da melhor obra literária publicada no ano anterior. Agora, em 2003, o Prêmio coube ao escritor gaúcho Plínio Cabral. Além de ser um prêmio de elevado valor financeiro, ele colabora para a divulgação da obra dos autores escolhidos.

Quero ressaltar, mais uma vez, que o objetivo primordial da jornada não é a venda de livros, como nas feiras de livros e também nas bienais de literatura. O foco é o encontro do público leitor com os escritores, em debates, seminários e cursos sobre literatura, linguagem e leitura.

A preparação do encontro começa com a leitura e a discussão das obras dos escritores que, no encontro, estarão em Passo Fundo. No primeiro semestre, ocorre a pré-jornada, com um grupo de professores percorrendo dezenas de municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo falando sobre autores e organizando grupos de leitura e discussão antecipada de livros. Assim, é garantido o diálogo do público com os escritores durante a jornada.

Para realizar a Jornada Literária, a cidade de Passo Fundo se mobiliza por inteiro. A equipe organizadora é integrada por pessoas movidas pela paixão pelo livro. A população também se envolve maciçamente, ajudando no que pode.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como seria bom se outras cidades seguissem o exemplo de Passo Fundo! Este ano, no mês passado, foi a vez de Parati, no Estado do Rio de Janeiro. Também houve por lá uma movimentada jornada literária. Espero agora que outros estados venham se juntar a Passo Fundo e Parati nesse esforço monumental que o Brasil tem de fazer para se transformar num País de ponta também na área da cultura.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Metade Sul do Rio Grande

(Pronunciamento em 1º de setembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, inicialmente falarei um pouco sobre o meu Estado.

Na semana passada, falei desta tribuna sobre extraordinária realização da cidade de Passo Fundo, que viveu em cima da literatura e dos livros, um exemplo que o mundo inteiro está analisando.

De todo o mundo vêm representações conhecer e admirar o que vale e como é possível, querendo, transformar uma sociedade. O que Passo Fundo está mostrando, pela competência das entidades municipais, sem apoio maior de quem quer que seja – a cidade inteira está aprendendo a ler, conhecer e debater – é um campo de experiência para o Brasil e todo o mundo.

Lá estive o Ministro da Cultura, e a informação que tenho é a de que S. Ex^a ficou boquiaberto. Na oportunidade, S. Ex^a disse que aquela era uma experiência no setor mais significativa a que havia assistido. Também o Senado lá compareceu e teve uma participação importante e muito elogiada por todos os que lá estavam.

Sr. Presidente, apresentei um projeto de lei que cria a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, que conta com 98 Municípios, bem como uma proposta de emenda à Constituição que estende a essa mesorregião os meios para o desenvolvimento econômico e social que, hoje, são assegurados pela Constituição às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O objetivo final da PEC é possibilitar a criação do Fundo Constitucional de Financiamento da Mesorregião Metade Sul do Estado do

Rio Grande do Sul, propiciando a recuperação e a integração daquele espaço aos cenários nacional e estadual.

É uma matéria já apresentada, já discutida, na Câmara dos Deputados pelo falecido Deputado Nelson Markezan e hoje pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho. Eu, desde o meu primeiro mandato nesta Casa, venho me preocupando com essa matéria, Sr. Presidente.

Já o projeto visa autorizar o Poder Executivo a criar – para efeitos de articulação da ação administrativa da União e do Estado do Rio Grande do Sul – a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, os brasileiros de todos os rincões costumam associar a palavra pampa a todo o Rio Grande do Sul. Para quem conhece o nosso estado, os intermináveis campos verdes do pampa são o cenário único do extremo sul. Não é verdade. O Rio Grande do Sul tem uma geografia variada, com serras, planalto e um extenso litoral. Mas são os campos verdes intermináveis, só de longe em longe marcados por coxilhas, que estão indissolivelmente associados à imagem do Rio Grande do Sul.

No inconsciente dos brasileiros, o pampa está também ligado a uma noção de riqueza, de abundância e de fartura. Mas essa é uma falsa imagem, como veremos neste pronunciamento.

Se estabelecermos uma linha imaginária cortando o Rio Grande do Sul ao centro, perceberemos que as extensas planícies verdes – os pampas – ocorrem na metade sul do nosso Estado.

No entanto, aquela não é uma região de fartura e de riqueza. Muito pelo contrário. Na metade sul está concentrada a maioria dos pobres municípios do nosso estado.

Eu diria mais: em muitos dos municípios daquele belíssimo cenário, os indicadores sociais são semelhantes aos registrados nas regiões mais pobres do País. São índices similares aos existentes, por exemplo, nas zonas mais áridas do Nordeste, nas áreas que o imaginário brasileiro associou sempre à pobreza e a dificuldades.

Vou dar aqui apenas um rápido exemplo. Recentemente, matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, sobre os péssimos indicadores sociais da metade sul, informa que no Município mais pobre daquela região, Santana da Boa Vista, a renda familiar *per capita* era de 0,47 salário mínimo, em 1990, segundo dados do PNUD (Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento). Já a média dos municípios do Nordeste brasileiro era de 0,64 salário mínimo.

Portanto, a renda de Santana da Boa Vista era 1/3 inferior que a dos municípios pobres do Nordeste.

Mas eu posso acrescentar outro dado impressionante. Nas três cidades localizadas na estreita faixa de terra que separa o continente do mar, São José do Norte, Tavares e Mostardas, a taxa de analfabetismo é da ordem de 26%, enquanto a média do estado é de 10%. Naqueles três municípios apenas um quarto das residências conta com água encanada.

Srs. Parlamentares, os primeiros ciclos de riqueza no Sul, o do couro e, posteriormente, o da carne tiveram como cenário o pampa. Foi naqueles campos largos que surgiu a nossa colonização. Os brasileiros que leram *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo, conhecem bastante bem aquele processo, magistralmente descrito pelo nosso maior romancista. Os campos, inicialmente, foram distribuídos entre os que lutaram nas guerras com as nações limítrofes. Surgiram, então, as grandes fazendas. Nas imensidões verdes, com fartura de água e de alimentos, prosperou a criação de gado.

No final do século XVIII, surge na cidade de Pelotas, criada por um cearense, a primeira charqueada. Usando método semelhante ao que era usado no Norte para preparar a carne de sol, as charqueadas começam a produzir a carne salgada – também conhecida como charque – que seria vendida para outros estados. Tem início, então, o ciclo da carne que faria a riqueza do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

A decadência do pampa, porém, começaria nos anos vinte do século passado, a partir do que se convencionou chamar de “crise do charque”. Essa crise acabaria por determinar, nos anos 30, a quebra do Banco Pelotense, um dos maiores do País à época e que reunia a poupança e os investimentos dos pecuaristas do sul do estado.

Vejamos os números da crise do charque. Em 1920 e 1921, o Rio Grande do Sul exportou, respectivamente, 24 e 32 mil toneladas de carne congelada. Em 1922, esse total caiu para apenas duas toneladas. A exportação de carnes em conserva despencou de 16 mil toneladas, em 1919, para 1,6 tonelada, em 1921. O preço do charque, entre 1919 e 1922, desabou quase 90%. Mais adiante, em função da

crise de 1929, no mundo inteiro as exportações de carne congelada sofreriam outro pesado golpe.

Em virtude dessa crise, em 1931, o Banco Pelotense solicitou sua liquidação. Criado em 1906, aquele banco instalou-se nas maiores cidades do estado, muitas delas na zona fronteira, cuja economia estava concentrada na pecuária. A partir de 1912, o banco estendeu suas atividades à zona colonial. Em 1919, expandiu-se para outros estados, e, desde 1925, passou a ser o banco gaúcho com maior volume em depósitos. Segundo alguns historiadores, o banco também faliu em função de medidas adotadas por Getúlio Vargas, que criou o Bando do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, e transferiu para ele recursos de órgãos estaduais, que estavam antes no Banco Pelotense.

Mas há ainda outro fator importante no declínio da região, sobre o qual pouco se fala, mas que é tão determinante quanto os demais. Desde a época do Império, a zona fronteira com Uruguai e Argentina foi motivo de forte preocupação do poder central. Desde os anos 1930, várias leis federais restringiam o estabelecimento de empreendimentos naquela zona, mais especificamente num trecho de cem quilômetros a partir da linha divisória. Surgiu o que se chamava de “Faixa de Fronteira”. Qualquer iniciativa ali teria de ser autorizada pelo poder central. Nunca foi dito claramente, mas a verdade é que essas leis tiveram origem no temor da eclosão de uma guerra com a Argentina. Temia-se que, havendo um conflito armado, grandes indústrias se transformassem em alvos fáceis. Essas leis restritivas foram sendo renovadas, inclusive com a ampliação da área, em 1937, para cento e cinquenta quilômetros.

Além disso, como herança de um passado de disputas fronteiriças no passado colonial, a zona fronteira do Rio Grande do Sul teve sempre – e ainda tem – um número expressivo de guarnições militares, espalhadas por todas as suas cidades. Essa preocupação com uma guerra improvável fez com que, por décadas, a União impedisse, na prática, que a parte Sul se desenvolvesse no mesmo ritmo que outras zonas do estado.

Até há alguns anos, 50% do exército brasileiro estava concentrado na região fronteira entre o Brasil e a Argentina, onde foi proibido ter energia, fábrica, luz e qualquer tipo de atividade produtiva.

O que estou afirmando aqui é que, em função de uma política nacional estratégica errada, de uma política de estado, a zona fronteira do Rio Grande do Sul ficou compulsoriamente de fora da rota de investimentos industriais e agrícolas que conduziram a outra “metade” do estado, a parte norte, ao desenvolvimento.

Eu diria que o auge dessa preocupação bélica ocorreu durante o regime militar. Nos anos 60 e 70, no Brasil e na Argentina, vivíamos sob regimes arbitrários de direita, que mantinham mútua desconfiança. Pode parecer folclórico, mas eu tenho que lembrar aqui o fato de a bitola das ferrovias brasileiras ser, deliberadamente, mais estreita do que a Argentina, justamente para evitar a entrada em nosso País de trens carregados com soldados invasores.

A bitola de trens da Argentina é bitola larga; a bitola de trens do Brasil é bitola larga; a bitola de trens no Rio Grande do Sul é bitola estreita, para impedir que, se houvesse uma guerra, as tropas argentinas pudessem entrar no Brasil pelo Rio Grande do Sul.

Também me lembro do caso de um governador de uma província argentina limítrofe que construiu um túnel para se ligar ao Brasil. Pela lei federal argentina, ele não poderia construir uma ponte sobre um rio, solução que seria bem barata. Assim, teve que fazer o túnel, muitas vezes mais caro.

Há também quem considere entre as causas da crise do sul do Rio Grande a estrutura fundiária, porque, em boa parte da metade sul, prevalece o latifúndio. Mas não quero inseri-la neste pronunciamento. Em várias daquelas cidades, predomina o minifúndio.

Em resumo, com o declínio da pecuária, com a quebra do banco pelotense e com a proibição de indústrias nas proximidades da fronteira, a zona do Pampa – e, por extensão, toda a metade sul – foi ficando à margem do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, que se deu, principalmente, na parte setentrional do estado, ao norte de Porto Alegre.

Vou apresentar alguns números dramáticos:

Em 1890, a metade sul contava com 52% dos habitantes do estado. Em 1991, apenas 25% dos gaúchos residiam na região. Diminuiu pela metade a população da metade sul.

Em 1920, os residentes da metade sul correspondiam a 42% da população economicamente ativa (PEA) do estado. Em 1980, haviam caído para apenas 24% da PEA.

Em 1930, a metade sul contribuía com 38% do PIB do estado. Em 1980, sua participação havia caído para 23%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vim aqui apenas mostrar como e por que essa terra tão rica chegou a situação tão calamitosa. Na verdade, estou aqui nesta tribuna para propor uma solução. Estou apresentando agora proposta de emenda constitucional que tem como objetivo possibilitar a criação do fundo constitucional de financiamento dessa região, com recursos, creio eu, que poderiam propiciar a recuperação e a integração daquela extensa área, fazendo com que ela atinja níveis semelhantes ao que hoje atinge a parte norte do estado, que ela possa amanhã ser o que ela foi ontem; e ela tem condições, repito, de voltar a sê-lo amanhã.

Pretendo assegurar os recursos para o desenvolvimento econômico e social das zonas de fronteira, a partir da concessão de financiamentos a empreendedores daquela região. O fundo constitucional de financiamento contará com uma fonte permanente de recursos proveniente da arrecadação do Imposto de Renda e outros. Esses recursos serão repassados a instituições financeiras operadoras tais como o Bando do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Acredito que estas propostas serão o marco inicial da recuperação dessa extensa área do Rio Grande do Sul. Sempre considereei que o resgate das regiões de fronteiras seria uma tarefa tão gigantesca que não poderia ficar apenas no âmbito administrativo estadual. Esse resgate exige políticas e ações de cunho nacional, uma vez que um dos maiores objetivos da União – por meio do desenvolvimento econômico-social – é a redução das disparidades regionais.

Sr. Presidente, sei que contarei com o apoio da maioria dos Senadores de outros estados. Sei que essa região é fundamental para o desenvolvimento do Mercosul. O Brasil tem uma grande dívida para com a população da nossa zona de fronteira em especial no Rio Grande do Sul. Foi aquela gente que, com o seu trabalho, com o seu sangue, garantiu no passado as nossas fronteiras. Minhas propostas, julgo, poderão resgatar o débito que temos com aquela brava gente brasileira.

Ora, Sr. Presidente, eu posso lhe dizer: essa região a que me refiro, meu querido Senador Mão Santa, é a mais próspera do Rio Grande e

das mais prósperas do Brasil. Essa região, à época que o charque era o grande produto de exportação do Brasil, era muito mais importante que Porto Alegre. Pelotas era uma metrópole. As grandes companhias de dança saíam de Paris, iam ao Rio de Janeiro, a Pelotas, mas não iam a Porto Alegre, e de lá a Buenos Aires. Naquela região, os filhos da elite estudavam na Europa. Na região nordeste do estado, de onde venho, Caxias do Sul, havia montanhas praticamente sem população.

Por que essas mudanças? Por que essa transformação? Essa transformação foi fruto dessa política. Não sei onde nasceu.

Como Ministro da Agricultura do então Presidente José Sarney e como Governador do Rio Grande do Sul, tive, modéstia à parte, participação muito importante na criação do Mercosul. O Mercosul começou num início de amizade e de diálogo franco entre o Brasil e a Argentina. Até então, Brasil e Argentina, frutos de uma política que, na minha opinião, nasceu no norte, eram tidos como adversários irreversíveis. A tese era a de que, mais dia, menos dia, Brasil e Argentina travariam uma guerra pela supremacia na América do Sul. Por causa disso, metade do Exército brasileiro, durante mais de cem anos, estava na fronteira do Brasil com a Argentina. Aquela região foi proibida de ter energia, de ter indústria, de ter fábrica, de crescer, de se desenvolver porque se dizia que, mais dia, menos dia, haveria guerra e aquela região seria campo de ocupação dos nossos adversários. Essa foi a triste realidade que encontramos. Diga-se de passagem, o mesmo acontecia do lado de lá. A zona norte da Argentina, os estados que têm fronteira conosco e com o Paraná também são pobres; também são regiões que Buenos Aires não deixou crescer. E eles como nós.

Em todo o Brasil, os trens têm bitola larga; na Argentina, a bitola é larga; no Rio Grande do Sul, a bitola é estreita. A bitola é estreita para quê? Para que na hora da invasão, os argentinos não aproveitassem os trilhos brasileiros para entrar no Brasil. E lá na Argentina, uma determinada região ficou isolada do resto da Argentina por causa de um rio e próxima do Rio Grande do Sul. Então o que eles fizeram? Proibiram aquela região de ter uma ponte; não deixavam construir uma ponte. O Governo não construiu uma ponte. Eles ficavam lá isolados porque o Governo não admitia ponte que pudesse facilitar a entrada dos brasileiros. Então os governadores se reuniram.

Fiquei sabendo de algo interessante: as províncias argentinas têm muito mais autonomia do que os estados brasileiros. O que fizeram essas províncias? Um túnel por baixo da água para unir essa cidade isolada às regiões que levavam ao Rio Grande do Sul. E por que fizeram um túnel, perguntava eu? A convite dos governadores de lá, fui a uma reunião entre eles e os governadores do sul do Brasil. Andei por aquele túnel e fiquei boquiaberto. Olhei, revi e pensei: por que não uma ponte? Por que esse túnel? E eu ficava com vergonha de perguntar. Talvez dessem uma resposta e eu estaria fazendo uma besteira. Porém, no fim da visita, não me contive e perguntei: “Perdoem-me, mas por que construir um túnel e não uma ponte?” Responderam: “Construímos um túnel porque, pela legislação argentina, as margens do rio são propriedade da União e o fundo do rio é propriedade da província. Como a União não fez a ponte por cima, fizemos o túnel por baixo”. Portanto, na Argentina existia e ainda existe essa posição.

Atualmente, quando falamos em Mercosul e integração, quando queremos responder à Alca, não há dúvida de que a região mais provável de se desenvolver, de crescer e de avançar abrange a Argentina, o Chile, o Paraguai, o Uruguai, o Brasil e, no sul do País, o Rio Grande do Sul. Por essas razões, não podemos abandonar a região. Se não tomarmos uma providência, poderá haver uma explosão de desenvolvimento. Daqui a pouco, haverá uma abertura de mercado, e a Argentina exportará carne, frutas, vinho e trigo para o Brasil, embora tenhamos esses produtos – quando digo nós, refiro-me ao Rio Grande do Sul – ou seja, exportará praticamente tudo o que brasileiros e argentinos igualmente produzem. Portanto, precisamos preparar o Rio Grande do Sul para ter condições de se adaptar ao desenvolvimento. Não estamos pedindo caridade. As pessoas daquela região estão acostumadas a trabalhar e têm condições para fazê-lo; têm garra e têm vontade. Não queremos uma esmola do Governo Federal para um pedaço do Rio Grande do Sul. Não queremos receber mensalmente uma cesta de alimentos. Não queremos receber nada que seja dado com o intuito de deixar o cidadão parado, sem trabalhar. Queremos que nos sejam dadas condições de trabalho e que haja propostas objetivas e reais no sentido de buscar o desenvolvimento.

Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, busquei criar um distrito numa região que reúne o Uruguai, o Brasil e a Argentina. Infelizmente, o projeto não foi adiante.

Assinamos o acordo para construção do gasoduto Brasil – Argentina, que já deveria estar pronto. Entretanto, o Governo resolveu fazer primeiro o gasoduto Brasil – Bolívia, pagando em dólar. E só agora está construindo o gasoduto Brasil – Argentina.

Desenvolvemos atividades tendo em vista a importância de criarmos formas de desenvolvimento para o Brasil, a Argentina e o Uruguai, de modo que possam trabalhar juntos, a fim de que aquela região se desenvolva.

Não estou citando mais um caso dramático de uma região dramática para a qual peço caridade, mas discorrendo sobre um quadro dramático de uma região que está numa situação difícil, mas tem todas as condições de melhorar. Digo mais: está nessa situação porque o Governo Federal nos impôs sacrifícios, nos esmagou. É triste dizer, mas, durante grande parte desse período, o Presidente da República era o Dr. Getúlio Vargas, gaúcho de São Borja, na fronteira com a Argentina. Na década de 30, o Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, elaborou muitas leis tentando evitar que na luta Brasil – Argentina o Brasil fosse invadido passando pelo Rio Grande do Sul.

Por isso, penso que é preciso fazer esse estudo, essa análise, essa interpretação e oferecer uma fórmula de crescimento, propiciar um esquema de produção de frutas, de legumes e de cereais e aperfeiçoar a criação de gado ou tomar outras providências. Assim, teremos condições de fazer com que essa metade do Rio Grande do Sul humilhada, machucada, chocada, transforme-se numa grande região do nosso País.

Muito obrigado.

Transposição do Rio São Francisco

(Pronunciamento em 4 de setembro de 2003.)

Senhor Presidente, creio que não estou tirando o lugar de nenhum nordestino, porque seria um atrevimento meu, que venho do Rio Grande do Sul. Vim, tranquilo e feliz, para esta sessão, primeiro, por estar no nosso meio o ilustre Vice-Presidente, por quem tenho enorme respeito, pela sua luta e passado. V. Ex^a representa um papel muito significativo ao lado do Presidente da República. V. Ex^a não é mais um Vice-Presidente. Confio muito na sua sabedoria, capacidade e competência.

Até o início desta sessão, acreditava que essa missão que o Presidente Lula deu a V. Ex^a era uma das mais importantes – Sua Excelência estava valorizando o Vice-Presidente, mostrando o apreço que tinha por V. Ex^a e entregando-lhe uma das mais extraordinárias missões do País – mas estou vendo que a primeira missão de Vossa Excelência será a de acertar com esses nordestinos, porque, na verdade, o que é uma maravilha para uns, para outros parece que não é. Nós, do Sul, sempre tivemos, a distância, uma enorme admiração pelo rio São Francisco. Desde que aprendemos nas primeiras aulas de história, “o Rio da Integração Nacional”, aprendemos a ver e acompanhar que realmente o desenvolvimento do Brasil, durante um longo período, foi acompanhando as águas do rio São Francisco. E quando vemos, de um lado, estados que podem receber e que estão em situação precaríssima e que, com as águas do rio São Francisco, poderiam melhorar, poderiam ter uma chance de avançar...

Vi discursos patéticos daqueles estados que querem as águas do rio, cobrando dos outros, dizendo que é maldade, “você não podem fazer isso conosco, você têm que ter caridade com a nossa gente”.

E vejo, por parte dos senadores que acham que o rio não está em condições de fazer as transformações que V. Ex^a defende, o sentimento de que, na verdade, S. Ex^{as} pensam na sobrevivência do próprio rio.

Com toda sinceridade, acho algumas coisas. Primeiro, a Senadora Heloísa Helena disse algo muito importante: essa é obra para começar e fazer. Projeto já temos uma meia dúzia. Só no Governo Fernando Henrique, que eu me lembre, houve três: do Aluizio Alves, o do nosso ministro aqui e do Senador Ney Suassuna. Penso que é uma destinação política definitiva o Presidente da República assumir: “Eu vou fazer”. Então, essa obra é prioritária. Essa, acredito, é a primeira questão.

A segunda questão é que devemos falar de duas coisas ao mesmo tempo. Concordo com a revitalização do rio e com as pessoas que defendem que ele está morrendo, que é importante fazer obras para sua revitalização, mas também concordo com a transposição do rio e vejo, inclusive, a possibilidade da vinda de outros rios que possam fazer uma verdadeira revolução naquela região. Se ali tivermos um pouco de coragem e um pouco de garra, com a mistura dos rios, poderemos fazer uma obra de primeiríssima grandeza.

Nunca me esqueço, quando li uma obra relatando como foi a transformação da região da Califórnia, que era um deserto mais seco que o Nordeste. Ali começou com a transposição do rio Colorado. Com a transposição e outras medidas mais, a realidade agora é outra.

Realmente, V. Ex^a foi escolhido no momento exato. Ninguém melhor do que V. Ex^a tem condição e autoridade para levar adiante essa obra. Com toda sinceridade, os dois lados que falam têm razão. Se o rio já não é o mesmo em Alagoas e a população já está sofrendo a falta, as condições estão diminuindo e logo ainda farão a transposição, eles têm razão de perguntar como ficará. O Rio Grande do Norte que sonha em ver chegar o rio também está nas suas razões. Mas acredito que dentro do Brasil temos condições de atender os dois lados. A obra vai ficar mais cara ainda? Vai. Mas temos condições. E se analisarmos que ali é questão de uma região se transformar em uma realidade enorme não há dúvida.

O mal é que mesmo no Nordeste, o Brasil gosta das obras grandiosas no gasto e não nas conseqüências. O Brasil fez Itaipu, até então a maior hidrelétrica do mundo. Poderíamos tê-la construído um pouco menor, só brasileira. Isso preservaria e evitaria a destruição de Sete Quedas. Gostaríamos infinitamente menos. Contudo, ela assim não seria a maior do mundo.

Sob a ótica da validade, vale a pena.

Algo que vejo com restrição é a irrigação no Nordeste. Quando o Senador José Sarney era Presidente da República, eu tive a honra de ser seu ministro e entreguei uma proposta que é copia do que, naquela época, a Índia estava iniciando. Hoje a Índia exporta alimentos. Trata-se da irrigação manual feita com a ajuda das pessoas, com uma singeleza que não gasta quase nada. A nossa, no Nordeste, é igual à de Israel, da Alemanha ou dos Estados Unidos. Não sei se essa pompa é necessária.

Contudo, com a capacidade que V. Ex^a tem de absorver o que está aqui e de colocar as coisas nos seus devidos lugares, essa é uma obra das que coloco em primeiro lugar no Brasil.

De resto, o meu carinho muito grande e a minha admiração por V. Ex^a.

Guerra do Iraque (II)

(Pronunciamento em 5 de setembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na minha opinião, a parte mais negra da política brasileira é a falta de convicção. O que tem de pior para começarmos uma política brasileira séria é exatamente a falta de convicção. É triste.

No Uruguai, o Partido Blanco e o Partido Colorado têm mais de 250 anos. Desde a independência do Uruguai são os dois mesmos partidos. Nesses 250 anos é difícil encontrar dez parlamentares que tenham trocado de partido.

Na Argentina, o partido radical é do século retrasado e o partido justicialista é do início do século passado.

Nós, aqui no Brasil, temos essa transformação permanente de partidos e, dentro dos partidos, parlamentares que, num mesmo mandato, trocam quatro vezes de legenda. É contra isso que me posiciono, é a isso a que me refiro quando falo que temos que ter convicções, idéias. Mudar, claro que sim; olhar em roda, verificar quanta coisa mais podemos fazer e ser. Por exemplo, acontece, e é tradicional – acho que hoje tudo mudou, não acontece mais – de os jovens entrarem na faculdade, principalmente de medicina ou arquitetura, e serem comunistas apaixonados, mas, quando se formam e colocam a roupa, montam consultório e passam a ser homens normais, dizendo que aquelas idéias eles as tinham no passado, que estão vendo a vida diferente e que, entre o sonho de querer uma sociedade socializada e a realidade de salvar vidas, escolheram salvar vidas. Isso foi o que eu quis dizer e é isso que considero importante.

Sr. Presidente, falo aqui rapidamente.

Eu também apresentei uma emenda à reforma da Previdência Social.

Penso que a Previdência Social tem um importante papel na redução da pobreza no Brasil. Foi a partir disso que apresentei essa emenda. A nossa intenção é garantir que a Constituição Federal dê o direito aos excluídos. Milhões de brasileiros não têm acesso à previdência. Quatro em cada dez brasileiros estão desprotegidos, sem os benefícios da Previdência Social.

Conforme podemos constatar por meio dos dados do IBGE, em 1999, 34% dos brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza. Mas, se não fosse a previdência, seriam 45,3%. Isto é, 18 milhões de brasileiros deixaram de ser pobres graças ao sistema da previdência. Se não houvesse a previdência, eles estariam no rol dos miseráveis.

Esses números, por si só, demonstram a importância da previdência no conjunto de políticas públicas de redução da injustiça social no Brasil.

Um marco decisivo do papel do sistema previdenciário foi a inclusão dos trabalhadores rurais, que, a partir da Constituição de 1988, passaram a ter direito à aposentadoria. Talvez um dos fatos mais bonitos da Constituição de 1988 foi exatamente esse. O trabalhador rural não existia, não tinha direito, não tinha chance, não tinha possibilidade. Mas a Constituição de 1988 os incluiu entre os que tinham direito à aposentadoria – eles e os trabalhadores domésticos.

A sociedade brasileira certamente entende que existe uma situação de urgência social.

Dizia Alberto Pasqualini, meu querido Mão Santa, teórico do trabalhismo, que paira sobre a sociedade uma hipoteca social. Não é possível continuar convivendo com a miséria, a fome e suas conseqüências em termos de desagregação social, violência e criminalidade.

Estão aí as estatísticas sobre a falta de segurança nas grandes cidades. A eliminação da pobreza é responsabilidade da sociedade e deve ser objeto de políticas públicas de governo.

Conforme dados da mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referentes a 2001, dos 70,6 milhões de trabalhadores brasileiros apenas 30 milhões contribuem com a Previdência

social. Os demais não têm cobertura do regime previdenciário. O que significa que, em cada 10 trabalhadores brasileiros, quatro não estão protegidos pela Previdência Social. Esses 40,6 milhões são os excluídos, os sem previdência.

Desse total, 18,7 milhões de trabalhadores têm rendimento mensal acima de um salário e podem ser considerados como economicamente capazes de contribuir e ter, em contrapartida, direito ao plano de benefícios. Mas tanto devem ser tomadas algumas providências e implementadas medidas de estímulo à sua adesão ao regime.

Neste sentido, repito, apresentamos nossa emenda à reforma que chega ao Senado, onde será debatida. Essa não é uma Casa “carimbadora”. É uma Casa revisora, uma instituição da República que comemora 181 anos de existência. E vamos debater, sim, as questões que dizem respeito à sociedade, medidas que mudam a legislação, afetam direitos e têm impacto sobre o futuro de milhões de pessoas.

Vamos contribuir com as propostas e argumentos, para o aperfeiçoamento da reforma da previdência, aprovada de forma muito rápida na Câmara Federal e que, enviada ao Senado, é considerada quase que automaticamente aprovada também aqui.

Nosso Presidente, Senador José Sarney, chegou a informar à Nação no dia 8 de agosto, conforme manchete do *Jornal do Senado*, que o Senado deveria manter o texto da Câmara. E isso que a reforma ainda não havia sequer sido votada em primeiro turno na Câmara. Felizmente, o Presidente José Sarney desautorizou a manchete do *Jornal do Senado* dizendo que não correspondia ao seu pensamento.

Falo sobre um terceiro assunto. É raro. Normalmente falamos sobre um assunto só, mas está impressionante o nível de debate nesta Casa. Sexta-feira, às 11h27, vejo um plenário tão cheio e lembro-me de que, no ano passado e nos anos anteriores, às sextas-feiras, fazíamos um esforço, entre cinco, seis senadores. Sexta-feira era dia de tertúlia, em que procurávamos salvar o Brasil porque podíamos falar à vontade, porque era um dia em que não tinha tanta gente na Casa.

Quero me referir, Sr. Presidente, ao que está acontecendo no Iraque. É impressionante. Os americanos desconhecaram o Conselho da ONU, humilharam o Conselho da ONU e promoveram o avanço militar no Iraque. Hoje, tristemente, está provado, nos Estados Unidos e na Inglaterra, que dados falsos ou, pelo menos – não vamos dizer

isso – dados duvidosos foram oferecidos pela assessoria do Presidente e do Primeiro-Ministro, e que eles não foram sinceros ao falar ao mundo, porque, na verdade, os órgãos de segurança americanos e ingleses nunca tiveram a garantia de armas de destruição em massa existentes no Iraque. Foram lá, destruíram; estão lá.

É claro que, para os Estados Unidos, não há nada mais sério do que ver morrer um soldado americano. A vitória espetacular, o tom vibrante do Presidente Bush foi se esvaziando na medida em que a guerra de fato não terminou quando decretaram o seu fim. Estamos vivendo uma guerrilha, uma verdadeira Guerra do Vietnã em pleno deserto, os americanos morrendo e não conseguindo manter o mínimo da paz necessária.

O ilustre brasileiro que morreu representando a ONU, tombando em defesa dos interesses da paz, dizia que temos de resolver o problema do Iraque da maneira mais rápida possível; que as tropas estrangeiras têm de sair. “Imagine como eu me sentiria se assistisse a desfiles de tropas estrangeiras por Copacabana; é isso que eles estão sentindo” – dizia ele.

Como está havendo a confusão, como as tropas americanas estão perdendo a força e a autoridade interna, levaram à decisão uma nova proposta ao Conselho da ONU. Qual é a proposta? Os Estados Unidos reconhecem que têm morrido muitos americanos e que estão gastando muito mais do que imaginavam – deveriam ter parado de gastar. Então, eles querem que a ONU aprove o envio de outras nações: que as outras nações enviem tropas para ajudar lá no Iraque.

Acho positivo que os americanos peçam para a ONU entrar com tropas da ONU. Ótimo, mas os americanos não estão propondo que entrem as tropas da ONU, sob o comando da ONU, com uma retirada em parte dos americanos. Não! Eles querem que os americanos fiquem com o comando total; sob o comando total dos americanos, que França, Inglaterra, Alemanha, Itália e outros países enviem tropas para ajudá-los.

É claro que o projeto foi rejeitado. De saída, a França e a Alemanha o rejeitaram.

Vejam o que diz aqui: “A proposta de resolução (...) para a reconstrução do Iraque não convenceu todos os integrantes (...)” Rejeitaram porque acharam que não era por aí. “(...) porque os Estados

Unidos insistem em manter o controle militar e político no país”. Eles não concordam que a ONU assuma esse comando e faça o papel de transição. “Para Chirac e Schröder, o projeto não explica como a soberania será transferida para os iraquianos”. Os alemães e os franceses querem saber como a soberania do Iraque voltará aos iraquianos. “Os Estados Unidos argumentam [é fantástico, por amor de Deus] que a transferência de poder não é o mais importante. O principal assunto da resolução não é dar ou não a soberania aos iraquianos, mas sim como a comunidade internacional pode-se unir para apoiar o povo local e devolver o poder o mais possível”.

Quer dizer, como se pode impor à força a destruição das tropas locais? O problema da soberania – quando vai ser, se deve ser ou não – isso não significa muito para os Estados Unidos.

“As sucessivas baixas norte-americanas e os últimos atentados no Iraque levaram o secretário (...) para discutir o possível apoio militar organizado pela ONU. ‘É hora de o resto do mundo nos mandar reforços. Acho que deveríamos reduzir a nossa participação e abrir espaços para outro países.’”

Sr. Presidente, eu acho uma grosseria esse projeto de resolução apresentado pelos Estados Unidos à ONU. Penso que os Estados Unidos já deviam ter aprendido que, por mais fortes que sejam, por mais autoridade que tenham, não vão conseguir impor a sua vontade ao mundo da forma como eles querem. O americano, que conseguiu um avanço estúpido, de uma violência brutal, a essa altura, mereceria o respeito do mundo inteiro se apresentasse ao conselho da ONU uma resolução para que a ONU assumisse o controle das forças que estão no Iraque. A ONU convocaria tropas de outros países e, aos poucos, essas tropas substituiriam os americanos, que iriam se retirando. A ONU ficaria com a autoridade de dizer como e quando cessará essa intervenção e quando e como haverá a entrega do poder aos iraquianos.

Estou aqui para mostrar até que ponto um país, quando não tem contraface, praticamente se considera como dono do mundo. Como podem perder o sentimento de justiça, de respeito e de compreensão, de que os outros, adversários ou não, são criaturas humanas detentoras de direitos inalienáveis à vida, à dignidade?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como eles não entendem isso? Apesar de tudo que fizeram, apesar de terem a repulsa do mundo inteiro, apesar de a própria imprensa nacional da Inglaterra e dos Estados Unidos estar repudiando o que aconteceu, porque foram enganados pelas notícias, a essa altura, eles não têm humildade. A ONU não está cobrando nada. A Alemanha e a França não estão cobrando nada. Estão aguardando para ver o que vai acontecer. A França, a Alemanha e a ONU não estão nem criticando os Estados Unidos; estão aguardando o que vai acontecer. Em meio a isso, uma proposta dessa natureza, sem grandeza, sem um mínimo de respeito ao Direito Internacional.

Ouçõ, com prazer, o aparte do nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, serei bastante breve. Saudando o seu brilhante e oportuno discurso, como de hábito, menciono que, a meu ver, neste momento delicado em que vive a diplomacia mundial, talvez tenhamos aí algo de bom, ou seja, a possibilidade do renascimento do multilateralismo. Se bem trabalhada a solução da crise pela diplomacia mundial – e aí incluo a diplomacia brasileira – poderá, quem sabe, estar aí a possibilidade de renascimento do multilateralismo, que parecia morto com os eventos que levaram à guerra do Iraque. Talvez, todos juntos consigamos construir ou reconstruir a perspectiva da opinião de cada um, proporcional à sua força, e de todos na direção de uma ordem que não se submeta à idéia de unilateralismo, que, a meu ver, é algo que não constrói do ponto de vista da paz duradoura que se pretende para o mundo que está à nossa volta. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito oportuno e muito competente o aparte de V. Ex^a. Na verdade, a crítica internacional vem colocando o que V. Ex^a diz numa posição de destaque. Se olharmos a potência econômica, a potência política e a potência militar, vivemos num regime inédito na História da Humanidade. Talvez, os romanos tivessem esse poderio, mas numa época em que o poderio não representa o que é hoje, domínio sob todos os ângulos, inclusive intelectual, com os meios de comunicação. Não precisam nem sair

de lá, para fazer com que um país viva a realidade que eles querem. Mas tem razão V. Ex^a, e várias pessoas têm interpretado dessa forma; os equívocos que os americanos cometeram – e este equívoco notadamente foi muito grave – fazem com que as pessoas parem para refletir que isso não pode continuar. Reparem que, logo depois, quando houve a guerra, acreditava-se que a ONU, a exemplo da Liga das Nações, estava a caminho da extinção. Não foi o que aconteceu, porque os americanos, com todo seu poderio e força, tiveram a repulsa praticamente do mundo inteiro. Não é possível que eles determinem uma meta do caminho a ser seguido por toda a humanidade.

É importante o retorno da ONU, onde cada um tem oportunidade de debater, de discutir, de falar. Os Estados Unidos com muito mais força, é claro, assim como a Inglaterra, a França, a Alemanha e outros que fazem parte do Conselho da ONU, mas todos os países têm o poder de participar e discutir naquele órgão.

Como falou o nobre líder, a frieza e a insensibilidade da proposta americana ajudou muito. Eles se consideram superiores e consideram-nos apêndices do mundo, que eles têm que ajudar a sustentar. Creio que a rejeição da resolução proposta pelos americanos fará com que eles reconheçam que a ONU deve ter o direito de indicar o comando da operação, ainda que os soldados americanos sejam em maior número.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem a Salvador Allende

(Pronunciamento em 11 de setembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é claro que a América Latina democrática, vivendo o Cone Sul o clima que vive, deve olhar para trás e prestar homenagem ao dia de ontem.

Nós, do Rio Grande do Sul, que fazemos fronteira com os nossos irmãos platinos, vivíamos e acompanhávamos mais do que todos o ambiente e a luta nesses países. A ditadura militar do Brasil foi duplamente dramática no Rio Grande do Sul – terra de Getúlio, Jango e Brizola – com os exilados ao lado, no Uruguai ou no Chile. Sofríamos periodicamente uma varredura para ver quais seriam recolhidos ou torturados, quais desapareceriam para sempre ou seriam presos.

Naquela época, com que emoção, admiração e respeito se viu e sentiu o que acontecia no Chile, que dava uma demonstração tremendamente positiva de consolidação democrática.

No primeiro turno, o Partido Democrata Cristão, que estava no Governo mas se encontrava tremendamente desgastado, não teve nenhuma chance de ganhar. Allende ganhou, mas não fez maioria. Os radicais ficaram em segundo lugar e a social-democracia cristã, em terceiro lugar.

Lembro-me muito bem do debate e das discussões que se travavam em torno do segundo turno da eleição, que ocorreria no Congresso Nacional, uma vez que na eleição direta não houvera maioria absoluta.

Os radicais ofereciam o que queriam e o que não queriam ao PDC para que a democracia cristã, para que o Presidente Pio, os apoias-

sem, já que estavam em segundo lugar, e rejeitassem Allende. Foram feitas todas as promessas, inclusive a de eleger o que havia entrado em segundo lugar: ele renunciaria o mandato e se reiniciaria o processo. Lembro-me, na época – foi considerado um gesto emocionante politicamente – da firmeza e da profunda convicção dos democratas cristãos, fragorosamente derrotados, mas que votaram em Allende. Foram para o Congresso; e os seus votos foram para Allende. Na sua declaração de voto, o líder democrata cristão dizia das diferenças entre os dois, mas a tradição chilena dizia que dever-se-ia votar, no Congresso Nacional, naquele que havia entrado em primeiro lugar na eleição direta. E Allende havia entrado exatamente nessa condição. Os democratas cristãos, então, mantiveram o voto. Lembro-me da emoção e do significado disso. Lembro-me também dos comentários feitos desde o início: “Será que os americanos vão aceitar que a Esquerda assumo o poder pelo voto popular?” Será que neste primeiro exemplo eles conseguirão o resultado positivo e satisfatório indo para o poder pelo voto popular? Naquela época, logo após a posse de Allende, começaram os movimentos no sentido de tumultuar o seu Governo. São tantas as lições que temos que tirar do Governo Allende! São tantas as análises que devem ser feitas em torno de seu Governo e dos equívocos que a Esquerda tradicionalmente comete! De certa forma até parece incompetência da Esquerda, isto é, chegar ao poder, democraticamente, e lá se manter, porque as dificuldades vieram. Allende, no poder, começou a governar. Apresentou as suas propostas de reforma agrária e outras modificações. E avançou no seu Governo. Parece mentira, mas, dentro de seu próprio partido, os mais radicais achavam que Allende estava traindo os princípios pelos quais fora eleito; que ele não estava fazendo as reformas defendidas pelo partido; que ele não estava fazendo as transformações que se esperavam dele. Allende, respondia: “Estamos fazendo o máximo, o que é possível agora. Estamos tentando um entendimento em um Congresso em que não temos maioria”.

A democracia cristã, que havia votado em Allende, no dia seguinte, passou a fazer-lhe oposição. Allende pedia-lhes uma chance para que, aos poucos, pudesse consolidar o seu Governo. Vale a pena recordar, porque é importante. Não lhe deram muita chance. O seu partido não esteve fechado, solidário e integrado com ele. Até o final

ele resistiu às lutas internas, às quais queriam o socialismo total, para valer.

Lembro-me de que amigos gaúchos e brasileiros falavam-me do Chile, da alegria e também da angústia que estavam vivendo; do governo, que os tinha recebido; dos cargos no governo; da administração, enfim, estavam, ali, vivendo uma época excepcional de paz e tranqüilidade para eles. Mas Allende sentiu que algo aconteceria, que alguma coisa estava preparada para acontecer. E aconteceu. Os americanos tiveram a colaboração de todo o Cone Sul, inclusive a do nosso Brasil. O Brasil, diga-se de passagem, a nossa diplomacia junto com a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Chile, durante um longo período, consolidaram e obedeceram às ordens americanas. Luta tremenda aquela. Fato emocionante aquele quando as forças foram até Allende, convidando-o a renunciar, dando-lhe todas as condições para sair do país e ir para onde quisesse. Ele respondeu que “não”, “que ficaria”, “que ninguém o tiraria de dentro do Palácio do Governo”. E ali ficou. E as bombas caíram em cima do Palácio de La Moneda, em cima de sua cabeça.

É um herói! É um homem que morreu em defesa de uma causa. É um homem que resistiu e, por causa de sua resistência, reunificou as forças que o apoiavam. É difícil encontrar alguém com a coragem, com o espírito de luta e com a história de Allende. Um homem que, na verdade, tem o nome marcado na História. Democráticamente, a Esquerda chegou ao Poder. E, pelas bombas, foi apeada do Governo.

Creio que Allende e a sua gente viveram, na ditadura da América Latina, os momentos mais dramáticos, os mais bonitos e os mais extraordinários.

Penso que o Chile e o Allende viveram ali páginas que ficarão imorredouras na História da humanidade.

Nós, brasileiros, temos que agradecer aos grandiosos irmãos que lá tiveram todo o carinho, todo o afeto e toda a paz. Temos que reconhecer que hoje estamos vivendo uma hora em que é muito importante dialogarmos entre nós. O Brasil e a América do Sul ainda não vivem uma época em que se pode dizer que a democracia está consolidada. Inimigo não há. Há democracia no Brasil? Sim. E é uma democracia bonita, pois um líder sindical, trabalhador, representando uma causa que é uma revolução social, chegou ao poder, democrá-

tica e serenamente. Porém, não se pode deixar de afirmar que todos nós, aqui no Sul – Chile, Brasil, Argentina, Uruguai – devemos estar preparados, devemos nos unir, nos entender e nos respeitar.

É preciso entender que a América do Sul não pode continuar sendo fonte de miséria, de fome, uma região tida como se fosse uma África, pois é uma região rica, próspera, que tem tudo. E, dando-nos as mãos, devemos avançar juntos rumo ao nosso destino e confiar em nosso destino. Juntos, avançaremos e não retornaremos ao caos. Isoladamente, negociando com cada país separadamente, como querem os nossos irmãos, seremos presas fáceis. Há o desejo daqueles que não se identificam com as aspirações nacionais.

Meus irmãos, uma das coisas bonitas que, hoje, estamos vivenciando no Brasil é o sentimento latino-americano, principalmente o nosso sentimento de América do Sul. Nós, no Brasil, vivemos com emoção esse sentimento. Não pensamos em hegemonia. Não pensamos em superioridade. Pensamos em irmãos, que, juntos, podemos avançar. Podemos consolidar os ideais dos que tombaram, para que isso não se repita amanhã.

Essa é a lição de um Allende que tombou, morrendo por seus ideais, como tantos que, nesta América, vêm lutando e tombando por seus ideais. E nos damos conta de que temos o dever e a obrigação de encontrar fórmulas e caminhos para, juntos, avançarmos para uma grande e extraordinária América do Sul que não seja o quintal de ninguém, mas que seja um continente independente, justo, próspero, que produza o alimento para todos e garanta a liberdade para todos.

Penso que esse seja o sonho de nossa luta. Por isso, morreu Allende. Por isso, devemos continuar a sua luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

Reunião da OMC

(Pronunciamento de 15 de setembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, esperávamos – e talvez seja um exagero do nosso País – demais da reunião da OMC. Era demais imaginar que, de uma hora para outra, sem mais nem menos, os países ricos resolveriam aceitar a pressão dos países em desenvolvimento no sentido de diminuïrem a quota dos incentivos que dão aos produtos agrícolas. Já foi uma grande saída os países ricos reunirem-se com os países em desenvolvimento.

Felicito a liderança do ministério das Relações Exteriores, na pessoa de nosso Ministro, e da equipe brasileira que, juntamente com a organização dos países do bloco, fizeram um trabalho excepcional, positivo, concreto, real, dinâmico e irrespondível.

Não há dúvida de que está ficando cada vez mais difícil, neste mundo global – quando os países em desenvolvimento falam que a humanidade é global, que o mundo tem de ter uma economia unificada e que o desenvolvimento é para todos – justificar os subsídios exagerados e absurdos que a Europa e os Estados Unidos concedem aos seus agricultores.

É fácil imaginar. Para o Brasil, isso significa US\$15 bilhões a menos em nossas exportações. O Brasil deixa de exportar US\$15 bilhões pela concorrência desleal feita pelos países ricos, e pode-se dizer que são 900 mil empregos que teríamos a mais no Brasil se houvesse essa exportação.

Se se busca o entendimento, se se quer um comércio que seja voltado para o diálogo, para o entendimento e não para a violência;

se se quer evitar o que ocorreu na Primeira Guerra e na Segunda Grande Guerra, quando o comércio, espremido pelas lutas internas, levou o mundo ao conflito, é fácil compreender que se deve ter um país cujos órgãos internacionais considerem o entendimento de todos. Não é crível, não é viável querer-se imaginar que, nesta época, o mundo retroceda ao tempo da escravidão, quando as grandes nações impunham seus desejos, e as nações colônias obedeciam. O mundo está mudando. A moderna televisão, os meios de comunicação, nosso conhecimento dos direitos e das responsabilidades, tudo isso faz com que um cidadão hoje conheça a realidade de todo o mundo, porque o mundo chega a sua casa a cada momento e a cada hora.

Por isso, parece-me fundamental que a OMC tenha realmente um tratado que dê condições a todos os países de progredirem, de se desenvolverem e de avançarem, mas que não permita que os grandes, que são enormes e que já têm uma infinidade de poderes em suas mãos, tenham mais um poder: o de impedir o surgimento de algo novo. Parece-me absurdo, irracional.

Não acho que saímos derrotados. Creio que foi melhor, ontem, terminar num impasse sem nota do que a elaboração de uma nota vazia ou de uma – como queriam – que desse algumas concessões de favor. Por exemplo, até dezembro, concederiam esse ou aquele produto, sem dizer qual era ou qual não era.

A verdade é que as nações estão crescendo. A biotecnologia está desenvolvendo as nações de todo o mundo, e o Brasil está entre elas. Vejam a Embrapa. Sinto-me feliz quando lembro que, no período em que fui Ministro da Agricultura, percorri todas as unidades da Embrapa, junto com o Presidente da República, reuni suas unidades, dei força total e absoluta à empresa. Quando órgãos da imprensa publicavam editoriais criticando asperamente a concessão de quatro mil bolsas de estudo a brasileiros no exterior, enquanto aqui passavam fome, eu respondia que esses brasileiros estavam no exterior exatamente para que, no futuro, aqui os brasileiros não passem fome, que esses brasileiros estavam no exterior preparando-se para que a entidade que eles representavam nos desse legitimidade nacional.

Hoje, a biotecnologia brasileira é respeitada pelo mundo inteiro, porque a Embrapa faz do Brasil o maior produtor de açúcar, de soja, de carne e logo seremos o maior produtor de uma série

interminável de produtos, fruto exatamente da biotecnologia, da nossa capacidade.

Durante os 365 dias do ano, temos todos os climas e todas as temperaturas no território brasileiro. Neve e gelo, no Sul; verão equatorial, no Nordeste. Portanto, podemos suprir o mundo inteiro, todos os anos, de todos os produtos, resolvendo e equacionando os nossos problemas. Temos a maior área de terra agricultável do mundo, a maior reserva que existe no mundo e as maiores reservas de água doce do mundo; o Brasil se apresenta com uma mensagem de progresso e de desenvolvimento na agricultura que não tem similar.

Por isso, quando o Brasil se une à Argentina e ao resto da América do Sul, quando dialoga com essa gente, distribui nosso conhecimento com os nossos irmãos da América do Sul, não é no sentido de querer explorá-los, mas para que eles subam conosco, cresçam conosco e avancem conosco.

Essa é uma política que merece respeito; não é a política americana, que quer que a América Latina seja permanentemente quintal dos Estados Unidos, para plantar apenas o que eles querem. Não estamos buscando diálogo no Mercosul com os nossos irmãos no sentido de que eles sejam diferentes de nós. Pelo contrário, queremos que alguns lugares que estejam em situação mais triste que a nossa, onde haja mais fome, mais miséria e mais injustiça, tenham o amparo do abraço fraterno, a colaboração e a solidariedade de fazer com que esta América do Sul – que hoje é um continente tão pobre quanto a África, tão miserável como tantos outros do mundo – seja um continente rico e próspero, onde tudo dá, onde tudo se planta e onde tudo se colhe. Temos todos os minérios; temos todas as reservas. E, se fechássemos nossas portas ao resto do mundo, a América do Sul não precisaria importar, porque, por força própria, desenvolveria o seu crescimento.

Por isso, fez muito bem o Brasil em levar uma posição firme à OMC, em levar uma posição correta, dialogando com os seus parceiros e apresentando uma proposta respeitável, de conteúdo e de seriedade.

Os europeus e americanos estavam tão acostumados a encontrar os outros países submetidos e humilhados, de cabeça baixa, pedindo esmola, que se surpreenderam quando encontraram os países com

idéias e propostas, números e decisões. E pediram um tempo até dezembro.

Vamos ver o que acontecerá. Mas a verdade é uma só: não podemos ter o mundo dividido. De um lado, o capital esmagando o Brasil com os bilhões de dólares que temos de pagar pelos juros da nossa dívida; o Brasil, pagando juros dez vezes maiores do que os que os americanos e japoneses pagam. Do outro, quando entramos no mercado com um produto forte, com condições de presença, já não discutem a qualidade. Antes, dizia-se que a nossa carne ou a nossa soja não eram de qualidade. Já não discutem o teor, a qualidade, a essência, mas o preço, e querem boicotar a entrada do nosso produto.

Quando há tempestade na Flórida, os laranjais sofrem e perecem, mas os produtores norte-americanos não se preocupam muito. Quem chora e sofre são os produtores de laranja de São Paulo, porque a quebra na produção de laranja diminui a produção de suco. Não tem problema! O americano importa mais, muito mais, mas por um preço bem menor. É o coitado do produtor brasileiro que ajuda a pagar o seguro do produtor de laranjas norte-americano.

Concedo um aparte ao Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a. Mais uma vez, com o brilhantismo de sua exposição, V. Ex^a relata como testemunha ocular o encontro ocorrido no último fim de semana em Cancún, ao dizer, com muita propriedade, que lá, mais uma vez, os ricos esmagaram os pobres. O Brasil tem uma posição firme, decidida, expressa por seus representantes, tanto o Ministro Celso Amorim quanto o nosso Embaixador Rubens Ricupero, em Cancún, e permanecerá com essa firmeza, para que possa continuar disputando, sim, a possibilidade de ser parte deste mundo globalizado. Mas participativa, ou seja, vendendo, como exportador, como produtor qualificado e competente que é. Conforme V. Ex^a destaca, se não conseguirmos fazer com que os muitos que são pobres possam participar deste mundo global, os poucos que são ricos não poderão ser salvos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois, não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a ressalta o posicionamento extremamente correto do Governo brasileiro – liderado pelo Ministro Celso Amorim, também acompanhado dos Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, Roberto Rodrigues e Miguel Rossetto – em defesa, pela primeira vez, muito bem articulada, ao liderar os 22 países em desenvolvimento. Posicionamento que está recebendo o respaldo do Congresso Nacional de maneira suprapartidária. Ali estiveram, inclusive, três Srs. Senadores, os quais convidamos para prestar um relato à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E ressalto que será muito importante que o Ministro Celso Amorim sinta essa interação, pois S. Ex^a convidou os senadores para sempre acompanharem a delegação brasileira a cada um dos encontros em que haja negociações multilaterais e bilaterais, como a que ocorreu agora em Cancún e a que ocorrerá em novembro próximo em Miami. Portanto, é muito importante o registro que V. Ex^a traz para o Senado Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz ao plenário desta Casa um debate muito importante relacionado principalmente à omissão e ao descaso dos países ricos em relação aos países mais pobres. Notadamente, a tentativa, para não dizer a execução, de políticas que travam o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, como a imposição de taxas absurdas, taxas alfandegárias que praticamente proíbem a entrada dos nossos produtos nos países mais desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos. A Organização Mundial do Comércio reuniu-se e, a meu ver, dentre tantos assuntos que poderiam destacar nessas reuniões, os seus integrantes poderiam se preocupar não apenas com o comércio bilateral entre as nações ricas e pobres ou subdesenvolvidas, como também com a criação de um mecanismo capaz de socorrer a pobreza mundial. São milhões e milhões de pessoas que morrem diariamente

por falta de um prato de comida na mesa. A criação, por exemplo, da taxa TOB – já tivemos ocasião de tratar desse assunto aqui, no Senado Federal – que proporcionasse um fundo para o atendimento a milhões e milhões de pessoas; são mais de 800 milhões de pessoas que estão passando fome no mundo. O Deputado Jean Ziegler, da Suíça, demonstrou numericamente que mais ou menos 100 mil pessoas morrem diariamente por desnutrição ou em consequência da fragilidade de saúde por causa pobreza. Portanto, Senador Pedro Simon, é muito importante V. Ex^a trazer a debate assunto tão relevante, como o do relacionamento com os países ricos e com os países pobres, notadamente com o Brasil, um País como V. Ex^a se referiu, de dimensão continental, possuidor de riquezas minerais incomensuráveis, com uma produção agrícola que está chamando a atenção do mundo, um grande produtor de soja, de milho. Graças à Embrapa, a que V. Ex^a se referiu, o Estado de Sergipe que represento, um estado pequeno, já há alguns municípios que estão produzindo milho de melhor qualidade do que o produzido, por exemplo, no Paraná. Então, V. Ex^a faz justiça quando elogia o trabalho que essa empresa vem desenvolvendo no campo da tecnologia e da biotecnologia. Por isso, quero me somar a V. Ex^a. Assino embaixo de tudo o que o Senador Pedro Simon disse a respeito de matéria tão empolgante, que é a do desenvolvimento dos países mais pobres frente às injustiças e ao enfrentamento com os países mais ricos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço os apartes que me honraram e que somaram argumentos importantes ao meu pronunciamento.

Foi importante salientar – e eu já tinha feito – algo para o que o Senador Eduardo Suplicy chama atenção: a importância da presença do Ministro Celso Amorim. Se não me engano, Rubens Ricupero esteve lá. O fato de convidá-lo a participar foi um gesto de muita grandeza do Governo e do Ministro Celso Amorim.

Foram importantes as presenças do Ministro Celso Amorim; de Rubens Ricupero; do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um homem da mais alta competência, que realmente conhece a fundo as questões nacionais e internacionais da agricultura. O Ministro Roberto Rodrigues é uma das pessoas que tem mais conhecimento sobre a agricultura que eu saiba neste País; e do nosso querido companheiro,

Ministro Miguel Rosseto, primeira experiência internacional, que também deve ter colaborado.

A presença dos senadores a que V. Ex^a se refere foi um fato novo também importante. A presença dos senadores e a exposição que S. Ex^{as} nos apresentarão na próxima quinta-feira nos darão argumentos para nos prepararmos, fazermos estudos e conhecermos os estudos que o Brasil levou, a fim de que, na próxima reunião, que será em Miami, tenhamos condição de dar um reforço maior, não apenas representantes que comparecem com a presença, mas com o conteúdo da palavra e com o sentimento do que apresentam.

Causa-nos pena verificar que os grandes estejam atravessando um momento em que não têm a visão e nem a grandeza de perceber a responsabilidade do momento em que estão vivendo. Quando vejo a despreocupação com os milhões que passam fome, quando vejo as pessoas se reunirem, penso numa resposta que os grandes poderiam oferecer: “Vocês, países em desenvolvimento, estão crescendo, estão avançando, vamos todos dar um percentual do que ganharmos no comércio aos países do Terceiro Mundo, destinado a combater a fome, a combater a miséria no mundo”. Seria algo positivo, seria algo sério, seria algo responsável.

Mas isso é algo que não existe, de que não se toma conhecimento, basta verificar-se agora o que está acontecendo, quando no Iraque e no Afeganistão, países bombardeados, arrasados, destruídos pelos Estados Unidos, no entanto, a reconstrução é feita à conta gota, e a fome e a miséria continuam.

Por isso, meus amigos, meus irmãos, felicito o Governo brasileiro, felicito a delegação brasileira porque desta vez não nos entregamos, tivemos coragem de expor uma bandeira.

Confiamos muito no Presidente Lula e quero crer que será muito importante o discurso que Sua Excelência fará na abertura da Assembléia das Nações Unidas. Nunca o mundo esperou a manifestação de um país do Terceiro Mundo com tanta expectativa como aguarda o pronunciamento de Lula na ONU, quando falará não com a palavra da violência, do radicalismo que não constrói, mas com a capacidade, com a competência, com a garra daqueles que defendem a justa causa.

Quem poderia imaginar que, entre a posse do Presidente Lula e os primeiros meses de Governo de Sua Excelência, Lula seria o que foi? E que entre a posse do Presidente argentino e o seu início de governo, Néstor Kirchner seria o que está sendo? Na realidade, o mundo teve uma grande surpresa ao ver o que está ocorrendo na Argentina. Menem tentou desmoralizar o atual Presidente argentino, que não teve a chance de ir para o segundo turno, haja vista que Menem, ao saber que perderia, renunciou e não houve segundo turno. Por isso, Néstor Kirchner precisou ser eleito com 22% dos votos. Essa situação foi humilhante, mas ele teve capacidade e competência e hoje está com mais de 80% de prestígio em razão de suas posições corajosas, enfrentando o Fundo Monetário Internacional. A Argentina, que tem uma situação muito mais combalida do que a nossa, no entanto, sem ter atrás de si um grande partido – ao contrário, um partido esfacelado em várias áreas, dividido em vários segmentos – demonstrou coragem e está tendo o respeito por parte daquela nação e por parte do mundo.

O discurso que o Presidente Lula fará em Nova Iorque, nas Nações Unidas, será um dos mais importantes do Brasil na Liga das Nações. Ele haverá de cobrar a queda dos juros internacionais, de mostrar o escândalo dos juros internacionais, mostrar quanto paga o Brasil e quanto pagam os países de Terceiro Mundo, que é infinitamente mais do que pagam os Estados Unidos, o Japão e a Inglaterra; haverá de cobrar a queda dos juros dos países ricos, cobrar o término da injustiça do subsídio à agricultura dos países ricos e cobrar o que o Papa e o mundo estão pedindo, uma verba especial destinada à pobreza, destinada à miséria, à fome, e que o mundo inteiro reconheça o seu compromisso com os milhões que morrem de fome e dê a sua contribuição para isso diminuir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem a Risoleta Neves

(Pronunciamento em 26 de setembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, aqui estou para falar de uma mulher excepcional, uma verdadeira heroína brasileira, D. Risoleta Guimarães Tolentino Neves.

Juntamente com o Presidente José Sarney e outros senadores, assinei o voto de pesar pelo seu falecimento, mas me senti na obrigação de vir dizer algumas palavras, eu que acompanhei fatos tão importantes na vida deste País que contaram com a presença de D. Risoleta.

D. Risoleta foi a companheira de toda a vida de um dos nossos mais destacados homens públicos, o grande Tancredo Neves, que teve uma das mais férteis e movimentadas trajetórias políticas, mas que morreu pouco antes de assumir o mais alto cargo que o povo brasileiro lhe concedeu nas urnas: a Presidência da República. Tancredo faleceu justamente na véspera de assumir a Presidência para liderar o primeiro Governo democrático em mais de duas décadas.

A notícia da morte de D. Risoleta chocou-me ainda mais quando eu soube que ela veio a falecer pelo mesmo problema de saúde que atacou seu marido, a diverticulite, que não é um mal comum, é muito raro, diga-se de passagem. Quando noticiada a doença do Dr. Tancredo, a imprensa toda publicava fotos e explicava em que consistia a tal da diverticulite, que muitos não entendiam.

Existe aí, creio eu, bem mais do que uma simples coincidência. Eu diria que é um fato estranho, bastante perturbador, que nos mos-

tra que a união entre certas pessoas vai muito além do que podemos imaginar.

Visitei D. Risoleta, por duas vezes, no hospital do Rio de Janeiro. Falei com os enfermeiros e com seu médico, que me diziam que o mal praticamente não tinha chance de recuperação, e comparei seu caso com o do marido, porque a notícia foi de que ele morreu por erro decorrente de sua cirurgia.

O Dr. Tancredo, patrioticamente, diga-se de passagem, não aceitou ser operado antes de assumir a Presidência da República. Seu médico, de Minas Gerais, e as poucas pessoas que tinham conhecimento do seu mal insistiam, dramaticamente, em que ele fizesse a cirurgia. E ele respondeu que não, pois tinha um recado direto do Presidente Figueiredo de que só passaria a ele a Presidência da República, de que não a passaria ao Dr. José Sarney.

Isso o angustiou de tal forma que, por mais que os médicos insistissem, Tancredo não aceitou fazer a cirurgia. Só o fez quando a dor o derrubou.

Ali, começou uma verdadeira tragédia grega: no momento em que o Brasil, com dezenas de delegações, com Chefes de Estado, festejava, em todos os recantos, embaixadas e clubes, a posse do Presidente, ele estava sendo operado.

Começo este breve pronunciamento reproduzindo as palavras que D. Risoleta dirigiu à multidão – estimada em cerca de um milhão de pessoas – que tomou conta da Praça da Liberdade e das ruas próximas, em Belo Horizonte, para prestar a última homenagem a Tancredo Neves, já falecido, pouco antes de seu sepultamento.

Aliás, é interessante que não me lembro, na vida brasileira, de um caso que tenha comovido tanto a Nação quanto a doença do Dr. Tancredo, porque foram longos dias, longos dias de sofrimentos. Foram sete cirurgias, feitas uma após outra. Era impressionante ver na grande imprensa, principalmente nas emissoras de televisão, ao vivo, um grande jornalista, que foi, inclusive, nosso Governador no Rio Grande do Sul e que tinha sido já convidado por Tancredo para ser o Chefe da Imprensa do seu Governo, Antonio Britto, noticiar, dar os boletins e o Brasil parar para assisti-los. Em mais de uma oportunidade, D. Risoleta falou à Nação recomendando oração e fé; falou à Nação dizendo que, em meio à doença e à angústia, seu marido se

dirigia ao povo pedindo confiança sempre, que o Brasil tinha vencido e haveria de vencer.

Muitas foram as vezes em que, com lágrimas nos olhos, D. Risoleta falou à Nação. E não foi uma senhora que, de repente, colocada no clímax da visão nacional, tivesse alguma vaidade, alguma ambição, alguma pretensão, algo natural à pessoa humana quando um fato novo o tira do dia-a-dia e o coloca no pedestal de uma sociedade. Ela, não, era com simplicidade, com singeleza, com humildade que, a cada momento, se dirigia à Nação. Esteve ela presente ao lado do marido desde que ele foi recolhido ao hospital, naquela noite, por volta de 21 horas, quando, em todas as embaixadas, estavam acontecendo festas, e nós, os homens da Nova República, éramos distribuídos para que cada um pudesse atender às embaixadas – eu fiquei com as Embaixadas da Argentina e do Uruguai. Eu estava na Embaixada do Uruguai quando recebi um telefonema dizendo que o Presidente estava hospitalizado.

Que impressionante! Que quadro! Eu não me lembro de ter vivido instantes tão cruéis. Afinal, nós estávamos ali, vínhamos de vinte e tantos anos de luta. Havia gente que achava que haveríamos de conseguir a democracia na paz, na justiça, na liberdade, sem radicalizações, sem guerra civil, sem lutas. E haveríamos de consegui-la mediante um entendimento que fizesse o Brasil retornar ao eixo da normalidade democrática. E tínhamos conseguido, pois o ambiente era de paz, não havia a figura dos derrotados. Fizemos isso com tal competência, a Lei da Anistia foi feita com tal categoria que as coisas foram... É verdade que no Brasil não tivemos os horrores que falam que ocorreram na Argentina e no Chile. Tivemos os nossos problemas, mas soubemos suportá-los.

Estávamos no auge dessa situação, talvez no momento mais épico. Eu não posso me recordar de um momento mais épico, em que o Brasil todo estava vibrando, dançando, cantando pelas ruas e por todos os lugares. Havia chegado o momento da paz, o momento da liberdade, o momento de um homem como o Dr. Tancredo, que tinha dado demonstrações, desde que escolhido candidato, desde que eleito candidato, de grande competência. Sinceramente, confesso que, lá no plenário da Câmara dos Deputados, quando ele deu uma entrevista coletiva à imprensa internacional, eu, que convivi com Tan-

credo a vida inteira, não imaginava que ele tivesse tanta capacidade e conhecimento das questões mundiais como ele demonstrou, tanto que foi aplaudido de pé pela imprensa internacional.

Estávamos vivendo aquele momento, e, de repente a notícia: “O homem está no hospital!”

Chegamos ao hospital, ao lado dele estava D. Risoleta, só D. Risoleta. Entrava e saía o Ministro Dornelles, sobrinho, e os médicos; do lado de cá, no quarto ao lado, Sarney, Marco Maciel, Leônidas Pires Gonçalves, Aureliano Chaves, Pedro Simon, Ulysses Guimarães, as lideranças que teriam que tomar as decisões trágicas sobre o que fazer, uma vez que, no outro dia, às 9 horas, seria a posse. O que fazer? E Tancredo, rezando, pedia pelo amor de Deus que não fosse operado. Ele dizia: “A partir de amanhã à tarde, depois de minha posse, façam de mim o que quiserem. Me cortem e recortem como quiserem. Mas eu tenho que tomar posse”. Queria ele que lhe dessem uma enxurrada de comprimidos que lhe permitissem ter condições de vir ao Congresso Nacional jurar, tomar posse e voltar para o hospital.

Não houve jeito.

E dava para ver o olhar de D. Risoleta, a imagem de D. Risoleta. Ela estava ali. O neto, secretário particular do Dr. Tancredo e já o acompanhava – o pai do Dr. Aécio era genro e grande amigo de Tancredo – e Aécio era uma espécie de filho mais moço dele.

Tomada a decisão trágica, dramática, assistimos nós, no quarto, à passagem da maca, levando o Dr. Tancredo, vinda do quarto do lado. À sua cabeceira, D. Risoleta. E já ali nos impressionava o mar de gente. Dizem que, na cirurgia do Dr. Tancredo, havia mais de 35 pessoas.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a uma ligeira interrupção?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pessoas, médicos inclusive, como o Dr. Antonio Carlos Magalhães – que não posso dizer que foi um médico brilhante, embora deva dizer que é um político brilhante, lá estava. Um outro senador, também médico, do PMDB do Acre, brilhante, de grande atuação, mas que, ao que eu sabia, há muito tempo não clinicava, lá estava.

Pois não, Senador Edison Lobão.

O Sr. *Edison Lobão* (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem o propósito, nesta tribuna, de fazer uma homenagem a uma das mais extraordinárias mulheres que, de um modo ou de outro, estiveram na política do nosso País. Mas, com esse propósito, V. Ex^a vai além e faz a história política recente do Brasil. Os fatos aqui relatados fazem com que nós todos, neste Plenário, e, seguramente, aqueles que estão nos assistindo pela *TV Senado*, voltemos ao passado para assistir o drama do grande estadista Tancredo Neves. A fidelidade do relato de V. Ex^a chega a ser penetrante nas consciências políticas deste País. O Brasil é um País que pode se orgulhar dos grandes líderes que teve no passado distante e no passado recente, e Tancredo Neves pode ser mencionado entre aqueles que sempre se colocaram no ápice dessa pirâmide. Tivemos muitos homens dessa têmpera, desse jaez: Tancredo, Ulysses, Pedro Simon, sim, Sarney, Krieger – que também foi do seu estado – Passarinho, Petrônio Portella, Pedro Aleixo... Estes homens dignificaram a vida pública, e os que já se foram deixaram atrás de si o exemplo para que possamos seguir na segurança de que estaremos no caminho certo. Tancredo veio para restaurar, restabelecer, reedificar essa construção democrática, dentro da qual gostam de viver os brasileiros. V. Ex^a, também, ao longo da história do Brasil, tem sido uma dessas sentinelas. Essa tarefa não foi fácil; foi penosa, mas cumprida por homens que não queriam a revolução armada, nem o sangue derramado dos brasileiros – como V. Ex^a acaba de mencionar. Desejavam, isto sim, o retorno ao leito, ao álveo democrático, que foi conseguido graças ao talento, à obstinação e à competência desses homens mencionados, entre os quais, V. Ex^a. Cumprimento-o, portanto, pelo relato que aqui faz em benefício da história.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a, sinceramente, muito obrigado.

O Sr. *Mão Santa* (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. *Mão Santa* (PMDB – PI) – Nobre Senador Pedro Simon, é imensurável o bem do pronunciamento de V. Ex^a. Em sua bondade, V. Ex^a quis homenagear uma excelsa mulher brasileira, mas dá o exemplo do valor da mulher e da família na paz. E só políticos da estatura

de V. Ex^a reconhecem isso. Vou citar um dos homens da estatura de V. Ex^a: Winston Churchill. No mundo, os totalitaristas Stalin, Hitler, Mussolini e Japão, tomando conta do mundo, e eis que ele surge dizendo ao seu povo: tenho a lhes oferecer sangue, suor e lágrimas. Eis que se unem Estados Unidos e Rússia, Franklin Delano Roosevelt e Stalin. O nosso Getúlio estava simpático à Itália, como Perón e outros. E Churchill uniu povos, decidiu uma guerra, e hoje usufruímos a democracia. Nasci na guerra, mas, hoje, usufruo a paz da democracia. Entrevistado, Winston Churchill disse a seguinte frase, senador Edison Lobão: “Casei-me, e tudo foi fácil” – o valor da mulher, quando ele teve de tomar aquelas decisões. Isso se repetiu com Tancredo Neves. Quero citar outro homem de muita cultura, que foi Senador – há até um familiar seu no Senado Federal, o Senador Luiz Otávio – e enviuvou: Jarbas Passarinho. Ele diz, em seu livro *Um Híbrido Fértil*, que a sua esposa só lhe deu infelicidade um dia: quando morreu. Talvez esse tenha sido o grande prêmio do santo brasileiro, Tancredo Neves, religioso como V. Ex^a, cristão, o de ter ido antes do seu grande amor. Mas não foi em vão: ficou em nós esse exemplo de amor, para construirmos. E ninguém poderia definir melhor do que a santa Risoleta Neves, que disse: “Tancredo se imolou pelo Brasil”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Convém salientar que D. Risoleta acompanhou o marido na granja do Riacho Fundo, quando Tancredo montou seu governo. Várias vezes, tive oportunidade de participar de reunião fechada, em que estavam o Dr. Tancredo, D. Risoleta, o neto e mais algum familiar. O impressionante é que D. Risoleta fazia questão absoluta de não intervir nas decisões do marido. Ouvi uma e outra frase que me marcaram; uma delas, quando Dr. Ulysses foi conversar com Tancredo sobre os cargos a serem preenchidos, e se abraçaram. D. Risoleta disse depois: “Que bom, Tancredo, que vocês sejam tão amigos e continuem amigos! Tinha uma preocupação muito grande de que o Dr. Ulysses, magoado, não o acompanhasse nessa caminhada”. Lembro-me, também, do que disse Dr. Tancredo, que já tinha praticamente preenchido o seu ministério, ao receber do Ceará uma imposição: “Mas o ministério já está todo fechado, não tenho mais como preencher ou substituir!” Não me recordo do nome, mas al-

guém disse: Tancredo, há muito tempo se fala que o Brasil tem que racionalizar, parar com essa anarquia, essa burocracia enorme; por que você não cria o Ministério da Desburocratização? Assim o fez e entregou-o a um cearense.

D. Risoleta não saiu um só dia do hospital e a todos atendia. Com o passar do tempo, as permissões de visita ficaram mais raras, e ela tinha de recepcionar embaixadores e uma infinidade de amigos que lá estavam para abraçar Tancredo. Lembro-me da tragédia da ida para São Paulo, do tumulto enorme que Antônio Britto, ex-Governador do Rio Grande do Sul, relata em seu livro – que vale a pena ser lido – do que foram aqueles dias e da atuação de D. Risoleta.

Tancredo Neves morreu, e o Brasil não valoriza os grande fatos. O nome que tem persistido mais tempo nas manchetes é o de Pelé, que já não joga mais bola, mas ainda é vedete. Quando vou a Washington e vejo delegações de estudantes de 10, 12 e 15 anos, dos mais de 40 estados – faz parte do currículo das escolas, da formação de um jovem no primário, a visita aos monumentos a Abraham Lincoln, George Washington e Thomas Jefferson – fico emocionado. Os americanos valorizam a sua gente.

Morreu Tancredo, e foi uma comoção enorme. Na saída do hospital, em direção ao aeroporto foi um mar de gente; na chegada a Brasília, havia tanta gente quanto na morte de Juscelino. Lembro-me de que foi o único ritual a que assisti inteiro. Estava impresso o ritual; os cadetes conduziam o corpo, a família e D. Risoleta de um lado, e José Sarney e D. Marly de outro, e a família de Tancredo Neves. Em seguida, vinha o Ministério de Tancredo – lá estava eu; depois os governadores e as delegações estrangeiras. Tudo organizado na Esplanada dos Ministérios. Nunca me esqueço, guardarei isso para o resto da vida: o caixão do Dr. Tancredo, D. Risoleta e o Presidente Sarney e nós; antes de nós, porém, estavam os nomes do Dr. Roberto Marinho e de sua esposa, impressos, oficialmente, no convite do enterro. Comentei que achava certo porque ele era uma figura muito representativa do País, só não sei se certo estava oficializar como oficializaram.

D. Risoleta voltou à sua simplicidade, voltou à sua humildade; não aceitava dar entrevista, não aceitava falar. Recolheu-se à sua fazenda na cidade de São João del Rei e levou a sua vida. No Governo Sarney, várias vezes, foi convidada para receber homenagens, mas

não aceitava, nem aqui em Brasília, nem lá em Belo Horizonte. Ela recolheu-se à sua humildade.

Lembro-me das palavras de D. Risoleta dirigidas à multidão, na Praça da Liberdade, pouco antes do sepultamento de Tancredo. Naquela ocasião, disse D. Risoleta: “Meus irmãos, meus queridos mineiros, vocês tiveram o amor inteiro por ele e espero que continuem devotando esse mesmo amor a todas as suas idéias, a todo o seu trabalho, para que possamos ter em breve um Brasil melhor.”

Vejam a profundidade dessas palavras. Vejam o conteúdo das palavras de uma mulher que está sepultando o seu marido, uma mulher que era a primeira dama na expectativa de um futuro de brilho e que estava se recolhendo praticamente ao anonimato.

Recordo ainda, claramente, a força que emanava daquela mulher pequena, franzina e frágil quando ela se dirigia à multidão, embora sua voz falhasse em certos momentos. Ali estava – pensei eu – uma mulher à altura de seu marido Tancredo Neves, que, por uma dessas estranhas coincidências, veio a falecer no dia 21 de abril de 1985, uma data simbólica, uma data forte, uma das datas magnas da nossa cidadania.

Não é fantástico? Onde nasceu Tiradentes? Em São João Del Rei. Onde nasceu Tancredo? Em São João del Rei. Como morreu Tiradentes? Esquartejado. Como morreu Tancredo? Esquartejado por dentro: foram sete cirurgias. Eles morreram no mesmo dia, no mesmo dia 21 de abril; na mesma cidade, São João del Rei, nasceram os dois.

Eu me pergunto até hoje onde D. Risoleta Neves arranjou forças naquele dia para fazer aquele pronunciamento, embora dilacerada pela perda do companheiro de toda uma longa vida.

D. Risoleta cultivava uma qualidade que considero das mais essenciais às pessoas públicas: a discrição. É preciso destacar esse fato porque, hoje em dia, vivemos uma época em que as pessoas, em grande número, gostam de falar em público sobre fatos que deveriam ser privados. D. Risoleta Neves foi, também, por essa característica, a companheira perfeita para o igualmente discreto Tancredo Neves.

D. Risoleta Neves estava internada há dois meses no Hospital Copa D’or, em Copacabana, Zona Sul do Rio, quando faleceu às 8h20 de domingo, em consequência de falência múltipla dos órgãos.

Já na tarde daquele mesmo dia, seu corpo estava de volta ao Solar dos Neves, em São João del Rei, onde foi velado. Foi enterrada no cemitério da Igreja São Francisco de Assis, onde também foi sepultado o ex-Presidente Tancredo.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Senador, V. Ex^a faz um discurso épico e altamente importante para a Nação. Entretanto, peço a colaboração de V. Ex^a já que o seu tempo se esgotou e há outros oradores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente, Muito obrigado.

Aécio Neves, seu neto e atual Governador de Minas Gerais, estava na Espanha, mas acabou retornando ao Brasil para assistir à cerimônia.

Nascida na cidade de Cláudio, em Minas Gerais, oriunda de um família que tinha uma propriedade rural, D. Risoleta conheceu Tancredo Neves quando ele era vereador na cidade de São João del Rei. Tancredo foi seu primeiro e único namorado.

Como era comum naquela época, D. Risoleta foi educada num colégio de freiras. No entanto, desde os primeiros tempos do namoro, começou a colaborar na trajetória política do seu esposo.

Tancredo Neves e Risoleta casaram-se em 1938 e tiveram três filhos. A filha Inês Maria foi casada com Aécio Cunha, eleito Deputado Federal por Minas entre 1963 e 1967. O neto, Aécio Neves, eleito Deputado Federal por Minas desde 1987, é o atual Governador de Minas Gerais. Nesse cargo, Aécio vem dando mostras de grande capacidade administrativa, da mesma forma que, na Presidência da Câmara, já havia provado habilidade política semelhante à de seu avô.

Segundo pessoas que privaram com ela, D. Risoleta foi, ao longo de toda sua vida, uma mulher que sabia dosar muito bem as atividades em casa com as muitas obrigações que lhe foram impostas pelos cargos exercidos pelo seu marido. Pessoalmente, era uma pessoa imbuída da necessidade de, dentro das suas possibilidades, trabalhar pelos mais pobres e pelos mais desvalidos. Fez isso, por exemplo, na época em que Tancredo Neves governou Minas Gerais. Naquela ocasião, assumiu a direção do Servas, instituição oficial que cuidava da assistência social, e imprimiu um grande dinamismo ao trabalho daquela entidade.

Sr. Presidente, vim a esta tribuna para prestar uma singela homenagem a essa grande, fantástica mulher chamada Risoleta Guimarães Tolentino Neves. Pela sua integridade, pela sua generosidade, pelos valores cristãos que defendeu, pela postura sempre discreta e pela solidariedade permanente aos mais humildes e necessitados. Infelizmente, não se costuma, no Brasil, homenagear as esposas dos grandes homens públicos. Aqui estou, nesta tribuna, para preencher esta lacuna.

Dr. Tancredo Neves pertencia à Ordem Terceira de São Francisco e honrava-se disso. E se havia algo a que ele não faltava era à procissão da Ordem Terceira. Lá estava ele em São José do Rio Preto. Naquela época, para a procissão, os franciscanos da Ordem Terceira vestiam-se como um frade capuchinho.

Que Deus receba D. Risoleta, de braços abertos, e que os dois que viveram juntos, que lutaram juntos, que sofreram juntos, que tiveram vitórias juntos e que morreram da mesma doença encontrem em Deus a paz, o amor e a justiça que merecem.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Previdência para os pobres

(Pronunciamento em 29 de setembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho a esta tribuna falar sobre a reforma da Previdência, em andamento nesta Casa.

Surpreende-me a ausência de um debate maior, quer no Parlamento, quer na imprensa. É um assunto que deveria ser absolutamente prioritário na sociedade brasileira. Como incluir, nos benefícios do sistema previdenciário, os 40 milhões de brasileiros de baixa renda que estão de fora? São os que se convencionou chamar os Sem-Previdência.

A França levou dez ou doze anos discutindo a previdência. Aliás, todos os países levaram um longo período discutindo a matéria. Trata-se de uma matéria que mexe com a alma, com o interesse, com a vida, com a moradia, com o futuro, com a existência do cidadão. Não é geral, como a educação, que mexe com todos. Não é a Medicina, o trabalho, que mexem com todos. É a minha previdência, de Pedro Simon, de João da Silva, de Manoel. Cada um tem o seu interesse e quer saber como vai ficar.

Na verdade, vamos decidir qual o caráter dessa reforma e, quem sabe, das demais que virão. As reformas que estamos aprovando – apressadamente, diga-se de passagem – serão democráticas o suficiente para incluir os milhões de cidadãos pobres e desprotegidos que atualmente estão excluídos? Ou se limitarão a cortes, reduções de benefícios, aumentos de impostos ou coisa parecida?

Militares, magistrados, procuradores, funcionários da Receita Federal, funcionários públicos graduados e funcionários da Casa pressionaram e, com sucesso, se não garantiram a manutenção de todos os seus privilégios, pelo menos estão todos serenos e tranqüilos. Esta é a realidade, que insisto em dizer, do Brasil que vivemos: o Brasil é o País dos incluídos, dos que têm voz, dos que podem entrar no meu gabinete ou no dos Senadores Mão Santa, Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Suplicy, dos que nos visitaram, nos últimos meses, às dezenas e às centenas. Mas quem entra nos nossos gabinetes daqui de Brasília ou de Porto Alegre e das demais capitais dos Estados? Os que têm condições. Entram o doutor, o médico, o coronel, o advogado, o juiz, o promotor, o fiscal da Receita, o graduado. Eles vêm pedir e estão no direito mais legítimo deles de reivindicar o que pensam que têm direito.

Mas e os que não têm voz? E os que não têm sindicato? Quando o Lula era líder sindical, víamos que o ABC se levantava e parava o Brasil. E quem não é ABC, quem não pode chegar a um gabinete de vereador, quanto mais de senador ou de deputado federal? E as pessoas que nunca pensaram em passar pela porta do Senado? Quem está fora da chamada sociedade organizada está fora das preocupações parlamentares.

Ouvi o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães e farei um pronunciamento igual com relação ao Hospital Sarah Kubitschek. É um absurdo o que fizeram com uma das referências nacionais do Brasil, um dos lugares onde o pobre tem vez. Fico emocionado, pois ali o pobre é atendido igual ao que tem dinheiro. Ele entra e é recebido, é tratado como gente ali. Emociona ver a forma como todos são tratados, a comida, a roupa que recebem. Atendem o que vem do Nordeste, do Norte, do Sul, e arruma-se lugar para o acompanhante.

Se não é o Senador Antonio Carlos Magalhães e mais alguns, não passa. Daqui a pouco, cortam metade dos recursos. Impressiona-me a frieza do cidadão que está fazendo o orçamento, a petulância com que fez o corte. Vamos derrubar aquilo, tenho certeza de que por unanimidade.

Ali é um dos poucos lugares onde o pobre tem vez, mas, na política... Nunca me esqueço de certos fatos. Fui Governador do Rio

Grande do Sul. Sucedi 24 anos da Arena no meu Estado, tendo sido o primeiro Governador da Oposição. Depois de 24 anos de regime, entra o Sr. Pedro Simon, que, durante todo esse período, foi o Líder da Oposição. E sofri muito. O PT se uniu ao PDT do Brizola, ao PSD e a todos contra o Pedro Simon. Foi uma luta difícil, mas lembro-me de minha conversa com as professoras, justas, que queriam melhores salários, mas não podíamos pagar, não tínhamos como pagar. E elas me diziam: “Governador, não sei como o senhor consegue dormir de noite. Nós adorávamos o senhor. Durante todos esses anos, sonhávamos em vê-lo chegar no Palácio, mas agora o senhor está lá, fazendo essas maldades. Como o senhor consegue dormir à noite?” E eu respondi: “Para ser muito sincero, durmo à noite, mas sofro muito no Palácio, porque, durante todos esses anos, percorri o Rio Grande, município por município, distrito por distrito, favela por favela, e sonhava com o dia em que estaríamos no Governo e iríamos mudar o quadro: terminar com a fome, iniciar um plano de casas populares, um plano de trabalho. Agora, chego ao Governo e vejo os números, as contas e os meus auxiliares e não posso fazer nada. As pessoas estão passando hoje, após seis meses em que estou no Governo, a mesma fome que passavam quando eu não era governador. Estão morando nas mesmas favelas e com o mesmo desemprego. Isso não me deixa dormir à noite. Alguma coisa tenho de fazer, porque, na verdade, o quadro é o mesmo”.

E é o quadro de hoje, em que sentimos que, mais uma vez, os que não têm voz não têm chance de chegar aqui. Quem está fora da sociedade organizada está fora das preocupações parlamentares. Isso é um erro, é quase um crime que se pratica contra a cidadania. É uma injustiça que praticamos contra os que mais necessitam.

Recentemente, um jornal informou em Brasília que no Lago Sul se vive melhor que na maioria dos países do mundo. O índice de qualidade de vida é superior ao da Noruega. Não sei se o estudo retrata a verdade, mas não deve estar longe disso, porque no Lago Sul se deve viver igual aos melhores países do mundo.

Então, é nesse plenário e nesse cenário que estaremos deixando de lado a oportunidade de integrar a sociedade e a civilização não apenas numa corporação, mas num grupo social. Refiro-me às dezenas de milhões de brasileiros.

Conforme os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, Referência 2001, de 70 milhões de trabalhadores brasileiros, apenas 30 milhões contribuem para a Previdência Social; os demais não têm cobertura de regime previdenciário. Isso significa que, de cada dez trabalhadores, apenas quatro estão protegidos pela Previdência Social e seis estão fora da Previdência. São 40,6 milhões os excluídos, os sem-previdência. E desse total, 18,7 milhões de trabalhadores têm rendimento mensal acima de um salário mínimo e podem ser considerados economicamente capazes de contribuir e de ter uma contrapartida.

Para promover essa inclusão, apresentei uma emenda singela, apenas para garantir a inclusão na Constituição do direito desses brasileiros aos benefícios da Previdência Social.

Sabemos que estamos votando duas leis, duas emendas constitucionais: reforma tributária e reforma previdenciária. São as duas grandes reformas que podem fazer distribuição social e distribuição de renda. Não vamos fazer a distribuição de renda na reforma política nem na reforma administrativa. É aqui que se pode fazer a distribuição de renda. E é aqui que não estamos fazendo a distribuição de renda.

Foi um ato de coragem quando, em 1988, incluíram-se os trabalhadores rurais na Constituição, com os direitos sociais, porque, até 1988, o trabalhador rural não tinha previdência. Naquela época, quando se debateu e se discutiu, houve um gesto de ousadia, e os trabalhadores rurais foram incluídos na previdência. Talvez tenha sido esse o maior avanço existente na Constituinte de 1988.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, já dava para mim saudades a sua presença na tribuna. Cheguei até a reclamar, tendo em vista que V. Ex^a sempre trata de temas os mais importantes. Às vezes, temos divergências profundas, mas sempre encontramos caminho idêntico para defender os mais pobres. V. Ex^a – e dou o testemunho – tem absoluta razão com relação à maneira

como essas reformas estão sendo votadas, às vezes precipitadamente, quando poderiam estar sendo discutidas aqui, neste plenário, e não apenas na Comissão de Constituição e Justiça, para que encontrássemos caminhos como o que V. Ex^a solicita. Apenas gostaria de registrar que penso como V. Ex^a, e, naquela reunião da comissão em que ficamos até às 6 horas da manhã – eu fiquei e V. Ex^a também; manda a verdade que se diga – V. Ex^a expôs esse ponto de vista, que foi logo aceito por quase toda a comissão. Mas, para tornar isso realidade, é mais difícil. Conseqüentemente, a sua luta vai ser maior, mas saiba que vai encontrar aliados de todos os partidos que queiram realmente acabar – acabar é impossível – ou diminuir as desigualdades sociais do Brasil. Apoio a sua emenda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, sinceramente muito obrigado ao apoio de V. Ex^a, e é muito importante contar com a liderança de V. Ex^a para apoiar essa emenda.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. *Mão Santa* (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, atentamente estamos ouvindo-o, e quando V. Ex^a fala o País pára. Lembro, quando muito jovem, que o País parava para ouvir Raul Brunini oferecer Carlos Lacerda às quintas-feiras, às 21 horas, na *Rádio Globo*. Parava o País para ouvir o rádio. Quero salientar a clarividência de V. Ex^a sobre essa emenda, que é possível. No período revolucionário, eu era médico de uma Santa Casa e vi a grande injustiça cometida com o trabalhador rural, com aquele que trabalhava, que produzia alimento. Frank Delano Roosevelt disse: “As cidades podem ser destruídas, mas elas ressurgirão dos campos”. Então, o Governo revolucionário soube buscar o Funrural, e, depois, a Constituição legitimou os direitos, que estão aí. É claro que eu ficaria não com o passado, mas com o maior líder de nossa geração das Américas, que disse: “Se não ajudarmos os muitos que são pobres, não poderemos salvar os poucos que são ricos, e a sociedade livre perecerá” – John Fitzgerald Kennedy. E V. Ex^a é um homem desse nível.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela gentileza. Tenho notado que V. Ex^a tem lido bastante, documentado e aprofundado seus pronunciamentos, que são brilhantes, com análise de autores e de escritores que representam o importante da sua

afirmativa. Tenho o maior respeito pelo seu estilo e pela sua fórmula de falar com o povo, que não é fácil, porque não é demagógica, é sincera; mas, ao mesmo tempo, é direta. É como se não existisse a televisão, é como se V. Ex^a estivesse falando em Teresina, com o seu pessoal do Piauí.

Já se sabe que a Previdência Social é um grande fator de distribuição de renda. Foi assim quando, num ato de coragem, incluímos os trabalhadores rurais. São outros tempos em que vivemos hoje. Não sei se teríamos a mesma coragem, elevando à condição de cidadãos aqueles que simplesmente não existem como tal. É um desafio que temos pela frente. Não sei se estaremos à altura do que o povo brasileiro espera de nós.

Aprovamos um projeto de lei de minha autoria, tornando gratuitos a primeira certidão de nascimento, a primeira certidão de casamento e o atestado de óbito.

No último censo, já disseram que a população brasileira vai muito além da publicada. Eles dizem que não tiveram acesso a inúmeros lugares seja pela violência, seja pelo arbítrio; em muitos outros lugares, eles foram e encontraram pessoas, mas elas não têm certidão de nascimento, não têm carteira de trabalho, não têm nada. Elas estão ali, elas existem, são conhecidas pelo nome mas elas não são cidadãs, porque não se registraram, porque não têm carteira de identidade, não têm registro de nascimento, porque não têm carteira de trabalho, porque não casaram, amontoam-se. E o máximo que acontece é morrerem e serem enterradas sem atestado de óbito.

A previdência do regime geral é hoje o grande programa de distribuição no País, inclusive na área rural. Com esses benefícios, 18 milhões de brasileiros deixam de figurar abaixo da linha de pobreza, pelos dados da PNAD/1999, divulgados pelo próprio Ministério da Previdência.

Em 1985, 53% da população ocupada privada em nosso País não tinha acesso à Previdência Social. Em 1999, esse percentual estava ampliado em quase 20% e já era 62%. Dados divulgados pelo Ministério da Previdência, explicitam que, mesmo excluindo as pessoas que recebem menos de um salário mínimo e as pessoas com idade inferior a 16 anos ou superior a 59 anos, ainda existem 18,7 milhões de brasileiros sem cobertura previdenciária.

É preciso ressaltar que 60% desses trabalhadores brasileiros ganhavam menos de dois salários mínimos (R\$180,00, em setembro de 2001); outros 17% recebem entre dois e três salários mínimos. Ao todo, mais de $\frac{3}{4}$ dos trabalhadores ocupados excluídos da cobertura previdenciária recebem até três salários mínimos, sendo que quase 85% deles estão na área urbana.

A Síntese de Indicadores Sociais 2002, do IBGE, aponta que a taxa de contribuição previdenciária da população ocupada é de apenas 45,7%, evidenciando que mais da metade dessa população não tem qualquer cobertura da Previdência Social.

Verifica-se, pois, o grave problema da exclusão previdenciária no Brasil, que atinge especialmente os trabalhadores de baixa renda ocupados no mercado informal de trabalho.

Esse importante segmento pode ser atendido pela disposição do Poder Público de incentivar e facilitar a filiação e estabelecer mecanismos diferenciados de contribuição para que esses trabalhadores não percam a sua condição de segurado, pois, em grande parte, esses trabalhadores recebem rendimentos descontinuados.

Para que a cobertura previdenciária seja estendida a esse importante segmento social, especialmente esses 12 milhões que recebem menos de dois salários mínimos e os quatro milhões que recebem entre dois e três salários mínimos, é preciso que a legislação incentive e facilite essa filiação contributiva para o Regime Geral da Previdência Social.

Outro alvo que esta emenda busca é atender à parcela desses trabalhadores que têm mais de 40 anos. Eles são 36% dos trabalhadores ocupados sem cobertura previdenciária. É importante que a lei também incentive e estabeleça condições especiais para atender a esse segmento.

A intenção da presente emenda é garantir que também os trabalhadores de baixa renda que trabalham no setor informal urbano da economia possam ingressar no sistema previdenciário e, assim, se habilitar a receber aposentadoria por idade e outros benefícios. Trata-se de assegurar a inclusão da parcela de 54% da força de trabalho hoje excluída do sistema, os chamados “sem-previdência”.

O novo § 12 do art 201 da Constituição Federal, proposto pela Câmara dos Deputados, avança, mas não garante a inclusão dos sem-previdência. Isso, porque prevê que lei disporá sobre o sistema

especial de inclusão previdenciária para os trabalhadores de baixa renda. Ou seja, não garante o sistema especial, na medida em que este dependerá da aprovação de lei sobre a matéria, o que poderá não ocorrer.

A emenda ora proposta resolve a tal limitação, porque assegura o sistema especial de inclusão previdenciária, especificando, inclusive, que este deverá possibilitar menor alíquota e tempo de contribuição para os trabalhadores contemplados.

Eis o seu texto:

“Art. 201 (...)

§ 12. Fica assegurado sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, com alíquota e tempo de contribuição inferiores aos vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social, não considerados os abrangidos pelo disposto no § 1º deste artigo, sendo-lhes garantido acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição, na forma da lei.”

Diz o relator que aprovará esta emenda. Espero que ela seja aprovada. Perdoem-me a sinceridade. Pelo que vi até agora, é o único item que vai assegurar uma distribuição social na previdência. Pelo que vi até agora, é a única emenda que vai dizer que, nessa reforma da Previdência que votamos, os excluídos tiveram um artigo, tiveram um item, tiveram uma lembrança, tiveram uma garantia de que eles passarão a ser incluídos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Criação da Petrobras

(Pronunciamento em 2 de outubro de 2003.)

Senhor Presidente José Sarney, Senhor Presidente José Eduardo Dutra, Senhoras e Senhores Senadores, não há dúvida de que hoje é um dia em que se festeja a capacidade nacional. A Petrobras e seu êxito significam a possibilidade que o País, seu povo e sua gente têm de vencer onde tivermos a capacidade de investir. Difícil encontrar uma empresa que tenha enfrentado tantos obstáculos, tantas dificuldades quanto a nossa Petrobras.

Eu era um jovem estudante quando colocamos na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, a torre símbolo da Petrobras. Histórica a atuação de Vargas, demonstrando a sua competência e a sua capacidade na aprovação e na aprovação com o monopólio estatal da Petrobras.

Interessante o destino! Na verdade, nós, os jovens e os técnicos que lutávamos tanto achando que o Brasil era um mar de petróleo, estávamos equivocados. Anos a fio foi uma luta difícil. Mas, na verdade, se não tivemos petróleo aqui como na Califórnia, onde furando um poço de água saiu petróleo, ou no mundo árabe, onde ele está a céu aberto, tivemos a capacidade técnica de fazer talvez uma das mais vitoriosas experiências humanas, com tecnologia plenamente nacional, que foi a capacidade de investir em águas profundas. E se não encontramos um petróleo fácil, que nos faria não valorizá-lo por ser tão fácil consegui-lo, com o tempo fomos buscar o nosso petróleo, dando ao mundo o exemplo do País mais competente e mais capaz na exploração de águas profundas na busca de petróleo. Até

os países lá de cima, do Norte, como a Inglaterra, que têm uma longa história nesse estilo de produção, nada têm a nos ensinar e algo até têm a aprender.

E o Brasil foi avançando, foi produzindo, e ele aí está: com uma produção fantástica. Ela é fantástica hoje e será ainda maior amanhã, fazendo com que o Brasil seja hoje um país produtor de petróleo, fazendo com que a cada dia que passe o petróleo menos peso represente para a importação na economia brasileira, fazendo com que, no futuro, o Brasil, com seus novos poços, suas novas usinas, suas novas tecnologias, na exploração do gás, na utilização do gás na energia elétrica, não apenas seja auto-suficiente, mas com que tenha no petróleo uma grande fonte de divisas.

Acho difícil encontrar na história brasileira uma tese que tenha unificado tanto os brasileiros como a Petrobras. Na década de 40, aqueles jovens olhavam aquela garrafinha preta e não entendiam direito, pois no Brasil, com meia dúzia de automóveis, só havia carros importados, e só em 1957 foi inaugurada a primeira fábrica nacional. Tanto que Brasília era para ser o berço mundial do trânsito e não o é, porque, quando Niemeyer a projetou, ele o fez tendo em vista o percentual de carros que o Brasil tinha – e os carros eram importados. Mas ele não imaginou que em pouco tempo a produção nacional de carros iria para as alturas. E a Petrobras teve a capacidade de avançar, de desenvolver a sua tecnologia e hoje conta com técnicos de grande capacidade, como V. S^a, Presidente José Eduardo Dutra, que, como petroleiro, estudando, conhecendo e se aprofundando, é um brasileiro que se transformou num dos mais competentes técnicos da matéria.

Houve lutas, houve greves, momentos em que a imprensa nacional se rebelou contra os petroleiros, considerados uma classe a parte, querendo mandar politicamente no Brasil, mas a verdade é que a Petrobras foi avançando. E se dizia que seria anárquico, que terminaria implodindo, que, da maneira que estava sendo administrada, ela jamais chegaria a um conteúdo final. Mas ela aí está, com a mesma gente, a mesma equipe e com um resultado de primeiríssima grandeza.

A força da Petrobras é grande. O Governo anterior, que teve por lema as privatizações, cometeu, a meu ver, o ato mais absurdo que

posso imaginar, pelo qual terá de pagar perante a história, que foi a Vale do Rio Doce. Deram de presente a Vale do Rio Doce. O BNDES ainda deu dinheiro para que o comprador entrasse na Vale do Rio Doce, uma das duas maiores mineradoras do mundo. Era um dos setores onde o Brasil sentava à mesa mundial para decidir, e decidia, porque possuía a segunda maior produtora de minério do mundo. O Governo brasileiro viu por bem privatizá-la, e estava no esquema também a privatização da Petrobras. O ministro e a imprensa falavam, e insistia-se que a Petrobras seria privatizada.

Foi quando o Senado Federal movimentou-se para votar um projeto que tratava das privatizações, oriundo de outras questões. O Senado exigiu uma carta do Presidente da República endereçada a esta Casa. Alguns falaram que bastaria a palavra empenhada do Presidente da República, mas quisemos uma carta onde Sua Excelência se comprometeria que o Banco do Brasil, a Petrobras e a Caixa Econômica Federal não seriam privatizados. A carta veio e o compromisso foi cumprido.

Então, vejo na Petrobras, neste Governo que está começando, o maior exemplo do Brasil do futuro, o maior exemplo de que somos capazes. Não foi o dólar, nem a tecnologia, nem a caridade, não foi absolutamente nada, mas uma guerra de gângsteres, em que cada uma lutava por si e as sete grandes lutavam contra todas, para que ninguém subisse. E ela subiu. Subiu e venceu.

A Petrobras é o orgulho de todos nós. De um modo muito especial, a Petrobras é um exemplo da capacidade brasileira, exemplo de que o Brasil querendo, pode; entrando e aceitando o desafio, pode. Quem diz que hoje o desafio do Brasil não se chama Amazônia, não se chama impedir a internacionalização da Amazônia? A verdade é que a Petrobras é o nosso orgulho.

Meu bravo Presidente, V. Ex^a nos honrou com sua presença. Foi um Senador e um Líder brilhante do PT, mas não tem comparecido ao plenário nem de visita, pois o tempo de V. Ex^a, é claro, não o permite. Verificaria V. Ex^a, se nos visitasse de vez em quando, que a situação é diferente da sua época. Verificaria V. Ex^a a diferença entre ser Governo e ser Oposição. V. Ex^a talvez não tenha notado tanto, na Petrobras, porque era Oposição no Senado, mas, como Oposição, nunca fez oposição à Petrobras, pelo contrário: sempre a defendeu

e agora está na sua presidência. E que bom ver V. Ex^a na Presidência da Petrobras.

Todas as palavras, todas as notas, todas as referências, todas as informações que temos a respeito de V. Ex^a falam na mais alta competência, na mais alta seriedade, na mais alta dignidade de uma pessoa que está honrando aquela casa. V. Ex^a é um político, mas mostra que ser político não é escândalo, que ser político não é sinônimo de incapacidade, de incompetência. V. Ex^a é um exemplo.

Em seu nome saúdo a Petrobras e, em nome da Petrobras, saúdo o povo brasileiro!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Fórum Internacional das Águas

(Pronunciamento em 8 de outubro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho a esta tribuna para registrar que está se realizando hoje, em Porto Alegre, o Fórum Internacional das Águas. Evento que vai até o dia 11 de outubro e que adotou, muito apropriadamente, o lema A Vida em Debate. Trata-se de uma iniciativa da Associação Rio-Grandense de Imprensa que recebeu o apoio dos governos estadual e federal e integra o calendário oficial da Organização das Nações Unidas, que definiu 2003 como o Ano Internacional da Água Doce. O Fórum conta também com apoio da Prefeitura de Porto Alegre e da Câmara Municipal.

Dezenas de entidades e representações de países do Mercosul e de outras partes do mundo estão participando desse encontro que representará, sem dúvida, um marco na agenda pública internacional de debates sobre meio ambiente. A água está sendo considerada pela ONU a mercadoria mais preciosa do século XXI, representando uma indústria global que vale cerca de US\$400 bilhões.

De fato, se o século XX foi o do petróleo, este será o da água, ou da falta dela, segundo os especialistas. Relatório do Banco Mundial publicado em 1999 alerta que o século XX viu guerras causadas por diferenças ideológicas, religiosas ou por controle das reservas de petróleo. Já o século XXI poderá ser dominado por conflitos causados pela escassez de outro líquido: a água.

Atualmente 250 milhões de pessoas, em 26 países, enfrentam a falta crônica de recursos hídricos. A previsão é de que daqui a 30 anos o número saltará para 3 bilhões em 52 países. Entre eles, os Es-

tados Unidos, país sempre previdente do ponto de vista estratégico, que, nos próximos dez anos, deverá enfrentar uma grave escassez de água.

Vemos que a escassez pura e simples de água afeta e afetará toda a humanidade num futuro muito próximo. Porém, mais grave é a situação do acesso à água limpa.

Estima-se que, atualmente, mais de 1 bilhão de pessoas no mundo não tenham acesso à água limpa. E, caso não sejam tomadas medidas de precaução agora, a situação poderá piorar bastante. A avaliação dos especialistas é que as necessidades hídricas mundiais devam dobrar nos próximos 25 anos, quando cerca de quatro bilhões de pessoas – metade da população mundial – poderão enfrentar grave escassez de recursos hídricos.

A ONU constantemente vem chamando a atenção dos governos para a velocidade em que estão se esgotando os recursos naturais da Terra. Estudo do organismo prevê que, em 2050, 4,2 bilhões de pessoas (mais de 45% do total mundial) estarão vivendo em países que não poderão garantir a quota diária de 50 litros d'água *per capita* para suas necessidades básicas.

A água é vital para o desenvolvimento, especialmente na agricultura. Embora, apenas 20% das terras cultivadas do mundo sejam irrigadas, essa área produz 40% de toda a produção mundial de alimentos. A previsão dos organismos internacionais é que até 2025, a agricultura irrigada terá de produzir 70% dos alimentos do mundo para alimentar dois bilhões de pessoas a mais do que hoje.

É urgente, portanto, a construção de políticas que estimulem o uso racional dos recursos hídricos mundiais e contribuam para a descoberta de novas fontes de armazenamento e fornecimento de água. Nesse aspecto, a ONU aponta como exemplo a ser seguido o uso que a China faz da água da chuva em plantações. Foram construídos tanques de armazenamento com capacidade para oferecer água potável para cerca de 15 milhões de pessoas. Trata-se, na verdade, de uma técnica antiga e simples, abandonada em benefício de custosas e modernas redes de abastecimento.

No Brasil, a água é ao mesmo tempo um patrimônio e um problema – abundante em algumas áreas e escassa em outras. O potencial de recursos hídricos representa 53% da América Latina e 12% do total

mundial. Com um total de 5,4 trilhões de metros cúbicos, o Brasil tem o maior fluxo interno de água do mundo. Mesmo assim, a região do semi-árido nordestino, que abriga 28% da população brasileira, conta com apenas 5% dos recursos hídricos do País.

Um dos nossos maiores problemas é a distribuição desigual dos serviços de água e esgotamento sanitário. Cerca de 20% das residências no País não têm acesso a água, por falta de oferta, de saneamento básico ou devido ao alto custo da tarifa em relação ao poder aquisitivo da população.

Nos últimos 40 anos, o Brasil expandiu o abastecimento de água para mais 100 milhões de pessoas e os serviços de saneamento para mais 50 milhões. Mesmo assim, a exemplo do que acontece na América Latina, 39 milhões de brasileiros (23% da população) hoje não têm acesso à água tratada, e 90 milhões (53% da população) não têm acesso a saneamento básico. Isso expõe a população a uma grande variedade de doenças e influi diretamente sobre a mortalidade infantil, que no Brasil é de 29 para cada mil nascimentos.

O Fórum Internacional das Águas vai reservar um espaço privilegiado para tratar do Aquífero Guarani, uma gigantesca reserva subterrânea de água localizada em três Países do Mercosul e em sete estados brasileiros, que recebeu esse nome em homenagem à nação dos índios guaranis, que habitavam a área de sua abrangência. Ali, estima-se que haja água suficiente para abastecer toda a população do planeta durante dez anos. Porém, apenas 5% da reserva foram aproveitados até agora.

Esse manancial foi descoberto pela Petrobras, quando procurava petróleo na bacia do rio Paraná. Hoje, sabe-se que ocupa território nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Atinge também os Países Argentina, Paraguai e Uruguai. É um sistema transnacional. A área total de ocorrência chega a 1 milhão 400 mil quilômetros quadrados, dos quais cerca de 1 milhão está em território brasileiro. Sua dimensão norte-sul no Brasil chega a dois mil quilômetros.

Conforme estudos realizados até agora, o aquífero Guarani ainda está livre de contaminação. Contudo, devemos estar alertas. Outro problema é o uso descontrolado de poços artesianos, com desperdício de água.

Acredito, por isso, que o Fórum deverá debater e propor às autoridades medidas necessárias e urgentes de controle, monitoramento e redução da carga de agrotóxicos, para que se possam evitar problemas sérios e irreversíveis de poluição de uma das maiores reservas de água doce do mundo.

Da mesma forma, o Brasil precisa também dedicar maior atenção ao tema, haja vista o problema da escassez de água – uma ameaça constante – com prejuízo ao fornecimento de água e à geração de energia. Já tivemos um apagão, com graves prejuízos à população e à produção, atingindo grande parte do País. Um risco sempre presente. E, agora, vemos a cidade de São Paulo, maior centro urbano da América Latina, enfrentando um racionamento de água.

Na realidade, o futuro já bate às nossas portas e devemos estar preparados para esse desafio.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Nota de Buenos Aires

(Pronunciamento em 20 de outubro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, foi importante o encontro entre os Presidentes do Brasil e da Argentina e muito importante a nota de Consenso de Buenos Aires, assinada pelos dois Governos. Confesso que há muito tempo não via uma nota de Brasil e Argentina com tanta profundidade e identidade.

Que bom que os dois Governos chegaram a um entendimento com relação à Alca! Analisando-a de maneira conjunta, decidiram que os passos a serem dados por ambos no futuro serão adotados conjuntamente.

É importante a manifestação dos dois Governos “comprometendo-se a instrumentar políticas públicas que alicercem o crescimento sustentável e a distribuição eqüitativa de seus benefícios, propiciando ordenamentos tributários e fiscais mais justos”. Isso é algo importante e significativo.

Importante também dizerem que “ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos Governos estão trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos Países.

Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos Países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autono-

mia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. Nesse sentido, destacamos que a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.

Reafirmamos o nosso desejo de continuar com as negociações da Rodada de Doha em bases equilibradas e com perspectivas reais de êxito, em particular no que tange ao capítulo agrícola, superando a falta de resultados concretos em Cancun.

Expressamos que a administração da dívida pública deve ter como horizonte [isto é interessante, porque houve uma média de entendimento para se chegar ao consenso deste item] a criação de riqueza e de emprego, a proteção da poupança, a redução da pobreza, o fomento da educação e da saúde, bem como a possibilidade de manter políticas sustentáveis de desenvolvimento econômico e social.

Enfatizamos o nosso compromisso histórico com o fortalecimento de uma ordem multilateral baseada na igualdade soberana de todos os estados e rechaçamos todo exercício de poder unilateral incompatível com os princípios e propósitos consagrados pela Organização das Nações Unidas”.

Dou dez para esta nota! Penso que foram muito felizes os dois Governos. Repito: acho que nenhum outro encontro se deu de maneira mais conclusiva positivamente do que esse entre os Presidentes argentino e brasileiro, superando aquele episódio da visita à ONU, em que o Presidente argentino não compareceu ao discurso inaugural do Presidente Lula e a imprensa quis dar um destaque especial ao fato. Os dois encarregaram-se de anular, reunindo-se e abraçando-se em uma reunião do fórum.

Aqui está uma nota que acho muito importante e significativa. Por isso, dentro de uma hora, ali na Câmara dos Deputados, o Presidente Lula abrirá uma conferência do Parlamento Latino-Americano, para debater, de um modo especial, a questão da Alca.

Será muito importante o pronunciamento de abertura do Presidente Lula e também será muito importante o debate, no Congresso,

promovido pelas Mesas da Câmara e do Senado, que, a partir de amanhã, debaterão esta questão tão imprescindível para nós, que é exatamente a questão da Alca.

Deram manchetes interessantes ultimamente, nas quais, parece-me, alguns Ministros criticaram o Itamaraty com relação à reunião e à nota do PMDB manifestada nas negociações anteriores.

Quero dizer que respeito muito e tenho muito carinho pelo Ministro da Agricultura e pelo Ministro Furlan, mas acho, com todo o respeito, que a posição da agricultura merece a nossa consideração. E a posição do Itamaraty merece todo o nosso respeito. Em primeiro lugar, o Itamaraty não levou à reunião uma posição isolada. É a posição do Brasil, é a posição deste Congresso, é a posição do Presidente da República e é a posição que realmente significa o melhor para o Brasil.

Volto a repetir o que sempre se disse: nós não somos contra a Alca, não somos radicais opositores à Alca. Somos, primeiramente, favoráveis ao Mercosul. Acreditamos que o primeiro passo, a primeira ação da América Latina deva ser o Mercosul; um Mercosul que seja forte, pujante, com condições de se firmar. Aí sim, acho ideal, já com esse encontro, com essa nota esplêndida do Brasil e da Argentina, uma nota dos Países latino-americanos e um diálogo com os Estados Unidos. Aí poderemos discutir a Alca. Mas quem discute a Alca é a América Latina com o Mercosul. Como acontece hoje, de maneira esplêndida, diga-se de passagem, entre os Estados Unidos e o Mercado Comum Europeu.

Quando o Mercado Comum Europeu – que hoje é a Comunidade Européia – foi lançado, eu me lembro, parecia algo que iria se perder no infinito. E isso acontecerá, e a nota que lançaram e a primeira conferência que fizeram foi exatamente neste sentido: “Estamos dando os primeiros passos para que um dia...”

Parecia que nunca chegaria esse dia em que Inglaterra, França, Itália e Alemanha estariam juntos, com uma organização, com um Parlamento único, uma moeda única, uma legislação única, um regime em que quem nascesse na Inglaterra poderia trabalhar na Alemanha, em que quem nascesse na França poderia estudar em Portugal, ou seja, praticamente numa comunidade de nações. E isso começou devagar, com dificuldade. Começou deixando de lado guerras e mi-

lhões de mortos em centenas de anos, que se repetiram ao longo do tempo lá, no Velho Continente europeu. Pois eles chegaram. Pois eles venceram. E hoje está aí, com um diálogo franco, aberto e respeitoso entre a Comunidade Européia e os Estados Unidos.

A potência americana, o crescimento americano, a economia americana, o controle americano, o domínio americano em todos os setores – na economia, na agricultura, na televisão, no rádio, no jornal, no mundo científico – tudo é tão intenso que os europeus acharam que todos juntos poderiam fazer frente. Isoladamente seriam esmagados. Imaginem nós, da América do Sul, que não temos nem a história, nem a tradição e nem a cultura do Continente Europeu! Mas também não temos os ódios, as guerras, as mortes, não temos as histórias de tristes acontecimentos ocorridos no Continente Europeu.

É uma coisa interessante de se dizer: o continente latino-americano é rico. Sua agricultura, sua terra, seus minerais, a capacidade de sua gente reúnem todas as condições para ser um continente do Primeiro Mundo. Terras agricultáveis ninguém tem melhores do que nós. Temos água em abundância, minérios, petróleo. Se fechássemos as portas da América Latina para comercializarmos só entre nós, não precisaríamos importar absolutamente nada, a não ser tecnologia. É claro que ver esse continente crescer, desenvolver-se, negociar em condições de igualdade no concerto das nações é algo que alguns não querem. Mas nós temos obrigação de lutar por isso.

Por isso, vejo com alegria que este ano se está dando destaque para a absoluta conclusão do Parlamento Latino-Americano. A conferência, o debate, já existe, mas se está caminhando para uma conclusão real, para termos o nosso congresso, inclusive com Parlamentares eleitos, como na Europa, pelos Países para representá-los no Parlamento Latino-Americano.

Por isso, Sr. Presidente, acho que o discurso que o Presidente Lula fará, daqui a pouco, será muito importante. A conferência que se instalará e os debates que começarão amanhã são muito importantes. E a posição do Itamaraty com relação à Alca é absolutamente correta. Não me colocaria numa posição antagônica à Alca. Não me colocaria em uma posição antiamericana, pelo contrário, penso que devemos buscar o entendimento, o diálogo, uma fórmula pela qual, juntos, possamos avançar. Apenas acredito que, quando se trata de

querer fazer uma integração, antes de fazer como o americano gostaria, com cada País isoladamente da América Latina, o ideal seria a América Latina ter a sua organização, ter o Mercosul consolidado de uma maneira definitiva e, depois, disso, então, sim, discutir a Alca.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, venho a esta tribuna para pedir a transcrição, nos Anais, da nota de Buenos Aires, para trazer a minha solidariedade ao pronunciamento em defesa do Mercosul e para dizer que não somos contra a Alca, apenas defendemos, primeiro, o Mercosul, e que as negociações entre a América Latina e a Alca sejam feitas via Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Funcionamento do Senado

(Pronunciamento em 24 de outubro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, levantei uma questão, que causou tumulto no Plenário, sobre a decisão tomada pelo Presidente, juntamente com os Líderes, de determinar que, até 15 de dezembro, o Senado deve funcionar com sessões deliberativas de segunda a sexta-feira.

Eu disse que não somos guris de colégio nem meninas de internato de freira para receber determinação. O Presidente e os Líderes são importantes, mas penso que o Plenário tem a obrigação de saber, de conhecer e, se for o caso, de decidir.

O nosso amigo Presidente Sarney, que está hoje em Nova Iorque, voltará e parece que o estou vendo, da mesa da Presidência, dizendo: “Mas logo o meu amigo Senador Pedro Simon, que passou a vida inteira dizendo, debatendo que devemos funcionar de segunda a sexta-feira, agora que apresento a sugestão, se manifesta contrariamente! Eu não estou entendendo. Pensei que S. Ex^a fosse o primeiro a aplaudir e a dizer que estava certo”. Antecipando-me ao que Sarney poderá dizer sobre minha manifestação, quero esclarecer, agora, com calma, o que penso.

Sou favorável a um funcionamento mais racional do Congresso Nacional. Considero o nosso funcionamento ridículo. Passei 16 anos, nesta Casa, brigando para que o Congresso Nacional tivesse um funcionamento pleno. Não consegui. Então, vim morar em Brasília. Cansei de pegar o avião na quinta-feira à noite com destino a Porto Alegre, ficar lá até terça-feira, e, na terça-feira de manhã, vir para

Brasília e ficar até quinta-feira. Era um terço da semana em Brasília, um terço em Porto Alegre, e um terço no aeroporto e no avião. Isso é brutal, é ridículo, é grosseiro.

Fui candidato a Presidente do Senado, mas, assim como o Dr. Ulysses, fui o anti-candidato, porque vim a esta tribuna e publiquei uma plataforma de tudo aquilo que eu tinha certeza de que os senadores não iriam querer. Por exemplo, as viagens para o exterior não se dariam por indicação do Presidente, mas por votação dos senadores. O requerimento viria ao Plenário e seria colocado em votação. E, na volta da viagem, o senador faria prestação de contas ao Plenário do que havia feito. Atualmente, a viagem decorre de simpatia do Presidente ou do Líder.

Estou neste Senado já há quase 24 anos e não fiz uma viagem, nem por determinação do Presidente nem do Líder, porque não me sujeito a isso. Aceitaria ir por deliberação do Plenário.

Então, qual é a tese que eu defendia? Nós, Senadores, deveríamos nos reunir – por exemplo, hoje, dia 24, já que estamos no final do mês – para uma sessão do Senado, em que os Líderes, juntamente com a Mesa, apresentariam a pauta para o mês de novembro, determinando as matérias a serem votadas. Nós, então, decidiríamos, escolheríamos a plataforma, faríamos a decisão do que iríamos votar em dezembro. E aí o Senado funcionaria na segunda, terça, quarta, quinta, sexta-feira e sábado. Quando eu falei sábado, alguém gritou: “Mas, no sábado, ninguém trabalha!” Por isso mesmo! Então, todos vão ver que o Senado funciona inclusive aos sábados. Isso serviria até para mostrar que trabalhávamos o tempo todo, de segunda a sábado, para esgotarmos as matérias da pauta do mês de novembro. Se votássemos aquelas matérias até o dia 22, do dia 23 até o dia 30, ficaríamos nos nossos estados. Se tivéssemos condições de votar aquelas matérias até o dia 15, do dia 16 até o dia 30, ficaríamos nos estados. Se não votássemos aquela matéria até o dia 30, não iríamos para os estados, porque entraríamos no mês seguinte.

Esse é o funcionamento que defendo para o Congresso Nacional, principalmente para o Senado, que é muito mais fácil. Insisti, lutei, batalhei, mas não consegui. Para ser sincero, na reunião de que participei com o Presidente e os Líderes, houve apenas um voto, que foi o meu. Na verdade, ninguém concordou.

Acho engraçado. Sou do tempo em que íamos para o aeroporto esperar o nosso deputado. Quando o Congresso se localizava no Rio de Janeiro – que é muito mais perto do que Brasília – o normal era o deputado ir em março para o Congresso Nacional; a família só voltava em janeiro, para as férias, e ele, em julho, e a sua vinda era um acontecimento. Ficávamos um tempão sem vê-lo, pois estava trabalhando. Agora é o contrário, nós nos transformamos numa rotina.

Questionei a um parlamentar se era correto ficar um terço da semana aqui, um terço na sua terra e um terço no avião. Ele disse que estava certo, porque sai daqui na quinta-feira e, na sexta-feira e no sábado, cuida da sua estação de televisão, rádio e jornal; no domingo e na segunda-feira, cuida do seu complexo de frutas irrigadas destinadas à exportação. A rigor, o Senado, é supérfluo, porque ele tem rádio, jornal, televisão e a plantação de frutas irrigadas destinadas ao exterior.

Então, há uma série de deputados e senadores que têm ligações em seus estados que não são nem políticas nem contatos políticos. O tempo lhes propiciou e eles viciaram-se nisso.

Mas, volto a repetir, para funcionarmos como deveríamos, o projeto está numa comissão, é só aprová-lo. O Senado funcionaria de segunda-feira a sábado, tantos dias quantos forem necessários. Terminado esse prazo, voltaríamos para a nossa residência.

Lembro isso para que o meu amigo Presidente Sarney, quando voltar, não precise dizer aquilo que, tenho certeza absoluta, diria: “Mas, logo o Pedro!”

Mas as coisas que eu defendi, que penso que são boas – para não dizer que só digo coisas ruins – e que estavam na minha plataforma, justiça seja feita, foi o Senador Sarney que as adotou. Vejam, por exemplo, a pauta que V. Ex^{as} têm na mesa, a pauta que recebemos. Na verdade, ela não era assim. Vínhamos para a Ordem do Dia e não tínhamos idéia do que seria votado. Votávamos e não sabíamos o que estava em votação. Votávamos porque tinha de ser votado. Esta pauta, justiça seja feita, que o Senador Sarney adotou e, modéstia à parte, defendi por muito tempo, significa mudança. Com ela, sabemos o que será votado no mês inteiro. Se estou em Porto Alegre, sei que na terça-feira será votado determinado projeto, para mim muito importante. Por isso, tenho que estar aqui. Como posso pensar que, na terça-feira,

devo estar aqui, mas os projetos não têm maior significado, por isso posso me ausentar, mas estarei deixando de votar.

Então, aqui está a pauta de hoje até o fim do mês. Daqui a pouco teremos a pauta de novembro, do dia 1^o até o dia 30. Pode-se acrescentar novas matérias à pauta, mas elas serão acrescentadas uma semana antes de serem votadas. Parece piada, mas hoje não se pode imaginar o funcionamento do Congresso sem a agenda de votações. Mas, cá entre nós, meu secretário, funcionava sem ela. Votávamos, mas não tínhamos idéia do que estávamos votando. Essa foi uma decisão importante.

Sr. Presidente, acho que nós, Parlamentares, temos a responsabilidade de realizar aquilo que me parece concreto e objetivo em relação ao funcionamento desta Casa. Vejo que este Senado está vivendo um dos seus momentos mais bonitos no que tange ao debate e à discussão. Até estranho que esta sexta-feira tenha sobrado tempo para falarmos, porque o normal é, com tantas inscrições, faltar tempo. O Congresso recebeu pessoas de primeiro nível. Está aqui o Senador Mão Santa, uma dessas pessoas espetaculares, que está dignificando esta Casa, com a sua pureza, com o seu sentimento e com a representação que traz daquilo que vemos. S. Ex^a fala o que sente no coração. Assim, o debate está sendo altamente positivo. Mas quero confessar uma coisa: estou aqui há mais de vinte anos e nunca vi um parlamentar inscrito em segundo ou terceiro lugar não falar durante a sessão. Outro dia, o Senador Roberto Saturnino era o primeiro inscrito. A sessão foi até às 19 horas e 30 minutos e S. Ex^a não falou.

Com todo respeito aos Srs. Líderes, o conceito que tenho de comunicação de líder não é o que estou vendo aqui. Em primeiro lugar, a comunicação de líder é a comunicação que o líder faz em nome da Bancada, porque é um assunto de interesse do partido, de urgência, e que importa para todos. Os líderes têm usado a comunicação de líder para tratar do assunto que bem entendem. Em segundo lugar, no Congresso um líder nunca podia falar mais do que uma vez por sessão. Juro por Deus que eu nunca tinha visto essa interpretação de que o líder pode falar em cada parte da sessão. Ele pode falar nas explicações iniciais, antes da Ordem do Dia, pode falar na Ordem do Dia e pode falar no final. O líder pode falar três vezes! Eu nunca tinha visto isso.

Sempre soube que invocar o nome de um parlamentar dá ao citado o direito de falar no momento, respondendo, se brincarem com esse parlamentar, se lhe atingirem, se lhe ofenderem, se ele tiver a obrigação de responder na hora a algo que disserem a seu respeito e que não seja verdadeiro. Mas o que se vê é o líder citar o nome de outro parlamentar, dizendo algo a seu respeito, e este ter o direito de responder imediatamente. Então, fica bola para lá, bola para cá. Amanhã, posso combinar com o Senador Mão Santa e com a Senadora Heloísa Helena: falo da Heloísa, que fala do Mão Santa, que fala de mim. Então, peço para falar de novo, porque fui citado, e assim o faz a Heloísa, e assim o faz o Mão Santa. É o que está acontecendo aqui, com três ou quatro líderes. Com todo respeito, isso não é de um Parlamento. Isso humilha os parlamentares que não têm liderança, mas que têm vez e que têm voz. E são todos iguais. Humilha o parlamentar que está inscrito em primeiro ou em segundo lugar e que termina não falando.

Acho muito importante a reunião dos Líderes com o Presidente. Já fui líder muito tempo e acho isso significativo. Mas não acho que isso seja definitivo. Na Casa, temos a Mesa, que decide, que existe para decidir as matérias. Mas da decisão da Mesa cabe recurso ao Plenário. Posso não aceitar a decisão da Mesa e recorrer ao Plenário, que dá a última palavra, como aconteceu quando se quis processar um senador: a Mesa falou contra, mas houve recurso da Mesa para o Plenário, que o aceitou. Tudo bem, mas foi o Plenário que decidiu.

A reunião de Líderes com o Presidente é importante, pode ser respeitosa, mas não significa que seja decisiva. Não significa que o Plenário não tenha o direito de ouvir e de decidir. Por isso, acho que essa decisão que a Mesa está tomando, ouvindo os Líderes sobre como será o funcionamento no futuro, deve ser apresentada em plenário. Quero saber, quero ouvir, quero que o processo, que o documento, que a revisão do Regimento, seja lá qual for a decisão da Mesa, venha a plenário antes de ser aprovada, para que possamos tomar ciência e opinar.

Com toda sinceridade, como está não pode continuar. Falo, com longa experiência, com sensibilidade, tranquilo, sem irritação, sem mágoa, que como está não pode continuar. Respeito as Lideranças. Respeito as pessoas mais impulsivas, até porque este é um Congresso

novo, de gente que quer falar, debater. Isso é ótimo, mas tudo na vida tem que ter uma regulamentação. Temos que estudar a maneira como vamos conviver. E não podemos conviver, sem que haja irritação hoje e uma explosão amanhã, com algo que não tenha racionalidade, que desrespeite as pessoas, que as torne desiguais. O líder é mais? É mais, tanto que há a comunicação de líder; tanto que, na hora de votar, ele vota e orienta sua Bancada. Mas daí a o senador ficar parado, quieto, de braços cruzados, inscrevendo-se todo dia e não falando nunca, porque não tem vez, não acho correto.

Pois não, Senadora.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Pedro Simon, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a, porque, de alguma forma, alerta a Casa sobre problemas graves que estão acontecendo. É evidente que o calendário do Senado ser estabelecido conforme a conveniência do Executivo não é algo novo. Com certeza, V. Ex^a, assim como eu, que estou aqui há apenas quatro anos, já viu várias vezes, no Senado, o calendário ser alterado conforme as conveniências do Executivo. O fato de isso já ter acontecido no passado não nos obriga a sermos omissos, cúmplices, com o nosso silêncio, de algo que está acontecendo e que, muitas vezes, é alardeado para a opinião pública com certo cinismo e dissimulação. Dizer-se que o que está sendo proposto é que trabalhemos mais é confiar na incapacidade de interpretação da população sobre o que aqui acontece. Basta se ver o que está acontecendo no plenário. As cadeiras vazias, com certeza, simbolizam o maior atestado da veracidade do que está expondo V. Ex^a. Não vejo nada de mais na mudança do cronograma, em se aceitar a proposição de V. Ex^a ou de qualquer outro senador, para que o senador possa desenvolver tarefas parlamentares no seu estado ou em outros estados em qualquer dia da semana. Isso tudo é possível, é válido, e tem proteção regimental e constitucional. No entanto, o que mais nos irrita é o cinismo e a dissimulação de dizer para a opinião pública que o que vamos fazer é trabalhar mais, trabalhar de segunda a sexta-feira. Isso não é verdade. O cronograma montado nada mais é do que um cronograma estabelecido pelo Palácio para garantir o tempo e a agilidade às reformas que o Executivo e a base de sustentação e/ou bajulação entendem como necessários. Penso que é muito melhor que a sinceridade seja estabelecida. Neomaiorias se

constituem, mas não precisamos ludibriar a opinião pública dizendo que se está montando um calendário para proporcionar mais trabalho ao Senado e que foram as medidas provisórias que impediram as votações de matérias importantes. Portanto, quero me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a. Esclareço que não abro mão do meu direito de intervir. Àquilo que é regimental, tenho a obrigação de submeter-me, mas em relação àquilo que se alterará no Regimento, sei que tenho o direito de participar e votar. Mas não tenho nenhuma obrigação de submeter-me a algo que seja decidido por Líderes ou pela Mesa ou por quem quer que seja, porque recorrerei ao Plenário, com o direito que tenho, direito que tem qualquer outro senador o tem. Portanto, fiz questão de solicitar este aparte para solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a lembra uma questão que é importante esclarecer: essa decisão de haver sessões deliberativas segunda a sexta, até 15 dezembro, não foi tomada para trabalharmos mais; sabemos que ela foi tomada para se contar prazo para as reformas constitucionais. Deve haver cinco dias para a apresentação de emendas e cinco dias para a votação para, depois, a matéria ser votada. Posteriormente, ela volta para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentam-se novamente emendas, a matéria vem ao plenário e deve-se esperar mais cinco dias para ser apreciada.

Como será necessário proceder dessa forma, duas vezes para a reforma da previdência e mais duas para a reforma tributária, eles fizeram os cálculos e constataram que só terça, quarta e quinta-feira não serão suficientes. O que eles querem é contar o tempo. Inclusive, há parlamentar preocupado por ter de vir na segunda ou na sexta-feira. Ninguém está preocupado com isso. E podem ficar tranquilos porque, àqueles que não vierem, não vai acontecer nada. Eles querem a segunda e a sexta-feira para contar prazo para as emendas. O Líder do PT vai ler no plenário a emenda da Previdência. Contar-se-á prazo. São cinco dias para a apresentação de emendas e, só depois, a matéria vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; posteriormente, ela volta ao plenário, onde ficará por mais cinco dias. Portanto, se se contar só terça, quarta e quinta-feira, porque só se conta prazo em sessão deliberativa, o tempo não será suficiente. Então, V. Ex^a tem razão. Estão usando a segunda e a sexta-feira para

esse fim. Portanto, que digam que é para isso. “Precisamos disso” e pronto! Eles têm maioria, não há o que discutir. Mas digam que é para isso.

Concordo plenamente com V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu queria justificar a presença de V. Ex^a na tribuna e no Senado. Dos 180 anos de Senado, temos a imagem de Joaquim Nabuco como o Senador do Império; Rui Barbosa, como o Senador do nascer da República; e, hoje, V. Ex^a simboliza toda esta História. Enquanto a companheira – se assim me permite chamá-la – Heloísa Helena diz que se irrita com o cinismo de alguns, quero dizer que me entusiasmo com as virtudes de V. Ex^a. Como disse o Padre Antônio Vieira, o exemplo arrasta. É o exemplo de V. Ex^a que nos faz melhores senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Recebo com muita emoção a manifestação de V. Ex^a, fruto da nossa amizade e da reciprocidade de pensamento por ver em V. Ex^a um homem que representa com totalidade absoluta o seu povo, porque fala aqui a linguagem do Piauí. E creio que o Piauí nunca esteve tão bem representado como por V. Ex^a.

Vamos ter que discutir essa matéria. Creio que o Presidente não faria nada demais se fizesse uma reunião de trabalho com todo o Plenário, na qual todos os parlamentares que têm interesse no assunto pudessem falar. Poderíamos discutir o tema em toda a sua amplitude.

De minha parte, este ano me dediquei a uma profunda meditação. Muitos têm cobrado de mim: “Onde está o Senador Pedro Simon, o impulsivo, o apaixonado, que bate na mesa, que diz e fala sobre tudo e sobre todos”? Realmente, tenho dito para mim e para os meus amigos: “Sou um otimista do Governo do Presidente Lula. Creio que o Presidente Lula é um fenômeno que aconteceu no Brasil e no mundo”.

Foi uma vida muito difícil para alguém que nasceu em uma cidade onde, a cada cem crianças, sessenta morriam antes de completar um ano; cujo pai o abandonou, e a mãe e sete filhos foram para São Paulo tentar uma vida melhor. E, naquele mundo de nordestinos sem emprego, sem nada, fazendo mil coisas, ele cria o sindicato, cria um

partido e é Presidente da República. Esse é um exemplo do qual não há semelhança no mundo inteiro.

O Presidente é um homem de bem, um homem sério, um homem digno. É um homem de quem, até hoje, não se tem uma notícia que envolva a sua dignidade, o seu caráter e a sua seriedade.

O Brasil espera que as coisas aconteçam, mas as coisas não estão acontecendo. A verdade é esta. Entre o discurso e a realidade, há uma diferença infinita. É claro que aquele discurso do PT, quando ele era “estilingue” e atirava por todas as vidraças por onde passava, no Executivo não dá para fazer. Ninguém quer cobrar do governo que faça tudo aquilo que prometeu. Mas cobramos a responsabilidade diante de coisas muito sérias com relação ao PT. No campo da ética, por exemplo, há alguns comportamentos que deixam a desejar. O Presidente Lula deveria agir com mais profundidade e com mais convicção.

Não sei se o Presidente já se deu conta de que hoje já está fechando 20% do seu tempo de governo. Mais aproximadamente um mês, e Sua Excelência estará completando 25%, um quarto do seu Governo. Dos quatro anos, um está chegando ao seu final.

Na verdade, não é o problema de as promessas não terem sido cumpridas. V. Ex^a cita, com razão, as estradas. E não são só as do Piauí que necessitam de obras; as nossas, do Rio Grande do Sul, estão totalmente paralisadas.

Aliás, olhando para todos os cantos, perguntamos qual a obra que foi feita e qual a que foi continuada.

Mas não é isso o que me assusta. O que me preocupa e me angustia é que não vejo um projeto para o futuro. Se eu tivesse diante de mim ou se tivessem me apresentado um projeto, dizendo: “Esta aqui é a minha proposta; vamos fazer isto aqui”, eu diria: “Muito bem, vamos esperar que isso seja feito”.

Mas não se sabe. Não se sabe qual é a posição definitiva do Brasil com relação à Alca, não se sabe qual é a posição definitiva do Brasil com relação ao Mercosul e não se sabe qual é a posição definitiva do Brasil com relação à fórmula de governar.

Que o Governo errou ao criar 35 ministérios, não há dúvida nenhuma. Ele deve reconhecer isso hoje. Foi um exagero desnecessário. Nunca me passou pela cabeça que o PT, no Governo, criaria 35

ministérios. Ele se equivocou ao nomear para esse ministério companheiros ilustres, brilhantes, extraordinários, fantásticos, mas que perderam as eleições. Foi como se houvesse dado a eles um prêmio de consolação, quer dizer, perdeu a eleição; então, leva como compensação um ministério. Isso deixou os níveis de análise do PT sob interrogação.

Eu era daqueles que imaginavam que o PT tinha muita penetração no Brasil, que representava a alma nacional. A vitória de Lula representava algo que era uma expectativa de todo o Brasil. Àquela altura, eu disse da tribuna que ele poderia fazer um pacto de Moncloa – e teria todas as condições para isso, porque a população estaria toda do seu lado –; poderia fazer um programa para a Nação como o fez Churchill, seu amigo. Se dissesse: “É hora de sangue, suor e lágrimas. Vamos nos unir nesse sentido. Esse é um projeto do qual teremos que pagar a conta, cada um fará a sua parte...”

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador Pedro Simon, assim como todo o Brasil, lamento interrompê-lo. Estou já apelando para Montesquieu, para o Espírito da Lei, porque V. Ex^a ultrapassou em 50% o tempo de que dispunha.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Sr. Presidente. Imaginávamos que, com esse programa, ele convocaria para os seus ministérios os notáveis; os grandes nomes do seu partido, sim, mas que estão na universidades, os intelectuais, gente de gabarito e peso para fazer um governo como esperávamos. Como isso não se deu até agora, angustio-me, Sr. Presidente, repito, não pelo que não foi feito, mas por eu não ter uma idéia do que será feito, porque o Governo não me deixa tranqüilo, nem sereno para confiar.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância e oportunidade.
Muito obrigado.

Decisão do STF sobre Juros

(Pronunciamento em 3 de novembro de 2003.)

Senhor Presidente, tenho aqui três assuntos e não sei se terei tempo para falar sobre todos eles.

Em primeiro lugar, é com alegria que lerei matéria que não saiu em nenhum jornal de circulação diária, mas no *Jornal da Comunidade*, que considero muito importante. Tendo como manchete “Judiciário abre guerra aos bancos”, diz o jornal:

As instituições financeiras terão que devolver aos clientes, com os mesmos juros, tudo o que foi cobrado indevidamente em taxas ou encargos, após consulta judicial. A decisão foi tomada pelo Superior Tribunal de Justiça, graças a um voto da Ministra Nancy Andrighi – gaúcha, diga-se de passagem – a propósito da disputa judicial entre uma empresa de Minas Gerais e o Banco Bandeirante. A decisão do STJ pode favorecer milhares de pessoas que já entraram na Justiça contra bancos por não concordarem com as taxas cobradas.

Essa decisão, Sr. Presidente, é de grande significado. Vale a pena salientá-la, porque acredito que ela irá revolucionar o relacionamento entre clientes e os bancos do Brasil.

A Justiça brasileira finalmente determina igualdade de tratamento ao dinheiro do pobre e do rico na relação entre devedor e credor. A partir de agora, se o banco cobrar do endividado cliente no cheque especial, por exemplo, uma taxa de 11%, e tal cobrança seja considerada indevida pela Justiça, ele terá que devolver o que cobrou a mais pela mesma taxa, ou seja, os 11%. Sem choro nem vela.

A recente decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, sobre o assunto, pode ser considerada uma declaração de guerra do Poder Judiciário aos banqueiros e promete sacudir o País se a sociedade for aos tribunais para reivindicar o que perdeu na sua relação com os bancos.

Trata-se de um fato histórico relevante. A decisão do Superior Tribunal de Justiça, graças ao voto da Ministra Nancy Andrighi, se deu em razão de uma disputa judicial entre uma empresa de Minas Gerais, JZ Outdoor Ltda. e o Banco Bandeirante. A JZ alegou na Justiça que, de 1994 a 1998, foi obrigada pelo Banco Bandeirante a pagar um custo financeiro acima do contratado em forma de taxas de prestação de serviços, bem como juros e encargos contratuais lançados diretamente na conta corrente da empresa.

Esta realizou aprofundado exame sobre a irregularidade de tais lançamentos. Constatou-se o que desconfiava, ou seja, a existência de várias cobranças indevidas, sob diferentes rubricas, além de juros acima do índice pactuado. Configurou-se o que a Justiça chama de “indébito bancário”, cobrança indevida, realizada a maior. Simples usurpação de dinheiro. Roubo.

O entendimento do STJ se apoiou no princípio jurídico que veda o denominado “enriquecimento sem causa”. Pleiteou, portanto, a empresa, com base nessa disposição legal, a devolução pela mesma moeda que pagou, isto é, o principal do empréstimo e o custo financeiro imposto pelo banco.

Os Ministros se debruçaram sobre o assunto. Instalou-se a polêmica sobre qual seria o procedimento jurídico. Ressalte-se que é grande o número de ações, em todos os tribunais do País, onde são questionados os elevados índices de juros, correção monetária e taxas de inadimplência, que incidem sobre os débitos dos clientes, quer seja pessoa jurídica, quer seja pessoa física.

Em relação a esse aspecto, a questão já estava esclarecida, pois o Judiciário havia deliberado sobre os parâmetros que devem pautar os cálculos bancários. Os que compram sua casa própria financiada, por exemplo, não são obrigados a pagar juros extorsivos e ilegais, taxas de inadimplência que são arbitrariamente impostas, e nem índices de correção monetária que não reflitam, necessariamente, a recomposição da moeda corroída pelo tempo, mas que promovem a elevação dos saldos devedores.

A novidade na decisão do STJ, substancialmente, se refere à fixação do indicador a incidir-se sobre o débito que o banco deve devolver por ter cobrado a mais. O STJ se apoiou, entre outros argumentos, no Código Civil de 1916, onde está dito que “todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir”. Teria o tomador o direito de receber o que pagou a mais com a mesma taxa de juro que o banco lhe cobrou?

No Brasil, até agora, o abuso campeonou – e continua campeonando – na relação entre os bancos e seus clientes, submetidos a uma série de exageros na fixação dos custos dos empréstimos, construídos sob critérios, majoritariamente, subjetivos. A coisa, agora, mudou.

A Ministra Nancy Andriighi – gaúcha – que proferiu o voto vencedor no recurso, ressaltou que se o banco cobrou do seu correntista, indevidamente, juros à taxa de 11% ao mês, deverá restituir o valor pago a mais, acrescido da mesma taxa, isto é, de 11% ao mês. Havia um precedente que estava pautando o posicionamento do STJ sobre o assunto.

A Ministra Nancy Andriighi discordou e avançou em sua argumentação de forma mais ousada. Os bancos que abusam de seus clientes, segundo ela, não devem ser premiados a devolver aquilo que cobram a mais com juros menores do que aqueles que efetivamente cobraram. Seus argumentos venceram ao convencerem os colegas do STJ.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que o nosso relacionamento com os bancos é um relacionamento em que não temos chance de nada.

Muitas pessoas entraram com recursos. Mas, na verdade, no Brasil, litigar com banco e nada é a mesma coisa. Tanto lá, como aqui, entrar em juízo contra banco era algo desnecessário. Essa decisão muda. É uma decisão do Tribunal que vai atingir milhares e milhares e milhares de ações que estão tramitando.

Quero dizer que considero uma decisão da maior importância e muito significativa, em que os bancos terão que analisá-la daqui por diante.

Meus cumprimentos à ilustre Ministra, que honra e dignifica a Justiça brasileira.

Infelizmente, hoje, uma de nossas Companheiras nos trouxe casos dramáticos de envolvimento de alguns representantes do Poder Judiciário, é bom que no mesmo dia se mostre, como S. Ex^a muito bem salientou, juízes que merecem o nosso respeito.

Falo também, Sr. Presidente, sobre a visita do nosso Presidente da República à África, que considero altamente positiva. O Brasil voltar-se para a África é algo que realmente tem de ser feito. Um dos aspectos que eu admirei nos Governos da ditadura militar foi a independência do Itamaraty. E foi exatamente no regime militar que o Itamaraty voltou seus olhos para a África: passou a dialogar, viajar e receber presidentes daqueles Países.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso a coisa não andou. Havia andado no Governo do Presidente Itamar Franco, quando ele criou a comunidade luso-brasileira, reunindo o Brasil e as ex-colônias portuguesas lá na África. Foi uma atitude da maior importância e do maior significado. Mas o nosso amigo, Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não fala nenhuma língua africana, era mais dado aos Estados Unidos e à Europa, e não sobrou tempo para olhar, como devia, para a África.

Acho que o Presidente faz bem. Até acho que aquilo que Sua Excelência fez com a Bolívia, e muita gente e até a imprensa debochou, de auxiliar a Bolívia... Acho que os acordos que Sua Excelência vai fazer com os Países africanos, inclusive na perspectiva de auxílio, tem um significado mais profundo do que parece. O fato de Sua Excelência ir lá e pedir desculpas, em nome do povo brasileiro, pelos regimes de escravidão que se fez neste País com os africanos, ao longo de centenas de anos, merece respeito e admiração. Sua Excelência falará em nome do Brasil inteiro quando pedir aos povos da África desculpas pelo que passaram aqui, e que ainda estão passando os descendentes, os homens de cor que, em qualquer posição, estão em inferioridade com relação aos homens brancos.

Acho e repito que o fato de auxiliar, de dialogar com esses Países é algo importante. E mostra que o Brasil, um País pobre, um País que tem milhões que passam fome, que o Brasil que é um País que tem uma dívida recorde, encontra tempo e tem a visão de entender que há pessoas e Países que estão piores do que nós, que estão em situação mais dolorosa do que a nossa e que podemos ajudá-los.

A ajuda não diminuirá o Brasil. Não perderemos muito com isso. Do pouco que daremos, poderá significar muito para um País como Porto Príncipe e para Países que vivem em situação dramática. Isso pode ser um exemplo para o que falta à grande caminhada do Presidente Lula e de seu Governo.

O Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, esteve nesta tribuna chamando a atenção para o esforço dramático que se fez este ano para haver o superávit primário. Esse superávit primário é a metade do que vai se pagar de juros pela dívida externa. Vamos pagar cento e vinte bilhões. Se pudéssemos aplicar esses cento e vinte bilhões no Orçamento brasileiro... Se pudéssemos olhar para o Nordeste com esses cento e vinte bilhões... Se pudéssemos olhar para as estradas brasileiras... No entanto, pagamos juros exorbitantes, estúpidos, imorais!

O Presidente Fernando Henrique, justiça seja feita, anos passados, na ONU, falou sobre isso. O Presidente Lula falou sobre isso. Mas penso que essa é uma questão que deve ser muito mais do que falar sobre isso. Essa deve ser a grande questão do grande debate dos Países em desenvolvimento e dos Países do Terceiro Mundo. O próprio Papa falou isso e o próprio Presidente do Banco Mundial também falou isso. O vice-Presidente do Banco Mundial, em uma declaração, disse que os juros pagos pelo Brasil são muito altos, que o Brasil está pagando juros muito altos, e a razão dos problemas existentes na economia brasileira é a taxa exagerada de juros paga pelo Brasil.

Se o homem do Banco Mundial diz e reconhece isso, se o pessoal do Fundo Monetário Internacional deu uma declaração exatamente nesse sentido, de que se tem de analisar a exorbitância dos juros internacionais que o Brasil está pagando, eu creio que se há uma razão de unidade da Oposição e do Governo e de todas as classes do Brasil era a hora de uma caminhada com elegância, não é pedindo a moratória, não é virando a mesa, mas com capacidade e com firmeza dizer, porque, na verdade, se formos analisar em profundidade estaremos quase que cometendo um crime contra o povo brasileiro. Pagar cento e vinte bilhões lá fora e deixar trinta milhões de brasileiros morrendo de fome...

O Governo lança um plano fantástico, revolucionário, de acabar com a fome, e dá alguns tostões para esse plano, porque não tem no

Orçamento... Ele não consegue levantar do chão, porque o Orçamento não permite. A terra onde nasceu o Presidente Lula passa por uma seca dramática, cruel, onde estão levando água em caminhões-pipa, para que as pessoas possam se satisfazer, enquanto pagamos juros exorbitantes.

Acho linda a viagem do Presidente Lula à África do Sul. Acho-a simbólica, importante, de grande capacidade. Tem o cunho de mostrar que o Brasil tem essa visão. Se o Bush que é o Bush foi à África e pediu desculpas pelos africanos escravizados nos Estados Unidos, quanto mais nós, que os escravizamos por muito mais tempo! E mais: de certa forma, em níveis de injustiça social, permanecem até hoje.

Mas acho que o Presidente Lula, na sua grande tese a ser defendida, talvez a número um, muito mais importante do que participar do Conselho de Segurança Nacional, que é uma luta, como Membro Permanente – aliás, o Presidente Fernando Henrique a defendia com garra e também agora o Presidente Lula a defende, e eu nem sei o que significa ser Membro Permanente da ONU em termos de vantagem para o País – é fazer uma caminhada no sentido de demonstrar que, como está, não é possível.

Alguém fez a análise seguinte: a dívida do Japão é infinitamente maior do que a brasileira. Infinitamente maior. Acontece que o Japão paga, de juros, pela dívida, de 1% a 2%. E nós pagamos o que pagamos.

Os economistas, em um estudo interessante, dizem o seguinte: se por uma fórmula o Brasil pudesse pagar pela sua dívida externa os juros que o Japão está pagando, de repente teríamos um mar de dinheiro para gastar aqui, e mudaríamos nossa economia. E se o Japão tivesse que pagar pela dívida dele os juros que o Brasil paga, a economia japonesa explodiria, porque iria à bancarrota. Não digo que se pague a taxa de juros americana, 1%; não digo que se pague a taxa de juros japonesa, alemã, 1,5%, 2%. Mas que se pague 6%, 7%; que se pague alguma coisa razoável, normal e que se deixe realmente um País como o nosso olhar para dentro de si. Já se disse que a economia da Índia e a da China estão crescendo, a China, 8%, 9%, 10% do seu PIB, e a Índia nesse caminho, porque fecharam sua economia, não buscaram essa oferta de dinheiro externo e não têm essa dívida para pagar. Por isso, as crises de fora, as crises americanas, as crises das

Bolsas não os atingem. Esses Países estão tranqüilos, serenamente levando adiante e conseguindo novos mercados pela independência da sua economia. Nós fomos inventar de ficar devendo, aumentar a dívida...

Lembro-me, em 1964, quando defendíamos o Governo do Jango, que foi derrubado, a causa número um da sua queda foi o Brasil já estar devendo US\$3 bilhões. A dívida brasileira era de US\$3 bilhões. Aonde iria parar este Brasil se o Jango continuasse? Veio a ditadura, o regime militar, passaram-se anos, e hoje a dívida brasileira, meu Deus do céu!...

Este Congresso inclusive poderia dar a sua parte, a sua colaboração, a sua caminhada no sentido de permitir, de se oferecer a chance de participarmos da luta pela derrubada dos juros da dívida externa brasileira.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte posteriormente?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz para esta Casa um debate real sobre os direitos humanos em toda a sua amplitude, inclusive internacional, abordando a nossa relação com os povos e a defesa das raças. V. Ex^a expõe um tema de grande envergadura, cuja formulação é muito bem apresentada, principalmente no que se refere à defesa dos direitos. Apresenta, também, o tema receita e despesa no plano nacional, questão que tem que ser aprofundada em um debate, como faz V. Ex^a, não escamoteado, ideologizado. Se trabalharmos no plano real, faremos a diferença. O assunto exposto é importante e deve ser aprofundado para que possamos sair dessa situação para patamares de justiça, diminuindo as diferenças internas e externas. A abordagem de V. Ex^a sobre a seca histórica no Brasil traz o debate para a realidade; sabemos que a seca precisa ser combatida na raiz, não apenas com discurso, mas em profundidade para que se resolva de uma vez por todas, porque ela já perdura ao longo de séculos. Parabênizo V. Ex^a pelos importantes temas que traz a esta Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Pedro Simon, peço desculpas por interromper o importante discurso de V. Ex^a, mas estava ali na mesa e meu coração começou a palpitar um pouco diferente. Gostaria de deixar clara a importância da participação de alguns membros desta Casa nas discussões da ONU, estando presente, assistindo e discutindo temas importantes que lá são debatidos pelos congressistas. V. Ex^a falou sobre a África. Assistindo a alguns trechos e à ordem das discussões da Assembléia Geral, passou-me o seguinte, Senador: qual seria a importância para o Brasil a discussão deste tema: as Minas de Diamantes da África. É uma comissão especial que se forma na ONU. A importância está no que V. Ex^a fala, a falta de assistência daqueles que exploram os africanos, sem ter a correspondência da retribuição exata do que eles precisam para sobreviver. É um tema importantíssimo. Outro dia, V. Ex^a reclamou, se não estou enganado, de uma participação mais ativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nas discussões externas do Brasil por meio do Itamaraty. Trouxe vários temas discutidos lá, e achei importantíssima a tese que V. Ex^a levantou, pela qual eu queria cumprimentá-lo. É surpreendente que nessa parte da África o maior produtor de diamantes é o que mais passa fome no mundo. Alguém está levando vantagem. Portanto, eu queria cumprimentar V. Ex^a pela citação que fez sobre a África e que eu não poderia deixar passar em branco. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse, com muita propriedade, que o Senado tem de se debruçar sobre este tema, da relação do Brasil com o mundo e especialmente com os Países que têm analogia, laços culturais e históricos conosco. Eu queria dizer que o meu coração também bateu muito alegremente ao escutar, com atenção, o discurso de V. Ex^a de hoje. V. Ex^a faz a sua

parte brilhantemente quando convoca o Senado à discussão, não só abordando a viagem do Presidente à África, mas também demonstrando que, além da retórica, o Governo brasileiro experimenta ações e comportamento que vão além do discurso porque propõe acordos, modificações e novas diretrizes para a formação de novo rumo para a economia mundial. É absolutamente indispensável que o esforço que o Governo está fazendo para tentar mudar o Brasil seja levado ao mundo também, já que mudar o Brasil em grande parte significa mudar o mundo igualmente. As questões estão inter-relacionadas, dado o nível de compromissos que a economia, a Nação brasileira teve de assumir nesse passado em que a dívida se elevou, como V. Ex^a ressaltou muito bem, assim como os juros e toda a série de compromissos que amarram a nossa economia. É preciso realmente juntar forças, integrar a América do Sul e depois o Atlântico Sul. Por que não se pensar também num mercado comum que, além da América do Sul, englobe o Atlântico Sul, como as nações africanas subsaarianas. Isso exige um esforço e uma diretriz muito firme, uma determinação de enfrentar todos os campos: na discussão seja sobre a Alca, seja sobre os fatos relacionados ao Iraque, seja sobre os nossos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional, seja sobre o Conselho de Segurança. Em tudo isso tem de haver uma unidade que busque exatamente mudar as regras do mundo, que não podem continuar sendo feitas pelos Países ricos em detrimento dos Países que aspiram melhorar o nível de vida de suas populações. É claro que temos de dar o exemplo internamente e modificar a situação de injustiça gritante do Brasil, mas ao mesmo tempo levar esse tema também ao mundo e mostrar que é impossível, é inviável, é insustável essa organização mundial em que os Países que aspiram à melhoria de condições de vida de suas populações encontram barreiras, encontram regras, encontram, enfim, determinações ditadas pelas potências econômicas do mundo.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Cumprimento V. Ex^a e peço desculpas por me ter alongado no aparte. Secundando o que disse o Senador Tuma, o meu coração também bateu muito alegremente ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a hoje, provavelmente, mais uma vez, não conseguirá falar, mas,

de certa forma, fez um brilhante aparte, de grande conteúdo, da maior importância. Honra o meu pronunciamento o seu aparte, que tem vida própria e que realmente representa o que defendemos.

Claro que precisamos fazer a nossa parte; claro que há injustiças enormes com a nossa gente, mas em relação aos outros Países é muito caro o que estamos pagando pela política de alguns Países, aliás um País sul-americano, de que temos que pagar a conta.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, o que queria dizer não é nada diferente de tudo aquilo que já foi dito a respeito do discurso brilhante e oportuno que V. Ex^a faz. É sem dúvida um dos capítulos mais negativos da vida das nações a que estamos assistindo agora como consequência de mais um golpe, e o mais insidioso de todos, um golpe colonialista econômico da globalização. Na verdade, a globalização, inventada pelos Países ricos, não tem outro propósito senão manter a todo preço a submissão por meio de uma política de mercados, de intervenção insidiosa, sobretudo quando o Brasil não tem mais instância, e não existe mais aquela bipolarização comunismo/capitalismo. Assim o capitalismo internacional nunca esteve tão à vontade para escravizar os Países do Terceiro Mundo como neste momento que vivemos. É preciso que homens como V. Ex^a, e estadistas, como vem se revelando o Presidente Lula, se levantem contra essa situação. Os Países, sobretudo os emergentes como o Brasil, não podem continuar submissos aos interesses e aos caprichos do mundo desenvolvido. Pouco adianta qualquer esforço, como o Programa Fome Zero e outros investimentos, para tentar salvar o País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Senador José Maranhão, pediria licença para prorrogar a sessão, a fim de que o nosso Senador Pedro Simon possa concluir o seu discurso e V. Ex^a o seu aparte. O tempo da sessão já terminou, mas a prorrogaremos até mesmo porque há três oradores que desejam falar e terão cinco minutos cada um. V. Ex^a pode continuar, Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Sr. Presidente, agradeço a advertência de V. Ex^a, que não era necessária, já que eu estava concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador José Maranhão, essa é uma exigência regimental.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – O que quero é trazer a minha solidariedade ao Senador Pedro Simon, por trazer um assunto da maior importância para o presente e para o futuro do Brasil, tão importante que até V. Ex^a, Sr. Presidente, deixou a Mesa para apartear-lo de forma tão brilhante e tão segura.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte, Senador José Maranhão.

Sei que meu tempo terminou, mas, com a prorrogação da sessão, poderia conceder um aparte ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Pedro Simon, solicito que V. Ex^a não permita mais apartes, porque ainda há três oradores inscritos. Mas creio que seria uma descortesia desta Presidência não permitir o aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho, mas pediria rapidez, por favor.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Sr. Presidente, serei bastante breve. Meu aparte, inclusive, é fruto de reflexões que estava fazendo com o Senador Sérgio Guerra. Concordamos em que o Presidente está tendo uma posição muito elogiável e agressiva do ponto de vista da política externa, mas que Sua Excelência precisa cuidar também, com o mesmo afinho, da política interna, da retaguarda, para poder dar lições ao mundo. É aquela história “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Sua Excelência deve poder dizer “faça o que eu digo e o que eu faço”. Eu diria a V. Ex^a que, na verdade, essa política externa está causando a maior admiração e está sendo capitaneada pelo próprio Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho.

Funcionamento do Senado (II)

(Pronunciamento em 3 de novembro de 2003.)

Senhor Presidente, em primeiro lugar, felicito V. Ex^a pela democrática decisão que adotou. Na verdade, ocorreu uma certa surpresa. Pela forma como foi comunicada ao Plenário, parecia que aqui era um colégio de freiras e que se dizia que não haveria mais sábado e domingo e que todos teriam de comparecer.

Considero a primeira decisão e a atual compreensíveis. Se dependesse de mim – V. Ex^a sabe – teríamos sessões permanentemente, de segunda a sexta-feira. Infelizmente, a Casa não comporta, pelo menos não se tem chegado a entendimentos a esse respeito. No seu governo anterior, inclusive, fiz proposta, V. Ex^a reuniu todas as Lideranças e os Presidentes de Comissões, e só houve meu voto. Tive de reconhecer que não havia ambiente para haver sessão às sextas-feiras.

V. Ex^a agora levanta uma questão da maior importância. V. Ex^a tem razão com relação aos oradores cumprirem o horário. Sempre digo, sobre isso, que há momentos e há momentos. O cumprimento do horário é uma obrigação. Mas, quando a Casa está vazia e aparece um debate da maior importância entre Senadores, com assunto que tem significado, uma certa tolerância, quando não atrapalha, é compreensível.

Compreendo o que está ocorrendo neste ano, mas penso que algo deve ser feito.

Vejo, com muita alegria, na condição de antigo Senador, como V. Ex^a, que o Senado se renovou. O Senado, no ano passado, estava cheio de suplentes, porque os titulares haviam sido eleitos prefeitos e tinham-se afastado. Houve, portanto, uma diminuição do debate

e do ânimo, por parte do Senado Federal. Por causa das eleições, o Senado vivia um momento fraco em termos de debate.

Neste ano, houve uma renovação espetacular; na minha opinião, positiva, pela gente nova que para cá veio, pela qualidade, pela capacidade, pela garra e pela vontade. Está acontecendo algo que, nos meus 20 anos de Casa, eu não havia visto. Na segunda-feira, o debate se encerra às 18 horas e 30 minutos, e há oradores inscritos a todo momento. Nas sextas-feiras, o mesmo acontece. Há um interesse enorme na participação dos debates, o que é ótimo. Considero isso muito bom.

Mas está ocorrendo algo que não acontecia anteriormente, com relação às Lideranças, Sr. Presidente. Pelo que sei, tradicionalmente, o Líder tinha espaço para falar uma vez por sessão. Agora, parece-me que ele fala para comunicação inadiável, uma vez; pode falar, pela segunda vez, na Ordem do Dia; e, pela terceira vez, na parte final.

Então, algo interessante está ocorrendo. Ou seja, um grupo se reúne e combina debater algum tema. Ao terminar o discurso, o Senador que está na tribuna diz o seguinte: “O Senador Pedro Simon é contra isso. Lamento, Senador Pedro Simon”. Dessa forma, eu digo: “Sr. Presidente, fui citado e quero responder”. E, ao terminar o meu pronunciamento, digo: “Penso assim, mas a Senadora Heloísa Helena pensa completamente diferente. S. Ex^a está completamente errada”. A Senadora Heloísa Helena, por sua vez, diz que foi citada e que quer falar. Isso, de certa forma, é o que tem acontecido.

Há dois líderes que chegam a falar três vezes cada um. Fala um e responde o outro, porque foi citado; fala um, responde o outro; fala um, responde o outro.

Sr. Presidente, houve um momento em que o Senador Roberto Saturnino, primeiro inscrito para falar, não se pronunciou nem na primeira hora, nem na segunda. E a Ordem do Dia nem foi tão intensa. Mas, durante todo o debate, o Senador Roberto Saturnino não falou em nenhuma ocasião e foi embora sem ter falado, apesar de ter sido o primeiro orador inscrito. O Senador Marco Maciel me disse que, outro dia, estava inscrito em segundo lugar e também não falou.

Então, isso deve ser feito, Sr. Presidente. Com toda sinceridade, primeiro aumentou o número de líderes – o que acho lamentável, porque é sinal de que aumentou o número de partidos, o que não

é bom. Mas aumentou! Em segundo lugar, havia o tradicional. Fui Líder de Governo aqui e foram raras as vezes em que eu falei nessa condição. Mas, na verdade, hoje, a comunicação de Liderança é usada pelo Líder para falar sobre qualquer assunto e não para fazer uma comunicação de peso. Acabou aquela tradição de usar a palavra como Líder somente quando necessário. Havia peso quando um Líder falava; fazia-se silêncio, porque a palavra seria usada em uma comunicação urgente de interesse partidário, o que era muito importante. Hoje não; houve uma banalização.

Com todo respeito, peço a V. Ex^a que, quando se reunir com os Líderes – talvez não se dêem conta disso – diga-lhes que o terceiro escalão está magoado, porque se sente atingido. Deve haver uma valorização dos Líderes? Claro que sim! É importante a fala deles? Claro que sim! Mas não nesse sentido de que os outros parlamentares passem várias sessões, como já ocorreu aqui, sem falar uma única vez, por não terem oportunidade de fazê-lo. V. Ex^a, com sua competência e capacidade, ao verificar isso, haverá de encontrar uma fórmula por meio da qual os Líderes entendam. Eu, por exemplo, creio que não procede um líder falar mais de uma vez numa sessão. O Líder pode escolher quando vai falar, pois isso é de interesse urgente do Partido. Se quiser falar ao final, o problema será dele. Contudo, só deve falar uma vez. Outra forma também V. Ex^a haverá de encontrar para que não haja esse sentimento.

Serei muito sincero. Até decidi, neste primeiro ano, não me preocupar muito em falar, porque estou observando os fatos. Mas não há nada de pessoal nisso. Inclusive, várias vezes, tive a oportunidade de falar, pois estava inscrito e fui chamado. Na sexta-feira passada, o Presidente em exercício teve a gentileza de pedir ao Secretário que telefonasse para o meu gabinete, porque eu estava inscrito para falar. Contudo, não vim ao plenário. Sinceramente, não há nada de pessoal nisso que estou falando. Mas sinto o ambiente, até por ser o mais velho e mais experiente. Os novos Senadores têm-me perguntado se é assim sempre. Digo a S. Ex^{as} que é a primeira vez que estou vendo isso.

Entretanto, tenho certeza de que V. Ex^a, com sua capacidade e competência, observando e sentindo o ambiente, haverá de ter a média do pensamento necessário. Confio na decisão futura de V. Ex^a.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex^a, que, como eu, é testemunha de várias fases de trabalho nesta Casa. Hoje, temos uma pauta planejada, sessões deliberativas e não-deliberativas. Todo este trabalho, ao longo do tempo, foi construído com a contribuição e a colaboração de V. Ex^a. Muitas das suas idéias foram incorporadas ao trabalho desta Casa quando, pela primeira vez, assumimos a Presidência do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por gentileza, Sr. Presidente, desculpe-me por V. Ex^a, mas faço questão de dizer algo que tenho repetido. O que temos agora não existia antes. Tínhamos que adivinhar o que estava na Ordem do Dia. Chegávamos aqui, sentávamos e íamos perguntar à Mesa o que estava na pauta. Hoje, olhamos para o painel eletrônico e já sabemos o que está sendo votado – isso não existia antes; foi obra de V. Ex^a. Faço essa justiça. Hoje, sabemos as votações do mês inteiro. Posso estar em Porto Alegre, mas sei as matérias que serão apreciadas amanhã. Se eu não estiver presente para a votação, sou o culpado, pois tinha conhecimento da pauta. Considero isso uma revolução, porque realmente todos participam, o que não acontecia. Essa é uma das grandes obras de V. Ex^a, e reconheço isso.

Forças Armadas Latino-Americanas

(Pronunciamento em 10 de novembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores: a América Latina vive um problema da maior profundidade. Que o problema da Colômbia não é somente dela, mas de todos nós, não há dúvida nenhuma. Que temos que ficar atentos, não há dúvida nenhuma. Eu não diria o que o Ministro José Dirceu falou e nem faria críticas como as do Senador Arthur Virgílio, mas não sei se era de falar publicamente algo que, antes de vir a público, merece uma certa postura. Acho que o Ministro José Dirceu falou como se ainda fosse Deputado da Oposição, da forma como falarei agora – mas eu posso, porque não sou do Governo, – e fez uma proposta que é importante. No entanto, não sei se o importante é se fazer uma proposta de unificação dos exércitos, o que é complicado, ou de unificação de idéias, de maneira que, atingindo-se um território da América Latina, atingem-se todas as outras regiões. Acho que ele quis dizer uma coisa e disse outra.

A unificação das Forças Armadas da América Latina é muito complicada, é muito difícil, porque quem vai ser o comandante? Um brasileiro ou um argentino? No entanto, pode-se fazer um entendimento como o que foi feito, aliás, pela política Monroe, quando pensávamos que os americanos eram nossos irmãos, apaixonados por nós. Monroe disse: “Mexer com a América é mexer conosco” e ficamos todos orgulhosos, porque não entendemos que apenas os europeus não podiam fazê-lo. Eles, os americanos, podiam.

A proposta que poderia ser estudada, ao lado da do Mercosul, é a da Organização dos Estados Latino-Americanos, porque a OEA é um

órgão em que o americano manda, decide e faz o que bem entende. A Organização dos Estados Americanos, em Washington, tem o Banco Mundial de um lado, o Banco Interamericano de outro, os Estados Unidos e o Departamento de Estado de outro, e sem nenhuma autonomia. Se houvesse a chance de existir, na Costa Rica, a sede de uma Organização dos Estados Latino-Americanos, seria diferente, porque teríamos um *status* que nos uniria contra a Europa, a Ásia, o mundo – e contra os norte-americanos também, que me perdoem.

Assim, não tenho dúvida de que essa questão deveria ser debatida e analisada.

O Arcebispo de Manaus e o Comandante do Exército na Base da Amazônia compareceram à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e demonstraram que pensam da mesma forma: o perigo da Amazônia é real. E, lamentavelmente, o Brasil não está olhando o assunto como deveria, porque se falar em preservação da Amazônia é algo de profunda seriedade.

Digo, pela décima vez, desta tribuna, que o problema nº 1 do Brasil é a fome, pois milhões passam fome. O problema nº 2 é a preservação da Amazônia, porque sinto, lendo a literatura internacional da imprensa, que, hoje, a França, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, todo mundo aceita que a Amazônia deva ser Patrimônio da Humanidade. Ela é grande demais, uma reserva imensa, a última floresta tropical, para pertencer apenas ao Brasil. Nela estão as grandes reservas de água doce do mundo.

Quando o meu querido amigo Jarbas Passarinho, então Ministro da Justiça, para surpresa minha, fixou o limite dos ianomâmis na fronteira, falei desta tribuna: sou a favor, dêem as terras para os ianomâmis, façam a defesa dos índios brasileiros como bem entenderem. Sou totalmente favorável à causa indígena. Os índios merecem, têm direito, mas não precisa ser na fronteira. No entanto, fizeram uma reserva na fronteira do Brasil, colocando ianomâmis do lado de cá e buscando, pela América afora, ianomâmis para serem colocados do lado de lá. Agora, já se fala na pátria, na nação, na unificação do povo ianomâmi.

Então, tudo isso faz parte de um contexto. Tenho um mapa, que o americano jura que não fez, mas que apareceu na ONU e em muitas universidades americanas, da América com a Oceania, como se fosse uma Antártica: um território da Humanidade. E como fica

feito o Brasil ali embaixo, pequenininho, com 40% da sua área, menor do que a Argentina.

O Presidente tem razão ao analisar esse fato, não sei se criando um exército ou uma unificação dos exércitos latino-americanos, ou se elaborando uma carta de intenção nesse sentido, mas é importante.

Com relação à Alca, à qual V. Ex^a se referiu, não estou entendendo, mas acho que o Brasil está avançando demais. Não sei o que aconteceu, mas, de repente, vi as coisas avançarem e já estão preparando uma “agenda positiva” para a reunião de amanhã. Não sei, juro que não consigo entender, porque não tenho competência para isso, não sou economista, mas há essa história de se dizer que os casos da agricultura – que são aqueles de difícil discussão na Alca – serão discutidos na OMC. Se não resolvemos entre nós, por que querem a Alca? Se na questão número um, na questão primeira, fundamental já saímos divididos?

Estou com V. Ex^a, precisaremos de uns dez, quinze anos. Deixemos o Mercosul se consolidar para podermos dialogar com os Estados Unidos, com a Comunidade Econômica Européia.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O meu aparte é muito breve, Senador Pedro Simon. Não tenho aqui o texto da entrevista, mas o Ministro José Dirceu falou em integração militar. Integração não é, necessariamente, a unificação das forças, mas pode ser do planejamento de defesa, das operações, enfim...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Cá entre nós, com todo o respeito, interrompendo o aparte de V. Ex^a, na época do Cone Sul já havia isso para o outro lado, para garantir a ditadura no Chile, no Paraguai.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Pois é, agora chegou a hora de fazer a integração com os nossos objetivos democráticos e brasileiros, e não isso. O Presidente Néstor Kirchner tem falado insistentemente do Parlamento Sul-Americano, um parlamento efetivo. O Presidente Lula tem falado do embrião da nação sul-americana, nos moldes da nação européia, que está sendo construída. Quer dizer, isso está mais ou menos na linha. Não sei, e V. Ex^a tampouco,

se não há razões para um pronunciamento do teor do Ministro José Dirceu, associado até à questão da Alca. Ignoro, mas é possível que haja razões que só depois saberemos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É provável, porque acredito que o Brasil, de uma hora para outra, avançou demais em relação à Alca, tudo estava indo bem e quando vejo lá o nosso chanceler, homem de primeira linha, de primeira grandeza, por quem tenho o maior respeito, e acredito que foi uma das grandes escolhas, um ministro das relações exteriores de primeira grandeza...

Aliás, falando em chanceler, o nosso Itamar não está gostando do Palácio, quer se mudar para um apartamento. O Itamar não gostou da Embaixada do Brasil em Roma, está procurando um apartamento, mas não pode alugar porque é muito caro. A vida é engraçada mesmo! A embaixada do Brasil em Roma é talvez uma das mais bonitas do mundo e S. Ex^a preferiu um apartamento de três quartos.

Digo, do fundo do coração, que o diálogo com a América Latina é da maior importância. Acredito que a defesa da América Latina é fundamental, nesta hora, quando olhamos para o nosso amigo americano e vemos o que está acontecendo no Iraque, o erro primário que cometeram; o mundo inteiro contra e eles a favor. Agora, o mundo volta os seus olhos para eles, os Estados Unidos, e eles não sabem o que fazer ou o que deixar de fazer. Por isso, acredito que o Brasil está no caminho certo ao se identificar com a América Latina, quer dizer, se identificar no sentido de se tornar irmão, não no sentido de avançar, de procurar a hegemonia ou de ser antiamericano.

Tenho uma fé enorme no Mercosul, e por isso acredito que o Brasil e a América Latina têm todas as condições de se tornarem um grande continente. Assim como a China, que era um País de miséria e hoje está às vésperas de ser a maior economia do mundo; assim como a Índia, onde, há 15 anos, morriam não sei quantos mil habitantes por dia, e hoje está exportando alimentos, o Brasil tem todas as condições. É preciso tomar algumas providências: terminar com a corrupção e ter capacidade de investimento. Assim, podemos nos tornar, juntos com a América Latina, um grande País, não para formarmos um exército latino-americano, mas para termos uma idéia, um princípio de defesa latino-americano.

Era isso, Sr. Presidente.

Violência na Colômbia e no Brasil

(Pronunciamento em 14 de novembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, foi patético o discurso do meu querido antecessor, o Senador Ramez Tebet. S. Ex^a, que foi Governador de Estado, Ministro, Presidente do Congresso Nacional, fez aqui um desabafo em cima de uma notícia que nos pegou a todos de surpresa. Ouvimos falar tanto que a Colômbia está numa guerra civil, numa situação dramática; de um lado, o início de uma revolta do povo, que vem de longe, contrária às elites que se sucedem na presidência do País. Então, havia um cunho popular, político nisso. Mas a aliança desse grupo com os traficantes fez com que surgissem ali grandes empresas de tóxicos que dominam inclusive parte da Colômbia. O governo colombiano foi obrigado a determinar áreas para os rebelados, para os responsáveis pela droga, para que eles possam viver sem serem admoestados; são os donos daquele território, e ali a polícia do governo não entra. Mas no Brasil é ainda pior. Na verdade, no Brasil, também é assim. Quem entra numa favela no Rio de Janeiro? É terra dominada.

Salientou bem o Senador Ramez Tebet que, durante seu mandato na Presidência do Senado, constituiu uma Comissão para votar leis, para aprimorar. Há 10 anos, o Senado vem votando leis tentando aprimorar a questão referente à violência no Brasil.

É verdade que algumas leis, que deveriam ser feitas, nós não temos coragem de fazê-las. Modéstia à parte, uma delas é de minha autoria: terminar com o processo policial. O que está errado no Brasil é o processo policial. Nos Estados Unidos, na Europa, não tem isso.

Quem comanda o processo do delito na Europa é o procurador, é o promotor. Muitas vezes, como ocorre na Itália, o procurador faz parte da magistratura, é magistrado e procurador – em três anos, é procurador; em três anos, é magistrado. No Brasil, o inquérito policial, às vezes, faz desaparecer a verdade, como aconteceu no caso da morte de PC Farias. Pedimos, desta tribuna, ao Ministro da Justiça que tomasse providências urgentes a respeito porque sabíamos que ia acontecer o que de fato aconteceu, ou seja, todas as provas desapareceram. Deixaram o caso para o Governo de Alagoas e todas as provas desapareceram!

A grande verdade é que leis nós temos votado. Agora estamos com a questão que está empolgando o Brasil, que é o desarmamento do cidadão brasileiro. Quem não é bandido normalmente não pode ter arma. Na favela, todo mundo vai ter arma. O cidadão sério, que quer cumprir a lei, não tem arma.

No Rio Grande acontece o contrário do que ocorre no Brasil. As pesquisas no Rio Grande do Sul indicam que 74% das pessoas são contra o desarmamento e a favor do porte de arma, pelo menos enquanto não desarmarem os bandidos. Dizem eles: “Mas que País é este em que fui assaltado duas vezes e a minha mulher três, no bairro acontece permanentemente isso, e eu não tenho o direito de andar armado?”

É verdade que as respostas são muito fortes. Geralmente quem anda armado não sabe usar a arma e termina sendo morto pela própria arma. Até entendo isso. Mas me pergunto: como fica um cidadão numa favela, de porta fechada, ali, numa escuridão, em que não há um bico de luz em volta, sabendo que os assaltantes estão por ali, e ele não tem uma arma dentro da sua casa? Qual o espírito, o ânimo dessa pessoa? Não sei.

Mas é surpreendente, é algo que eu não imaginava, que, com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a violência aumentasse gradativamente, como está aumentando. Não imaginava isso! Achava que com o estilo de governo do Presidente Lula, com a simpatia popular, com o embasamento da sociedade, teríamos algumas normas estabelecidas para que isso não continuasse como está. Não me passava pela cabeça, em novembro do ano passado, quando já vivíamos a alegria, a expectativa do que seria o Governo de Lula, não

me passava pela cabeça que estaríamos vivendo os dias que estamos vivendo, que são os piores da história da violência no Brasil. Um festival de violência, um desafio. O CCC, os grupos de terror em São Paulo estão, oficialmente, declarando guerra e debochando do poder organizado. Inclusive, outro dia, esses grupos festejaram os 15 dias em que eles haviam desmoralizado a polícia de São Paulo, quer junto à delegacia de polícia ou ao presídio. Foram 15 dias! Eles festejaram, porque se consideravam vitoriosos.

Estamos caminhando – isto me assusta – para uma realidade nova no Brasil. Nós não temos mais o ladrão que mata, o assaltante. Este, que tem o seu revólver e luta por conta própria, este não é o perigoso. Perigosas são as gangues, são as máfias que estão se organizando no Brasil, cujos chefes moram em casas luxuosas, no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Minas Gerais. E, nessa gangue organizada, tem político, tem deputado, tem senador, tem general, tem coronel, tem promotor, tem juiz, tem ministro do tribunal, tem empresário. Estão organizados em todos os lugares. Esse esquema que está sendo apurado agora de compra de sentença não é brincadeira; é uma organização quase perfeita.

Esse juiz aqui, quando da CPI dos Bancos, porque ele estava substituindo, concedeu um *habeas corpus* em questão de três horas para aquele italiano. Entraram com um pedido, e ele o concedeu. O Presidente do Tribunal veio correndo para suspender, mas quando o fez o indivíduo já tinha ido para a Itália. O esquema foi organizado assim: quando aquele juiz estava respondendo pelo Tribunal, naquele fim de semana, Alberto Cacciola entrou com o pedido de *habeas corpus*, e foi liberado, diabolicamente. Ele pegou um jatinho e foi embora para a Itália. Quando veio o titular, o Presidente do Tribunal, Cacciola não estava mais aqui.

Trata-se de uma organização muito séria. Essa é uma questão tão diabólica que acredito que temos que ir adiante.

Pois não, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, se eu soubesse – digo-lhe com sinceridade – que V. Ex^a ia falar sobre esse assunto, eu ficaria aqui para apartear-lo. V. Ex^a, com a sua experiência, a sua capacidade, a sua sensibilidade, tocou, neste momento, em um ponto que esqueci de tocar. Realmente, o colarinho branco está cola-

borando para a criminalidade no País. A verdade é essa. O episódio de São Paulo humilha a todos nós. Há muitas pessoas, agentes do Poder Público envolvidos com esse crime. Serão inocentes ou serão culpados? Creio que alguns são inocentes, mas, com certeza, há culpados. Isso não surge à toa: ligação de delegado com procurador, com juiz, com empresários.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com políticos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Com políticos. Em suma, isso leva a população à descrença. Daí eu ter concluído o meu pronunciamento dizendo que nós precisamos agir. Não adianta mais fazermos leis porque há leis demais no Brasil. Vamos cumprir a nossa missão e aperfeiçoar as leis. Mas se não se tomarem providências, dotando de recursos o Poder Judiciário e a polícia, para que ajam com maior eficácia, não adiantará nada. É preciso colocar a polícia nas ruas em condições de prender o bandido. É o que se tem de fazer. Nobre Senador Pedro Simon, quero abraçá-lo. Para mim, não é novidade. V. Ex^a, realmente, é um homem público dotado de grande sensibilidade. E há também um ponto muito sério: a Lei do Desarmamento está sendo apreciada no Senado Federal. Vamos estudá-la com carinho. Não há nenhuma urgência. Ela já esteve no Senado, foi para a Câmara e voltou. Vamos apreciá-la com carinho, senão como vamos ficar? Os bandidos estão todos soltos por aí. Como V. Ex^a indagou, como uma pessoa entra numa favela? Como um oficial de Justiça entra numa favela, para fazer uma intimação, desarmado? Nobre Senador, porte de armas nós temos que dar, mas devemos ser rigorosos na punição de quem andar armado fora da lei. E, por favor, a prioridade deve ser o combate ao banditismo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nobre Senador, V. Ex^a tem razão. O colarinho branco é a grande gravidade da hora que estamos vivendo, desgraçadamente. E não começou no Governo do Lula, que não tem culpa nenhuma disso, pelo amor de Deus. Mas estourou no Governo do Lula, vamos dizer assim. Transbordou agora. Agora estamos vendo como o crime organizado funciona. Agora estamos sentindo que ele está se imiscuindo em todos os lugares.

Os dois deputados que foram cassados e que agora estão sendo apontados como responsáveis, em São Paulo, por parte das coisas

que ocorreram, são apenas o início da questão. Não tenho nenhuma dúvida, com toda a sinceridade.

Tenho o maior respeito pelo Poder Judiciário, mas sempre tive uma restrição enorme a ele, porque ele não julga, não decide. É claro que está lá o Código de Processo Penal, que é o grande culpado. E volto a dizer que o inquérito policial é um absurdo, porque está ali para facilitar. Temos colegas advogados que são contra acabar com o inquérito policial, porque há advogado de porta de cadeia que ganha uma fortuna e o inquérito policial é a maneira que há de soltar o bandido. No inquérito policial é que acontece a anarquia, a confusão, a irregularidade. As pessoas mais simples é que terminam sendo investigadas.

Não vejo no Governo algo de novo que tenha significado. A única coisa que o Governo disse que ia fazer eram não sei quantos presídios federais de altíssima segurança. Mas ainda não falou nada sobre isso. Parece que essa idéia morreu e se resumiu a deixar o Beira-Mar no presídio de São Paulo. Conseguiram convencer o Governador de São Paulo a deixá-lo ali.

O Governo brasileiro está correndo muito leve, não está vendo a situação. Por exemplo, hoje, vejo o ilustre ministro da Justiça, por quem tenho o maior respeito, dizer que o Ministério da Justiça não é tesouraria – porque está todo mundo pedindo dinheiro. Mas todos estão sem dinheiro. A polícia do Rio Grande do Sul não tem dinheiro para comprar gasolina, para pagar o aluguel, para dar diária. Aconteceu um fato da maior gravidade lá no interior e não havia dinheiro para dar diária para os policiais irem lá, para os policiais comerem e dormirem numa pensão, no lugar onde eles iam trabalhar. Absolutamente não há dinheiro. Então, se não há prioridade, se não há um sentido de fazer algo, sinceramente, penso que estamos à disposição do que está aí.

Já falei várias vezes que presidi uma subcomissão no Senado que, durante quatro anos, reuniu-se mensalmente. Reuniam-se o presidente do Supremo, o presidente da Câmara, o presidente do Senado, o ministro da Justiça, o presidente do Tribunal de Contas, o procurador-geral da República. Reuníamos-nos no gabinete do presidente do Supremo e eu dizia a eles que ali estavam todos os responsáveis pela lei: “Se alguém está solto, se as coisas estão erradas,

somos responsáveis. Eu, porque sou legislador, fiz errado; o ministro da Justiça, porque é o chefe da polícia, que aplica; o procurador da República, que é responsável pela questão”.

Por que acontecem essas coisas? O que podemos fazer? Um dossiê de leis, que está tramitando. E falo com toda a sinceridade o que disse o Senador que me antecedeu: lei nós temos. Podemos até fazer mais, mas temos. Sou contra diminuir de 18 para 16 anos a maioridade penal. Se fizéssemos isso, o que aconteceria? Milhares de jovens de 16 anos iriam para as cadeias – que ainda não existem. As quadrilhas, em vez de usarem os menores de 16 anos, passariam a usar os de 14 anos, que têm condições de fazer a mesma coisa. Isso não resolve. Não é assim que as coisas devem ser feitas. Mas machuca o Brasil ver o que está acontecendo.

E temos dois Brasis. Há pessoas vivendo um regime diferente. O nosso amigo Lula, por exemplo, reservou nove carros para a segurança de sua família, só em São Paulo, o que é absolutamente justo, pois ela já sofreu três atentados.

Entrei em um condomínio fechado espetacular em São Paulo. É para quem tem dinheiro. Os moradores têm um exército próprio. Não precisam andar armados, porque o condomínio tem um muro de quatro metros de altura, com fios elétricos. Há guardas em toda a região. Lá dentro eles podem andar com roupa ou sem roupa, com revólver ou sem, porque estão numa cidade à parte, vivem num mundo à parte. Isso está chegando ao Rio Grande do Sul, nos condomínios à beira da praia. Eles fecham a área e são senhores absolutos.

São Paulo só perde para Nova Iorque em número de helicópteros e de carros particulares que são blindados. Hoje, qualquer cidadão mais ou menos, um bom advogado, uma pessoa que tenha um certo porte, a primeira coisa que faz é mandar blindar o seu carro. Sai uma fortuna, mas o carro fica blindado.

Uma das melhores coisas hoje é ter uma empresa de serviço de segurança, porque todos os que têm dinheiro suficiente podem contratar dois profissionais de uma empresa de segurança para fazer a guarda da sua casa. Onde iremos parar? Qual é o nosso futuro? Como encontraremos uma maneira de o Brasil não ir à bancarrota?

Os italianos estiveram aqui e deram o seu exemplo. Quando chegamos em Roma ou Milão, não entendemos como aquelas cidades

funcionam. Não entendemos como o trânsito em Roma funciona. A resposta que nos dão é sempre de que a Itália vai muito bem, apesar do Governo. São milhares de pequenas indústrias, de microempresas: de 65% a 70% do que a Itália produz é feito por microempresários, por empresas familiares – diferentes das grandes indústrias que temos no Brasil. E a Itália é um grande País. Lá eles toparam essa parada. Os procuradores, os chamados homens das mãos limpas, toparam a parada. E tiveram de agir contra si próprios, contra os agentes de segurança que estavam na linha de tiro. Tiveram que agir assim, porque quem estava no comando era homem de grandes empresas, de muito dinheiro e fortuna. Tiveram que agir e morreram promotores e juízes. Foram denunciados, alguns injustamente, e tombaram mortos. Mas eles fizeram uma limpeza. Os homens da justiça são honestos lá porque o são e porque têm medo da fiscalização hoje existente.

No Brasil, infelizmente, não estamos acostumados a isso. Somos um País onde a classe dominante, o homem de colarinho branco, o cidadão bem vestido, bem arrumado, é considerado um homem sério. Se entra em meu gabinete um cidadão bem aprumado, eu o recebo. Mas se entra um cidadão de chinelo, de cor, já abro o olho contra ele e penso: o que esse cara está fazendo aqui, como ele chegou aqui dentro? Essa é a triste e dolorosa realidade em nosso País.

Com todo respeito, volto a dizer: o Governo Lula não tem culpa de coisa nenhuma, mas também não fez coisa nenhuma. Tenho um projeto de lei... Mentira! Eu tenho uma lei aprovada: a Lei do Registro Único. É lei que o Dr. Fernando Henrique não quis aplicar. Entreguei-a pessoalmente ao ministro da Justiça. Conversei. Escrevi uma carta ao Presidente Lula, mandando uma cópia da lei e todas as explicações sobre ela. Recebi uma resposta do sub do sub do sub da Casa Civil dizendo que havia recebido e que a enviaria aos órgãos competentes.

O cidadão, ao nascer, receberia um número que o acompanharia a vida inteira: quando fosse batizado, quando fosse para a escola, quando abrisse uma conta bancária, quando casasse, quando tirasse a carteira de trabalho. O número o acompanharia em todos os fatos de sua vida. Cada cidadão só teria um número. E, quando, no prazo de cinco anos, todo cidadão tivesse seu número, havendo um sistema de interligação de todos os órgãos no Brasil, não haveria conta fantasma,

não existiria laranja, não haveria a possibilidade de o cidadão dirigir um caminhão com a carteira de motorista fria, com documentos frios. Não iriam para o Paraguai milhares de carros por mês, porque, ao ser mostrado o documento, o fiscal iria ao computador, verificaria e diria: “Esse nome não existe, esse registro não existe”.

No entanto, o Governo não leva adiante uma solução dessa natureza. O delegado responsável, que debateu isso no Programa Roda Viva, explicou que o projeto não foi levado adiante porque, quando estava sendo aprontado e uma empresa alemã ia imprimir os números únicos, descobriu-se que havia um sistema de comissão e roubo, e que estavam ganhando dinheiro com isso. Então, suspenderam a implantação e não a retomaram.

Acredito que esta Casa tem feito até demais, com todo o respeito. Por exemplo, neste ano, o que mais se discutiu aqui foi segurança. O Senador Tasso Jereissati, em muito boa hora e com muita competência, propôs a criação de uma subcomissão que se vem reunindo. E, como fruto dessa subcomissão, já devemos ter aprovado, só este ano, umas dez leis. Mas nada vai mudar.

Acho que, se não tiverem a intenção, se não se cobrar, como uma medida positiva, realmente, o que deve ser feito, nada será feito.

Parece que agora o Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal se acertaram. É claro que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o nosso amigo Maurício Corrêa, não foi feliz ao determinar a data, ao dizer que convidava Sua Excelência para uma reunião no dia tal e que não poderia ir substituto. Mas isso foi contornado e haverá uma reunião do Presidente da República com o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara. Penso que S. Ex^{as} têm vários assuntos para resolver, mas, quando forem discuti-los, quando forem falar do Judiciário, não devem discutir apenas as questões internas, corporativas. Essa é uma questão que deve ser analisada, precisa ser analisada. Infelizmente – repito – não deve o Senhor Lula carregar a responsabilidade pelo que está acontecendo, mas, no Governo do nosso amigo Lula, a coisa piorou, e estamos vivendo os piores momentos da história da violência no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

BNDES e Vale do Rio Doce

(Pronunciamento em 20 de novembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, venho hoje à tribuna para abordar um assunto sobre o qual já fiz ontem um pequeno comentário, em aparte ao Senador Saturnino Braga.

Trata-se da compra pelo BNDES de uma importante participação estratégica no capital da Companhia Vale do Rio Doce. Surgiram críticas e dúvidas com relação ao negócio, sua oportunidade e preço. Nesse quadro, busquei informações e esclarecimentos no BNDES e perante técnicos especializados.

E cheguei à conclusão de que a operação promovida pelo banco foi oportuna, atende aos objetivos do BNDES e representa movimentação importante que preserva os interesses estratégicos e soberanos do Brasil no mercado internacional de mineração e, principalmente, siderurgia.

Assim, observamos o seguinte com relação ao negócio, preço e posição estratégica do BNDES no setor. O negócio: o BNDES comprou dez por cento do capital votante da Valepar, *holding* que controla a Vale do Rio Doce, por um bilhão e quinhentos mil reais.

Essa participação equivale a dois vírgula oito por cento do capital social da companhia e, somando com a posição que o banco já detinha, o BNDES será titular de sete vírgula oito por cento do capital da Vale.

O pacote de ações foi comprado do clube de investimentos criado pelos empregados da Vale, o InvestVale. Os demais acionistas são: Fundos de Pensão, liderados pela Previ (Banco do Brasil), mais

o Bradesco, que é o principal acionista, o banco Opportunity e a japonesa Mitsui.

O preço pago por ação foi de quarenta e seis vírgula cinqüenta e sete dólares, incluindo um ágio de três e meio por cento sobre a cotação de mercado.

Preço esse que não pode ser considerado alto, se comparado com as estimativas de consultorias especializadas internacionais.

A empresa norte-americana Bear Stearns calcula que cada ação da Vale pode alcançar hoje o preço de cinqüenta e cinco dólares.

Para o alemão Deutsche Bank e a norte-americana Morgan Stanley, chegaria a cinqüenta e três dólares.

Além disso, as ações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) têm forte valorização no mercado. Desde o leilão de privatização da empresa, em 1997, quando o lance vencedor embutia um ágio de setenta e sete por cento.

E, três anos depois, o Bradesco e o Fundo Previ pagaram um preço médio por ação superior a cento e dez por cento da cotação de mercado.

Ainda para efeito de comparação: em agosto passado, o preço de cada ação, em negócio oferecido pela japonesa Mitsui ao Bradesco incorporava um ágio de vinte e seis por cento.

Portanto, um ágio de apenas três e meio por cento está perfeitamente dentro da normalidade de operações dessa natureza e representou um excelente negócio para o País.

A posição estratégica: com a aquisição, o BNDES passa a deter uma participação estratégica de nove e meio por cento no bloco de controle da Vale.

Obteve direito a mais duas cadeiras no conselho, ampliando sua influência dentro do bloco de controle da empresa.

Pode, agora, decidir não apenas nas questões de mineração, mas, principalmente, na área de siderurgia. Internacionalmente, há uma expressiva movimentação nesse setor, com grandes empresas e Países procurando se posicionar no mercado de forma competitiva. Daí, o interesse estratégico a médio e longo do BNDES, que poderá beneficiar a consolidação do setor siderúrgico nacional.

Na hipótese de vendas futuras dentro do bloco de controle da Vale do Rio Doce, envolvendo ou ameaçando a manutenção do controle

da companhia por grupos nacionais, o BNDES, por força de acordo de acionistas, terá direito de preferência na aquisição.

Críticas: o BNDES vem sendo criticado por setores ligados a bancos e empresas de consultoria financeira estrangeiros, cujos interesses parecem contrariados.

Também no Governo surgiram vozes discordantes, não tanto com relação ao negócio em si, mas com o efeito que por ventura tal operação pudesse vir a ter sobre os humores dos investidores externos.

Críticas e frases surgiram na imprensa atribuídas ao Presidente da República, ainda não desmentidas.

Chama a atenção que o Governo não venha em socorro do BNDES e de seu presidente, o professor e economista Carlos Lessa.

Afinal, ele vem traduzindo com perfeição a agenda do novo Governo: inclusão social, com ampliação das operações de micro-crédito; recuperação e ampliação da infra-estrutura; modernização e ampliação da estrutura produtiva, com oferta recorde de crédito para máquinas e equipamentos agrícolas; e promoção da exportação. É destacada a prioridade para ações de cunho social e que privilegiem a integração regional latino-americana.

Era de se esperar melhor tratamento ao presidente do banco e condutor dessa estratégia. Mas, o que se percebe, é um bombardeio de críticas desde o dia da sua posse.

Esquecem seus detratores do estado em que se encontrava o BNDES quando a atual administração assumiu. Pejorativamente denominado banco-hospital, socorria empresários falidos, premiando empreendimentos inviáveis e socializando os prejuízos.

O caso do frigorífico de Chapecó é emblemático.

Ao longo dos anos de 1995 a 2000, o grupo Chapecó, já em situação falimentar, realizou nove operações de crédito ou semelhantes junto ao BNDES. Dessas, quatro na gestão Luiz Carlos Mendonça de Barros.

O BNDES enterrou no frigorífico cerca de quinhentos milhões de reais e, talvez, seja necessário 'esquecer' a dívida e realizar novo aporte para viabilizar o empreendimento, tendo em vista o problema social criado na região.

Assim, era o BNDES.

Hoje, surge quase um novo banco, considerando as reformas administrativas que consumiram dois meses, com enxugamento da diretoria e fim do desperdício.

Acredito no BNDES e em seu presidente. Vamos deixá-los trabalhar, na certeza de que o interesse do Brasil e dos brasileiros estará, agora, sim, em primeiro lugar.

Quero falar aqui umas palavras sobre Carlos Lessa. Conheço o Lessa. Graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e com doutorado na Unicamp, Lessa lecionou e trabalhou em diversas instituições e Países.

Tem uma biblioteca com 20 mil volumes, uma das mais completas do País sobre história do Brasil. Escreveu 12 livros e, um deles, “Introdução à Economia – uma abordagem estruturalista”, em parceria com Antonio Barros de Castro, já está na 49ª edição, sendo adotado em centros de estudos econômicos nacionais e estrangeiros.

Foi reitor da UFRJ, onde mantém sua cadeira de professor titular de economia do Instituto de Economia; e, diretor do Instituto de Filosofia da Unicamp. Já integrou os quadros do BNDES como diretor da área social, entre 1985 e 1989.

Mas, além desse perfil técnico invejável e de um sólido conhecimento na área em que atua, Lessa também possui outras qualidades. Sempre esteve ligado a nós, na resistência democrática, integrando o MDB de Ulysses. Conosco partilhou do sonho de um Brasil desenvolvido e justo socialmente, um País democrático e soberano.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Imigração Libanesa

(Pronunciamento em 1º de dezembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, recentemente, participei em São Paulo de uma solenidade para comemorar a edição, pela Casa da Moeda do Brasil, de uma Medalha Comemorativa dos Sessenta Anos de Independência do Líbano, e da emissão, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de um selo postal alusivo às relações diplomáticas e culturais Brasil-Líbano.

Foram dois eventos da maior relevância que serviram para reafirmar, ainda mais, os profundos laços de amizade que unem nossos dois Países.

No pronunciamento que lá fiz, inicialmente, eu me referi à recente passagem do primeiro-ministro libanês, Rafik Hariri, pelo Brasil. Aqui ele nos fez um relato impressionante do processo de reerguimento do Líbano. Mostrou a imensa capacidade de recuperação do povo libanês, que, saído de uma terrível guerra civil, reconstruiu suas cidades, entre elas Beirute, conhecida como a Paris do Oriente.

Na sua passagem pelo Brasil, o primeiro-ministro libanês convidou os empresários brasileiros a investirem no seu País, porque existem lá, hoje, grandes possibilidades de negócios.

O primeiro-ministro nos falou do notável fundo de solidariedade que existe por lá e que permitiu a fantástica reconstrução daquele País, um fato que vem chamando a atenção do mundo inteiro.

O primeiro-ministro Hariri fez questão de nos lembrar que o imperador Dom Pedro II esteve no Líbano e que lá conclamou os libaneses a emigrarem para o Brasil. O convite do imperador brasi-

leiro foi aceito por milhares de libaneses que vieram e aqui fincaram suas raízes.

Agora, com muitos anos de atraso, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai viajar ao Líbano. Fico extremamente feliz com essa viagem, que será da maior importância para os dois Países. Estou certo de que, depois dela, os empresários brasileiros vão investir maciçamente no Líbano.

Estamos, agora, acho eu, às vésperas de apertar ainda mais as já muito estreitas ligações entre os nossos dois povos.

De certa forma, a medalha e o selo que foram lançados pelos Correios e pela Casa da Moeda são mais um reconhecimento aos libaneses e a seus descendentes pela sua imensa contribuição que deram à formação da nossa pátria.

Nós, descendentes de libaneses, somos hoje milhões de cidadãos distribuídos por todos os Estados brasileiros, mesmo nas regiões mais remotas. Fala-se que somos entre seis e nove milhões, enquanto a população do Líbano é de três milhões e meio de habitantes.

Com muito trabalho e muita dedicação, nós também retribuímos a generosa acolhida que tivemos nesta terra maravilhosa.

Tenho certeza de que os descendentes de libaneses estão entre aqueles brasileiros que mais se empenham para que este País continue a ser um oásis de confraternização e de paz e de generosidade em um mundo em que os radicalismos se fazem cada vez mais fortes.

Nossos ancestrais chegaram aqui quando este era um País rural, com estradas precárias, comércio incipiente e modesta industrialização. Nossa primeira e grande contribuição foi no comércio.

Em seus burricos abarrotados de mercadorias, os mascates libaneses ajudaram a integrar este imenso País, porque iam atender o homem humilde no mais remoto interior.

Como registram os historiadores, os libaneses e seus descendentes foram os imigrantes que mais rapidamente se integraram à nova pátria. A primeira geração nascida na terra logo ganhou espaço na cultura, nas artes, nas profissões liberais, na política. A nossa integração foi imediata e perfeita.

É inegável que, entre as jovens nações, o Brasil ocupa um lugar de destaque porque foi aqui que o caldeamento das mais diversas etnias se deu num clima de perfeita harmonia.

Aqui não há intolerância étnica, política ou religiosa, como se vê nos mais diversos cantos do planeta. Este é, sem dúvida, o maior mérito do Brasil, a maior qualidade do seu povo.

Com o avanço dos meios de transporte, o mundo ficou bem menor. Hoje em dia é relativamente fácil e barato viajar para qualquer canto da terra. Mas quando vinham para o Brasil, nas primeiras décadas do início do século passado, os imigrantes tinham de enfrentar cerca de vinte dias no mar, em embarcações precárias.

Hoje, é possível falar por telefone com praticamente todos os lugares da Terra. Mas, há setenta ou oitenta anos, os imigrantes tinham de deixar para trás seus familiares, sonhando por anos e anos com um reencontro que muitas vezes jamais iria se realizar.

O objetivo da maioria dos imigrantes, ao deixar o Líbano, era voltar depois à terra natal. No entanto, a verdade é que bem poucos tornaram a cruzar o oceano na viagem de retorno. A imensa maioria ficou na nova terra e por aqui constituiu sua família.

Muitas vezes fugidos da intolerância religiosa, os libaneses encontraram aqui uma cultura centrada na cordialidade. Tentando achar uma vida melhor, aqui puderam crescer junto com um País que avançava num ritmo vertiginoso.

Num artigo intitulado *Líbano: jovem País de 6.000 anos*, o escritor Mansour Challita diz “Nascido num território exíguo, mas animado das ambições mais vastas, o libanês sempre procurou estender as fronteiras da sua pátria aos confins da terra”.

A imigração libanesa para o Brasil, que começou de modo lento e gradual, nas últimas décadas do século dezanove, acelerou-se a partir de 1900. Em especial a partir de 1909, quando os otomanos passaram a recrutar para o serviço militar também os cidadãos católicos, fato que levou muitos libaneses maronitas à decisão de tentar a sorte na América.

É bem verdade que muitos desses imigrantes quase nada sabiam da nova terra. Muitos desconheciam a existência da América do Sul e da América do Norte. Conheciam apenas o Eldorado, a terra prometida pelos relatos românticos, onde correria leite e mel.

Sabe-se hoje que a grande maioria dos imigrantes não pensava em fixar-se na nova pátria. Queriam retornar ao Líbano. Mas sabe-se hoje também que muitos dos que regressaram ao Líbano acabaram por voltar ao Brasil.

Logo formou-se no Brasil uma imensa rede de relações familiares e interpessoais no interior da colônia libanesa, que estendia-se das principais capitais do País em direção ao interior.

Aquele que se radicava numa cidade maior logo colocava um parente ou um conterrâneo para trabalhar em cidades menores da vizinhança.

E assim os mascates foram seguindo pelas antigas estradas de mineradores e de tropeiros, como novos bandeirantes. Varavam as principais estradas do Brasil: Rio, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Amazônia. Todo o Brasil foi minuciosamente esquadrihado por eles.

E, assim, hoje podemos comemorar esta imigração vitoriosa.

Antes de encerrar este pronunciamento, eu gostaria de agradecer ao brilhante trabalho da senhora Lody Brais, que comandou a comissão que organizou, no Brasil, as comemorações dos sessenta anos de independência do Líbano. A senhora Lody Brais tem se destacado na comunidade líbano-brasileira como uma das pessoas mais empenhadas em aproximar as duas nações e seus povos. Dona Lody tem organizado quase todas as visitas das grandes personalidades libanesas ao Brasil, em que se destaca a vinda do ex-Presidente Amin Gemayel, em 1997.

Por fim, quero desejar paz e prosperidade para o Líbano que soube se reerguer dos escombros de uma terrível guerra. Queremos desejar paz e prosperidade também para que o nosso Brasil possa vencer a injustiça social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Investimentos brasileiros no Líbano

(Pronunciamento em 5 de dezembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, lá está o nosso Presidente em mais uma viagem internacional, desta vez no Oriente Médio. É claro que essas viagens podem ser analisadas sob vários ângulos: o número de dias fora do País; a comparação das suas viagens com as do Sr. Fernando Henrique, muito criticadas, na época, pelo próprio PT.

No entanto, vejo com muito respeito as viagens que o Presidente da República vem fazendo, algumas delas. Acredito que marcou posição e marcou época sua viagem à África. Creio que o Brasil, no tempo da ditadura militar, abriu as embaixadas e abriu conversações que nunca tivera com a África. O Presidente Fernando Henrique – claro, mais aristocrata – praticamente desconheceu a importância do diálogo com a África. O Presidente Lula não só fez a viagem como preestabeleceu um diálogo África/América Latina.

Aliás, é interessante salientar – e é muito importante esta parte – que o Presidente Lula, nas suas viagens, está tendo o maior empenho em falar no Brasil e na América do Sul. Nessa viagem que está fazendo ao Oriente Médio, por exemplo, está acompanhado do ex-Presidente da República Argentina, Presidente do Mercosul. E faz questão de sua presença, para que não aconteça a ciúmeira entre o Brasil e a Argentina, mostrando que, quando fala na integração do Brasil e da América com o Oriente Médio, está pensando em toda a América do Sul.

Assim como fez na África, o Presidente Lula está, agora, fazendo com o Oriente Médio.

Parece mentira, mas a única viagem do governo brasileiro ao Oriente Médio foi feita por D. Pedro II. Foi uma viagem pessoal. Quando estava doente na Europa, o monarca fez questão de conhecer o Oriente Médio. Esteve no Líbano, onde Lula está hoje, e convidou os orientais para virem para o Brasil – naquela época – dizendo que o Brasil era uma terra que tinha tudo por construir e que eles, vindo para cá, teriam condições de ajudar na construção do Brasil e poderiam retornar ricos à sua pátria, por assim dizer.

Interessante é que os orientais atenderam ao pedido de Dom Pedro II e, hoje, o Brasil tem oito milhões de descendentes de libaneses, só de libaneses. É a maior concentração do mundo, maior do que em Beirute.

Por isso, acho importante essa viagem feita ao Oriente Médio, de um modo especial a viagem que faz hoje ao Líbano. Esse diálogo Brasil/América/Oriente Médio tem todas as condições para progredir e desenvolver-se.

Interessante a característica, porque, fruto das posições americanas no Oriente Médio, US\$400 bilhões em investimentos do mundo árabe estão deixando de ser aplicados nos Estados Unidos. Essa fantástica quantia está buscando outros objetivos, e o Brasil está se credenciando. Entendo que foi o momento mais oportuno, mais significativo.

O Brasil vai construir na Síria, com tecnologia própria, uma refinaria de açúcar. O Brasil fornecerá a matéria-prima e praticamente não terá concorrente com relação ao açúcar em todo o Oriente Médio.

É importante a posição do Presidente Lula no âmbito internacional. Quando foi à África, pediu desculpas pelo que o Brasil fez com milhões de africanos escravos em nossa terra. De certa forma, continua fazendo hoje, pelos números apresentados com relação à educação. Os dados mostram a exclusão dos negros em sua imensa maioria nos níveis de educação, nos níveis sociais deste País.

Creio que neste mundo conturbado deste início de milênio é muito importante o que o Presidente Lula está fazendo. É muito importante ter começado, como ele começou, pela Argentina, primeiro País visitado; importante ele ter ido aos Estados Unidos conversar

com o presidente americano e mostrar que quer ter o melhor relacionamento, o melhor diálogo com aquele governo; importante a visita que fez aos demais Países da América Latina, mostrando que está jogando todo o seu prestígio no Mercosul, que considera importante o projeto Mercosul, que nasceu com Sarney, continuou com Itamar, com Fernando Henrique e continua com o Lula. Talvez até esteja dando mais força – e acho que está – ao Mercosul do que deu ao final o Sr. Fernando Henrique, que, fruto dos entendimentos e vaidade entre ele e o Presidente da Argentina e da simpatia que tinha pelo americano, não foi muito forte o prestígio dado pelo nosso governo ao Mercosul no seu final.

O Governo Lula entrou, dando uma colaboração altamente positiva, meritória, quando a Argentina estava numa crise brutal. O Brasil foi firme, resolutivo, deu solidariedade absoluta, cobrando do mundo financeiro um tratamento à Argentina com mais dignidade e seriedade. Foi tão positivo o apoio que o Brasil deu à Argentina na crise que, eleito o novo presidente, o primeiro País a ser visitado foi o Brasil, para agradecer o estímulo e a força que o Governo brasileiro tinha dado na hora da crise.

Depois, foi à África, e agora ao Oriente Médio. Logo adiante, ele vai visitar a Índia – e faz muito bem – e a China. O mundo de hoje diz que Índia, Brasil, China são as três grandes nações que se discutirão neste século, nações que não têm os problemas e os dramas de outros Países. O Brasil tem uma das maiores reservas de terras agricultáveis do mundo inteiro e uma das maiores reservas de água doce. Já se diz – eu falava no final do século, mas ontem nos argumentavam que já no ano 30 deste século – que o principal problema do mundo não será petróleo e sim água.

O Brasil tem a sua importância e o seu significado e por isso devemos agarrar e defender a Amazônia, com autonomia para o Brasil, com unhas e dentes. Por isso, a importância dessas visitas, como a visita ao Oriente Médio, à Índia, à China e creio – por que não? – a visita à Rússia.

Acho que está se formando, e o Presidente Lula está tendo essa capacidade, um debate que foge do monopólio da presença americana, só o Presidente Bush. O Primeiro-Ministro da Inglaterra, numa posição de humilhação – cá entre nós, causa pena ver hoje a situação

da velha Inglaterra, ver que a majestade da Grã-Bretanha hoje reside no Sr. Blair, uma figura secundária – praticamente parece até que é o representante do Presidente Bush no continente europeu.

Estamos na posição de avançar, não com a questão da hegemonia ridícula, que não passa por nós; não na vaidade de uma posição superior ridícula, que não passa por nós. O Brasil não tem nenhum interesse hegemônico. Ao contrário do americano e de outras nações, não quer um metro de terra de quem quer que seja. O Brasil não tem interesse em impor o seu imperialismo aos nossos irmãos da América; o Brasil quer que os nossos irmãos da América, como nós, cresçam e se desenvolvam; o Brasil entende que, para crescer, avançar e para que esses números que o ilustre e querido Senador Demóstenes mostrou agora se alterem – e para mudarem realmente têm que se alterar na América Latina – temos que ter uma América Latina forte, desenvolvida, com progresso. Temos terra, temos na América condições de agricultura, minério, petróleo, temos tudo. A América Latina não precisa importar nada de ninguém, se o seu povo tivesse competência, capacidade de avançar e desenvolver-se. Não podemos aceitar o argumento de que o latino-americano é um povo inferior, que a mestiçagem do negro e do índio fez desse povo um povo que não tem condições de avançar e que, por isso, tem que ser um País subalterno. Pelo contrário, temos a convicção de que o que falta – e está acontecendo agora – é nos integrarmos, nos unirmos, nos darmos as mãos, um ajudando o outro para que, juntos, possamos vencer e fazer o grande desenvolvimento da América Latina.

O Brasil, ao lado disso, olha e vê a África; olha e vê o Oriente Médio; olha e vê o Extremo Oriente. Diz bem o Chanceler brasileiro quando argumenta que o Brasil não tem nenhuma política contra o americano, nem quer fazer absolutamente nada em relação ao antiamericano. Prestigiamos a amizade americana, respeitamo-la, queremos que continue, queremos conviver o melhor possível com os nossos irmãos do norte. Mas isso não impede o Brasil de ter personalidade, autoridade, vida; isso não impede pensarmos diferente sobre a América Latina, que o americano vê como quintal e nós olhamos como irmãos; isso não impede querermos, além de negociar com o americano, negociar com a Comunidade Econômica Européia, irmãos nossos. Ao longo do tempo, a nossa identidade cultural foi com a

França, com a Europa, não foi com os Estados Unidos. Os imigrantes que para cá vieram e construíram o Brasil, os nossos livros, o nosso desenvolvimento, as nossas intimidades ao longo da História – quando não tínhamos a televisão fechada, que é praticamente uma lavagem cerebral que o americano está fazendo em todo o mundo – a nossa cultura era francesa, era européia. Então, olhamos com respeito a Comunidade Econômica Européia e achamos que devemos dialogar, debater, analisar, pela amizade – repito – mas também porque ali são dez, doze, quinze, vinte nações. É mais fácil estabelecer um diálogo entre as vinte nações do Mercosul e as vinte nações da Comunidade Econômica Européia do que entre a superpotência americana e as vinte nações do Mercosul. Por isso, acho que a posição do Lula vai bem. Acho interessante essa proposta feita e a resposta.

O Sr. Fernando Henrique lançou a bandeira, a que não fui nunca tão simpático nem achei tão importante, de que o Brasil devia fazer parte do Conselho Permanente da ONU. Está aqui um ilustre, além de advogado, além de senador, homem do nosso Itamaraty, e me atrevo a falar na sua presença. Nunca fui simpático ao Conselho de Segurança da ONU. Durante jovem e como professor, eu debatia muito, achando que aquele conselho era uma excrescência, ou melhor, os votos dos membros permanentes do Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança é claro que é uma obrigação. Se não existe Conselho de Segurança, não funciona, mas os votos dos membros permanentes, eu achava uma excrescência. Depois fui ver que, de certa forma, se não existisse aquilo, talvez não existisse nada. Hoje, quanto ao Brasil pertencer ao Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, não sei; quanto à nova idéia, a nova proposta de o Brasil pertencer ao Conselho da ONU como membro permanente, mas sem direito a veto, também não sei. Sinceramente, não sei. Não vejo importância ter ou não direito a veto. Acho que para nós o ideal é entrarmos para o Conselho da ONU e ficarmos lá permanentemente. Seria ideal até que não tivéssemos direito a veto e, depois, fôssemos lutar internamente para que os outros também não tivessem direito a veto.

Sr. Presidente, considero da maior importância e do maior significado, ao término deste primeiro ano do Presidente Lula, os números concretos e reais apresentados pelo nobre Líder da Minoria, pelo nobre Líder da Oposição. A taxa de desemprego é menor que a

do ano passado. A promessa é de 2,5 milhões de empregos. O Governo apresenta outros números, que também são concretos.

Analisando a prestação de contas deste ano, a execução orçamentária deste ano e o orçamento que está sendo preparado para o ano que vem, em meio a toda a caminhada do Lula, a grande bandeira que Sua Excelência deve defender no ano que vem refere-se à redução em nível internacional dos juros.

O Presidente Lula tem autoridade e pode dizer ao Fundo Monetário e ao Banco Mundial que, durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso e o ano do seu Governo, nenhum País pagou juros tão altos e em quantidade tão extrema como o Brasil. Pode-se dizer que o Lula pagou ainda mais, que pagou além do que o Fundo Monetário pediu. O superávit primário foi superior, a cinto foi mais apertada do que o próprio Fundo Monetário Internacional pediu. Nessas condições, ele tem a autoridade de dizer que assim como está não pode continuar.

As organizações internacionais têm de baixar os juros internacionais, porque não é possível que o americano pague 1%, que o Japão pague 2% e que nós paguemos a estupidez que estamos pagando. Essa é a próxima grande bandeira do Presidente Lula, e penso que ele terá o Brasil inteiro a seu lado, e penso que terá autoridade. Se ele tivesse pedido moratória, se ele tivesse mudado a economia, se ele tivesse feito uma série de coisas que se imaginara que fizesse, talvez não a tivesse.

Hoje, como ele desagrada seu Partido, como aperta todos os pontos, como endurece e dificulta a vida dos brasileiros, como faz uma política drástica, como vai muito além do que se imaginava, em termos de endurecimento da economia, ele pode dizer, no dia 2, que, em contrapartida, não pode pagar 140 milhões de juros e que não tem dinheiro para o Fome Zero. Pode perguntar: se não há 10 milhões para o Fome Zero, como poderia pagar 140 milhões de juros? Ele vai ter de dizer que isso não pode ser, que isso não vai ocorrer, que o Brasil vai derrubá-lo, que há risco de uma insurreição social. Ele tem condições e autoridade de fazê-lo. Tenho a certeza de que o Governo, a Oposição e a sociedade inteira no Brasil lhe darão solidariedade.

Meus cumprimentos ao Presidente. Meus cumprimentos pelas declarações firmes que está fazendo no Oriente Médio, difíceis, porque

ele está caminhando num fio de arame, mas não avança mais do que deve. Quando ele diz que se devem cumprir os tratados da ONU, ele está dizendo o óbvio, aquilo que realmente sempre deveria ter sido feito: cumprir os tratados da ONU, as decisões da ONU.

Ele fala com serenidade e tranqüilidade que no Brasil árabes e judeus se dão muito bem e que ele espera que isso ocorra no Oriente.

Meu abraço ao Presidente por essa viagem. Que ele realize com êxito o seu final e que possamos, efetivamente, chegar no início do próximo ano com uma nova caminhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Proposta de Emenda Paralela

(Pronunciamento em 6 de dezembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, vejo com satisfação o Senador Paulo Paim presidindo praticamente toda esta sessão. É normal, porque V. Ex^a foi o responsável pelos debates e pela matéria que nos reúne hoje, neste plenário, exatamente num dia em que está em pauta a nossa PEC paralela.

Volto a dizer que esta Casa está vivendo um momento muito importante. É claro que não é momento de festa, nem de alegria – seria ridículo imaginarmos isso – mas são tão raros os instantes em que há um entendimento de alto nível, que somos obrigados a dizer que vivemos esse instante. E V. Ex^a, Sr. Presidente, que, ao longo da vida, lutou em prol dos direitos dos trabalhadores, é um dos grandes responsáveis por isso e deve estar vivendo um momento de grande satisfação.

É claro que a reforma administrativa não é a reforma dos nossos sonhos. É claro que V. Ex^a e nós todos, de certa forma, que combatemos duramente a tentativa de reforma administrativa do Presidente Fernando Henrique, imaginávamos que a que viria seria diferente. É claro que somos obrigados a reconhecer que algo deve ser feito no sentido de que o Brasil encontre seu rumo. E quando se diz que algo deve ser feito, inclusive com relação à Previdência, é verdade.

Também se diz, e com quanta profundidade, que uma das razões fundamentais das dificuldades da previdência é a sonegação. A imprensa tem publicado uma série de vezes o número e o nome dos grandes empresários, das grandes empresas que sonegam e devem

milhões e milhões à Previdência, mas nada acontece. O novo Governo, que combatia e criticava duramente o Governo anterior, por não cobrar dos sonegadores, poderia ter iniciado uma caminhada nesse sentido. Não digo que colocasse na Justiça, não digo que tentasse criar um milhão de dificuldades para essas empresas, algumas realmente em situação difícil, mas que criasse uma fórmula, um entendimento que demonstrasse que o Governo atual é diferente, que cobrará dos sonegadores. Entretanto, quanto aos sonegadores, até agora não se fez nada.

Outra questão são os escândalos, as roubalheiras, como o caso do Governador de Roraima, lá do Norte, em que havia mil e não-sei-quantos servidores fantasmas, algo inédito, isso nunca tinha ocorrido. O governador, secretários, deputados, todo mundo participava da lista de mil e poucos servidores fantasmas e recebiam. Há os casos de escândalo, de roubalheira na Previdência agora abertos, com a presença de ministros, de deputados, de senadores, de servidores da polícia, da previdência, enfim, de uma gangue organizada. Justiça seja feita, tem trabalhado nesse sentido a Procuradoria, de modo especial, de maneira magnífica, mas não há fato novo que demonstre que o Governo esteja realmente andando atrás dessa corrupção.

O Governo apresentou sua proposta, que chegou aqui e foi aprovada na Câmara dos Deputados. Uma série enorme de medidas, de emendas foram rejeitadas. Aquela Câmara, brava lutadora, chegou e foi ao confronto, a favor ou contra a emenda do Governo. Uma emenda daqui, outra dali foram aprovadas, o Governo resolveu aceitá-las, mas, na verdade, na verdade, com relação às grandes teses, aos grandes confrontos, a imensa maioria votou a favor do projeto do Governo e alguns acharam que faziam bem votando contra. E o projeto veio para esta Casa. Chegando aqui – no coitado do Senado, nesta Casa revisora a quem não é dada nem o direito de exercer o seu papel – colocaram uma faca em nosso pescoço e nos deram um prazo determinado para votá-lo.

A primeira proposta foi aquela de sempre, que não dava para emendar, porque a matéria voltaria para a Câmara e o Governo não admitia que isso acontecesse. Não podemos dizer que a atitude deste Governo foi absurda, ridícula e que ofendia o Senado Federal, porque estou aqui há 24 anos e todos os governos têm agido assim. Conheço

proposta que ficou na Câmara meses a fio e que chegou aqui de manhã e saiu de noite, que foi votada em questão de 12 horas, porque o Governo assim queria. Refiro-me a uma medida que dizia respeito à fábrica de aviões do Brasil, que envolvia US\$500 milhões emprestados, e que precisou ser votada correndo, chegou pela manhã e foi votada à noite, porque nos disseram que, se não fizéssemos isso, naquele dia 14 de dezembro, a fábrica estouraria. E tivemos de votar!

Então, imaginava-se que, no Senado, o passeio seria normal, mas, na verdade, houve uma reação maior do que imaginávamos. À frente, o Senador Paim – justiça seja feita – e vários Senadores que entenderam que não podiam ficar na tese: tinham que votar a favor, aceitando a imposição do Governo, ou contra, num hino de liberdade. Está certo que votar era importante, significativo, era uma manifestação até de revolta, mas não resolvia; a situação dos trabalhadores continuaria sendo aquela.

Foi aí que surgiu a proposta da tese paralela – ridicularizada, debochada. Meu querido Senador, fui o primeiro que falou desta tribuna na tal da tese paralela; fui eu que disse que as teses se reúnem no infinito, ridicularizando, porque também achei que era ridículo elaborar uma tese paralela. Parti do princípio de que era uma piada, um engodo e que estávamos marchando nesse engodo.

Mas as coisas mudaram com o decorrer do tempo. E quero fazer grande justiça a V. Ex^a, prezado Líder da Minoria, aos Líderes do PSDB, do PFL e do PDT, por terem aceitado participar do debate e, por assim dizer, terem colocado o Governo contra a parede. Não me parece que o Governo esteja muito contente, embora pareça e agora – aliás, de uma maneira competente – esteja usando isso, usufruindo como uma vitória pessoal. Na verdade, ele foi levado a isso, no momento em que o Senador Paulo Paim e outros parlamentares disseram que a questão não era bem assim; que não se tratava de rejeitar, de fazer de bobo o Senado Federal, de apresentar uma tese paralela e engavetá-la, porque, na verdade, há um número de parlamentares – não só o Senador Paulo Paim como outros do próprio Governo e da Oposição – que votariam contra a tese principal se essa não fosse aceita. Aí, tudo mudou de figura. O Governo começou a negociar, a discutir para valer, lutou e brigou. E os Senadores Paulo Paim, o Líder Aloizio Mercadante, o relator e os líderes da Oposição discutiram e

analisaram em uma, duas, dez reuniões. E, ao final, chegou-se a um entendimento.

Quero dizer, com toda sinceridade, que os líderes sindicais participaram das negociações e concordaram com as propostas. É importante que se diga isto: que os parlamentares, o Senador Paulo Paim e nós todos não fizemos nada à revelia das lideranças sindicais. Eles bateram duro na reforma da Previdência, foram totalmente contra a mesma. Então, fazer isso à revelia deles seria uma suposição, por assim dizer, até meio provocativa. Eles foram consultados. Foi-lhes apresentada a emenda que veio da Câmara dos Deputados e o fato de o Governo só admitir votar aquela, sem emenda alguma; ou seja, que ela seria votada como veio da Câmara dos Deputados. Informamos-lhes que havia uma proposta no sentido de apresentarmos uma emenda paralela, em que colocaríamos alguns dispositivos, embora não todos os que gostaríamos. E aí é que dou o mérito à Oposição, porque ela poderia ter feito um carnaval, poderia ter apresentado – e tinha condições e direito a fazer isto – dez, vinte, trinta, quarenta emendas à emenda paralela, e ela implodiria porque, no tempo e no espaço, não teria o que fazer. Entretanto, os seus líderes sentaram-se à mesa, discutiram e conseguiram avanços. E não foi só o Senador Paulo Paim, mas a Oposição, o PSDB, o PFL também conseguiram avanços dentro da emenda paralela. E se chegou à conclusão de que haveria emenda paralela.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo aparte ao Senador Efraim Morais, com o maior prazer.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Meu caro Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem toda razão, concordo que aqui se avançou em relação à PEC nº 67, que foi aprovada na Câmara dos Deputados, com a participação de todos os senadores, sem exceção.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Alguns se destacaram um pouco porque estudaram mais a matéria e se dedicaram, mas não vamos aqui citar Senador A, B ou C, porque todos nós, os 81 Senadores, fizemos a nossa parte. O Governo fez a sua parte, e a Oposição também fez a

parte dela. Membros do Governo, como o Senador Paulo Paim e V. Ex^a, não concordaram com determinados pontos da PEC e mostraram a sua disposição de votar contra a matéria. Sou testemunha disso e quero parabenizar V. Ex^a, o Senador Paulo Paim, assim como tantos outros senadores do PMDB, do PT, que juntos discutiram a matéria. Isso não está me convencendo – e tenho certeza de que V. Ex^a concorda comigo – porque, se o Governo tivesse aceitado desde o princípio as mudanças que estão sendo feitas na PEC Paralela nº 77, essa reforma teria sido aprovada há muito tempo. A minha preocupação, e sei que também é a de V. Ex^a, é saber por que elas não foram incluídas na PEC nº 67. Se isso tivesse ocorrido, ela já teria voltado para a Câmara dos Deputados, onde – se o Governo concorda – não tenho dúvida, seria aprovada, pois já tinha sido aprovada no Senado. Como V. Ex^a disse muito bem, para que tivéssemos algum ganho, teríamos de assumir o posicionamento que assumimos. Negociamos, aceitamos alguns avanços porque, do contrário, o “pau tinha comido” mesmo, como diz o Ministro José Dirceu. Mas vamos tentar aprovar essa matéria lá na Câmara dos Deputados. Eu confesso a V. Ex^a que não acredito que o Governo tenha pressa em votar essa matéria. Eu não acredito que o Governo vá votar a PEC nº 77 na Câmara dos Deputados. Por outro lado, eu acredito que a sociedade brasileira vai cobrar do Governo e dos Srs. Deputados o compromisso assumido pelo Governo e pelas oposições. Porque aqui os líderes das oposições, ao lado dos outros srs. senadores, assumimos e fechamos um compromisso com a sociedade brasileira. Agora, nós vamos cobrar o cumprimento desse acordo. Espero que os Srs. Deputados sejam sensíveis o suficiente para não transformarem essa emenda numa peça de frustração para a sociedade brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a chegou a esta Casa ontem e já é líder. Está demonstrando sua competência, sua capacidade e seu brilhantismo. Perdoe-me o que vou lhe dizer – faço isso pela velhice, pelo tempo que estou aqui: essa é uma questão diferente, Senador. V. Ex^a tem toda a razão ao indagar por que não votamos essas matérias todas na tese principal. Se tivéssemos feito isso, a PEC já teria sido votada, há muito tempo, na Câmara. É verdade. Sabe por que não se votou isso? Porque é diferente; trata-se de um princípio que existe – e não é de agora – nos governos, segundo o qual determinadas matérias devem ser carimbadas por nós. Não podem voltar

para a Câmara. E disso o Governo não abre mão, em absoluto! A tese que veio da Câmara precisa ser votada no Senado como veio daquela Casa, como o Dr. Fernando Henrique exigia, bem como o Sr. Sarney. A tradição é esta: não pode voltar! O Senado é carimbador. Carimba e está carimbado. Nós somos um cartório de carimbar. Disso o Governo não abre mão. Iniciar... Se começa, não pára. Se dessa vez nós conseguirmos emendar e a matéria voltar para a Câmara, nós vamos fazer o mesmo na próxima emenda e na outra também, que é o mínimo que nós tínhamos o direito a fazer. E digo mais a V. Ex^a: isso é uma vergonha para o Senado Federal. Esta Casa está se humilhando, está se deixando espezinhar ao não impor a sua posição.

Eu já disse várias vezes, quando o projeto chega aqui em cima da hora e pressionam dizendo que ele tem de ser votado imediatamente, porque senão acontece não sei o quê, eu não voto. Se na Câmara ele ficou oito meses, por que nós temos de votá-lo em três dias?

V. Ex^a levanta a dúvida, o que é correto: por que o Governo, se quisesse aprovar essa matéria, não a aprovou na PEC principal? Porque isso ele não faz. Voltar para a Câmara ele não deixa. Permitiu assumir essa posição, de que V. Ex^a tem o direito de desconfiar, de fazer uma PEC paralela. O Sr. Lula assumiu com o Presidente Paulo Paim o compromisso de que a PEC vai ser votada aqui. Ele tem o compromisso de fazer votá-la lá na Câmara. Ele prefere isso ao trâmite natural, que seria emendar no Senado e voltar para a Câmara.

Eu acredito que ela será votada aqui e aprovada por unanimidade e eu acredito que a Câmara dos Deputados a votará.

Eu acrescento um item à argumentação de V. Ex^a, meu prezado líder: os deputados são competentes, lá não existe nenhum bobo. Quem era contra essa tese votou contra, ganhando a simpatia popular, mas se responsabilizando.... Os que votaram a favor do Governo votaram sabendo do desgaste, sofreram o desgaste de votar a favor dessa PEC. De repente vai aparecer uma tese lá, uma nova emenda, e lá não há responsável pelo que ela tem de ruim, além de faltar dispositivos que o Senado deveria ter incluído e não incluiu. É o que está aqui. Qual é o deputado que vai votar contra? Vai votar contra sob que argumento? O deputado do PT vai votar a favor e dizer que o Governo que se dane. Se aprovaram lá no Senado, nós vamos aprovar aqui. E o deputado da Oposição, é claro, vai votar a favor.

Então, quem é que vai para as manchetes, enfrentar a opinião pública e dizer que as conquistas que estão na emenda paralela, que não são as ideais, mas são as possíveis e, como disseram os líderes sindicais, não é o que eles queriam, mas a situação vai melhorar... A maioria dos deputados vai ficar contra? Deputado pode ser tudo, mas bobo não é.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Peço desculpas por interromper o discurso de V. Ex^a, mas imagino que essa PEC... Uma medida provisória nesse sentido entrará em vigor a partir da promulgação da Emenda nº 67, o que ocorrerá ainda este ano.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Então diria a V. Ex^a que, promulgada, e V. Ex^a, como eu, sabe muito bem que isso acontece no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – passei doze anos ali e, tendo o Professor Paulo Paim como meu comandante, aprendi muito sobre aquela Casa – quando essa PEC chegar à Câmara o Governo vai esquecer de votá-la. Ela não tem prazo para ser votada!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas nós não vamos esquecer do Governo.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Mas não são os deputados. Tenho convicção, como dois e dois são quatro, de que os deputados que votaram contra a matéria vão cobrar, mas o Governo tem a maioria dos votos, acima de três quintos. Nós não vamos chegar a esse entendimento. Concordo com tudo o que disse V. Ex^a, que é um homem de boa-fé.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos fazer a seguinte aposta: eu virei a esta tribuna fazer mea-culpa, dizer que sou um ingênuo, que errei, que me fizeram de bobo, se essa matéria não for aprovada lá, e V. Ex^a virá a esta tribuna dizer que estava equivocado.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Eu farei a mesma coisa, virei à tribuna elogiar o Governo se a matéria for votada, qualquer que

seja a posição tomada. Conheço V. Ex^a e sei que prefere que eu use da tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está feito o acordo. É melhor para o Brasil.

O Sr. *Efraim Morais* (PFL – PB) – V. Ex^a prefere que eu use da tribuna para elogiar o Governo, porque, se assim fizer, estaremos melhorando a situação do funcionário e do trabalhador. Então, chegamos a um entendimento, para mostrar que nesta Casa é conversando que se entende.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, estou me sentindo emocionado, por que hoje é sábado, são treze horas e estamos aqui reunidos. Fui a um jantar ontem e as pessoas, inclusive de outras mesas, vinham me perguntar se era verdade que trabalharíamos hoje e por quê. E eu dizia que era verdade, nós iríamos trabalhar. “Mas nunca trabalharam!” Mas vamos trabalhar. E vejo que não aconteceu nada de mais, Sr. Presidente. Houve número necessário, funcionamos normalmente, discutimos o projeto e não vejo escândalo nenhum.

Digo isso porque apresentei um projeto, pelo qual esta Casa funcionaria muitas vezes sábado e domingo. O meu projeto, que está na gaveta, diz que o Deputado e o Senador não têm direito a cinco passagens por mês, mas a uma passagem por mês, da capital para o seu Estado. Por quê? Porque ele só vai uma vez por mês. O Plenário do Senado se reúne lá pelo dia 26 ou dia 27 de um mês; a Mesa organiza a pauta do mês seguinte, mostra-nos a pauta, e nós a votamos. Fica previsto votarmos determinadas matérias, por exemplo, no mês de abril. Verificamos a agenda, o calendário do mês de abril, e vemos que há a Semana Santa, quando a Casa praticamente não funciona.

Então, organizaremos um calendário. De certa forma, escolheremos os dias em que estaremos em Brasília. Estaremos aqui enquanto não for cumprida aquela pauta de votações daquele mês, todos os dias, inclusive sábados e domingos. Enquanto aquele calendário, votado no mês anterior para o mês seguinte, não for votado, estaremos aqui. Terminada a votação, o Senador vai para o seu Estado. Se terminou a votação no dia 20, ele fica dez dias; se terminou no dia 15, ele fica quinze dias; se terminou no dia 25, ele fica cinco dias; se não terminou, ele não vai.

O que acontece? Hoje, o Senador passa um terço da semana aqui no Senado, um terço no seu Estado e um terço nos aeroportos e nos aviões, em viagem. É absurdo, ilógico, de uma irracionalidade que não existe no mapa.

Estamos realizando uma sessão em um sábado, tranqüilo, sereno. Foi o Dr. Sarney – por quem tenho o maior respeito – quem colocou nossa televisão no ar, quem fez com que soubéssemos com antecedência a pauta de votação do início ao fim do mês. Antes, chegávamos nesta Casa sem ter a mínima idéia do que seria votado. Só os Líderes tinham conhecimento dessa pauta.

É interessante a proposta de nos reunirmos um período só, incluindo sábados e domingos, para, terminado esse período, podermos ir para as nossas residências. Disseram-me: “Mas no Brasil inteiro ninguém trabalha no sábado e no domingo. O que eles vão pensar do Congresso?”. Mal eles não vão falar, porque, na realidade, estamos fazendo a nossa parte.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, neste primeiro sábado da série de sábados e domingos em que vamos trabalhar. Talvez isso sirva de exemplo e demonstração do que podemos fazer no futuro.

Mais uma vez, Sr. Presidente, felicito V. Ex^a, que jogou muito nessa caminhada. Estive ao seu lado e colaborei no que foi possível. Mas V. Ex^a tinha em jogo toda a sua liderança. Ao longo da sua história, V. Ex^a defendeu os trabalhadores, às vezes quase radicalmente, rasgando a Constituição, trazendo os gêneros de primeira necessidade, colocando-os na mesa, derrubando. V. Ex^a tomou as atitudes mais radicais possíveis dentro da lei para defender os trabalhadores. Mas, de repente, um projeto, que não era o seu, que era bem diferente daquele pelo qual V. Ex^a foi eleito Senador da República, foi apresentado.

Se eu, que não tenho a responsabilidade de V. Ex^a, que não tenho a ligação com o mundo sindical que V. Ex^a tem, preocupeime, imagino V. Ex^a, que ficou numa dupla circunstância! O caminho mais fácil era votar contra, fazer um discurso duro, radical, dizendo que não aceitava. Foi, aliás, o discurso que V. Ex^a fez. Então, ameaçaram-no dizendo que V. Ex^a sairia do Partido e outras coisas, e V. Ex^a teve muita categoria ao dizer que não permitiria ao Partido sofrer o constrangimento de se reunir para o expulsar, que V. Ex^a sairia antes,

no momento em que pedissem, mas que não abriria mão de suas convicções. Então, V. Ex^a disse: “Meu voto é contrário. Não abro mão de minhas convicções”.

V. Ex^a entrou com um caminho intermediário, mas deve concordar que podemos melhorar isso. Para mim também seria muito simples vir aqui e debater e votar contra, pois é uma barbaridade esse Governo ter ido para uma campanha, ter sido eleito com o voto popular – o Brasil confiou nele – e agora estar defendendo tudo contra o que lutou durante anos do Governo Fernando Henrique. Colocaram fotografias e painéis pelo Brasil inteiro mostrando os traidores que votaram contra. Contra o quê? Contra isso que agora estão defendendo.

O discurso de V. Ex^a seria um discurso fácil, como também o seria para mim. Mas a verdade é que V. Ex^a seguiu por um caminho, reuniu colegas seus e fez a intermediação com o Relator, que teve muita grandeza nesse sentido, porque colaborou desde o início. É importantíssima a presença dos Líderes de Oposição, porque eles ajudaram nesse sentido.

Quanto ao Governo, justiça seja feita, o Líder tem toda razão quando diz que o Governo não quer. É claro que ele não queria. O Governo forçou para não sair. É claro que forçou. Mas não vai forçar agora, não porque não queira, mas porque agora ele não tem saída. Agora a matéria vai ser votada aqui, o Governo vai votar a favor – estava aqui o Líder Mercadante desde o início. Na Câmara, o Governo não terá outra saída: vai votar a favor.

Essa foi uma boa demonstração de que nem sempre conseguimos o que é ideal, mas conseguimos o que é possível. E por isso felicito V. Ex^a, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Morte de João Goulart

(Pronunciamento em 7 de dezembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, completou 27 anos a morte de João Goulart, o único Presidente da República brasileira que morreu fora da sua pátria. Não lhe deram o direito de voltar ao País para sepultar a mãe nem para aqui morrer.

João Goulart, ainda não tem uma biografia que lhe faça justiça. Sabemos que a História escreve a fase dos vencedores; a história dos vencidos é muito difícil aparecer, leva tempo para aparecer. João Goulart foi um homem de bem. Quando Getúlio Vargas foi apeado do Governo e se auto-exilou em Itu, fazenda do Rio Grande do Sul, João Goulart, ainda muito jovem, colocou-se à disposição dele e, praticamente, o serviu como amigo fidalgal durante todo aquele período.

João Goulart foi Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e conseguiu a antipatia dos militares, porque determinou o aumento do salário mínimo, atendendo a um apelo das lideranças sindicais. O aumento do salário mínimo saiu, mas os líderes, os coronéis, exigiram a demissão de João Goulart, e ele foi demitido do Ministério do Trabalho. Mais adiante, Juscelino chegou à Presidência da República, exatamente em decorrência de um acordo com João Goulart, que ocupou a vice-Presidência. Jango foi vice-Presidente de Juscelino e, cinco anos depois, foi reeleito vice-Presidente com Jânio Quadros, em oposição a Juscelino. Estava na China desempenhando uma missão oficial, quando Jânio renunciou. Então, os militares se constituíram numa Junta Militar, impedindo Jango de assumir a Presidência e, sequer, de voltar ao Brasil. O chamado Movimento da Legalidade,

que teve um Governador do Rio Grande do Sul à frente, empolgou a Nação e foi um dos poucos movimentos de que se tem conhecimento na História deste País no qual os militares foram derrotados. Eles tiveram de se recolher e entregar a Presidência a João Goulart. É verdade que não fizeram isso tranqüilamente. Antes, o Congresso Nacional estabeleceu o parlamentarismo numa votação relâmpago. Tancredo Neves, Primeiro-Ministro, estava desenvolvendo uma atividade importante e fez um belo trabalho, mas Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que iriam disputar as eleições de 1965, fizeram movimento para derrubar o parlamentarismo. Para iniciar esse movimento, como havia eleição para Deputados e Senadores, votaram uma emenda na qual estabelecia que os Ministros para serem candidatos a Deputado tinham de deixar o Ministério, como acontece hoje. Naquela época, estava em vigor o parlamentarismo, em que o Primeiro-Ministro integrava o Parlamento, mas obrigaram Tancredo Neves, que desejava candidatar-se a Deputado, a deixar o cargo de Primeiro-Ministro, e todo aquele seu Gabinete excepcional, diga-se de passagem, caiu.

Aprovado o presidencialismo, Jango assumiu e apresentou a sua plataforma, a chamada Reformas de Base. Assumiu com homens como Carvalho Pinto, Ministro da Fazenda, que não inspirava nenhum cuidado, San Thiago Dantas, um dos homens mais dignos e competentes deste País. Assumiu apresentando pela primeira vez o programa da Sudene e o primeiro Plano Trienal, com uma proposta coerente, concreta para o Nordeste. Celso Furtado foi o Ministro do Desenvolvimento, criou a Sudene e apresentou o Plano Quinquenal para equacionar os problemas do Brasil.

Infelizmente os militares, de um lado, e a Igreja Católica, do outro, fizeram um movimento popular de tal ordem e de tal grandeza que o povo saiu às ruas e os militares também. E Jango foi obrigado a renunciar para evitar uma guerra civil. Estranho destino esse dos dois amigos filhos de São Borja: os dois poderiam ter chefiado uma guerra civil, mas um preferiu a renúncia; o outro, o suicídio, para que o Brasil não fosse lançado na guerra civil. Jango renunciou, foi para o exterior e lá ficou até a morte.

Houve uma gama de protestos, de escândalos e de mentiras apresentada pela chamada revolução. Diziam que João Goulart era o maior proprietário de terras do mundo e que, desde que ele tinha

assumido a Presidência da República, comprava uma fazenda por dia. Essas eram as manchetes diárias dos jornais do Rio e de São Paulo. Não haviam desmentidos, uma vez que eram proibidos. A censura era total, e a defesa dele, impossível.

Morreu João Goulart. Os representantes da revolução, da ditadura não queriam deixar nem que seu corpo viesse ao Brasil. Nós, junto com o MDB do Rio Grande do Sul, fizemos um movimento e afirmamos que iríamos a Uruguaiana e ele viria. Aí o governo militar concordou, dizendo que podia vir, mas tinha de ser em carro a 140km por hora e, chegando, deveria ser enterrado imediatamente no Cemitério de São Borja.

Ele veio realmente a 140km por hora, passou por Uruguaiana quase causando acidentes, quase atropelando o povo que estava na rua esperando, e chegou em São Borja. Embora os militares tivessem um contingente de não sei quantos mil homens, incluindo os militares dos quartéis de Alegrete, de Uruguaiana, de Santiago, enfim de toda aquela região, ocupando militarmente São Borja, o povo estava na rua. Milhares e milhares de homens, mulheres e crianças estavam na rua. O caminhão não pôde parar e foi correndo em direção ao cemitério.

Fizemos um acordo simpático com que o próprio padre concordou. A igreja estava fechada. Não tinha absolutamente nada. Quando o carro passou em frente à igreja, a população fechou-o, pegou o caixão e a igreja se abriu. Ela estava lotada. Lá estavam, inclusive, a esposa e a irmã do Dr. João Goulart – esta, esposa do Dr. Brizola – autoridades as mais variadas, o Dr. Tancredo Neves. Lá estávamos nós para lhe prestar nossas homenagens.

Entraram com o corpo na igreja, o padre concordou e ele foi velado.

Um general procurou-me, eu era Presidente do Partido, para me dizer que a condução do corpo até o cemitério deveria ser rapidíssima, dentro do possível. O povo pegou o caixão do Dr. João Goulart e o carregou pelos quilômetros que separavam a igreja do cemitério. Chegando lá, além do povo, havia uma grande quantidade de militares. Estes não queriam permitir que se prestasse uma última homenagem ao Sr. João Goulart.

Falei eu. Tomei a palavra como Presidente do Partido e prestei homenagens a João Goulart. Quando terminei de falar, passei a pala-

vra a Tancredo Neves, Vice-Presidente do PMDB nacional, que dizia que, como representante do Partido, como Primeiro-Ministro de João Goulart e como Ministro de Getúlio Vargas, ali estava para prestar-lhe as últimas homenagens.

Foi um movimento impressionante. De um lado, a maldade, a firmeza, a covardia dos que estavam no poder, impedindo que o povo pudesse se expressar; de outro lado, um povo, pacífica e ordenadamente, querendo se manifestar.

Na missa de 7º dia, na catedral de Porto Alegre, não nos queriam deixar realizar a celebração. Havia um “mar de gente” na frente da igreja. Vieram as tropas militares do Exército, cercaram a catedral e as pessoas correram para dentro da igreja. Ao que sei, essa foi a primeira e única vez que as tropas militares entraram na catedral e bateram nos estudantes. Mesmo assim, a missa foi realizada e o Arcebispo Dom Vicente Scherer rezou em homenagem a João Goulart.

Passados esses anos, a Câmara Federal publicou a conclusão sobre a Operação Condor. A Comissão Especial criada por aquela Casa chegou à conclusão de que existem vestígios imensos de que havia essa Operação Condor, para matar Jango, Juscelino e Carlos Lacerda – os três, casualmente, morrendo em situação estranha. Até hoje, não se explicou direito o acidente de Jango. Até hoje, não se explicaram direito as condições da morte de João Goulart, na sua fazenda na Argentina.

A grande verdade é que venho a esta tribuna como um homem que tem um profundo respeito pela memória de João Goulart. Reconheço que João Goulart não era um estadista como Juscelino ou como Getúlio Vargas. João Goulart jamais quis ser Presidente da República e isso é muito interessante de ser analisado. João Goulart era um homem político, era um chefe político, era o Presidente do PTB e tinha muito orgulho disso. Tinha orgulho de exercer, em nome de Getúlio, a coordenação política das forças populares. Aceitou ser candidato à Vice-Presidência porque, desempenhando esse cargo, avançaria com o PTB, que cresceu enormemente no período em que foi Vice-Presidente. Nunca passou pela cabeça de Jango ser Presidente da República.

Quando Juscelino terminou seu mandato, havia um movimento enorme, inclusive com apoio do próprio Juscelino, para que Jango

fosse candidato a Presidente da República, juntamente com Oswaldo Aranha. Jango não aceitou e continuou na vice. Ele não foi vice, como pode parecer aqui, de Jânio Quadros. Não. Ele foi vice de Lott, que era o candidato do PTB e do PSD. O General Lott era o candidato à Presidência da República e Jango era o seu vice. Jânio Quadros tinha como vice Fernando Ferrari, de um lado, e Milton Campos de outro.

Lamentavelmente, àquela época, a eleição era feita individualmente. Votava-se em um Presidente e em um Vice, que poderiam ser de lados diferentes, pois a cédula era individual. Ganharam Jânio Quadros e Jango. E Jango exerceu a Vice-Presidência da República, nunca, repito, pensando em ser Presidente. Chegando lá, é claro que Jango não tinha plano para ser Presidente, não tinha proposta para isso. Não pensava em ser Presidente, mas chegou à Presidência e a cumpriu com a maior dignidade, com o maior respeito e com a maior seriedade.

Em 1954, houve uma onda de escândalos contra Getúlio Vargas e o que se falava a respeito de sua fortuna, das suas roubalheiras e bandalheiras era incomensurável. Getúlio Vargas morreu e até hoje não se tem uma vírgula contra a sua dignidade. Está provado que o Dr. Getúlio era um padrão de dignidade, seriedade, austeridade e honestidade. No seu testamento, ele deixou para os seus filhos menos do que recebeu do pai, que era um fazendeiro riquíssimo da fronteira. Quando Getúlio Vargas morreu, depois de ser Presidente da República por 20 anos, os seus filhos herdaram menos do que, sozinho, ele herdou do pai. Com Jango ocorreu a mesma coisa.

Quando espalharam que Jango tinha um “mar de fazendas”, o seu primo-irmão, o Deputado Marcelino Goulart Loureiro, e eu, Presidente do Partido, fomos a Montevideú, onde estava Jango. Jango foi a um cartório de registro de documentos e registrou uma operação em causa própria ao Presidente da revista *Time-Life*, comprometendo-se a vender por US\$1 qualquer fazenda ou qualquer extensão de terra que tivesse comprado quando no exercício da Presidência da República. Fez isso porque a revista publicou, e os jornais daqui reproduziram em manchetes de capa inteira, que ele era o maior proprietário de terras do mundo e que, quando Presidente da República, havia comprado uma fazenda por dia. A publicação foi feita e eu a li da tribuna da Assembléia Legislativa.

Aliás, pretendo publicar os meus pronunciamentos da tribuna da Assembléia Legislativa. Muitas pessoas me contam que aqueles fatos que aconteceram, inclusive na época em que o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas do Brasil inteiro foram fechados. Apenas a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ficou aberta. Publicarei os pronunciamentos que fiz, como o discurso em que denunciei que havia ido até o Sr. Breno Caldas, à direção de *O Globo* e à direção de *O Estado de S. Paulo* levando a cópia do documento para que fosse publicado. Eles tinham obrigação de publicar, afinal tinham dito que o Presidente havia comprado uma fazenda por dia. Tinha obrigação de publicar até para que as pessoas que tivessem conhecimento procurassem averiguar e denunciar o fato.

Vou publicar os pronunciamentos da Assembléia porque daquilo não saía uma palavra, em lugar nenhum. Era proibido e não se podia citar.

Acho que João Goulart, repito, não queria ser Presidente, mas cumpriu seu mandato com dignidade. Buscou, em meio àquela gente do PSD e àquela enormidade de pessoas que estavam à procura de um caminho, naquela luta surda que havia entre Juscelino Kubitschek, querendo regressar, e Lacerda, que já tinha derrubado três e queria que chegasse a vez dele, desempenhou com grande dignidade o seu papel e com muito respeito a sua missão. Por isso eu lamento quando vejo a imprensa publicar notas geralmente negativas sobre o Sr. João Goulart. Em 61, se dependesse de Brizola... Jango não aceitava o parlamentarismo, e se Jango não aceitasse o parlamentarismo, a legalidade continuaria e seria uma guerra civil entre as tropas que defendiam a legalidade, Jango, Presidente no regime presidencialista, e as tropas que queriam o parlamentarismo. Quatro anos depois, quando ele foi apeado do governo, uma das páginas mais escandalosas da política brasileira, o Sr. Auro de Moura Andrada, da tribuna do Congresso Nacional, declarava vaga a presidência da República, porque o Sr. João Goulart encontra-se em lugar incerto e não sabido. João Goulart estava em Porto Alegre. Estávamos reunidos ali o Ministro Ladário, que ele tinha nomeado Ministro da Fazenda, ele e grande parte do seu ministério, exatamente ali, o Dr. Brizola e várias outras pessoas que queriam que ele, tendo as tropas gaúchas à frente, voltasse para o Brasil e resolvesse enfrentar.

Eu estava na casa do Comandante do III Exército, criança ainda, Deputado de 20 e poucos anos que tinha recém-assumido, assistindo o desenrolar daquele trabalho. Vi o Dr. Brizola com toda a sua garra exigir: vamos à luta, somos obrigados, não podemos aceitar; nomeie-me Ministro da Fazenda, e o General Ladário, Ministro do Exército e nós vamos embora. Quando o Dr. João Goulart chamou o General Ladário, Comandante do III Exército, e lhe perguntou como estavam as tropas no Rio Grande do Sul, o General Ladário respondeu que ele estava firme com o Presidente, mas era obrigado a reconhecer que já não tinham a mesma fidelidade e em vários lugares havia infiltração de pessoas que não estavam com Jango. Ele decidiu viajar para Montevidéu depois que o Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, declarou vaga a presidência da República, porque o Presidente encontra-se em lugar incerto e não sabido. Com essa declaração, ele só tinha duas saídas: a luta armada em direção à Brasília, ou o que ele preferiu, o exílio. Não sei o que teria sido do Brasil sem estes dois fatos passados em 54 e, dez anos depois, em 64 quando dois brasileiros, gaúchos, filhos de São Borja, da mesma cidade, um preferiu a morte e o outro preferiu o exílio a uma guerra civil.

Analisando hoje à distância, com frieza, vendo a facilidade com que em 1964 eles tomaram conta de tudo, e o tempo enorme que levamos para voltar, vejo que eles agiram com amor a seu País. Não foi medo que fez com que um homem como Getúlio Vargas, que chefiou uma revolução com coragem, ao final da sua vida comandasse uma guerra civil; mas ele achou que o melhor não era uma guerra civil. Foi um suicídio heróico, uma das nossas páginas mais bonitas porque não se tem antecedente. Olhando para a história mundial é difícil ver alguém que não luta até o fim para ficar no poder. Conheço o suicídio de Getúlio Vargas e a morte cheia de honra e garra do Allende: quando pediram que ele saísse do Palácio que seria bombardeado, ele ficou, não se arredou do lugar em que estava e os escombros caíram sobre sua cabeça.

Sr. Presidente, nosso amigo Fernando Henrique assumiu o poder dizendo que estava morta a Era Vargas e se iniciava ali a Era Fernando Henrique. Mas não sei o que podemos dizer dessa Era Fernando Henrique, que ficou oito anos... Não sei o que foi feito na área social, o que foi feito na área trabalhista, o que foi feito na área

de desenvolvimento. Não sei. Foi um Presidente a mais que tivemos. Mas a Era Vargas continuou, e o seu pupilo João Goulart, defensor das mesmas idéias, merece o respeito e a admiração do Brasil.

Concedo o aparte, com o maior prazer, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a passou do tempo em 16 minutos. E ouça bem o que vou dizer, Senador Simon, o Plenário está em silêncio, as galerias em silêncio, eu sem coragem de lhe fazer um aparte, o Presidente Eduardo Siqueira, em nenhum momento, fez soar a campainha; todos aqui estamos admirados pelo seu pronunciamento. Se V. Ex^a falasse mais 15, 20 minutos, o silêncio seria o mesmo. Faço este aparte muito mais para demonstrar o meu respeito à sua história, que se confunde com a própria história do povo brasileiro. V. Ex^a falou de homens de que jamais iria me esquecer, mas aqui, neste momento, num domingo, às 12h16min, digo também que a sua história é tão bonita quanto a desses homens que V. Ex^a trouxe aqui para alegria do nosso Plenário; histórias bonitas. Confesso que, ontem, à noite, eu estava em casa e assisti a um debate entre V. Ex^a e o Senador Efraim Moraes, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e percebi, num certo momento, que V. Ex^a faz um desafio ao Senador Efraim Moraes, deixando ao País exposta a sua própria história. V. Ex^a dizia: “Se a PEC nº 77 não for aprovada, eu, que tenho décadas e décadas de história de construção neste País, vou à tribuna dizer que me fizeram de bobo”. O Senador Efraim Moraes, com a mesma grandeza, disse: Se ela for aprovada – porque esse era o objetivo dos dois senadores em debate ontem – eu irei à tribuna elogiar o Governo”. senador Pedro Simon, quero concluir dizendo: no momento mais difícil dessa votação, V. Ex^a, sem sombra de dúvida, foi um grande conselheiro de todos nós. Vamos buscar o caminho do possível, vamos buscar um caminho que seja efetivamente a garantia para os servidores. V. Ex^a apostou muito também nesse momento, por isso faço o meu pronunciamento muito mais numa homenagem a V. Ex^a. A história de João Goulart, de Getúlio Vargas, de Juscelino e de tantos que poderíamos citar se confunde com a sua própria história. Eu me sinto feliz por estar aqui, com 53 anos, tendo a oportunidade de fazer um aparte a um político do brilhantismo e da história, que aqui ninguém precisa repetir, de V. Ex^a. Estou orgulhoso de o Senador

Pedro Simon ser Senador do Rio Grande do Sul e, sem sombra de dúvida, o Senador do País. Um abraço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, há uma maneira de eu sair daqui sem descer a escada? Porque eu perdi a graça.

Agradeço do fundo do coração as suas manifestações. Não quero trocar figurinhas, mas, na verdade, V. Ex^a tem um conceito formado na história deste País; um homem simples, um homem de cor, que foi chegando devagarzinho. De certa forma, as pessoas não lhe davam muito crédito; consideravam-no um apaixonado que defendia as bandeiras dos trabalhadores, que eram bandeiras eleitorais. Com o tempo, V. Ex^a transformou-se em porta-voz, no Congresso Nacional, das causas sociais, exatamente pela luta, pela garra e pela coragem de defendê-las acima de tudo e de todos. E passou a ser a referência nº 1 do social no Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim, quando V. Ex^a se candidatou ao Senado, algumas pessoas me disseram o seguinte: “Não vai ganhar. É uma bela pessoa, formidável, mas só fala sobre salário mínimo e trabalhador. Como conseguirá ganhar?” Na verdade, o norte do pronunciamento de V. Ex^a na campanha foi o salário mínimo e o trabalhador, mas as pessoas se enganaram. A maneira como abordou a questão, como o nosso problema, emocionou toda a sociedade. Nem o seu Partido imaginava que V. Ex^a iria ganhar. Na verdade, sua campanha solitária teve uma vitória de mérito extraordinário. V. Ex^a escreveu uma página para todos nós aqui no Congresso Nacional. O que estava acontecendo era o normal: quem é a favor é a favor; quem é contra é contra.

Quem é contra estava vivendo um grande momento. O PSDB e o PFL viveram um grande momento. Cá entre nós, a situação do PT, de passar oito anos batendo no PSDB, contra tudo o que está aí e, depois, assumir o Governo e apresentar a mesma coisa é uma situação... O PSDB e o PFL foram até elegantes, usaram muito pouco o que poderiam usar. O PT ficou naquela posição. Com todo o respeito que tenho ao PT, o Partido não tinha o direito de não dar às Lideranças e a pessoas como V. Ex^a uma saída para a questão.

É evidente que sabemos que um partido de governo é diferente de um partido de oposição. No Rio Grande do Sul, dizia-se que não há nada mais igual a um chimango do que um maragato no poder.

Quer dizer, uma pessoa de um partido faz exatamente o mesmo que seu adversário político quando assume o poder. A rigor, foi o que aconteceu.

Nesse momento, quando houve a vitória espetacular, a avalanche do Governo, entra V. Ex^a. Desde o início, as manchetes estampavam que V. Ex^a estava a caminho da expulsão. Lembro-me que um Líder importante disse que V. Ex^a já deveria ter saído, que estava demorando para sair. V. Ex^a, com sua elegância, disse: “Em primeiro lugar, quero deixar claro que o PT não vai passar pelo desconforto de pedir minha expulsão, porque, se eu achar que essa é a vontade do PT, saio antes. Terei a tranquilidade de sair antes, e o PT não terá esse desconforto”.

Mas V. Ex^a continuou, pois estava no caminho certo. E muitas pessoas, como eu, ficaram do seu lado. V. Ex^a passou a ser uma referência. Deve ficar aqui registrado que, de um lado, estava a Oposição; do outro, o Governo; e do outro, o Sr. Paim, que poderia ter derrotado aquela emenda. O Governo fez até um gesto de grandeza, mas não foi algo gratuito, pois poderia perder sua emenda. Em determinado momento, o Senador Paim tinha uma representação que poderia derrotar a emenda do Governo. Então, o Governo, tática e estrategicamente, com inteligência, recuou. E o que fez o Senador Paulo Paim? Dialogou.

Hoje, estamos aqui, neste domingo – são 12h24min – e os nossos amigos que estão nos assistindo pela TV Senado devem estar almoçando. Desejo-lhes uma boa refeição. Não posso dizer, como diz o Lula, que todos estão comendo. Alguns não estão comendo, porque o Fome Zero ainda não chegou lá, mas podemos dizer que o trabalho que estamos fazendo aqui, com muita alegria, vai levar a algo positivo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que seria algo positivo? A perspectiva de, não podendo conseguir cem, conseguir trinta. Quer dizer, vai conseguir um trabalho importante, e esse é o mérito de V. Ex^a. Estamos aqui passando por cima. O Governo não aceitaria qualquer reparo à emenda principal – é isso que os parlamentares não entendem – porque não admite que o Senado tenha a coragem de emendá-la e fazê-la voltar para a Câmara. No entanto, tiveram de aceitar a emenda

paralela, que, no futuro, poderá ser uma fórmula útil. E poderemos usá-la novamente, da mesma maneira como o fazemos agora. Quem sabe não estamos abrindo agora um precedente? Daqui a um ou dois meses, o Governo poderá apresentar nova matéria para ser votada imediatamente. E se nós não quisermos, será necessário firmar um compromisso no qual precisamos acreditar: vamos apresentar essa aqui, que também terá de ser aprovada.

Esse é o mérito de V. Ex^a. Tenho muita honra de tê-lo como Colega. Dificilmente o Rio Grande do Sul poderia ser tão bem representado como com V. Ex^a, meu querido amigo, e o Senador Sérgio Zambiasi, cada um ao seu estilo.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, a partir de agora, vou tentar compor aqui no Senado uma brigada em defesa das sessões aos sábados e domingos. Como V. Ex^a acabou de dizer, são 12h25min. V. Ex^a já ultrapassou 26 minutos do seu tempo, e ninguém reclama, porque estão todos encantados com a aula que V. Ex^a deu, de passado, de presente e com as perspectivas de futuro apontadas. O pronunciamento de V. Ex^a está sendo tão ouvido, não só pelos que estão aqui, mas pelo Brasil afora, que o motivo do meu aparte são exatamente dois telefonemas que recebi aqui. Trata-se de admiradores de V. Ex^a e pessoas curiosas em relação a um ponto do seu pronunciamento. Ao receber o primeiro telefonema, minha intenção era encaminhar-lhe a pergunta na nossa conversa *tête-à-tête* e transmitir para o curioso o fato histórico citado por V. Ex^a. No entanto, quando recebi o segundo telefonema, resolvi aparteá-lo, pedindo que esclareça essa dúvida à Nação. Quando V. Ex^a citou o fechamento do Congresso e das assembléias legislativas, disse que a única assembléia que ficou funcionando foi a do Rio Grande do Sul. E a curiosidade dos que me telefonaram é exatamente saber por quê? E pedem que V. Ex^a esclareça, para os que não foram contemporâneos dessa história, por que somente a Assembléia do Rio Grande do Sul permaneceu aberta, enquanto as outras foram fechadas. Muito obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja aqui, Senador, como funcionava na época: era Presidente da República o nosso gaúcho

que fechou o Congresso Nacional, nosso segundo Presidente, Costa e Silva. Fechou o Congresso e decidiu fechar as assembléias. O Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, Valdir Lopes, era primo de Costa e Silva. Quando saiu a notícia de que iria fechar as assembléias, o Sr. Valdir Lopes fez um dossiê e pediu uma audiência com Costa e Silva, que o recebeu, na ante-sala, onde iria reunir-se com o Conselho de Segurança para fazer as cassações. Ficou tão impressionado que chamou alguns militares e ministros seus. Naquela época, falava-se dos escândalos do Poder Legislativo, mais isso, mais aquilo e mais o que acontecia no Rio. O Deputado Valdir Lopes mostrou, então, como funcionava a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Modéstia à parte, ainda hoje, mas principalmente naquela época, era de uma austeridade impressionante. A Mesa era composta só pelo Presidente da Assembléia, e o salário era só aquele. Era uma austeridade, que ele ficou impressionado, ficou orgulhoso de ser gaúcho e ver aquilo, quando toda a imprensa só falava mal de político. A minha Assembléia não fechou. Todas as Assembléias, menos a do Rio Grande do Sul, acabaram fechadas. A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ficou sendo, durante um longo período, a única casa legislativa aberta no Brasil. Foi lá que surgiu o nosso IEPS; foi lá que fizemos as nossas reuniões do MDB, com Dr. Ulysses, Teotônio, Tancredo. Tudo – Constituinte, anistia – começou na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, porque era a única que estava aberta. Não sei se expliquei, mas foi esse o motivo.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, que é um jovem e deve entender exatamente o tempo que passamos, por ter vivido esses acontecimentos. Eu era um guri mais moço até que V. Ex^a quando fiz o pronunciamento em São Borja, ao lado do túmulo de Jango. E, quando terminei, um coronel que estava atrás de mim cochichou-me ao ouvido: o senhor vai se arrependar muito deste discurso. Até agora, não tive motivo, graças a Deus!

Muito obrigado.

Taxa de Juros

(Pronunciamento em 17 de dezembro de 2003.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero, no início deste pronunciamento, fazer uma pergunta: “É possível um País conviver ano após ano com juro real de 8% a 10%?”. Essa pergunta foi retirada de recente entrevista à *Folha de S.Paulo*, concedida pelo ex-Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Nessa entrevista, aquele economista mostra por “a mais b” que a política de juros do Banco Central é insustentável.

Sr. Presidente, o governo do Presidente Lula vem argumentando desde meados deste ano que a taxa de juros está sendo reduzida gradualmente, com responsabilidade, em uma estratégia segura de retorno ao crescimento.

Mas a verdade é que a taxa de juros não está caindo! O Banco Central reduziu a famosa taxa Selic de 26,5%, em junho, para 17,5% em dezembro, porém a inflação caiu a um ritmo mais rápido. E o resultado é que a taxa de juros real, que é a taxa definida pelo Banco Central descontada da inflação, não está caindo. Desde julho o juro real oscila em torno dos 13% ao ano.

Como demonstra o Professor Ibrahim Eris em sua entrevista à *Folha*, a taxa de juros relevante para a economia é a taxa de juros real. É ela que reflete o verdadeiro custo do dinheiro para as empresas e os consumidores. Mas o Banco Central – com o argumento de que deve fazer uma política suave e segura de aterrissagem dos juros – continua a manter apertado o garrote financeiro.

Essa política não tem nada de suave, pois joga o País na estagnação econômica. Não tem nada de segura, pois faz explodir a dívida pública. É tão insana quanto a decisão de um médico que, ao ver a febre diminuir, resolve continuar ministrando a mesma dose de analgésico, achando que com isso está sendo “prudente”, sem dar atenção aos possíveis efeitos colaterais da medicação!

Contudo, Sr. Presidente, eu não quero ocupar a tribuna apenas para reclamar das taxas de juros. Se até o Vice-Presidente da República já se cansou de esbravejar contra os juros, e o Banco Central manteve-se impávido, de que adiantaria um Senador da República repetir o mesmo discurso?

O que eu gostaria de chamar atenção é para o poder imperial de que desfruta o Banco Central no governo do Presidente Lula. Atualmente, o Banco Central, sozinho, define qual é a política monetária que considera adequada para o Brasil e, a partir daí, fixa arbitrariamente a taxa de juros. Ou seja, hoje em dia, o que existe é a política monetária do Banco Central, e não a política monetária do Brasil.

O que estou dizendo é que o Banco Central decide soberanamente o ritmo da queda da inflação, sem consultar qualquer um dos cento e setenta milhões de brasileiros para saber deles qual seria a taxa de inflação que consideram razoável.

Para o burocrata que comanda o Banco Central – e não estou me referindo aos atuais dirigentes da instituição, alguns deles vindos do PSDB, mas a qualquer um que sente naquelas cadeiras – quanto menos inflação, melhor, pois isso mostra o quanto ele é eficiente na realização de suas tarefas.

Na verdade, esse burocrata não está preocupado com o fato de que, para reduzir a inflação em um por cento, ele terá que aumentar a taxa de juros em dez por cento e, com isso, exterminar centenas de milhares de empregos. O Banco Central não se importaria em acabar com a economia, se isso fosse necessário para acabar com a inflação.

Aqui é relevante citar, mais uma vez, a entrevista do Professor Eris:

“(...)outra coisa que tem de ser discutida é a meta de inflação. A de 2005 já está fixada em 4,5%. Talvez nós devêssemos discutir se o nível de 4,5% é desejável.

Se chegarmos à conclusão de que para ter 4,5% é necessária uma taxa de juro real de 8% a 10%, eu abriria mão de 4,5%, deixaria a inflação em 5,5% e tentaria baixar os juros.

Talvez o Brasil ainda não tenha avançado o suficiente institucionalmente para gerar inflação de 3%, 4% sem praticar juros elevados, o que é um preço muito alto. Não vejo nada de errado em uma inflação de 6% se perpetuar por mais alguns anos. É um debate que vamos ter de fazer em 2004. (...) [se o seu modelo de economia] exige 8% a 10% [de juro real] permanentemente, existe algo de errado com o seu modelo, porque ela está se inviabilizando. É viável ter taxa de juros menores neste País? Eu tenho obrigação de dizer que sim. (...) se quisermos crescer, temos de viabilizar taxas reais, no mercado Selic, de 3%, 4%, no máximo 5%. (...) nos próximos 12 a 24 meses ”

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o exemplo do Chile. O Chile é a menina dos olhos dos economistas ortodoxos. Dizem que lá se pratica há anos exatamente o que dizem os manuais de economia produzidos em Washington. Pois bem, em 1990, o Chile tinha uma elevada inflação, da ordem de 26% ao ano. E não foi por isso que os ortodoxos chilenos jogaram a taxa de juros na estratosfera. Com uma taxa de juros nominal de apenas 8.2% ao ano, que depois cairia para a faixa dos 6%, deram início a um processo lento e gradual de redução da inflação, que hoje está em quatro por cento. Tudo isso sem sacrificar a economia, que na última década cresceu, em média, 6% ao ano.

Já o Banco Central do Brasil acredita que deve travar uma luta de vida ou morte com a inflação todos os anos. Assim, fixa metas inflacionárias absolutamente irreais, e depois manda os juros para as alturas como forma de obter, a qualquer custo, uma baixa inflação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está na hora de democratizarmos a política monetária. É preciso que a sociedade brasileira tenha um mínimo de poder de decisão quanto à taxa de inflação que considera razoável. Os brasileiros precisam recuperar o poder de decidir sobre quantos postos de trabalho estão dispostos a sacrificar, em troca de uma inflação mais baixa.

Não é mais possível que o Banco Central, sozinho, decida qual a taxa de inflação que o País deve ter. Por isso, eu quero fazer aqui um apelo ao meu amigo Luiz Inácio Lula da Silva: Senhor Presidente da República, envie ao Congresso Nacional um projeto de lei para limitar os poderes do Banco Central. Vamos regulamentar o art. 192 da Constituição, que exige uma lei complementar para definir os limites e prerrogativas das instituições reguladoras do sistema financeiro.

Presidente Lula, o que precisamos é de uma lei complementar que estabeleça que a meta de inflação seja submetida ao Congresso Nacional, para que os representantes da população brasileira digam se essa meta de inflação está exageradamente pequena, exigindo sacrifícios excessivos e juros muito altos, ou se a meta está muito folgada, colocando o País sob o risco de retorno da hiperinflação.

Vamos fazer uma lei em que o Presidente da República sugira ao Congresso Nacional a meta de inflação, e que o Banco Central passe a ser, simplesmente, o executor dessa meta, definida democraticamente pela sociedade. Somente assim conseguiremos impedir que o Banco Central imponha taxas de juros insanas a todos os brasileiros.

Do contrário, Sr. Presidente, continuaremos a viver sob a ditadura do Banco Central, correndo diretamente para mais uma quebra das finanças públicas brasileiras, que serão engolidas pelo peso dos juros. E nesse momento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a sua atenção para alguns dados preocupantes.

O Brasil tem a maior taxa de juros do mundo! A Rússia recentemente declarou moratória, está sob a desconfiança de toda a comunidade financeira internacional e, mesmo assim, paga juros menores do que os nossos. A Argentina, tecnicamente falida, também paga juros menores.

Para pagar esses juros estratosféricos, o Brasil fazendo seguidos superávits primários. Dizem os teóricos do governo que com esses superávits seremos capazes de pagar a dívida pública mais rapidamente e que, no longo prazo, uma dívida menor exigirá menos juros.

Mas essa afirmação não corresponde à verdade. As taxas de juros atuais são tão altas, que não há superávit primário capaz de pagar todo o juro que o País passa a dever. E o resultado, qual é? O resultado é que a dívida pública não pára de crescer, apesar do imenso arrocho que é feito nas contas públicas. Deixa-se de construir e recuperar es-

tradas, deixa-se de colocar remédios nos hospitais públicos, deixa-se de instalar esgotos nas favelas. Tudo isso, para economizar dinheiro e pagar os juros da dívida. Pergunto mais uma vez: qual é o resultado? O resultado é o crescimento da dívida pública, que passou de 56% para 60% do PIB entre janeiro e setembro deste ano! O resultado é que toda a despesa do Tesouro Nacional em custeio e investimentos neste ano de 2003 não supera o que o Tesouro gastou com o pagamento de encargos da dívida.

Todo o esforço do Tesouro Nacional para cortar despesas e ter dinheiro para pagar juros é anulado por uma simples decisão do imperial Banco Central de não reduzir os juros reais.

Contenhamos agora a insanidade monetária do Banco Central, ou daqui a um ou dois anos estaremos discutindo a moratória da dívida pública interna brasileira.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que reitero o meu apelo ao Presidente da República, um homem de inegável trajetória democrática: Presidente Lula, envie ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que retire do Banco Central o poder de definir a meta de inflação! Vamos estabelecer essa meta por proposta do Presidente da República sujeita à aprovação do Congresso. Vamos deixar para o Banco Central a legítima tarefa de usar os instrumentos de política monetária para buscar a meta de inflação que a sociedade, por meio do Congresso Nacional, considerar adequada!

Muito obrigado.

Morte de José Richa

(Pronunciamento em dezessete de dezembro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não há dúvida nenhuma de que hoje é um dia de profunda mágoa e tristeza para a política brasileira.

José Richa era um desses políticos que na história da vida brasileira marcam passagem por uma série de qualidades e princípios que defendem e pelos quais lutam a vida inteira. José Richa sempre foi um homem de princípios. Jovem, estudante universitário, acreditou nos princípios do PDC, partido que Montoro liderava e que tinha idéias realmente magníficas de justiça social e que parecia vir para ser o grande partido da sociedade brasileira. Por essas idéias e justiça social, Richa filiou-se ao PDC e iniciou sua carreira jovem, trabalhando no gabinete de Ney Braga, Governador do Paraná. Veio a ditadura, veio o regime militar e entre ser Governo e ser Oposição, ficar ao lado dos militares e ficar ao lado da democracia, Richa não teve opção, fundou o MDB, à revelia do seu amigo quase padrinho Ney Braga, que foi para a Arena. Trilhou o caminho difícil da Oposição, numa hora como aquela em que imprevisíveis eram os caminhos que haveria de ter pela frente.

No MDB, Richa transformou-se num grande nome do Paraná e transformou-se num grande nome nacional. Lembro-me de que, nas horas dramáticas, nas horas difíceis, nas horas das decisões que tínhamos que tomar, tendo em vista AI-1, AI-2, AI-5, cassações – aquela cassação do Alencar Furtado, quando do pronunciamento magnífico que ele, que era nosso Líder, fez em um programa de televisão – Ri-

cha sempre estava aqui em Brasília. Era convocado pelo Dr. Ulysses Guimarães, porque ele se constituía em um dos nomes que dava linha e orientação ao nosso partido.

Richa foi Governador. Richa foi Senador da República, eleito no mesmo dia que eu. E aqui chegamos juntos. Richa foi Governador em 82, na primeira eleição depois da ditadura. Eleito, Richa teve um papel importante, eu diria, um papel fundamental para os destinos deste País. O meu candidato, o candidato amplamente majoritário no MDB para as eleições à presidência da República era Ulysses Guimarães. Richa participou das eleições das Diretas Já. O comício que nós fizemos em Curitiba foi dos maiores do Brasil. Foi ali em Curitiba que, nas Diretas Já, os comícios começaram a reunir multidões. E a *Rede Globo* e a sociedade passaram a entender que algo de novo estava acontecendo. Derrotada a emenda das Diretas Já, quando todos nós estávamos na interrogação do que fazer, Richa, Governador do Paraná, foi a Montoro e, tendo o apoio de Montoro, Governador de São Paulo, reuniu os governadores do MDB e lançou a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Dois atos de arrojo de Richa: no MDB, que era apaixonado pelas Diretas e dizia que o Colégio Eleitoral era um escândalo, Richa defendeu ir ao Colégio; e, no MDB, que era todo apaixonado pela candidatura do Dr. Ulysses, Richa defendeu Tancredo, e nisso teve o apoio de Montoro, outro normal candidato à Presidência. Richa saiu vitorioso. Conseguiu explicar, numa convenção monumental, tumultuada do MDB, que o partido deveria ir ao Colégio. Deveria ir ao Colégio para derrotá-lo, derrubá-lo porque, ganhando, diretamente nós estaríamos terminando com o Colégio Eleitoral. E nos justificou que o candidato deveria ser o Dr. Tancredo, porque tinha condições de entrar numa linha divisória dentro da Arena, e o Dr. Tancredo teria apoio mais fácil dos militares e do Governo do que o Dr. Ulysses, um tradicional, radical adversário, autor de discursos e frases duríssimas aos militares. José Richa foi vitorioso. Tancredo Neves foi escolhido pelo PMDB e eleito Presidente.

José Richa participou conosco da organização da Frente Democrática, da organização do Governo de Tancredo Neves. Richa sofreu conosco a morte de Tancredo. Richa fez um governo extraordinário no Paraná, um grande governo. E com tranqüilidade e muita facilidade

de o seu sucessor, indicado pelo MDB com o seu apoio, o Deputado Álvaro Dias, foi eleito. Passou o tempo. Com a morte de Tancredo e a posse do Dr. José Sarney, muitas confusões se criaram dentro do PMDB. Várias divisões se deram dolorosamente dentro do partido e uma delas resultou na criação do PSDB. José Richa, que era como irmão político de Mário Covas, seguiu-o. Lembro-me da insistência dele – eu Governador – e do Covas no Palácio Piratini para que eu fosse para o PSDB. José Richa dizia que era importante eu ir para o PSDB, para que o PSDB não fosse um partido tão paulista e fosse um partido mais eclético, distribuído pelo resto do Brasil. Richa foi para o PSDB e foi um grande nome, várias vezes apontado como a saída para o PSDB. A sua pureza e o seu desprendimento fizeram com que isso não acontecesse. Na Constituinte, Richa teve um papel da maior importância: criou o Grupo dos Trinta. E quando a Constituinte rachou, uns com o Covas, Líder de um lado, e o Centrão do outro, muitas das emendas aprovadas, muitas das horas negras que apareceram, quando não se sabia qual era a saída, o grupo do Richa era chamado e esses trinta parlamentares que constituíam o grupo dele decidiram muitos projetos da maior importância na Assembléia Nacional Constituinte.

Eleito Presidente Fernando Henrique, sempre estranhei Richa não atender os convites insistentes do Fernando Henrique para participar do Governo. Desde o início, todo o PSDB e todos os amigos do Governo achavam que Richa era o homem certo para ser o Chefe da Casa Civil, pela sua grandeza, pela sua seriedade, por conhecer o Partido, pela facilidade com que penetrava em todos os lados, no Partido e fora dele. Eu fui inclusive interlocutor de convites que o Fernando Henrique, Presidente, fez ao Richa.

Nos oito anos em que Fernando Henrique foi Presidente, eu não me lembro de um ano ou de um problema que o Governo tinha em que José Richa não era convidado para ser Ministro e não aceitou. Uma das últimas coisas que fez – e eu me lembro – ele insistiu para que o Scalco, seu irmão, político, aceitasse trabalhar e fosse Ministro de Fernando Henrique, mas ele não aceitou.

José Richa foi o presidente do nosso movimento, na hora do plebiscito, para criarmos o parlamentarismo. Lutou e andamos pelo Brasil, mas lamentavelmente não tivemos competência. Até hoje, eu

desconfio de alguns que diziam que apoiavam o parlamentarismo, nos quais Richa confiou e eu não confiava. Na verdade, a campanha que fizemos para o parlamentarismo, na televisão, na minha opinião foi péssima – até a da monarquia foi muito melhor do que a nossa – mas Richa lutou e lutou permanente e constantemente.

Richa era um homem de família. É emocionante ver o Richa e D^a Arlete, o amor, o carinho, o afeto, a amizade e a simpatia que os nutria. Eles viviam permanente e constantemente uma vida que eu não digo que tivesse inveja, mas que eu admirava com profundidade. O seu filho Beto, seu sucessor político, hoje, é vice-prefeito da Capital. Mas eu me lembro muito do Adriano. Jovem, diabético, para onde fosse levava a injeção e aplicava em si, entrava em coma e ia para o hospital. Lembro-me, a primeira vez que soube fui correndo ao hospital, porque não sabia que para ele coma era algo normal. Entrava em coma, davam o remédio e voltava ao normal. Esse Adriano teve uma atividade importante, do maior significado. Foi o Presidente da Associação dos Diabéticos.

Eu era Ministro Agricultura quando ele me procurou para determinarmos que fossem criados produtos dietéticos, como a *Coca-Cola*. Ele argumentava e eu dizia para ele que o suco de laranja era muito melhor que a *Coca-cola*, que o guaraná. Perguntei por que estava querendo guaraná e *Coca-cola* sem açúcar. Ele dizia: o senhor na sabe como é doloroso ir ao colégio e ver todo mundo tomando guaraná e a gente ter de tomar suco de laranja, porque no guaraná tem açúcar. E ele conseguiu, fruto do seu trabalho, os produtos dietéticos.

Encerro, Sr. Presidente, mas quero dizer que tenho no Richa, sempre tive, um irmão e um amigo. Éramos de partidos diferentes, mas mensalmente nos reuníamos todas as vezes que vinha a Brasília, na casa do amigo José Lírio Ponte Aguiar, por quem tinha tanta admiração e carinho. Ele, eu, o Scalco, sempre nos reuníamos para debater, para analisar, para estudar o nosso País.

Olha, Sr. Presidente, morreu José Richa. Morreu um homem de bem, morreu uma referência neste País. Morreu uma daquelas pessoas que, posso dizer, quando falava dizia o que sentia e quando falava ensinava ao Brasil. Morreu José Richa, e nós aqui prestamos-lhe a nossa homenagem triste, dolorida, sofrida, mas a homenagem a um homem que honrou o Paraná, que honrou o Parlamento, que

honrou o Brasil, que honrou a política brasileira. Meu irmão, meu amigo, José Richa, que nesta hora com Deus está prestando contas da enormidade de coisas que fez por este País. Que Deus o tenha e que lá olhes um pouco por este teu País e por esta tua pátria. Adeus, meu irmão, José Richa, que Deus esteja contigo

Apolônio Carvalho

(Pronunciamento em 18 de dezembro de 2003.)

Senho Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o *Jornal do Brasil*, na sua edição do dia 15 de dezembro, traz uma longa reportagem sobre a polêmica que vem sendo travada em torno da concessão ou não – a título de homenagem – da patente de general-de-brigada a Apolonio Carvalho, 92, antigo militante comunista que foi cassado em duas oportunidades, durante o governo Vargas e durante o regime militar.

Diz o *Jornal do Brasil* que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem “uma difícil decisão para tomar nos próximos dias”: acatar ou não um pedido do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que Apolonio seja promovido a general.

Ocorre, porém, que na trincheira oposta está o Ministro da Defesa, José Viegas, que não aceita a promoção de Apolonio Carvalho, que foi tenente do Exército Brasileiro nos anos 30.

Pelo que os jornais publicaram, o Alto Comando do Exército já manifestou – em nota – sua contrariedade, justificando que o ato do Ministro da Justiça desobedece a Lei nº 5.821, de 1972. De acordo com esse dispositivo legal, o Presidente da República só pode promover oficiais gerais a partir de lista tríplice, fornecida pelas Forças Armadas. Da lista podem tomar parte somente oficiais com aptidão física e com um tempo mínimo de serviço, requisitos que Apolonio – que passou somente seis anos e seis dias no Exército – não preenche.

Por isso, caso se decida pela promoção de Apolonio, avaliam os militares para o *Jornal do Brasil*, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria “fundando as bases de uma crise institucional”.

É nesse ponto que desejo me concentrar. Não creio que o assunto seja para tanto. Temos que analisar a questão com muita tranquilidade, porque já temos muitas crises reais com que nos preocupar.

O advogado de Apolonio Carvalho, Paulo Henrique Fagundes, diz que nem ele, nem seu cliente, pleitearam qualquer tipo de homenagem. O que houve foi uma recomendação do Ministro da Justiça, feita espontaneamente e aprovada por unanimidade pelos integrantes da Comissão de Anistia.

Segundo o advogado, trata-se de uma homenagem simbólica, porque Apolonio Carvalho não vai vestir a farda nem voltar à ativa. Assim, ele lamenta que o Exército tenha recorrido a uma lei para oficiais de carreira para negar a homenagem a Apolonio.

O surgimento do problema: a recomendação do Ministro da Justiça, feita espontaneamente, sem, é claro, uma conversa prévia com o titular da Pasta da Defesa. A intenção, parece-nos, era a melhor possível.

Vejam os um pouco da história de Apolonio Carvalho, que teve cassada sua patente de oficial do Exército Brasileiro em abril de 1937. Apolonio pertence a uma família de oficiais do Exército. Seu pai tomou parte na proclamação da República, na condição de cadete da Escola Militar da Praia Vermelha, um dos principais focos republicanos do País.

Nos anos 30, Apolonio filou-se à Ação Integralista Nacional e recebeu a missão de organizar os núcleos da instituição em Bagé (RS), onde servia, e nas cidades vizinhas. Esse trabalho foi desenvolvido na legalidade até novembro de 1935, quando ocorreram as rebeliões isoladas de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro.

Preso, foi levado para o Rio. “Em abril de 36, sem processo, sem julgamento, sem ser ouvido, tenho minha patente cassada”, disse Apolonio ao *Jornal do Brasil*. No cárcere, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro.

Ao sair da prisão, em julho de 1937, juntamente com outros militares comunistas, alistou-se nas forças republicanas espanholas para lutar contra tropas do general Franco. Participou da guerra civil daquele País até a derrota dos republicanos em abril de 1939, quando escapou pela fronteira catalã para a França.

Por algum tempo ficou em campos de refugiados. Após a rendição da França, em julho de 1940, foi para Marselha, onde se encontra a francesa Renée, a mulher que ainda hoje é sua esposa.

Os dois aliam-se à resistência francesa e, ao fim da guerra, o brasileiro Apolonio foi nomeado coronel, e Renée, tenente do Novo Exército Francês. Por atos de bravura, Apolonio recebeu ainda a Legião de Honra do Governo da França, a maior condecoração daquele País.

Depois de viver alguns anos em Paris, voltou ao Brasil com a redemocratização ao fim da Era Vargas. Mas sua anistia só seria concedida em 1961, pelo Ato nº 18. Porém, antes da formalização do indulto, sobreveio o golpe militar de 64. Em 1970, Apolonio foi preso pelo Exército, mas conseguiu deixar o País rumo à Argélia, como um dos 39 brasileiros trocados pelo embaixador alemão seqüestrado pelos militantes de esquerda.

Apolonio só voltaria ao Brasil quase 20 anos depois, para mais uma vez tentar obter sua anistia, como lhe possibilitava a nova Constituição, de 1988. Segundo seu advogado, ele foi o primeiro a dar entrada no processo, mas um dos últimos a ser atendido, sem ser incluído no preceito de que cada ano passado na clandestinidade corresponde a 12 meses de serviço prestados. Os militares deram a Apolonio a patente de coronel da reserva, mas apenas reconheceram os seis anos e seis dias de serviço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Apolonio Carvalho é um brasileiro ilustre. Dedicou sua vida à luta política, à defesa dos seus ideais de justiça social. Atuou no Brasil, na Espanha e na França. Neste último País foi homenageado com a Legião de Honra. Tudo isso deve ser levado em conta agora no momento em que a Nação, por meio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, lhe concedeu anistia. Não creio que este seja um assunto para o surgimento de uma crise artificial, a partir de uma decisão do Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Segunda Parte



Emendas

EMENDA Nº 78 – PLEN

(à PEC nº 67, de 2003)

Acrescente-se, ao final do § 18 do art. 40 da Constituição Federal, com a redação que lhe é dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, bem como ao final do parágrafo único do art. 4º da mesma, a seguinte expressão:

“... assegurada a isenção aos que tenham sido aposentados por invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei.”

Justificação

A Constituição, em seu art. 40, § 1º, inciso I, protege os servidores que tenham sido aposentados por invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, concedendo-lhes aposentadoria com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição que possuam. Ao fazê-lo, a Lei Maior reconhece a situação especial dos que perderam a capacidade laboral, nessas circunstâncias. Além do drama pessoal de uma invalidez precoce, muitas dessas pessoas passam a depender de tratamentos médicos e fisioterápicos, de aparelhos ortopédicos, de próteses, de medicamentos e de tantos outros itens que oneram, sobremaneira, o orçamento familiar.

A emenda que ora apresentamos tem por propósitos preservar os proventos dos que foram e dos que virão a ser aposentados por invalidez permanente, isentando-os da contribuição previdenciária que passará a ser cobrada dos demais inativos. O caráter solidário da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, que pretendeu

atribuir aos regimes previdenciários próprios de servidores públicos, exigindo contribuição também dos aposentados e dos pensionistas, não pode ser levado ao extremo de onerar aqueles já carregam um pesado fardo decorrente da invalidez. Tal medida seria um contra-senso: o Estado reconheceria a situação excepcional ao servidor aposentado nessas condições, concedendo-lhe proventos integrais desvinculados do tempo de contribuição, para, em seguida, subtrair-lhe parte desses mesmos proventos, pela incidência de contribuição. O que é dado por uma mão seria retirado pela outra.

Buscando eliminar tal contradição e assegurar a coerência com o tratamento diferenciado que a Constituição já determina seja concedido aos aposentados por invalidez, propomos o acréscimo aos dispositivos pertinentes de expressão que lhe assegure a isenção de contribuição previdenciária.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

EMENDA Nº – CCJ

(à PEC nº 74, de 2003)

O inciso IV do § 2º do art. 155, alterado pelo art. 1º da PEC nº 74/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Art. 155.

§ 2º

IV – resolução do Senado Federal, de iniciativa de um terço dos senadores ou um terço dos governadores, aprovada por três quintos dos seus membros, estabelecerá:

Justificação

Com o objetivo de restabelecer o equilíbrio e a harmonia na estruturação dos poderes, em seus aspectos verticais, esta emenda vem restituir a competência legítima dos representantes das unidades federadas, senadores e governadores, para a iniciativa da proposição legislativa que está sob sua égide. Para tanto ofereço a meus pares esta emenda.

Sala da Comissão, – Senador *Pedro Simon*.

EMENDA DE TEXTO AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA Nº 31, DE 2003-CN

Inclua-se onde couber:

“As ações da Unidade Orçamentária nº 22202 – EMBRAPA, classificadas nas subfunções número 572 “Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia” e número 573 “Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico” passam a ser classificadas, para todos os efeitos, a partir da publicação desta lei, na Função 19 – “Ciência e Tecnologia.”

Justificação

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) outorga, ao Poder Executivo, o poder de regular a execução orçamentária do exercício e de limitar empenhos e pagamentos em razão da necessidade de observar as metas de resultado primário previstas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Com esse objetivo, os decretos de contingenciamento revêm as estimativas de receita levadas em consideração na Lei Orçamentária e limitam, ou seja, contingenciam os valores nela autorizados relativos às despesas primárias discricionárias ou não legalmente obrigatórias (majoritariamente despesas com investimentos e custeio).

Por outro lado, o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal remete às leis de diretrizes orçamentárias a atribuição de fixar os critérios relacionados à referida limitação de empenho.

Para esse efeito, o inciso I do § 2º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 31 de julho de 2003, LDO de 2004, salvaguarda da limitação de empenho, entre outras, as “ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia” (item II.3 do Anexo IV).

Vale destacar, nesse ponto, que a Embrapa é uma empresa de ciência e tecnologia, com ênfase na geração de tecnologia e inovação, preocupada em gerar impactos para a sociedade. A Embrapa definiu um conjunto de desafios e estabeleceu uma programação em função da solução dos grandes problemas econômicos e sociais da sociedade brasileira, como por exemplo, os relacionados com o controle da inflação, desemprego, combate à fome, saúde, baixa participação no comércio internacional, baixo valor agregado nos produtos exportáveis, qualidade e segurança alimentar, desigualdade na distribuição da renda, entre outros.

A pesquisa agropecuária tem também um caráter essencialmente estruturante, no sentido de ter por objetivo construir a base de conhecimentos necessária para enfrentar os desafios técnico-científicos que podem determinar a competitividade do agronegócio brasileiro no longo prazo, frente aos desafios dos avanços na fronteira da ciência e da tecnologia mundial.

Entretanto, como as ações de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico e de difusão do conhecimento científico e tecnológico sob responsabilidade da Embrapa são classificadas na Função 20 “Agricultura”, continuam sujeitas aos efeitos dos decretos de contingenciamento, gerando instabilidade e incertezas em atividades estratégicas e extremamente sensíveis a soluções de descontinuidade, comprometendo a manutenção de unidades operacionais e o próprio desenvolvimento da pesquisa, cujos reflexos serão sentidos nos próximos anos com a perda de competitividade do agronegócio brasileiro.

Para garantir um fluxo adequado e regular de recursos a essas atividades de pesquisa e difusão de ciência e tecnologia, propomos esta emenda de texto ao Projeto de Lei Orçamentária nº 31, de 2003-CN e, na oportunidade, recomendamos que seus efeitos sejam estendidos para as programações futuras.

Lembramos, finalmente, que a classificação de ações na função Ciência e Tecnologia em outro órgão é praxe que já vem sendo utilizada na classificação funcional das leis orçamentárias anuais, como, por exemplo, no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Integração Nacional.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

EMENDA Nº – PLEN

(à PEC nº 74, de 2003)

Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, decorrente da PEC nº 74, de 2003.

Dê-se a seguinte redação à alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003:

“Art. 159.

I –

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao Semi-Árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

.....” (NR)

Justificação

Com esta Emenda, pretende-se estender, à Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, os meios para o desenvolvimento econômico e social hoje assegurados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O objetivo último da Emenda é possibilitar a criação do Fundo Constitucional de Financiamento da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, propiciando a recuperação e a integra-

ção desse espaço aos cenários nacional e estadual. Políticas e ações governamentais, para além do âmbito estadual, são necessárias, uma vez que as fronteiras podem constituir um freio ao desenvolvimento da região.

Até recentemente, com relação às zonas de fronteira, prevalecia o conceito geopolítico de áreas de segurança nacional, palcos de potenciais conflitos entre países vizinhos. Apesar de tal noção ter mudado, dando lugar à cooperação entre as nações, integradas comumente em blocos, as zonas de fronteira ainda sofrem com a herança de um passado de disputas.

O Rio Grande do Sul, embora considerado um estado rico, ao longo da história, assistiu à degradação econômica e social de considerável parcela de seu território, a Metade Sul.

Durante muito tempo, a União impediu que a Metade Sul se desenvolvesse no mesmo passo do restante do estado. Temia o Poder Central invasões de países vizinhos, em função da herança colonial de conflitos na fronteira. Em função dessa política, a Metade Sul se ressentiu, até hoje, do fato de ter ficado compulsoriamente fora da rota de investimentos industriais e agrícolas que conduziram a outra “metade” do estado, a Metade Norte, ao desenvolvimento.

Dados existentes apontam que, em 1890, a Metade Sul concentrava mais da metade da população gaúcha; pouco mais de meio século depois, contava somente com cerca de 25% do total. Segundo relatório da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1939, a região era responsável por 38% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. Atualmente, esta participação caiu para apenas 16%, índice preocupante, considerando-se que a região representa 56% do território gaúcho.

O Governo Federal já reconheceu a situação especial das regiões de fronteira ao instituir, para fins de planejamento, a Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul, visto tratar-se da maior área fronteiriça do Mercosul, inserida na região de fronteira com o Uruguai e a Argentina.

Não obstante o Mercosul ter representado a ampliação dos fluxos comerciais e o surgimento de novas oportunidades de investimento e de exportação, a criação de alternativas econômicas para as regiões fronteiriças não surtirá efeitos, caso não sejam feitos investimentos

na infra-estrutura local e garantido aos empreendedores maior acesso a financiamentos.

Os municípios da zona fronteira do Rio Grande do Sul foram os que mais sofreram o impacto econômico e social de acordos multilaterais negociados pelos respectivos governos no âmbito do mercado comum regional, que afetaram dramaticamente a agricultura, a agroindústria, o comércio e o emprego na região.

Com a presente proposição afigura-se a oportunidade de corrigir distorções, resultantes de estratégias, decisões diplomáticas e acordos comerciais assinados pelo Governo Federal com os países vizinhos do Rio Grande do Sul.

Esta Emenda é o instrumento adequado para garantir um outro futuro às regiões envolvidas, proporcionando-lhes os meios para enfrentar os efeitos negativos de acordos multilaterais e elevando-as a níveis adequados de desenvolvimento econômico e social.

Sala das Sessões, – Senador *Pedro Simon*.

EMENDA Nº – PLEN

(à PEC nº 74, de 2003)

Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal decorrente da PEC nº 74, de 2003.

Dê-se a seguinte redação à alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003:

“Art. 159.

I –

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e da Mesorregiões Metade Sul e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao Semi-Árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

.....” (NR)

Justificação

O Rio Grande do Sul está dividido em sete mesorregiões, com 467 municípios e uma população de 9,9 milhões de habitantes, conforme dados de 1999 do IBGE.

As maiores mesorregiões são a noroeste, com 202 municípios (sendo que 195 estão na faixa populacional de até 50 mil habitantes) e a Região Metropolitana de Porto Alegre, com 96 municípios. Essas duas mesorregiões somam 63,8% dos municípios do Estado e abrigam

o equivalente a 62,4% da população total. Outra mesorregião que também está deprimida e está incluída nesta Emenda, a Metade Sul, abrange 198 municípios, conforme dados da Comissão Mista do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado.

Com esta Emenda, pretende-se estender, às Mesorregiões Metade Sul e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, os meios para o desenvolvimento econômico e social hoje assegurados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

O objetivo último desta Emenda é possibilitar a criação do Fundo Constitucional de Financiamento das Mesorregiões Metade Sul e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, propiciando a recuperação e a integração desses espaços aos cenários nacional e estadual. Políticas e ações governamentais, para além do âmbito estadual, são necessárias, uma vez que as fronteiras podem constituir um freio ao desenvolvimento das regiões.

Até recentemente, com relação às zonas de fronteira, prevalecia o conceito geopolítico de áreas de segurança nacional, palcos de potenciais conflitos entre países vizinhos. Apesar de tal noção ter mudado, dando lugar à cooperação entre as nações, integradas comumente em blocos, as zonas de fronteira ainda sofrem com a herança de um passado de disputas.

Mesorregião Metade Sul

O Rio Grande do Sul, embora considerado um Estado rico, ao longo da história, assistiu à degradação econômica e social de considerável parcela de seu território, a Metade Sul.

Durante muito tempo, a União impediu que a Metade Sul se desenvolvesse no mesmo passo do restante do estado. Temia o Poder Central invasões de países vizinhos, em função da herança colonial de conflitos na fronteira. Em função dessa política, a Metade Sul se ressentiu, até hoje, do fato de ter ficado compulsoriamente fora da rota de investimentos industriais e agrícolas que conduziram a outra “metade” do estado, a Metade Norte, ao desenvolvimento.

Dados existentes apontam que, em 1890, a Metade Sul concentrava mais da metade da população gaúcha; pouco mais de meio século depois, contava somente com cerca de 25% do total. Segundo relatório da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul,

em 1939, a região era responsável por 38% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. Atualmente, esta participação caiu para apenas 16%, índice preocupante, considerando-se que a região representa 56% do território gaúcho.

O Governo Federal já reconheceu a situação especial das regiões de fronteira ao instituir, para fins de planejamento, a Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul, visto tratar-se da maior área fronteira do Mercosul, inserida na região de fronteira com o Uruguai e a Argentina.

Não obstante o Mercosul ter representado a ampliação dos fluxos comerciais e o surgimento de novas oportunidades de investimento e de exportação, a criação de alternativas econômicas para as regiões fronteiriças não surtirá efeitos, caso não sejam feitos investimentos na infra-estrutura local e garantido aos empreendedores maior acesso a financiamentos.

Os municípios da zona fronteira do Rio Grande do Sul foram os que mais sofreram o impacto econômico e social de acordos multilaterais negociados pelos respectivos governos no âmbito do mercado comum regional, que afetaram dramaticamente a agricultura, a agroindústria, o comércio e o emprego na região.

Com a presente proposição, afigura-se a oportunidade de corrigir distorções, resultantes de estratégias, decisões diplomáticas e acordos comerciais assinados pelo Governo Federal com os países vizinhos do Rio Grande do Sul.

Mesorregião Noroeste

Outrora próspera, com sua economia baseada no minifúndio, a Mesoregião sofreu o impacto da monocultura da soja e intensa mecanização das lavouras, nas décadas de 70 e 80. E empobreceu, quando o produto deixou de ser atraente aos mercados.

Hoje, a Mesorregião mantém uma atividade agropecuária de sobrevivência, baseada em suínos e aves, que não consegue garantir renda e empregos suficientes para manter os jovens no campo. A falta de perspectivas provocou um forte movimento de migração em direção aos centros maiores, principalmente a região das fábricas exportadoras de calçado do vale dos Sinos.

Embora com vocação para a fruticultura, a Mesorregião não tem condições de investir em seu desenvolvimento. Assim como acontece com a Mesorregião Metade Sul, a Mesorregião Noroeste precisa de incentivos federais e estaduais para pode crescer.

Conclusão

Esta Emenda é o instrumento adequado para garantir um outro futuro às Mesorregiões envolvidas, proporcionando-lhes os meios para enfrentar os efeitos negativos de acordos multilaterais e de políticas agrícolas inadequadas, elevando-as a níveis adequados de desenvolvimento econômico e social.

Sala das Sessões, – Senador *Pedro Simon*.

Terceira Parte



Projetos

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 132, DE 2003

(Do Senador Pedro Simon)

Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A União concederá auxílio financeiro anual a uma instituição cultural, em cada unidade da Federação, que se destine à preservação da memória histórica e geográfica regional, geralmente designada Instituto Histórico e Geográfico.

Art. 2º A instituição em causa deverá ter caráter privado, sem fins lucrativos, registrada como associação civil e declarada de utilidade pública.

Art. 3º Para habilitar-se ao recebimento desse auxílio, a entidade deverá, ainda, possuir patrimônio próprio, biblioteca especializada, arquivos documentais acessíveis ao público e atuação efetiva no âmbito da unidade federada que representa.

Art. 4º As instituições destinatárias do auxílio financeiro não poderão remunerar, a qualquer título, seus dirigentes e conselheiros.

Art. 5º O auxílio financeiro concedido pela União será aplicado, exclusivamente, nos equipamentos culturais da instituição.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição acima tem o propósito de amparar e estimular, em cada unidade da Federação, uma entidade civil sem fins lucra-

tivos dedicada à pesquisa e à preservação da memória histórica e geográfica regional.

Tais entidades têm sido, ao longo do tempo, responsáveis por um trabalho silencioso, mas profícuo, que superou inúmeras dificuldades e se antecipou, o mais das vezes, às iniciativas oficiais.

Referimo-nos, em especial, aos Institutos Históricos e Geográficos ou instituições de denominação assemelhada, os quais, quase sem exceção, montaram guarda às tradições das unidades federadas, guardaram documentos históricos, conservaram bibliotecas especializadas, cartas geográficas, coleções etnográficas e antropológicas, entre outros documentos, com um desvelo e uma aplicação que, muitas vezes, causa inveja às mais atuantes instituições universitárias.

Vale lembrar que tais associações civis se anteciparam, no cultivo das ciências humanas, às organizações acadêmicas, o mais das vezes, sem contar com o auxílio do Poder Público e apoiadas, tão-somente, no trabalho voluntário de autodidatas. E, mesmo depois que as ciências humanas ganharam oportunidades maiores e alcançaram plena cidadania dentro da estrutura universitária, continuaram, aquelas instituições privadas, desenvolvendo, paralelamente, um trabalho meritório no desenvolvimento da pesquisa e na publicação de revistas e/ou boletins especializados.

A exemplo de sua matriz e modelo, que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, habitualmente contemplado por auxílio da União, merecem as organizações existentes nos Estados receber subvenções regulares, para que continuem a prestar os bons serviços que sempre prestaram.

Ademais, é importante que se estimule a criação de uma entidade dessa natureza. Atualmente, são 21 as unidades federadas onde elas ocorrem, o que permite dizer que apenas os seis Estados criados mais recentemente não os possuem, quais sejam: Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

ANO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 206, DE 2003

(Do Senador Pedro Simon)

Institui o ano de 2004 como o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o ano de 2004 como o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir selo comemorativo com a temática referida no artigo anterior.

§ 1º O motivo e a estampa do selo serão escolhidos dentre os elaborados por estudantes do ensino fundamental de todo o País, em concurso de divulgação em âmbito nacional.

§ 2º Compete à Comissão Filatélica Nacional a coordenação, além do estabelecimento da forma de premiação desse concurso.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sempre cobiçada e vista como reserva mundial de água doce e oxigênio que os brasileiros não sabem conservar, a Amazônia foi e é referida, por muitos chefes de estado, como “patrimônio da humanidade”, território sobre o qual deve ser permitido, ao Brasil, apenas uma “soberania restrita”.

Personalidades como Al Gore, dos Estados Unidos, John Major e Margareth Thatcher, da Inglaterra; Gorbachev, da Rússia, além de

Mitterrand e Chirac, da França, entre tantos outros, já defenderam essa tese, publicamente, em diferentes ocasiões. Consideram a região como área que deve ser colocada sob a administração da ONU.

Nenhum brasileiro pode concordar com essa tese. Em respeito aos nossos antepassados, não podemos deixar para os nossos filhos um território menor do que aquele que recebemos. É possível equilibrar a exploração econômica com o respeito ao meio ambiente e é essa linha que o Brasil está adotando.

Sem xenofobia retrógrada, defendemos uma Amazônia com o *status* de patrimônio brasileiro, sempre. Embora represente uma riqueza em biodiversidade cujos benefícios possam ser usufruídos por toda a humanidade.

Por isso, apresentamos a proposta de produzir um selo único, mediante concurso nacional, para escolha de um desenho que destaque a Amazônia e suas riquezas naturais, não reduzida apenas a destacar uma bonita paisagem, mas que aponte para um futuro de desenvolvimento sustentado, com a mensagem: 2004: Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

MANUTENÇÃO DE PESSOA DEFICIENTE

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 272, DE 2003

(Do Senador Pedro Simon)

Dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1 (um) salário mínimo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei Orgânica da Previdência Social (LOAS), de que trata a Lei nº 8.742, de 7-12-1993, determina, em seu art. 20, que “o benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família”.

E o seu § 3º define essa família como sendo aquela cuja renda *per capita* seja inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo ou seja:

R\$60,00 (sessenta reais), atualmente.

Ora, consagrar em lei que uma família possa se manter com importância mensal inferior a R\$60,00 por indivíduo é, no mínimo, maldade. E, se essa família ainda conta, entre seus membros, com um idoso de mais de 70 anos ou com um deficiente, é uma perversidade.

Aos 70 anos, além de ser reconhecida como incapaz de prover sua própria manutenção, é comum que uma pessoa esteja a consumir medicamentos além de outros cuidados, o que aumenta o seu custeio. A manutenção do deficiente é ainda mais custosa, dependendo da natureza e do grau de sua deficiência. E quando a pessoa associa as duas condições – a de idoso e deficiente –, o que não é tão raro?

A reforma da Previdência em exame no Congresso Nacional, com certeza, irá prover os meios necessários a que sejam corrigidas tais injustiças, contribuindo para uma melhor destinação dos seus recursos.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

SERVIÇO VOLUNTÁRIO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 316, DE 2003

(Do Senador Pedro Simon)

Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços, preferencialmente, nesta ordem:

I – menores de vinte e três anos que tenham prestado serviço militar obrigatório; e

II – maiores de dezoito e menores de vinte e três anos de ambos os sexos.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.029 é meritória, na medida em que faculta aos Estados e ao Distrito Federal instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e auxiliares de saúde e de defesa civil nas Policiais

Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, por tempo determinado e mediante auxílio mensal compensatório.

Entretanto, limita o campo de recrutamento àqueles “que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas”, além das “mulheres na mesma faixa etária” (maiores de dezoito e menores de vinte e três anos).

Com a nova redação dada ao art. 3º, contempla-se, também, o efetivo que tenha prestado o serviço militar obrigatório, o qual, por este fato mesmo, já recebeu, em grande parte, o treinamento necessário à assunção de serviços de cuja falta se ressentem os Estados e o Distrito Federal.

Deste modo, a admissão de tais efetivos irá permitir às polícias militares a sua alocação aos serviços internos dos quartéis e àqueles de guarda em eventos de baixo potencial de risco, liberando os policiais profissionais para as ações de combate ao crime.

Com esta pequena alteração, a Lei nº 10.029 atenderá aos reclamos das autoridades estaduais nas ações de repressão ao crime organizado, permitindo, ainda, que os soldados liberados do serviço militar obrigatório possam obter uma ocupação digna e de grande proveito para o seu futuro imediato.

Evitar-se-á, de outro modo, que, liberados das obrigações militares e não encontrando, de imediato, um emprego na sociedade civil, venham a ter seus conhecimentos, adquiridos nos quartéis, aproveitados pelo crime organizado.

Sala das Sessões, 29 de julho de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

METADE SUL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – Complementar

Autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos de articulação da ação administrativa da União e do Estado do Rio Grande do Sul, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º A Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul é constituída pelas seguintes Sub-Regiões e Municípios:

a) Sub-Região da Campanha: Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul;

b) Sub-Região Central: Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polesine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul;

c) Sub-Região Centro-Sul: Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes;

d) Sub-Região Fronteira Oeste: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana;

e) Sub-Região Litoral: Capivari do Sul, Mostardas e Palmares do Sul;

f) Sub-Região Vale do Rio Pardo: Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pântano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo e Vale Verde;

g) Sub-Região Sul: Amaral Ferrador, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

§ 2º Os Municípios que vierem a ser constituídos a partir do desmembramento de território de Município citado no § 1º deste artigo passarão a compor, automaticamente, a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul estabelecerá, ouvidos os órgãos competentes, mediante convênios e contratos, critérios e normas para unificação dos procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangidos os federais, estaduais e municipais, tanto diretos quanto indiretos, especialmente em relação aos seguintes itens:

I – tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda;

II – linhas de crédito especiais para atividades prioritárias;

III – isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra.

Art. 4º Os programas e projetos prioritários para a Mesorregião, com especial ênfase à irrigação, recursos hídricos, turismo, reforma

agrária, meio ambiente e sistemas de transporte, e os demais, relativos à infra-estrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

I – de natureza orçamentária, que lhe forem destinados pela União, na forma da lei;

II – de natureza orçamentária, que lhe forem destinados pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelos Municípios abrangidos;

III – de operações de crédito internas e externas.

Art. 5º A União, o Estado do Rio Grande do Sul e os Municípios referidos no § 1º do art. 1º poderão firmar convênios e contratos entre si, com o propósito de atender ao disposto nesta lei complementar.

Art. 6º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Rio Grande do Sul, embora considerado um estado rico, ao longo da história, assistiu à degradação econômica e social de considerável parcela de seu território, a Metade Sul.

Durante muito tempo, a União impediu que a Metade Sul se desenvolvesse no mesmo passo do restante do estado. Temia, o Poder Central, invasões de Países vizinhos, em função da herança colonial de conflitos na fronteira. Em função dessa política, a Metade Sul se ressentiu, até hoje, do fato de ter ficado compulsoriamente fora da rota de investimentos industriais e agrícolas que conduziram a outra “metade” do estado, a Metade Norte, ao desenvolvimento.

Dados existentes apontam que, em 1890, a Metade Sul concentrava mais da metade da população gaúcha; pouco mais de meio século depois, contava somente com cerca de 25% do total. Segundo relatório da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1939, a região era responsável por 38% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. Atualmente, esta participação caiu para apenas 16%, índice preocupante, considerando-se que a região representa 56% do território gaúcho.

O Governo Federal já reconheceu a situação especial dessa região de fronteira, ao instituir, para fins de planejamento, a Mesorregião da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, visto tratar-se da maior área fronteira do Mercosul, inserida na região de fronteira com o Uruguai e a Argentina.

Não obstante o Mercosul ter representado a ampliação dos fluxos comerciais e o surgimento de novas oportunidades de investimento e de exportação, a criação de alternativas econômicas para essa região fronteiriça não surtirá efeitos, caso não sejam feitos investimentos na infra-estrutura local e garantido aos empreendedores maior acesso a financiamentos.

Os municípios da zona fronteiriça do Estado do Rio Grande do Sul foram os que mais sofreram o impacto econômico e social de acordos multilaterais negociados pelos respectivos governos, no âmbito do mercado comum regional, que afetaram dramaticamente a agricultura, a agroindústria, o comércio e o emprego na região.

A presente proposição, inspirada nas Leis Complementares nºs 94, de 19-2-1998 e 112 e 113, ambas de 19-9-2001, oferece a oportunidade de corrigir distorções, resultantes de estratégias, decisões diplomáticas e acordos comerciais assinados pelo Governo Federal com os Países vizinhos do Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, – Senador *Pedro Simon*.

COMERCIALIZAÇÃO DE VINHO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 395, DE 2003

(Do Senador Pedro Simon)

Altera a redação do art. 3º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Vinho é o alimento obtido exclusivamente pela fermentação alcoólica do mosto simples da uva sã, fresca e madura.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O vinho é um produto nobre. Desde a antiguidade o homem conhece seus benefícios para a saúde. A vinha precedeu o próprio homem, no planeta, e o vinho, seu produto, consta do universo mítico e cultural da humanidade desde os primórdios da civilização.

Hipócrates, primeira e maior inspiração da Medicina até os dias de hoje, utilizava o vinho em suas formulações. O produto era, também, usado pelas legiões romanas nos curativos dos ferimentos de batalhas. E, no século passado, desde os anos 20, a literatura médica constata os benefícios e as características saudáveis do vinho.

A Organização Mundial da Saúde – OMS, possui estudos científicos que atestam essa natureza do produto, considerada benéfica à saúde, inclusive no aspecto preventivo da Medicina, desde que consumido moderadamente.

Atualmente, o profundo conhecimento da composição do vinho e sua influência benéfica na saúde humana têm dado uma nova dimensão ao consumo de bebidas alcoólicas. Com base em trabalhos científicos avalizados pela OMS, o bom vinho é citado em Medicina Preventiva através de suas inúmeras e evidentes propriedades, quando consumido com moderação.

As propriedades do vinho são inúmeras, de acordo com a Organização:

1ª) Combate as enfermidades cardiovasculares

Determinadas substâncias naturais da polpa da uva, que permanecem no vinho, aumentam a resistência das fibras colágenas. Exercem um efeito protetor sobre as paredes dos vasos sanguíneos, dissipam as plaquetas que provocam coágulos e entopem as artérias e estimulam a atividade antioxidante, inibindo a formação de radicais livres e diminuindo a possibilidade da arteriosclerose, com destaque para a atuação do resveratrol, um antioxidante encontrado nas cascas das uvas tintas.

Um estudo da Faculdade de Química da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul apontou os vinhos varietais Merlot, Sangiovese e Tannat, produzidos no Brasil, com altos teores de resveratrol. Comparado com similares canadenses e espanhóis, o Merlot brasileiro registrou graus mais elevados de resveratrol.

2ª) Efeito vasodilatador

O álcool, em doses moderadas – o ideal de consumo moderado, para homens, é 4 a 5 taças de vinho tinto por dia; para mulheres, 2 a 3 taças – possui um efeito vasodilatador, desobstruindo os vasos sanguíneos, além de atuar sobre o metabolismo, aumentando o HDL, ou seja, o bom colesterol.

Alguns estudiosos andavam intrigados com um aparente paradoxo: em certas regiões da França onde a dieta alimentar é rica em gorduras, o índice de cardiopatias era baixo. A aparente incoerência foi resolvida quando se verificou que, naquelas regiões, o consumo de

vinho tinto era alto. Em Países como os Estados Unidos, Dinamarca e Finlândia, cuja alimentação é semelhante à dos franceses, são altos os índices de doenças do coração e infartos.

3ª) Ação bactericida e provável antiviral

Os taninos, provenientes da casca da uva, preservam o sistema imunológico.

4ª) O vinho retarda o envelhecimento celular orgânico

Os radicais livres do vinho contêm substâncias que retardam o envelhecimento celular e orgânico.

5ª) Facilidade de digestão

O vinho favorece as funções digestivas, aumentando o apetite.

O vinho nacional é um dos melhores do mundo. Já recebeu cerca de 400 prêmios internacionais de qualidade, em Países como a França e a Itália, onde existe uma tradição de consumo, ao lado de um alto nível de exigência.

Como podemos observar, não é mais possível ignorar essas dimensões histórica, científica, cultural, econômica e social do vinho, bebida que desfruta, ao longo de toda a História, de justificado prestígio, tanto pelo benefício para a saúde humana como por suas características alimentícias.

A Espanha, depois de seis anos de debates legislativos, aprovou, na Câmara dos Deputados, a Lei do Vinho, cuja classificação do produto serviu de inspiração para o presente projeto. É um conceito moderno que tem evidentes implicações em termos tributários e de competitividade nos mercados.

O Brasil é um País importador de vinhos finos, destacando-se na exportação, apenas, de uvas de mesa e suco de uva. Na realidade, os vinhos importados representam cerca de 50% do total consumido no País, em relação aos vinhos de viníferas nacionais. O consumo de vinhos finos importados vem crescendo muito. Aumentou, nos últimos anos, de 6 milhões para 30 milhões de litros.

Essa situação precisa ser revista, mas já foi pior. Segundo dados da Embrapa, o déficit do balanço comercial de uvas, vinhos e derivados, em 2000, somou cerca de 70 milhões de dólares, reduzindo para 30 milhões, em 2002.

O Rio Grande do Sul, na condição de principal Estado produtor, sofre maior impacto, pois é responsável por cerca de 90% do vinho nacional. Temos uma área de plantio da ordem de 29 mil hectares de vinhedos, que produzem 381 milhões de quilos de uva. A vinicultura, no Estado, está concentrada na pequena propriedade rural, onde cerca de 15 mil famílias vivem da produção de uva. Podemos, então, avaliar a dimensão social dessa atividade econômica, para o Estado e para todo o País.

Este é o quadro geral. Mas, se aprofundarmos a análise, veremos que existe uma simples e boa razão para o grau superior de competitividade do produto europeu, por exemplo, ou ainda para o vinho chileno, um dos mais tradicionais da América Latina.

Ocorre que, tanto no âmbito da União Européia como no Chile, para fins de tributação, o vinho não é considerado produto industrializado, dadas as suas características alimentícias e benéficas à saúde. Assim, o produto é extremamente beneficiado, num mercado mundial altamente competitivo.

Já no Brasil, a carga tributária incidente sobre o vinho chega a inacreditáveis 42% (quarenta e dois por cento)! Em outros Países que operam no mercado internacional, chega a, no máximo, 12%. A diferença é brutal, mesmo sem levar em conta a totalidade dos tributos que penalizam quem produz no País.

Enquanto a produção nacional enfrenta obstáculos desse tipo, no ano passado, a França, um dos principais produtores da União Européia, subsidiou sua agricultura em US\$50 bilhões! Um incentivo desse porte resulta em superprodução de alimentos, rebaixando os preços internacionais e tirando a maioria dos Países em desenvolvimento do mercado internacional. Essa política fez com que a União Européia ampliasse, tremendamente, sua produção de vinhos, inundando e desequilibrando o mercado mundial.

Por essas razões, submeto aos meus pares este projeto que intenta dar ao vinho nacional um tratamento que o torne mais competitivo, tanto no mercado nacional quanto no internacional.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

INQUÉRITO POLICIAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº , DE 2003

(Do Senador Pedro Simon)

Altera dispositivos do Código de Processo Penal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do artigo 5º; os §§ 1º e 3º do artigo 10; o inciso II do artigo 13; o artigo 16; o artigo 20, *caput*, e o artigo 23 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

II – mediante requisição do Ministério Público ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.” (NR)

“Art. 10.

§ 1º A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao Ministério Público. (NR)

§ 2º

§ 3º Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo órgão do Ministério Público a que o inquérito tiver sido distribuído.” (NR)

“Art. 13.

II – realizar as diligências requisitadas pelo Ministério Público.” (NR)

“Art. 16. O órgão do Ministério Público não poderá determinar a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, por ele expressamente discriminadas, bem como determinar diligências outras, ainda durante o transcurso do prazo de que trata o § 3º do artigo 10.” (NR)

“Art. 20. O Ministério Público, por si só ou a pedido da autoridade policial, deliberará sobre o sigilo do inquérito policial, decretado sempre no interesse da investigação do fato, a que não se conturbe, ou não se sensacionalize sua apuração.” (NR)

“Art. 23. Ao fazer a remessa dos autos de inquérito ao Ministério Público, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação, ou repartição congênere, mencionando os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.” (NR)

Art. 2º A autoridade policial deverá remeter, em 24 (vinte e quatro) horas, cópia do auto de prisão em flagrante ao Juiz competente e ao órgão do Ministério Público.

Art. 3º É assegurado ao advogado examinar, mesmo sem procuração, autos de procedimentos criminais, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade policial ou ao órgão do Ministério Público, podendo copiar peças e tomar apontamentos, salvo quando tramitar em sigilo o inquérito policial.

Art. 4º Ficam acrescidos 2 (dois) parágrafos no artigo 257 do Código de Processo Penal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 257.

§ 1º-A No desempenho de suas atribuições de promover a execução da lei penal, o Ministério Público, a seu juízo exclusivo, e quando o interesse social o exigir, conduzirá, por si só, o trabalho investigatório, devendo as entidades de estudo e pesquisa universitárias, seu próprio corpo de assessoramento técnico-científico e demais

entidades e serviços da administração pública prestar-lhe pronto atendimento nas diligências que requisitar, sob pena de responsabilidade criminal.

§ 2º-B No desempenho de suas atribuições de fiscalizar a execução da lei penal, o Ministério Público terá sempre vista dos autos, por intimação pessoal, e seu pronunciamento não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias da data em que receber os autos para elaborar o parecer, salvo em caso de *habeas corpus*, quando, estando preso o paciente, o parecer será dado, impreterivelmente, dentro de 7 (sete) dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Justificação

A primeira vez que apresentei esta proposição foi no ano de 1992, o projeto – PLS nº 129/1992 – foi arquivado por não deliberação em tempo hábil por esta Casa, é pertinente lembrar – apresentei o projeto em agosto de 1992 e até março de 95 ela ainda não sido apreciado. Pior, reapresentei-a ainda em março 1995 – PLS nº 31/95, aqui ela foi aprovada e encaminhada à Câmara dos Deputados em março de 98 e, até agora – quase seis anos depois, a matéria ainda não foi examinada naquela Casa. A despeito de tantos percalços e obstáculos, o teor e objetivo da proposição ainda se encontram – a meu ver – oportunos e justificáveis, fazendo com que seja preservada a mesma estrutura de texto. De forma que julgo relevante rememorar as circunstâncias que me levaram a apresentar o projeto na redação da primeira proposição, inclusive com a mesma justificação, que assim se segue:

“O artigo 1º do projeto de lei apresentado, alterando a redação do inciso II do artigo 5º, dos §§ 1º e 3º do artigo 10, do artigo 16 e 23, todos do Código de Processo Penal, determina, em essência, que os autos de inquérito policial sejam remetidos, pela polícia, diretamente ao Ministério Público, à diferença do que ocorre atualmente, quando a polícia remete os autos ao juiz, e este, por sua vez, dá vista dos mesmos ao Ministério Público; e, por coerência, não

mais autoriza ao magistrado a determinação à autoridade policial de abertura de inquérito.

A mudança proposta mostra-se consentânea com o dispositivo constitucional que elenca, como uma das funções institucionais do Ministério Público, “promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei”. Se o Ministério Público, por força do sistema acusatório consagrado pela Constituição, detém a titularidade, em caráter privativo, da ação penal pública, é ele, por consequência, o destinatário natural do inquérito policial, o qual servirá para a formação da *opini delicti* e fundamentará a propositura da ação penal, daí por que não mais se justificar tenha também o magistrado a possibilidade de determinar a persecução criminal.

Tal solução, além de coerente, pois elimina um resquício do sistema inquisitorial, que a Constituição Federal aboliu por completo, vem em garantia da imparcialidade e isenção do juiz, que se manterá a uma distância conveniente do inquérito policial, além de contribuir para uma maior celeridade na tramitação do inquérito e para desafogar significativamente a máquina do Judiciário, por onde os inquéritos policiais tramitam, hoje, desnecessariamente.

O artigo 2º da proposta apresentada explicita a remessa dos autos de inquérito policial, oportunamente, ao Ministério Público, para que este, desde logo, tome conhecimento dos fatos em apuração, cabendo lembrar que, quando o indiciado estiver preso, o inquérito policial, segundo a lei vigente, tem prazo menor para conclusão, sendo, também, menor o prazo para oferecimento da denúncia. Além disso, como fiscal da execução da lei (artigo 257 do Código de Processo Penal) e, também, incumbindo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados pela Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, inciso II da Constituição Federal), é de bom alvitre a providência proposta, para que o Ministério Público também participe

do controle da legalidade de prisão, fazendo-o desde logo. Aliás, a Lei nº 5.010, de 30-5-66, já prevê, em seu art. 67, relativamente ao Ministério Público Federal, a medida que ora se propõe generalizar:

“Art. 67. A autoridade policial deverá remeter, em vinte e quatro horas, cópia do auto de prisão em flagrante ao procurador da República que funcionar junto ao juiz competente para o procedimento criminal.”

O artigo 3º do projeto visa garantir transparência no andamento do inquérito, de modo a que se assegure aos interessados o acompanhamento da tramitação do inquérito, sem prejuízo, é claro, das hipóteses legais de sigilo.

O artigo 4º, ao sugerir o acréscimo de dois parágrafos ao art. 259, do CPP, visa, primeiramente, no § 1º, explicitar as atribuições do Ministério Público que, em relação à titularidade exclusiva ao exercício da ação penal pública, hoje tem sede constitucional, definida como sua função institucional (artigo 129, I), de par com a prerrogativa, também constitucionalmente posta, de requisitar, de quem quer que seja, os elementos indispensáveis à investigação, para o ajuizamento da denúncia. Por clara coerência, se é titular exclusivo da ação penal pública, óbvio que a lei processual há de ensinar ao Ministério Público a atribuição de, quando situações de relevo surgirem, chamar a si a condução, também exclusiva, do trabalho investigatório, com o concurso de entidades qualificadas; específicos serviços públicos, e a criação de quadro próprio de pessoal habilitado aos diversos níveis em que hoje opera a criminalidade sofisticada, para melhor combatê-la. Já o § 2º tem por finalidade precípua fixar prazos razoáveis para que o Ministério Público desempenhe as funções a ele destinadas, evitando-se, assim, possíveis delongas na emissão de seus pareceres.

Por fim, a *vacatio legis* proposta (60 dias) tem por escopo que os Ministérios Públicos dos Estados e da União adaptem serviços administrativos à nova realidade,

definindo-se, inclusive, regras de distribuição interna dos inquéritos.

Este projeto, com sua justificação, foi encaminhado pelo então Ministro da Justiça, Dr. Célio Borja, à Comissão dos Três Poderes, que se reuniu sob a presidência do Ministro Sidney Sanches, então Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Em setembro de 1991, propus a criação de uma Subcomissão Especial, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, para examinar as causas da impunidade, notadamente da área do colarinho branco. Depondo nessa Subcomissão, o então Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, propôs que representantes dos três poderes se reunissem para discutir a questão.

Com esse objetivo foram realizadas 5 (cinco) reuniões no Supremo Tribunal Federal, com os seguintes participantes: Ministro Sidney Sanches (Presidente do STF), Ministro Carlos Átila (Presidente do TCU), Dr. Aristides Junqueira (Procurador-Geral da República), Dr. Célio Borja (Ministro da Justiça), Senador Mauro Benevides (Presidente do Senado Federal) e Deputado Ibsen Pinheiro (Presidente da Câmara dos Deputados). Delas participei, também, como Presidente da Subcomissão Especial da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal.

Nesses encontros foram analisadas algumas propostas, destacando-se a importância do projeto de que resultou a nova lei sobre enriquecimento ilícito e o que estabeleceu a Lei Orgânica do TCU, relatados por mim na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado. Outros projetos foram apreciados preliminarmente.

Acontecimentos especiais determinaram, em junho de 1992, a suspensão temporária das reuniões da Comissão dos Três Poderes, impedindo, assim, que a proposta do Senhor Ministro da Justiça fosse examinada por seus integrantes. Após consultar o Senhor Ministro Célio Borja,

decidi reapresentá-la, como projeto, para que possa ser apreciada de imediato pelo Congresso Nacional, empenhado em tornar mais rígida a legislação sobre os crimes contra a administração pública.”

Portanto, espero, mais uma vez, contar com o apoio de meus ilustres pares para a apreciação célere deste projeto.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

ASSISTÊNCIA AOS MICROEMPREENDEDORES

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, DE 2003 – Complementar (Do Senador Pedro Simon)

*Institui o Fundo de Assistência Financeira aos
Microempreendedores.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores destinado a financiamentos de microcrédito para atividades urbanas e rurais.

§ 1º O Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores será constituído, anualmente, por:

I – 30% (trinta por cento) dos recursos destinados para investimentos alocados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

II – recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual.

§ 2º São microempreendedores aqueles com renda anual situada no limite de isenção do Imposto de Renda.

Art. 2º Conceitua-se como microcrédito as operações de financiamento até o montante de R\$3.000,00 (três mil reais), valor este corrigido, anualmente, pelo índice oficial da inflação apurada.

Art. 3º Fica instituído o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores, cujos membros serão designados pelo Presidente da República, com a atribuição de opinar sobre as políticas, diretrizes e prioridades do Fundo e acompanhar a aplicação dos seus recursos.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo regulamentará a composição e o funcionamento do Conselho de que trata este artigo, assegurada a representação da sociedade civil.

Art. 4º Compete ao órgão gestor do Fundo, a ser designado pelo Presidente da República:

I – coordenar a formulação das políticas e diretrizes gerais que orientarão as aplicações do Fundo;

II – selecionar programas e ações a serem financiados com recursos do Fundo;

III – coordenar, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo, a elaboração das propostas orçamentárias a serem encaminhadas ao órgão central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamento, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual, bem como em suas alterações;

IV – acompanhar os resultados da execução dos programas e das ações financiados com recursos do Fundo;

V – prestar apoio técnico-administrativo para o funcionamento do Conselho Consultivo de que trata o art. 3º; e

VI – dar publicidade, com periodicidade estabelecida, dos critérios de alocação e de uso dos recursos do Fundo.

Art. 5º Regulamento definirá as ações integradas de acompanhamento ou controle a serem exercidas pelo Conselho Consultivo, pelo órgão gestor e pelos órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiados pelo Fundo.

Art. 6º Compete às instituições financeiras públicas, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, a operacionalização dos créditos de que trata esta lei, obedecidos os seguintes critérios:

I – o prazo de financiamento será de 12 até no máximo de 24 meses;

II – não será exigida fiança ou aval;

III – serão exigidos cadastramento simplificado e a apresentação do recibo de declaração do ajuste anual do Imposto de Renda comprovando a condição do § 2º do art. 1º.

Art. 7º Sobre os financiamentos não incidirão quaisquer outros custos financeiros além de:

- a) taxa de recomposição do valor monetário, conforme índice oficial;
- b) taxa de seguro bancário nunca superior a 2%.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Muitos cidadãos, especialmente numa fase de desemprego como a que vivemos, se propõem a atividades próprias, faltando-lhes apenas um pequeno capital com que dêem início ao seu empreendimento.

Tal empreendimento, além de possibilitar-lhes meio de vida próprio, poderá contribuir para a criação de uma microempresa, com a geração de emprego, tudo isso em moldes legais.

É fácil entender os benefícios que uma tal proposição irá trazer a uma sociedade empobrecida, carente de empregos e de meios para o custeio de iniciativas próprias, com uma renda altamente concentrada, além de submetida ao esforço sobre-humano para o custeio de dívidas interna e externa praticamente impagáveis.

Com este propósito, encareço aos ilustres membros desta Casa que examinem, com o máximo empenho, este projeto que ora lhes submeto.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 2003. – Senador *Pedro Simon*.

Quarta Parte



Requerimentos

FGTS EM COMPRA DE LOTE URBANO

Requer a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, juntamente com os Projetos de Lei do Senado objetos do Requerimento nº 678, de 2002.

Com fundamento no disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência o aditamento do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002 (nº 465/99, na Casa de origem), que “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990” (para permitir a utilização do FGTS na aquisição de lote urbano), ao pedido de tramitação conjunta de que trata o Requerimento nº 678, de 2002.

Justificação

O projeto de lei em questão encontra-se em fase de recebimento de emendas perante a Mesa, até o dia 24 de fevereiro de 2003, tendo o Parecer nº 1.279/2002 – CAS, de autoria do Excelentíssimo Senhor Senador Mauro Miranda, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

Ora, Senhor Presidente, considero da maior importância que analisemos, de vez, todas as propostas de apropriação dos recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, um patrimônio do trabalhador, de maneiras tão diversas.

Talvez seja o momento de se rever, de uma vez por todas, a política do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a fim de dar-lhe a importância que merece.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2003.

INDICAÇÃO DE TEORI ZAVASCKI

Requer dispensa de interstício para imediata apreciação, em Plenário, da Mensagem (SF) nº 369, de 2002.

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício para imediata apreciação da Mensagem (SF) nº 369, de 2002 (Mensagem nº 1.132, de 2002, na Presidência da República), que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Teori Albino Zavascki, para compor o Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, fevereiro de 2003.

CONVITE A PAULO ZIULKOSKI

Solicita convidar o Senhor Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios, para debater assuntos pertinentes à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência que, de acordo com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, seja convidado o Senhor Paulo Roberto Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, para expor aos ilustres membros dessa Comissão o posicionamento dos municípios brasileiros sobre a aplicabilidade da Lei Complementar nº 101/00, LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, na oportunidade em que esta completa três anos de sua aprovação.

Justificação

No início de 2000, quando esta Comissão de Assuntos Econômicos debateu o então projeto de lei que resultaria no texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Confederação Nacional dos Municípios teve oportunidade de participar ativamente desse processo, sendo algumas das postulações atendidas e outras tantas rejeitadas, sob o argumento da premência de tempo, uma vez que o Executivo pretendia que a nova lei passasse a vigorar ainda antes das eleições municipais daquele ano. Na ocasião, diversos senadores assumiram publicamente o compromisso de introduzir alterações na LRF, naqueles pontos que, comprovadamente, apresentassem dificuldades na sua aplicação ou inconsistências de ordem legal.

Já são decorridos três anos de vigência da nova lei, cujo mérito é inegável, é bom que se reconheça. Por outro lado, é forçoso

reconhecer que determinados aspectos precisam ser repensados e avaliados, por se constituírem em verdadeiras camisas-de-força para os administradores, especialmente os prefeitos municipais.

Pelo fato de congregar mais de 3.500 municípios entre os seus afiliados, a Confederação Nacional de Municípios tem acompanhado o dia-a-dia das administrações municipais, o que lhe dá o respaldo necessário para trazer aos ilustres membros desta Comissão um juízo abalizado sobre uma ampla gama de questões da Lei Complementar nº 101/2000, que, conforme entendemos, carecem de uma criteriosa revisão, com vistas a tornar essa importante norma legal em instrumento não apenas de restrição e ajuste das contas públicas, senão também de melhora efetiva na qualidade da gestão governamental.

Alicerçado nessas considerações é que submetemos a Vossa Excelência o presente requerimento e, para tanto, contamos com o apoio e a colaboração de nossos ilustres pares.

Obs.: A este Requerimento foi anexado o de nº 23 – CAE – 2003, do Senador Roberto Saturnino, convocando o Sr. Marcelo Deda Chagas, Coordenador Temático da Frente Nacional de Prefeitos.

Sala das Sessões, 8 de abril de 2003.

LETRAS FINANCEIRAS DO RS

Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, a tramitação, em regime de urgência, do Ofício “S” nº 12, de 20-4-2001, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Com fundamento no disposto no inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inclusão em pauta do Ofício “S” nº 12, de 2001, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Justificação

O ofício referido acima solicita, com base no art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que o Senado Federal requirite ao Banco Central do Brasil o processo de emissão de Letras Financeiras do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de que esta Casa aprecie o pleito do Estado para que possa rolar as Letras Financeiras decorrentes da 7ª e 8ª parcelas de precatórios judiciais, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro de 2001.

A solicitação contida no Ofício “S” nº 112, de 2001, tendo recebido parecer favorável do Senador Eduardo Suplicy, acaba de ser acolhida pela Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2003. – Senadores *Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon.*

PASTORAL DA CRIANÇA

Requer ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o apoio do Senado Federal à candidatura da “Pastoral da Criança” ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República datado de 23 de abril de 2003, requiero manifestação, desta Casa, de apoio à candidatura da organização não-governamental intitulada Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz de 2003, concedido pela Fundação Nobel.

Justificação

Esta não é a primeira vez que se lança a candidatura da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz. Todos se lembram que, no ano passado, essa instituição modelar foi apresentada como candidata a esse prêmio. Também, no ano passado, esta Casa se manifestou, através de Requerimento dos Senadores Ramez Tebet, seu Presidente e Artur da Távola, Líder do Governo, não tendo logrado a sua conquista – quem sabe? – por falta de um maior empenho de todos os brasileiros, em especial da parte de nós, que os representamos nesta Casa do Congresso Nacional.

Quem sabe um movimento conjunto dos três poderes da República imprima maior força de convencimento dos responsáveis pelo prêmio. Assim, proponho que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, representando o Legislativo e o Supremo Tribunal Federal, representando o Judiciário, se aliem à Comissão designada pelo Executivo para esse fim.

Também, é importante que empolgemos toda a sociedade brasileira num movimento como o de Copa do Mundo de Futebol, que, além de chamar a atenção dos responsáveis pela concessão do Prêmio Nobel da Paz, poderia contribuir para ampliar a cooperação dessa mesma sociedade para com a Pastoral, fazendo-a maior ainda do que já é.

Salvar vidas e construir a paz!

Este é o trabalho que empolga essa instituição modelar, fundada há cerca de 20 anos pela Dr^a Zilda Arns Neumann e por Dom Geraldo Majella Agnelo, para promover a melhoria de qualidade de vida das crianças brasileiras.

Transcrevemos, a seguir, matéria referente há um ano, que dá uma idéia da ação da Pastoral da Criança:

“Todos os meses, 1.635.461 crianças são acompanhadas. Milhares delas são recuperadas da desnutrição e salvas da morte, através de um trabalho que envolve toda a família e a comunidade.

Contando com o empenho de 155.000 voluntários que percorrem os bolsões de miséria, a Pastoral da Criança está combatendo os efeitos da desigualdade social, da fome, das drogas e promovendo a inclusão social em 32.265 comunidades carentes de 3.555 municípios brasileiros.

Através do estímulo aos cuidados das mães com as crianças, dos pais com a família, da comunidade com suas gestantes e crianças, as ações da Pastoral da Criança, além de combaterem a desnutrição e a mortalidade, promovem a cidadania e a paz.

Um verdadeiro exemplo de construção de um mundo digno, através da solidariedade, reconhecido, internacionalmente, e que, agora, é o indicado oficial do Governo brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz 2002. Assim, é importante que você conheça melhor o trabalho da Pastoral e estimule outras pessoas a se informarem sobre esse exemplo de educação para a paz.

Você estará contribuindo para que a Pastoral da Criança siga com seu semear de esperança.”

Sala das Comissões, 25 de abril de 2003.

AMEAÇA À AMAZÔNIA

Requer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a solicitação de depoimento do Senhor Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, perante a Comissão, a respeito das ameaças à Amazônia brasileira.

Com fundamento no disposto no art. 58, inciso V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência seja solicitado o depoimento, perante esta Comissão, de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, a respeito da soberania brasileira sobre a Amazônia.

Justificação

Reunidos em Itaiaci, Distrito de Indaiatuba (SP), na 41ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, uma das maiores preocupações dos bispos brasileiros tem sido a soberania brasileira sobre a parcela da Amazônia que coube ao Brasil, ameaçada de internacionalização.

Em declaração à imprensa, o Arcebispo de Manaus disse que a soberania brasileira sobre a Amazônia está ameaçada e que “se não tomarmos cuidado, devagar a gente pode perder essa região”. Dizendo falar em nome da CNBB, Dom Luiz Soares Vieira afirmou: “Dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade é conversa. A Amazônia brasileira é patrimônio do Brasil a serviço da humanidade”.

Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana (MG) e ex-Presidente da CNBB, participando da mesma entrevista à imprensa, declarou que “a Amazônia transformou-se, hoje, numa grande

prioridade para os bispos”, e que “esta (a 41^a) vai passar para a história como a Assembléia da Amazônia”.

Dom Luiz completou dizendo que a Igreja Católica se preocupa com a região, também do ponto de vista evangelizador, uma vez que faltam padres para tanto. Com isso, tem perdido fiéis. “Em Rondônia, hoje, 45% da população é evangélica”, completa.

Dom Mauro Morelli, Arcebispo de Duque de Caxias (RJ) e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, reiterou: “Ela (a Amazônia) não é da humanidade, é do Brasil, a serviço da vida da humanidade”.

Reunida em Itaipaci, a Comissão da CNBB para a Amazônia propõe que a Igreja crie, na região, universidades católicas e aumente a formação de padres.

Considero de toda importância que o Senado Federal, por intermédio de sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tome a seu cargo a questão da segurança da Amazônia, convidando a depor o Excelentíssimo Senhor Arcebispo de Manaus.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2003.

MORTE DE RAYMUNDO FAORO

Requer ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jurista e escritor Raymundo Faoro.

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, do ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e Membro da Academia Brasileira de Letras, o jurista e escritor Raymundo Faoro.

Justificação

Acaba de falecer, no Rio de Janeiro, um dos maiores juristas de nosso País e um dos mais competentes escritores. A História do Brasil deverá inscrever o seu nome como um dos mais importantes defensores da democracia e dos direitos políticos.

Raymundo Faoro nasceu em Vacaria, Rio Grande do Sul, em 27 de abril de 1925. Filho de agricultores, mudou-se para a cidade de Caçador (SC), já em 1930, acompanhando a família. Ali, fez o curso secundário no Colégio Aurora.

Em 1948, formou-se em Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dali se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1951, onde dedicou-se à advocacia. Admitido, por concurso público, na Procuradoria do Estado, ali veio a se aposentar.

Em 23 de novembro de 2000, foi eleito para a cadeira nº 6 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Barbosa Lima Sobrinho, sendo ali recebido por outro grande jurista e escritor, Evandro Lins e Silva, recentemente falecido.

Presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil no período de 1977 a 1979, tendo sido um dos mais importantes dirigentes dessa entidade, especialmente pelo fato de ter exercido o cargo num período obscuro de nossa política.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2003.

CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

Requer ao Presidente da Subcomissão de Segurança Pública, com fundamento no disposto no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer perante a Subcomissão de Segurança Pública, com a finalidade de expor o pensamento dos secretários de Segurança Pública dos estados, o Secretário da Justiça e da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública, Sr. José Otávio Germano.

Justificação

A experiência e o pensamento dos secretários de Segurança Pública estaduais é da maior importância para que esta Subcomissão possa direcionar os seus trabalhos no sentido da mais rápida e eficiente obtenção de resultados.

Na qualidade de Presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública, o Sr. José Otávio Germano está apto a nos fornecer essas informações, economizando tempo e trabalho à Subcomissão.

Além de outras informações de ordem geral, o Sr. José Otávio está apto a expor, especificamente, a experiência do Rio Grande do Sul, o primeiro Estado a criar um gabinete de gestão de integração das polícias, que engloba as Polícias Federal, Estadual e Municipal, naquele Estado.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2003.

REDE SARAH KUBITSCHEK

Requer ao Presidente do Senado Federal, a manifestação de um voto de louvor à Rede Sarah Kubitschek de Hospitais de Reabilitação do Aparelho Locomotor.

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência seja submetido à Casa a apresentação de um voto de louvor à Rede Sarah Kubitschek de Hospitais de Reabilitação do Aparelho Locomotor pelo sucesso que vem obtendo no desempenho de suas atribuições, estando, presentemente, em processo de expansão no Brasil e mesmo no exterior.

Justificação

Nesta oportunidade, Senhor Presidente, a Rede Sarah Kubitschek de Hospitais de Reabilitação do Aparelho Locomotor encontra-se em processo de expansão, no Brasil e no exterior.

No Brasil, a Rede Sarah já dispõe de sete unidades, sendo duas em Brasília e uma em cada uma das seguintes capitais: São Luís, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Amanhã estará assinando convênio com o Governo do Rio Grande do Sul visando à futura instalação de uma unidade em Porto Alegre.

Só este fato já seria suficiente para nos deixar cheios de alegria e orgulho. Entretanto, mais orgulhosos nos sentimos, ainda, em razão de o nosso País estar exportando conhecimentos especializados, não na área futebolística, por exemplo, como seria de se esperar, mas na área de reabilitação do aparelho locomotor. E, mais importante ainda, não para um país da África ou da América Latina, mas para a Dinamarca!

Já por estes dias, profissionais brasileiros partem para aquele país, a convite do seu governo, para implantar uma unidade da Rede Sarah, em Copenhague. O complexo hospitalar que ali será implantado adotará, inclusive, a arquitetura do nosso Sarah, considerada pelos europeus um modelo de casa de saúde.

Deste modo, Senhor Presidente, considero de toda justiça que o Senado Federal manifeste ao Dr. Aloysio Campos da Paz e à sua equipe os mais ardentes votos de parabéns pelo que realizaram até aqui e do mais completo sucesso nos seus projetos para o futuro.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2003.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Requer, ao Presidente do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Resolução nºs 26, de 1999 e 25, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Com fundamento no disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência seja submetida à Casa proposta de tramitação em conjunto do Projeto de Resolução nº 26, de 1999, que “Cria a Comissão de Agricultura” e do Projeto de Resolução nº 25, de 2003, que “Cria no Senado a Comissão de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Agrário”, por disporem sobre a mesma matéria.

Justificação

Em 30 de outubro de 1991, submeti a esta Casa o Projeto de Resolução nº 84, que restabelecia a existência da Comissão de Agricultura. As legislaturas se sucederam, desde então, com o arquivamento das proposições ao seu final, com fundamento no art. 332 do Regimento Interno.

Convicto da importância desta, entre outras proposições, sempre a rerepresentei, no início da legislatura seguinte. E assim o fiz, em 5-3-1999, quando meu Projeto de Resolução com este propósito tomou o nº 26/1999. Desde então, este como outros projetos de resolução vêm sendo passados de um relator a outro sem que sejam levados adiante.

Durante a última legislatura modificaram-se disposição contidas no art. 332 do Regimento, de sorte que o Projeto de Resolução em questão não mais foi levado a arquivo, prosseguindo em trami-

tação, estando, hoje, entregue ao Senador Garibaldi Alves Filho, para emissão de relatório.

Assim, Senhor Presidente, considero da mais alta importância que esta, como outras proposições regulando matérias da mesma natureza, seja analisada em conjunto com as que lhe são similares.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2003.

PROCEDIMENTO CRIMINAL

Requer, ao Presidente do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 67, de 1996, e 118, de 2002, por regularem a mesma matéria.

Com fundamento no disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja submetida à Casa proposta de tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1996, que “Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção de prova e de procedimento criminal”, com a redação recebida na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 3.731, de 1997, naquela Casa), com o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2002, que “Dispõe sobre as organizações, os meios de obtenção de prova, o procedimento criminal e o regime especial de cumprimento de pena de líderes de organizações criminosas”, por disporem sobre a mesma matéria.

Justificação

Nada melhor para evidenciar tratar-se da mesma matéria do que cotejar a ementa de uma proposição com a da outra. Aliás, a ementa do segundo projeto deixa logo claro ser este mais completo e, portanto, melhor que o primeiro.

Entretanto, as normas que regulam a tramitação das proposições nesta Casa parecem nos obrigar a aprovar o mais antigo – menos completo – em detrimento do segundo.

Deste modo, em benefício da razão, coloco ao exame desta Casa a proposta de tramitação em conjunto dessas duas proposições.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003.

GOLPE MILITAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Requer, ao Presidente em Exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, voto de censura e repúdio ao golpe militar na República de São Tomé e Príncipe.

Com fundamento no disposto no art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência manifestação de censura e repúdio desta Comissão contra o golpe militar ocorrido na República de São Tomé e Príncipe, estado-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na madrugada de 16 de julho corrente.

Justificação

O Senado Federal, através da sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não pode se calar diante do golpe que acaba de ser deflagrado na República de São Tomé e Príncipe, sob pena de pactuar com essa ignomínia.

A Comissão, com certeza, deve se pronunciar com veemência contra esse golpe. E o Plenário do Senado talvez devesse se associar a esta manifestação, a fim de que não haja dúvida quanto à posição do Brasil a respeito, uma vez que o Executivo já se manifestou seu repúdio através de nota oficial.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2003.

CONVOCAÇÃO DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

Requer, ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a inclusão do Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto na lista das autoridades convidadas para a audiência pública solicitada nos termos do Requerimento CCJ nº 6/2003.

Requeiro a Vossa Excelência a inclusão do Dr. Nicolao Dino de Castro Costa Neto, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, na lista das autoridades convidadas a comparecer a esta Comissão para debater em audiência pública as propostas de reformulação da Justiça – a reforma do Judiciário. Audiência solicitada nos termos do Requerimento CCJ nº 6/2003, aprovado por este colegiado.

Justificação

O Dr. Nicolao Dino de Castro Costa Neto é o presidente da entidade mais representativa do Ministério Público Federal, logo, julgo se fazer imprescindível sua presença entre nós, para debater, conjuntamente com outras autoridades relacionadas à atividade judiciária, a reforma do Judiciário.

Sala das Comissões, 23 de julho de 2003.

ROBERTO MARINHO

Requer, ao Presidente do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Marinho.

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem à noite, do dono das Organizações Globo e Membro da Academia Brasileira de Letras, jornalista e escritor Roberto Marinho, com mensagens de pêsames à família, às Organizações Globo e à Academia Brasileira de Letras.

Justificação

Faleceu ontem, no final da noite, no Rio de Janeiro, o símbolo do jornalismo em nosso País, jornalista Roberto Marinho.

Vitimado por um edema pulmonar, o jornalista de 98 anos não resistiu à intervenção cirúrgica que tentava prolongar sua profícua existência. Perdem seus filhos Roberto Irineu, José Roberto e João Roberto um pai extremoso; perde sua esposa Lilly de Carvalho um marido dedicado e amoroso; perdem as Organizações Globo um dirigente exemplar, perde o Brasil um grande líder.

Nascido há quase um século, em 1904, Roberto Marinho; era filho do também jornalista Irineu Marinho, falecido em 1925. Herdeiro de *O Globo*, não quis assumir, de imediato, a direção da empresa. Antes, procurou conhecer toda a estrutura e funcionamento do jornal, começando como copidesque, indo a redator-chefe, secretário e diretor.

Do jornal *O Globo* nasceu um conglomerado de veículos de informação que inclui, ainda, os jornais *Extra* e *Diário de São Paulo*, emissoras de televisão e rádio, além de provedor de internet.

Mas, o grande veículo que deu enorme projeção mundial às Organizações Globo foi a TV Globo, inaugurada em 1965. Notícias, novelas, programações as mais diversas fizeram da Rede Globo de Televisão a maior e mais ouvida de nosso País, com projeções no exterior, onde as novelas da Rede Globo eram projetadas desde Portugal até a China.

A última aparição oficial do Dr. Roberto Marinho foi no dia 29 de junho, na missa de ação de graças pelos 78 anos do jornal *O Globo*.

Roberto Marinho era pai de quatro filhos, um deles, Paulo Roberto, falecido em 1970. Os outros três – Roberto Irineu, José Roberto e João Roberto – assumiram, há algum tempo, a direção efetiva das Organizações Globo. A eles e a D. Lily de Carvalho o nosso afetuoso abraço, neste momento de profunda tristeza.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2003.

TRANSPORTE INTERNACIONAL DE VALORES

Requeiro, nos termos regimentais, que essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 5/2003, convoque Luiz Antônio Paganini, atual Superintendente do Banco do Brasil no Estado da Paraíba, e Clóvis José Tagliaro, atualmente aposentado, com residência em Florianópolis, na praia de Canasvieiras, ambos ex-funcionários do Banco do Brasil em Foz do Iguaçu.

Justificação

O Coordenador de Fiscalização da Receita Federal, Paulo Ricardo de Souza Carvalho, em depoimento nesta CPI, informou que o conteúdo ou o numerário transportado pelos carros-fortes vindos do Paraguai não era fiscalizado na aduana em Foz do Iguaçu.

Disse ainda o coordenador que esse procedimento, para nós inusitado, foi adotado em obediência à orientação de funcionários do Banco do Brasil em Foz do Iguaçu. Ele também informou os nomes desses funcionários.

Ambos deverão, em depoimento:

- confirmar ou não a realização dessa reunião e seu objetivo;
- informar se agiram por iniciativa própria ou obedeceram à determinação de um ou mais superiores hierárquicos.

Sala das Comissões, 29 de julho de 2003.

FUNDOS DE PENSÃO

Requer informações sobre a administração dos fundos de pensão que especifica.

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e tendo em vista o que dispõe o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência submeta, à deliberação da Mesa Diretora, pedido de informação, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, a respeito das seguintes questões relativas às entidades fechadas de previdência complementar em anexo relacionadas:

Quais foram e quem são os gestores/administradores destas entidades?

Quais destes gestores/administradores são pessoas físicas representantes ou pessoas jurídicas subsidiárias de empresas de seguro e previdência estrangeiras?

Como foi feita a delegação dos gestores/administradores supracitados? Se possível anexar os documentos/atas homologatórios destas delegações.

Justificação

Neste momento em que se discute a reforma previdenciária, que tem como um dos seus eixos a constituição de entidades fechadas de previdência complementar, para a suplementação das aposentadorias acima do teto estipulado, considero importante o conhecimento da composição das organizações gestoras e administradoras destas entidades conhecidas como fundos de pensão.

Hoje os fundos de pensão, segundo dados da Secretaria de Previdência complementar, congregam mais de 2,3 milhões de segurados e movimentam mais de 200 bilhões de reais – um quinto do nosso PIB. Além disso, e talvez em face das recentes e polêmicas decisões dos gestores de alguns dos principais fundos de pensão – caso da participação da Previ do Banco do Brasil na privatização das teles –, tem se buscado orientar para uma profissionalização dos administradores destas entidades. Por estes motivos fundamento o objeto deste requerimento.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 2003.

SÉRGIO VIEIRA DE MELLO

Requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Vieira de Mello.

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, Chefe da Missão das Nações Unidas no Iraque, com mensagens de profundo pesar à família, à Organização das Nações Unidas e ao Ministério das Relações Exteriores.

Justificação

Acaba de falecer, no Iraque, vítima de atentado que destruiu as instalações das Nações Unidas naquele país, o Embaixador Sérgio Vieira de Mello, um dos nossos mais competentes diplomatas, o que comprovou em missões as mais difíceis.

Sérgio Vieira de Mello nasceu no Rio de Janeiro e tinha apenas 55 anos. Durante sua carreira, destacou-se pelas atitudes firmes mas tolerantes com que conduziu missões como a pacificação de Kosovo, na antiga Iugoslávia, e a transição para o novo governo eleito em Timor Leste.

Ele chegou a Bagdá no começo de julho, na condição de Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos. Tinha como missão a coordenação da ajuda humanitária ao país destruído pela guerra e pela ocupação anglo-americana.

Sérgio Vieira de Mello foi nomeado para o cargo de Representante Especial para o Iraque, em 27 de maio último, por um período de quatro meses, pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. Segundo disse, na ocasião, o Secretário-Geral, referindo-se ao brasileiro, “Nin-

guém possui mais experiência neste domínio. Para que possamos nos organizar, nos tornar operacionais e ser eficazes, imediatamente, precisava de alguém que fosse capaz de pôr mãos à obra e de lançar a operação, na sua fase inicial. Espero que Sérgio tenha o apoio de todos os Estados-Membros e estou certo de que o seu trabalho, com a autoridade da coligação em Bagdá e com todos os outros grupos no Iraque, será frutífero”.

Ao agradecer a indicação, Vieira de Mello afirmou que “como todos tão bem sabemos, o povo iraquiano sofreu muito, sofreu demasiado. Chegou a hora de todos nós – os iraquianos, em primeiro lugar, a Autoridade da coligação das Nações Unidas – nos juntarmos para pôr termo ao seu sofrimento e permitir que, como pede a Resolução do Conselho de Segurança, o povo iraquiano tome o seu destino nas suas próprias mãos, o mais rapidamente possível. Não devemos falhar”. E acrescentou: “O respeito pelos direitos humanos constitui o único alicerce sólido da paz e do desenvolvimento sustentáveis”.

Ao encerrar tragicamente a brilhante carreira de Sérgio Vieira de Mello, a violenta explosão matou 14 outras pessoas e deixou dezenas de feridos.

À sua família, ao Itamaraty e à Organização das Nações Unidas nosso mais sentido pesar, neste momento de profunda tristeza e de tão grande perda para tantos quantos se preocupam com a paz no mundo. Ao povo iraquiano a nossa solidariedade.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2003.

PRÊMIO NOBEL PARA CELSO FURTADO

Requer voto de apoio do Senado Federal à indicação do economista Dr. Celso Furtado para o Prêmio Nobel de Economia de 2003.

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a manifestação, por esta Casa, de um voto de apoio do Senado Federal à indicação do Dr. Celso Furtado para o Prêmio Nobel de Economia do ano de 2003.

Justificação

O *Jornal do Brasil* publicou, na coluna Informe Econômico, na edição do dia 18 do corrente, importante nota intitulada “Democracia”, a respeito de pronunciamento do ex-Ministro Celso Furtado sobre os problemas brasileiros.

Homenageado pela Universidade de São Paulo, na semana passada, pelo transcurso de seu octogésimo aniversário, o ex-Ministro Celso Furtado disse que o Congresso Nacional deveria tomar a frente de um movimento para “salvar o País”.

Acrescenta a nota que o eminente economista brasileiro sugeriu um amplo entendimento nacional capaz de fazer a opinião pública acreditar que “temos governo”.

Na opinião de Celso Furtado, ainda segundo a nota do *JB*, uma moratória negociada com os credores seria o primeiro passo para compatibilizar o pagamento da dívida externa pública e privada com a retomada do crescimento econômico, centrado no fortalecimento do mercado interno.

Tendo em vista a importância do que é afirmado nesta nota jornalística e da reconhecida capacidade de Celso Furtado, sugiro que Vossa Excelência o convide a fazer uma palestra aos Senhores

Senadores, a fim de que possa aprofundar essas idéias, que, pela sua oportunidade, devem merecer o nosso exame.

Aos 80 anos, o economista Celso Furtado é um dos mais destacados intelectuais brasileiros. Autor do clássico *Formação Econômica do Brasil*, quando tinha 39 anos, goza de reconhecimento internacional.

Nordestino da cidade de Palma, no sertão da Paraíba, emigrou para o Rio de Janeiro aos 19 anos, a fim de estudar Direito. Já formado, embarcou, como oficial de ligação da Força Expedicionária Brasileira que foi lutar na Europa. Voltou ao Brasil, ao final da guerra, mas, em seguida, retornou a Paris, onde, em 1948, foi o primeiro brasileiro a doutorar-se em Economia.

Quando a Organização das Nações Unidas, em 1948, criou a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, foi o primeiro brasileiro a ser contratado. Lá, em companhia de jovens estudiosos de várias nações do continente, deu início aos seus estudos científicos sobre a economia latino-americana.

Em 1959, voltou ao Brasil para ser o criador da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste a instituição federal imaginada pelo Presidente Juscelino Kubitschek para centralizar os esforços para desenvolver a região.

Depois do golpe militar de 1964, que o surpreendeu como Ministro do Planejamento, exilou-se em Paris, onde desenvolveu carreira como professor e escritor. Viajou por diversos outros locais, da África, da América Latina, da Ásia – esteve na China – sempre estudando os problemas do desenvolvimento econômico, sua especialização.

Com a redemocratização do Brasil, foi Ministro da Cultura no Governo de José Sarney, levado pelo PMDB de Ulysses Guimarães.

Reconhecido internacionalmente como um dos mais destacados teóricos do desenvolvimento econômico de nações periféricas, Celso Furtado acredita que a política econômica seguida tradicionalmente no Brasil engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades e sujeita a crises intermitentes.

Para ele, a estratégia de estabilização adotada pelo Governo brasileiro a partir de 1994 ignorou essa desigualdade e favoreceu a massa de consumidores, mas teve pouca preocupação com os fundamentos econômicos.

De outro lado, a estabilidade engendrou, sem demora, um grave desequilíbrio na balança de pagamentos, sustentado pelo endividamento externo de curto prazo, mediante a elevação exorbitante das taxas de juros.

Diz Furtado que, em decorrência da política de juros altos, houve uma redução dos investimentos produtivos e uma hipertrofia dos investimentos improdutivos.

A situação a que fomos conduzidos nos obriga, agora, argumenta Celso Furtado, a buscar entendimento – ou seja, moratória – tanto com os credores no plano externo quanto no interno. Os aliados potenciais internos são os grupos industriais esmagados pelas taxas de juros e a classe trabalhadora, vítima do desemprego. No plano externo, cabe lutar por uma reestruturação do sistema financeiro internacional, no sentido de reduzir a dependência dos fluxos de capital, a curto prazo.

Para sair da crise, diz o economista, o Brasil deve buscar, a longo prazo, uma reforma de estruturas. A estratégia requer ação em três frentes. A primeira frente consistiria em reverter o processo de concentração patrimonial e de renda.

A segunda frente a ser atacada seria a do atraso nos investimentos no fator humano, atraso que se traduz em extremas disparidades entre salários de especialistas e do operário comum. O salário do trabalhador brasileiro não especializado se nivela com os mais baixos da América Latina.

A terceira frente de ação refere-se à forma de inserção no processo de globalização, que se traduz pela prevalência das empresas transnacionais na alocação dos recursos produtivos, em decorrência da importância crescente do fator tecnológico na orientação dos investimentos e da concentração do poder militar.

Como se vê, Celso Furtado tem um projeto para o País e aponta as saídas possíveis. De outra parte, como ele mesmo disse, a iniciativa de buscar a solução para os problemas nacionais deve partir do Congresso Nacional.

Assim, por tudo que alinhei aqui, acho que seria de grande importância para os Senhores Senadores terem acesso, direto, ao pensamento de Celso Furtado, o que se dará caso seja acatado este meu pleito, que submeto ao elevado escrutínio de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2000.

PRÊMIO NOBEL PARA VIEIRA DE MELLO

Requer a proposição da candidatura do Embaixador Sérgio Vieira de Mello ao Prêmio Nobel da Paz.

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero que esta Casa proponha à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto, ontem, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Justificação

Funcionário da ONU desde 1969, quando ingressou nos quadros da organização, através de concurso, Vieira de Mello era filho de um embaixador cassado pelo regime militar. Seria natural que seguisse os passos do pai, mas preferiu não fazer carreira diplomática. “Não vi sentido algum em seguir a carreira no Itamaraty, naquele momento”, explicou.

Foi nomeado chefe do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, seu último posto, em 12 de setembro de 2002, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a indicação do Secretário-Geral, Kofi Annan.

Como funcionário, permaneceu no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) de 1969 a 1996. Sua extensa experiência em operações humanitárias e de manutenção da paz, seja no escritório em Genebra ou atuando em trabalho de campo – que o fascinava – fez com que se destacasse internacionalmente.

Desenvolveu missões difíceis em Bangladesh, Sudão, Chipre, Moçambique e Peru. Esteve no Líbano, entre 1981 e 1983, durante

a invasão israelense, como assessor das Forças de Paz da ONU. Foi nomeado também como Enviado Especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, no Camboja, e Diretor de Repatriação da Autoridade Provisória das Nações Unidas. Ocupou, em seguida, diversos postos de direção, em Genebra, antes de ser nomeado, em 1994, Diretor da Força de Proteção a Civis na ex-Iugoslávia, em plena guerra civil. Em 1996, atuou como Coordenador Regional de Assuntos Humanitários das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos, na África, após o genocídio de Ruanda. Desenvolveu, nesse período, uma grande atração pelo continente africano, simpatia que se estendeu à Ásia, quando passou dois meses de férias no Vietnã.

O êxito obtido em missões complexas e de natureza sensível fez com que Vieira de Mello fosse indicado, em outubro de 1999, para o cargo que o tornou um nome de grande prestígio popular em todo o mundo: Administrador da transição de Timor Leste, ex-colônia de Portugal anexada pela Indonésia, para a independência e a democracia. Ficou amigo de Xanana Gusmão, o carismático líder daquele país que teve, em sua fundação, a presença decisiva do brasileiro.

Sérgio Vieira de Mello, 55 anos, nasceu no Rio de Janeiro em 15 de março de 1948. Ali moram sua mãe, dona Gilda, de 83 anos, e a única irmã, Sônia. Estudou na França, onde recebeu o título de Doutor em Filosofia e Ciências Humanas pela Universidade de Sorbonne, Paris. Foi casado com uma francesa e era pai de dois filhos, Laurent e Adrian, que moram em Genebra.

Sérgio Vieira de Mello estava no auge de sua carreira e morreu como um herói da paz, em plena atividade, em seu posto de trabalho.

A imprensa se manifestou, ao redor do mundo, em manchetes como essas: “Mundo presta homenagem a Sérgio Vieira de Mello”, “Papa pede o fim da violência, após o atentado de terça-feira”, “Vieira de Mello era um especialista em direitos humanos” (*Le Monde*), “Vieira de Mello era um homem habituado aos conflitos” (*El País*), “Vieira de Mello era um exemplo raro de embaixador” (*New York Times*), “Vieira de Mello foi um dos mais talentosos embaixadores da ONU” (*Financial Times*), “Indonésia lamenta morte de Vieira de Mello”, “Vieira de Mello falou pelo celular com assessor e pediu água”.

Os jornais brasileiros deram destaque à questão do atentado,

com as seguintes manchetes: “Atentado mata no Iraque o herói brasileiro da paz” (*Jornal do Brasil*), “Ataque com bomba em Bagdá mata brasileiro chefe da ONU” (*Folha de S.Paulo*), “A morte do brasileiro da Paz” (*Zero Hora*), “Terror mata diplomata brasileiro, humilha a ONU e afronta os EUA” (*Correio Braziliense*), “Guerra à paz” (*O Globo*).

Por sua dedicação às causas humanitárias e à democracia, por seu amor aos povos oprimidos pela guerra, nos mais diferentes e distantes pontos do Planeta, Sérgio Vieira de Mello se transformou, com seu sacrifício, em mártir da paz. É de justiça, portanto, que seu nome seja indicado, pelo Brasil, para o Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Com esta proposição, Senhor Presidente, queremos, além de homenagear este grande brasileiro, dar o devido destaque à atuação da ONU na resolução dos mais diversos conflitos ao redor do mundo, reforçando a importância do seu papel, em contraposição ao desprestígio a que tentam condená-la os pretensos senhores do mundo.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2003.

PLATAFORMAS DE PETRÓLEO

Requer, à Ministra de Estado de Minas e Energia, informações sobre o processo de licitação para a construção de plataformas de petróleo.

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência seja encaminhado à Ministra de Estado de Minas e Energia, Dr^a Dilma Rousseff, pedido de fornecimento de todas as informações que permitam esclarecer plenamente o processo de licitação para a construção de plataformas de petróleo para a Petrobras.

Justificação

No dia 16 de agosto do corrente foi noticiado no jornal *Folha de S.Paulo*, na coluna Painel, o seguinte: “Batalha bilionária: A Petrobras conseguiu uma liminar na Justiça para retirar a empresa Marítima da concorrência para a construção de duas plataformas na bacia de Campos. Alegou falta de garantias financeiras. A Marítima era a única brasileira no processo, que envolve cerca de US\$1 bilhão”.

“Mordeu a língua: Na campanha presidencial do ano passado, Lula criticou FHC por construir plataforma da Petrobras no exterior, deixando de gerar empregos no Brasil. O resultado da licitação, se uma nova decisão da Justiça não suspender o processo, será divulgado na próxima segunda-feira.” (18-8).

Este requerimento tem por objetivo solicitar, ao Ministério de Minas e Energia e à Petrobras, o fornecimento de todas as informações

que permitam esclarecer plenamente o processo de licitação em tela, inclusive quanto à questão suscitada na nota acima, se possível, com o fornecimento de cópia da documentação pertinente ao processo licitatório.

Justifico este meu requerimento com a preocupação sobre a possível veracidade da informação publicada no jornal *Folha de S.Paulo*. Trata-se de investimento vultoso, que, como dizia o Senhor Presidente da República quando em campanha eleitoral, deveria ter a sua aplicação em solo nacional incentivada.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2003.

SESSÃO SOLENE PARA VIEIRA DE MELLO

Requer a realização de Sessão Solene Especial para reverenciar a memória do Embaixador Sérgio Vieira de Mello.

Com fundamento no disposto no art. 154, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a realização, em data oportuna, de Sessão Solene Especial para homenagens e reverência à memória do Embaixador Sérgio Vieira de Mello.

Justificação

Falecido no Iraque ontem (dia 19), vítima de atentado que destruiu as instalações das Nações Unidas naquele país, o Embaixador Sérgio Vieira de Mello era considerado mundialmente um dos mais competentes diplomatas, o que comprovou em missões as mais difíceis.

As manifestações de pesar pelo falecimento do nosso ilustre diplomata ultrapassaram todas as fronteiras. Organismos, entidades e mídias diversas lamentaram o ocorrido. Esta Casa também exprimiu sua dor. Entretanto, para fazer o mínimo de justiça à causa humana, sinto-me no dever de solicitar esta Sessão Solene Especial, para que nesta memória e reverência possamos nos iluminar com a lembrança das lutas, das convicções e lições de vida ensinadas pelo nosso embaixador.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2003.

CONVOCAÇÃO DE PROCURADORES DO TRABALHO

Requer a inclusão da Dr^a Regina Butrus na lista das autoridades convidadas à audiência pública solicitada nos termos do Requerimento nº 6 – CCJ, de 2003.

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 6 de 2003-CCJ, aprovado nesta Comissão, a inclusão da Dr^a Regina Butrus, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, na lista das autoridades convidadas a comparecer a esta Comissão para debater, em audiência pública, a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que trata da reforma do Poder Judiciário.

Justificação

A Dr^a Regina Butrus é a atual presidente da entidade nacional que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho de todo o Brasil. Foi Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho no biênio 2000/2002 e reeleita para o biênio 2002/2004. Há quinze anos pertence ao Ministério Público do Trabalho, desde 1989 no cargo de Procuradora Regional do Trabalho. É autora de artigos publicados em livros e revistas especializados na área jurídica, é professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Estado de Minas Gerais e especialista em Direito Social e de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Sala das Comissões, agosto de 2003.

FEDERAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS

Requer a inclusão de representante da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – FENAFISP, na lista dos convidados para participar de audiência pública para a discussão da PEC nº 67/2003.

Requeiro a Vossa Excelência a inclusão de representante da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – FENAFISP, na lista dos convidados para audiência pública para a discussão da PEC nº 67/2003 – Reforma da Previdência.

Justificação

Julgo se fazer imprescindível a presença entre nós de representante dos auditores da Previdência Social para debater, conjuntamente com outros convidados, as questões relacionadas ao sistema previdenciário.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2003.

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Requer auditoria do Tribunal de Contas da União sobre as contas relativas ao Orçamento da Seguridade Social.

Com fundamento no disposto no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, requero a Vossa Excelência, que, ouvido o Plenário, seja solicitada auditoria do Tribunal de Contas da União sobre as contas públicas relativas ao Orçamento da Seguridade Social, identificando suas receitas totais – inclusive as oriundas de transferência do orçamento fiscal – e suas realizações em despesas com a Previdência Social, assistência social e saúde de seus segurados, no setores público e privado, no exercício de 2002.

Justificação

Não é recente a controvérsia a respeito dos dados apresentados relativos à questão previdenciária, seja no setor público, seja no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. Diversas entidades e instituições arregimentam, para suas ponderações, supostos números oficiais que, contraditoriamente, podem subsidiar argumentos pró e contra uma reformulação nos sistemas. Chega-se ao absurdo de se sobrepor teses – baseadas nas mesmas fontes – em que se chega a quantificações de déficit de 22 bilhões de reais, como também se chega a superávit de igual grandeza além da constatação da hipótese de saldo zero nas contas.

Assim, no momento há a dedicação à apreciação da reforma da Previdência do setor público, com o principal argumento de que com ela realizar-se-á justiça social, cobrindo gastos excessivos com quem

muito recebe e dá prejuízo ao Erário, e transferindo para a camada menos privilegiada.

É imprescindível que estas análises sejam sustentadas por dados verídicos. Assim, solicito esta inspeção pelo TCU, ao menos nas contas relativas ao ano de 2002.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2003.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 315/2003, de minha autoria, à Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 – Reforma da Previdência.

Sala das Comissões, setembro de 2003.

Nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 91/2003, de minha autoria, à Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 – Reforma da Previdência.

Sala das Comissões, setembro de 2003.

HOMENAGEM A ULYSSES GUIMARÃES

Requer homenagem ao Dr. Ulysses Guimarães, por ocasião do 11º ano de sua morte.

Com fundamento no disposto no art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a prestação de homenagem ao Dr. Ulysses Guimarães, por ocasião do 11º ano de sua morte, que transcorre no dia 12 de outubro próximo, designando para tanto a Hora do Expediente de um dia próximo a essa data.

Justificação

A Constituição brasileira, cujo 15º aniversário comemoramos no dia de hoje, é o legado principal que nos deixou esse grande brasileiro, cuja trágica morte se deu exatamente nos dias em que ainda se comemoravam os quatro primeiros anos de existência desse precioso instrumento de convivência democrática.

Nós que estamos vivendo, nestes dias, a experiência de promover uma simples mudança nessa Constituição, podemos bem avaliar a magnitude do trabalho conduzido por Ulysses Guimarães, com pulso firme, mas espírito democrático.

Portanto, é fundamental que não deixemos passar em branco essa data que tanto marcou o calendário político brasileiro, o dia em que, além de Ulysses, desapareceram o Senador Severo Gomes e suas respectivas esposas, Dona Mora Guimarães e Dona Henriqueta Gomes.

No ano passado, solicitei a realização de Sessão Especial com esta mesma finalidade de homenagear o Dr. Ulysses na data marcante dos 10 anos de sua morte. A cerimônia acabou não sendo realizada, talvez em razão das dificuldades próprias que cercam uma sessão

dessa natureza. Por isso, neste ano, decidi pedi-la mais simples, de forma que não haja impedimentos a que prestemos essa homenagem mais que justa a este brasileiro que amou o seu País como poucos.

Deste modo, Senhor Presidente, encareço a Vossa Excelência que designe a data dessa homenagem o mais próximo possível do dia 12, a fim de que neste ano não deixemos passar em branco essa data que encerra em si tragédia e, ao mesmo tempo, história de heroísmo e patriotismo.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2003.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja submetido à Casa a apresentação de um voto de louvor pelo transcurso dos 200 anos de fundação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Justificação

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre está comemorando, no dia 19 de outubro de 2003, os seus 200 anos de fundação. Trata-se da mais antiga instituição privada do Estado do Rio Grande do Sul.

Seria uma tarefa impossível tentar aqui reproduzir a grandeza dos serviços prestados a Porto Alegre e ao Rio Grande do Sul pela Santa Casa de Misericórdia, fundada no longínquo ano de 1803. Mas o certo é que dezenas de milhares de gaúchos, dos mais diversos estratos sociais, lá obtiveram a cura para os mais variados problemas de saúde.

Nesta ocasião festiva, eu gostaria de alinhar aqui alguns fatos marcantes na vida daquela instituição. Em 1884, foi inaugurado o Hospital São Pedro, que hoje integra o complexo hospitalar da Santa Casa, bem como a Escola de Medicina, que hoje faz parte da UFRGS. Em 1930 foi inaugurado o Hospital São Francisco. Já em 1938 foi realizado o primeiro transplante de córneas. Em 1940, foi criada a Maternidade Mario Totta. Em 1946, foi inaugurado o Hospital São José. Cinco anos depois, em 1951, é criada a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis. Em 1955, tem início a construção do Hospital Santa Rita. Em 1961, surge a Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre. Em 1965, é inaugurado o Pavilhão Pereira Filho. Em 1970, foi realizado o primeiro transplante de rim. Em 1987,

foi feito o primeiro transplante conjugado de rim e pâncreas no País. Outros transplantes pioneiros vieram em 1989 (pulmão), 1991 (fígado), 1993 (duplo de pulmão), 1995 (coração), 1996 (conjugado de fígado e rim).

Para assinalar o segundo centenário da Santa Casa, uma série de eventos e solenidades foi programada para os meses de outubro, novembro e dezembro do corrente ano, mas as comemorações vão se estender até setembro de 2004.

Atualmente, o complexo Hospitalar da Santa Casa de Porto Alegre é formado por sete hospitais, cada um deles especializado em uma área da Medicina, todos eles altamente capacitados para atender às necessidades de sua clientela.

Na Policlínica Santa Clara são desenvolvidas, praticamente, todas as especialidades da Medicina. Lá se concentram as principais atividades de ensino e pesquisa do Complexo Hospitalar da Santa Casa. A Policlínica oferece atendimento de emergência clínica e cirúrgica para adultos, além de emergências específicas para obstetrícia e cardiologia, com toda a estrutura de serviços de diagnóstico e tratamento, tanto em nível de internação como de ambulatório.

O Pavilhão Pereira Filho é especializado em pneumologia clínica, cirurgia torácica, radiologia do tórax e transplante pulmonar. É considerado referência latino-americana no diagnóstico e tratamento da especialidade. Oferece atendimento global aos pacientes com doenças pulmonares, disponibilizando consultórios, unidades de internação, terapia intensiva, centro cirúrgico e diagnósticos específicos.

Já o Hospital São José – único no Estado especializado em neurocirurgia – destaca-se no tratamento cirúrgico de tumores cerebrais, medulares e de hipófise, bem como em procedimentos para cura das doenças vasculares, como microcirurgias de aneurismas e angiomas.

Por sua vez, o Hospital São Francisco é especializado na assistência clínica e cirúrgica em cardiologia, cirurgia geral e cardiovascular de alta complexidade. Ali está concentrada a realização dos transplantes de coração, rim, fígado, córneas e pâncreas.

Único no estado especializado em oncologia, o Hospital Santa Rita possui alta tecnologia para pesquisa, diagnóstico e tratamento clínico e cirúrgico do câncer, sendo referência na especialidade no País.

De outro lado, o Hospital da Criança Santo Antônio é considerado um marco na visão de futuro da Santa Casa de Porto Alegre e da Medicina do nosso Estado porque, com sua dinâmica assistencial de alta resolubilidade, é a resposta da Santa Casa às necessidades da saúde infantil do Rio Grande do Sul.

O Hospital Dom Vicente Scherer, a sétima unidade do Complexo Hospitalar Santa Casa, é integrado pelo Centro de Transplantes e pelo Centro Clínico. Seu Centro de Transplantes é o primeiro da América Latina projetado para realizar todos os tipos de transplante, o que o transforma em centro de ensino para as universidades do País e do exterior.

Eu gostaria, ainda, de destacar aqui que, em 2002, o Laboratório Central de Análises Clínicas da Santa Casa recebeu elevada distinção em qualidade do Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos (PALC) conferido pela Sociedade Brasileira de Patologia Clínica – Medicina Laboratorial (SBPC/ML). Esse programa visa distinguir no Brasil os laboratórios que tenham atingido um alto nível sob os pontos de vista científico, tecnológico e administrativo. “Conquistar e manter esse estado de arte é tarefa complexa, só alcançada com o esforço e o comprometimento de toda uma equipe”, define o Doutor Carlos Voegeli, chefe do laboratório.

Por tudo isso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, mais do que se justifica o voto de louvor que hoje estou solicitando a esta Casa.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2003.

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

Com fundamento no disposto no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja convidado a comparecer perante a Comissão Parlamentar Mista do Mercosul, com a finalidade de expor os seus conhecimentos sobre projetos de integração, o Diretor de Recursos para o Desenvolvimento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Flávio Sottomayor Santos Júnior.

Justificação

O Dr. Flávio Sottomayor Santos Júnior é o responsável, no Brasil, pela instituição denominada IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul, lançada em 2002, em reunião dos Chefes de Estado, em Brasília.

O Dr. Sottomayor detém todos os planos de integração da região, os projetos com eles relacionados e as respectivas fontes de financiamento.

Em vista dos vastos conhecimentos acumulados pelo Dr. Sottomayor, nessa matéria, julgo da maior importância que seja convidado a expor e discutir com esta Comissão esses conhecimentos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2003.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda CCJ nº 2/2003, de minha autoria, à Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 – Reforma Tributária.

Sala das Comissões, outubro de 2003.

VOTO DE LOUVOR AOS RADIOAMADORES

Com fundamento no disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja submetido à Casa a apresentação de um voto de louvor aos radioamadores, pelo transcurso do dia dedicado aos mesmos, nesta data.

Justificação

Este data seria como outra qualquer não fosse pelo fato muito especial de que é dedicada a uma importante categoria que exerce uma atividade anônima, mas de grande importância para um país como o nosso, de grandes extensões de terras ocupadas por populações esparsas e, ainda, em grande parte, mal servidas pelos meios de comunicação. Falo dos radioamadores, cujo dia transcorre hoje.

Realmente, nos grandes vazios da Amazônia e do Centro-Oeste e mesmo em regiões mais densamente povoadas, os radioamadores prestam um grande serviço à comunidade, na sua atividade lúdica de se falarem uns com os outros e, assim, transmitirem informações, quase sempre da mais alta importância para as comunidades isoladas, tanto pelas longas distâncias que as separa umas das outras quanto pela pobreza que normalmente as caracteriza.

E esta extraordinária possibilidade da comunicação sem fio, coisa hoje corriqueira com o emprego dos satélites artificiais que giram, aos milhares, em torno da Terra, se deve a um padre gaúcho, Roberto Landell de Moura, que, já em já em 1904, obtinha, nos Estados Unidos, patentes para um transmissor de ondas, um telefone sem fio e um telégrafo sem fio, depois de havê-las obtido no Brasil.

Com seus inventos, o Pe. Landell de Moura superava o feito de Marconi, de vez que se tratava da transmissão da voz.

Nascido em Porto Alegre, em janeiro de 1861, Landel de Moura fez toda a sua formação eclesiástica em Roma, onde se ordenou em 1886, quando retornou ao Brasil, onde exerceu suas atividades sacerdotais e científicas.

Em 3 de junho de 1900 realizou experiências em São Paulo, amplamente noticiadas pelos jornais da época e assim descritas pelo *Jornal do Comércio* do dia 10 do mesmo mês: “Do alto de Santana, cidade de São Paulo, o padre Landell de Moura fez uma experiência particular com vários aparelhos de sua invenção, no intuito de demonstrar algumas leis por ele descobertas no estudo da propagação do som, da luz, da eletricidade, através do espaço”. Em 1902, o jornal *New York Herald* fez extensa reportagem destacando o trabalho do cientista gaúcho.

Vê-se, deste modo, que, na mesma época, dois ilustres brasileiros – Landell de Moura e Santos Dumont – elevavam o nome do Brasil diante do mundo, com suas experiências e inventos. Lamentavelmente, não obtiveram o necessário apoio público para conseguirem muito mais sucesso em suas pesquisas e descobertas. E os louros da vitória, o renome e o destaque foram dados a italianos e americanos.

A atividade exercida pelos radioamadores está a merecer maior apoio, maior divulgação, a fim de que esse trabalho anônimo e desinteressado venha a obter, pelo menos, o reconhecimento do governo e da sociedade.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2003.

FALECIMENTO DE NIOMAR MUNIZ SODRÉ

Requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da jornalista e empresária Niomar Muniz Sodré Bittencourt.

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 31 de outubro último, no Hospital Samaritano do Rio de Janeiro, da jornalista e empresária Niomar Muniz Sodré Bittencourt, que foi Diretora-Presidente do extinto jornal *Correio da Manhã*, além de fundadora e Diretora-Executiva do MAM – Museu de Arte Moderna, ambos no Rio de Janeiro, com mensagem à família.

Justificação

Faleceu, no último dia 31 de outubro, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, essa extraordinária mulher, que deixou seu nome inscrito na História de nosso País. Aos 87 anos de idade e acometida do Mal de Alzheimer, essa baiana de Salvador e cidadã do mundo “deixou o mundo para ingressar na História”, como disse Getúlio, em sua Carta-Testamento.

Desassombro foi a marca dessa mulher de corpo franzino e olhos grandes. Já aos 16 anos, fugiu de casa para se casar com o primo-irmão, Hélio. Mas, onde pôs em prática toda a sua coragem foi no enfrentamento da ditadura. Quando, em 1963, morreu o seu segundo marido, Paulo Bittencourt, assumiu a direção do jornal *Correio da Manhã*. E logo em 1964 foi das primeiras a entrar em choque com o governo militar. Foi sua a primeira voz da grande imprensa a opor-se à nova ordem. Na mesma semana do golpe militar, escreveu o editorial “A liberdade é um dogma”.

Ameaças, prisões num total de 72 dias e a suspensão de seus direitos políticos por um ano, nada fez calar sua voz contra o regime autoritário. Dela disse um general, naqueles tempos: “É o único homem que conheço na imprensa brasileira”.

O *Correio da Manhã* continuou a desafiar a ditadura e a publicar matérias de críticas ao regime, apesar do batalhão de censores postados à sua porta. Anistia ampla e irrestrita para os acusados de crimes políticos foi tema do qual o jornal foi pioneiro. Os empastelamentos sofridos não intimidaram a direção do jornal, que acabou fechado antes que calado.

Dela diz seu filho Antônio Moniz Sodré Netto: “Minha mãe era uma guerreira. Esteve presa, mas foi talvez quem mais concorreu, neste País, para a defesa dos direitos humanos, em plena ditadura militar. Burlava a censura e, mesmo com o jornal empastelado várias vezes, não hesitou em colocar seu patrimônio a serviço do que sabia ser um dever para com o leitor: não sonegar a informação”. “Faria tudo outra vez”, declarou uma vez à revista *IstoÉ*, relembrando os trinta anos que passou à frente do jornal.

Mas ainda lhe sobrava tempo para dedicar-se à paixão pelas artes. Fundou, em 1951, e por dez anos dirigiu o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o tão famoso MAM, que, por duas vezes seguidas sofreu incêndios com suspeita de criminosos.

Logo que terminada a Segunda Guerra Mundial, passou a viajar e freqüentar o apartamento que possuía em Paris, onde convivia com os grandes artistas da época. Ali montava verdadeiras galerias de arte freqüentadas pelos grandes apreciadores, além dos artistas e críticos.

O colecionador Gilberto Chateaubriand assim depõe a respeito: “Era uma mulher extraordinária. Desde as trincheiras da imprensa ao mundo das artes, ela se distinguiu pelo espírito de combate e pela inteligência de que era possuidora. Dona Niomar ocupava posição ímpar no cenário cultural brasileiro”.

No mundo da imprensa e no mundo das artes, é difícil encontrar outra personalidade tão forte, tão distinta e tão destemida quanto essa mulher, que recebeu o merecido epíteto de “A Dama da Resistência”. A ela a mais justa de nossas homenagens.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2003.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Requer a tramitação em conjunto dos Projetos de Resolução nºs 26, de 1999 e os de nºs 25 e 41, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Com fundamento no disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência seja submetida à Casa proposta de tramitação em conjunto do Projeto de Resolução nº 26, de 1999, e do Projeto de Resolução nº 25, de 2003, já tramitando em conjunto, com o Projeto de Resolução nº 41, de 2003, que “Cria a Comissão de Agricultura e Política Rural no Senado Federal”, por disporem sobre a mesma matéria.

Justificação

Em 1991, apresentei, pela primeira vez, proposição recriando a Comissão de Agricultura, a meu ver, indevidamente extinta quando da edição da Resolução nº 18, de 1989. Este Projeto de Resolução tomou o nº 84, de 30 de outubro de 1991. Chegou-se ao final da legislatura sem que a Casa deliberasse a respeito desse projeto e ele foi a arquivo, conforme determinação do Regimento Interno a respeito.

Em 7 de março de 1995, no início da legislatura seguinte, portanto, voltei a apresentar a mesma proposição, autuada como Projeto de Resolução nº 25, de 1995. Novamente, atingiu-se o final da legislatura sem que se deliberasse sobre o mesmo – e sobre tantos outros –, sob o argumento principal de que não haveria número suficiente de senadores para compor tantas comissões, considerada a limitação de que cada senador só pode ser titular em duas comissões e suplente em duas outras.

Em 19 de março de 1999, voltei a insistir na apresentação do mesmo projeto, por entender, mais que nunca, que a atividade agrícola, em um País como o nosso, merece atenção à parte de qualquer outra, pela importância que cresce a cada ano e está patente, diante da situação que se prenuncia de uma safra recorde e sem condições de estocagem e transporte. Esta proposição foi autuada como Projeto de Resolução nº 26, de 1999 e só não foi a arquivo, novamente, porquanto foi modificada a norma que determinava o arquivamento, ao final da legislatura, das proposições sobre as quais não se deliberasse a respeito.

Em 7 de agosto de 2003, atendendo ao Requerimento nº 473, de minha autoria, foi anexado, ao PRS nº 26/1999, o PRS nº 25/2003 sobre o mesmo tema. Em 11 de novembro de 2003, foi expedido parecer, pelo ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, com rejeição deste último projeto e aprovação do primeiro, na forma de substitutivo que apresenta.

Finalmente, chega às minhas mãos, para relatar, o Projeto de Resolução nº 41, de 2003, em causa. Assim é que requero venha o mesmo a ser anexado aos anteriores e seja examinado à luz do parecer dado sobre aqueles.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2003.

GASTOS EM CARTÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Requer informações sobre gastos com cartão de crédito na Presidência da República.

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e tendo em vista o que dispõe o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência submeta, à deliberação da Mesa Diretora, pedido de informação, à Casa Civil da Presidência da República, a respeito das seguintes questões relativas a gastos com o cartão de crédito corporativo:

Qual o instrumento normativo que instituiu e regulamenta tais gastos?

Que autoridades têm delegação para autorizar o fornecimento desses cartões?

Que servidores estão aptos a receber autorização para portar e utilizar tais cartões?

Quais são os tipos de gasto que podem ser realizados com tais cartões?

Há alguma limitação – por tipo de despesa, por semana, por mês – para esses gastos?

É exigida prestação de contas de tais gastos? A quem é feita? Em que periodicidade?

Na prestação de contas, é exigido comprovante desses gastos?

Quais os totais de gastos realizados em 2002 e em 2003?

Justificação

Há notícias de que servidores da Presidência da República vêm realizando enormes gastos, através da utilização de cartões de crédito.

Só nos primeiros dez meses do Governo atual já teriam sido gastos mais de 2,8 milhões de reais, nessa modalidade de gastos.

Consta, ainda, que gastos dessa natureza são efetuados no exterior, apesar de se saber que o Itamaraty se encarrega de todas essas despesas. A última auditoria realizada pelo TCU, em 2001, constatou gastos para a “compra de alimentos e utensílios domésticos”, para a “construção de uma guarita”, para a compra de “material para instalações telefônicas” e para “diárias para funcionários em serviço”, aos sábados e domingos. Houve até a cobertura de gastos de assessora de ministro em compromissos que “envolviam o final de semana”.

Assim, para que o Governo atual – que veio exatamente para moralizar a administração pública, entre outros propósitos – não se envolva em gastos que não encontram respaldo na boa técnica administrativa e na moralidade do exercício do poder público, é fundamental que forneça ao Senado Federal as informações indispensáveis à sua função fiscalizadora.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2003.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA (II)

Considerando a urgência e relevância da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que dispõe sobre a previdência social;

Considerando o acordo aqui firmado, neste plenário, com a anuência dos líderes partidários e compromisso explícito de apoio do Líder do Governo de dar a máxima celeridade à tramitação da PEC nº 77/2003, no Congresso Nacional;

Considerando, além disso, o argumento já invocado da conveniência e necessidade de convocação do Congresso Nacional, em janeiro, a fim de dar cabo à apreciação da supracitada PEC nº 77/2003;

Considerando ter havido precedente ao requerido, quando da apreciação por esta Casa das PEC nºs: 2-A/1995 (imunidade parlamentar), nº 53/2001 (autoriza os Municípios e o Distrito Federal a instituir contribuição para custeio do serviço de iluminação pública) e a de nº 49/2001 (modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e a energia elétrica); em que sob a aprovação do Requerimento nº 768, de 2001, as matéria sofreram tramitação excepcional, especial e acelerada, sendo todas aprovadas nesta Casa, em menos de 15 dias;

Requeiro que seja submetido ao Plenário o seguinte calendário de tramitação excepcional para a PEC nº 77, de 2003:

Primeiro Turno

Dia 3-12, às 14h30min – Dispensa do interstício do art. 357 do Regimento Interno;

Dia 4-12, às 14h30min – Primeira Sessão de discussão;

Dia 4-12, às 18h30min – Segunda Sessão de discussão;

Dia 5-12, às 9h – Terceira Sessão de discussão;

Dia 8-12, às 14h30min – Quarta Sessão de discussão;

Dia 9-12, às 14h30min – Quinta Sessão de discussão e votação em primeiro turno.

Segundo Turno

Dia 9-12, às 18h30min – Primeira Sessão de discussão;

Dia 10-12, às 10h – Segunda Sessão de discussão;

Dia 10-12, às 14h30min – Terceira Sessão de discussão e votação
em segundo turno.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2003.

FALECIMENTO DE JAIME ZUCCHETTI

Requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jaime Zucchetti, ex-Prefeito de Nova Araçá – RS.

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jaime Zucchetti, ex-Prefeito de Nova Araçá – RS, com apresentação de condolências à sua família.

Justificação

Jaime Henry Zucchetti é mais um grande homem que deixa, cedo, a nossa convivência. Nascido em Nova Araçá, em 1951, ele acaba de falecer, aos 52 anos de idade, deixando viúva a esposa Marta Cecília e órfãos os filhos Jeanfrancesco, José Henrique e Bárbara.

Neto do Dr. Guerino Somavilla, que foi Prefeito de Nova Prata em duas ocasiões, Jaime Zucchetti seguiu a vocação do avô, dedicando toda a sua vida ao PMDB.

Entre os muitos cargos públicos exercidos destacam-se os de Assessor dos Deputados Gleno Scherer e Antônio Dexheimer, ambos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Também foi Assessor do Deputado Federal Paulo Mincarone, na Câmara dos Deputados.

Durante 10 anos, presidiu o PMDB de Nova Araçá. Finalmente, foi Prefeito de Nova Araçá, sua terra natal, no período de 1997 a 2000.

A morte leva, prematuramente, um grande homem que dedicou toda uma vida ao progresso de sua terra e ao bem-estar de sua gente. Associamo-nos à sua esposa, a seus filhos e a todos os demais parentes na dor desta grande perda.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003.

FALECIMENTO DE JOSÉ RICHÁ

Requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal, ex-Governador e ex-Senador José Richa.

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta data, do ex-Deputado Federal, ex-Governador do Paraná e ex-Senador Constituinte José Richa.

Justificação

Acaba de falecer, nesta madrugada, em Curitiba, o ex-Prefeito, ex-Deputado Federal, ex-Governador e ex-Senador Constituinte José Richa, figura ilustre da política brasileira, durante muitos anos.

José Richa nasceu em São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1934, filho de Assad Khalil Richa e de Joana Miguel Richa e foi criado nos Municípios de Távora e Jacarezinho, no Paraná.

Seus primeiros estudos foram feitos no Colégio Cristo Rei e no Colégio Estadual do Paraná. Formou-se em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, em 1959. Freqüentou, ainda, as Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas.

Começou sua vida pública na política estudantil, tendo sido eleito secretário e, em seguida, Presidente da União Paranaense de Estudantes. Fez, ainda, um curso de formação política na Venezuela. No início dos anos 60, participou da fundação da Juventude Democrata Cristã elegendo-se Presidente do Diretório Nacional dessa entidade. Logo em seguida, foi eleito vice-Presidente do Comitê Mundial da entidade, tendo participado de reuniões realizadas na Alemanha, Itália, França, Chile e Venezuela.

Filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC), foi oficial de gabinete do Governo Ney Braga, em 1961. Elegeu-se Deputado Federal para o período 1963-1967. Com a extinção dos partidos políticos e instauração do bipartidarismo, em 1965, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo sido um dos organizadores e integrante da comissão provisória que fundou o diretório estadual do partido, no Paraná. Reelegeu-se para o mandato de 1967 a 1971. Elegeu-se Prefeito de Londrina para o período de 1973 a 1977.

Foi eleito Senador para o período 1979-1986, pelo MDB. Com a extinção do bipartidarismo, em 29-11-1979, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No pleito de 1982, foi eleito Governador do Estado do Paraná, pelo PMDB, juntamente com outros oito governadores eleitos pelo partido.

Um dos mais destacados participantes da campanha pelas Eleições Diretas, José Richa passou, com a derrota desta, à articulação da Frente Liberal que elegeu Tancredo Neves para a Presidência da República, no colégio eleitoral.

Em maio de 1986, afastou-se do Governo do Paraná para candidatar-se a Senador, tendo sido eleito no dia 15 de novembro daquele ano. Teve destacada atuação na Assembléia Nacional Constituinte, cujos trabalhos tiveram início em fevereiro de 1987, onde foi Relator da Comissão de Organização do Estado, membro titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Em junho de 1988, juntamente com outros descontentes com os rumos do PMDB, foi um dos principais organizadores do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB.

Por ocasião do plebiscito sobre os sistemas de governo em abril de 1993, José Richa foi um dos principais articuladores da Frente Parlamentarista, tendo sido seu Secretário-Geral e, em seguida, seu Presidente, com a morte de Ulysses Guimarães. Com o final de seu mandato de Senador, em fevereiro de 1995, não mais se candidatou a cargo público, voltando a dedicar-se à vida empresarial, tendo exercido vários cargos de mais alta importância.

José Richa era casado com Arlete Vilela Richa, com o qual teve três filhos.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2003.

Quinta Parte



Pareceres

INDICAÇÃO DE TEORI ZAVASCKI AO TRF

Relatório sobre a Mensagem Presidencial nº 369, de 2002 (nº 1.132, de 18-12-2002, na origem), que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Teori Albino Zavascki, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jacy Garcia Vieira.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 369, de 2002 (nº 1.132, de 18-12-2002, na origem), nos termos do parágrafo único, *in fine*, do art. 104 da Constituição Federal, submete à aprovação do Senado o nome do Doutor Teori Albino Zavascki, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Jacy Garcia Vieira.

Teori Albino Zavascki, brasileiro, casado, nascido em Fachinal dos Guedes, no Estado de Santa Catarina, no dia 15 de agosto de 1948, filho de Severino Zavascki e Pia Maria Fontana Zavascki, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1972. Obteve o título de mestre em Direito Processual Civil pela mesma Universidade.

Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (com jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), desde 30-3-89, o Doutor Teori Zavascki exerceu, naquela Corte, os cargos de Presidente, no período 2001-2003 e de Vice-Presidente, no período 1997-1999. Destacam-se também, dentre outras importantes funções,

as de membro do Conselho de Administração do Tribunal, Presidente de Turma, Diretor-fundador da *Revista do Tribunal Regional Federal*, Presidente da Comissão de Jurisprudência, da Comissão de Regimento e da Comissão de Estudos e Cursos e Presidente da Comissão de Concurso para o provimento de cargos de juiz federal substituto.

Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, nos níveis de graduação e pós-graduação, desde junho de 1987, após aprovação em concurso público, o Doutor Teori Zavascki foi eleito membro da Congregação da Faculdade, para os biênios 1995/1997, 1997/1999 e 1999/2001.

Exerceu a advocacia desde 1971, estabelecido com escritório profissional em Porto Alegre (RS). De dezembro de 1976 até março de 1989 foi advogado do Banco Central do Brasil, onde exerceu a função de Coordenador dos Serviços Jurídicos para o Estado do Rio Grande do Sul, de 29-10-79 a 6-4-86. Foi Superintendente Jurídico do Banco Meridional do Brasil S.A. (na época, sociedade de economia mista), no período de 7-4-86 até 30-3-89, quando assumiu o cargo de Juiz do TRF. Foi também membro da 4ª Comissão de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, em vaga reservada a membro do TRF, de agosto de 1991 a agosto de 1995. Foi Professor (concursado) da disciplina de Introdução ao Estudo de Direito, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, a partir de agosto de 1980, estando atualmente licenciado.

Na área jurídica e profissional, o Doutor Teori Zavascki possui os seguintes títulos:

Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual e Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

Membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, onde exerceu cargo de Diretor, na gestão 1984/1985.

Membro do Conselho e da Diretoria do Instituto Brasileiro do Direito de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON (1999-2003).

Membro do Conselho Diretor da Revista *Gênese de Direito Processual Civil* e Membro de Conselho Editorial da Revista de Processo – *RePro*.

Membro da comissão formada pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual e pela Escola Nacional da Magistratura para apresentar propostas de reforma do Código de Processo Civil.

Foi condecorado com a Medalha Moysés Vianna do Mérito Eleitoral, categoria especial, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e com a Medalha da Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador. Recebeu votos de louvor por desempenho de encargos na OAB/RS nos biênios 1985/1986 e 1987/1988, e como membro da Comissão de Ética e Disciplina. Seu ingresso nas atividades jurídicas e docentes foi, sempre, conquistado após aprovação em concursos públicos, a saber:

Juiz Federal: nomeado, após aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, no cargo de Juiz Federal. Não tomou posse.

Consultor do Estado: nomeado, após aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos, no cargo de Consultor Jurídico do Estado do Rio Grande do Sul. Não tomou posse.

Advogado do Banco Central: aprovado em Concurso Público de Provas realizado pelo Banco Central do Brasil (autarquia federal), em agosto de 1976, para provimento de cargos de Advogado, obteve o segundo lugar. Nomeado para o cargo, tomou posse em 14 de dezembro de 1976.

Professor universitário: aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do cargo de Professor Auxiliar de Ensino, na cadeira de Introdução ao Estudo do Direito, realizado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 1979, assumiu em 1º-8-80.

Professor universitário: aprovado em Concurso de Seleção para Professor Horista no Departamento de Direito Privado e Processo Civil, área de Direito Civil, da UFRGS.

Professor universitário: aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargo de Professor Auxiliar, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tomou posse em junho de 1987.

Possui extensa lista de trabalhos publicados, entre livros e artigos em revistas especializadas, abordando importantes questões relacionadas com os temas do Direito, principalmente na área de Processo Civil. São de sua autoria os livros:

Antecipação da Tutela – Saraiva, São Paulo, 3ª ed. 2001.

Título Executivo e Liquidação – São Paulo, RT, 2ª ed. 2002.
Comentários ao Código de Processo Civil – vol. 8, São Paulo, RT, 2000.

Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional – São Paulo – RT, 2001.

Publicou também, em co-autoria, os seguintes livros:

Repertório de Jurisprudência e Doutrina sobre Liminares – obra coletiva, coordenação de Tereza Arruda Alvim Wambier, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1995.

Inovações do Código de Processo Civil – obra coletiva, coordenação de José Carlos Teixeira Giorgis, Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 1996.

Reforma do Código de Processo Civil – obra coletiva, coordenação de Sálvio de Figueiredo Teixeira, Editora Saraiva, São Paulo, 1996.

Aspectos Polêmicos da Antecipação da Tutela – obra coletiva, coordenação de Tereza Arruda Alvim Wambier, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997.

Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis – obra coletiva, coordenação de Nelson Néry Júnior e Tereza Arruda Alvim Wambier, Editora Revista dos Tribunais, 2001.

A Reconstrução do Direito Privado – obra coletiva, organizadora Judith Martins Costa, Editora Revista dos Tribunais, 2002.

O exame do currículo de Teori Albino Zavascki revela que ele reúne todos os atributos constitucionais, em que se destacam notável saber jurídico e reputação ilibada, imprescindíveis para o desempenho do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo único, *in fine*, do art. 104 da Constituição Federal, submeto a escolha do Doutor Teori Albino Zavascki à apreciação e julgamento desta Comissão, certo de que os seus ilustres integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2000 (nº 1.122, de 1995, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

I – RELATÓRIO

O objetivo da proposta ora examinada por esta Comissão é acrescentar § 3º ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950. Essa lei disciplina a concessão de assistência judiciária aos necessitados e, se acolhida a alteração proposta, os advogados designados para o desempenho do encargo de defensor gozarão das mesmas prerrogativas concedidas aos integrantes da Defensoria Pública, estabelecidas no § 5º do art. 5º da mesma lei, e, portanto, serão pessoalmente intimados de todos os atos do processo, com direito a prazos processuais em dobro.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A proposição legislativa examinada pela Comissão apresenta-se apropriada a estender aos advogados que exercem, vicariamente, o encargo de defensor público, as mesmas prerrogativas de intimação pessoal e prazos em dobro, previstos no § 5º do art. 5º da mesma lei, para os integrantes das Defensorias Públicas.

Veja-se que o art. 5º, § 5º, da referida lei limita as prerrogativas dos defensores pertencentes a órgão estruturado para esse fim, pois

diz: “nos Estados onde a Assistência Judiciária seja organizada e por eles mantida...”. Dessa forma, advogados *ad hoc*, isto é, dativos, são excluídos do benefício legal, pois é óbvio, não pertencem às estruturas das Defensorias Públicas.

Vejam-se, no § 5º do art. 5º, abaixo transcrito, a limitação apontada e as prerrogativas para os pertencentes à estrutura das Defensorias:

Art. 5º.....

.....
§ 5º *Nos Estados onde a Assistência Judiciária seja organizada e por eles mantida, o Defensor Público, ou quem exerça cargo equivalente, será intimado pessoalmente de todos os atos do processo em ambas as instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.* (Grifamos).

Ora, se acaso não existir, no local, Defensoria, também não existirão as prerrogativas legais, do que resulta flagrante incoerência, pois advogados dativos são necessários exatamente onde não existam as Defensorias.

Mediante o acréscimo do § 3º ao art. 14 da Lei de Assistência Judiciária, nos termos da proposição, o benefício passará a alcançar os advogados não pertencentes àquela estrutura, que são quotidianamente designados para esse papel.

A incidência extensiva ao texto da Lei nº 1.060, de 1950, ressalta o mérito da proposição e atende ao princípio segundo o qual a lei deve ter conteúdo consonante com a sua finalidade social. O acréscimo de § 3º ao art. 14 coincide com o comando do § 5º do art. 5º da mencionada lei, hoje limitado aos defensores públicos de carreira, para estender prerrogativas a quem não as tem, no exercício do mesmo encargo.

III – VOTO

Manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2000, por sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

AGRAVANTE DE CRIME

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 462, de 1999, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 462, de 1999, de autoria do ilustre Senador Ney Suassuna, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”.

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende qualificar o crime de homicídio, definido no art. 121 do Código Penal, com a circunstância: “Se o homicídio é cometido (...) contra maiores de setenta ou menores de quatorze anos (...)”

II – ANÁLISE

A proposição não contraria disposições constitucionais ou infraconstitucionais.

Quanto a seu mérito, entendemos que ela vem a corrigir uma falha da Lei Penal. Neste sentido, podemos verificar que o legislador, quando da elaboração do Código Penal – CP, erigiu, para o caso do crime de homicídio, algumas das circunstâncias agravantes genéricas em circunstâncias qualificadoras. E isso nos parece que foi feito, porque o legislador deve ter sentido que as circunstâncias que demonstram torpeza, crueldade, futilidade, ou uso de recurso que dificulte ou torne impossível a defesa, tornam o crime de homicídio tão mais grave que justificam a existência de tipo derivado pela qua-

lificação, naturalmente, com pena mais elevada que a modalidade mais simples de delito.

E aí, pensamos que o crime contra a vida, cometido “contra criança, velho (...) (agravante prevista no art. 61 do CP)” tenha as mesmas características de gravidade daquelas que foram adotadas como circunstâncias qualificadoras no crime de homicídio. Esse “esquecimento” do legislador constitui-se numa falha doutrinária que é corrigida pela proposta.

Além disso, a expressão usada pelo autor, “contra maiores de setenta anos ou menores de quatorze anos”, por sua precisão jurídica, é mais adequada à técnica legislativa da Lei Penal.

Não obstante, utilizando-se a mesma argumentação do proponente em sua justificação, entendemos que o crime de homicídio praticado contra “(...) enfermo ou mulher grávida”, o restante da agravante do art. 61 do Código Penal, reveste-se da mesma gravidade daqueles cometidos contra idosos ou crianças, e merecem, também, transformar-se em circunstâncias qualificadoras desse delito. Apenas, buscaríamos um termo mais próprio e preciso que “enfermo”. Talvez, “incapacitado físico ou mental” seja mais adequado.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 462, de 1999, observada a seguinte Emenda da CCJ:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, na redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 462, de 1999, a seguinte redação:

“§ 2º
.....
VI – contra maior de setenta e menor de quatorze anos, incapacitado físico ou mental ou mulher grávida:
(AC)
.....”

SENTENÇA ESTRANGEIRA

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2001, que “altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao STF delegar aos Juízos Federais de 1ª Instância a homologação de sentença estrangeira relativa à separação judicial e ao divórcio”.

I – RELATÓRIO

A proposta de emenda constitucional sob exame, de autoria do nobre Senador Alvaro Dias, tem por objetivo alterar a redação da alínea *h* do inciso I do art. 102 e ainda acrescentar um inciso ao art. 109 da Constituição Federal, para permitir ao Supremo Tribunal Federal a delegação, aos Juízos Federais de 1ª Instância, da “homologação de sentença estrangeira relativa à separação judicial e divórcio”.

Na sua justificação, o ilustre autor da medida começa por lembrar a prática secular, indispensável, de homologação de sentença estrangeira, como forma de transposição e reconhecimento legal dos julgados originários de outros países, observadas, certamente, as questões de soberania nacional.

No Brasil, ao Supremo Tribunal está conferida essa tarefa, por força de imperativo constitucional, inclusive nos casos de homologação de sentenças estrangeiras de separação ou divórcio. “Os procedimentos, nesses casos, são extremamente solenes, posto que a mais alta Corte do País é acionada para homologação. E também são extremamente caros, porque se trata de uma ação judicial, com custas processuais, honorários de advogados e, principalmente, despesas de deslocamento e estada na Capital Federal, onde tem sede o Supremo Tribunal Federal”.

Daí a razão da iniciativa sob exame, que reduzirá a plethora de feitos submetidos à excelsa Corte.

II – VOTO

A proposta não está eivada do vício de inconstitucionalidade, por atender plenamente aos princípios concernentes à reforma constitucional, sem afrontar as cláusulas pétreas, além de mostrar-se de todo conveniente e oportuna. Seus termos beneficiam não só os cidadãos divorciados no estrangeiro, que esperam pela convalidação, no Brasil, das sentenças de divórcio emitidas no exterior, como também o próprio STF, que não mais precisará se ocupar dos casos em questão, tão repleto que já se encontra na resolução de missões de maior relevo. De fato, não há razões plausíveis que possam justificar seja o assunto resolvido pelo Supremo Tribunal, quando, pela sua simplicidade, a homologação de sentenças estrangeiras de separação e divórcio podem, perfeitamente, ser realizadas por juízes de 1ª instância, sem dúvida habilitados para o feito. Dessa forma, aprovada a presente medida, os interessados poderão resolver com maior simplicidade e celeridade a regularização de suas situações, que não mais dependerá de requerimento ao STF da citada homologação, já que o teor da PEC consiste no deslocamento de foro aos juízos federais de 1ª instância, o que redundará em maior economia e simplificação do processo, que poderá ser solucionado, com maior rapidez, nos estados de residência dos requerentes.

Opinamos, pois, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 11, de 2001.

RECURSOS DE LOTERIAS

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 558, de 1999, que destina recursos provenientes das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsa de estudos.

I – RELATÓRIO

O projeto em epígrafe vem a exame desta comissão, nos termos dos arts. 91, inciso I, e 99, do Regimento Interno, e objetiva destinar dez por cento dos recursos provenientes das loterias por ela administradas aos municípios com até 250 mil habitantes, para aplicação em programas de bolsa de estudo para os alunos do ensino fundamental.

II – ANÁLISE DA MATÉRIA

Trata-se de iniciativa meritória, porque busca incentivar o ingresso e a permanência do aluno na escola, fatores decisivos para a abertura de oportunidades sociais futuras para as crianças, por meio do acesso ao estudo e à qualificação profissional.

Além disso, representa uma forma de garantia de renda mínima, porque vincula o acesso à educação a ingressos financeiros diretos ou indiretos, que passarão a compor o orçamento familiar.

A utilização de percentuais originários dos concursos de prognósticos e das loterias é bastante oportuna. Além de não onerar a sociedade (diferentemente do que ocorreria com a arrecadação de tributos destinados a custear os objetivos do projeto), tais valores provêm de uma fonte de recursos excedentes da população, que destina parte de sua renda a essa forma de dispêndio supérfluo.

O Brasil possui 5.507 municípios, que se distribuem, segun-

do dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para efeito de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, da seguinte forma:

População de até	Número de municípios	%
10.000	2.714	49,28
20.000	4.089	74,25
50.000	5.016	91,08
100.000	5.296	96,13
200.000	5.406	98,16
250.000	5.432	98,64
500.000	5.478	99,47
Total	5.507	

Como se observa, o projeto beneficia os 5.432 municípios brasileiros – isto é, 98,64% do total – com população até 250 mil habitantes.

Dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal (CEF), referentes aos meses de janeiro a agosto de 1999, mostram a seguinte distribuição média aproximada dos recursos arrecadados pelo conjunto das modalidades de loterias e de concursos de prognósticos por ela administrados:

Distribuição	Percentual Médio
Prêmios líquidos	31,47
Imposto de Renda	11,69
Fundo Nacional de Cultura (FNC)	0,95
Seguridade social	19,81
Crédito educativo	7,72
Clubes e federações	0,41
Jóquei Clube e CBF	0,15
Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP)	0,43
Comissão dos revendedores	7,91
Distribuição	Percentual Médio

Comissão da CEF	3,39
Custeio e manutenção	8,06
Acumulação para prêmios	1,30
Testes especiais	0,06
Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN0)	2,84
Adicional INDESP	3,73

Ao lado dos testes normais, realizam-se também testes especiais, destinados ao atendimento de determinações legais. Assim é que:

a) a renda líquida de três concursos extras das loterias federais é revertida para o Programa de Crédito Educativo (Lei nº 8.436, de 1992);

b) a renda líquida de um teste anual da Loteria Esportiva Federal é destinado à Federação Nacionais das APAE (Lei nº 9.092, de 1995);

c) a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal vai para a Cruz Vermelha Brasileira (Lei nº 6.905, de 1981);

d) a renda líquida de um teste anual da Loteria Esportiva Federal é revertida em benefício do Comitê Olímpico Brasileiro (Lei nº 9.615, de 1998), sendo que, nos anos de realização de Jogos Olímpicos e de Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste beneficiará as delegações participantes desses eventos (Lei nº 9.615, de 1998);

e) a renda líquida de um teste anual da Loteria Esportiva Federal é revertida em benefício do Comitê Paraolímpico Brasileiro (Lei nº 9.615, de 1998), sendo que, nos anos de realização de Jogos Olímpicos e de Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste beneficiará as delegações participantes desses eventos, nessas modalidades (Lei nº 9.615, de 1998).

Por renda líquida entende-se o somatório dos valores destinados à seguridade social, ao crédito educativo, aos clubes e federações de futebol e ao Fundo Penitenciário Nacional.

O projeto em exame pede que se destinem “dez por cento dos recursos arrecadados (...) aos programas de renda mínima vinculados à educação fundamental, através de bolsas de estudo”. Se recurso arrecadado significar o valor obtido pela arrecadação de apostas, esses dez por cento, além de interferirem na premiação líquida, nas comissões e no custeio do concurso, incidirão sobre todos os demais

valores cuja destinação se encontra assegurada por lei. Desse modo, seria temerário calcular esse percentual sobre os recursos arrecadados, sob pena de se tornarem os testes inviáveis.

Para contornar esse impasse, a alternativa seria propor a destinação de um por cento da arrecadação bruta das loterias federais, deduzindo-se o valor do montante destinado aos prêmios, a exemplo do que concede a Lei nº 8.313, de 1991, ao Fundo Nacional de Cultura (FNC). Para se ter uma idéia, em 1999, o FNC arrecadou R\$25.232.000,00, equivalendo a uma média mensal aproximada de R\$2.102.666,00. Isso significaria, no caso do projeto, uma distribuição de R\$387,00 por mês para cada município com até 250 mil habitantes, o que é muito pouco.

A Lei nº 8.212, de 1991, em seu art. 26, com a redação dada pelo art. 6º da Lei nº 8.436, de 1992, constitui como receita da seguridade social a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo. O § 2º desse dispositivo considera renda líquida o total da arrecadação, deduzidos os valores destinados ao pagamento de prêmios, de impostos e de despesas com a administração, conforme fixado em lei, e o valor dos direitos a serem pagos às entidades desportivas pelo uso de suas denominações e símbolos. Nesse sentido, em 1999, a seguridade social obteve dessa fonte um total aproximado de R\$524.979.000,00, conforme dados obtidos junto à Gerência de Loterias da Caixa Econômica Federal.

Se adotados critérios similares, em menor proporção, no entanto, aos utilizados para a alocação de recursos lotéricos na seguridade social, distribuindo-se dez por cento dos referidos valores, ou seja, R\$52.497.900,00, a crianças de famílias carentes de municípios com até dez mil habitantes, a cada município teriam sido destinados, mensalmente, em 1999, R\$1.611,95.

Reduzindo-se, pois, o universo, seriam beneficiadas, mediante o atendimento a determinados critérios, mais pessoas.

Cumprе salientar que a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação de atos normativos, determina a alteração de norma já existente, em detrimento da elaboração das chamadas “leis extravagantes”. A presente proposição se enquadra no que dispõe a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, devendo, pois, fazer parte de seu conjunto.

À proposição não foram oferecidas emendas no prazo regimental, nem há matéria similar em tramitação nesta Casa.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 558, de 1999, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 558 (SUBSTITUTIVO), DE 1999

Altera a Lei nº 9.394, de 1999, destinando recursos dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares para aplicação em programas de renda mínima vinculados à educação fundamental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 68 da Lei nº 9.394, de 1999, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 68.
.....

Parágrafo único. Serão destinados aos municípios com até dez mil habitantes, para aplicação em programas de renda mínima vinculados à educação fundamental, mediante a concessão de bolsas de estudo a crianças pertencentes a famílias com renda mensal de até um salário mínimo, dez por cento do total da arrecadação dos concursos de prognósticos e das loterias federais e similares, cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzido desse cálculo o montante referente ao pagamento de prêmios, de impostos e de despesas com a administração, e o percentual relativo ao Programa de Crédito Educativo, ficando as prefeituras municipais respectivas obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, dos valores recebidos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2000, que “Altera os arts. do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2002, de autoria do ilustre Senador Jefferson Peres, que “Altera os arts. do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal”.

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende adequar o texto do Código de Processo Penal – CPP, aos mandamentos constitucionais, no que diz respeito às relações entre a polícia judiciária, o Ministério Público e a autoridade judiciária.

É o relatório.

II – ANÁLISE

A proposição não contraria disposições constitucionais ou infraconstitucionais.

Quanto ao seu mérito, a proposição é extremamente oportuna, pois visa a adequar o texto do Código de Processo Penal com mandamentos constitucionais que dispõem:

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei (Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que “Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Pú-

blico, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências”, e as leis complementares que definem as atribuições do Ministério Público)”;

.....
VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior (Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que “Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União”, e as leis complementares dos entes federados que fazem o mesmo em relação aos seus Ministérios Públicos);

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais:

.....
Não obstante, existem disposições no CPP que, por não atenderem a este ordenamento, evidentemente não foram recepcionadas pelo texto constitucional de 1988, mas cuja permanência tem suscitado, como bem lembra o autor em sua justificação, “desnecessários atrasos e falhas processuais, além de conflitos de competência entre o Ministério Público e a autoridade policial, que são, em muito, responsáveis pela frustração da persecução criminal.”

Além de sua propriedade, o texto é equilibrado, atende às normas da boa técnica legislativa e suas disposições terão, certamente, a eficácia pretendida. Apenas quanto à ementa, impõe-se seu aperfeiçoamento mediante simples emenda de redação, para substituir a expressão “Altera os arts.” por “Altera os arts. 10, 13, 14, 16, 18 e 23”, dando-lhe clareza e sem interferir no conteúdo da proposta.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2000, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2000, a seguinte redação:

“Altera os arts. 10, 13, 14, 16, 18 e 23 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.”

INDICAÇÃO DE ITAMAR FRANCO

Relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 66, de 2003 (Mensagem nº 83, de 14-3-2003), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Itamar Augusto Cautiero Franco para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Itamar Augusto Cautiero Franco para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do indicado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações:

Nascido em Juiz de Fora (MG), filho de Augusto César Stielbler Franco e Itália Cautiero Franco, o Sr. Itamar Franco é engenheiro graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), possuindo o curso de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas.

Nas lides políticas desde sua formação universitária, tendo sido Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, foi subseqüentemente Prefeito, por duas vezes, de seu município natal, Senador da República por dois mandatos, de 1974 a 1982, e de 1982 até sua eleição para Vice-Presidente da República, em 1989, Presidente da República, de 1992 a 1994, e Governador de Minas Gerais, eleito em 1998.

Em sua atuação parlamentar, como Senador da República, foi Presidente das Comissões de Economia e Finanças, membro das Comissões de Educação e Cultura, Relações Exteriores, Legislação Social, Serviço Público, entre outras; Presidente da Comissão do Distrito Federal, Vice-Líder do MDB – 1975/1979, Terceiro Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal – 1981/1982, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, Presidente da Comissão Mista que examinou a Emenda das Eleições Diretas (Emenda Dante de Oliveira), Líder do Partido Liberal – 1986/1988, Senador Constituinte – 1987/1988, Titular da Comissão de Organização dos Poderes da Assembléia Nacional Constituinte – 1987/1988, 2º Vice-Presidente da Subcomissão do Poder Legislativo da Assembléia Nacional Constituinte – 1987/1988, Membro do Parlamento Latino-Americano/Senado Federal – 1987/1988 e Presidente da Comissão Mista que estudou o Comércio entre o Brasil e o Leste Europeu.

O Senhor Itamar Franco possui trabalhos publicados em diversas áreas, decorrentes de sua longa trajetória parlamentar, dentre os quais cabe destacar: *Homenagem a Juscelino Kubitschek de Oliveira*, 1976; *A Imprensa e o Parlamentar*, 1977; *Tributo ao Liberal Pedro Aleixo*, 1988; *O Negro no Brasil Atual*, 1980; *A Dívida Externa e Soberania Nacional*, 1983; *A Atuação do Congresso Nacional no Controle da Política Externa Brasileira*, 1986; *Compromisso de Um Democrata com o Povo Mineiro*, 1986.

O Sr. Itamar Franco ocupou por duas vezes o cargo de Embaixador do Brasil, em Lisboa, de 1995 a 1996, e junto à OEA, em Washington, de 1996 a 1998, tendo participado de inúmeras missões oficiais no exterior, dentre as quais cabe destacar:

Integrante da Delegação Brasileira, como observador parlamentar à Assembléia Geral das Nações Unidas – 1978;

Membro da Comissão de Parlamentares Brasileiros que estiveram visitando as Usinas Nucleares da Alemanha, da França e a Agência Internacional de Energia Atômica na Áustria – 1979;

Membro da Delegação de Parlamentares Brasileiros em visita à Arábia Saudita – 1981;

Participante como Delegado de Grupo Brasileiro da União Interparlamentar que visitou a Bulgária – 1981;

Participante como Observador do Grupo Brasileiro à 65ª Conferência Interparlamentar, realizada em Bonn, Alemanha – 1978;

Integrante da Comissão Parlamentar Brasileira em visita ao Senado japonês – 1983;

Observador Parlamentar da XXXIX Sessão da Assembléia Geral da ONU – 1984;

Participou do Conselho Argentino dos 40 anos da OEA – 1988.

Dentre as condecorações que recebeu, cumpre citar as seguintes: Ordem do Mérito Legislativo de Minas Gerais, Medalha de Honra ao Mérito Militar, Grau de Comendador, Medalha de Honra da Inconfidência Mineira, Ordem do Mérito de Rio Branco, Ordem do Mérito do Trabalho e Ordem do Mérito Militar.

No que concerne à importância das relações bilaterais Brasil/Itália, fundada em notórios fatores históricos, políticos, econômicos e culturais, urge relevarmos a simpatia recíproca nutrida por ambos os países, refletida em intensa agenda de cooperação e comércio.

Pela tradição, os relatórios de indicação de embaixadores resumem-se à apresentação de dados biográficos dos indicados. No entanto, creio que podemos e devemos abrir uma pequena exceção para o Senhor Itamar Augusto Cautiero Franco, por ser ele um ex-Presidente da República.

Quero aqui, mesmo que de modo breve, destacar o importante papel desempenhado pelo Senhor Itamar Franco no recente processo de democratização e de estabilização econômica no Brasil.

Em 1992, o Brasil passou por momentos muito delicados. Em setembro daquele ano, um *impeachment* determinou o afastamento do então Presidente Fernando Collor de Mello. Ocupava a Vice-Presidência da República o Senhor Itamar Franco.

Durante todo o traumático processo que levaria ao afastamento do então Presidente, manteve-se o Senhor Itamar Franco numa postura de total isenção. Não defendeu o Presidente, como queriam alguns; mas também não cedeu aos apelos daqueles que lhe cobravam um engajamento contrário. Cumpriu à risca o papel que destina a Constituição aos Vice-Presidentes. Sua postura serena foi fundamental para que o processo transcorresse dentro da normalidade.

Empossado, Itamar Franco liderou um governo de transição que reuniu apoio maciço no Congresso Nacional e teve um excelente desempenho. Foi no Governo de Itamar Franco que se elaborou e im-

plantou o Plano Real, que viria a debelar um processo inflacionário que durava já duas décadas. Itamar Franco indicou para o Ministério das Relações Exteriores e, posteriormente, para o Ministério da Fazenda o Senhor Fernando Henrique Cardoso, que viria, depois, a sucedê-lo. Itamar Franco deixou o Planalto com uma grande aprovação popular, o que, sem dúvida, acabou contribuindo para a eleição do candidato que apoiou, Fernando Henrique Cardoso.

Eu poderia destacar, aqui, inúmeras decisões fundamentais que foram adotadas naquele governo de transição. Mas vou me concentrar aqui em apenas duas decisões porque, penso, elas foram simbólicas do que representou a administração Itamar Franco.

Em primeiro lugar, quero recordar a constituição da Comissão Especial de Investigação destinada a analisar denúncias de corrupção no âmbito da administração pública. A verdade é que, nunca antes, o combate à corrupção tinha sido elegido como prioridade, neste País. Itamar Franco teve coragem e sensibilidade para perceber a grandeza de um problema que, ainda hoje, nos infelicita.

Em segundo lugar, eu destacaria a criação do CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar), sob a inspiração de Betinho, que foi a primeira grande iniciativa de governo, nesta Nação, para combater o flagelo da fome. Foi, inegavelmente, uma atitude de larga visão porque tratava de um problema ainda presente, tanto que, hoje, o programa Fome Zero é prioritário no Governo Lula.

Itamar Franco foi Senador da República por dezesseis anos. Conheci-o, em 1978, quando cheguei ao Senado Federal. Ao longo de todos esses anos, minha admiração pelo seu trabalho político e administrativo só tem feito crescer. Penso que Itamar Franco terá, no futuro, seu nome incluído da relação dos grandes estadistas brasileiros.

Agora, o Senhor Itamar Franco está sendo indicado para a nossa Embaixada em Roma. A diplomacia brasileira é das mais conceituadas do mundo. Nossos embaixadores de carreira estão entre os mais preparados intelectualmente. No entanto, é também da nossa tradição indicar nomes de relevo nacional – na política, na economia, na cultura – para certas embaixadas de grande importância. Esse é o caso, hoje. Encerro meu relatório com a plena convicção de que o candidato cumpre com extensas sobras todos os requisitos e as qualificações exigidos para o cargo.

DESPESAS COM EDUCAÇÃO

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, que permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas.

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação terminativa desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, que “permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas”. O projeto em causa é constituído por três artigos.

O art. 1º suprime, na alínea *b*, do inciso II e no § 3º do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, as expressões “até o limite individual de R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais)” e “observado no caso de despesas de educação o limite previsto na alínea *b*, do inciso II deste artigo”, respectivamente.

O art. 2º contém cláusula de vigência imediata, ou seja, na data de publicação da lei resultante.

O art. 3º revoga as disposições em contrário.

O autor da proposição, Senador Carlos Wilson, assim a justifica:

Não se justifica a existência de limite para despesas com educação na legislação do Imposto de Renda, se a Constituição estipula a destinação de significativos percentuais da receita orçamentária pública para a importante rubrica nas despesas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Com efeito, estabelece o art. 212 da Carta Magna a obrigatoriedade de aplicação, na manutenção e desenvolvimento do ensino, do mínimo de 25% da receita de impostos da União e 18% da dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E determina o art. 205 que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E mais: o § 5º do citado art. 212 dispõe que o ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.

Ora, se o próprio Estado vincula à educação parcela apreciável de sua receita de impostos, não faz sentido tributar despesas educacionais suportadas pelo contribuinte, exonerando apenas parcela irrisória de tais despesas. (É de se considerar até ridículo o limite legal dedutível).

O menosprezo à educação mostra-se ainda mais gritante se compararmos a redação da alínea *b*, em causa, com a da alínea *a* do mesmo inciso. Note-se que esta não consigna qualquer limite para as deduções relativas às despesas médicas ali enumeradas (em treze itens). Logicamente, limitar a dedução de despesas médicas equivaleria a tributá-las. Todavia, o que não nos parece aceitável é negar-se o mesmo tratamento às despesas educacionais.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Oriunda da legislatura anterior, a proposição teve sua tramitação reiniciada por força do disposto no inciso III do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002.

II – ANÁLISE

II.1 – Da Constitucionalidade

Quanto à constitucionalidade, nada há a objetar. A matéria é de competência do Congresso Nacional, *ex vi* dos arts. 48, I, e 153, III, da Carta de 1988; a iniciativa da proposição está respaldada no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

II.2 –Da Juridicidade e da Regimentalidade

A juridicidade, a nosso ver, não encontra óbice no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), abaixo transcrito:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º

As exigências formuladas no *caput* e nos incisos I e II do art. 14 da LRF, relativamente a proposições concessivas de isenção, ou de outro benefício tributário, das quais decorra renúncia de receita,

são de atendimento impossível na Casa iniciadora, pois não se pode exigir que seus autores, senadores ou deputados, adivinhem em que exercício financeiro elas deverão entrar em vigor.

Somente na fase final de tramitação dessas proposições no Congresso Nacional, ou seja, quando iminente a sua aprovação com ou sem emendas na Casa revisora, é que se tem conhecimento do exercício financeiro em que elas provavelmente começarão a vigorar.

Portanto, o atendimento das referidas exigências da LRF só é factível na Casa revisora, salvo se a proposição for devolvida à Casa de origem para apreciação de emendas.

Também não há reparos a fazer quanto à regimentalidade da proposição.

III.3 – Da Técnica Legislativa

O *caput* e o inciso I do art. 1º do PLS nº 81, de 2002, precisam ser ajustados à nova redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.541, de 10 de maio de 2002, que elevou de mil e setecentos reais para mil novecentos e noventa e oito reais o limite anual individual para a dedutibilidade de despesas com educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas.

A utilização de cláusula genérica de revogação, no art. 3º do projeto, desatende ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterado pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001: “Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”.

II.4 – Do Mérito

A argumentação expendida na justificação nos parece inteiramente procedente.

Sem dúvida, a disposição de lei ordinária que se pretende alterar – o art. 8º, II, *b*, e § 3º, da Lei nº 9.250, de 1995 – não é compatível com as disposições da Constituição de 1988 atinentes à educação: arts. 205, que a considera direito de todos e dever do Estado e da família, e 212, que vincula à sua manutenção e desenvolvimento percentuais significativos da receita de impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É acertada, pois, a iniciativa legislativa de superar essa antinomia mediante a eliminação, no referido art. 8º, do limite de valor máximo para a dedutibilidade das despesas com educação, ora fixado em mil novecentos e noventa e oito reais pela Lei nº 10.541, de 10 de maio de 2002.

III – VOTO

Com fulcro nas razões acima expostas, ilustrativas da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, somos pela sua aprovação com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 81, de 2002, a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam suprimidas no art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.541, de 10 de maio de 2002, as seguintes expressões:

I – ‘até o limite anual individual de R\$1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais)’, da alínea *b*, do inciso II;

II –

EMENDA Nº 2 – CAE

Suprima-se o art. 3º do PLS nº 81, de 2002.

SUBSTITUIÇÃO DE SENADOR

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as Propostas de Emenda à Constituição nº 41, de 1999, nº 5, de 2001, e nº 24, de 2001, que disciplinam a substituição de senador e deputado federal.

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1999, que disciplina a substituição de deputados e senadores.

A proposta de emenda à Constituição sob exame, cujo primeiro subscritor é o Senador Sérgio Machado, resulta dos trabalhos da Comissão Temporária destinada a estudar a reforma político-partidária. Essa Comissão, ao concluir seus trabalhos, em 1998, apresentou diversas proposições legislativas, dentre elas a que ora apreciamos. Ao final daquela legislatura, essas propostas foram encaminhadas ao arquivo. Entretanto, em razão de entendimentos partidários, foram elas reapresentadas, de modo a que pudessem ser melhor apreciadas.

Trata-se, na matéria sob exame, de conferir novo tratamento constitucional à questão da suplência de deputados e senadores. Assim, o art. 56 da Constituição passaria a vigorar, mantido o atual *caput*, com os seguintes parágrafos:

“Art. 56.

§ 1º O suplente de deputado federal será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

O suplente de senador será convocado em casos de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença com duração superior a cento e vinte dias, observando-se o disposto no § 3º no caso de vaga.

§ 2º Os suplentes de deputados federais são aqueles constantes das listas partidárias, observada a ordem de precedência.

§ 3º Ocorrendo vaga de senador far-se-á a substituição:

I – faltando sessenta dias, ou mais, para a realização de eleição regular, o substituto para cumprir o restante do mandato do titular será eleito no primeiro pleito que se seguir à vacância, devendo o suplente assumir a cadeira até a posse do substituto eleito; ou

II – no penúltimo biênio do mandato e faltando menos de sessenta dias para a realização da eleição regular, o suplente deverá assumir até o fim do mandato.

§ 4º Na hipótese do inciso I do *caput*, o deputado ou senador poderá optar pela remuneração do mandato.”

O art. 2º da proposição, que trata da cláusula de vigência, estabelece também a preservação dos direitos dos atuais suplentes de senadores, até o final do mandato para o qual foram eleitos.

Assim, para os autores da proposição, com o objetivo de conciliar a necessidade de conferir maior legitimidade aos substitutos e a manutenção da simplicidade do processo eleitoral, a nossa proposta contempla a existência de suplente, a ser eleito juntamente com o titular, mas que só ocupará a cadeira temporariamente, até a posse do senador eleito na primeira eleição regular após a vacância, salvo se esta ocorrer a menos de sessenta dias da eleição regular a contar do início do penúltimo biênio do mandato, quando o suplente assumirá até o seu final. Nos casos de impedimento, o suplente registrado juntamente com o titular assumirá temporariamente a vaga.

À Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1999, foi pensada, para tramitar conjuntamente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2001, cujo primeiro subscritor é o Senador Tião Viana. Essa proposição propõe nova redação ao § 3º do art. 46 da Constituição, para determinar que cada senador será eleito com apenas um suplente, e

aos §§ 1º e 2º do art. 56 da Carta Magna para determinar, basicamente, que em caso de vaga o suplente somente ocupará o cargo se faltarem quatro meses ou menos para o término do mandato.

Na justificção, os autores da PEC nº 5, de 2001, recordam que tanto na Constituição Imperial de 1824 quanto na primeira Constituição Republicana, de 1891, a substituição de senadores se dava mediante nova eleição. A Constituição de 1934 transformou o Senado em órgão de coordenação dos poderes, enquanto a Carta Constitucional de 1937 substituiu o Senado por um Conselho Federal. Nas duas últimas hipóteses não se cogitava da figura do suplente.

Outra proposição legislativa apensada, para tramitar conjuntamente com as propostas de emenda à Constituição a que nos referimos foi a PEC nº 24, de 2001, de autoria do então Senador Paulo Hartung e outros, que altera a redação do art. 46 da Constituição, para estabelecer que o suplente de senador somente substituirá o titular temporariamente. Determina que, havendo vaga, será convocada eleição suplementar para 60 dias após, devendo o suplente assumir o mandato até a posse do eleito, salvo se faltarem seis meses ou menos de mandato, hipótese em que o suplente assumirá até o fim do mandato.

As proposições não foram objeto de emendas, no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Trata-se, como visto, de proposta de emenda à Constituição que integra o conjunto de proposições legislativas pertinentes à reforma do sistema político e eleitoral brasileiro. O propósito é limitar a presença, no Senado Federal, durante prazos longos, de cidadãos que não receberam o sufrágio popular, situação que tem gerado a crítica da sociedade e da mídia, por debilitar a representatividade do mandato parlamentar.

Impõe-se assinalar, por dever de justiça, que muitos desses colegas desempenharam o mandato com probidade e eficiência. Entretanto, não é essa a questão que se discute: pretende-se estabelecer um marco institucional que favoreça a representatividade do Parlamento, em benefício da democracia.

Desde a Constituição de 1946, se introduziu no Brasil o sistema de eleição de senador com o respectivo suplente. A partir da Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980, os suplentes passaram a ser dois, eleitos juntamente com o titular. Nos últimos tempos, com diversos suplentes assumindo o cargo, essa situação tem sido objeto de questionamentos. A solução proposta é simples: em caso de vaga, realizar-se-á nova eleição, exceto se faltarem quatro meses para a eleição regular subsequente.

Com efeito, o fato de um cidadão ocupar, durante anos, vaga no Senado da República sem ter recebido dos eleitores mandato específico para tanto é uma deformação do sistema eleitoral brasileiro, embora se justifique a existência da figura de suplente de senador, precisamente em razão da maior extensão do mandato. Os deputados, igualmente, têm os seus suplentes, mas estes são os menos votados da lista partidária ou da coligação.

A solução apresentada pela PEC que ora apreciamos nos parece sensata. A instituição da suplência é mantida, até para não prejudicar a representação de uma unidade da Federação no Senado, mas com os comedimentos necessários à coibição de quaisquer excessos, especialmente a permanência de suplente no exercício do mandato por um período despropositado.

Quanto aos requisitos constitucionais, parece-nos que nada há, do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, que possa obstar a livre apreciação da proposição pelo Congresso Nacional. São respeitados tanto os limites materiais quanto os formais à reforma da Constituição (§§ 1º, 4º e 5º do art. 60, CF).

A proposição, tão-somente, nos parece carecer de algumas alterações formais com vistas a deixar mais claro o seu texto e para adaptá-la às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações da Lei Complementar nº 107, de 26 abril de 2001.

No tocante à PEC nº 5, de 2001, entendemos estarem as suas disposições contempladas pela proposição principal. O mesmo ocorre quanto à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2001, a qual, conforme entendemos, tem os seus propósitos contemplados na emenda que apresentamos.

III – VOTO

Somos, em face do exposto, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1999, na forma do seguinte substitutivo, restando rejeitadas a PEC nº 5, de 2001, e a PEC nº 24, de 2001:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 41 (SUBSTITUTIVO), DE 1999

Altera a redação do art. 56 da Constituição Federal para disciplinar a substituição de senadores e deputados federais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os §§ 1º, 2º e 3º do art. 56 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo os §§ 4º e 5º:

“Art. 56.

§ 1º Os suplentes de deputado federal são aqueles constantes das listas partidárias, observada a ordem de precedência.

§ 2º O suplente de deputado será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 3º O suplente de senador será convocado nos casos de investidura nas funções previstas neste artigo ou de licença com duração superior a cento e vinte dias, observando-se o disposto no § 4º no caso de vaga.

§ 4º Ocorrendo vaga de senador:

I – no último biênio do mandato ou no penúltimo biênio do mandato e faltando menos de sessenta dias para a realização de eleição regular, o suplente assumirá a cadeira até o final do mandato.

II – nos demais períodos do mandato, o substituto para cumprir o restante do mandato será eleito na primeira

eleição regular que tiver lugar pelo menos sessenta dias após a vacância, devendo o suplente assumir a cadeira até a posse do eleito.

§ 5º Na hipótese de que trata o inciso I do *caput*, o deputado ou senador poderá optar pela remuneração do mandato.” (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os direitos dos atuais suplentes de senador, até o final dos respectivos mandatos.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002, que institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002, que institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos, é de autoria da eminente Deputada Zulaiê Cobra, naquela Casa Legislativa.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado, por unanimidade, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, não tendo sido interposto o recurso a que alude o inciso I do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, sendo então remetido para revisão por parte do Senado Federal, na forma do disposto no art. 65 da Constituição Federal.

O Deputado Iédio Rosa, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, apresentou, em seu voto, os seguintes argumentos favoráveis à aprovação da proposição:

Conforme nos esclarece o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem – CONIMA – a atividade de mediação nada mais é que procedimento não-adversarial por excelência, totalmente voluntário, no qual um terceiro facilitador da comunicação entre as partes auxilia a identificar seus reais interesses em uma negociação cooperativa, o que lhes permite atingir soluções mutuamente aceitáveis e criativas. Constitui-se num esforço estruturado de discussão

sobre a conveniência harmônica e pacífica a futuro, dentro de um ambiente de respeito mútuo, onde o sigilo é preservado como um atributo imprescindível ao procedimento.

Visa auxiliar a prestação jurisdicional estatal, na medida em que, tendo o direito e a autonomia de vontade como norteadores éticos, busca, em conjunto com as partes, solucionar questões que possam resolver-se com a autocomposição, liberando o Judiciário para dedicar-se às matérias que dele não podem prescindir. A mediação, portanto, está voltada para uma atividade preventiva, da qual a sociedade cada vez mais necessita. Possibilita soluções práticas, viáveis e rápidas, dentro de parâmetros legais ditados previamente, não devendo ser entendida como desvio de demandas da atividade jurisdicional estatal.

Trata-se, evidentemente, de instituto inovador que merece a consideração do Senado Federal como alternativa para a solução de conflitos, podendo contribuir significativamente para a prestação jurisdicional estatal, liberando o Poder Judiciário de um grande número de processos, facilitando, assim, a análise daqueles nos quais sua manifestação é imprescindível.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 91, IV, combinado com o art. 101, I, e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e, também, sobre o mérito do presente projeto de lei.

A institucionalização da mediação, na forma como preconizada pela iniciativa, é conceituada, no art. 1º, como a “atividade técnica exercida por terceira pessoa, que, escolhida ou aceita pelas partes interessadas, as escuta e orienta com propósito de lhes permitir que, de modo consensual, previnam ou solucionem conflitos”.

O caráter facultativo é que orienta o projeto, logo no seu primeiro artigo. Não se trata, portanto, de instituto obrigatório, que subordina as partes a determinado procedimento para a solução de seus conflitos. Não afronta, portanto, o princípio pétreo inserto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 5º
XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder
Judiciário lesão ou ameaça de direito.”

Difere, este projeto, de legislação recente aprovada pela vizinha Argentina, que, por intermédio da Lei nº 25.573/95, tornou a mediação prévia obrigatória em todos os Juízos. Entendemos, particularmente, que a mediação não pode ser um obstáculo ao acesso livre ao Poder Judiciário assegurado pela Constituição Federal. A mediação, em nosso País, deve se constituir em instrumento alternativo para a rápida solução e prevenção de conflitos e não servir de entrave à resolução dos mesmos.

O parágrafo único do art. 1º do projeto dispõe que “é lícita a mediação em toda a matéria que admita conciliação, reconciliação, transação, ou acordo de outra ordem, para os fins que consinta a lei civil ou penal”.

Particularmente, neste caso, opinamos pela exclusão da expressão “ou penal”. Seria até possível arrolar determinados crimes ou contravenções que pudessem ser objeto de mediação, mas a situação atual do País exige uma postura mais firme do Estado e a mediação poderia servir a interesses escusos.

Acrescentaríamos, também, algumas exceções ao instituto da mediação, principalmente no que concerne ao direito de família, onde a conciliação e eventual mediação devem ser orientadas diretamente pelo juiz natural, com o indispensável acompanhamento do Ministério Público. Aliás, esta é quase a mesma posição adotada pela legislação Argentina.

O art. 2º trata da pessoa do mediador, não estabelecendo para o exercício da função nenhum requisito, à exceção da necessária formação técnica ou experiência prática adequada à natureza do conflito. Há aqueles que entendem que o mediador deveria ser obrigatoriamente advogado e que o seu registro deveria ocorrer perante a OAB.

É matéria controvertida esta, mas o estabelecimento de um nicho de mercado exclusivamente dirigido aos advogados talvez não seja a melhor opção, podendo o diploma de bacharel em direito ser um qualificador do mediador e não um requisito essencial.

Neste sentido, para não engessar o texto do projeto, acreditamos que o mais recomendável seja delegar ao Poder Executivo a

regulamentação da matéria, que, sob a orientação do Ministério da Justiça, poderá fixar as condições objetivas para o exercício da função de mediador, definindo, inclusive, a forma do seu registro e a forma de fiscalização do exercício da profissão.

O art. 3º do projeto dispõe que a mediação será judicial ou extrajudicial, podendo versar sobre todo o conflito ou parte dele, com o que não objetamos.

Já o art. 4º autoriza o juiz, a qualquer tempo e grau de jurisdição, buscar convencer as partes da conveniência de se submeterem a mediação extrajudicial, ou, com a concordância dela, designar mediador, suspendendo o processo pelo prazo de até três meses, prorrogável por igual período. Não nos parece aconselhável que o juiz busque convencer as partes para que aceitem a mediação extrajudicial, sabido que, nessas circunstâncias, o trabalho do mediador é remunerado e pode se tornar inacessível a uma das partes com menor condição econômica. Neste sentido, a nossa sugestão é de que a expressão seja alterada para sugerir. Assim, a sugestão do juiz não funcionaria como um condicionamento, que em termos de Poder Judiciário seria notoriamente inapropriado.

A regra definida no art. 5º possibilita que o acordo extrajudicial produzido pela mediação seja reduzido a termo e homologado por sentença, que valerá como título executivo judicial ou produzirá outros efeitos jurídicos próprios de sua matéria. Não vemos inconveniente de que este procedimento seja aceito, observada, a sua constitucionalidade e legalidade.

O art. 6º dispõe que, antes de instaurado processo, o interessado possa requerer ao juiz que, sem antecipar-lhe os termos do conflito e de sua pretensão eventual, mande intimar a parte contrária para comparecer a audiência de tentativa de conciliação ou mediação. A distribuição do requerimento não previne o juízo, mas interrompe a prescrição e impede a decadência. Como se trata de uma faculdade atribuída às partes não vemos o porquê de qualquer modificação ao texto do artigo.

Em artigo intitulado “A Mediação como Forma Alternativa de Solução de Conflitos” (in *Revista dos Tribunais*, ano 87, v. 751, maio de 1998), o Juiz de Direito do Estado de São Paulo, Luís Guilherme de A. Loureiro, dissertando sobre o tema da mediação, esclarece:

“Conforme ensina Bonafé-Schmitt, a mediação é constantemente definida como uma arte, na medida em que ela implica *savoir-faire* de técnica de gestão de conflitos. De fato, a mediação não se limita à gestão de conflitos, mas constitui também um poderoso instrumento de recomposição de relações sociais, de estabelecimento de novas relações entre indivíduos ou entre a sociedade civil e o estado.

A mediação, portanto, é um fenômeno plural, no sentido de que não existe “uma mediação”, mas “várias mediações”, uma vez que não há nada em comum nas mediações aplicadas no campo do direito do trabalho, do direito da família, direito administrativo, direito penal etc.

Colocadas tais características, podemos definir mediação como sendo o processo pelo qual um terceiro, neutro, por meio da organização de contatos e concessões entre as partes, permite a confrontação de pontos de vistas diferentes e auxilia na busca de uma solução ao conflito que as opõe. A mediação não se confunde com conciliação, já que esta não pressupõe necessariamente os bons ofícios do terceiro para mediar o conflito.”

O mesmo autor, no artigo já referido, ao tratar da visão crítica da mediação, refere-se à situação brasileira da seguinte forma:

“No que se refere à situação da mediação no Brasil, nosso sistema legal não prevê a sua utilização como forma alternativa de solução de conflitos. Apenas a conciliação, judicial (arts. 125, IV, 331, § 1º e 447 a 449, todos do CPC, e arts. 21 a 23 da Lei de Juizados Especiais) ou extrajudicial (art. 584, III, do CPC), é prevista no nosso ordenamento jurídico, seja com relação a direitos patrimoniais, seja com relação ao direito de família em questões onde a lei permite a transação (alimentos, guarda e vista dos filhos, partilha dos bens etc.).”

Ainda, para melhor ilustrar o nosso Parecer, aproveitamos a citação do juiz Luís Guilherme de A. V. Loureiro sobre a experiência no direito comparado, com os seguintes exemplos:

“A MEDIAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

Os números demonstram o êxito das experiências americanas: nos casos em que a mediação é proposta pelo Juiz, apenas um quarto das partes recusa a proposta. O acordo é obtido em 66,1% dos casos, mas esta percentagem varia conforme a natureza da ação.

A MEDIAÇÃO NOS TRIBUNAIS JAPONESES

No Japão, a mediação judiciária é extremamente eficaz e é mais utilizada que os instrumentos tradicionais (processo civil) para a composição de litígios. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de o governo japonês estimular, indiretamente, tal modo de resolução de conflitos, ao tornar difícil o acesso à Justiça: o processo tradicional é lento e muito mais oneroso que a mediação. Uma outra explicação pode ser encontrada na tradição e na cultura dos japoneses, que são inclinados a aceitar um compromisso mais do que os ocidentais.

A EXPERIÊNCIA FRANCESA

Mas, assim como no Japão e em vários estados americanos, na França a mediação também evoluiu no sentido de se fixar à estrutura do Poder Judiciário. Com efeito, a recente Lei nº 95.125, de 8-2-1995, relativa “à organização das jurisdições e ao processo civil, penal e administrativo”, consagra os arts. 21 a 26 à conciliação e à mediação judiciárias.

Objetiva a lei incentivar o uso da mediação e dar um fundamento jurídico certo a este modo alternativo de solução de conflitos para, desta forma, assegurar a paz social por uma solução aceita pelas partes.

Na França, assim como nos demais países pesquisados, a mediação não é gratuita e seu custo deve ser suportado em partes iguais pelos contendores, salvo estipulação outra feita pelas partes em comum acordo. A lei francesa tem o mérito de servir como tentativa de racionalização

do uso de um processo alternativo, nascido da prática. Por ser um instituto ainda recente, não há dados sobre o sucesso da mediação judiciária na França, mas tudo leva a crer que seu êxito será semelhante ao verificado no Japão e nos EUA.”

Assim, consideradas as experiências positivas já obtidas em outros países, podemos afirmar que o instituto da mediação pode representar importante incremento na solução dos conflitos, diminuindo a demanda hoje exercida por prestação jurisdicional.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2002, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

O parágrafo único do art. 1º do PLC nº 94, de 2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º
Parágrafo único. É lícita a mediação em toda matéria que admita conciliação, reconciliação, transação, ou acordo de outra ordem, para os fins que consinta a lei civil, exceto no que concerne ao direito de família.”

EMENDA Nº 2 – CCJ

O art. 4º do PLC nº 94, de 2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Em qualquer tempo e grau de jurisdição, pode o juiz sugerir as partes da conveniência de submeterem a mediação extrajudicial, ou, com a concordância delas, designar mediador, suspendendo o processo pelo prazo de até três meses, prorrogável por igual período.”

EMENDA Nº 3 – CCJ

O art. 5º do PLC nº 94, de 2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Ainda que não exista processo, obtido acordo, este poderá, a requerimento das partes, ser reduzido a termo e homologado por sentença, que valerá como título executivo judicial ou produzirá os outros efeitos jurídicos próprios de sua matéria, observada a sua constitucionalidade e legalidade.”

EMENDA Nº 4 – CCJ

O art. 7º do PLC nº 94, de 2002, passa a ter a seguinte redação, renumerando-se os demais artigos.

“Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de cento e oitenta dias.”

REFEIÇÕES PARA PESSOAS CARENTES

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes.

I – RELATÓRIO

A proposição legislativa que nos é dado relatar tem por objeto permitir que as pessoas jurídicas inscritas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, deduzam do imposto de renda as despesas realizadas com doações de refeições a entidades sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas carentes, limitada essa dedução a 3% (três por cento) do imposto devido.

Ao projeto não se apresentaram emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos I e IV do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

É sabido que o Brasil é um dos países que mais se destacam na infeliz categoria de concentração de rendas. Tal concentração tem como consequência inevitável a existência de grande contingente populacional vivendo em situação de pobreza ou mesmo de miséria, que não dispõe de recursos para a satisfação de suas mais elementares necessidades, como alimentação, educação e saúde.

Indignado com essa situação, o Presidente da República, logo após o resultado das eleições, definiu como prioridade máxima de seu Governo o programa de combate à fome, denominado Fome Zero,

no qual estariam engajados todos os Ministérios e demais entidades da administração pública federal.

A incontestável determinação do Governo Federal no sentido de equacionar o gravíssimo problema social relativo à fome vem dotar o projeto em exame de maior relevância e indicar ao Congresso a sua célere aprovação.

De fato, não há como se posicionar contrariamente a iniciativas como esta que ora relatamos. A luta contra a fome deve ser empreendida sem tréguas e a proposição oferecida pelo nobre Senador Lúcio Alcântara vem se somar a outros esforços desenvolvidos pelo Poder Público e pela sociedade, sobretudo no âmbito do Programa Fome Zero, no sentido de minorar o sofrimento daqueles que conhecemos, hoje, simplesmente, por excluídos.

Na realidade, a finalidade do projeto é aproveitar o enorme potencial de produção de refeições já existente na estrutura das empresas a fim de que, mediante incentivo, parcelas da população carente, alvo, agora, do Programa Fome Zero, sejam também destinatárias dos alimentos produzidos nas empresas.

O próprio Governo anterior, com a edição da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, ainda em vigor, já ampliara o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, permitindo que as pessoas jurídicas dele integrantes estendessem o benefício do Programa aos trabalhadores por elas dispensados, no período de transição para um novo emprego, bem como aos empregados que estejam com o contrato suspenso para participação em curso ou programa de qualificação profissional.

O PAT, que já conta com quase trinta anos de existência, por ter obtido pleno êxito dentro de seus objetivos, foi acolhido como um dos instrumentos previstos no Programa Fome Zero. Sua ampliação foi adotada como uma das ações específicas do Programa destinadas, sobretudo, ao barateamento da alimentação.

Na cartilha do Programa Fome Zero dirigida às empresas, o Governo informa que, atualmente, o PAT atende 8 milhões de trabalhadores em cerca de 80 mil empresas e que outros 9 milhões de trabalhadores recebem algum tipo de ajuda alimentar. No entanto, segundo a cartilha, 24,8 milhões de trabalhadores formais e informais (excluídos os funcionários públicos e militares) não têm qualquer tipo

de auxílio-alimentação. E, em seguida, ressalva que as razões para o fraco desempenho do PAT estão ligadas ao baixo nível de incentivo fiscal.

Discordamos de que o PAT tenha um fraco rendimento, pois um Programa que atende 8 milhões de trabalhadores não pode ser tido por fracassado; comungamos, porém, da idéia de que o baixo nível de incentivo fiscal é o grande fator limitante do PAT.

Exatamente no sentido de otimizar o alcance de um programa tão importante como o PAT e de atenuar esse apertado limite do incentivo fiscal respectivo é que sobressai o mérito do projeto do Senador Lúcio Alcântara, homem nordestino e médico, que conhece muito bem a problemática da fome e as melhores formas de combatê-la.

Aprovando este projeto, o Congresso demonstrará perfeita sintonia com a sociedade brasileira e mesmo com os Governos Federal e Estaduais, os quais acordaram em conceder, em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), no dia 4 de abril de 2003, a isenção, até o final de 2007, de ICMS e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para os alimentos doados ao Programa Fome Zero e, até mesmo, para a prestação de serviços de transporte para distribuição dos alimentos recebidos pelos estabelecimentos credenciados no Fome Zero.

Para o Secretário Executivo do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Flávio Botelho, essa foi uma importante vitória. Segundo ele, essas isenções permitirão ao Governo estabelecer um conjunto de medidas administrativas e legislativas que vão permitir a instalação do Banco de Alimentos e outras ações do Programa Fome Zero, possibilitando ampliar o atendimento da população em situação de insegurança alimentar.

A renúncia fiscal que a lei, ao ser aprovada, acarretará, será de pequena monta. Além disso, antes mesmo de sua existência, seu valor já terá sido convertido em alimentação daqueles que dela necessitam, mas não a têm, ou dela não dispõem em quantidade e qualidade suficientes para a satisfação de suas necessidades.

Por fim, para adequar os objetivos do projeto aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal, alteramos a sua cláusula de vigência para o primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao da publicação da lei, de modo a permitir

que os órgãos encarregados da elaboração ou apreciação da proposta orçamentária prevejam os efeitos da lei na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual.

III – VOTO

Fundamentado nessas razões, singelas, porém incontestes, é que opinamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1999, com a emenda que propomos.

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.”

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1999, que altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e o art. 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para aumentar o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1999, de autoria do ilustre Senador Álvaro Dias, que “Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e o art. 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para aumentar o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade”. Anexado a ele, está o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 1999, de autoria do ex-Senador Luiz Estevão, que foi pensado por tratar do mesmo assunto, de forma similar.

A primeira proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, pretende, por meio de alteração do art. 75 do Código Penal (CP), aumentar o limite máximo de pena atribuída, isolada ou por somatório de sanções autônomas, para sessenta anos. Sugere, também, que o total da pena aplicada obedeça ao limite da idade de oitenta anos para o apenado, se, na data da condenação, tiver menos de cinquenta anos de idade. Quer, ainda, definir, em trinta anos, o máximo de pena a ser aplicada a um condenado com mais de cinquenta anos. Finalmente, propõe a alteração do art. 9º da Lei nº 8.072, de 25 de junho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, para que se adeqüe ao novo limite.

A segunda proposição simplesmente altera o art. 75 do Código Penal, dispondo o limite máximo da pena em cinquenta anos.

II – ANÁLISE

A iniciativa, quanto ao seu mérito, é da maior relevância e oportunidade. Concordamos inteiramente com o Autor quando diz que “(...) é preciso evocar o princípio da igualdade para tratamento dos condenados e o direito da segurança para a sociedade, a fim de que haja uma nítida distinção do cumprimento da pena entre os que, em menor ou maior grau, cometeram delitos (...)” e “A redação do art. 75 do Código Penal e a lei dos crimes hediondos é um estímulo à delinqüência” por imporem penas inadequadas “àquele agente que faria jus a pena superior a 30 anos”.

Em 2001, demos nosso Parecer favorável a esta mesma proposição, quando dizíamos:

“A alteração do limite máximo da pena, que, no texto em vigor, é uma quantidade fixa, para uma forma de atribuição que leva em consideração a idade do apenado, parece-nos extremamente criativa. Entretanto, opinamos que a proposição mereça alguns aprimoramentos, particularmente quanto à possibilidade de ferir aspectos constitucionais.”

“A expectativa de vida do homem brasileiro, ao nascer, é, segundo o IBGE, de sessenta e quatro anos e, aos vinte anos, idade mínima, em torno da qual poderia estar recebendo pena de cerca de setenta anos. Dessa forma, a imposição de uma pena privativa de liberdade até os oitenta anos burlaria e, por caminhos transversos, feriria o preceito constitucional que proíbe a imposição de pena de caráter perpétuo. Essa inobservância ficaria mais clara quando, segundo a proposta do Autor, um condenado de, por exemplo, sessenta anos de idade, recebesse uma pena de trinta anos (inciso II proposto ao art. 75).”

“Por esses motivos, oferecemos algumas sugestões para atenuar os inconvenientes apontados. Imaginamos, inicialmente, diminuir para setenta anos a idade usada para o cálculo do limite da pena. Em seguida, propomos

condições especiais para diminuição do restante da pena a ser cumprido após os setenta anos e para a redução da pena imposta após os setenta anos.”

O Projeto de Lei nº 315/99, anexado ao primeiro, fica prejudicado, por não acrescentar aprimoramento a este.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1999, com a seguinte Emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 75 do Código Penal, proposto pelo Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1999:

“Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a cinquenta anos.

§ 1º Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma for superior a cinquenta anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo.

§ 2º Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, no limite de cinquenta anos, desprezando-se, para esse fim, o período da pena já cumprido.

§ 3º Se, no início do cumprimento da pena, o agente tiver mais de cinquenta anos de idade, a pena aplicada não pode ser superior a trinta anos.

§ 4º O restante da pena a ser cumprida, após a idade de setenta anos, será reduzido a um terço.

§ 5º Se o agente for condenado após a idade de setenta anos, a pena poderá ser reduzida até um terço.”

HIPOTECA EM CONDOMÍNIO

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o PLC nº 77, de 2001 (PL nº 1.286, de 1999, na origem), que acrescenta dispositivos ao art. 815 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil Brasileiro.

I – RELATÓRIO

O projeto de lei pretende estabelecer o direito de remição de hipoteca sobre unidade autônoma de condomínio, financiada junto a instituições financeiras pelo construtor ou incorporador, pelo adquirente que comprá-la a vista. Impõe, ainda, que o devedor hipotecante deverá repassar ao credor hipotecário o valor correspondente à fração da dívida hipotecária representada pela unidade autônoma em questão.

II – ANÁLISE

A hipoteca é um direito real de garantia cujo principal efeito é vincular um bem ao cumprimento de uma obrigação e à extinção de uma dívida. Logo, aquele que oferece um bem em hipoteca sofre restrição em seu direito de propriedade, devido ao ônus do pagamento da obrigação, sob pena de excussão do bem hipotecado.

Excussão é instituto jurídico definido como ato de fazer depositar a coisa objeto de garantia em juízo, com vistas à alienação (venda) em hasta pública para cobrir o valor da obrigação representada pela hipoteca.

Na relação jurídica de que trata o projeto, são três as partes envolvidas: o comprador do bem, o vendedor do bem (devedor hipotecante) e o credor hipotecário que financia o devedor hipotecante

na edificação do imóvel a ser posteriormente alienado ao consumidor final, ou comprador do bem, com a garantia da hipoteca sobre o mesmo, caso a dívida originária não seja saldada.

São formas de extinção da hipoteca, consoante o art. 1.499 do novo Código Civil, a extinção da obrigação principal (da dívida), o perecimento da coisa, a resolução da propriedade, a renúncia do credor, a remição e a arrematação ou adjudicação. O projeto em apreço trata, em seus §§ 3º e 4º, da forma de extinção pela remição.

O § 3º do projeto assevera que o adquirente, que compre a vista unidade autônoma em condomínio financiado junto a instituições financeiras pelo construtor ou pela incorporadora, terá direito à remição da hipoteca que sobre a unidade comprada recair. Remição (ou remissão; a grafia do instituto ainda é controversa) significa o desaparecimento voluntário do gravame ou da dívida ou, ainda, consoante doutrina de Maria Helena Diniz, o resgate de um bem por parte do devedor ou de terceiros. Disciplina o art. nº 1.481 do novo Código Civil, *in verbis*:

“Art. 1.481. Dentro de trinta dias, contados do registro do título aquisitivo, tem o adquirente do imóvel hipotecado o direito de remi-lo, citando os credores hipotecários e propondo importância não inferior ao preço por que o adquiriu.”

Acresce o art. 1.488, incluído na nova redação do Código, que os donos de unidade autônoma em condomínio edilício ou imóvel que venha a ser loteado podem requerer em juízo a divisão do ônus da hipoteca, “obedecida a proporção entre o valor de cada um deles e o crédito”.

Portanto, a menção ao direito de remição pelos adquirentes que comprarem a vista unidades autônomas de condomínio, contida no § 3º do projeto de lei, é expletiva, pois já se encontra este direito regrado nos arts. 1.481 e 1.488, os quais também facultam, aos compradores de imóveis que não os adquiram a vista, a opção pela remição, a qualquer momento, a partir da assunção da dívida contraída pelo devedor hipotecário.

A atual redação do parágrafo pode sugerir que o simples pagamento a vista do imóvel garantiria a extinção não onerosa da obri-

gação principal (da dívida), o que contradiz o espírito do instituto da remição, conforme expresso no novo Código Civil. Nesta hipótese, ainda que o artigo venha a proteger os compradores de imóvel da excussão de seus bens, prejudica as financiadoras, pois extingue a garantia da dívida assumida pelas construtoras e pelas incorporadoras e, no limite, pode constranger o crescimento do próprio setor de construção civil, posto que desencoraja as financiadoras a oferecerem crédito a essas empresas.

O § 4º do projeto, por sua vez, trata da remição da hipoteca pelo pagamento da obrigação principal pelo devedor hipotecante. Impõe obrigação do devedor de repassar ao credor hipotecário o valor correspondente à fração da dívida hipotecária, representada pela unidade autônoma vendida a vista, em até três dias após o pagamento. O dispositivo configura-se, pois, em disciplina nova, não contraditória aos princípios regentes do instituto da hipoteca constantes no novo Código. Alertamos, porém, para o fato de que o prazo estabelecido é por demais exíguo, se considerada, por exemplo, a possibilidade da financiadora da construção estar sediada em outro país.

O objetivo imanente ao parágrafo é o de libertar o comprador do imóvel da pendência da hipoteca, uma vez que nada mais deve ao vendedor. Dessa forma, a proteção ora aventada pode ser estendida àqueles que pagarem a última prestação de seus imóveis, sugestão que incorporamos na redação da minuta de projeto. Vale ressaltar que essa proteção também é benéfica às financiadoras e à economia, em virtude do fato de que lhes assegura a quitação da dívida correspondente à unidade autônoma vendida, evita a rolagem irresponsável da dívida das empresas e das incorporadoras com a renegociação da hipoteca e, destarte, o desaquecimento do setor econômico da construção civil.

Nada obstante, é preciso destacar que o dispositivo também pode ter efeitos negativos, visto que se constitui em “camisa-de-força” à administração das construtoras e negociadoras. Impõe o § 4º uma única forma de extinção da dívida, qual seja, o pagamento, quando esta bem poderia ser renegociada, de acordo com entendimentos mantidos entre as construtoras ou incorporadoras e as financiadoras, sem detrimento da obrigação de extinção da obrigação principal.

Deduz-se, pois, que a redação do § 3º é equívoca e que a modalidade de remição à qual se refere é, especificamente, aquela em que o devedor paga a obrigação principal (dívida), mencionada no § 4º. É preciso, pois, compatibilizar os §§ 3º e 4º, de forma a conferir clareza ao objetivo aventado, ao que sugerimos nova redação ao § 4º.

Acreditamos, contudo, que mesmo a solução apresentada – a inclusão da obrigação do devedor hipotecante de repassar fração da dívida hipotecária correspondente – sem que haja mecanismo de sanção, torna a iniciativa explícita no projeto em apreço inócua. Sugerimos, ainda, o acréscimo de previsão de multa em favor do credor hipotecário.

O projeto destaca-se pela juridicidade, pois, com vistas a proteger os adquirentes, apresenta fórmula de quitação da hipoteca e não tese (??), afastada pela jurisprudência, de que seria a hipoteca inválida apenas pelo fato de o comprador ter pago todos os seus compromissos à empresa ou incorporadora. Outra não é a orientação da Terceira Turma do C. STJ (Agravo nº 161.052/SP, Relator Ministro Waldemar Zveiter, j. em 15-10-1998, DJ de 7-12-98, p. 81).

O projeto é constitucional, jurídico, oportuno e conveniente. Todavia, cabem ressalvas quanto à referência extemporânea ao antigo Código Civil. O art. 815 foi substituído, no novo Código Civil, pelo art. 1.481, que contém quatro parágrafos. Portanto, os §§ 3º e 4º do projeto deverão ser incorporados ao art. 1.481 e ocupar a quinta e sexta posições, respectivamente, dentre o rol parágrafos.

III – VOTO

Votamos pela aprovação do projeto, com as ressalvas acima:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2003

Acrescenta dispositivos ao art. 1.481 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001 – Novo Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.481 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001 – Novo Código Civil, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 1.481.

§ 5º O adquirente de unidade autônoma em condomínio, financiada junto a instituições financeiras pelo construtor ou incorporador, que comprá-la a vista e por escritura pública ou saldar a última prestação da compra terá direito à remição.

§ 6º Para o atendimento do disposto no § 5º, o devedor hipotecante repassará ao credor hipotecário o valor correspondente à fração da dívida hipotecária, representada pela unidade autônoma vendida a vista, em até sete dias após o pagamento, sob pena de multa de 1% por dia, a partir do término deste prazo, sobre o valor da hipoteca em benefício do credor hipotecário.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PONTE SOBRE O RIO JAGUARÃO

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2003 (PDC nº 1.574, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, e recuperação da atual Ponte Barão de Mauá, celebrado em 21 de novembro de 2000.

I – RELATÓRIO

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 341, de 18 de abril de 2001, portadora do Acordo em epígrafe. Também por preceito constitucional, a mensagem presidencial iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, a mensagem foi destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que decidiu pela formulação do presente Projeto de Decreto Legislativo autorizativo. A proposição foi, em seguida, apreciada pelas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Redação, sendo finalmente aprovada na Câmara dos Deputados em 25 de fevereiro de 2003.

No dia 11 de março subsequente, o Projeto de Decreto Legislativo foi recebido no Senado Federal, sendo encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 13 de março seguinte e, ao Relator signatário, no dia 25 de março de 2003.

II – ANÁLISE

O presente acordo foi firmado para ampliar a integração física entre os territórios do Brasil e da República Oriental do Uruguai. O Acordo estabelece, em seu artigo I, que, “as Partes se comprometem a iniciar, por intermédio das suas respectivas autoridades competentes e com a brevidade requerida, as ações referentes à construção e exploração, em regime de concessão de obra pública, de uma segunda ponte sobre o rio Jaguarão, incluindo a infra-estrutura complementar necessária e seus acessos, situada nas proximidades das cidades de Jaguarão, no Brasil, e de Rio Branco, no Uruguai”.

Comprometem-se, ainda, as Partes em elaborar, de forma vinculada à execução desse Acordo, recuperação da ponte Barão de Mauá, atual ligação viária entre as duas cidades.

Com essa finalidade, o acordo prevê a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Uruguia de Licitação, composta por cinco membros de cada delegação, envolvendo órgãos centrais e governos locais de cada uma das Partes.

O Acordo determina que a Comissão Mista levará em conta em seus trabalhos o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim), de 1977, assim como os demais instrumentos e decisões relativos ao transporte internacional terrestre firmados pelas Partes.

A Comissão Bilateral a ser criada terá como competências:

- reunir os dados disponíveis e fornecer os estudos complementares necessários relativos aos aspectos técnicos, ambientais, econômicos e financeiros da obra, a fim de elaborar os Termos de Referência respectivos, levando em conta a decisão de ambos os países de que a construção e a exploração da nova ponte sejam efetuadas sob o regime de concessão de obra pública, sem aval dos Governos e sem garantia de trânsito mínimo, com a sua atribuição a um consórcio privado, do qual participem empresas brasileiras e uruguaias, proporcionalmente;
- preparar a documentação necessária e levar a cabo a licitação pública e adjudicação para a construção e exploração da

segunda ponte, assim como seus acessos, e a recuperação da ponte Barão de Mauá;

- supervisionar a execução e exercer a fiscalização dos estudos, serviços e trabalhos contratados, até um ano depois do início da exploração da concessão;
- estabelecer as condições a serem cumpridas pelo concessionário para a realização das obras e a exploração da concessão; e
- acompanhar e supervisionar a manutenção, a operação e a exploração da nova ponte, durante o primeiro ano do período de vigência da exploração da concessão.

As Partes arcarão com, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos investimentos relativos à construção da segunda ponte, acessos, obras complementares e recuperação da ponte Barão de Mauá, em montantes idênticos, ficando o restante a cargo do consórcio vencedor da licitação. Os custos referentes às desapropriações em cada território nacional serão da responsabilidade exclusiva da Parte respectiva, segundo suas legislações internas.

Com o presente acordo, destarte, Brasil e Uruguai estão criando as condições institucionais necessárias para a edificação de uma segunda ponte entre os dois países. O texto do Acordo define normas gerais que devem pautar a realização da obra, com criação de um órgão binacional, a necessidade do estudo prévio e a divisão dos gastos, e a adoção do sistema de concessão. Essas regras visam garantir a transparência do processo de construção da nova ponte, dividindo as responsabilidades e custos entre os dois países, além de promover um mecanismo de administração que se considera adequado e moderno.

Cuida-se, portanto, um entendimento bigovernamental com vistas a atender a importante demanda por ligação terrestre entre Brasil e Uruguai. Há de se ter consciência que essa é uma questão vital não só para as populações locais, como para toda a saúde da economia regional, trazendo conseqüências benéficas para as próprias iniciativas de integração protagonizadas pelo Brasil, no caso, o Mercosul. O incremento do fluxo comercial fica muitas vezes dificultado pela inexistência de ligações suficientes e pelas más condições das estradas. O aprimoramento da via terrestre entre os territórios do Brasil e

do Uruguai constitui-se, indubitavelmente, numa prioridade para a intensificação dos fluxos de comércio terrestre naquela região.

III – VOTO

Pela importância da matéria, e tendo em vista o impacto econômico extremamente positivo que causará ao Rio Grande do Sul e a todo o País, melhorando as condições de ligação com o território do Uruguai, entendemos ser de alta relevância a presente proposição, pelo que opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2003.

IMPOSTO SOBRE AERONAVES

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Ofício “S” nº 5, de 2003 (Ofício Externo nº 18, de 19-2-2003, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, que encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 255.111, que declarou a inconstitucionalidade do inciso III do art. 6º da referida lei estadual (cobrança de IPVA para aeronaves).

I – RELATÓRIO

Pelo Ofício “S” nº 5, de 2003 (Of. nº 18, de 19-2-2003, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e da legislação objeto de decisão, versão do registro taquigráfico e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 255.111, que declarou a inconstitucionalidade incidental do inciso III do art. 6º da Lei nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo.

A norma julgada inconstitucional é a seguinte:

“Art. 6º Para efeito de lançamento, quanto a veículo usado, a Secretaria da Fazenda estabelecerá tabela de valores venais, levando em conta:

.....
III – em relação a aeronaves: peso máximo de decolagem e ano de fabricação.”

De acordo com os autos, trata-se de recurso proposto por Adriano Coselli S/A Comércio e Importação contra o Estado de São Paulo, com base nos seguintes fundamentos de fato e de direito.

O recorrente sustentou que tanto para a instituição de tributo novo como para alteração de fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, seria imprescindível a edição da lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

Prosseguiu discorrendo sobre a instituição do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), no Estado de São Paulo, a incidir, inicialmente, apenas sobre veículos terrestres.

A partir da edição da Lei Estadual nº 6.606/89, pretendeu-se estender a exação às aeronaves, o que implicou a alteração do fato gerador do tributo, que passou a ser a propriedade de veículos terrestres e aeronaves. Alterou-se, também, o sujeito passivo, que, além do proprietário de veículos terrestres, passou a ser ainda o proprietário de aeronaves, bem como a base de cálculo, ampliando-a, para que pudesse ser atingido o valor venal dos aviões.

O recorrente tem por inconstitucional tal regramento, com base no argumento de que para que haja ampliação da aplicação do IPVA à espécie seria necessária a edição prévia da lei complementar referida.

A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou as suas contrarrazões com base nas Súmulas nºs 280, 282 e 356, do Supremo Tribunal Federal, que versam sobre condições de inadmissibilidade de recurso especial e na decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo da qual se recorreu.

O juízo de admissibilidade do Tribunal foi contrário ao conhecimento do recurso, que foi processado em razão do acolhimento de agravo pela Suprema Corte.

Por fim, cumpre consignar que a Procuradoria-Geral da República, ouvida em razão do previsto no art. 103, § 2º, da Lei Maior,

opinou pelo não-provimento do recurso, alegando precedentes da Corte.

O Relator do feito, Ministro Marco Aurélio, no seu voto, não obstante opine pelo conhecimento do recurso, conclui pelo seu desprovimento.

O argumento básico de Sua Excelência para rejeitar o pedido do recorrente para reformar a decisão impugnada foi no sentido de que o art. 155, I, c, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores, estando incluídos na expressão veículos automotores todos aqueles veículos que tenham propulsão própria e que sirvam ao transporte de pessoas e coisas.

Nesse sentido, Sua Excelência cita lição de Cretella Júnior, “... para quem, lato sensu, veículo automotor é o impulsionado por maquinismo interno com fabricação e circulação autorizadas, servindo para o transporte de pessoas, bens ou produtos de natureza terrestre, hídrica ou aérea” (Cf. *Comentários à Constituição Brasileira*, 5º volume, arts. 127 a 1162, Ed. Saraiva, 1992).

Portanto, seria legítima a Lei nº 6.606, de 20-12-89, do Estado de São Paulo, quando estabelece a incidência do IPVA sobre a propriedade de aeronaves.

Ocorre que a maioria do Supremo Tribunal Federal dissentiu do entendimento do Ministro-Relator, a partir da opinião do Ministro Sepúlveda Pertence sobre a matéria.

O Ministro Pertence sustentou o seu voto pelo provimento do recurso com base em parecer de 1986, do então Procurador da República Moacir Antônio Machado da Silva.

Nesse parecer se sustenta a tese de que a expressão veículos automotores, no contexto do IPVA, não pode ser aplicada aos veículos aéreos e aquáticos, mas apenas aos veículos terrestres.

Para alicerçar essa tese, o ilustre parecerista se embasa em diversos argumentos, de que destacamos os seguintes.

Primeiro, a expressão veículos automotores, historicamente em nosso direito, abrangeria apenas os veículos terrestres. É assim na legislação de trânsito. Igualmente, no Direito Internacional, eis que a Convenção sobre Transporte Viário, celebrada em Viena em 1968, considera veículo automotor “todo veículo motorizado que serve normalmente

para o transporte viário de pessoas ou cousas ou para tração viária de veículos utilizados para o transporte de pessoas ou de cousas”.

Ademais, a legislação pátria sobre direito aeronáutico jamais utilizaria a expressão “veículo automotor” para qualificar os veículos aéreos, que sempre teriam recebido a denominação específica de aeronaves, desde o Decreto nº 20.914, de 1932, que regulamentou a execução dos serviços aeronáuticos civis.

Além disso, a tributação de navios e aeronaves em textos constitucionais anteriores sempre foi referida de forma clara e inequívoca, quando se definiu a competência da União para cobrar “taxas de entrada, saída e estadia de navios e aeronaves (Constituição de 1934, art. 6º, II; Constituição de 1967, art. 20, III)”.

Também a legislação infraconstitucional referente a tributos aplicáveis às atividades aeronáuticas e hidroviárias sempre foi da competência da União.

Outrossim, o IPVA foi adotado, pela Emenda à Constituição nº 27, de 1985, para substituir a antiga Taxa Rodoviária Única (TRU), que, como o próprio nome indica, dizia respeito a veículos rodoviários, vale dizer, terrestres.

Enfim, o voto do Ministro Sepúlveda Pertence foi acolhido pela maioria do Supremo Tribunal Federal, sendo o seguinte o teor da decisão:

“*Decisão:* O Tribunal, por maioria, vencido o Relator, o Senhor Ministro Marco Aurélio, Presidente, não conheceu do extraordinário e declarou a inconstitucionalidade do inciso III do artigo 6º da Lei nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Jobim. Plenário. 29-5-2002.”

Posteriormente, houve retificação da decisão, à vista de erro material evidente, pois se o Tribunal não tivesse conhecido do recurso, não poderia ter declarado a inconstitucionalidade da norma em questão. Tal retificação está vazada nos seguintes termos:

“*Retificação:* Ante a existência de erro material, retificada, por unanimidade, a proclamação da decisão

do Recurso Extraordinário nº 255.111-2/SP, constante da Ata da 15ª (décima quinta) sessão ordinária, publicada no *Diário da Justiça* de 14 de junho de 2002, para constar que o Tribunal, por maioria, vencido o Relator, o Senhor Ministro Marco Aurélio, Presidente, conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário para deferir o mandado de segurança, declarando a inconstitucionalidade do inciso III do artigo 6º da Lei nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo. Ausentes, justificadamente, nesta retificação, os Senhores Ministros Celso de Mello e Nelson Jobim. Plenário. 24-10-2002.”

A Ementa do acórdão ficou assim resumida:

“EMENTA: IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (CF, art. 155, III; CF 69, art. 23, III e § 13, CF EC 27/85): Campo de Incidência que não inclui embarcações e aeronaves.”

O acórdão transitou em julgado em 10 de fevereiro de 2003.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a matéria, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Outrossim, o assunto está regulamentado, além do art. 101, III, nos arts. 386 a 388 do Regimento Interno desta Casa, que prevêem o conhecimento pelo Senado Federal de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, mediante comunicação do Presidente do Tribunal ou representação do Procurador-Geral da República, sendo que, no caso em tela, esse conhecimento se fez mediante a primeira das alternativas.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e votos,

do registro taquigráfico do julgamento, do texto legal questionado, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas todas as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Por fim, segundo entendemos, à luz dos autos, faz-se oportuno e conveniente retirar do ordenamento jurídico-legal a norma de que se trata aqui, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede incidental, conferindo, portanto, efeito *erga omnes* à decisão do Pretório Excelso no Recurso Extraordinário nº 255.111.

III – VOTO

Ante o exposto, e em especial com base nos arts. 101, III e 388 da Carta regimental desta Casa, opinamos pela apresentação do projeto de resolução anexo:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2003

Suspende a execução do inciso III do art. 6º da Lei nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de diploma legal, conforme decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 255.111 – São Paulo,

Resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso III do art. 6º da Lei nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ABANDONO DE INCAPAZ

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001, que “Altera o art. 133, § 3º, II, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)”.

I – RELATÓRIO

É encaminhado à apreciação desta Comissão de Constituição o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que pretende incluir o termo “companheiro” no inciso II do § 3º do art. 133 do Código Penal, que trata do abandono do incapaz.

O autor diz que a pretendida inclusão do termo “companheiro” entre aqueles sujeitos ao aumento de um terço da pena visa modernizar a legislação, ajustando-a à “realidade social que reconhece no concubinato os mesmos direitos e deveres do cônjuge”.

Aduz, ainda, entre os argumentos que “a legislação brasileira já prevê a extensão, ao companheiro, dos direitos e deveres, na esfera civil. Entretanto, na área penal não se pode aplicar esse entendimento, pois a analogia só pode ser aplicada *in bona partem*”.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o Relatório.

II – ANÁLISE

É importante destacar, de início, que a Constituição Federal protege não só a família legalmente constituída, mas também a decorrente de união estável, conforme se depreende de seus dispositivos.

Assim dispõem os §§ 3º e 8º do art. 226 da Lei Maior:

“Art. 226.

.....
§ 3º Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

.....
§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”

Ademais, o art. 5º, XXXIX, da Constituição determina que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

A Constituição de 1988 reafirma o princípio da legalidade, do qual decorre a proibição da aplicação da analogia para fundamentar ou agravar a pena. A exigência de lei prévia e estrita impede a aplicação, na lei penal, da analogia *in malam partem*.

Essa proibição de aplicar ou agravar a pena em hipóteses não previstas em lei, porém semelhantes às que estão previstas, recai sobre todas as normas incriminadoras. De acordo com os princípios norteadores do Direito Penal, a lei que define os tipos penais deve fazê-lo claramente, sem deixar margem a dúvidas; conseqüentemente, não deve conter tipos incriminadores genéricos ou vazios.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001, que permite complementar o tipo penal, para ajustá-lo à evolução do conceito de família.

AEROPORTO DE RIO BRANCO

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre consulta da Comissão de Educação acerca da tramitação dos Projetos de Lei do Senado nº 149, de 1999, que estabelece que “o Aeroporto Internacional Presidente Medici passa a se chamar Aeroporto Internacional Chico Mendes”, e nº 320, de 1999, que “denomina Aeroporto Oscar Passos o novo aeroporto em construção, na cidade de Rio Branco, Acre”, que tramitam conjuntamente.

I – RELATÓRIO

Encontram-se nesta Comissão, em atendimento a solicitação de audiência formulada pela Comissão de Educação, nos termos do art. 138, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, os Projetos de Lei do Senado nºs 149 e 320, ambos de 1999, em regime de tramitação conjunta.

Questiona a referida Comissão se foram cumpridas as normas regimentais, pela Comissão de Assuntos Sociais, quando do exame da matéria, ao decidir pela aprovação das duas proposições, nos termos do substitutivo oferecido.

O Projeto de Lei do Senado nº 149, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, visa que o Aeroporto Internacional Presidente Medici, localizado na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, passe a ser denominado Aeroporto Internacional Chico Mendes. Cabe informar que se trata, na verdade, da reapresentação de proposta de igual teor – o PLS nº182, de 1998, da mesma autora – arquivado ao término da legislatura, por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, de autoria do Senador Nabor Júnior, propõe que o novo aeroporto em construção, na cidade de Rio Branco, Acre, seja denominado “Aeroporto Oscar Passos”.

O PLS nº 149 e o PLS nº 320, de 1999, foram distribuídos à Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa, respectivamente, em 18 de março e em 10 de maio do mesmo ano. Nenhuma das proposições recebeu emendas.

Em agosto de 1999, tendo em vista que a CE não proferira seu parecer no prazo regimental, a Senadora Marina Silva requereu a inclusão do PLS nº 149, de 1999, na Ordem do Dia, com base no art. 172, I, do Regimento Interno. Em março de 2000, a Senadora apresentou requerimento para sua tramitação em conjunto com o PLS nº 320, de 1999.

Na Comissão de Educação, os projetos foram examinados pelo relator, que elaborou minuta de parecer que concluía pela rejeição do PLS nº 149, de 1999, e pela aprovação do PLS nº 320, de 1999, na forma de substitutivo oferecido. O relatório, contudo, não chegou a ser votado.

Posteriormente, a Senadora Marina Silva solicitou que a matéria fosse apreciada, também, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na CAS, ao contrário do que ocorrera na CE, o relator apresentou minuta de parecer favorável à aprovação do PLS nº 149, de 1999, e pela rejeição do PLS nº 320, de 1999. Após vista concedida ao Senador Gilvam Borges e à Senadora Emilia Fernandes, ambos os projetos foram parcialmente aprovados pela CAS, na forma de substitutivo, que propunha denominar Plácido de Castro o aeroporto internacional de Rio Branco.

De volta à CE, a Comissão decidiu pelo envio da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esta se pronunciasse sobre o processo de tramitação das duas proposições, no que tange ao cumprimento das normas regimentais e à economia processual.

II – ANÁLISE

Tendo em vista a deliberação da CE acima referida, cabe a esta CCJ a análise – quanto aos aspectos regimentais – do processo de tramitação do PLS nº 149, de 1999, e do PLS nº 320, de 1999, e, espe-

cialmente, no que diz respeito à decisão da CAS, que concluiu pela aprovação parcial dos dois projetos.

Sobre a tramitação conjunta, observamos que os procedimentos adotados obedeceram ao disposto na art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), uma vez que as duas proposições tratam rigorosamente da mesma matéria, qual seja, a denominação do aeroporto de Rio Branco, no Acre. Não há, portanto, reparos a fazer quanto a esse aspecto.

Quanto ao parecer aprovado pela CAS, no entanto, consideramos que a aprovação simultânea de duas proposições que tramitam em conjunto não é admissível. A aprovação, ainda que parcial e sob a forma de substitutivo, implica necessariamente a continuidade do processo de tramitação, o que seria inexecutável se fossem mantidas todas as referências numéricas que identificam as diferentes proposições. É imperioso, portanto, optar pela aprovação de uma única proposição, na forma de substitutivo, se for o caso, com os aperfeiçoamentos oferecidos pelas proposições apensadas.

III – VOTO

Em face do exposto, concluímos que a matéria deverá retornar à CAS, para submeter-se a nova apreciação.

AÇÕES TRABALHISTAS DE DOENTES

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2001 (nº 3.635, de 1997, na origem), que dispõe sobre a prioridade a ser dada aos processos e julgamentos de ações trabalhistas cujos autores sejam doentes em estado terminal.

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2001, de iniciativa do Deputado Airton Dipp, que concede prioridade no processamento e julgamento das ações trabalhistas movidas por doentes em estado terminal, quando a causa de pedir decorra de uma demissão imotivada.

Na forma da redação inicial, a proposta beneficiaria somente os portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS. Durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, entendeu-se que a restrição do benefício a esses pacientes seria discriminatória, optando-se por estendê-lo a todos os pacientes terminais, independentemente da natureza da doença.

Na defesa da prioridade processual para os pacientes terminais, o autor aponta as dificuldades enfrentadas por estes e a morosidade da Justiça Trabalhista. Segundo ele, inúmeras vezes, a prestação jurisdicional tem chegado tardiamente, em prejuízo do tratamento médico e da qualidade de sobrevivência do trabalhador acometido da doença.

É o relatório.

II – ANÁLISE

A concessão de prioridade processual para pacientes terminais, matéria de objeto da proposição, insere-se no campo mais abrangente

do Direito Processual do Trabalho. Este tema é de competência privativa da União e de iniciativa comum, nos termos do inciso I do art. 22 e do *caput* do art. 61 da Constituição Federal. Dada a observância desses dispositivos e a inexistência de outros impedimentos jurídicos ou regimentais, cumpre reconhecer a constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2001.

Na avaliação do mérito, firmamos, também, entendimento favorável à aprovação da iniciativa. Trata-se de medida que, de algum modo, visa atenuar o sofrimento dos pacientes terminais e de seus familiares, mediante a agilização dos trâmites e do julgamento das ações trabalhistas de interesse desses pacientes, geralmente trabalhadores que, por estarem enfermos, precisam, em caráter permanente, de atendimento médico-hospitalar. Uma justiça tardia, nesse caso, além de postergar possíveis recursos necessários à sobrevivência do paciente, certamente diminui a confiança nas instituições judiciais, revelando ineficácia do Poder Judiciário.

Ademais, é justo que direitos trabalhistas, fruto do exercício pessoal do trabalho, não sejam pagos, oportunamente, a quem os executou, acabando por beneficiar herdeiros estranhos à relação empregatícia. O aspecto humano subjacente ao projeto justifica, com plenitude, a concessão desse atendimento prioritário. Nem é preciso enfatizar o caráter alimentar das verbas salariais, mormente quando se trata de trabalhador acometido de doença grave.

Através da Lei nº 10.173, de 9 de janeiro de 2001, foi concedida prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos. Se aos idosos concede-se esse benefício, com certeza, também o merecem os pacientes terminais.

Para adequar a iniciativa aos termos da Lei Complementar de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, resolvemos inserir a norma proposta na legislação pertinente, já consolidada, mediante o acréscimo de parágrafo único ao art. 765 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

III – VOTO

Reconhecidos a constitucionalidade e o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2001, votamos pela sua aprovação, ade-

quando-o, no entanto, aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Diante disso, o art. 1º da proposição passa a ter a seguinte redação, sem nenhuma alteração de seu conteúdo:

“Art. 1º O art. 765 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 765.

Parágrafo único. As ações trabalhistas que tenham como causa de pedir as demissões imotivadas e, como reclamante, doentes em estado terminal, deverão ser processadas e julgadas prioritariamente sobre as demais.”

(NR)

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL

Parecer sobre Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2003 (proveniente da Medida Provisória nº 110, de 2003), que cria a Carreira de Agente Penitenciário Federal no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

A proposição legislativa que nos é dado relatar tem por objeto permitir a carreira de Agente Penitenciário Federal no âmbito do Ministério da Justiça, com previsão inicial de ocupação de 500 cargos efetivos, provisionados mediante o devido processo seletivo legal, ou seja, por concurso público em nível de ensino médio.

Dispõe ainda o projeto sobre as funções do agente penitenciário, qual seja, entre outras, a custódia e a vigilância nos órgãos do sistema penitenciário federal.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi relatada pelo ilustre Deputado Asdrúbal Bentes, que, auxiliado por emendas de seus pares, aprimorou sobremaneira o texto original.

II – VOTO

Na função de Relator Revisor no Senado Federal, opino que à proposição não estão ausentes os pressupostos da constitucionalidade, urgência e relevância.

Entretanto, em contato com a Liderança do Governo no Senado, na figura do seu ilustre Líder Senador Aloizio Mercadante, foi-nos ponderado da necessidade inequívoca da restituição ao texto do projeto de lei de conversão, o dispositivo previsto no art. 6º da Me-

dida Provisória, que autoriza ao Departamento de Polícia Federal a contratação, em caráter excepcional e de extremo interesse público, de até duzentos especialistas em segurança pública, até que se providencie o devido suprimento destes cargos na forma prevista nos diplomas legais pertinentes.

Assim, voto pela admissibilidade da proposição e no mérito pela aprovação com a seguinte emenda:

EMENDA DE RELATOR AO PLV Nº 14, DE 2003
(*proveniente da Medida Provisória nº 110, de 2003*)

Acrescente-se, onde couber, ao PLV nº 14, de 2003 o seguinte artigo:

“Art. Fica o Departamento de Polícia Federal, para atender à necessidade de excepcional interesse público, autorizado a contratar, em caráter temporário, até duzentos especialistas, na área de segurança pública, com o objetivo de suprir a necessidade imediata de custódia, vigilância, guarda e assistência de pessoas recolhidas em estabelecimentos penais, observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, cujo recrutamento observará o disposto no *caput* do art. 3º da referida lei.

§ 1º A duração dos contratos será de doze meses, admitida uma prorrogação por igual prazo.

§ 2º A remuneração dos profissionais contratados corresponderá a parcela única de R\$2.000,00 (dois mil reais) mensais, vedado o pagamento ou a incidência de quaisquer outras vantagens adicionais ou parcelas de natureza remuneratória, ressalvado o disposto no art. 11 da Lei nº 8.745 de 1993.”

SEGURO EDUCACIONAL

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, que dispõe sobre o seguro educacional.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise e decisão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, de iniciativa do Senador Carlos Bezerra.

A proposição institui o referido seguro com o objetivo de “auxiliar o custeio das despesas com educação de seu beneficiário, à luz da ocorrência dos riscos segurados”.

São excluídos da modalidade educacional os seguros de acidentes pessoais destinados à cobertura dos educandos.

A proposição estabelece, ainda, as garantias dessa modalidade de seguro e define que somente o educando será o beneficiário, mesmo que legalmente representado ou assistido. Trata, ademais, dos riscos seguráveis.

Determina, por outro lado, que o capital segurado deva ser destinado ao pagamento das mensalidades e, opcional ou adicionalmente, previsto para outras despesas escolares, podendo prever um valor a ser pago, a título de apoio e estímulo à iniciação profissional.

A proposta estipula que o contrato deve fixar o prazo para o pagamento da indenização e dá outras providências.

Não foram oferecidas emendas ao projeto de lei dentro do prazo regimental.

II – ANÁLISE

Como a proposição foi encaminhada a esta Comissão, em decisão terminativa, entendemos que o exame da matéria deva abranger, também, os aspectos relativos à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

A proposição cuida de assunto da competência legislativa da União, que se insere entre as atribuições do Congresso Nacional, previstas no art. 48 da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é legítima, conforme preceitua o art. 61. Assim, a proposição não contraria disposições constitucionais nem infraconstitucionais.

Com respeito à técnica legislativa, a alusão ao termo “Circular” foi equivocada. Portanto, é apresentada emenda ao fim do parecer para substituí-lo pela palavra “Lei”.

Em relação ao mérito, acentue-se que a educação, direito de todos, estende-se ao desenvolvimento da pessoa, à prática da cidadania e à qualificação para o trabalho. Esse é o entendimento atual da educação. Desse modo, ela não mais se restringe à simples instrução da pessoa.

Mencione-se que a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em sua Circular nº 47, de 1998, trata de maneira imprópria o seguro educacional. A maior imperfeição dessa norma consiste no fato de suas disposições excluírem vários cursos da possibilidade de uso do seguro educacional.

É de enfatizar que os princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana norteiam a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que se encontra harmonizada com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Para tanto, o projeto sob comento está em perfeita consonância com a disciplina da mencionada Lei nº 9.394, de 1996, visto que ele estende o uso do seguro educacional a todas as modalidades de ensino previstas e praticáveis pela iniciativa privada, até mesmo ao curso supletivo. Assim sendo, essa proposição constitui um relevante avanço normativo para o fomento da educação nacional.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, com a emenda a seguir indicada.

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

“Art. 3º O seguro educacional deve conter condições gerais especificamente elaboradas para o produto, atendendo às normas vigentes para os seguros de vida ou acidentes pessoais, respeitado, em especial, o disposto na presente lei.”

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AOS NECESSITADOS

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a emenda apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2000 (nº 1.122, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Emenda nº 1, de Plenário, ao PLC nº 46, de 1995 (nº 1.122, na origem), de autoria do Senador Romero Jucá, que visa acrescentar § 3º ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950.

É o seguinte o teor do § 3º, objeto da emenda:

“Art. 14.

§ 3º Os profissionais liberais designados para o desempenho do encargo de Advogado Dativo gozarão dos privilégios previstos no § 5º do artigo 5º desta lei, nos estados federados onde não hajam Defensorias Públicas organizadas.”

O ilustre autor da proposta apresenta, para justificá-la, dois objetivos: o de adequar a redação do texto à Constituição Federal e ao Estatuto da Advocacia, de que trata a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e, também, à Lei Orgânica da Defensoria Pública, que é a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Argumenta que se confundem as expressões referentes aos profissionais liberais designados para o desempenho do encargo de Defensor Dativo, pois advogado é profissional capaz de atuar na

prestação de serviço público e de função social, conquanto mantenha a condição de profissional liberal sob ministério privado, enquanto Defensor Público é agente do Estado incumbido da orientação jurídica e defesa dos necessitados, conforme dispõe o art. 134 da Constituição Federal.

II – ANÁLISE

Observa-se que o art. 5º, § 5º, da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, limita as prerrogativas dos defensores pertencentes a órgão estruturado para esse fim. Vejamos a redação do dispositivo:

“Art. 5º

§ 5º Nos Estados onde a assistência judiciária seja organizada e por eles mantida, o Defensor Público, ou quem exerça cargo equivalente, será intimado pessoalmente de todos os atos do processo em ambas as Instâncias, contando-se-lhes em dobro todos os prazos.”

Logo, é óbvio, onde a assistência judiciária não seja organizada, o profissional liberal que lhe exerça as funções perde as prerrogativas da correlação, inclusive da contagem em dobro dos prazos.

O paradoxo é evidente, pois, nos estados em que a assistência judiciária está organizada, não se precisa de advogado *ad hoc* para as defesas dativas e, quase sempre, urgentes. Assim, do texto legal em vigor ressalta incoerência que precisa ser corrigida na forma da emenda. Mediante o acréscimo do § 3º ao art. 14 da Lei de Assistência Judiciária, o benefício passará a alcançar os advogados não pertencentes àquela estrutura, que, com freqüência, exercem essa função.

III – VOTO

Com as considerações precedentes, manifestamo-nos pelo acolhimento da Emenda nº 1 – CCJ.

EXAME DE ACORDO COM O FMI

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o OFJ nº 1, de 2002 (Ofício SF – Interno nº 13, de 5-9-02, na origem), da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que comunica, ao Senado Federal, o recebimento de representação de entidades representantes de direitos civis acerca da necessidade de serem submetidas ao exame do Senado Federal as cláusulas do acordo que o Brasil está a negociar com o Fundo Monetário Internacional para receber empréstimo de cerca de US\$30.000.000.000,00 (trinta bilhões de dólares).

I – RELATÓRIO

É encaminhado à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o OFJ nº 1, de 2002 (Ofício nº 13, de 5-9-02, na origem), da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que comunica, ao Senado Federal, o recebimento de representação de entidades representantes de direitos civis “acerca da necessidade de serem submetidas ao exame do Senado Federal as cláusulas do acordo que o Brasil está a negociar com o Fundo Monetário Internacional para receber empréstimo de cerca de US\$30.000.000.000,00 (trinta bilhões de dólares)”.

Pretende a referida Procuradoria, acreditamos, provocar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se pronuncie sobre a obrigatoriedade de que os acordos firmados entre a República Federativa do Brasil com o Fundo Monetário Internacional sujeitem-se à prévia apreciação e autorização do Senado Federal.

A solicitação, logicamente, visa elucidar os trâmites a que o acordo esteja submetido, em face de legislação vigente, sua sujeição ou não à prévia autorização do Senado Federal.

II – ANÁLISE

De imediato, é importante frisar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já em outras oportunidades, onde se faziam presentes às celebrações de tais acordos, argumentava que atos internacionais, contratados com o FMI, envolviam operações de natureza financeira, de interesse da União e de suas autarquias, inserindo-se, assim, na competência privativa do Senado Federal, conforme determina o art. 52, V, da Constituição Federal. Entendia, ainda, por outro lado, que a CCJ deveria ser ouvida quanto aos aspectos jurídicos da operação e à eventual caracterização de ato gravoso ao patrimônio nacional.

Em conseqüência, em diferentes legislaturas, foram formulados projetos de resolução que visavam instituir e disciplinar a instrução processual necessária à apreciação dessa matéria por esta Casa, uma vez que inexistia norma explícita que disponha sobre a sua tramitação e trate da pluralidade de aspectos contidos em acordos, tratados e demais atos internacionais dessa natureza.

De fato, até 1998, o Poder Executivo Federal negligenciou o texto constitucional, não submetendo ao Senado Federal as operações de crédito contratadas com o FMI.

Prevaleceu até então, e se mantém, ainda, relativamente ao novo acordo referido, o entendimento de que as operações contratadas, diretamente, com o FMI, nas suas diversas formas, já se encontram incorporadas ao Direito Interno brasileiro, por força da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Convênio Constitutivo do organismo e alterações posteriores. Em razão dessa aprovação do Convênio Constitutivo do FMI, tem sido usual e constante o entendimento de que não dependem da autorização senatorial. Isso porque essas operações acham-se fundadas em um tratado originário, derivando-se, pois, de previsão pactícia rigidamente estipulada, o que no Direito dos Tratados recebe a designação de tratados-lei.

As relações entre os Estados soberanos sócios e o Fundo Monetário Internacional, por conseguinte, se processam de forma legalmente amparada e em plena efetividade.

Em decorrência, naquele ano, somente a contratação de empréstimo do Banco Central do Brasil junto ao Banco de Compensações Internacionais (BIS) e ao Banco do Japão (BOJ), no âmbito de programa de apoio financeiro patrocinado pelo FMI, foi submetida ao Senado Federal por meio da Mensagem Presidencial nº 275, de 1998, e autorizada por esta Casa, nos termos da Resolução nº 96, de 1998.

Em verdade, a submissão daquele apoio financeiro à apreciação do Senado Federal ocorreu em virtude de manifestação do Presidente da Mesa do Senado Federal por ocasião da sessão realizada em 26 de novembro de 1998. Em resposta à Questão de Ordem encaminhada pelo Senador Eduardo Suplicy, e publicada às pp. 17064/5 do *Diário do Senado Federal* do dia seguinte, entendeu o Presidente do Congresso Nacional que as operações com o Banco de Compensações Internacionais (BIS), com o Banco Mundial (BIRD) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) seriam materializadas em contratos de abertura de crédito e, portanto, se sujeitariam à autorização do Senado, tal qual estabelecido no art. 52, inciso V, da Constituição.

Frise-se: entendeu a Mesa e também o Ministério da Fazenda, naquela ocasião, que apenas as operações do BIS, do Bird e do BID são submetidas ao Plenário do Senado. Mas, a Mesa Diretora assentou, adicionalmente, que, se a Comissão revir esse entendimento, a Mesa nada tem a fazer a não ser cumprir a decisão da comissão, na ocasião própria que vier a exposição de motivos.

A nosso ver, a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais e condições do endividamento interno e externo da União e demais entidades por ela controladas direta ou indiretamente, não excluiu da apreciação desta Casa as operações de natureza financeira que se realizam com o FMI.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 52, V, que compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Determina, também, em seu art. 49, I, a competência exclusiva do Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Os acordos celebrados com o Fundo Monetário Internacional, inclusive suas revisões ou renegociações, definem todo um conjunto de metas, observância e cumprimento de parâmetros de desempenho econômico e de administração das contas públicas, como contrapartida à disponibilização de recursos financeiros pleiteados pelo Governo brasileiro, ou qualquer outro País-Membro dessa instituição.

E, como já enfatizado, o Senado Federal, ao regulamentar a sua competência privativa sobre o assunto, editou a Resolução nº 96, de 1989, na qual fixou limites e condições para as operações de crédito interno e externo da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, inclusive no que diz respeito à concessão de garantias.

Assim, para efeito do estrito cumprimento do mandamento constitucional, a norma senatorial conceitua como operação de crédito toda e qualquer obrigação decorrente de financiamentos ou empréstimos, mediante a celebração de contratos, emissão e aceite de títulos, ou concessão de quaisquer garantias, que represente compromissos assumidos com credores situados no País e no exterior (cf. parágrafo único do art. 1º da citada resolução).

Em se tratando de operações de crédito externo de qualquer natureza, da União e suas autarquias, além dos limites e condições específicos, a norma determina que a sua realização depende de prévia e expressa autorização do Senado Federal; que renegociação ou rolagem das referidas operações sejam submetidas à deliberação desta Casa, inclusive aditamentos a contratos que prevejam elevação dos valores mutuados ou financiados ou a redução dos prazos de amortização (cf. arts. 4º e 6º da Resolução nº 96, de 1989).

Do fato do valor mutuado ser contratado com uma instituição da qual o País é membro, em hipótese alguma permite concluir que se trata de mecanismo não previsto e não abrangido pela resolução do Senado Federal: a relação financeira fundamental dá-se entre a União e o organismo credor, no caso o FMI, o que é, e só pode ser interpretado, como já enfatizado, como típica operação de crédito. Note bem que ao Senado Federal compete privativamente, e unicamente, em matérias dessa natureza, exercer sua competência de controle na esfera do financiamento do gasto público contratado com credores internos e externos.

Só importa e se submete ao Senado Federal a relação que se dará entre o setor público e os agentes de financiamento de seu gasto, e isso independe da denominação ou forma que assume o mútuo de dinheiro ou o financiamento concedido por instituição ou organismo financeiro ou não financeiro. Dessa forma, para a compreensão do alcance daquele dispositivo legal, essas instituições ou organismos externos só existem e estabelecem relações de direitos e obrigações com o setor público enquanto prestadoras ou financiadoras.

Mais ainda, como explicitado em documento do próprio FMI: “Salvo el SCLP¹, todos los servicios financieros están sujetos a la tasa de interés del FMI, denominada ‘tasa de cargos’ (que incluye un ajuste por los cargos diferidos y atrasos) basada en el mercado; en algunos servicios se cobra una prima sobre la tasa de interés, o ‘sobretasa’. La tasa de cargos se basa en la tasa de interés del DEG, que se revisa semanalmente para tener en cuenta las fluctuaciones de las tasas de interés de corto plazo en los principales mercados monetarios internacionales. Actualmente la tasa de cargos es de alrededor del 2,9%. El FMI desalienta la utilización excesiva de sus recursos imponiendo una sobretasa a los préstamos de gran cuantía, y se espera que los países rembolsen los préstamos anticipadamente si su situación externa así lo permite”.

Fica evidente e claro, assim, que os termos do acordo referido enquadram-se na conceituação de operação de crédito contida na referida Resolução nº 96, de 1989. Ou seja, há, por parte da União, assunção de compromissos financeiros junto ao FMI, por intermédio da celebração de contratos que fixam valores mutuados, encargos financeiros incidentes, seus prazos e formas de amortização. Nesse entendimento, as operações financeiras contidas nos termos do referido acordo subordinam-se às condições e exigências estipuladas na citada Resolução nº 96, de 1989.

Enfatize-se que o FMI é, na verdade, um depositário das reservas e moedas de seus membros. Ele, no exercício de uma de suas principais funções, usa esse *pool* de recursos para conceder créditos

1. Representa uma modalidade de assistência financeira do FMI a países de baixa renda, com encargos financeiros privilegiados, e orientada a promover o crescimento e a redução do nível de pobreza nesses países.

aos membros que estejam enfrentando dificuldades econômicas com reflexo em seus balanços de pagamentos. Ou seja, trata-se de operação de crédito em que os recursos provêm de depósitos feitos por outros países no FMI.

A única possibilidade em que uma operação com o FMI não seria caracterizada como operação de crédito seria aquela em que o Brasil, como país-membro, retirasse apenas montante correspondente à sua cota-parte depositada na instituição.

Todavia não é este o caso em tela. A operação em análise corresponde ao que o FMI, em sua publicação acima referida, denomina de operações não privilegiadas ou não favorecidas e que compreendem modalidades operacionais nas quais são previstos condicionamentos para desembolsos, taxas de juros, sobretaxas e prazos de retorno.

A despeito da caracterização da assistência financeira promovida pelo FMI ser elevada a uma categoria específica de operação de crédito e daí sua submissão às normas da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, é fundamental destacar que o Direito Internacional Positivo não prevê norma que assegure a supremacia dos tratados, atos ou acordos internacionais sobre as normas do Direito interno dos Estados envolvidos.

Com efeito, mesmo admitindo e reconhecendo divergentes posições doutrinárias relativamente às regras de composição entre o Direito Internacional e as normas internas, Celso Ribeiro Bastos em *Comentários à Constituição do Brasil*, ao tratar da posição hierárquica do tratado internacional, conclui que “nessas construções doutrinárias, observa-se um ponto comum, qual seja, o do primado da Constituição”. É, pois, incompreensível a celebração de acordos, atos ou tratados internacionais derogatórios do texto constitucional respectivo. Entendimentos dessa natureza equivaleriam, no mínimo, a admitir a possibilidade de reforma constitucional mediante a promulgação de tratados ou atos internacionais. Não é o caso, obviamente, do ordenamento jurídico brasileiro, onde são claras e explícitas as modalidades admitidas para a reforma constitucional e é definida e assinalada competência ao Senado Federal para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Assim, por força do exposto no inciso V do art. 52 da Constituição Federal, necessariamente a assistência financeira promovida

pelo FMI ao Brasil deve ser previamente submetida à apreciação e autorização do Senado Federal.

Portanto, parece-nos claro que, sobre a matéria, no que diz respeito a sua natureza financeira, inexistente o *vacatio legis*.

Logicamente, como já enfatizado, tais operações, usualmente, estão inseridas em acordos que envolvem compromissos bem mais abrangentes.

No presente acordo, de natureza *stand-by*, são definidas as necessidades de atendimento de metas indicativas, onde se inserem as de natureza fiscal (relativas ao desempenho para o resultado primário do setor público consolidado e as indicações para o comportamento de sua dívida líquida), monetária (definidora de mecanismo de consulta sobre a taxa de inflação de 12 meses) e do setor externo (pertinentes ao desempenho programado para (i) a dívida externa do setor público não financeiro, (ii) a dívida externa do setor privado com garantia pública, (iii) a dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro, (iv) as reservas internacionais líquidas no BCB e (v) a exposição do BCB e do Tesouro nos mercados de derivativos).

Contém, ainda, os parâmetros estruturais e os pressupostos que serão aplicados no seu âmbito. Esses elementos enformam o denominado Memorando Técnico de Entendimentos que, conjuntamente com o Memorando de Política Econômica – onde se descrevem as políticas e objetivos estabelecidos pelo Governo do Brasil para os meses restantes de 2002 e para 2003 –, dão a configuração final do acordo.

Particularmente no que se refere à parte financeira do atual acordo *stand-by* com o Fundo, ele prevê um prazo de 15 meses para os desembolsos (de setembro de 2002 a novembro de 2003), que alcança o valor de DES22,8 bilhões, montante equivalente a cerca de US\$30,4 bilhões, posição de 6 de setembro de 2002, dos quais US\$10,1 bilhões seriam desembolsados no âmbito do Programa de Financiamento de Reserva Suplementar. Os outros US\$20,3 bilhões seriam disponibilizados na forma de parcelas de crédito no FMI. Obviamente, como já destacado de maneira enfática, liberados na medida do cumprimento e observância das metas indicativas e da implementação e alcance dos objetivos e políticas públicas acordadas pelo Governo brasileiro com o Fundo.

Os acordos internacionais fogem, obviamente, à competência privativa do Senado Federal e, como dito, são da competência exclusiva do Congresso Nacional, quando considerados gravosos ao patrimônio nacional. Assim, os acordos internacionais e as operações de crédito neles inseridas demarcam, respectivamente, espaços próprios de competências do Senado Federal e do Congresso Nacional, que devem ser exercidas em sua plenitude.

Não há, assim, por que sujeitar o exercício de uma ao de outra, ou mesmo considerar seus exercícios excludentes.

A premissa de que o exercício dessas competências se dá de forma excludente tem colaborado para que prevaleça o entendimento de que esse conjunto de atos praticados entre o FMI e um Estado-Soberano-Membro, que, no presente caso, configura algo denominado de acordo *stand-by*, nada mais são que ajustes parciais e acessórios já previstos e admitidos pelo Convênio Constitutivo do FMI e suas alterações, aprovado pelo Congresso Nacional.

E, enquanto tal, não podem e não devem ser considerados ou entendidos como acordos internacionais autônomos e, muito menos, gravosos ao patrimônio nacional e, em decorrência, sujeitos ao art. 49, inciso I, da Constituição Federal. Atos e compromissos firmados com uma agência internacional tal como o FMI, do qual o Brasil é Estado-sócio, com a finalidade de receber assistência financeira em razão de desequilíbrios em seu balanço de pagamentos, não podem ser caracterizados como compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Por essas razões, entendem que ao caso não se aplica o disposto no art. 49, I, da Constituição Federal.

Todavia, é de se ressaltar que a argumentação até então levada a efeito é no sentido de que os condicionantes a serem observados para que o País tenha acesso à referida assistência financeira demarcam, em verdade, toda uma agenda a ser admitida e implantada pelo Poder Executivo, com repercussões de naturezas conjunturais e estruturais, enformada nos já mencionados e denominados Memorandos de Entendimentos Técnicos e de Política Econômica, que consubstanciam e incorporam elementos típicos de um acordo internacional novo. Acreditamos, contrariamente à tese ainda hoje predominante, que esse conjunto de condicionantes, sua prévia e indispensável aceitação, implicam procedimentos relativos ao exercício da soberania nacional,

em consonância com novos padrões conceituais. Obviamente, com essa compreensão, de imediato é colocada a questão da natureza gravosa dos compromissos daí oriundos e sua sujeição ao art. 49, inciso I, da Constituição Federal.

Por outro lado, a própria literatura jurídica, na busca de uma compreensão mais abrangente dos tratados ou atos internacionais, tende a reduzir, qualitativamente, os possíveis atos, acordos ou tratados internacionais passíveis de celebração sem a aprovação do Congresso Nacional.

Para tanto, recorre à noção de Acordos Executivos, ou seja, os tratados internacionais sem aprovação do Congresso Nacional, circunscrevendo-os aos atos, acordos ou tratados que não incorporem quaisquer modalidades de prática de abuso ou de comprometimento de alguma significação política que, necessariamente, exigiriam ou demandariam a concordância do Congresso Nacional.

Nesse entendimento, são negadas, assim, a prática jurídica americana, que adota a concepção restritiva do acordo, e a oriunda do costume constitucional, que só encontraria respaldo em sua convivência em um ordenamento jurídico encabeçado por uma constituição escrita, quando da ocorrência de ambigüidade ou de omissão do texto constitucional, como premissas fundamentais para a interpretação e compreensão do alcance de normas constitucionais relativas à determinação do poder convencional.

Se predomina, no ordenamento jurídico, a Constituição escrita, seja ela concisa ou não, sumária ou não, e que não enseje espaços normativos vazios, não podem as práticas embasadas no costume constitucional contrariar a letra da Constituição, sob pena de comprometimento da própria lógica jurídica.

É sob esse arcabouço jurídico que deve ser interpretado e compreendido o art. 49, inciso I, da Constituição Federal. Ele demarca e traz a possibilidade de ocorrência dos denominadas Acordos Executivos, porém limitados a, basicamente, três categorias: *a)* os acordos que se consubstanciam enquanto simples interpretação de cláusulas de um tratado já vigente; *b)* os que representam um complemento de algum tratado vigente, e *c)* aqueles que estabelecem bases para negociações futuras. (J.F. Rezek, *Direito Internacional Público*).

Acreditamos que os acordos de assistência financeira com o FMI não se enquadram nessas categorias, o que os dispensaria da anuência do Congresso Nacional.

Cabe, porém, destacar que o Congresso Nacional não dispõe de norma regulamentadora que trate da instrução processual necessária à apreciação de tais acordos, que, preliminarmente, exigiria a discussão acerca de sua natureza gravosa ou não ao patrimônio nacional.

Somente quando da caracterização da natureza gravosa do acordo, tratado ou de ato internacional, competiria ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tais instrumentos. Enfatize-se, ademais, que a caracterização da gravosidade de acordos internacionais constitui ato de competência privativa do Congresso Nacional, a ser, exclusivamente, por ele julgado, preliminarmente, em todos os acordos, atos ou tratados internacionais.

Em decorrência dessa *vacatio legis*, a análise aqui desenvolvida centrou-se na obrigatoriedade ou não da matéria financeira inserida nesses acordos ser submetida à apreciação e à prévia autorização, para sua contratação, pelo Senado Federal.

No que diz respeito às implicações, caso o Poder Executivo não encaminhe mensagem submetendo a matéria à apreciação do Senado, é nosso entendimento que, s.m.j., o Senado Federal, enquanto Poder representativo da União, em particular no exercício de competência privativa que lhe é conferida constitucionalmente, tem o dever, também, de fiscalizar e fazer cumprir as normas atinentes a essa competência por parte dos entes federados; e isso a despeito das várias instâncias do Poder Público disporem de todos os mecanismos e de todas as condições para resolver sobre operações de crédito firmadas em desacordo com as condições, exigências e limitações determinadas por essa legislação.

Dessa forma, a inobservância das disposições da Resolução nº 96, de 1989, sujeitará o Executivo Federal às sanções pertinentes, previstas em lei e na referida resolução.

As resoluções do Senado Federal sobre operações de crédito, no âmbito do setor público, têm força de lei federal, porquanto decorrem do exercício de competência privativa, conforme determina a Constituição Federal em seu art. 52, incisos V a IX.

Um país-membro do Fundo Monetário Internacional, em geral, recorre àquela instituição com o objetivo de levantar recursos necessários ao financiamento de déficits correntes em seu balanço de pagamentos ou para fortalecer o nível de suas reservas internacionais e, assim, contrapor-se a movimentos cambiais desfavoráveis à sua economia.

O acordo firmado, por conseguinte, normalmente envolve uma operação de crédito e, nesse sentido, a matéria financeira, nele contida, se sujeita ao exame prévio e à autorização pelo Senado Federal, nos termos adstritos à observância dos limites e condições para os empréstimos externos fixados por esta Casa.

É bem verdade, como já frisado, que além do respectivo contrato de empréstimo externo fazem parte de acordos com o Fundo os memorandos técnicos de entendimento, as cartas de intenção, os programas e conjuntos de políticas de ajustamento macroeconômico etc., aos quais o tomador dos recursos se submete. Esses documentos são peças integrantes da celebração do acordo.

Todavia, em nosso entendimento, não há diferença quanto ao mérito e a forma entre a exigência da autorização prévia e expressa pelo Senado Federal para que a União realize um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional e qualquer outro credor externo, seja ele público ou privado, multilateral ou unilateral. A regra é a mesma para toda e qualquer operação de crédito dos três níveis de nossa Federação com o estrangeiro.

Enfatize-se: o controle constitucional a ser exercido pelo Senado Federal prende-se a variáveis econômico-financeiras relacionadas com o controle do processo de endividamento público, seja esse da União, dos estados e municípios, ou mesmo indiretamente, pela exigência do cumprimento de outros dispositivos constitucionais, tais como o exercício de competência tributária, os gastos mínimos em educação, a adimplência com a seguridade social etc. Enfim, um controle das finanças públicas sob uma visão global.

Por fim, a despeito do entendimento da operação financeira inserida no recente acordo do Brasil com o FMI como operação de crédito, ou seja, empréstimo ou financiamento, e, em decorrência, sujeita às condições e exigências definidas na Resolução nº 96, de 1989, por força do exposto no inciso V do art. 52 da Constituição

Federal, necessariamente deveria ela ser previamente submetida à apreciação e autorização do Senado Federal. Nessas circunstâncias, obviamente, a referida resolução constituiria um simples referencial para que o Senado Federal proceda a sua indispensável apreciação, exercendo plenamente a competência que lhe é atribuída privativamente pela Constituição Federal.

Assim, o Poder Executivo, ao contratar operações de crédito sem submetê-las e sem observar os ditames expressos por norma do Senado Federal, contraria dispositivos constitucionais (em particular, art. 52, inciso V da CF).

Tal prática incorre, inicialmente, em ofensa ao art. 4º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que “dispõe sobre os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento”, o qual define como crime de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal.

O ato pode ser, ainda, atacado com base na Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, que “regula a ação popular”, e cujo artigo 2º define como nulos os atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e demais entidades da administração indireta, nos casos de incompetência ou vício de forma. Vale dizer: a operação financeira inserida em acordos, tratados ou atos internacionais que não se submeta aos ditames da Resolução nº 96, de 1989, padece tanto de vício de forma quanto de nulidade por incompetência, pois a competência fixada no referido inciso é privativa do Senado Federal e não pode ser suprida por qualquer outra forma que não o de resolução por ele editado. O mesmo se aplicaria caso o acordo fosse, pelo Congresso Nacional, considerado gravoso ao patrimônio nacional, divergindo, tão-somente, o instrumento do processo legislativo a ser editado: decreto legislativo.

Ademais, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1994, ao elencar os atos de improbidade administrativa, destaca:

“Art.10.
VI – realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
.....”

Por outro lado, a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, ao dispor sobre as funções institucionais do Ministério Público, estabeleceu:

“Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União:

I – a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios:

.....
g) as vedações impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

h) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, qualquer dos poderes da União;

II – zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos:

.....
b) às finanças públicas;
.....

Cabe ao Ministério Público, portanto, a iniciativa para ajuizar ações tanto por ato de improbidade quanto ações civis públicas em defesa de interesses difusos e coletivos, dentre eles a proteção ao patrimônio público.

Já a Resolução nº 96, de 1989, em seu art. 12, determina:

“A inobservância das disposições da presente resolução sujeitará os responsáveis às sanções pertinentes, cabendo ao Banco Central do Brasil exercer a competente fiscalização, no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, nas formas previstas em lei.”

III – VOTO

Em face das considerações expostas e em conformidade ao disposto nos artigos 90, inciso X, e 133, incisos III e V, alíneas *b* e *d*, do Regimento Interno desta Casa, concluímos o nosso Parecer:

1 – pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda do seguinte requerimento de informações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 215, inciso I, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero seja encaminhado ao Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações, relativo ao acordo *stand-by* com o Fundo, com prazo de 15 meses, no valor de DES22.821 milhões, montante equivalente a cerca de US\$30 bilhões, dos quais US\$10 bilhões seriam desembolsados no âmbito do Programa de Financiamento de Reserva Suplementar:

a) Quais os termos, as condições e a natureza do referido acordo *stand-by* celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI)?

b) Quais as justificativas que levaram o Governo brasileiro a celebrar tal Acordo sem a observância dos procedimentos e das formalidades previstas na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal e em desacordo com o que preceitua o inciso V do art. 52 da Constituição Federal?

c) Quais as providências vem tomando o Banco Central do Brasil em relação ao referido Acordo, uma vez que àquele órgão compete, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, exercer a competente fiscalização, no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, nas formas previstas em lei, de possíveis atos praticados por ente público com inobservância do cumprimento das disposições da referida resolução?

d) Sobre que embasamento legal o referido Acordo foi celebrado e que razões levaram à dispensa do cumprimento das exigências e formalidades previstas na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal;

2 – pelo encaminhamento da matéria à Procuradoria-Geral da República, mediante despacho à Mesa desta Casa, solicitando as prontas diligências cabíveis no caso; e

3 – pelo arquivamento do OFJ nº 1, de 2002.

ESCRITURAÇÃO CARTORÁRIA

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2000 (PL-4.734, de 1998, na origem), que dispõe sobre a informatização, no âmbito da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, da escrituração cartorária por meio de discos ópticos e optomagnéticos ou em outros meios reconhecidos como legais, sem prejuízo dos métodos atualmente empregados.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2000, que dispõe sobre a informatização, no âmbito da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos, da escrituração cartorária por meio de discos ópticos e optomagnéticos ou em outros meios reconhecidos como legais, sem prejuízo dos métodos atualmente empregados.

O projeto em tela traz uma única disposição, acrescentando à Lei de Registros Públicos permissão de utilização de novos meios tecnológicos para a escrituração cartorária.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A escrituração é a própria *raison d'être* do sistema cartorário. Seu propósito é permitir, a qualquer tempo, a verificação dos documentos registrados e a sua evolução. Originariamente, os registros cartorários eram mantidos em grossos volumes laboriosamente manuscritos, procedimento que ainda hoje empresta seu viés às atividades registrais.

A evolução tecnológica já encontrava guarida na Lei de Registros Públicos, de 1973, que admitia, a par dos tradicionais volumes manuscritos, a utilização de fichas produzidas por meios eletromecânicos, posteriormente cosidas e encadernadas em volumes próprios.

Efetivamente, quaisquer que sejam os meios empregados para o armazenamento dos registros cartorários, o que deles se espera é que sejam razoavelmente permanentes e que permitam a sua consulta a qualquer tempo. De fato, os meios contemplados no projeto – marcadamente os CD-ROM – prestam-se admiravelmente a este propósito, apresentando ainda o precioso atributo de ocuparem pouco espaço, característica esta verdadeiramente inestimável para os cartórios mais ocupados. Nada obsta, assim, a adoção deste novo meio tecnológico para o armazenamento e recuperação das informações cartorárias.

III – VOTO

Por todo o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2000.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS nº 131, de 2003, que altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei de Ação Civil Pública, para legitimar os senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores para a sua propositura e a Emenda nº 1 – CCJ.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003, de autoria do ilustre Senador Sérgio Cabral, tem por escopo acrescentar parágrafo ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que trata da Ação Civil Pública.

Mediante o novo parágrafo a ser aditado ao art. 5º, a Defensoria Pública, senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores passarão a integrar o rol dos legitimados a propor Ação Civil Pública.

Hoje, detêm essa condição a União Federal, o Ministério Público, os Estados, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações, e as sociedades de economia mista e associações; estas últimas, desde que tenham sido constituídas há mais de um ano e tenham por finalidade proteger o meio ambiente, o consumidor, a ordem econômica, a livre concorrência ou o patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Ao justificar a apresentação da Emenda nº 1 – CCJ, seu ilustre autor pondera que somente por lapso se explica não terem participado do elenco de pessoas e entes legitimados a propor Ação Civil Pública os parlamentares dos níveis federal, estadual e municipal.

II – ANÁLISE

São procedentes as inclusões propostas na Emenda nº 1 – CCJ, pois a Constituição Federal reconhece que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, e que esse poder se realiza pela representação, mediante eleições.

A omissão, que hoje a Emenda nº 1–CCJ pretende corrigir, diferentemente do que consta na justificção, não se deu por lapso, mas porque a Lei nº 7.347 data de 1985, época em que ainda não se havia restaurado a normalidade democrática no País.

A mesma razão temporal explica a ausência da Defensoria Pública do rol dos entes legitimados a ajuizarem Ação Civil Pública. Instituída, em 1988, por força do art. 134 da Constituição Federal, na condição de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a Defensoria é órgão a que não se pode negar o poder/dever de funcionar no pólo ativo de ações dessa natureza.

Não obstante a procedência, o mérito e a adequação de ordem constitucional, jurisdicional e de regimento, o texto ainda necessita de aperfeiçoamento, pois dele não constaram os representantes distritais, que, a exemplo dos demais parlamentares a serem incluídos, têm competência fiscalizadora dos interesses tutelados na Lei nº 7.347, de 1985.

Esclareça-se, também, que a previsão contida no art. 2º do PLS nº 131, de 2003, segundo a qual, na hipótese de o parlamentar perder o mandato no curso da ação proposta, o Ministério Público assumirá a ação, deve ser dirigida ao atual § 3º do art. 5º, onde atualmente só se prevêem as hipóteses de desistência infundada ou abandono da ação.

III – VOTO

Assim, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto, com a seguinte subemenda à Emenda nº 1 – CCJ,

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 131, de 2003:

“Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º A ação cautelar e a ação principal poderão ser propostas:

I – pela União, por Estados e Municípios e pelo Distrito Federal;

II – pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

III – por senadores, deputados federais, deputados estaduais, deputados distritais e vereadores;

IV – por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista;

V – por associações, ou por organização da sociedade civil de interesse público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 1º

§ 2º A promoção da ação civil pública pelos entes tratados nos incisos IV e V fica condicionada à sua constituição há mais de um ano e que, entre suas finalidades institucionais, conste, alternativamente, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico ou paisagístico.

§ 3º Em caso de desistência, abandono ou perda da condição que legitimava a ação civil, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa da ação.

§ 4º

§ 5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os órgãos do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Estados, e entre estes e os demais entes que tenham ajuizado a ação civil pública na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.

.....” (NR)

INDICAÇÃO DE CLÁUDIO FONTELES

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem Presidencial nº 124, de 2003 (nº 245, de 9-6-2003, na origem), que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Cláudio Lemos Fonteles para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

I – RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 124, de 2003 (nº 245, de 9-6-2003, na origem), considerando o disposto nos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea e, e 128, § 1º, da Constituição Federal, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor Cláudio Lemos Fonteles para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

O indicado é brasileiro, nascido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de outubro de 1946, filho de Geraldo Andrade Fonteles e Maria Correa Fonteles. Casado, Advogado, exerce, atualmente, o cargo de Subprocurador-Geral da República.

A formação escolar do indicado tem início no Colégio Companhia Tereza de Jesus, onde completa os quatro anos do curso primário, entre 1953 a 1956. O curso secundário compreende um ano (1957) no Instituto Guanabara, onde cumpre o curso de admissão ao Ginásio; dois anos e meio (1958 a junho de 1960), no Externato São José, no Rio de Janeiro; um ano e meio (agosto de 1960 a 1961) completando o curso ginásial nos educandários hoje denominados Ginásio do Plano Piloto e Centro de Ensino Médio Elefante Branco, em Brasília – DF. Ainda no Centro de Ensino Médio Elefante Branco cursou e concluiu os três anos do curso clássico (1962/1964). O curso superior foi feito na

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Brasília (UnB), de 1965 a 1969, onde se formou em Direito.

Atividades no Magistério Fundamental: Diplomado em Língua Inglesa pela Casa Thomas Jefferson, foi professor de Inglês, após habilitação em Exame de Suficiência a que se submeteu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás – Registro D nº 44.508/MEC. Diplomou-se em Língua Francesa pela Alliance Française. Participou, ainda, do II Seminário de Pesquisas Pedagógicas promovido pela Secretaria de Educação e Cultura, no Cemab.

Exercício no Magistério Fundamental: no Ginásio Industrial de Sobradinho (14-6-1966 a 8-8-1966), no Centro de Ensino Médio Ave Branca (8-8-1966 a 14-5-1967) e Ginásio Asa Norte (14-5-1967 a 31-3-1968).

Atividades no Magistério Superior: Curso de Especialização em Direito Público, em nível de graduação, pela Universidade de Brasília; Monitor em Direito Constitucional, conforme AR 545/69, publicado no *Boletim nº 34*, Ano III, da UnB; participou do II Congresso de Direito Penal e Ciências Afins, realizado em Brasília, em outubro de 1967, na qualidade de ouvinte; participou do Curso de Estudos Brasileiros, promovido pela UnB, no 1º semestre de 1969; participou, na qualidade de ouvinte, da II Semana do Ministério Público do DF; Participou, na qualidade de ouvinte, do VII Congresso Interamericano de Filosofia do Direito, realizado em Brasília; professor das disciplinas Direito Penal e Processo Penal nos cursos, em nível superior, de formação de Delegado da Polícia Federal, na Academia Nacional de Polícia, a partir de junho de 1976; encarregado, pela Portaria nº 198/77 ANP, da elaboração do programa e questões de Direito Penal e Direito Processual Penal ao concurso público nacional para ingresso nos cargos de Agente da Polícia Federal e Escrivão (*DOU* de 13-9-1977); aprovado, em concurso público de provas e títulos para ingresso no curso de Mestrado oferecido pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, na área Direito e Estado, obtendo a 3ª colocação geral (março de 1975); detentor do certificado de conclusão do Curso de pós-graduação na área de Direito e Estado, conferido pela UnB; mestre em Direito: título obtido, no dia 21-6-1983, porque unanimemente aprovada sua dissertação “A posição do Ministério Público – Perspectiva Processual Penal”, sustentada perante a Banca Examinadora composta pelos

Professores de Direito da UnB: Henrique Fonseca Araújo, Adhemar Raymundo e Elmano Cavalcanti Farias; membro efetivo da Banca Examinadora para contratação de professores pela Universidade de Brasília, na área de Direito Processual Penal.

Exercício do Magistério Superior: Professor contratado do Centro Universitário de Brasília – CEUB, onde leciona Direito Processual Penal, na categoria de Professor-Adjunto, desde 1º de junho de 1971, tendo rescindido o contrato de trabalho em janeiro de 2000; escolhido, pelas quatro turmas que concluíram o curso de Direito em dezembro de 1974, como “Nome de Turma”, então denominada “Turma Cláudio Lemos Fonteles”; eleito paraninfo, pela unanimidade dos formandos de Direito do CEUB, de dezembro de 1975; designado Professor-Titular da disciplina Direito Processual Penal, pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito do CEUB, a partir de novembro de 1983; professor de Direito Processual Penal da Escola Superior de Magistratura – ESUMA, Seção DF; expositor de palestra versando sobre “As Imunidades Pessoais dos Agentes Diplomáticos, Consulares e das Organizações Internacionais, sob o Prisma Penal”, proferida no dia 2-12-1977, no Auditório Dois Candangos, da UnB, sob a chancela do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais daquela Universidade; preletor oficial da V Semana Internacional de Criminologia, realizada sob os auspícios do Instituto Oscar Freire, na 1ª Semana de agosto de 1975, quando apresentou a tese “O Tratamento Penitenciário”; autor do artigo doutrinário “A Propósito da Norma Jurídica”, publicado na *Revista de Informação Legislativa do Senado Federal* (vol. 48, pág. 215); autor do artigo “A Condicionante de Ausência de Periculosidade à Concessão de Indulto: Implicação”, publicado na *Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal* nº 37; autor do artigo “Alguns Aspectos da Competência do Juiz das Execuções Criminais no Apreçar Medidas de Segurança Impostas pelo Juiz de Conhecimento”, publicado na *Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal* nº 38; autor de comentários sobre a Súmula nº 279, do Supremo Tribunal Federal, publicado na *Revista de Direito Penal*, vol. 25; distinguido com “Menção Honrosa” no I Concurso Jurídico Nacional do Ministério Público, patrocinado pela Confederação das Associações do Ministério Público – CAEMP, pelo trabalho “O Alcance do Princípio da Obrigatoriedade na Postura do Ministério Público,

perante o Fato Acontecido”, publicado na *Revista do Conselho Penitenciário do DF nº 39*; autor do artigo doutrinário “O artigo 61 do Código Penal Militar: Enfoque Interpretativo”, publicado na *Revista do Conselho Penitenciário do DF nº 40*; autor de artigo doutrinário “A Competência ao Julgamento dos Incidentes da Execução Penal”, publicado na *Revista do Conselho Penitenciário do DF nº 41*; autor do artigo doutrinário “Considerações em torno da Prisão Albergue”, publicado na *Revista do Conselho Penitenciário do DF nº 42*; expositor oficial do I Congresso Nacional de Política Criminal e Penitenciária, na área de Direito Processual Penal, com a comunicação versando sobre “Posição do Ministério Público”; membro da Association International de Droit Penal, com sede em Paris, França; Expositor Oficial da II Semana de Direito Penitenciário, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça, acontecida em setembro de 1984, com a comunicação versando sobre “Os Órgãos da Execução Penal (Título III da nova Lei das Execuções Criminais) e da Execução das Penas em Espécie (Título IV da Lei citada)”; Expositor Oficial da I Semana de Direito Público promovida pelo Ibrade, com a comunicação versando “A Extradução”, palestra proferida no dia 5-11-1984; escolhido pela unanimidade dos formandos da Faculdade de Direito do CEUB – 2º semestre de 1986, seu Patrono: Turma “Helena Cláudio Frago”; professor contratado pela Universidade de Brasília, a partir de agosto de 1986, na categoria de professor-Assistente, para a disciplina Direito Penal e Direito Processual Penal; eleito paraninfo da Turma “Paulo Latino Távora”, dos formandos em Direito da UnB, no 2º semestre de 1987; Professor homenageado pelos formandos em Direito da UnB, no 1º semestre de 1988, tendo, também, proferido a “Aula da Saudade” para os formandos do 1º semestre de 1988; expositor, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em palestra sobre o tema “O Ministério Público Federal e a Ação Civil Pública”, em 21-6-1988; expositor, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em palestra sobre o tema “A Tutela do Índio no Direito Brasileiro”, em 1º-9-1988; eleito paraninfo da “Turma Sobral Pinto” de formandos da UnB de 1990; chefe do Departamento de Direito Processual do CEUB – abril de 1995; professor titular de Direito Processual Penal do IESB – Instituto de Ensino Superior de Brasília, a partir de fevereiro de 2000.

Artigos Publicados em Periódicos: “Os Julgamentos dos Crimes Cometidos contra Comunidades Indígenas pela Justiça Estadual” in “Os Direitos Indígenas e a Constituição” (Sérgio Antônio Fabris – Editor – 1993); “O Significado da Individualização da Pena” in *Revista da Fundação Escolar Superior do Ministério Público do Distrito Federal* – Ano 2, nº 3 – janeiro/junho de 1994; “Reflexões em torno do Princípio do Promotor Natural” in *Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF* – Ano 2, nº 4 – julho/dezembro de 1994; “Atribuições à Decisão Revisional sobre Conclusão pelo Arquivamento do Inquérito Policial” in *Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF* – Ano 3, nº 5 – janeiro/junho 1995; “A Responsabilidade do Estado Autoritário” in *Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF* – Ano 3, nº 6 – julho/dezembro de 1995; “Revogação Parcial do Estatuto da Criança, no período de *vacatio legis*, pela Lei dos Crimes Hediondos” in *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária* – vol. 1, nº 3 – jan/jun 1994; “Legitimatio ad processum”, in *Resenha do TRF* – 1ª Região – vol. 3, nº 4 – novembro de 1996; “Doações de Órgãos”, in *Enfoque Jurídico* – edição nº 5 – TRT 1ª Região – março de 1997; “O Caso Corumbiara” in *Revista de Direitos Humanos* – Salvador-BA – edição nº 1 – ano de 1997; “Suspensão da Aplicação de Tipo Penal por Medida Provisória: Consagração do Absurdo” – *Boletim do IBCCrim* – ano 6, nº 63 – fevereiro de 1988; “A Fome não faz de Famintos, Criminosos” in *Enfoque Jurídico* – edição nº 12 – maio/junho de 1998.

Exercício Funcional no Ministério Público: estagiário junto à Procuradoria da República no Distrito Federal, de fevereiro a abril de 1968; estagiário junto à Defensoria e Promotoria Públicas, de maio de 1968 a maio de 1970; aprovado, em concurso público de provas e títulos, para o cargo inicial de Defensor Público, na carreira do Ministério Público do Distrito Federal; nomeado para o cargo de Assessor Técnico da Subprocuradoria Geral da República, função esta que exerceu de 3-7-1970 a 14-11-1972, quando saiu a pedido; aprovado em concurso público de provas e títulos de âmbito nacional, às funções de Assessoramento Superior do Senado Federal, tendo obtido o 1º lugar, em Direito Administrativo e o 6º lugar, em Direito Penal, tendo assumido em 14-11-1972; aprovado em concurso público de provas e títulos de âmbito nacional para o cargo de Procurador da República de 3ª categoria, tendo obtido a 4ª classificação geral; promovido para Procurador

da República de 2ª Categoria; promovido, por merecimento, para o cargo de Procurador da República de 1ª categoria (*DOU* de 10-8-1979 – pág. 11805); designado, por ato do Exmº Sr. Procurador-Geral, para substituir, por tempo indeterminado, na 1ª categoria, o Dr. Joaquim Justino Ribeiro, Subprocurador-Geral da República; designado, por ato do Exmº Sr. Procurador-Geral, para compor a Comissão Supervisora das provas para o Concurso de Juiz Federal Substituto de 1ª Instância – julho de 1975; expositor de Palestra sobre o “Inquérito Policial Militar”, no 1º BPM de Brasília – julho de 1974; autor do Estudo “Delitos Econômicos e contra a Administração Pública”, pertinente ao Direito Penal, parte especial, que constou do 2º volume da publicação *Tecno-Fiscum*, destinada aos candidatos ao concurso de Agente Fiscal dos Tributos Federais; designado Membro do Conselho Penitenciário, por ato do Governo do Distrito Federal (Decreto de 27-9-1978, *DO/DF* de 2-10-1978, ano III, nº 188); designado Secretário do Concurso para ingresso no Ministério Público Federal (Portaria nº 31, de 13-2-1979); eleito Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, para o período setembro/1983 a setembro/1985; designado Chefe de Gabinete do Exmº Sr. Procurador-Geral da República (Portaria nº 74, publicada no *DOU* de 21-3-1985, Seção II); Membro Substituto do Exmº Sr. Procurador-Geral da República, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, onde é relator de vários feitos, destacando-se a luta pela demarcação das terras indígenas no território de Roraima; nomeado para exercer o cargo em comissão de Subprocurador-Geral da República, por decreto de 15-4-1987; promovido, por merecimento, a Procurador da República de Categoria Especial (Portaria nº 125/88 – *DOU*, Seção II, de 28-3-1988, pág. 2350); transformado seu cargo de Procurador da República de Categoria Especial para Subprocurador-Geral da República, ocupa hoje este cargo, com atuação na área criminal, no Supremo Tribunal Federal; designado Secretário de Coordenação da Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos – SECODID, do Ministério Público Federal, em março de 1987; designado Secretário de Coordenação dos Assuntos Criminais do Ministério Público Federal, em novembro de 1991; nomeado Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, entre 9-4 e outubro de 1992; proferiu a Aula Inaugural do Curso Superior de Polícia Militar – 1992 – sobre o tema “A Violência

e a Sociedade Brasileira, em 1º-6-1992; proferiu a Aula Inaugural da Escola Superior do Ministério Público do DF – 1991 – sobre o tema “O Princípio da Presunção de Inocência”; palestrante do I Ciclo de Estudos de Direitos Humanos da OAB/DF – 4-6-1992 – sobre o tema “A Tortura”; membro oficial da Banca Examinadora ao ingresso na carreira do Ministério Público Federal, examinador das disciplinas Direito Processual Penal e Direito Penal; proferiu a Aula Inaugural da Escola Superior do Ministério Público do DF – 1988 – sobre o tema “O Princípio do Promotor Natural”; expositor no Painel “Investigação Criminal pelo Ministério Público e Procedimentos”, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF, em maio de 1998; expositor, no Simpósio Internacional sobre Combate ao Crime Organizado, de 3 a 6-6-2003, em Brasília – DF.

II – VOTO

Para iniciar, devo dizer que o Doutor Cláudio Fonteles – agora indicado para assumir a Procuradoria-Geral da República, um dos mais importantes e espinhosos cargos da Nação – é um homem de grandes qualidades pessoais, profissionais e morais.

Para melhor embasar este meu voto, para torná-lo impessoal, como devem ser todos os atos da vida pública, recorri à ajuda de amigos e de colegas de trabalho de Cláudio Fonteles. Solicitei a eles que listassem aquelas qualidades que fazem dele um homem excepcional e um líder natural da categoria de Procuradores da República.

Digo que Cláudio Fonteles é um líder nato porque essa liderança se comprovou, recentemente, quando foi feita uma consulta ao quadro de procuradores da República e ele recebeu a mais expressiva votação, quase 70% dos 439 procuradores federais o elegeram como o mais apto para o cargo.

Essa liderança na corporação foi agora confirmada com a indicação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do nome de Cláudio Fonteles para exercer a Procuradoria-Geral.

Mas eu prefiro começar o elogio de Cláudio Fonteles falando do seu lado humano.

Cláudio Fonteles, segundo depoimento dos que privam com ele, é, antes de mais nada, um amigo leal, com o qual se pode contar em todas as ocasiões, mesmo nas situações mais dramáticas.

Cláudio Fonteles é dotado de grande serenidade, o que faz dele um conciliador.

Outra de suas qualidades que deve ser destacada é a sinceridade. Apesar de sua imensa generosidade, ele sabe dizer não quando o não é necessário.

Cláudio Fonteles é um homem rigoroso na defesa de seus valores e de seus princípios.

Mas eu diria que, acima de tudo, Cláudio Fonteles é um ser humano disposto a escutar e a servir. Raras são as pessoas que hoje, nesses nossos dias conturbados, sabem escutar os outros. Cláudio Fonteles fez disso uma profissão de fé. Está sempre disposto a ouvir as pessoas mais humildes.

Não quero me estender nesse ponto, mas devo dizer que conheço e admiro profundamente o trabalho voluntário de Cláudio Fonteles junto a entidades que trabalham no resgate de jovens dependentes químicos.

Por fim, eu diria que ele é um homem de sorriso aberto, um sorriso permanente que é um retrato perfeito do que lhe vai pelo coração.

Passemos agora ao exame das qualidades profissionais que o conduziram a este que é um dos mais elevados cargos da República.

Falemos inicialmente de sua coerência histórica. Cláudio Fonteles ingressou nos quadros do Ministério Público da União nos anos 70, quando vivíamos a mais trágica etapa da vida política brasileira recente. Era tempo de arbitrariedades inomináveis, mas Cláudio Fonteles manteve-se fiel aos mais sagrados fundamentos do Direito, mesmo sofrendo represálias. Naquela época, teve partes de seus trabalhos retirados de processos, em especial os textos em que defendia a intocabilidade dos direitos humanos. Em suma, Cláudio Fonteles resistiu numa época em que era preciso muita coragem para resistir.

Tecnicamente, profissionalmente, Cláudio Fonteles também é muito respeitado pela totalidade dos seus companheiros. A começar pela sua vasta cultura geral, que o levou a adoção de uma postura humanística, que está no cerne de todos os seus pareceres. Seus dons intelectuais, em especial em material criminal, são reconhecidos pela unanimidade dos procuradores.

Em suas teses, encontro uma, entre tantas, em que há estreita sintonia de nossas concepções: a necessidade da participação do Ministério Público na coordenação do inquérito policial, que hoje se não é, por vezes, inócuo ou distorcido, seja pelo tempo, seja pela inadequação factual. Assim melhor defende o ilustre Procurador:

“A tramitação da investigação preliminar deve acontecer direta e desburocratizadamente entre Ministério Público e Polícia de Investigação.

Com isso, a Polícia de Investigação, no Estado democrático de direito, como órgão da sociedade, e não departamento da estrutura centralizada da Administração Pública, leia-se do Poder Executivo, longe ficará das inevitáveis pressões político-partidárias, e, assim, Polícia e Ministério Público, poderão juntos, e de forma muito mais célere, efetiva e independente, responder aos anseios de Justiça Criminal que não seja seletiva, sempre em detrimento do mais fraco, do excluído, mas contemple a todos, sem injunções preconceituosas.

O Estado democrático de direito é o que impõe limites a si próprio, e essencialmente na sua tarefa administrativa – Poder Executivo –, não só para que a pessoa humana dotada seja de garantias efetivas, até que aconteça o ato final de privação de sua liberdade, se assim se concluir judicialmente, mas também para que a sociedade, comprometida com os valores de justiça e paz, únicos capazes de a todos propiciar igualdade nas oportunidades, possa voltar-se contra quem quer que seja – ricos e pobres – que, por condutas concretas ofensivas da vida; do patrimônio público e privado; da saúde; do meio ambiente etc., comprometam o viver em comunidade.”

Outro exemplo de coragem, de ousadia, Cláudio Fonteles expressa em seu artigo intitulado: *Violência Institucionalizada, Cultura e Processos Sociais em Transformação*, o qual faço questão de transcrever na íntegra, pois considero o texto uma verdadeira aula de cidadania. Segue o Procurador:

- “1. A primeira questão a pôr-se é: a violência está institucionalizada?
2. Dizê-la institucionalizada é fazê-la parte de estrutura orgânica vivencial. É conferir-lhe situação vital.
3. Por esta ótica, não tenho a violência como institucionalizada.
4. A violência está, sim, difusamente propagada, aclimatando-se em “lugares propícios”.
5. Difusamente propagada porque o sistema de comunicação, avultando o de imagem, portanto o televisivo, tem no item violência excelente material de venda.
6. Por que assim?
7. A resposta não é simples.
8. Por certo, o homem e a mulher entregues à sua própria perfeição, e nisto estimulados, por nada se detêm, e a violência é o fruto da explosão do ego.
9. Neste processo egocêntrico o ser humano não vale, ganha.
10. Se é para ganhar, a mídia só pode tratar, e contar, com vencedores: “the best is the beast” seria um bom aforismo dentro do sistema “time is money”.
11. É certo que o mecanismo de comunicação social assim se comporta.
12. Não é menos certo, todavia, que fendas acontecem dentro desse mecanismo.
13. As redes televisivas, que dão proeminência aos aspectos da cultura e educação – TV Cultura e Educativa – e as que se comprometem com o esforço do resgate de valores, a partir da profissão de fé religiosa – Rede Vida – não deixam de significar contraponto, mesmo que tímido, ao desserviço da mídia posta.
14. Nada é monolítico, fendas hão de existir, sempre.
15. A dinâmica é a identidade do ser humano, até porque o Deus-Amor cria infinitamente, e assim nossa semelhança com o Criador.
16. Processos sociais estão sempre em transformação. Senão, não seriam processos.
17. É certo que em determinados períodos, como que disto não nos apercebemos, e o sentimento é de angústia, frustração, nihilismo, desfalecimento.

18. Mas quando nos reunimos, criamos o espaço de liberdade, tomado no sentido da criação pela ação e reflexão partilhadas, criação transformadora em algo de nenhuma visibilidade, escassa visibilidade, alguma visibilidade, ou visível, pouco importa, porque assim abalado está o construído.

19. Trago-lhes quadro real. A minha instituição: o Ministério Público Federal.

20. Tempo houve em que perfilou-se com o sistema ditatorial vivido em nosso País.

21. Seus membros tinham a representação judicial da União Federal.

22. Advogavam pelo e para o Poder Executivo Federal. O Presidente da República em quem se concentravam todos os poderes do binômio: segurança e desenvolvimento.

23. Segurança, pela supressão dos opostos.

24. Desenvolvimento, pelo modelo excludente dos que não “produzem”.

25. A partir de 1985, geração de procuradores da República houve que, ao ensejo da abertura democrática, concretamente posicionou-se no redimensionar as atribuições institucionais do Ministério Público Federal.

26. Despido do alinhamento subserviente ao Poder Executivo Federal, órgão seu até mesmo, e então posto na estrutura administrativa do Ministério da Justiça, partiu-se para ser a voz da sociedade brasileira ante o Poder Judiciário, tanto no plano criminal quanto no plano cível.

27. A partir de então, os pleitos judiciais apresentados pelo Ministério Público marcam a defesa ambiental; a defesa das minorias; a defesa do patrimônio histórico e cultural; a defesa do patrimônio público; e a própria persecução criminal lança-se, também, sobre os autores dos chamados “crimes de colarinho branco” até então indenes à pretensão punitiva.

28. O Ministério Público Federal a si, e por óbvio, chamou a tarefa investigatória, tanto no campo cível como na esfera penal, a que melhor preparasse os pleitos judiciais acima expostos.

29. É a dinâmica dos dias atuais que, por certo, encontra resistências.

30. Resistência, no processo político-partidário, advinda dos setores mais retrógrados e conservadores.

31. Tudo perfeitamente explicável: formados e forjados numa visão do mundo não solidária, antes discriminatória; sedimentados na classe dos que têm, para que os que não têm sirvam aos que têm, impensável admitir-se instituição que, diuturnamente, questione os atos do poder; de seus agentes mais categorizados; e da estrutura econômico-financeira que os sustenta.

32. É por tal razão que o ato de escolha do Procurador-Geral da República ainda se põe, exclusivamente, nas mãos do Presidente da República que, indefinidamente, pode reconduzi-lo ao cargo, assim frustrando a necessária participação efetiva dos membros da instituição no procedimento, e também a renovação periódica no quadro superior da instituição.

33. É por tal razão que as tentativas de alteração parlamentar e executiva nesse quadro esbarram na resistência efetiva dos grupos políticos conservadores.

34. Resistência, no processo funcional do sistema, advinda dos setores policiais mais retrógrados e conservadores.

35. A Polícia, destinada à apuração dos fatos criminosos, incrustada está no Poder Executivo. Dele depende, a ele serve.

36. No período ditatorial fez-se na face ostensiva da repressão.

37. Tenha-se presente que o símbolo das tarefas de repressão política personificou-se no Delegado da Polícia Civil paulista: Sérgio Fleury.

38. A seu prol até mesmo modificou-se, na ocasião, o Código de Processo Penal a que ao cárcere não fosse em execução provisória de pena, eis que proclamada condenação criminal, ainda que recorrível: a chamada, até os dias que correm, “Lei Fleury”, que alterou os artigos 408 e 594 do Código de Processo Penal.

39. A partir do combate à criminalidade política, o combate à criminalidade é assim mesmo visto: combate à criminalidade, e, em estado cotidiano de luta, a desconsideração à pessoa de quem delinqüiu e o emprego dos métodos de violência e degradação da pessoa que delinqüiu são normais.

40. O desafio: mudar esse quadro. Tal ocorreu e vem ocorrendo com o Ministério Público, também a Polícia necessita ser transformada.

41. Há de haver o serviço policial de cidadania, digamos assim, por destinar-se ao auxílio cotidiano da pessoa, tal o serviço policial de trânsito urbano; de vigilância sanitária; ambiental; histórico-cultural; de apoio à criança; ao adolescente; ao idoso; e a qualquer pessoa que dele necessite, seja porque precisa atravessar a rua; porque acidentou-se; porque está perdida etc. Este é tarefa do Poder Executivo provê-lo.

42. Mas há de haver, também, o serviço policial de investigação, presente quando surgiu o fato delituoso, o fato que compromete a paz social tanto na agressão visível à própria pessoa humana, em si, ou no seu patrimônio, quanto na agressão difusa ao sistema tributário; ao sistema financeiro; ao sistema previdenciário; ao sistema da administração pública; ao sistema da justiça. Aqui, o serviço policial não pode ser órgão do Poder Executivo, a ele subserviente. Aqui, o serviço policial desloca-se à sociedade, como à sociedade serve o Ministério Público, como antes dito, e aqui o trabalho policial alia-se ao trabalho acusatório do Ministério Público, e passa a compor, qualificadamente, os quadros institucionais do Ministério Público.

43. O vento sopra onde quer e ouves o seu ruído, mas não sabes de onde vem nem para onde vai” (Jo 3,8).

44. Eis por que o que está posto nunca pode sê-lo perpetuamente enquanto neste mundo vivemos. Impelidos pelo Espírito, que sopra, é nosso dever ao próximo oferecer nosso pensamento e ação, eis porque aqui lhes falei, eis porque aqui vim.”

Após estas palavras, pareceria-nos que não haveria mais nada a dizer sobre o Dr. Fonteles, entretanto, mais traços de sua pessoa merecem ser destacados.

Disciplinado e diligente no seu trabalho, não se conhece notícia de que Cláudio Fonteles tenha retardado um só de seus pareceres. Mesmo nas questões mais complexas, que ele estuda com profundidade, seus pareceres são apresentados com presteza, uma presteza que só faz aumentar sua reputação de trabalhador incansável e eficiente.

No âmbito do Ministério Público é conhecida a sua permanente disposição para ajudar os colegas mais jovens, que a ele recorrem em busca de conselhos para o enfrentamento das questões mais espinhosas.

Por fim, eu não poderia deixar de fazer o elogio de sua postura diante da realidade brasileira. Cláudio Fonteles é um homem extremamente preocupado com a questão social. Como Procurador, sempre se mostrou sensível ao nosso quadro social, marcado pela desigualdade, que relega milhões de cidadãos à marginalidade. Para ele, o verdadeiro estado de direito é a plenitude da cidadania e da solidariedade humana.

Cláudio Fonteles é mais que habilitado e qualificado para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República, acredito que é o homem certo na hora e lugar certos, este é meu relatório.

VIOLÊNCIA NO BRASIL

Parecer da Subcomissão Permanente de Segurança Pública sobre a Indicação nº 1, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Subcomissão, para exame, a Indicação nº 1, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, estudo no âmbito da Comissão mais adequada, do problema da violência no Brasil, a fim de elaborar proposição legislativa para coibir a prática de atos nocivos e atentatórios ao cidadão e ao Estado.

O autor justifica sua proposição lembrando os anseios da população, perplexa ante a escalada da violência e as notícias que dão parte da existência de um verdadeiro Estado paralelo.

A Indicação atende aos requisitos determinados pelos arts. 224 e 225 do Regimento Interno.

II – ANÁLISE

A preocupação que motivou a indicação sob exame é compartilhada por toda a sociedade brasileira, em especial as autoridades constituídas. Com efeito, o poderio do crime atinge proporções tais que chega a encontrar abrigo mesmo sob o teto do Congresso Nacional, como acontecimentos em anos recentes vieram a demonstrar.

Existem leis, é verdade, mas nem sempre parecem ser suficientes. Meritória, assim, a proposição, pois é de todo conveniente que o Poder Legislativo examine, sem delongas, a possibilidade e a oportunidade de editar novas leis que contribuam para a luta do Estado contra o crime.

Não há dúvida de que a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é o órgão desta Casa mais adequado para a realização do estudo objeto da indicação, pois criado “para acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública no País, a tramitação das proposições destinadas a combater a violência, propor novos instrumentos legais, se julgados necessários, e relatar, em regime de urgência urgentíssima, as referidas proposições, de modo a oferecer, em curtíssimo prazo, ao Governo, as ferramentas indispensáveis à efetiva e imediata desarticulação do crime organizado”.

Sobre a matéria, cabe ressaltar os estudos levados a cabo pela Comissão Mista Temporária, criada “para, no prazo de sessenta dias, levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País, ouvindo-se, para tanto, governadores de estado, Secretários de Segurança Pública, comandantes das Polícias Civil e Militar, diretores de presídios e outros especialistas e autoridades ligadas à área e requisitando-se cópia de todas as proposições em tramitação em ambas as Casas, para consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição ou em um único projeto de lei, conforme o caso, visto a (sic) uma tramitação em ritmo acelerado, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal”.

Em 20 de agosto de 2002, foi publicado o Relatório Final da aludida Comissão Mista Temporária no *Diário do Senado Federal*, Suplemento “A” nº 99, com 1.047 páginas.

Tal relatório poderá certamente constituir valiosa e fecunda fonte subsidiária aos trabalhos deste Colegiado, não só em relação aos sugeridos pela Indicação do ilustre Senador Arthur Virgílio, mas também no que concerne àqueles que decorrem do exercício normal das funções da Subcomissão de Segurança Pública.

Assim, a aprovação da presente indicação permitirá que este Colegiado trace e execute um programa de estudos e pesquisas sobre a violência no Brasil com o fito de sugerir medidas e soluções para esse grave problema e elaborar as proposições legislativas pertinentes que se revelarem necessárias.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação da Indicação nº 1, de 2003.

GUARDA MUNICIPAL NAS MAIORES CIDADES

Parecer da Subcomissão Permanente de Segurança Pública que altera o art. 144 da Constituição Federal para transformar a guarda municipal das cidades com mais de dois milhões de habitantes em órgão da segurança pública.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Subcomissão, para exame, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2003, de autoria do ilustre Senador Sérgio Cabral e outros, que altera o art. 144 da Constituição Federal para transformar a guarda municipal das cidades com mais de dois milhões de habitantes em órgão da segurança pública.

A iniciativa, que não recebeu emendas no prazo regimental, sugere a atribuição da função segurança pública aos municípios com mais de dois milhões de habitantes.

II – ANÁLISE

Em princípio, concordamos com o mérito e as justificativas da proposta. Não obstante, constatamos que ela labora em vício de inconstitucionalidade que pode ser corrigido. A esfera federal, por meio de emenda constitucional, não pode impor ou retirar dos demais entes federados – no caso em tela, municípios e estados – competências constitucionais previstas, na Carta Magna, pelo poder constituinte originário. Isso constituir-se-ia na quebra do pacto federativo e desobediência ao disposto no comando do § 4º do art. 60 da própria Constituição Federal:

“Art. 60.
§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
I – a forma federativa de Estado;
.....”

Entretanto, nada impede propostas de emenda que autorizem estados ou municípios a, por iniciativa e vontade próprias, realizarem determinadas funções, não previstas anteriormente, dentro de algumas condições. Por isso, entendemos que o senão constitucional pode ser corrigido pela simples retirada do caráter de obrigatoriedade. Outrossim, seria de bom senso, para que se evitem graves conflitos de competência e gastos desnecessários, que a participação do município na função segurança pública se desse em caráter suplementar e por meio de convênio com os estados. Dever-se-ia, ao máximo, aproveitar a estrutura de apoio preexistente nos estados.

Além disso, a proposição merece algumas correções para adequar-se à boa técnica legislativa.

III – VOTO

Pelo exposto, sugerimos, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2003, observadas as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 144.

VI – guardas municipais em municípios com mais de dois milhões de habitantes, na forma do disposto no § 10.

.....

§ 10. Os municípios com mais de dois milhões de habitantes, mediante convênio com os estados, poderão

atuar suplementarmente na segurança pública, cabendo a estes a coordenação e a fiscalização das funções que forem atribuídas aos Municípios.” (NR)

EMENDA Nº 2 – CCJ

Suprima-se o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2003, renumerando-se o art. 3º.

INTIMAÇÃO DE REPRESENTANTES JUDICIAIS DE ESTADOS

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261, de 2002, na origem), que dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal.

I – RELATÓRIO

O projeto em tela, de autoria do Poder Executivo, trata de questão fundamental para a defesa dos interesses dos Estados e do Distrito Federal, visto que torna regra impositiva que os representantes judiciais dos poderes dos Estados e do Distrito Federal sejam pessoalmente intimados dos atos processuais de que sejam aquelas entidades parte. Disciplina, ainda, que quando essas intimações devam ser feitas fora da sede da demanda judicial, sejam feitas por carta registrada com aviso de recebimento.

No prazo regimental, foi oferecido Voto em Separado à proposição, pelo ilustre Líder do PT, Senador Tião Viana. Solicitei, então, o reexame da matéria, com o propósito de acolher as ponderações levantadas, em meu parecer, na hipótese de com elas concordar.

II – ANÁLISE

Em primeira versão do Relatório, assim me expressei, analisando a proposição:

“Preliminarmente, não haveria reparos ao relatório e voto do eminente Relator na Câmara dos Deputados,

Deputado Luiz Antonio Fleury Filho, que discorreu com perfeição sobre a necessidade de estender aos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal a norma que determina a intimação pessoal desses servidores. O poder público é, muitas vezes, flagrado em deserção da defesa dos interesses públicos pelo defeito em atos processuais e procedimentais, especialmente quando a representação em juízo é cometida a um conjunto de procuradores. Ora, a intimação pessoal e a intimação por carta registrada haverão de encontrar sempre o procurador responsável pelo processo, que praticará disciplinadamente os atos que lhe são exigidos, eliminando-se as hipóteses de revelia ou ausência de defesa do Poder Público..

Entretanto, à proposição se propõe apresentar emenda substitutiva, vez que acrescenta expressão ao texto original, visando incorporar na lei a intimação dos procuradores de todos os poderes dos Estados e do Distrito Federal e, assim como, dos membros da carreira de Procurador Federal. O que o substitutivo procura inovar é, na verdade, uma correção a uma postura cultural que vem sendo imposta desde a instituição da República, qual seja, a hipertrofia do Poder Executivo.

Se a Constituição Federal adotou – e é princípio fundamental, cláusula pétrea – a separação dos poderes de Estado, há de se concluir que a República divide o governo em três poderes, o Executivo, Legislativo e o Judiciário. Distribuiu entre estes competências, assegurou-lhes independência e autonomia, atribuiu-lhes orçamentos. Nessa medida, cada poder é responsável por seu quinhão, sendo defeso que um poder interfira em outro ou usurpe competências que sejam exclusivamente suas.

Nesta medida, o País tem praticado a leitura – que este Relator entende equivocada e anacrônica – de que só o Poder Executivo tem representação judicial. Não é assim, porém, tanto que o constituinte instituiu sistema de procuradorias para a União e para os Estados e Distrito Federal, mas direcionadamente para o Poder Executivo,

tanto é que o Advogado-Geral da União está vinculado à Presidência da República, assim como as Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal são parte integrante dos gabinetes dos respectivos governadores.

Ademais disso, a despeito da independência e da autonomia dos poderes, há numerosos pontos de conflito em que um poder é forçado a reivindicar em juízo medidas que têm no pólo adverso, em geral, o Poder Executivo. Como imaginar ou admitir que, nessas circunstâncias, os poderes não exerçam sua autonomia e devam suprir-se de procuradores que são membros do Poder Executivo?

Se o Poder Judiciário, assim como o Poder Legislativo, dispõe de autonomia administrativa para licitar, firmar contratos, rescindi-los, prorrogá-los, modificá-los, administrar seus recursos humanos, enfim, realizar todas as tarefas executivas da sua gestão, são eles que devem responder em juízo sobre as conseqüências dessa gestão, sendo que, em caso de condenação pecuniária, a verba decorrente evidentemente será à conta do seu orçamento próprio.

A matéria não é nova. Este Relator apresentou no Senado proposta de emenda constitucional – PEC nº 71/99 – modificando a redação do artigo 18 e alterando o teor do artigo 132 da Carta Federal, exatamente com o escopo de assegurar a representação judicial dos poderes de Estado. Igualmente, foi apresentado projeto de lei – PLS nº 539/99 – visando alterar o artigo 12 do Código de Processo Civil, impondo que, dentro das respectivas competências, as ações judiciais devam ser patrocinadas pelos procuradores dos respectivos poderes.

Por outro lado, a matéria foi levada ao conhecimento pessoal do Senhor Presidente do Senado Federal, em administração recente, mediante ofício e de viva voz, pleiteando os interlocutores, primeiro, o exame da proposta de emenda constitucional e do projeto de lei e, segundo, que o próprio Senado Federal (e a Câmara dos Deputados,

igualmente), entregassem, por resolução, a representação judicial aos seus corpos de procuradores. Assim, o Senado, que possui sua Advocacia Geral, passaria a representar a Casa em juízo. A Câmara dos Deputados, que não possui instituição com essa característica, também adotaria a representação judicial através de servidores daquela Casa. O pleito não prosperou.

Ambas as providências – a tramitação das propostas e a entrega da representação judicial às respectivas procuradorias – significariam o exercício pleno da autonomia do Poder Legislativo praticado pelo Congresso Nacional. Hoje, qualquer incidente judicial que envolva a administração do Senado e da Câmara resulta em que os advogados do Poder Legislativo elaboram as peças judiciais, mas quem as assina e acompanha em juízo são os membros da Advocacia Geral da União, órgão do Poder Executivo.

Nos Estados e no Distrito Federal não é diferente. Alguns Estados reconhecem a existência e o exercício da representação judicial das procuradorias dos demais poderes que não o Executivo. Em outros, porém, há a cultura da hipertrofia do Poder Executivo, estendendo sua mão longa sobre a administração dos demais poderes, num processo de usurpação de competências que se mostra superado pela evolução da teoria da separação dos poderes.

O predomínio do Poder Executivo se afirmou ao longo de décadas, desde a implantação da República, em 1891. A esse tempo, os ideólogos republicanos exerciam o positivismo que centralizava o governo nas mãos do Presidente da República, distribuindo a doutrina pelos estados, onde esse domínio pertencia ao governador. Entremeada nossa história por períodos de ditadura, evidentemente o Poder Executivo se tornou extremamente forte. As Assembléias Legislativas, na visão dos positivistas, teriam como tarefa principal – e quase que exclusiva – de examinar o orçamento.

Com a promulgação da constituição democrática, em 1988, surge como imprescindível e inadiável rearticular o equilíbrio entre os poderes de Estado, retomando os Poderes Legislativo e Judiciário as prerrogativas que caracterizam sua independência e sua autonomia. Dentre essas prerrogativas exsurge, obviamente, a representação judicial.

A segunda modificação ao texto original inclui na norma a intimação pessoal dos membros da carreira de Procurador Federal, com a inserção da expressão “e bem assim dos membros da carreira de Procurador Federal”, os quais, na forma do disposto no inciso I do art. 37 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, detêm “a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades”.

Esse dispositivo vem ao encontro do art. 131 da Constituição Federal, que define a Advocacia-Geral da União como “instituição que representa a União, diretamente ou através de órgão vinculado (...)”. A Procuradoria-Geral Federal, integrada pelos membros da carreira de Procurador Federal, na forma da Lei nº 10.480, de 2002, é o órgão vinculado a que se refere a Carta Magna, subordinado à Advocacia-Geral da União.

Na iniciativa da lei em foco, o Poder Executivo exclui os representantes judiciais diretos da União (advogados da União e procuradores da Fazenda Nacional), eis que esses estão contemplados com a intimação pessoal na Lei Complementar nº 73, de 1993. Mas não poderia fazê-lo em relação aos procuradores federais, que hoje integram os quadros estatutários (Administração Direta) da Procuradoria-Geral Federal, esta última, por sua vez, vinculada à Advocacia-Geral da União.

Os procuradores federais atuam em nome dos interesses da União em todo o território nacional, envolvidos em milhares de demandas judiciais, não sendo justo

– mais que qualquer outro segmento jurídico – que não se beneficiem da intimação pessoal para sua própria segurança funcional e do Erário contra a ocorrência da perda de prazos, a par do planejamento, a tempo, da boa defesa do patrimônio e dos interesses públicos.”

Tal era o meu entendimento sobre a proposição, até tomar conhecimento do questionamento feito pelo Senador Tião Viana. Com efeito, Sua Excelência argumenta, com propriedade, que, da forma como estava sendo proposta a nova redação substitutiva, ensejaria interpretações variadas sobre a legalidade das representações judiciais dos Poderes dos Estados e do Distrito Federal, cujo ponto central seria o não-embasamento constitucional de tais representações.

Acredito, inclusive, que tal problema seria sanado, pelo menos em parte, se o Congresso Nacional aprovasse a PEC nº 71/99, que confere personalidade jurídica e representação judicial às Procuradorias dos poderes dos Estados e do Distrito Federal. Esta proposição está tramitando em conjunto com a reforma do Judiciário.

III – VOTO

Mais do que não se opor ao texto constitucional, a presente proposição recoloca a autonomia e a independência dos poderes no seu devido patamar relativamente à representação judicial, ao mesmo tempo em que inclui o comando para que os procuradores federais passem a ser intimados pessoalmente, também. Por isso, voto pela constitucionalidade do texto em exame, correto em relação à técnica legislativa e à juridicidade, e propugno por sua aprovação na forma do substitutivo proposto, acolhendo a redação oferecida no Voto em Separado do Senador Tião Viana.

EMENDA CCJ Nº *(Substitutiva)*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal, assim como dos membros da carreira de procurador federal, será feita pessoalmente, em qualquer processo e grau de jurisdição.

§ 1º As intimações a serem realizadas fora da sede do juízo serão feitas por carta registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º Aplica-se, quando couber, o disposto neste artigo aos advogados ou procuradores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembléias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, organizados em carreira, na forma do art. 132 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão.

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2003, que altera a Resolução nº 93, de 1970, que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução sob exame, de autoria do ilustre Senador Antero Paes de Barros, tem por objetivo alterar o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal, para retirar de sua redação a expressão final, não se considerando, neste último caso, assinaturas de apoioamento.

Dessa forma, o dispositivo, que trata da autoria das proposições, caso a alteração sob análise seja aprovada, deixará de considerar a figura do apoioamento que, como alega a justificação da iniciativa, não tem efeitos práticos para sua efetivação jurídica.

Da justificação, destacamos ainda o argumento de que o apoioamento traduz-se em instituto que muitas vezes impede a consecução dos objetivos de uma determinada proposição legislativa.

II – ANÁLISE

O projeto não apresenta óbices de natureza constitucional e jurídica, mostrando-se oportuno e conveniente.

Com efeito, o enunciado contido no final do dispositivo objeto de alteração não se reveste de grande importância no que concerne ao andamento dos trabalhos parlamentares, porque a figura do apoioamento significa certo número de assinaturas apostas somente para oferecer respaldo moral à proposição, sem nenhum efeito prático.

Julgamos salutar toda e qualquer iniciativa congressional que vise aprimorar o processo legislativo, razão maior da instituição parlamentar. O caso em questão trata da iniciativa legislativa, direito/dever do congressista, de imenso significado e que, por isso mesmo, precisa ser considerado e visto com toda rigidez que o sistema representativo requer. Por tal razão, realmente não faz sentido a aceitação de um instituto que representa um apoio apenas fictício na apresentação dos trabalhos parlamentares.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2003.

Sala da Comissão.

ABRIGO PARA VEÍCULOS EM CONDOMÍNIOS

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2003, que altera o § 1º do art. 1.331 e revoga o § 3º do mesmo artigo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “institui o Código Civil”, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre a alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edilícios.

I – RELATÓRIO

O projeto que a Comissão passa a examinar tem por escopo alterar o § 1º e revogar o § 3º do art. 1.331 do Código Civil versado na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Consoante a proposição, o § 1º do art. 1.331 do Código Civil passará a ser assim redigido:

“Art. 1.331.

§ 1º As partes suscetíveis de utilização independente, tais como apartamentos, escritórios, salas, lojas e sobrelojas, com as respectivas frações ideais no solo e nas outras partes comuns, sujeitam-se a propriedade exclusiva, podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários, exceto os abrigos para veículos, que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio.

.....” (NR)

A alteração direcionada ao texto visa instituir exceção à possibilidade de se alienar ou locar abrigo para veículos, se não houver previsão expressa, nesse sentido, na convenção de condomínio.

O § 3º do art. 1.331, por seu turno, que a teor da proposição será revogado, tem a seguinte redação:

“§ 3º A fração ideal no solo e nas outras partes comuns é proporcional ao valor da unidade imobiliária, o qual [valor] se calcula em relação ao conjunto da edificação.”

Ao justificar o projeto de lei, seu autor argúi a formulação de duas questões no novo Código Civil, que são, primeiro, a vulnerabilidade dos condôminos, especialmente nos imóveis residenciais, ante a possibilidade de as vagas de garagens poderem ser locadas ou alienadas livremente. A razão da proposição é de se permitir locação e alienação somente se houver permissão na convenção de condomínio (art. 1.331, § 1º); e a segunda questão reporta-se ao cálculo da fração ideal proporcional ao valor da unidade imobiliária (art. 1.331, § 3º), que não atenta para outros valores inerentes aos imóveis.

De fato, a forma de cálculo da fração ideal foi inadequadamente alterada no novo Código Civil. Antes do Código, o cálculo da fração ideal estava disciplinado no art. 12, § 1º, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e sobre incorporações imobiliárias, onde constava: salvo disposição em contrário na convenção de condomínio, a fixação da cota no rateio corresponderá à fração ideal de terreno de cada unidade. Assim, a convenção de condomínio podia dispor de modo diferente do atual, carreado à ordem jurídica pelo novo Código Civil.

II – ANÁLISE

Entre os efeitos da alteração proposta ao texto do art. 1.331 do Código Civil, destaca-se a exceção que se fará em relação a vagas de garagem, com o objetivo de vedar a locação ou alienação a estranhos ao condomínio, para assegurar a segurança dos condôminos, donde o acréscimo ao § 1º do texto que devolverá ao ordenamento jurídico a previsão de vontade dos condôminos, porquanto o aditamento tem o seguinte teor: “(...) exceto os abrigos para veículos [garagens], que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio”.

Dessa maneira, poderão os condomínios locar ou vender suas propriedades a terceiros, não-proprietários de unidades no prédio, mas os abrigos para veículos dependerão de autorização contida na convenção de condomínio.

Por sua vez, manter-se-ão as regras atinentes às demais frações ideais imobiliárias, componentes das partes comuns, que continuarão a integrar a propriedade principal – sejam apartamentos, salas, escritórios, lojas ou sobrelojas – resguardados apenas os abrigos para veículos, ante a comentada possibilidade de má-utilização por terceiros.

Ao analisar o mérito, torna-se fácil intuir que a venda ou aluguel de uma unidade de garagem a pessoa estranha ao condomínio é motivo de vulnerabilidade para todo o grupo, que assim poderá estar recebendo, em seu meio, pessoa inconveniente. Por outro lado, se esta for a vontade assentada em assembléia, não haverá o impedimento da locação ou venda da unidade, mas a responsabilidade será por todos os condôminos compartilhada. Além disso, não haverá obstáculo a que as garagens sejam locadas ou vendidas a outros condôminos.

No que tange à revogação do § 3º do art. 1.331, novamente assiste razão ao autor da proposição, pois deve-se corrigir o simplismo de cálculo da fração ideal imobiliária, eis que a mera proporção entre a área do imóvel e as áreas comuns, respectivamente principal e acessórias, não retrata o real valor destas últimas, pois deixa de considerar o valor das benfeitorias e outros fatores inerentes ao bem principal.

Com efeito, a complexidade da matéria não pode ser reduzida ao cálculo do valor da fração ideal entre dividendo e divisor da metragem de áreas, pois aí chega-se a quociente simples, sem considerar encargos de condomínio e valores das unidades consideradas individualmente.

Como se encontra redigido, o § 3º quer que a fração ideal, no solo e nas outras partes comuns, seja proporcional ao valor da unidade imobiliária, de modo que só são consideradas no cálculo as áreas do imóvel principal e sua proporcionalidade com as áreas comuns. Evidentemente, é imprópria a adoção exclusiva do critério de proporcionalidade da área, pois esse modo de calcular desconsidera os preços de desapropriação, hipotecas e outros gravames, e até diferenças entre imóveis, conquanto localizados e integrantes do mesmo

prédio, como são os imóveis de cobertura, de ponta, voltados para o leste, ventilados, com vista panorâmica ou que experimentaram benfeitorias, em contraposição a outros desprovidos de uma ou de todas essas condições.

Essas razões recomendam a revogação § 3º do art. 1.331 do Código Civil, para que as próprias convenções de condomínios estabeleçam os valores que julgarem mais pertinentes em cada caso, sem sofrerem a restrição da norma codificada.

III – VOTO

Com fundamento na análise precedente e nas razões dela resultantes, manifestamo-nos pela aprovação Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2003, porque atende aos requisitos constitucionais, jurídicos e regimentais e, no mérito, aperfeiçoará o tema tratado no art. 1.331 do Código Civil.

Sala da Comissão.

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MULTILATERAIS

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais.

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2003, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais.

O projeto em tela foi aprovado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e caberá, ainda, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a decisão terminativa.

Prevê a proposição que a participação brasileira em negociações comerciais internacionais orientar-se-á pela concepção de que o comércio internacional deve ser instrumento básico do desenvolvimento econômico e social do País.

Para tanto, o projeto dispõe critérios a serem relevados no momento da aprovação de tratados comerciais pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, esses acordos deveriam atender certos objetivos e visar resultados imediatos, ambos exemplificados no PLS nº 189, de 2003.

Por fim, o projeto define que o Congresso Nacional seguirá de perto as negociações comerciais internacionais e avaliará seus resultados parciais e finais.

II – ANÁLISE

Em primeiro lugar, o Congresso Nacional pode dispor sobre todas as matérias de competência da União, nos termos do *caput* do art. 48 da Constituição Federal. E, conforme o inciso VIII, do art. 22, também da Carta Magna, compete à União legislar sobre comércio exterior. Assim, o Projeto de Lei em tela atende aos requisitos constitucionais de propositura.

Outro ponto a ser discutido refere-se ao princípio da separação dos poderes, já que o inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, determina que é de competência privativa do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. E o poder presidencial de celebração de tratados envolve a faculdade de conduzir as negociações e de assinar, ratificar e promulgar tais instrumentos, permanecendo o Legislativo federal com a função de aprová-los ou não. Lembra-se, a propósito, que o inciso I do art. 49 da Constituição Federal confirma a competência privativa do Congresso Nacional em resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

O Projeto de Lei do Senado em questão não nega esses poderes; ao contrário, reafirma-os. Ele, em verdade, traça os caminhos da diplomacia parlamentar sobre comércio exterior e condiciona a sua aprovação ao acompanhamento prévio e a orientações de conteúdo para a deliberação parlamentar. O referendo de tratados, que é incompatível com a oferta de emendas, apesar de haver a possibilidade de sugerir reservas em tratados multilaterais, coloca o Congresso Nacional na posição dual de aceitar ou não o acordo. E, se após a análise parlamentar, houver a rejeição de determinado tratado, paralelamente sempre ocorre transtornos políticos, que poderiam ser evitados se as negociações fossem levadas a cabo com a ciência do Congresso Nacional.

Assim, o fato de o projeto exigir que o Congresso seja informado sobre o andamento das negociações comerciais internacionais e participe de seu debate, qualifica o processo de celebração de tratados, sem subverter os papéis constitucionais dos poderes constituídos. Inclusive, os poderes ínsitos no art. 4º do PLS nº 189, de 2003, de o Congresso Nacional convocar membros do Poder Executivo antes de

concluída a negociação internacional, possuem respaldo constitucional no art. 50 da Carta Magna, que permite à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal a convocação de Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.

Sobre os objetivos e resultados imediatos a serem atingidos pelas negociações comerciais internacionais, listados no PLS nº 189, de 2003, todos eles atendem aos princípios fundamentais da Constituição pátria, como o objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional (art. 3º, inc. II, da CF).

Após a discussão da matéria, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania considerou por acatar, na forma de emenda de Relator, sugestão do Senador Antônio Carlos Magalhães de incluir no texto do projeto mecanismo que possa instrumentalizar efetivamente o papel do Poder Legislativo no acompanhamento e avaliação dos acordos internacionais ainda em fase de tratativas preliminares.

III – VOTO

Assim, à vista do exposto, pela boa técnica legislativa e por atender aos requisitos de juridicidade e de constitucionalidade, opinamos pela aprovação do PLS nº 189, de 2003, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ (Ao PLS nº 189, de 2003)

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do projeto:

“Art. 4º O Congresso Nacional, por meio de suas Comissões competentes e de missões especialmente designadas para esse fim, acompanhará de perto o andamento das negociações comerciais e, de acordo com os dispositivos regimentais, avaliará seus resultados parciais e finais, inclusive por meio da convocação de membros do Poder Executivo e de audiências com especialistas e representantes de setores da economia, diretamente interessados nas negociações, de modo a facilitar a tomada da decisão referida no art. 2º.

§ 1º A avaliação aqui estipulada far-se-á, obrigatoriamente, antes da firma de todo e qualquer acordo, independente de sua natureza ou abrangência.”

§ 2º A fim de possibilitar essa avaliação, o Poder Executivo encaminhará, ao Congresso Nacional, mensagem estipulando o conteúdo desses acordos, seu cronograma e custos previstos, linhas de ação e objetivos envolvidos.

Sala da Comissão.

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise prévia à sua remessa para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2002, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Em seu art. 1º, a proposição dá nova redação a vários dispositivos da Lei nº 9.613. Ainda no art. 1º, inclui novas fontes de recursos a serem tipificadas como antecedentes à prática do crime de lavagem de dinheiro, a saber:

- financiamento do crime de terrorismo;
- contravenção penal;
- tráfico de seres humanos e lenocínio; e
- crimes contra a ordem tributária.

Além disso, a inclusão da expressão “a qualquer tempo”, na redação do § 5º, passa a facultar ao juiz a possibilidade de deixar de aplicar a pena ou de substituí-la por pena restritiva de direitos, posteriormente ao julgamento. Também, no art. 1º, é incluído § 6º estabelecendo não ser necessário lavrar termo nos autos da negociação autorizada pelo juiz e pelo Ministério Público.

O art. 4º é alterado para permitir que o processo tenha continuidade, mesmo à revelia do réu ou no caso de este não ter constituído defensor, por meio de alteração do § 3º, e para tornar obrigatório ao Ministério Público requerer o bloqueio dos bens, direitos e valores referentes a ações penais, por meio da inclusão do § 5º.

Ao art. 10 foi acrescentado o § 4º que obriga as pessoas jurídicas que foram utilizadas, de alguma forma, nas operações ilícitas definidas na Lei nº 9.613, de 1998, a providenciarem para que não seja possível a identificação, em seus sistemas, do funcionário que houver cadastrado operação suspeita.

No art. 11 é acrescentado § 4º para dispor que as informações objeto de quebra de sigilo bancário serão completas, inteligíveis e analíticas.

No art. 15, são inseridos os §§ 1º e 2º, que prevêem ser a quebra do sigilo bancário ser concedida para toda a operação, não sendo necessária nova autorização judicial para cada novo suspeito ou envolvido que surgir no curso das apurações, e que informações meramente cadastrais de clientes e usuários podem ser fornecidas sem a necessidade de prévia autorização judicial.

O art. 16 é alterado para incluir representante do Ministério Público na composição do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

No art. 2º do PLS nº 209, de 2003, revoga-se o art. 3º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, providência necessária para eliminar ambigüidade que poderia tirar a eficácia da nova redação que se dará ao § 4º, que, por sua vez, permitirá o seguimento do processo à revelia do acusado.

Ao Projeto foram oferecidas três Emendas:

– a *Emenda nº 1*, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, acrescenta, entre as atividades ilícitas antecedentes à prática do crime de lavagem de dinheiro, o tráfico de animais, por meio de alteração na redação do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, nele incluindo essa hipótese;

– a *Emenda nº 2*, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, dá a seguinte redação, ao art. 3º da Lei nº 9.613, suprimindo, por conexão de mérito, o art. 2º do Projeto:

“Art. 3º Os crimes disciplinados por Esta lei são suscetíveis de fiança e liberdade provisória, desde que o valor da fiança seja arbitrado, pelo juiz, em valor capaz de ressarcir os prejuízos causados e, em sentença condenatória, o juiz decidirá, fundamentadamente, se o réu poderá apelar em liberdade;”

– a *Emenda nº 3*, também do Senador Antônio Carlos Valadares, transcreve o conteúdo do art. 28 do CPP, no § 5º do art. 4º da Lei nº 9.613, trocando a referência pela transcrição, com o fim de que a lei não seja alterada se, eventualmente, aquele dispositivo do CPP o for.

II – ANÁLISE

Como a proposição foi encaminhada a esta Comissão para avaliação de seus aspectos econômicos, antes de seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entendemos que o exame da matéria, nesta oportunidade, deve ficar restrito às suas repercussões econômicas.

A proposição não só dá maior eficácia à repressão ao crime de lavagem de dinheiro, como também incorpora outras atividades ilícitas no âmbito dessa repressão. Nesse particular, destaca-se a inclusão dos crimes contra a ordem tributária.

Quanto a essa última espécie de ilícito, os efeitos econômicos positivos de sua inclusão na esfera de repressão criada pela Lei nº 9.613, de 1998, são verdadeiramente imensos. A sonegação, o contrabando e o descaminho, entre outros crimes contra a ordem tributária, têm efeito devastador sobre a economia, por dois mecanismos principais: em primeiro lugar, pela redução da receita pública que provocam e, conseqüentemente, pela redução da capacidade fiscal do Estado em atender programas sociais e manter o equilíbrio fiscal; em segundo lugar, pela concorrência predatória que os crimes tributários instauram.

Os competidores que cumprem suas obrigações tributárias passam a sofrer a ameaça da perda de mercado e até mesmo de verem inviabilizados seus negócios. Para reagir à ameaça da competição espúria dos sonegadores, sentem-se premiados a também sonegar. Fecha-se, dessa maneira, um ciclo vicioso que, se não combatido,

pode trazer graves prejuízos à organização da economia em geral, e às finanças públicas, em particular.

Um outro benefício da proposta está em aumentar o risco de fracasso econômico das atividades ilícitas, pois a perda dos valores obtidos ilicitamente ou a impossibilidade de sua transferência, de sua transformação em capital financeiro ou da sua utilização como meio de pagamento faz desaparecer a maior das motivações para a prática criminosa.

Há, inclusive, toda uma linha de pesquisa econômica que estuda a relação entre os incentivos ou desincentivos econômicos e os índices de criminalidade. O expoente desse campo da Ciência Econômica, Professor Gary Becker, conseguiu provar, em seus clássicos trabalhos, que um dos mais fortes fatores para a redução da criminalidade é a imposição de perdas econômicas ao criminoso. O PLS nº 209/03 caminha exatamente na direção preceituada pela Economia.

A Emenda nº 2, de fato, otimiza a persecução penal do crime de lavagem de dinheiro, pois deixa a fiança sem um teto pecuniário, hoje limitado a 1.000 salários mínimos, ou R\$240.000,00 – valor inexpressivo, se considerarmos o histórico dos montantes de recursos públicos desviados no Brasil, na década de 1990 (esquema PC Farias, negociações irregulares com precatórios, desvios das obras do Fórum Trabalhista de São Paulo, fraudes do INSS etc.) e, mais recentemente, o “caso Silveirinha”.

Mesmo quando se tratar de recursos privados, o Estado ganha com a imposição dessa fiança compensatória, pois recupera eventuais prejuízos sofridos com perdas tributárias, o que minimiza, inclusive, o irremediável efeito da decadência. Assim, a Emenda nº 2 permite uma recapitalização célere do Estado, evitando pressões fiscais sobre o planejamento e a execução orçamentária, oportunidade de extrema relevância para o momento histórico presente, em que o País possui metas de superávit primário para cumprir.

A Emenda nº 3, por sua vez, não traz inovações materiais, pois apenas transcreve o conteúdo do art. 28 do CPP, ao qual o § 5º do art. 4º da lei já fazia referência, como consta da redação inicial do projeto. Essa nova alternativa que se cria para o uso do art. 28 do CPP vai ao encontro do espírito do projeto, que privilegia a recuperação de ativos públicos e o desestímulo econômico à prática criminosa.

III – VOTO

Diante do exposto, e considerando o mérito econômico da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, da Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e das Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.
Sala da Comissão.

INDICAÇÃO DE EMBAIXADOR

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 200, de 2003 (nº 489, de 23-9-2003), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do indicado, do qual extraímos para este Relatório as seguintes informações:

Local de nascimento: Milão/Itália (brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II da Constituição de 1946).

Data de nascimento: 21 de setembro de 1950.

Filiação: Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercila Fava Simas Magalhães.

Formação:

- Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco.

- Curso de Língua Francesa, Nancy II.

Documentos:

CPF: 067 656 531-04.

CI: 2441 – MRE.

Evolução na Carreira:

- Terceiro Secretário, em 11 de setembro de 1975.
- Segundo Secretário, por merecimento, em 12 de junho de 1978.
- Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de junho de 1981.
- Conselheiro, por merecimento, em 1987.
- Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em dezembro de 1994.
- Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em dezembro de 2001.

Missões e Cargos exercidos:

- Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, de 1975 a 1979.
- Chefe do Centro de Documentação, de 1987 a 1989.
- Chefe da Divisão da América Meridional II, de 1989 a 1991.
- Chefe da Divisão do Mercosul, de 1994 a 1997.
- Washington, Segundo Secretário, de 1982 a 1983.
- La Paz, Primeiro Secretário, de 1982 a 1983.
- Paris, Primeiro Secretário, de 1984 a 1987.
- Washington, OEA, Conselheiro, de 1991 a 1994.
- Genebra, Missão junto à OMC, ONU e Organismos Especializados, 97/99.
- Representante Alternado do Brasil junto à OMC, de 2000 a 2001.
- Representante Especial substituto do Presidente da República para Assuntos do Mercosul, desde 2001.
- IV Sessão do Conselho de Administração do Programa da ONU para o Meio Ambiente, em Nairóbi, em 1976, como Delegado.
- XXXI Assembléia Geral da ONU, Nova York, em 1976, como Assessor.
- Sessão da CEPAL, Guatemala, em 1977, como Assessor.

- Sessão Ordinária do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), em Caracas, em 1977, como Assessor.

- II e V Sessões do Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembléia Geral sobre Desarmamento, em Nova York, em 1978, como Assessor.

- Conferência Preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Armas Convencionais, em Genebra, de 1978 a 1979.

- Conferência do Desarmamento, em Genebra, de 1997 a 1999.

- Delegado Alterno do Brasil junto à OMC, de 1999 a 2001.

- Grupo Mercado Comum (várias reuniões) de 1994 a 1997 e desde 2001.

- Cúpula do Conselho do Mercosul, de 1994 a 2001.

Tendo em vista a natureza da matéria ora em exame, não cabe aqui aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão.

EQUALIZAÇÃO DE TARIFAS DE CONCESSIONÁRIAS

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, que acrescenta parágrafos ao art. 7º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003 (nº 6.381, de 2002, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Aírton Dipp, acrescenta parágrafos ao art. 7º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

Destaca-se que o mérito do Projeto de Lei é o de acrescentar o § 5º-A ao art. 7º da Lei nº 8.631/93, “dispondo, que o redutor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo da Conta de Resultados a Compensar – CRC, aplicar-se-á somente após efetivadas as quitações e compensações autorizadas por esta lei, limitando-se, a redução, ao montante do saldo credor remanescente em favor do concessionário”, além de acrescentar o § 5º-B limitando a aplicação do disposto no § 5º-A somente às concessionárias sob controle direto ou indireto da União, estados e municípios.

Em sua justificativa, o autor do Projeto informa que, com ele, busca repor, ainda que parcialmente, as perdas das concessionárias dos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Alagoas, que foram de grande monta e são resultantes da forma de aplicação do redutor de 25% (vinte e cinco por cento) na Conta de Resultados a Compensar – CRC, antes de procedidas as quitações e compensações autorizadas pela Lei nº 8.631/93, em decorrência do veto presidencial ao texto original do Projeto de Lei que resultou na Lei nº 8.724/93, que havia sido aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional.

Até o advento da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, as tarifas de energia elétrica eram estabelecidas pelo Poder Concedente – a União – de forma a cobrir o custo do serviço, acrescido da remuneração pelos investimentos realizados. Era o Regime de Remuneração Garantida, onde o Estado garantia, às concessionárias, cobertura de custos e uma remuneração mínima legal entre 10 e 12% sobre os investimentos, nos termos da legislação representada pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e pelo Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988.

As tarifas eram equalizadas em todo o País, significando que qualquer consumidor de energia elétrica, de mesmas características, pagava as mesmas tarifas em qualquer canto do País, atendido por qualquer que fosse a Concessionária.

A equalização das tarifas propiciava receitas desproporcionais entre as concessionárias, dependendo das características do mercado consumidor de cada uma delas. Para algumas, a receita propiciada pelas tarifas equalizadas era mais que suficiente para cobrir os custos do serviço e a remuneração mínima obrigatória, causando excesso de remuneração. Para outras, a receita era insuficiente para cobrir custos e remuneração.

A diferença entre essa remuneração mínima e a efetivamente verificada em cada empresa era registrada como saldo credor ou devedor na Conta de Resultados a Compensar – CRC. Os excessos de remuneração eram recolhidos a favor de um fundo – o RENCOR – Reserva Nacional de Compensação de Remuneração. Empresas com insuficiência de remuneração recebiam recursos do Fundo, a título de Subvenção para Investimento, com o objetivo de complementar sua remuneração mínima.

Acontece que, principalmente após os sucessivos choques internacionais do petróleo, ocorridos na década de 1980, pela elevação dos preços daquele insumo tão necessário ao País, o Governo Federal passou a utilizar a política de contenção tarifária como instrumento de administração da inflação, comprimindo tarifas para combater a escalada inflacionária.

Adicional e simultaneamente, onerado pela conta petróleo e necessitando de recursos externos para fechamento das contas públicas, orientou o setor elétrico a realizar seus investimentos mediante financiamentos externos, forçando o endividamento do setor,

que já não dispunha de receitas suficientes para seu programa de expansão.

A combinação “receita tarifária insuficiente” *versus* “elevação de endividamento” causou sérios prejuízos ao equilíbrio do setor elétrico, aumentando, em muito, a quantidade de Concessionárias que se apresentavam, de um lado, endividadas e, de outro, credoras da CRC – insuficiência de remuneração – sem que a União pudesse repassar, em tempo, recursos para sua compensação.

Ao início da década de 1990, era necessário repensar o setor e prepará-lo para a nova realidade de competitividade, com a desestatização dessas atividades. A referida Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, surge, neste contexto, com essa finalidade: a de produzir profunda modificação na estrutura até então vigente.

Introduziu a desqualização tarifária, estabelecendo metodologia para fixação de tarifas diferenciadas por Concessionária, de acordo com os seus custos, extinguiu o Regime de Remuneração Garantida e, em conseqüência, a Conta de Resultados a Compensar – CRC.

Regularizou os compromissos legais assumidos, até então, ao estabelecer que os saldos de CRC acumulados poderiam ser compensados mediante encontro de contas com dívidas junto à União e ao sistema Eletrobrás, dando, ao mesmo tempo, cumprimento ao compromisso da União ao não ter concedido tarifas suficientes, no passado, e condições de diminuição do endividamento que as Concessionárias foram levadas a assumir, ora como política governamental de captação de recursos externos, ora como conseqüência financeira em face da insuficiência de receitas tarifárias. Esse encontro de contas auxiliaria o saneamento econômico-financeiro das Concessionárias.

Em 28 de outubro do mesmo ano de 1993, foi aprovada a Lei nº 8.724, que deu nova redação ao art. 7º e introduziu a noção de um redutor de 25% sobre o total de créditos de CRC.

Com exceção das Concessionárias CEEE-RS, CESP-SP, CELG-GO e CEAL-AL, todas as demais Concessionárias apresentavam endividamento inferior aos montantes de créditos de CRC já submetidos ao redutor de 25%, de maneira que a introdução deste redutor não impediu a compensação da totalidade de suas dívidas. Esta não era, entretanto, a situação daquelas quatro Concessionárias que, pelas

características de seus mercados, foram mais prejudicadas pela insuficiência tarifária.

As tratativas que se seguiram permitiram a introdução do § 6º ao art. 7º da Lei nº 8.631, com o objetivo de evitar a penalização daquelas Concessionárias cuja situação de elevado endividamento lhes assegurava utilizar integralmente seus créditos de CRC.

Ressalte-se que a Lei nº 8.631, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 8.724, foi aprovada como resultado de ampla negociação entre o Governo Federal, os estados, as concessionárias de energia elétrica e os representantes da sociedade. Esta circunstância, e o acordo procedido por consenso, ficaram bem evidenciados no próprio voto do relator da matéria, Deputado José Carlos Aleluia, que nele consignou, textualmente: “(...) devendo ficar registrado, de antemão, que o projeto em questão traduz amplo consenso realizado entre o Governo Federal e os demais interessados. (...)”, caracterizando, assim, a natureza consensual da negociação levada a efeito, à época.

Apesar de ter havido ampla negociação e consenso, quando da sanção presidencial da Lei foi vetado aquele mesmo § 6º do art. 7º, tendo por base o Parecer Conjur/MME nº 107/93.

Tal Parecer foi categoricamente contestado pelo então Diretor Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, que assim se manifestou mediante Ofício nº 672, de 29 de novembro de 1993, dirigido ao Senhor Ministro Interino de Minas e Energia:

“(...) Este Departamento impugna totalmente o referido Parecer, pelos seguintes fatos e motivos:

– todas as alegações são inverídicas e improcedentes;

– em momento algum o Diretor deste DNAEE foi ouvido ou consultado, quer formal ou informalmente sobre o conteúdo do Parecer;

– caso fosse consultado, teria registrado e emitido parecer favorável para que fosse mantido *in totum* o Projeto de Lei de Conversão nº 22/93 referente a Medida Provisória 355, de 27 de setembro de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, (...)”

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, que tramitou na Câmara dos Deputados sob o nº 6.381, de 2002, foi ali aprovado, por unanimidade, em todas as Comissões pelas quais transitou, a saber: Comissão de Minas e Energia, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Foi, então, encaminhado à apreciação deste Senado Federal.

Nesta Casa, o PLC nº 16/2003 já foi apreciado e igualmente aprovado, por unanimidade, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, tendo sido procedida a leitura de ambos os Relatórios em Plenário, onde recebeu as Emendas de nºs 1, 2 de autoria do ilustre Senador Hélio Costa, e da Emenda nº 3, da autoria deste juntamente com o Senador João Ribeiro, no âmbito da CCJ.

As Emendas nºs 1 e 2 têm idêntico teor, qual seja:

“§ 5º-A. O percentual redutor de 25% disposto no disposto no § 5º aplicar-se-á sobre o saldo remanescente após efetivadas as quitações e compensações autorizadas por esta lei.”

Já a Emenda nº 3, suprime parte da redação do § 5º A, dando o seguinte novo texto ao parágrafo:

“§ 5º-A. O disposto no § 5º aplicar-se-á somente depois de efetivadas as quitações e compensações autorizadas por esta lei.”

Atendendo ao Requerimento nº 756, de 2003, também de autoria do Senador Hélio Costa, vem o PLC nº 16/2003 a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame das referidas Emendas.

De tudo o que foi exposto anteriormente, nota-se que o autor do PLC nº 16/2003 mantém o mesmo cálculo original do redutor, a mesma base e o mesmo percentual de 25%, obtendo o mesmo montante de redução, mas determina que primeiro se façam as compensações permitidas por lei e, só depois, seja aplicado o redutor ao saldo remanescente, limitado a este.

Esta não é, todavia, a posição que se alcançará se aceitas as Emendas propostas pelo ilustre Senador Hélio Costa. As Emendas nºs 1 e 2 – de mesmo teor, como já dito e a Emenda nº 3 – objetivam

alterar a base de cálculo sobre a qual incidiu o redutor de 25%, trazendo, em consequência: *a)* a diminuição dos montantes daquela redução, e *b)* o aumento do saldo credor a favor de diversas Concessionárias.

Argumenta o ilustre Senador Hélio Costa, em suas justificativas às Emendas 1, 2 e 3, que, com elas, corrige-se injusta deliberação, tomada à última hora, quando se introduziu, pela Lei nº 8.724, de forma intempestiva e imprevista, a figura não devidamente justificada do redutor.

Entretanto, conforme já dito anteriormente, quando da tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, ela foi objeto de amplo e detalhado estudo, por parte dos seus relatores, em especial o Deputado José Carlos Aleluia, que, quando da sua votação, assim se pronunciou: “Sr. Presidente, tive oportunidade de negociar esse entendimento, que é amplo, e todos os partidos tiveram oportunidade de opinar. Os Estados, particularmente suas empresas estaduais, tiveram oportunidade de participar. O Tesouro Nacional e a Receita Federal, que não tinham, quando da votação da Lei nº 8.631, estudado, com o tempo requerido, a questão, também tiveram representantes presentes. Portanto, há um entendimento amplo e é pacífica a aprovação, com o apoio de todos os partidos (...)”

Segue o autor das Emendas, em suas justificativas, discorrendo no sentido de que o PLC, da forma como apresentado, resgata a injustiça apenas no caso das Concessionárias que, por quaisquer que tenham sido as razões, acumularam saldos devedores elevados – no caso, saldos maiores que 75% do crédito bruto inicial da CRC – e que as Emendas, por ele apresentadas, permitiriam alcançar todas as Concessionárias, o que seria mais justo e equânime. Acrescenta que o PLC usurpa o consagrado princípio constitucional da isonomia, porque favorece, com créditos adicionais de CRC, aquelas Concessionárias que tinham dívidas maiores, não proporcionando o mesmo benefício para as demais Concessionárias.

Contudo, não há que se falar em benefício, porquanto o PLC, em sua redação original, não busca conferir benefício adicional a uma ou outra Concessionária, mas apenas restabelecer o espírito norteador da Lei nº 8.724/1993: resgatar a intenção original desse diploma legal e corrigir a situação de injustiça e desequilíbrio ocasionado pelo veto ao § 6º do art. 7º da Lei nº 8.631/1993.

Pode-se dizer que o papel da lei não é outro senão o de implantar diferenciações, já que a igualdade não assegura uma situação jurídica específica, mas garante que não haja uma má utilização do ordenamento jurídico, conceito este que transcende o legislador, alcançando a própria sociedade.

A isonomia é a igualdade legal para todos, já que todos devem se submeter às mesmas regras jurídicas. Assim, a igualdade substancial não trata de estabelecer um tratamento igual perante o direito e sim uma igualdade efetiva perante os bens da vida, segundo a previsão legal.

Desse modo, percebe-se que o critério deve ser único, padronizado e igualitário, na aplicação a todas as Concessionárias do setor.

Assim, temos que o critério defendido na redação original do Projeto é absolutamente igualitário e será aplicado da mesma forma para todas as Concessionárias, afastando-se a possibilidade de quebra ou inobservância do princípio constitucional invocado pelo ilustre Senador.

O que não se pode esperar é que exista uma perfeita paridade de efeitos, ante a aplicação de qualquer sistemática formulada como a que ora se pretende implantar, visto que referidos efeitos serão sempre desiguais, dada à desigualdade concreta da situação de cada Concessionária, quando considerada individualmente.

Em outras palavras, o critério adotado é isonômico, mas os efeitos dele advindos podem representar certa desigualdade decorrente da situação fática de cada Concessionária, ante a aplicação do disposto no Projeto de Lei, o qual garante inclusive o saldo credor de CRC para securitização das empresas com dívidas menores que o saldo, e ajusta a situação das Concessionárias com dívidas maiores que o saldo credor, estas sim vítimas da quebra da isonomia com o veto parcial da lei.

Portanto, o autor do Projeto, em suas razões, fundamenta que a inserção do parágrafo à Lei nº 8.631/93 é a única forma de se estabelecer um tratamento isonômico a todas as concessionárias de energia elétrica do País.

Com a aprovação do Projeto fica assegurado, às Concessionárias cujos valores de CRC não foram suficientes para a compensação dos seus débitos, idêntico tratamento aos demais, cuja CRC superou

tais valores, por uma simples e justa razão, qual seja, pela evidência de que, nas concessionárias superavitárias, a compressão tarifária, origem de toda a CRC, lhes foi menos prejudicial.

A aplicação de um redutor linear, sem levar em consideração tais fatos e as peculiaridades/características do mercado de cada Concessionária, é, sem dúvida nenhuma, duplamente prejudicial às Concessionárias daqueles Estados, aqui, sim, ferindo o princípio da isonomia.

Ademais, acatar as Emendas apresentadas em Plenário – conquanto todo o respeito que merecem, vindas que vêm do ilustre Senador Hélio Costa –, seria retomar o debate da matéria nesta Casa, com seu possível retorno à Câmara dos Deputados, pondo em cheque a ampla discussão havida, o entendimento obtido e o consenso já alcançado nas duas Casas.

III – VOTO

Em decorrência do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, e pela rejeição das Emendas a ele apresentadas.

Sala da Comissão, 30 de outubro de 2003.

No plano internacional, o ano de 2003 foi marcado pelo ataque desfechado pelos Estados Unidos contra o Iraque, em frontal desafio à ONU.

No cenário nacional, os debates parlamentares ficaram por conta do primeiro ano da administração Lula.

Esses dois temas foram longamente examinados em diversos pronunciamentos do Senador Pedro Simon na Tribuna do Senado Federal no decorrer de 2003.

Crítico de uma guerra que considerou abominável, o Senador Pedro Simon denunciou, desde a primeira hora, a inexistência das armas de destruição em massa que haviam servido de álibi para a agressão ao Iraque.

Embora pedindo aos partidos de oposição que não cobrassem do PT a realização – já no primeiro ano de governo – das suas promessas de campanha, o Senador Pedro Simon criticou o fato de o presidente recém-eleito ter levado para seu ministério “dezesseis candidatos derrotados a governador”.

Duas iniciativas legislativas de grande importância de Pedro Simon tiveram andamento ao longo de 2003.

O Senador gaúcho conseguiu incluir – durante a tramitação da chamada reforma tributária – a Metade Sul do Rio Grande do Sul e o noroeste do Estado entre as regiões brasileiras de economia deprimida que vão receber recursos dos Fundos Constitucionais.

Já no que se refere à reforma previdenciária, Pedro Simon obteve a inclusão na chamada PEC paralela – da qual foi um dos mentores – de um dispositivo que beneficiará os cerca de 40 milhões de brasileiros hoje marginalizados, dando a eles acesso ao sistema de Previdência Social.

No que se refere aos pronunciamentos, podemos destacar ainda: valorização do vinho gaúcho, crítica ao pagamento excessivo de juros, defesa do meio ambiente, apoio à Varig, elogio à Rede Sarah, homenagem à CNBB pelo seu aniversário, criação da TV Unisinos, contas CC-5, violência urbana, registro único, produção de leite, Jornada Literária de Passo Fundo, abertura de escolas nos finais de semana, criação da Petrobras, defesa do municipalismo, imigração libanesa, defesa do consumidor e homenagem a Dom Vicente Scherer.

Lourenço Cazarré
Organizador